

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE DOUTORADO**

**JOANNE CRISTINA PEDRO**

**MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS NO TERRITÓRIO DE EMPODERAMENTO  
POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA EM PROCESSO/ CAXIAS DO SUL-RS**

**CAXIAS DO SUL/RS**

**2022**

**JOANNE CRISTINA PEDRO**

**MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS NO TERRITÓRIO DE EMPODERAMENTO  
POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA EM PROCESSO / CAXIAS DO SUL-RS**

Tese apresentada como requisito final para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso de Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Nilda Stecanela.  
Coorientador: Prof. Dr. Sandro de Castro Pitano.

**CAXIAS DO SUL/RS**

**2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

P372m Pedro, Joanne Cristina

Mediações pedagógicas no território de empoderamento popular [recurso eletrônico] : uma experiência em processo / Caxias do Sul-RS / Joanne Cristina Pedro. – 2022.

Dados eletrônicos.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

Orientação: Nilda Stecanela.

Coorientação: Sandro de Castro Pitano.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Educação popular - Caxias do Sul (RS). 2. Movimentos sociais. 3. Educação. I. Stecanela, Nilda, orient. II. Pitano, Sandro de Castro, coorient. III. Título.

CDU 2. ed.: 37.017.4(816.5CAXIAS DO SUL)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236



FUNDAÇÃO  
UNIVERSIDADE DE  
CAXIAS DO SUL



UNIVERSIDADE  
DE CAXIAS DO SUL

## *“Mediações Pedagógicas no Território de Empoderamento Popular: Uma Experiência Em Processo – Caxias do Sul/RS”*

Joanne Cristina Pedro

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 31 de maio de 2022.

### Banca Examinadora:

---

Dra. Nilda Stecanela (presidente – UCS)

*Participação por videoconferência*

Dr. Sandro de Castro Pitano (Coorientador - UCS)

*Participação por videoconferência*

Dr. Geraldo Antônio da Rosa (UCS)

*Participação por videoconferência*

Dr. Danilo Romeu Streck (UCS)

*Participação por videoconferência*

Dra. Cheron Zanini Moretti (UNISC)

*Participação por videoconferência*

Dr. Oscar Jara Holliday (Centro de Estudios y Publicaciones Alforja)

Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Campus-Sede: Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130. CEP 95070-560 - Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

A todas as mulheres que vieram antes de mim e lutaram pela liberdade e pelo Poder Popular e a todas aquelas que continuam na travessia, semeando um mundo mais justo para as/os que virão.

## AGRADECIMENTOS

*Tenho em mim mais de muitos,  
sou uma, mas não sou só...*  
**Sued Nunes**

Esta tese, sem dúvidas, foi construída a muitas mãos e foi forjada no Encontro. Foram quatro anos intensos de empiria, militância orgânica, dedicação à pesquisa, leituras e escritas (até os olhos arderem), cansaços, realizações, saudades (a pandemia me deixou dois anos fisicamente longe da minha família e d@s amig@s de SP). Mas, acima de tudo, como síntese da imensa partilha e da travessia que tive a oportunidade de vivenciar nesse espaço-tempo, foram anos de muitos aprendizados.

Distribuir os agradecimentos, nesse momento, é celebrar a finalização de um ciclo e posso dizer que faço isso com muita alegria.

À minha orientadora, professora Nilda Stecanela, pelo acolhimento, pela exemplaridade, pela presença afetiva e por seguirmos juntas nessa conexão iniciada no mestrado. Prof, obrigada por tudo o que não cabe nessas páginas! Nosso encontro foi um presente muito especial.

Ao meu coorientador, professor Sandro Pitano, pela amizade, pelas trocas ao longo do percurso, pela presença educativa e pelas problematizações que muito me ajudaram nessa “empreitada”.

Ao querido professor, Sérgio Haddad, que esteve presente conosco no PPGEduc até 2020. Agradeço a amizade, os bate-papos, as dicas de leitura. Referência como educador e como ser humano.

A todas as professoras e professores do PPGEduc da Universidade de Caxias do Sul, pelos ensinamentos e pelo convívio cotidiano.

À professora Cheron Moretti e aos professores Danilo Streck, Geraldo A. da Rosa e Oscar Jara, por aceitarem compor a banca de defesa da tese e pelas significativas contribuições para a qualificação desse processo de escrita.

A(o)s companheiras(os) de turma, com carinho e saudades dos cafés.

A(o)s querid@s colegas de Programa, entre mestrado e doutorado, funcionárias dos PPGEduc e a(o)s queridas(os) bolsistas de iniciação científica. Uma das vivências mais legais dos meus seis anos de UCS (entre mestrado e doutorado) foi poder acompanhar o início do percurso acadêmico de muitos de vocês, lá na 310, no Observatório de Educação.

Rudi, amigo querido que a UCS me trouxe (ele me deixava telefonar para ler os trechos da tese para ele). Você foi fundamental por isso e por tantas coisas. Às queridas, Isinha e Eduarda: vocês também foram muito preciosas nesse caminho, obrigada pela amizade!

Agradeço também aos professores de outras instituições que me acolheram prontamente para frutíferas conversas sobre a pesquisa, com a disponibilidade de verdadeiros educadores: Rita Machado e Telmo Adams, cujos saberes foram evocados, por vezes, ao longo deste texto.

Às companheiras e aos companheiros do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos em Caxias, no RS e no Brasil, como um todo. Uma verdadeira escola da vida.

Às mulheres que, em algum momento, se entrelaçaram neste processo de construção tão bonito e potente que foi/é a Saboaria Popular Las Margaritas. Clora, Genessy, Solange, Sara, Silvana, Grazi, Josi, Fabia, Morgana, Neli, Jana, Ketlin, Regi, Alexandra e Andrea. Obrigada pela dedicação. A Saboaria emerge em um período de anúncio da agudização de crises estruturais (e de crises internas, inclusive!) ... e, a gente pôde se fortalecer juntas. Com vocês, eu andei e ando melhor.

Aliás, Andrea... minha compa-camarada e amiga. Aprendi e aprendo muito contigo. Sou grata pelo nosso encontro e por termos sido, nesses tempos malucos e lúcidos, suporte uma para a outra.

Gostaria de fazer um agradecimento especial a todas as relações que construí (e fortaleci) a partir da Saboaria... no bairro, na cidade e para além dela. Não vou conseguir escrever o nome de todo mundo, mas sou muito grata pelos (muitos) encontros que permearam a minha/nossa travessia.

Ao querido Vini Agliardi, que topou se aventurar pelo mundo da diagramação das minhas ideias. Obrigada por captar e traduzir as nossas sínteses visuais, com tanto talento.

À Simone querida...pela formatação. Você foi tão importante, por acompanhar meu ritmo peculiar...inclusive por deixar só duas páginas de agradecimento também (eu pedi, senão eu ia escrever um livro aqui...rs).

Aos meus terapeutas, que cuidaram/cuidam de mim: Lu, Mari, Frederic. Cuidar-se para cuidar do coletivo, da forma mais genuína possível.

Aos meus amig@s de SP... “das antigas”. Estruturais e estruturantes, eu diria. Que sempre que podiam mandavam um “salve” cheio de afetos, no meu celular. Eu amo vocês. Foi muito emocionante ver alguns deles na telinha do PC, no dia da defesa: Paulinha, Rê, Célia, Lilian, Sol, Suelem e Sis. Marcio de Paula me disse que queria uma menção honrosa (e ele merece todas). Neste pequeno grupo há amig@s dos anos iniciais da escola, da graduação, da minha formação reichiana e de diferentes espaços de trabalho, pelos quais já passei. Ou seja, há uma vida permeada por afetos e por vínculos sólidos, para além das distâncias, que também me/nos compõe(m).

À minha família linda. Minhas irmãs, sobrinhas, sobrinho: Jorgea, Joyce, Lara, Anna Sofia e Angelo. E à família gaúcha que ganhei de presente, também. Jorge (pai) e Cristina (mãe): integralmente presentes, apesar da distância física. A distância sempre foi um detalhe. Vocês são minha fortaleza.

Ao meu companheiro, Cristiano. Nosso inusitado encontro, e talvez por isso, tão especial, me enche de força e amor pela vida. Nos acompanham três felinos que também compõem esse encontro: Ozzy, Sharon e Chiara (sempre no meu colo nas escritas, a coautora da tese). É mais amor do que páginas de tese...

Esta é uma pesquisa que fala da luta do povo. Por isso, não poderia deixar de expressar gratidão, respeito e referência, tomando emprestadas as palavras do mestre Freire: “aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”. Venceremos!

Por fim, agradeço à FAPERGS, pela bolsa concedida.

*Falo assim sem saudade,  
Falo assim por saber  
Se muito vale o já feito,  
Mais vale o que será  
E o que foi feito é preciso  
Conhecer para melhor prosseguir  
Falo assim sem tristeza,  
Falo por acreditar  
Que é cobrando o que fomos  
Que nós iremos crescer  
Nós iremos crescer,  
Outros outubros virão  
Outras manhãs, plenas de sol e de luz*

**Fernando Brant**

*“Ela virá, a revolução conquistará a todos o  
direito não somente ao pão, mas, também, à  
poesia.”*

**Leon Trotsky**

*“Medo nós tem, mas não usa.”*

**Margarida Maria Alves**



## RESUMO

Esta tese se constitui como uma escrita imbricada na práxis, no ato de conhecer que se estabelece, acessando metodologicamente a realidade e se insere no diálogo com o campo teórico que estuda as relações entre Movimentos Sociais Populares, Trabalho e Educação, considerando que na travessia para a transformação da sociedade implica-se uma processualidade histórica, na qual o novo é engendrado na luta concreta, teórica e prática, dentro de velhas relações. A pesquisa-ação, como opção metodológica, se perfaz na dimensão do compromisso social da pesquisadora militante com os sujeitos participantes, convertendo a investigação, a educação e a ação social em momentos metodológicos de um único processo, com vistas à transformação social. Essa perspectiva mobiliza a produção de conhecimento em conexão com o Movimento Popular, possibilitando aos sujeitos envolvidos, construir coletivamente estratégias de enfrentamento às problemáticas e à superação das problematizações que se apresentam na concretude da vida cotidiana. O objetivo que se coaduna à pergunta mobilizadora da pesquisa corresponde a analisar as mediações pedagógicas construídas no encontro entre militantes do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e a comunidade do loteamento Vila Ipê (que se integra ao movimento), situado em Caxias do Sul/RS, de modo a sistematizar as rupturas acumuladas como potenciais de emancipação humana e social, a partir do território periférico. O percurso retratado corresponde ao que denominamos como “travessia pelo campo empírico”, no qual identificamos dois momentos metodológicos para análise das mediações pedagógicas: a imersão do coletivo na etapa que nomeamos “trabalho de base” (2017 a 2020) e na etapa do “trabalho associado” (2020 a 2022), sendo que ambas as etapas se entrecruzam e se inter-relacionam. Consideramos o cotidiano do território periférico, o lócus da experiência, a Educação Popular em sua dimensão humanizadora e emancipadora e a categoria trabalho como fundante do ser social, além do Trabalho Socialmente Necessário como a conexão entre teoria e prática. Nesta composição fundamentamo-nos no referencial epistemológico freiriano, adotando também como método de análise o Materialismo Histórico Dialético, considerando as contribuições de Karl Marx, István Mészáros, Edward P. Thompson, Ricardo Antunes, dentre outros. A noção de espaço, conforme Milton Santos, como acumulação de tempos, nos apoia na análise das periferias, historicamente constituídas e vulnerabilizadas pelo interesse do capital e dialeticamente forjando espaços de valorização e criação de novas racionalidades. A participação no território constitui-se como um dos potentes instrumentos para a construção do Poder Popular, além do trabalho auto-organizado. A concretização da Saboaria Popular Las Margaritas pelo grupo de mulheres do Movimento foi um salto qualitativo na organização da militância orgânica no território, com centralidade na concepção de trabalho associado, em sua dimensão ontológica e que traz no seu bojo, para além da esfera produtiva (geração de trabalho e renda), uma práxis feminista alicerçada na Educação Popular. A dimensão da resistência à opressão/exploração se expressa nas demais frentes da Saboaria: a territorial, a formativa e a política, desenvolvendo-se no cotidiano dos sujeitos implicados na experiência, como palco da vida e lugar imediato de suas necessidades mais urgentes, sem perder a conexão com a totalidade histórica. Esse percurso da Saboaria, que a Sistematização de Experiências buscou recuperar e analisar reafirma a sua construção em um momento permeado por interrogações: o advento da pandemia da Covid-19, no qual o anúncio da agudização de diferentes crises, dentre elas a crise estrutural do capital, mobiliza a ação de solidariedade política da classe trabalhadora. Por fim, nossa contribuição à guisa de uma síntese conceitual, tem no “Processo de Flor(ação) Pedagógica” a sua representação, considerando elementos da Pedagogia do Oprimido, da Pedagogia Socialista e da Pedagogia do Movimento, além da Economia Popular e Solidária como campo de ação política pautado em um projeto de sociedade que avance para além do capital. Tal processo constitui-se como um movimento vivo e radical, com base prática e real, o qual demanda mulheres que se formam no movimento de luta e contradição. Nesta travessia, cujo horizonte é a construção da consciência de classe, florescem potenciais emancipatórios e indícios de novas sociabilidades engendradas como possibilidades reais, gestadas em uma conjuntura adversa, trazendo em sua constituição formas embrionárias de Poder Popular.

**Palavras-chave:** Educação Popular; Movimento Popular; Mediações Pedagógicas; Território Periférico; Sistematização de Experiências; Coletivo de Mulheres da Saboaria Popular Las Margaritas.

## RESUMEN

Esta tesis se constituye como un escrito imbricado en la praxis, en el acto de conocer que se establece, accediendo metodológicamente a la realidad e insertándose en el diálogo con el campo teórico que estudia las relaciones entre Movimientos Sociales Populares, Trabajo y Educación, considerando que en la travesía hacia la transformación de la sociedad está implícito un proceso histórico, en el que lo nuevo se engendra en la lucha concreta, teórica y práctica, dentro de viejas relaciones. La investigación-acción, como opción metodológica, se constituye en la dimensión del compromiso social de la investigadora militante con los sujetos participantes, convirtiendo la investigación, la educación y la acción social en momentos metodológicos de un mismo proceso, con miras a la transformación social. Esta perspectiva moviliza la producción de conocimiento en conexión con el Movimiento Popular, posibilitando que los sujetos involucrados construyan colectivamente estrategias para enfrentar los problemas y superar las problematizaciones que surgen en la concreción de la vida cotidiana. El objetivo que concuerda con la pregunta movilizadora de la investigación corresponde a analizar las mediaciones pedagógicas construidas en el encuentro entre militantes del Movimiento de los Trabajadores y Trabajadoras por los Derechos (MTD) y la comunidad del barrio Vila Ipê (que forma parte del movimiento), ubicado en Caxias. do Sul/RS, con el fin de sistematizar las rupturas acumuladas como potenciales de emancipación humana y social, a partir del territorio periférico. El camino retratado corresponde a lo que denominamos “travesía por el campo empírico”, en el que identificamos dos momentos metodológicos para el análisis de las mediaciones pedagógicas: la inmersión de lo colectivo en la etapa que llamamos “trabajo de base” (2017 a 2020) y en la etapa del “trabajo asociado” (2020 a 2022), siendo que ambas etapas se entrecruzan y se interrelacionan. Consideramos la cotidianidad del territorio periférico, el locus de la experiencia, la Educación Popular en su dimensión humanizadora y emancipadora y la categoría trabajo como fundamento del ser social, además del Trabajo Socialmente Necesario como nexo entre teoría y práctica. En esta composición nos basamos en el marco epistemológico de Freire, adoptando además como método de análisis el Materialismo Histórico Dialéctico, considerando los aportes de Karl Marx, István Mészáros, Edward P. Thompson, Ricardo Antunes y otros. La noción de espacio, según Milton Santos, como acumulación de tiempos, nos apoya en el análisis de las periferias, históricamente constituidas y vulnerabilizadas por el interés del capital y forjando dialécticamente espacios de valorización y creación de nuevas racionalidades. La participación en el territorio constituye uno de los poderosos instrumentos para la construcción del Poder Popular, además del trabajo auto-organizado. La concretización de la Jabonería Popular Las Margaritas por parte del grupo de mujeres del Movimiento fue un salto cualitativo en la organización de la militancia orgánica en el territorio, con centralidad en el concepto de trabajo asociado, en su dimensión ontológica y que trae en su esencia, más allá el ámbito productivo (generación de trabajo y renta), una praxis feminista basada en la Educación Popular. La dimensión de la resistencia a la opresión/explotación se expresa en los demás ámbitos de la Jabonería: el territorial, el formativo y el de la política, desarrollándose en el cotidiano de los sujetos implicados en la experiencia, como palco de la vida y lugar inmediato de sus necesidades más urgentes, sin perder la conexión con la totalidad histórica. Este camino de la Jabonería, que la Sistematización de Experiencias buscó recuperar y analizar, reafirma su construcción en un momento permeado por cuestionamientos: el advenimiento de la pandemia de la Covid-19, en el que el anuncio del recrudecimiento de distintas crisis, entre ellas la crisis estructural del capital, moviliza la acción de solidaridad política de la clase obrera. Finalmente, nuestro aporte bajo la forma de una síntesis conceptual tiene su representación en el “Proceso de Flor(ação) Pedagógica” (la palabra Flor-ação en portugués hace referencia al proceso de floración uniendo, en un juego de palabras, los vocablos flor y acción - ação en portugués), considerando elementos de Pedagogía del Oprimido, Pedagogía Socialista y Pedagogía del Movimiento, además de la Economía Popular y Solidaria como campo de acción política guiado por un proyecto de sociedad que avance más allá del capital. Este proceso constituye un movimiento vivo y radical, con una base práctica y real, que demanda mujeres que se forman en el movimiento de lucha y contradicción. En esta travesía, cuyo horizonte es la construcción de la conciencia de clase, florecen potencialidades emancipatorias y se engendran signos de nuevas sociabilidades como posibilidades reales, gestadas en una coyuntura adversa, trayendo en su constitución formas embrionarias de Poder Popular.

**Palabras clave:** Educación Popular; Movimiento Popular; Mediaciones Pedagógicas; Território Periférico; Sistematización de Experiencias; Colectivo de Mujeres de la Jabonería Popular Las Margaritas.

## ABSTRACT

This thesis is constituted as a piece of writing which is interwoven in praxis, in the act of knowing that it is established, methodologically accessing reality. It is inserted in the dialogue with the theoretical field that studies the relations between Popular Social Movements, Work and Education, considering that in the crossing towards the transformation of society, a historical procedure is implied, in which the new is engendered in the concrete, theoretical, and practical struggle, within old relationships. Action research, as a methodological option, is part of the dimension of the militant researcher's social commitment to the participating subjects, turning research, education and social action into methodological moments of a single process, with a view to social transformation. This perspective mobilizes the production of knowledge in connection with the Popular Movement, enabling the subjects involved to collectively construct strategies to face the problems and to overcome the difficulties they come across in everyday life. The objective that is consistent with the mobilizing question of the research corresponds to the analysis of the pedagogical mediation built in the meeting between militants of the Movement of Workers for Rights (MTD) and the community of the Vila Ipê allotment (which is part of the movement), located in Caxias do Sul/RS, in order to systematize the accumulated ruptures as strengths in human and social emancipation, from the peripheral territory. The depicted route corresponds to what we call "crossing the empirical field", in which we identified two methodological moments for the analysis of pedagogical mediation: the immersion of the collective in the stage we named "basic work" (2017 to 2020) and in the stage of "associated work" (2020 to 2022), and both stages intersect and interrelate. We consider the daily life of the peripheral territory, the locus of experience, popular education in its humanizing and emancipatory dimension and the category work as the foundation of the social being, in addition to Socially Necessary Work as the connection between theory and practice. In this composition we are based on the Freire's epistemological framework, also adopting dialectical Historical Materialism as a method of analysis, considering the contributions of Karl Marx, István Mészáros, Edward P. Thompson, Ricardo Antunes, and others. The notion of space, according to Milton Santos, as an accumulation of times, supports us in the analysis of historically constituted and vulnerable peripheries by the interest of capital and dialectically forging spaces of valuing and creation of new rationalities. Participation in the territory is one of the powerful instruments for the construction of Popular Power, in addition to self-organized work. The realization of the soap factory Saboaria Popular Las Margaritas by the group of women of the Movement was a qualitative leap in the organization of organic militancy in the territory, with focus in the concept of associated work, in its ontological dimension, that brings in its bulge, beyond the productive sphere (generation of work and income), a feminist praxis based on Popular Education. The dimension of resistance to oppression/exploitation is expressed in the other fronts of Saboaria: territorial, formative and political, developing in the daily lives of the subjects involved in the experience, as the stage of life and immediate place of their most urgent needs, without losing the connection with the historical totality. This path of Saboaria, which the Systematization of Experiences sought to recover and analyze, reaffirms its construction in a moment permeated by questions: the advent of the pandemic of Covid-19, in which the announcement of the sharpening of different crises, among them the structural crisis of capital, mobilizes the action of political solidarity of the working class. Finally, our contribution as a conceptual synthesis, has in the "Pedagogical Flor-ação Process" (Flor-ação in Portuguese is a play on words meaning "flourishing" formed by the words "flower" and "action), its representation, considering elements of Pedagogy of the Oppressed, Socialist Pedagogy and Pedagogy of the Movement, in addition to the Popular and Solidarity Economy as a field of political action based on a society project that advances beyond capital. This process constitutes a living and radical movement, based on practical and real basis, which demands women who graduate in the movement of struggle and contradiction. In this crossing, which has the construction of class consciousness as an horizon, emancipatory potentials and indications of new sociability engendered as real possibilities flourish, and are found in an adverse conjuncture, bringing embryonic forms of Popular Power in their construction.

**Key words:** Popular Education; Popular Movement; Pedagogic Mediation; Peripheral Territory; Systematization of Experiences; Collective of Women from Saboaria Popular Las Margaritas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Município de Caxias, separado por bairros. ....	78
Figura 2 - Região do ‘grande Santa Fé’, onde se localiza o loteamento Vila Ipê. ....	78
Figura 3 - Símbolo do MTD .....	102
Figura 4 - Estrutura Organizativa Político-Social do MTD .....	120
Figura 5 - Trabalho de Base é Educação Popular.....	131
Figura 6 - Política de Solidariedade .....	138
Figura 7 - Trabalho como instrumento de leitura da realidade e como princípio educativo..	149
Figura 8 - Linha do tempo: travessia pelo território abril/2017 – maio/2020 .....	199
Figura 9 - Itinerário Formativo – Vila Ipê.....	199
Figura 10 - Mosaico das Estratégias de ação junto ao Grupo de Base.....	200
Figura 11 - Chamamento para o ato da greve geral.....	203
Figura 12 - Marcha contra a Reforma Trabalhista .....	204
Figura 13 - Mobilização pela pavimentação da rua das andorinhas.....	215
Figura 14 - Reunião no Centro Comunitário Vila Ipê para definir estratégias de aproximação com o território. ....	215
Figura 15 - Estratégia de piquete realizada por integrantes do MTD, no dia da greve geral.	220
Figura 16 - Estratégia de piquete realizada por integrantes do MTD, no dia da greve geral.	220
Figura 17 - Grito das Excluídas e dos Excluídos.....	222
Figura 18 - Grito das Excluídas e dos Excluídos.....	223
Figura 19 - Chamamento para o 1º. Encontro Hip Hop Popular.....	225
Figura 20 - 1º. Encontro de Hip Hop Popular .....	225
Figura 21 - Problematizações do Congresso do Povo .....	226
Figura 22 - Atividade no Centro Comunitário organizada pelo MTD .....	227
Figura 23 - Bazar da campanha do agasalho .....	230
Figura 24 - Jantar no Centro Comunitário Vila Ipê em alusão ao 8 de março .....	231
Figura 25 - Chamamento para primeira aula pública .....	233
Figura 26 - Chamamento para segunda aula pública.....	233
Figura 27- Aula Pública 25/04 (AMOB Belo Horizonte) .....	234
Figura 28- Aula Pública 25/04 (AMOB Belo Horizonte) .....	234
Figura 29 - Aula Pública 24/05 (AMOB Belo Horizonte) .....	235
Figura 30 - Aula Pública 24/05 (AMOB Belo Horizonte) .....	235

Figura 31 - Reunião e formação e do grupo de base Vila Ipê (novembro/2019) – definição da pauta trabalho para mobilização em 2020. ....	243
Figura 32 - Formação do grupo de base (julho/19) – AMOB Vila Ipê .....	246
Figura 33 - Formação do grupo de base (julho/19) – AMOB Vila Ipê .....	246
Figura 34 - Formação do grupo de base (novembro/19) – Assentamento Zumbi dos Palmares (MTD Caxias do Sul) .....	247
Figura 35 - Mística em reunião do grupo de base (outubro/2019) .....	247
Figura 36 - Mística na formação do grupo de base (setembro/2019) na AMOB Belo Horizonte .....	248
Figura 37 - Mística na formação do grupo de base (setembro/2019) na AMOB Belo Horizonte .....	248
Figura 38 - Mística na formação do grupo de base (julho/2019) na AMOB Vila Ipê.....	249
Figura 39 - Atividade em alusão ao dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.....	281
Figura 40 - Ações de Saúde Popular .....	286
Figura 41 - Folheto Salve Periferia – 1ª edição .....	286
Figura 42 - Folheto Salve Periferia – 2ª edição .....	287
Figura 43 - Kit de saúde popular, com explicação sobre ervas e raízes benéficas para nossa saúde .....	287
Figura 44 - Card de divulgação da campanha Quarentena Solidária .....	288
Figura 45 - Atividade Auxílio Emergencial: registro do dia em que concebemos a ideia da SPLM (02/05/2020).....	290
Figura 46 - Criação do grupo no WhatsApp (02/05).....	291
Figura 47 - Primeiras receitas pesquisadas (02/05).....	292
Figura 48 - Capa do livro “Las Margaritas em Floração - recuperação do processo vivido: maio de 2020 a março de 2021”. .....	293
Figura 49 - Plano de Sistematização – novembro/2020. ....	296
Figura 50 - Encontro de Sistematização – novembro/2020.....	296
Figura 51 - Recuperação do Processo Vivido (construção de quadros com registros fotográficos) – janeiro/2021 .....	298
Figura 52 - Recuperação do processo vivido (detalhe quadro em construção) – janeiro/2021 .....	298
Figura 53 - Recuperação do processo vivido: sínteses – janeiro/2021 .....	299
Figura 54 - Participantes da Reunião de 11/5, no Centro Comunitário Vinhedos. ....	301
Figura 55 - Integração das novas companheiras ao grupo do WhatsApp (11/05).....	301

Figura 56 - Breve explicação sobre a vida de Margarida Alves, compartilhada com o grupo .....	302
Figura 57 - Primeiro dia de produção de sabonetes (13/05), no Centro Comunitário Vinhedos .....	304
Figura 58 - Bancada da primeira produção de sabonetes (13/05) .....	304
Figura 59 - Primeira produção concluída: sabonetes de erva-doce (13/05) .....	305
Figura 60 - “Vaquinha” solidária (maio/2020).....	306
Figura 61 - Primeira compra de materiais da SPLM (16/05) .....	307
Figura 62 - Card de divulgação da Campanha de arrecadação de óleo de cozinha a ser reutilizado. ....	307
Figura 63 - Integração da farmacêutica voluntária, em 17/05 (assessoria sobre produção)...	308
Figura 64 - Identidade Visual da SPLM.....	309
Figura 65 - Identidade visual da marca (variação), desenvolvida pela designer Laura Wahlbrink .....	309
Figura 66 - Representação visual de Margarida Maria Alves, para divulgarmos nas redes sociais e explicarmos a inspiração do nome da Saboaria .....	310
Figura 67 - Painel Semântico para composição da Identidade Visual (acesso com hiperlink) .....	310
Figura 68 - Criação das Redes Sociais .....	311
Figura 69 - Produção no dia 20/05, no Centro Comunitário Vinhedos.....	312
Figura 70 - Sabonetes de aveia e mel e erva-doce e sabões de limpeza geral.....	313
Figura 71 - Produção de Sabão.....	313
Figura 72 - Processo das Embalagens .....	314
Figura 73 - Primeiras embalagens carimbadas .....	314
Figura 74 - Comunicação sobre os primeiros pedidos realizados nas redes sociais da SPLM (24/05) .....	315
Figura 75 - Organização da escala de trabalho (26/5).....	316
Figura 76 - Criação da nossa página na plataforma de financiamento coletivo “Apoia.se” (28/5) .....	317
Figura 77 - Texto de apoio para divulgação da plataforma de financiamento coletivo .....	318
Figura 78 - Card de divulgação da plataforma de financiamento coletivo, redes sociais e campanha de coleta de óleo de cozinha.....	319
Figura 79 - Texto da carta de boas-vindas aos clientes, escrita à mão (maio/2020) .....	319
Figura 80 - Integração da parceira Genessy ao coletivo (28/5).....	320

Figura 81 - Linha do Tempo SPLM (2019-2021) .....	324
Figura 82 - <i>Card</i> de divulgação da Live realizada junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGs) do Instituto Federal Farroupilha .....	325
Figura 83 - Cotidiano da produção no Centro Comunitário Vinhedos.....	325
Figura 84 - Cotidiano da produção no Centro Comunitário Vinhedos.....	326
Figura 85 - Reunião deliberativa .....	326
Figura 86 - Retorno ao Território (loteamento Belo Horizonte) – organização do espaço ....	327
Figura 87 - Retorno ao Território (loteamento Belo Horizonte) em setembro/2020 – graffiti Margarida Alves, feito por Andriago Martins (educador social, morador do território) .....	327
Figura 88 - Segundo Encontro Virtual do Ciclo de Diálogos sobre a Economia dxs Trabalhadorxs .....	328
Figura 89 - Cotidiano da produção no loteamento Belo Horizonte.....	328
Figura 90 - Coletivo “Las Margaritas” .....	329
Figura 91 - Identificando a sede da SPLM .....	330
Figura 92 - Identidade visual do documentário Las Margaritas Semeando .....	332
Figura 93 - Elementos do processo que culminaram na concretização da Saboaria .....	337
Figura 94 - Teias de Parcerias estabelecidas entre maio/2020 e março/2021 .....	342
Figura 95 - Por que Somos Margaridas? (Formação Saboaria).....	365
Figura 96 - Ornamentação do espaço para momento formativo, com cordel sobre Margarida Alves.....	366
Figura 97 - Frentes de Ação SPLM .....	370
Figura 98 - Poesia .....	386
Figura 99 - Ervas para a preparação do extrato glicólico .....	387
Figura 100 - Ornamentação do espaço, em momento formativo .....	387
Figura 101 - Shampooete Dandara dos Palmares ( <i>card</i> explicativo - história).....	388
Figura 102 - Shampooete Dandara dos Palmares ( <i>card</i> explicativo - propriedades) .....	389
Figura 103 - Produção do Shampooete.....	389
Figura 104 - Shampooete Carolina Maria de Jesus .....	390
Figura 105 - Entrega dos livros impressos .....	399
Figura 106 - Estreia do documentário “Las Margaritas, semeando”, na EMEF Tancredo Neves .....	399
Figura 107 - Detalhe da ornamentação do espaço, na estreia do documentário.....	400
Figura 108 - Processo de Flor(ação) Pedagógica .....	4098

Figura 109 – Catálogo de Produtos da Saboaria Popular Las Margaritas .....413



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Rede pública intersetorial – Loteamento Vila Ipê.....	80
Quadro 2 - Questões discutidas na pré-conferência de Assistência Social (2015) do Território CRAS Norte.....	81
Quadro 3 - Materiais para análise.....	92
Quadro 4 - Cenários Metodológicos.....	155
Quadro 5 - Avaliação de 2019 e Planejamento de 2020.....	278
Quadro 6 - Síntese das Experiências destacadas pelo coletivo, de junho/2020 a março/2021 .....	322
Quadro 7 - Articulações realizadas no Território, a partir da SPLM .....	393
Quadro 8 - Articulações realizadas para além do território, a partir da SPLM.....	395
Quadro 9 - Dimensões Educativas que constituem a Saboaria Popular Las Margaritas .....	402

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALAS	Asociación Latinoamericana de Sociología
ALBA	Alianza Bolivariana para Pueblos de Nuestra América
AMOB	Associação de Moradores do Bairro
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CAPS	Centro de Assistência e Promoção Social
CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
CEP	Centro de Estudos Periféricos
CEPIS	Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
CETEP	Confederação de Trabalhadores da Economia Popular
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes
COLACOT	Confederación Latinoamericana de Cooperativas y Mutuales de Trabajadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPP	Comissão Política Pedagógica
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRB	Curso de Realidade Brasileira
CUFA	Central Única das Favelas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EFFPT	Escola de Formação Fé, Política e Trabalho de Caxias do Sul
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EPS	Economia Popular Solidária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAS	Fundação de Assistência Social
FET	Frentes Emergenciais de Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNCAP	Fundação de Casa Popular
GT	Grupos de Trabalho
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
ISA	Instituto Socioambiental
LASA	Latin American Studies Association
ONG	Organização Não Governamental
JOC	Juventude Operária Católica
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais siglas/identidades
LPJ	Levante Popular da Juventude
MDSA	Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
MOTU	Movimento Organizado de Trabalhadores Urbanos
MP	Mediações Pedagógicas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos
MTE	Movimento dos Trabalhadores Excluídos
NEPGS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POSDR	Congresso do Partido Operário Socialdemocrata Russo
PPAS	Planos Plurianuais
PPT	Pontos Populares de Trabalho
PT	Partido dos Trabalhadores

PFP	Processo de Flor(ação) Pedagógica
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES	Secretaria Nacional da Economia Solidária
SESI	Serviço Social da Indústria
SINDISPREV/ RS	Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência do Rio Grande do Sul
SPLM	Saboaria Popular Las Margaritas
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TE	Território Educativo
TEP	Território de Empoderamento Popular
TPP	Território e Participação Popular
UAB	União das Associações de Bairro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISOL	Central de Empreendimentos Econômicos Solidários
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UTEP	União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular
VISATE	Viação Santa Tereza
WFP	World Food Programme

## SUMÁRIO

<b>1 SITUANDO O (A) CAMINHANTE: EXPERIÊNCIA EM PROCESSO TRADUZIDA EM LINHAS .....</b>	<b>22</b>
1.1 SOBRE A EXPERIÊNCIA EM PROCESSO: A TESE QUE SE CONSTRÓI.....	28
1.2 GESTANDO E FORJANDO AS EXPERIÊNCIAS: UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO TEXTO .....	40
1.3 DE QUAIS EXPERIÊNCIAS SE PARTE? OS DIFERENTES CAMINHOS QUE DÃO VIDA À TESE.....	46
1.3.1 Motivações pessoais: andarilhagens reflexivas e tempos fundantes .....	46
1.3.2 O percurso do mestrado: as trilhas de ressignificação do Território Educativo ..	50
1.3.3 A pesquisa-ação como pressuposto mobilizador da experiência .....	59
<b>2 (RE) DESENHANDO O CAMINHO DA PESQUISA-AÇÃO: “O CAMINHO SE FAZ AO ANDAR E LENDO O MUNDO COM CRITICIDADE” .....</b>	<b>65</b>
2.1 CARTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA.....	66
2.1.1 A carta do redimensionamento da pesquisa: uma nova carta em um novo momento .....	67
2.1.2 Definição do campo empírico .....	74
2.2 DELINEAMENTO DO CAMPO EMPÍRICO - TERRITÓRIO E SUJEITOS .....	75
2.2.1 O loteamento Vila Ipê - periferia de Caxias do Sul/RS, Brasil.....	75
2.2.2 Aspectos históricos do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) – “Direito de trabalhar. Trabalhar com direitos” .....	84
2.2.3 Estrutura política, organizativa e educativa do Movimento: uma perspectiva de análise .....	91
2.2.3.1 Identidade, valores e organização político-social do movimento .....	94
2.2.3.2 Trabalho de base é Educação Popular: o contexto do território urbano periférico e a dimensão formativa da luta popular .....	120
2.2.3.3 Política de Solidariedade .....	132
2.2.3.4 O Trabalho como instrumento de leitura da realidade e como princípio educativo.	138
<b>3 ENTRELAÇAMENTOS DO COTIDIANO DA TRAVESSIA – O PREPARO DE UM SOLO FÉRTIL E O CULTIVO EM MOVIMENTO .....</b>	<b>150</b>
3.1 A TRAVESSIA DA PESQUISADORA MILITANTE IMPLICADA NO CAMPO EMPÍRICO .....	154
3.2 ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A TRAVESSIA E QUE POR ELA SÃO CONSTITUÍDOS .....	163

<b>3.2.1 Crise urbana e os impactos na constituição do território periférico – as relações com a organização popular</b> .....	<b>163</b>
<b>3.2.2 Sujeitos em trânsito no território periférico</b> .....	<b>181</b>
<b>3.2.3 Uma travessia pela categoria filosófica “mediação”</b> .....	<b>181</b>
<b>3.3 A PESQUISA-AÇÃO COMO MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA</b> .....	<b>189</b>
<b>3.4 AS MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS DO TRABALHO DE BASE NO CENTRO DA AÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS POPULARES: O CULTIVO DA EXPERIÊNCIA E A PRÁXIS ITINERANTE NO TERRITÓRIO</b> .....	<b>196</b>
<b>3.4.1 Proposição de espaços formativos, participativos e de luta social tendo o território como centralidade</b> .....	<b>200</b>
3.4.1.1 Ponto de partida: espaços de diálogo comum – dizer a palavra, construir a ação e tecer reflexões na organização e na luta.....	201
3.4.1.1.1 2017: <i>(re)aproximação com o Território</i> .....	202
3.4.1.1.2 2018 – <i>Um ano de proposições no Território</i> .....	207
3.4.1.1.3 2019 – <i>Aprofundamento nas relações com o território</i> .....	216
3.4.1.2 Eventos e Ações de Solidariedade – mobilizar e cooperar como ação política.....	223
3.4.1.3 Ponto de chegada: a formação do grupo de base – aprofundando as parilhas.....	236
<b>3.4.2 A Mística como mobilizadora de uma educação sentipensante</b> .....	<b>251</b>
<b>3.4.3 Unidade na diversidade como alicerce da ação política: reconhecimento e estranhamento da pertença a um coletivo</b> .....	<b>256</b>
<b>3.5 APONTAMENTOS REFLEXIVOS DO PROCESSO</b> .....	<b>261</b>
<b>4 TRAJETOS DE UMA COMUNIDADE TRANSCENDIDA PELA CRISE E PELA CONCRETUDE – A SEMEADURA NECESSÁRIA QUE CONDUZ AO GERMINAR</b> .....	<b>272</b>
4.1 A PANDEMIA DA COVID-19 QUE AGUDIZA CRISES JÁ EXISTENTES.....	273
4.2 A CRIAÇÃO DA SABOARIA POPULAR LAS MARGARITAS.....	277
<b>4.2.1 Recuperando o processo vivido: as construções coletivas que fertilizaram o nosso desabrochar</b> .....	<b>283</b>
<b>4.2.2 Contextualizando a Recuperação do Processo Vivido, no processo da Sistematização da Experiência da SPLM</b> .....	<b>292</b>
4.2.2.1 Linha do tempo da SPLM: maio/2020, o primeiro mês de atividade – uma flor germinando.....	300
4.2.2.2 Quadro Síntese das experiências destacadas pelo coletivo, de junho/2020 a março/2021.....	321
<b>4.2.3 As reflexões de fundo – identificando as primeiras forças estruturantes do processo</b> .....	<b>333</b>

4.2.3.1 O campo da Economia Popular Solidária como contexto que reemerge a partir da práxis do coletivo. ....	342
<b>4.2.4 Os pontos de chegada .....</b>	<b>354</b>
4.3 AS MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS DO TRABALHO ASSOCIADO: SEMENTES GERMINANDO .....	355
<b>4.3.1 Autorreferência e coletividade.....</b>	<b>356</b>
<b>4.3.2 O espaço do trabalho associado em sua dimensão ontológica como eixo condutor do processo .....</b>	<b>368</b>
<b>4.3.3 Educação popular para a construção de uma práxis feminista .....</b>	<b>377</b>
<b>4.3.4 Articulação no território e para além dele, a partir da Saboaria: formas de comunicar e fortalecer a experiência para disseminá-la.....</b>	<b>391</b>
<b>5 O ACENO DAS RUPTURAS NO TERRITÓRIO DE EMPODERAMENTO POPULAR: O PROCESSO DE FLOR(AÇÃO) PEDAGÓGICA .....</b>	<b>404</b>
5.1 UMA FLOR NASCEU NA RUA: AS FORÇAS ESTRUTURANTES DO PROCESSO.....	407
<b>5.1.1 As relações ser humano-natureza como o solo fértil do Processo de Flor(ação).412</b>	
<b>5.1.2 Nutrientes das Mediações Pedagógicas: as forças estruturantes do processo como rupturas contra hegemônicas e potenciais de emancipação .....</b>	<b>421</b>
5.2 A EXPERIÊNCIA QUE TRANSCENDE A TESE – AS MARGARIDAS SEGUEM FLORESCENDO E DISSEMINANDO.....	448
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>455</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>466</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>488</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>489</b>
<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>490</b>
<b>APÊNDICE D .....</b>	<b>492</b>
<b>APÊNDICE E.....</b>	<b>493</b>

## 1 SITUANDO O (A) CAMINHANTE: EXPERIÊNCIA EM PROCESSO TRADUZIDA EM LINHAS

*... Caminante, son tus huellas  
el camino y nada más;  
caminante, no hay camino,  
se hace camino al andar.*

**Antonio Machado**

Ao iniciar este exercício de registro da pesquisa, apresento a proposta basilar de traduzir pelas rotas lineares da escrita as rotas nada lineares que configuram a “experiência em processo” que engendra esta tese.

Foram aproximadamente seis anos, desde a minha aproximação com o território que ganha centralidade na presente pesquisa, e, dentro destes seis anos, quatro deles dedicados (também) a minha aproximação com o Movimento Popular abordado na tese.

Foram relações construídas (dentro e fora do âmbito da Academia), afetos, partilhas, divergências, limites, leituras coletivas de realidade, e, com isso, das contradições, buscas de superação, cansaços, lágrimas – de emoção e de tristeza - esperanças e utopias. Linhas escritas, descartadas, mudanças de rotas, descobertas: a rigorosidade metódica como horizonte, as leituras infundáveis, a fadiga mental e a curiosidade epistemológica.

A esse emaranhado potente e humanizador, concreto e difuso, objetivo e subjetivo, racional e emocional, de tudo aquilo que traduz essa etapa de construção da tese, que me dispus a viver com a inteireza que consegui, chamei de “experiência em processo”.

A expressão “experiência em processo” toma como inspiração o título da obra “Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo”, do educador pernambucano Paulo Freire, cujo referencial epistemológico perfaz-se como uma das sustentações do presente trabalho, que também adota como método de análise o Materialismo Histórico Dialético<sup>1</sup>. Neste sentido, Fernandes (2016) expressa que o legado de Paulo Freire, para além de ser entrelaçado

---

<sup>1</sup> O Materialismo Histórico Dialético, de acordo com Triviños (2009, p.51), é a ciência filosófica da perspectiva marxiana (filosofia da práxis), ou ainda, o método que o pensador propõe para abordar a realidade, a partir do estudo das leis sociológicas que caracterizam a vida na sociedade, a sua evolução histórica e as práticas sociais dos sujeitos no desenvolvimento da humanidade. “O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana”. O materialismo dialético, como filosofia do marxismo, sustenta dialeticamente que material e ideal são opostos, no entanto coexistem em uma unidade na qual a base é material. No nível da lógica, a dialeticidade é exigida na leitura da realidade contraditória, condição que supera a lógica formal que tem como princípio a ‘não contradição’.

com o do Humanismo Marxista<sup>2</sup>, oferece introspecções que contribuem significativamente para a compreensão do papel da práxis, no Humanismo Marxista.

A categoria “experiência”, nesse estudo é tomada, considerando as contribuições teóricas do historiador Edward Palmer Thompson, que a destacam como fundamental na compreensão dos processos educativos, no contexto da materialidade histórico-social. A experiência como uma intermediadora entre sujeito e processo, considerando a totalidade do fenômeno social, constituindo-se no processo histórico em que mulheres e homens encontram-se inseridos: não como seres abstratos e sim situados em condições sociais específicas:

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares (THOMPSON, 1981, p. 111).

A experiência, portanto, demanda o agir humano na história, ou seja, com mulheres e homens pensando em determinada realidade e pressupondo a compreensão do diálogo entre o ser social e a consciência social, concebendo a vinculação permanente entre a matéria e o pensamento. Recusando as concepções que desmaterializam a vida cultural e as que a reduzem ao econômico. Nessa perspectiva, é pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos.

Desta forma, a experiência que surge no ser social, de acordo com Vendramini e Tiriba (2014, p.61) não se dá sem pensamento ou sem reflexão. A articulação da experiência como dimensão cultural, circunscrita no plano das relações de produções, também é sinalizada, a partir da compreensão de que experiência e cultura estão vinculadas na materialidade social e podem ser compreendidas no contexto amplo do desenvolvimento histórico.

Em um primeiro momento, a perspectiva era desenvolver uma pesquisa que discutisse relações entre Educação e Movimentos Sociais Populares, tendo como o cenário da experiência, o território periférico. Porém no decorrer da pesquisa-ação a temática do trabalho se evidenciou, na práxis cotidiana, passando a integrar essa trama de relações a ser analisada e, a partir da qual pretendo contribuir para o campo das discussões na Academia e para além dela.

---

<sup>2</sup> Freire faz referências teóricas diretas à literatura marxista, inclusive ao próprio Marx, tendo ao longo de sua obra combinado conceitos considerados importantes para uma pedagogia crítica, mesmo que, de acordo com Fernandes (2016) eles se originassem de posições teóricas conflitantes (por exemplo, a sociedade aberta liberal de Karl Popper, mas também a visão de Fanon, Luckács e Erich Fromm), o que não anula o fato da pedagogia da libertação freiriana estar enraizada nos princípios fundamentais do humanismo marxista, ao passo que sua perspectiva se dá na superação da opressão a partir de um processo de conscientização crítica que se fundamenta na unidade dialética entre teoria e prática transformadoras.



O grande desafio que assumi, nos últimos quatro anos, foi o de lançar o meu olhar investigativo para um recorte da realidade na qual se insere o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), não deixando de considerar que o Movimento está inserido em uma totalidade, sendo, portanto, produto de uma constituição histórica.

Essa investigação se dá diante da necessidade de identificar e analisar práticas atuais do campo da esquerda brasileira<sup>3</sup> (no qual o MTD se insere, no âmbito das organizações do campo político do Projeto Popular para o Brasil), que tenham relação com a Educação Popular, com os sujeitos massivos, militantes e direção, assim como da necessidade de se voltar a discutir a retomada do “trabalho de base” aprofundando a leitura sobre o território periférico urbano.

A finalidade desse estudo, portanto, é compartilhar a experiência sistematizada, construída na práxis cotidiana coletivamente<sup>4</sup>, com o objetivo de acumular reflexões e ações que possam oferecer subsídios para o debate que envolve: ação coletiva (aqui organizada a partir do instrumento de um movimento popular), território e sujeitos sociais, educação popular, e trabalho associado. Nesse sentido, a intenção é de colaborar tanto para o campo teórico que estuda as relações entre movimentos sociais, trabalho e educação, como para contribuir, em algum nível, aos estudos e práticas do MTD, do qual, nesse momento, estou mais próxima, assim como de outras organizações políticas afins.

Dessa forma, na perspectiva de Tiriba e Picanço (2004, p. 20), esse trabalho assume a direção daquelas e daqueles que buscam apreender a complexidade da formação humana “pelo veio do que acontece do lado de fora dos muros da escola e do lado de fora da fábrica ou da empresa capitalista”, enveredando-se por espaços outros de formação que questionam e propõem reflexões, justamente por não se circunscreverem à instituição escolar ou à organização capitalista do trabalho.

---

<sup>3</sup> Importante sinalizar que os conteúdos das definições de esquerda e de direita, no decorrer da história, passam por modificações, variando também conforme a perspectiva teórica, o contexto cultural e as concepções normativas dos analistas. Aqui, consideramos os sujeitos localizados no espectro ideológico da esquerda, o conjunto dos indivíduos e organizações, partidárias ou não, articulados em torno de uma cultura política comum com vistas à superação do capitalismo.

<sup>4</sup> Nesta tese, fiz a opção de alternar a narrativa entre primeira pessoa do singular e primeira pessoa do plural. Explico o porquê dessa opção: parto do princípio de que toda a narrativa que se desenvolve aqui é fruto de uma experiência coletiva, no entanto, em alguns momentos, na escrita, faço referências na primeira pessoa do singular de modo a sinalizar algumas opções no plano da singularidade, no processo da escrita, o qual, em alguns momentos é solitário. Compreendo o processo educativo é permeado pela dialética entre o objetivo e o subjetivo, o subjetivo e o intersubjetivo, entre a parte e o todo, entre o singular e o universal, dessa forma, transitando entre as dimensões da singularidade e da coletividade, fundamentada na práxis, fiz a opção pela variação aqui explicada.

Nesse exercício, é relevante destacar que a totalidade não significa a apreensão de toda a realidade<sup>5</sup>, nem um todo composto pela soma das partes. Na concepção marxiana, corresponde à necessidade de desvelar a realidade, da gênese ao seu desenvolvimento, como síntese de múltiplas determinações (MARX, 2008).

Em Konder (1981, p.35), a compreensão acerca da visão de conjunto é sempre provisória, não se pretendendo esgotar a realidade, polissêmica, complexa e multifacetada, a qual ele se refere:

A realidade é sempre mais rica do que conhecimento que temos dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem (sic) descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é chamada de totalidade.

Há totalidades mais abrangentes e totalidades menos abrangentes: as menos abrangentes, é claro, fazem parte das outras. A maior ou menor abrangência de uma totalidade depende do nível de generalização do pensamento e dos objetivos concretos dos homens em cada situação dada. Se eu estou empenhado em analisar as questões políticas que estão sendo vividas pelo meu país, o nível de totalização que me é necessário é o da visão de conjunto da sociedade brasileira, da sua economia, da sua história, das suas contradições atuais. (KONDER, 1981, p. 35).

A História, na perspectiva marxista, de acordo com Kosik (1995), é a história do mundo real, sendo, portanto, concebida como processo da vida real dos sujeitos e das relações cultivadas entre si, entre si e a natureza, por meio do trabalho:

Mundo real é o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. O mundo real é o mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social (KOSIK, 1995, p. 23).

Propondo-me, a, implicada na experiência, desenvolver uma descrição minuciosa deste recorte de realidade, busco extrair de maneira reflexiva e amparada conceitualmente, elementos para uma leitura crítica da mesma, considerando, em termos epistemológicos, a produção do conhecimento como uma prática social, construtora da realidade. Ancoro-me em Netto (1994), ao discorrer sobre o fato de que o menor componente da realidade analisada, não é um componente simples, mas sim, uma totalidade de menor complexidade, sendo que, de acordo com o autor, somente se torna possível desvelar essa realidade, a partir das contradições

---

<sup>5</sup> De acordo com Silva (2019, p.50) a leitura da realidade operada por meio do método marxiano apreende um todo vivo e articulado, construído objetiva e subjetivamente pelo ser social. A pesquisa marxiana não pressupõe neutralidade, sendo ela, também, um caminho político, que busca “desvendar os interesses classistas e apoia o interesse concretamente coletivo, da emancipação do ser social. Portanto, o método e a teoria marxiana se dirigem a um projeto societário alternativo ao capital”.

e mediações, com o objetivo de criticar as relações opressivas e contrárias e propor a transformação das relações sociais.

Entre mediações e contradições, articulando teoria e prática, se dá a materialização da tese, fruto de uma experiência participativa, construída a muitas mãos e sistematizada nas próximas páginas com um profundo afeto, respeito a toda a diversidade de vozes evocadas, e, a busca pelo rigor metodológico, pautado em instrumentos que visam proporcionar objetividade ao processo e que caracteriza o trabalho científico. Aqui, faço referência a Brandão (2006) que evidencia um importante aspecto da pesquisa participativa, construída coletivamente entre as classes populares:

A confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo do seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, corresponsável e solidário (BRANDÃO, 2006, p. 24).

Neste escopo, alinhado à perspectiva de Triviños (2009), no que diz respeito ao Materialismo Histórico Dialético, este estudo considera que o início e o desenvolvimento de tudo que existe, depende da história e da natureza, em um permanente processo de transformação.

A presente tese se constitui a partir das metáforas que nomeei no decorrer da escrita, e que nesse enredo serão contextualizadas, descritas e analisadas: uma *travessia* coletiva pelo território periférico, compreendido aqui como um solo fértil para as mediações pedagógicas que se desdobram dos encontros entre os sujeitos do MTD, e, que previu diferentes movimentos: *a preparação do solo, o semear, o cultivo, o germinar, a flor(ação) e o disseminar*.

Para além disso, a pesquisa constitui-se também como uma fotografia de um processo em movimento, que continua e transcende a própria tese em si. Neste recorte materializado e sistematizado, a intenção político pedagógica, o engajamento orgânico em uma ação militante e o meu compromisso social como investigadora com as classes populares buscam contribuir, em algum nível, para o aprimoramento das reflexões/ações em torno da proposta de educação do movimento que integro. Considero aqui, a educação, de acordo com Machado (2015) inserida em um processo global de produção de existência humana, enquanto prática social emancipatória, determinada materialmente, levando em conta, ainda, o horizonte da superação efetiva do capital que traz em seu espectro o trabalho alienado, explorado, autoritário, dentre muitas outras dimensões, o tensionamento das relações entre o Movimento e o Estado, e a melhoria efetiva da qualidade de vida das trabalhadoras e trabalhadores.

Neste exercício de escrita, como etapa de elaboração de uma práxis, a ser revisitada e atualizada em outras etapas do processo, cabe enfatizar a postura de investigadora militante, inserida no Movimento e ao mesmo tempo disposta a realizar, na perspectiva de Paludo (2001) o “estranhamento” e o distanciamento reflexivo acerca do contexto no qual estou implicada, movimento este que prevê relações entre a minha subjetividade e a objetividade que a leitura crítica pressupõe.

Este estudo ainda carrega transversalmente, como intencionalidade reflexiva e prática, reforçar:

- a relevância da aproximação entre a Academia e as comunidades periféricas
- a necessidade de uma Extensão Popular<sup>6</sup> que, em um primeiro momento, exista e seja considerada dentro da Universidade, para que, conseqüentemente, possa ser fortalecida e construída coletivamente
- a importância e a urgência, em nosso tempo recente, de uma Universidade (sobretudo a pública e a comunitária, por uma questão de princípio lógico) comprometida com as classes populares e consciente da estrutura histórica geradora de desigualdades que nos forja.

Entrelaçadas, com essas intencionalidades, as dimensões desse estudo processual se engendram em uma perspectiva utópica, considerando, como Freire (1980) preconiza, a utopia como exigência permanente de um conhecimento crítico, ou seja, como um ato gnosiológico que dialetiza a denúncia e o anúncio:

Eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la. Não posso anunciar se não conheço, mas entre o momento do anúncio e a realização do mesmo existe algo que deve ser destacado: é que o anúncio não é anúncio de um anteprojetado, porque é na práxis histórica que o anteprojetado se torna projeto. É atuando que posso transformar meu anteprojetado em projeto; na minha biblioteca tenho um anteprojetado que se faz projeto por meio da práxis e não por meio do blábláblá (FREIRE, 1980, p. 28).

No dinamismo dialético da denúncia e do anúncio, mergulhado na práxis como teoria do conhecimento (TADDEI, 2019), constitui-se o “fazimento” dessa escrita. A escrita ancorada na práxis, no ato de conhecer que se forja, acessando metodologicamente a realidade. O aspecto libertário e revolucionário da práxis se consolida na dissolução da dicotomia do pensamento e ação, exigindo que estes ocorram simultânea e dialeticamente. Uma escrita que se constitui e é constituída pela crítica e autocrítica, desenvolvendo-se na dimensão da historicidade e

---

<sup>6</sup> Consideramos aqui o estudo de Cruz (et al., 2021), para tecer reflexões sobre a Extensão Popular. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/16028> . Acesso em: 23 de set 2021.

mantendo como horizonte utópico a transformação da realidade, a partir de uma experiência que se desenvolve como contra hegemônica.

### 1.1 SOBRE A EXPERIÊNCIA EM PROCESSO: A TESE QUE SE CONSTRÓI

A partir do presente estudo, denominado “Mediações pedagógicas no Território de Empoderamento Popular: uma experiência em processo/ Caxias do Sul-RS”, eu me proponho a investigar a ação de um Movimento Social Popular em um território periférico da cidade de Caxias do Sul, destacando a categoria “mediação pedagógica” para analisar o encontro entre movimento e comunidade (que, por sua vez, passa a integrar o movimento), potencializando ações coletivas e o acúmulo de forças sociais<sup>7</sup> no território.

A mediação pedagógica, na perspectiva de Adams (2007, p.17) está situada em uma práxis social e historicizada, na qual as condições objetivas interagem com as subjetivas, na perspectiva de uma relação educativa, oportunizando um processo dialético entre objetividades e subjetividades, favorecendo a geração de uma mudança de *ethos*<sup>8</sup> individual, coletivo, emancipador.

No encontro entre a militância e a comunidade emergem as mediações pedagógicas sobre as quais essa tese versa. O *ethos* aqui é compreendido na perspectiva dos estudos do autor, como uma “matriz que constitui o caráter pessoal ou o modo cultural (...) estilo de vida ou ação. Atua como uma sabedoria implícita que remete ao sistema de crenças, um modo de compreensão, de postura perante o mundo e consequente modo de agir”.

Desde o ano de 2017 acompanho, no âmbito da investigação militante<sup>9</sup>, os processos coletivos, com destaque às mediações pedagógicas, que envolvem o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) na cidade de Caxias do Sul.

O MTD é um movimento social popular urbano de classe, atravessado pelas questões objetivas e subjetivas de nosso tempo histórico em construção. Forjado no ano 2000, atualmente

---

<sup>7</sup> Forças sociais figuram aqui como agrupamentos sociais, responsáveis pela defesa dos interesses individuais e coletivos de todos os participantes. Tais forças estão permanente relação umas com as outras, em um contexto histórico. Ancorada em Gramsci (2012), Silva (2017, p.8) discorre que o campo de tensões, no qual os movimentos sociais se forjam, na contemporaneidade, em que se constitui a dimensão política da sociedade civil, se dá no momento da correlação de forças sociais: na relação estrutural estabelecida entre a classe trabalhadora e a burguesia, reproduzindo-se, de forma contraditória, na superestrutura do Estado Moderno – no plano das forças políticas.

<sup>8</sup> Essa relação, no escopo das mediações pedagógicas, será aprofundada, adiante.

<sup>9</sup> Compreendemos aqui que a pesquisa-ação participante pressupõe uma investigação militante, visto que, neste estudo, se constitui como uma ação político-pedagógica, com opção ideológica de práxis com os oprimidos/explorados historicamente em nossa sociedade.

caracteriza-se como um movimento de massa, formado por trabalhadoras e trabalhadores, feminista, antirracista, que atua no contexto das periferias e organiza-se nacionalmente (MTD, 2018).

Objetiva reunir e organizar a classe trabalhadora, a partir do território de moradia e fazer a luta por trabalho e por direitos: econômicos, políticos, sociais e culturais (MTD, 2018).

Também figuram como objetivos do movimento, estudar, analisar e agir na realidade em busca da transformação social que traga direitos e autonomia para o povo brasileiro. Trabalho digno, moradia, saúde, educação, cultura e combate à violência são algumas das pautas das lutas sociais do coletivo que carrega como síntese de suas intenções e como programa de sustentação, a construção do Projeto Popular para o Brasil<sup>10</sup>, “como uma força social em que as trabalhadoras e trabalhadores sejam protagonistas da construção do nosso país e de uma sociedade sem exploração, dominação e opressão” (MTD, 2018).

Partindo desses sujeitos da pesquisa configurados como as pessoas vinculadas ao Movimento, esta tese dedica o seu olhar investigativo às experiências educativas<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> O Projeto Popular para o Brasil pode ser compreendido como o conjunto de reformas estruturais capazes de engajar a maioria da sociedade na luta pela transformação econômica e social do Brasil. Em uma perspectiva histórica, em diversos momentos o povo brasileiro e as organizações políticas (institucionais e não institucionais) da esquerda lograram construir unidade na luta e fortalecimento de base, colocando em disputa um projeto desse espectro político, contra as forças dominantes. A exemplo disso: no início da década de 1960, tínhamos as Reformas de Base, que era o projeto da classe trabalhadora. Na década de 1980, vimos um conjunto de organizações populares e sindicais pautarem a construção do Projeto Democrático e Popular, sintetizado no interior dos debates no PT (Partido dos Trabalhadores). Na conjuntura dos anos 90, esse campo político assume novas movimentações, articuladas principalmente pelo MST, diante do refluxo do PT em relação à luta de classes e da fragilização do debate de um horizonte estratégico pautado nas reformas burguesas estruturais, democrático-populares, compreendidas como necessárias de serem organizadas pela classe trabalhadora. Em 1997, como um desdobramento da Conferência de Itaipó, após um conjunto de marchas organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, forma-se a Consulta Popular (ver nota 50). São projetos que orientam a sociedade para alternativas de esquerda, permitem acumularmos força em momentos de descenso das lutas de massa e, ao mesmo tempo, alterar a correlação de forças nos momentos em que a luta política torna-se central no cotidiano das pessoas (Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/535701-levante-a-juventude-e-a-construcao-de-um-projeto-popular-para-o-brasil> . Acesso em: 13 set. 2020.

<sup>11</sup> A concepção de educação perpassada pela politicidade, na qual essa pesquisa se ancora, está identificada com a perspectiva da educação popular, conforme Paludo (2018, p. 172) apresenta: “educação popular, como sendo aquela “feita com o povo, com os oprimidos, ou as classes populares, a partir de uma determinada concepção de educação, a educação libertadora”. Ainda nesta dimensão, no decorrer da investigação, consideramos com maior ênfase, o conceito de omnilateralidade, na perspectiva de Marx; Engels (1978), pautado na educação que articula o fazer e o pensar, sendo isso possível a partir da rearticulação entre o trabalho manual e intelectual, como condição ontológica na formação do ser integral, visando a ruptura com as forças materiais do capitalismo e assumindo o trabalho como princípio educativo (GRAMSCI, 1981). Ainda no que concerne à perspectiva ontológica, a concepção de educação na qual esta pesquisa se projeta, inspirada em Freire (2016a) considera a constituição histórica e social da natureza humana, de modo que a consciência que forjamos em nossas relações é marcada pela inconclusão, ou ainda, pelo inacabamento, abrindo-se, portanto, em nós, seres humanos, uma a possibilidade para nossa vocação ontológica do “ser mais”.

desenvolvidas na periferia da cidade, especificamente, na área norte, loteamento Vila Ipê e adjacências.

Para isto, formulo a seguinte questão: *Considerando a sistematização da experiência em processo e a análise das mediações pedagógicas construídas no encontro entre militantes do MTD e a comunidade do loteamento Vila Ipê (que, por sua vez, passam a integrar o movimento), quais "rupturas"<sup>12</sup> acumuladas coletivamente, se apresentam como potenciais de emancipação humana e social, na práxis que se desdobra desse encontro, a partir do território periférico?*

As relações entre *mediações pedagógicas*, no escopo da educação popular, *território periférico*, *Movimentos Sociais Populares* e *emancipação humana*, configuram os entrelaçamentos que tecem a presente pesquisa, sendo consideradas categorias compreensivas centrais. Na perspectiva de Thompson (1981) acerca da provisoriedade do conhecimento, de modo que as categorias mais apropriadas às compreensões emergem da interação entre teoria e evidência, somam-se, no confluir da experiência no campo empírico, outras duas (que serão contextualizadas ao longo da escrita): o *trabalho associado*, em sua dimensão ontológica, como princípio educativo e como eixo condutor de um processo organizativo de mulheres, que nomeamos "Processo de Flor(ação) Pedagógica" (PFP) e o *feminismo popular classista*.

Trabalho, nessa concepção, de acordo com Tiriba e Picanço (2004) concebido na perspectiva marxiana de mediação entre ser humano e natureza, no processo de criação e recriação da realidade humano-social. Soma-se isso, à compreensão de trabalho como práxis produtiva, sendo a objetivação do agir laborioso dos sujeitos que, como integrados à natureza, modificam a própria natureza.

O advento da Covid-19<sup>13</sup> e todos os atravessamentos advindos da pandemia mundial também foram incorporados a essa escrita, visto que demarcam deslocamentos e movimentações no campo empírico que foram devidamente registradas no processo da experiência vivenciada.

Esse cenário que se sobressaiu a partir da pandemia, por si só, já confere uma característica peculiar e inédita ao processo a ser descrito, visto que, como pesquisadora

---

<sup>12</sup> Estamos considerando aqui rupturas como processos de enfrentamento à lógica hegemônica, pautados em experiências coletivas de autoconstrução, as quais, dialeticamente, evidenciam contradições, buscam estratégias para sua superação, avançam e encontram limites em seu confluir.

<sup>13</sup> A pandemia da COVID-19 pelo novo Coronavírus tem se apresentado, de acordo com Werneck; Carvalho (2020), como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século. Iniciada no período final de 2019, na China, chegou ao Brasil poucos meses depois, tendo o primeiro caso registrado em 26 de fevereiro de 2020.

militante me percebi, integrada ao coletivo com o qual atuei e atuo, enfrentando uma contingência única na história da humanidade – a Covid-19, as crises estruturais que ela explicita, amplia e também as que ela anuncia.

Considerando o levantamento realizado, entre teses, dissertações e artigos, descritos no projeto de tese, pré-qualificação, é importante sinalizar a presença de poucas produções sobre a temática que abrange processos de construção de ações coletivas e participação popular em territórios periféricos, na área da Educação.

Sendo assim, a presente pesquisa visa trazer como possível contribuição material teórico e empírico, propondo, inclusive, a sistematização de uma práxis construída por um grupo de mulheres moradoras do território e vinculadas ao MTD, no cotidiano do trabalho associado, que será apresentada adiante.

A metodologia da pesquisa-ação, inspirada na perspectiva de Brandão (2006), quando discorre sobre a pesquisa participante<sup>14</sup>, permite a reflexão acerca de um modelo de investigação social e participante inscrita no próprio fluxo das ações sociais populares. Ancorome, dessa forma, em uma metodologia participativa, fazendo referência, de acordo com Gajardo (1986) às experiências que procuram conhecer, transformando a realidade, na relação cotidiana com as gentes, com os diferentes saberes em questão e com os territórios. A metodologia assumida, portanto, tendo a participação dos sujeitos como pressuposto mobilizador da pesquisa, nos permite reflexões que se aproximam mais da realidade para a qual voltamos o nosso olhar investigativo.

Ainda no que concerne à metodologia escolhida, Bringel e Maldonado (2016) evidenciam a relevância do papel do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, que também inspira este estudo, ao passo que, de forma identificada com o autor em sua ação junto ao movimento campesino radicalizado. Construções forjadas no engajamento político e no trabalho com as bases, mobilizam essa pesquisa, a partir de um Movimento Popular classista urbano.

Nessa perspectiva não se busca negar o trabalho científico como ponto de partida e sim enriquecê-lo, a partir da “diversificação de fontes bem como a construção de uma

---

<sup>14</sup> Soares; Ferreira (2006); Machado (2015) pontuam sobre autores que abordam a pesquisa participante e a pesquisa-ação sem diferenças conceituais, pautando-se no fato de que ambas são embasadas no escopo da educação libertadora, com vistas à transformação social. Nesta pesquisa, não serão feitas diferenciações conceituais, pois a metodologia foi desenvolvida em ambas as perspectivas, sendo assumida a pesquisa-ação ao considerar que é realizada a investigação, sobretudo na etapa após 2020, acerca das questões emergentes no grupo participante, além da busca de desenvolver ações objetivando resolver um problema coletivo (o processo de construção da Saboaria Popular Las Margaritas, narrado, adiante) envolvendo as participantes de forma cooperativa e participativa, em uma ação planejada de caráter pedagógico e transgressor.



concepção de ciência autônoma e a serviço do povo” (p. 398). Nessa construção, a centralidade da práxis, como vetor do pensamento social crítico ganha relevo no processo de construção conjunta, distanciando-se da mera reprodução da voz dos sujeitos e enfatizando a construção teórica a partir da voz desses sujeitos.

Sendo assim, o fluxo de relações e entrelaçamentos no cenário da pesquisa proposta, envolve pesquisadora, Movimento Popular e moradoras e moradores do loteamento, trazendo à tona diferentes olhares e percepções sobre a realidade local e a global, além das dimensões histórica, política, educacional, partindo das demandas da realidade da comunidade estudada, no contexto de analisar e compreender, no recorte do estudo, as mediações pedagógicas em contextos de participação popular.

Essa construção tecida pelos diferentes entrelaçamentos citados acima propõe-se a pensar, apoiando-se na práxis cotidiana, as mediações pedagógicas estabelecidas nesses diversos tipos de encontros que geraram novos espaços<sup>15</sup> na comunidade.

Nesses espaços, observamos que diferentes vivências puderam ser acumuladas coletivamente, sendo tais espaços, forjados a partir das condições objetivas e históricas do coletivo, em um confluir de movimentos e contradições, tendo a metodologia do trabalho de base como um horizonte inicial de ação no território, na retomada das articulações do MTD no local.

No meio acadêmico, especialmente nos fóruns de pesquisa e na produção teórico-metodológica existentes, o estudo da relação educação e movimentos sociais, é relativamente recente. A junção dos dois termos tem se constituído em “novidade” em algumas áreas, como na própria Educação – causando reações de júbilo pelo reconhecimento em alguns, ou espanto e estranhamento – nas visões ainda conservadoras de outros. No exterior, a articulação dos movimentos com a educação é antiga e constitutiva de alguns grupos de pesquisa, como o CEAAL - Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe, além da International Sociological Association (ISA), Latin American Studies Association (LASA), Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS) etc. (GOHN, 2011, p. 334).

Bringel e Varella (2016) salientam os desafios do período histórico recente<sup>16</sup>, demarcado pela crescente demanda por democratização do acesso à educação e dos processos

---

<sup>15</sup> Dentre esses novos espaços podemos citar: o grupo de base do território, aulas públicas sobre a reforma da previdência, em 2019, a saboaria popular Las Margaritas e a Escola Popular das Artes que serão apresentados no decorrer da escrita.

<sup>16</sup> Léda e Sousa (2018) discutem o período entre 2003 e 2012, no que tange à democratização ao acesso ao ensino superior, tecendo críticas ao discurso da “democratização” das oportunidades e das estratégias de atender de forma subordinada as demandas dos setores populares (base de sustentação do governo federal do período), ao

de pesquisa pelos Movimentos Sociais, assim como pela crescente pressão em relação a uma contribuição mais significativa da Universidade na concretude da vida das comunidades, para além de uma lógica extensionista “clássica<sup>17</sup>”. Questionando essa lógica clássica e reafirmando a importância da pesquisa junto aos setores populares, o autor e a autora complementam:

[...] são necessárias reflexões metodológicas e epistemológicas que permitam a compreensão do significado dos conhecimentos produzidos e, ao mesmo tempo, indiquem caminhos para a construção de um saber, de fato, coletivo, compartilhado e socialmente comprometido. Isso envolve, dentre outros pontos, a visibilização e a incorporação dinâmica de conhecimentos historicamente subalternizados, o diálogo entre formas distintas de entendimento da realidade, a tomada de posição em favor dos setores populares, o respeito a parâmetros metodológicos, mesmo que alternativos, e a (re)construção de instrumentos e métodos de pesquisa que viabilizem, de maneira responsável e crítica, o trabalho do pesquisador militante (BRINGEL; VARELLA, 2016, p.476).

Ainda há muito a ser feito para diminuir as distâncias entre universidade e comunidade, como discute Milton Santos (1999) ao problematizar a necessidade de se fortalecer o saber local (referindo-se ao território nacional) para pesquisar a nova realidade que vinha se desdobrando do evento da globalização nos anos 90.

O pensador, radicalmente crítico em relação à atuação concreta da Universidade dobrada diante da influência sistêmica, refere que, como prisioneiros, partimos da suposição que a Universidade “contém os anéis da mudança intelectual” (SANTOS, 1999, p. 21), ao passo que o sistema reprodutivo em que ela se desenvolve é o mesmo que impede o progresso do pensamento.

Gadotti (2008, p. 2), na mesma direção, ressalta o protagonismo dos Movimentos Sociais aos nos ensinarem a pedagogicidade que existe na luta, de modo que, “esse saber, essa cultura, nem sempre foram valorizados pelas nossas academias, pelas nossas Universidades, que têm muito a aprender com os movimentos [...] que são uma verdadeira universidade emancipadora”, propondo, na prática, a superação dessa tensão entre saber acadêmico e saber popular.

Neste sentido, a proposta deste estudo não consiste em somente compilar dados acerca de uma realidade social, mas sim de se aprofundar nas tramas por onde se desenvolvem a vida e o cotidiano, nos espaços investigados, afirmando o pressuposto de Freire (2014a; 2016a), de que não é possível se alcançar uma educação libertadora, sem a compreensão da “alma do

---

passo que paralelamente à expansão das vagas no ensino superior há também o avanço da ideologia privatista neoliberal, tendência esta que emerge na política educacional brasileira, a partir das reformas dos anos 90, tomando como marco a diversificação institucional das Instituições de Ensino Superior, presente na atual Lei de Diretrizes da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

<sup>17</sup> Nesta lógica toma-se como premissa que o conhecimento produzido na Universidade se estende para as comunidades, além de seus muros.

povo”. Os modos de ser e de existir do povo estão expressos em sua cultura e imersos na concretude de sua vida diária.

Zitkoski (2010, p. 99) pontua sobre a compreensão da educação como a diversidade dos “processos socioculturais inerentes às formas de organização da vida comunitária e a construção de saberes que emergem da luta quotidiana para atingir uma vida mais digna nos grupos sociais envolvidos e a relação destes com os processos sócio-políticos mais amplos”.

Paludo (2005) atenta para o fato de que há uma relação estreita entre o projeto de sociedade, de desenvolvimento e de educação destacando o fato de que o projeto de sociedade hegemônico é o projeto de Modernidade<sup>18</sup>, representado por três eixos centrais: a economia capitalista; a política, representada pelo Estado de direito e a cultura/ideologia apoiada na supremacia da razão, no culto ao cientificismo e ao individualismo, ressaltando a contraposição entre o ideário moderno advindo da revolução burguesa, apresentado como liberdade, igualdade e fraternidade e os meios empregados para conquistá-lo, os quais partem da proposta destes três eixos.

A compreensão dos diferentes espaços de convivência humana, como espaços educativos, para além do escolar, também permeia este estudo, considerando a educação como sinônimo de humanização, de acordo com Zitkoski (2010), além das transformações na qualidade de vida e da convivência, assim como, a partir da organização social, soma-se a efetivação concreta de projetos para uma vida comunitária e emancipatória.

A educação proposta por Freire (2014b, p. 91) e situada no campo da Educação Popular constitui-se enquanto processo de transformação social, tendo como premissa a condição de inacabamento do ser humano. Tal campo, portanto, figura como enfrentamento aos poderes e saberes vigentes, de modo que “esta educação ao significar um esforço para chegar ao homem-sujeito enfrentava, como ameaça, os setores privilegiados. Para o irracionalismo sectário, a humanização representava um perigo”.

A história da Educação Popular na América Latina, discutida por Mota Neto (2018, p. 5), remonta às lutas por independência dos países daqui no século XIX, de modo que naquele momento, a educação popular era compreendida como instrução pública para todas as pessoas,

---

<sup>18</sup> Paludo (2005) afirma que este projeto, começa a constituir-se no século XIV, na Europa, consolidando-se no século XIX sendo representativo da hegemonia de uma nova ordem que se propaga pelo mundo. Nessa nova ordem, em linhas gerais, o Estado consolida o modo capitalista de produção e uma ideologia que o sustenta, assumindo um papel coercitivo e burocrático, havendo níveis profundos de desigualdade de acessos por parte da população aos direitos fundamentais e à participação política (ainda assim, os avanços democráticos ocorreram no espaço da sociedade civil, mesmo que essa democracia não seja, de fato, para todos).

“fundamentada em um discurso liberal que associava educação ao “espírito” republicano do progresso e da liberdade.

Nesta mesma perspectiva, de acordo com Paulo (2018), a educação popular, compreendida como movimento concreto, social e dialético, apresenta diferentes perspectivas de compreensão, de modo que, a partir de Freire, entre as décadas de 50 e 60, acentua-se uma mobilização intelectual que compreende a educação em uma perspectiva que amplia a luta do povo pelo acesso à escola pública, gratuita e laica.

Neste contexto, emerge a concepção da Educação Popular como educação libertadora:

[...] profundamente mais crítica e radical, que já não se limitava a defender a universalização da escola, mas que questionava os principais pilares que sustentavam a educação moderno/colonial. Mais do que isto, questionava os fundamentos mesmos da sociedade capitalista, as remanescências da situação colonial e toda forma de opressão social, de raça e gênero, defendendo uma mudança estrutural da sociedade e da educação (MOTA NETO, 2018, p. 5).

Paludo, Santos e Taddei (2016) resgatam estudos que apresentam a Educação Popular como um fenômeno latino-americano, na sua concepção educativa, consolidando-se nos processos de luta e resistência das classes populares, entre 1930 e 1960 (período considerado desenvolvimentista), e após a ditadura civil militar, no processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Esse resgate também é contextualizado no contexto da América Latina por Mota Neto (2018), relacionando o período das décadas de 60 e 70 como sendo de grande efervescência intelectual e política, além de vincular ao enfrentamento às ditaduras civil-militares nos diversos países de nosso continente a um combate, no plano intelectual, ao pensamento único, hegemônico e eurocêntrico.

Como fontes teóricas relevantes Paludo (2015) cita, além de Freire, autores latino-americanos como Mariátegui e Martí, e as matrizes dos movimentos sindicais, teologia da libertação, movimentos urbanos e rurais, indigenistas, além da importância das artes, com o Teatro do Oprimido e da comunicação, dentre outros movimentos.

A concepção do paradigma teórico da Educação Popular que surge nos desdobramentos das lutas populares é apresentada por Gadotti e Torres (1994, p. 8), ao passo que “trata de codificar e decodificar os temas geradores dessas lutas, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas”. Neste sentido, a tarefa da educação popular era a de “dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do afro-americano, do analfabeto e do trabalhador industrial (p.8).

Streck (2010) afirma que há unanimidade entre os historiadores da educação popular no sentido de afirmarem que ela se forma no movimento da sociedade engendrada por grupos e setores cientes de que o seu lugar na história não alcança aos níveis de dignidade e o acesso aos direitos fundamentais.

Para além da nomeação das pedagogias construídas nesse movimento, cabe destacar que a Educação Popular “enquanto processo, é maior que cada um desses nomes e continua sendo recriada nesse movimento da sociedade” (STRECK, 2010, p. 300), de modo que ela se estabelece numa perspectiva contra hegemônica, em relação à racionalidade que desenvolve seu consenso pedagógico com base nos centros de poder, influenciada pelo consenso de Washington<sup>19</sup>.

A discussão da relação entre educação e movimentos sociais populares é desenvolvida por Streck (2010), partindo do pressuposto de que a origem da educação popular está nos movimentos sociais e, ao mesmo tempo em que os movimentos se reconfiguram nos diferentes planos, do local ao internacional, a educação popular também precisa exercitar a sua leitura de mundo, a respeito da realidade do lugar de onde propõe a sua intervenção.

Desta forma, Streck (2010) reaviva o desafio proposto por Freire acerca de que cada geração é responsável por reinventar a educação popular, fruto de seu tempo, a partir dos recursos e potencialidades que alcançam no seu tempo histórico, mas a partir dos desafios e condições concretas que esse tempo lhes oferece também.

Torres Carrillo (2018), reafirma este pensamento, inspirado pela epígrafe de Simón Rodríguez que anuncia seu texto sobre pedagogias emancipadoras e novos sentidos de comunidade na América Latina: “ou inventamos ou erramos”, ao considerar a originalidade da América espanhola e o risco de se buscar modelos. O autor também identifica aspectos que expressam a emergência de novos imaginários e paradigmas da transformação social no contexto latino americano, sendo estes: a crítica ao sistema moderno, capitalista e colonial; construção de visões de futuro, sendo estas alternativas, alterativas, utópicas e distópicas; assim

---

<sup>19</sup> O evento é historicizado por Batista (1994, p.5): “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington". Nessa avaliação registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e Peru. Estabeleceu-se, nesse sentido, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral.

como a transformação das subjetividades e dos sujeitos para que possam protagonizar essa transformação no sistema (neste sentido, empregar propostas metodológicas e pedagógicas emancipadoras: oficinas interativas, cartografias corporais, trilhas por territórios).

Streck (2012, p. 186) nos chama a atenção para a importância do território na compreensão da trajetória da educação popular, partindo da consideração de que o espaço é essencial para o desenvolvimento da vida, e mesmo que o advento da globalização e das tecnologias contribuam para a fragmentação dessa concepção, as pessoas não vivem “suspensas no ar”. Partindo da premissa de que o território é a política no espaço, “a educação participa dessa política de espaço, quer seja na manutenção dos espaços existentes ou em sua mudança”, assim como falar sobre a questão territorial é falar sobre disputa de poderes, visto que os interesses de grupos ou classes se desenvolvem em determinados espaços.

Torres Carrillo (2018) anuncia a emergência de novos paradigmas e imaginários da transformação social, de modo que, neste cenário, convém reivindicar o potencial das pedagogias emancipadoras e pluralistas, como alternativa à racionalidade capitalista e que retomem o sentido ético, político e crítico da dimensão comunitária que pode ser observado na solidariedade e no compromisso entre os sujeitos singulares.

Importante ressaltar que há uma carência de instrumentais adequados para apreender e analisar a diversidade de formatos organizativos construídos pelos atores sociais no Brasil, sendo que uma das propostas do presente estudo é sistematizar a experiência com a finalidade de também oferecer um método de intervenção que estimule e instrumentalize a participação popular no território.

Outro aspecto que dialoga com a relevância do estudo proposto é oportunidade de olhar para o território enquanto potencial de construção de força social, assim como uma possibilidade de deslocamento da centralidade da instituição escola (e não da sua negação) nos processos de aprendizagem, para a centralidade no sujeito, a partir do reconhecimento, acolhimento, valorização da diversidade e do diálogo com o território (considerando o território constituído como educativo e palco de participação popular).

Nesta construção, esta investigação propõe analisar as mediações pedagógicas construídas no encontro entre diferentes sujeitos vinculados, em diferentes níveis de profundidade a um Movimento Popular. Esta articulação se dá partindo da realidade, ou ainda, sendo gestada e desenvolvendo-se no território, com base em uma racionalidade social e pautada no escopo da abordagem da teoria crítica, construída em uma pesquisa que assume um

posicionamento forjado por intencionalidades político educativas que visam a transformação do *status quo*.

Sendo assim, o presente estudo se desenvolve identificado com a abordagem metodológica do Materialismo Histórico Dialético, subsidiada pelo pensamento-ação freiriano, de modo que, neste cenário, o protagonismo do processo se dá a partir dos sujeitos sociais que transitam pelo espaço, da reflexão coletiva sobre a realidade e da proposição de ações no local.

A relevância social do estudo considera a participação popular e a coletividade como dimensões basilares no processo, assim como a educação vivenciada e implicada na esfera local como ato político, e, portanto, como prática da liberdade. A realidade de nosso tempo histórico-político vem trazendo quadros preocupantes no tocante ao universo da produção de conhecimento. As ciências humanas são secundarizadas pelo discurso que ocupa o poder hegemônico e as mobilizações sociais que buscam mostrar os conflitos na sociedade resistem à ameaça de silenciamento.

Neste quadro, investigar os processos que fomentam o Poder Popular localmente, e conseqüentemente o potencial de mobilização dos sujeitos, figura como uma forma de resistência, a partir de experiências concretas e propositivas no que tange às novas possibilidades de reinvenção da educação popular.

A partir dos conceitos e cenários brevemente apresentados, sinalizo que a relevância do presente estudo aponta como uma possibilidade de enfrentamento a uma herança de um processo histórico colonizador, patriarcal, silenciador, classista e escravocrata. A “não-participação” poder ser lida como um desdobramento desse processo, somada a outros elementos. Com isso, a ação político-educativa junto aos grupos populares e periféricos confrontam as materializações culturais e as formas de ser e de agir desse poder historicamente estabelecido.

Dialogando com o texto de Streck (2012) e com a proposta do presente estudo, é importante evidenciar que nas lutas do cotidiano das classes populares, as práticas educativas configuram-se como processos formativos os quais produzem saberes. Tais saberes e conhecimentos não só se apresentam como recursos que auxiliam as pessoas ou grupos dos desafios das vivências cotidianas, como também são relevantes para a recriação da sociedade, ou, usando uma terminologia que Freire adota, na reinvenção do poder.

Com base no exposto e partindo da pergunta de pesquisa formulada e reformulada muitas vezes durante o processo, fato que dialoga com a perspectiva da metodologia participativa, defini como *objetivo geral*: *Analisar as mediações pedagógicas construídas no*

*encontro entre militantes do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e a comunidade do loteamento Vila Ipê (que se integra ao movimento), de modo a sistematizar as rupturas acumuladas coletivamente como potenciais fortalecedoras de processos de emancipação humana, desde o território periférico.*

*Como objetivos específicos, tive a pretensão de: a) Analisar a cartilha nacional do MTD, sistematizada pelo Movimento, juntamente a textos de apoio criados coletivamente com pares do mesmo campo político, visando a identificar as dimensões da ação política do Movimento; b) Analisar as mediações pedagógicas do trabalho de base no território realizado entre 2017 e 2020 (momento em que irrompe a pandemia da Covid-19); c) Analisar as mediações pedagógicas a partir da assunção pelo coletivo responsável pela ação no território do trabalho associado como eixo condutor do processo; d) Rastrear contradições e conflitos que impactaram na viabilidade das “transformações sociais” objetivadas pelos sujeitos envolvidos nas ações do movimento; e) Averiguar as rupturas acumuladas coletivamente e de que forma elas podem se constituir como potenciais fomentadoras de processos de emancipação social desde o território periférico; f) Sistematizar a práxis, construída coletivamente, no cotidiano do trabalho associado, que se perfaz em um processo que nomeamos “flor(ação) pedagógica”.*

A construção da pesquisa se dá a partir de uma abordagem qualitativa, de inspiração etnográfica e que, como já citado, utiliza a pesquisa-ação, como ação político pedagógica, perfazendo-se em um meio de investigação social no qual, de acordo com Brandão e Streck (2006), a construção coletiva do conhecimento compartilhado tem como objetivo compreender, intervir e transformar a realidade.

Os procedimentos utilizados, pelos quais optei foram:

- a) Pesquisa bibliográfica sobre a temática;
- b) Registros etnográficos no diário de campo, a partir das visitas ao campo empírico;
- c) Observação participante e registros nas reuniões de planejamento e avaliação do grupo articulador municipal do MTD;



- d) Acompanhamento do processo de elaboração e a efetivação da formação, realizada em 4 encontros, junto ao grupo de base<sup>20</sup> do território Vila Ipê com registros de depoimentos dos/das participantes;
- e) Acompanhamento das reuniões de planejamento de estratégia de ação do grupo de base do território Vila Ipê (reuniões quinzenais de agosto de 2019 – até fevereiro de 2020), com registros de depoimentos dos/das participantes;
- f) Análise de conteúdo (cartilha nacional do movimento e textos de apoio);
- g) Entrevista individual semiestruturada com membro do grupo articulador municipal (E2)<sup>21</sup>, e militante da Coordenação Nacional do Movimento (E1);
- h) Sistematização da experiência da Saboaria Popular Las Margaritas;
- i) Entrevista individual semiestruturada com 5 mulheres cooperadas da Saboaria Popular Las Margaritas, moradoras do território (E3, E4, E5, E6 e E7);
- j) Observação participante do cotidiano da Saboaria Popular Las Margaritas;
- k) Acompanhamento das ações coletivas concretas propostas pelo Movimento na região.

Anunciados problema e objetivos, assim como a justificativa do estudo proposto, apresento no próximo item a proposta de cada capítulo da tese, e, na sequência, de quais experiências se parte para a construção deste texto: as experiências e motivações pessoais que me inspiraram a enveredar por esse caminho de pesquisa, de que forma a trajetória iniciada durante o mestrado se desdobrou na presente pesquisa e, por fim, a pesquisa militante como o lugar, ou ainda, a condição genuína para a concretização da experiência que dá origem à presente tese.

## 1.2 GESTANDO E FORJANDO AS EXPERIÊNCIAS: UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Para organizar a experiência e as travessias, como caminhos investigativos que se desdobram dela, a presente tese foi concebida em cinco capítulos, aos quais se somam as considerações finais. Para apresentar esse percurso, pelas rotas lineares da escrita, optei por, no

---

<sup>20</sup> As organizações sociais de cunho progressistas denominam como ‘grupo de base’ o vínculo político e organizativo de um conjunto de sujeitos que em si, constroem caminhos e alternativas coletivas em torno das problemáticas vivenciadas (BOGO, 2011).

<sup>21</sup> Militante do MTD, desde o início do Movimento, 50 anos, educadora social da Fundação de Assistência Social.

primeiro capítulo, intitulado “Situando o caminhante: experiência em processo traduzida em linhas”, contextualizar leitoras(es) acerca dos pontos dos quais parte a tese, apresentando o debate sobre o método de pesquisa e os acúmulos epistemológicos, a partir do aporte de autores e autoras como: Konder (1981), Marx (1982; 2008; 2009; 2010; 2017), Marx e Engels (2007); Kosik (1995), Gramsci (1981); Netto (1994); Triviños (1987; 2009); Freire (1980; 2014a, 2014b, 2014c, 2015a; 2015b), Santos (1999; 2017a, 2017b), Bogo (2011); Paludo (2001; 2005; 2015) e Streck (2010; 2012).

Importante mencionar que alguns dos autores e autoras mencionados como alicerces referenciais em cada capítulo, são resgatados ao longo da tese, com o objetivo de tecer e aprofundar o diálogo com o referido aporte, na construção do texto em diálogo com a práxis

Na identificação dos pontos de partida da tese, trago referências acerca das motivações que engendram o presente estudo, as quais se desdobram das motivações pessoais, tecidas nas relações com diversos coletivos, ao longo da minha constituição pessoal, como pesquisadora militante e como profissional. Nessa perspectiva, destaca-se a experiência da pesquisa de mestrado, que me aproxima do território e do Movimento Popular que passo a integrar, no qual, a experiência vivida assume papel central na pesquisa.

Outra demarcação importante, no primeiro capítulo, se delineia na identificação da pesquisa-ação como pressuposto mobilizador da experiência a ser sistematizada, referenciando autoras e autores como: Brandão (1980; 1994; 2006), Gajardo (1986) e Jara H. (2006). Nesse contexto, cabe a reafirmação do modo de fazer ciência comprometido com as classes populares e com a transformação social.

O capítulo 2 é denominado: “(Re)desenhando o caminho da pesquisa-ação: o caminho se faz ao andar e lendo o mundo com criticidade”. Nele, o objetivo é contextualizar, a partir do item “cartas sobre a experiência”, as movimentações que o processo assumiu, somadas às contingências da pandemia da Covid-19, a qual reconfigura o campo empírico, antes pensado na perspectiva de um estudo comparado entre Brasil e Argentina, e, redefinindo-se, apenas no território brasileiro, assim como retrata a construção da Saboaria Popular Las Margaritas (que também teve o seu processo mobilizado, dentre outros fatores, pelo cenário pandêmico), por dentro da ação militante no território, e que ganha centralidade na experiência que a tese descreve e analisa, a partir de maio de 2020.

Também no segundo capítulo, anuncio aspectos acerca do delineamento do campo empírico, caracterizando o território da ação militante, desde aspectos acerca do processo de formação urbana e industrialização de Caxias do Sul (MACHADO, 2001), (NUNES;

FISCHER; ROSSI, 2011), além dos sujeitos implicados na experiência, organizados coletivamente no MTD, através do resgate de seus aspectos históricos, sobretudo no município, contando com as contribuições de uma militante entrevistada, que integra o Movimento desde a sua constituição, além dos estudos de Machado (2009; 2015), Leal (2013) e Leal e Machado (2014), realizados quando o Movimento era chamado de “Movimento de Trabalhadores Desempregados”, desenvolvidos a partir da experiência dos Pontos Populares de Trabalho, em dois bairros da cidade de Canoas – RS.

Compreendendo o MTD como sujeito social coletivo, entre militantes e aqueles(as) que, durante o percurso da pesquisa vinculam-se ao Movimento, a partir da ação deste no território, caracterizada como “trabalho de base”, proponho um exercício reflexivo acerca da “Estrutura política, organizativa e educativa do Movimento”, tomando como aporte a análise documental, ancorada em Bardin (2011), e os documentos produzidos pelo MTD: cartilha nacional (MTD, 2019a) e Estratégia do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD, 2018), além de outras contribuições organizadas por intelectuais do campo político, no qual o Movimento se insere, que colhe suas origens no “campo democrático popular” (a ser especificado adiante), atualmente mais referenciado como “campo do projeto popular para o Brasil”. Autoras como Martins (2019; 2021) e autores como Bogo (2011), integram essa discussão.

A essa literatura acessada, nas reflexões que decorrem da análise de conteúdo, ao identificar quatro dimensões que compõem a “Estrutura política, organizativa e educativa do Movimento” somam-se contribuições pautadas em Lenin (2015), Antunes (1999; 2011; 2020), Paludo (2001), Manacorda (1991), Freire (2011), Caldart (2004; 2021) e Frigotto (2004; 2009), além de autores já mencionados no capítulo 1, atendendo ao referencial teórico metodológico da tese, o materialismo histórico-dialético, que também constitui o referencial teórico metodológico no qual o MTD fundamenta a sua leitura de realidade. Acrescento ainda, nessa reflexão, contribuições de autoras e autores críticos ao campo democrático popular, como Iasi (2006), Queiroz (2016), Traspadini (2016) e Katz (2016), objetivando aprofundar a análise e as reflexões sobre o mesmo.

Nessa construção, ao final de cada uma das quatro dimensões identificadas, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), extraio problematizações-síntese com o objetivo de colocá-las em diálogo com a práxis vivenciada no território, Vila Ipê, área norte de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, e que permeiam as sínteses desenvolvidas no capítulo 5 e nas considerações finais. Esse diálogo problematizador não tem a finalidade de encerrar-se em si

mesmo, mas sim, de buscar, no diálogo com a práxis sistematizada, evidenciar potencialidades e lacunas, novos desdobramentos e problematizações, perseguindo o problema de pesquisa percorrido.

Ao longo do capítulo 3, apresento o que chamo de “Entrelaçamentos do cotidiano da travessia – o preparo de um solo fértil e o cultivo em movimento”. Nesse ponto, a narrativa dessa “travessia” da pesquisadora militante implicada no campo empírico, na perspectiva da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2003); (FALS BORDA 1987; 2007; 2015) e é integrada pelos elementos e concepções fundamentais que conformam essa relação: o território periférico, os sujeitos que por ele transitam e as mediações pedagógicas que permeiam o trabalho de base.

No decorrer do capítulo, a análise que considera a crise urbana, como manifestação da crise do capital, e os seus impactos na constituição do território periférico, é ancorada em Maricato (1996; 2015a; 2015b), Harvey (1982), Kowarick (1979; 1985) e Santos (1994; 2017a; 2017b).

Além disso, discorro sobre os sujeitos em trânsito no território periférico, evidenciando conceitos como classe social (THOMPSON, 1981), somados às contribuições de Sader (1998), Mendes (2016) e Gohn (2011; 2014), para debater acerca dos sujeitos organizados em Movimentos Populares. E, por fim, abordo a mediação como categoria filosófica, tomando como bases Martinelli (2013), Lukács (1978, 1979) e Losso (2012), considerando essa categoria essencial para aprofundar a compreensão sobre as mediações pedagógicas analisadas (ADAMS, 2007), (STRECK; ADAMS, 2017), de acordo com a pergunta mobilizadora da pesquisa.

Posteriormente a essa discussão, discorro sobre “as mediações pedagógicas do trabalho de base, no centro da ação política do Movimento Popular”, situando também a pesquisa-ação como mediação pedagógica. Apresento o cenário descritivo e analítico que se desdobra dessa temática, no contexto do trabalho de base (PELOSO, 2009, 2012), evidenciando as mediações pedagógicas a partir das dimensões delineadas, as quais nutrem relações entre si, no exercício de sistematização que desenvolvo: “Proposição de espaços formativos, participativos e de luta social tendo o território como centralidade”, “A Mística como mobilizadora de uma educação sentipensante” (FALS BORDA, 2009; STRECK, 2013) e “Unidade na diversidade como alicerce da ação política: reconhecimento e estranhamento da pertença a um coletivo”. Os apontamentos reflexivos do processo que consideram os potenciais de emancipação humana, identificados na práxis, com base no problema de pesquisa, são tecidos com as contribuições de Freire (2016a; 2016b), Marx (2009) e Löwy (2002).

No quarto capítulo “Trajetos de uma comunidade transcendida pela crise e pela concretude – a semente necessária que conduz ao germinar”, retrato a etapa, dentro das especificidades da experiência vivida, que se desdobra do trabalho de base no território e considera os movimentos da comunidade organizada no Movimento Popular, frente às “indefinições”, crises e limitações que a pandemia anuncia, considerando a dinamicidade mais restrita que o trabalho de base, retratado no capítulo anterior, assume com a iminência necessária do distanciamento social e a emergência concreta da sobrevivência entre as mulheres do bairro que integram o grupo de base. Nesse sentido, evoco a metáfora do semear e do germinar, representando a construção da Saboaria Popular Las Margaritas, que toma o trabalho associado, na sua dimensão ontológica, e no cotidiano do território periférico, como eixo condutor do processo.

O exercício da Sistematização da Experiência da saboaria, construído em conjunto com o aporte das mulheres que compõem o coletivo, tendo Jara H. (2006; 2018) como referência, é retratado, considerando os cinco momentos metodológicos que o conformam. A partir da experiência da Sistematização coletiva, assim como da vivência cotidiana, identifico o que chamamos de “forças estruturantes do processo”, com destaque ao campo da Economia Popular Solidária, cuja análise é desenvolvida, considerando o aporte de Razeto (1984; 1990; 1997, 1999), Coraggio (1996; 2003; 2009), Gaiger (2019), Singer (2002), Tiriba (2001; 2004), Cruz (2006) e Adams (2007).

Além disso, identifico quatro campos de mediação pedagógica, que se entrecruzam e estão organizados da seguinte forma: “Autorreferência e coletividade”, “O espaço do trabalho associado em sua dimensão ontológica como eixo condutor do processo”, tendo como referência as contribuições de Marx (1956), Tonet (2005), Fischer e Tiriba (2009) e Tiriba e Magalhães (2016). O terceiro campo de mediações pedagógicas denominado “A Educação Popular para a construção de uma práxis feminista”, considera as produções de Cisne (2018), os estudos organizados por Castro e Machado (2016; 2018; 2019), que colocam em diálogo o feminismo e a Educação Popular, as obras de autoras que são referência na temática como Saffioti (1987; 1997; 2013) e a concepção de autoatualização de hooks (2017), para uma pedagogia engajada, e, por fim, o quarto campo: “Articulação no território e para além dele, a partir da Saboaria: formas de comunicar e fortalecer a experiência, para disseminá-la”.

O capítulo 5, denominado “O aceno das rupturas no território de empoderamento popular: o processo de flor(ação) pedagógica”, tem o objetivo de sinalizar as sínteses reflexivas, a partir do diálogo com a práxis. Nele, discorro sobre o que nomeamos “Processo de Flor(ação)

Pedagógica”, aponto elementos que caracterizam a Saboaria Popular Las Margaritas, nas suas diferentes dimensões de ação: o eixo condutor do processo, as forças estruturantes que o alimentam, a saber: a “economia popular solidária”, a “Mística”, a “ação no cotidiano do território periférico”, a “formação”, o “feminismo popular classista”, a “cultura popular”, e a dimensão da afirmação do trabalho como “valor de uso”. Os referenciais teóricos acessados para essa composição, além dos já trazidos na pesquisa, somam-se às contribuições de Mészáros (2007; 2008; 2011; 2016), Freitas (2009), Caldart (2004; 2017; 2021); Frigotto (2017); Shulgin (2013); Krupskaya (2017) e Pistrak (2009; 2015; 2018).

Amparada nos referidos autores e autoras, situo a relevância das mediações pedagógicas no processo mobilizada pelo referencial teórico-metodológico da Educação Popular, incluindo elementos da pedagogia do movimento e da pedagogia socialista. Nesse debate, integra-se o aporte de Löwy (2014) acerca da relação ser-humano e natureza também é demarcada como o solo fértil do processo, a partir do qual se desdobra a Saboaria.

Importante sinalizar que os conceitos mobilizados no “Processo de Flor(ação) Pedagógica” emergem com o aprofundamento da práxis, de modo que a própria identificação dos mesmos e a demarcação dos aportes teóricos dos quais partimos, constituem a tessitura da tese, de modo que o coletivo tem como horizonte intensificar esse movimento de aprofundamento, através das formações, à medida que a práxis também se aprofunda no cotidiano do território e das mulheres implicadas na experiência.

Apresentamos, portanto, no quinto capítulo, uma síntese conceitual que toma como referência as problematizações-síntese apontadas ao final da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), acerca da documentação relacionada ao MTD, ao campo do projeto popular e à práxis vivenciada no loteamento Vila Ipê, a qual, no recorte da tese, culmina na criação da Saboaria Popular Las Margaritas e que se desdobra na sistematização do “Processo de Flor(ação) Pedagógica”. Além disso, apresentamos alguns apontamentos da atualidade da experiência que continua trazendo novas articulações e desdobramentos e que transcende o cenário da tese.

Nas considerações finais, ao analisar a experiência em processo, evidencio aspectos acerca das mediações pedagógicas que nela se movimentam e estabelecem potencialidades para uma práxis emancipatória e de rupturas (ou frestas, arejamentos) com a hegemonia, constituindo espaços de resistência à lógica do capital, nos interstícios do cotidiano do território periférico e do movimento coletivo de auto-organização popular e de cooperação, que são permeados pela práxis do trabalho de base e do trabalho associado, em sua dimensão ontológica e como princípio educativo.

### 1.3 DE QUAIS EXPERIÊNCIAS SE PARTE? OS DIFERENTES CAMINHOS QUE DÃO VIDA À TESE

Nesta seção busco delinear três diferentes caminhos que dão sustentação e vida à presente tese. Primeiramente, ao situar a dimensão identitária que me afeta e mobiliza em relação ao presente estudo, busco referir, de maneira breve, elementos da minha trajetória de vida pessoal e profissional que me enveredam pelas trilhas do trabalho social, coletivo e no processo de um pesquisar participativo, que questiona a lógica vigente em nosso tempo histórico, sustentada pela cultura da opressão/exploração e por uma dimensão ética mercadológica em contraposição a uma ética humanista emancipatória libertadora<sup>22</sup>.

Na sequência pontuo sobre a experiência do Mestrado, da qual, a presente pesquisa não deixa de ser uma continuidade e um desdobramento, tomando como base a relação que, como pesquisadora, e, posteriormente como militante de um movimento social popular, fui estabelecendo com o território.

Por fim, evidencio a pesquisa participante no território como ação político pedagógica e como o lugar da experiência concreta, apresentando a perspectiva de uma pesquisadora que se fez e é um sujeito implicado no campo, trazendo como opção metodológica, a sistematização de procedimentos que buscam a escuta da voz do coletivo que emerge a partir da sua travessia pelo campo empírico – observações, vivências e intervenções.

#### 1.3.1 Motivações pessoais: andarilhagens reflexivas e tempos fundantes

Freire escreve em um dos textos da obra *À sombra desta mangueira*, palavras que ecoam e mobilizam profundamente aquelas e aqueles comprometidos com a educação na perspectiva da transformação social. Escolho essas palavras para traduzirem algumas de minhas inquietações relacionadas às motivações pessoais em relação a esse estudo:

Minha terra é a coexistência dramática de tempos díspares, confundindo-se no mesmo espaço geográfico – atraso, miséria, pobreza, fome, tradicionalismo, consciência mágica, autoritarismo, democracia, modernidade e pós-modernidade. O professor que discute na universidade a educação e a pós-modernidade é o mesmo que convive, em seu país, com a dura realidade de trinta e três milhões de homens e mulheres que morrem de fome (FREIRE, 2013, p. 42-43).

---

<sup>22</sup> Freire (2016b, p.17) defende um pressuposto ético que não submete aos interesses do lucro, posicionando-se em prol de uma ética universal do ser humano, que condena a exploração da força de trabalho do ser humano.

Nesta terra das coexistências, portanto, a dimensão identitária do estudo é evocada, visto que o seu foco de análise reverbera nas minhas escolhas e vivências profissionais, ao longo de minha história – que também são escolhas de vida – e em valores que podem ser traduzidos pela aspiração (ou utopia) por um mundo socialmente mais justo no qual a participação popular possa vivificar os processos democráticos no combate às diferentes formas históricas de opressão/exploração, e, desigualdades de acessos, por parte da parcela mais pobre da população, sobretudo no que diz respeito aos direitos fundamentais.

Meu interesse pela questão social surgiu desde antes do ingresso na Universidade. Moradora de Ermelino Matarazzo, um bairro na região periférica de São Paulo (capital), observava alguns trabalhos que meu pai fazia como contador, vinculado ao centro comunitário de uma igreja da região. Eram tempos de trabalhos de base nas periferias, não tão intensos como os das duas décadas anteriores desenvolvidos por grupos progressistas vinculados à Igreja católica, sob a influência da teologia da libertação<sup>23</sup>.

Neste cenário acompanhava meu pai nesses espaços e em outros trabalhos voluntários em diferentes instituições. Todos os anos, no período do Natal, meu pai se vestia de Papai Noel, e eu era uma de suas ajudantes (junto de minhas irmãs), assim, percorremos os ainda, naquela época – final dos anos 80 - chamados orfanatos, escolas com turmas compostas por crianças e jovens com deficiências, comunidades vulneráveis e a própria rua em si, visto que, no contexto urbano, nos centros ou nas periferias, continua sendo corriqueiro avistar grupos de crianças e jovens em situação de rua, ou de trabalho informal.

Nesses tantos percursos, ao longo da infância e da adolescência sempre uma pergunta permanecia: E depois do Natal? E depois desses brinquedos doados? Como seguirão? Quais oportunidades acessarão? Um dia, fiz essas perguntas para meu pai, que honestamente me respondeu que essa era a forma como ele conseguia ajudar, mas que eu, ao longo da vida, e junto de outras pessoas, poderia construir “a minha própria forma”.

Ingressei na faculdade de Psicologia aos 17 anos, buscando, para além do formato clínico de atuação, as vinculações da psicologia que sustentam o trabalho coletivo, em sua dimensão comunitária e social. Almejava uma formação que ultrapassasse a prática do trabalho voluntário, pois, nessa idade, mesmo intuitivamente, já sentia falta da compreensão do ser

---

<sup>23</sup> Perspectiva adotada pelos movimentos do catolicismo latino-americano que afirma o compromisso desta igreja com os pobres, a partir das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, de João XXIII, e pela Conferência dos bispos latino-americanos de Puebla e de Medellín, na década de 60 (FAUNDEZ, 2012).



humano como sujeito de direitos e não apenas como um “beneficiário” (visão muitas vezes propagada pela prática voluntária).

Desde então, foram significativas as experiências e aprendizagens tecidas no âmbito da partilha com o coletivo. Experiências compartilhadas em diferentes campos de trabalho como educadora popular na periferia de São Paulo, ligados à Fundação CASA<sup>24</sup>, à política nacional de Assistência Social e à Educação, ou ainda, militando em espaços participativos, como por exemplo, redes de proteção à juventude, o Movimento Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) da cidade de São Paulo, coletivos feministas, Fóruns sobre Direitos Humanos e Cultura de Paz, os trabalhos no âmbito da articulação com a comunidade no contexto do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), e da própria docência em si, dentre outros espaços-tempos.

O resgate dessas breves memórias que me constituíram/constituem, traz sentido a essa construção textual, e remetem ao que Freire nomeia como “tempo fundante”<sup>25</sup> de sua inspiradora trajetória (FREIRE 2015a). Tempo fundante, como experiências vividas durante o seu desenvolvimento e formação que o mobilizaram e inspiraram na sua trajetória engajada, de afirmação do compromisso com o combate à opressão. Nas palavras do pensador pernambucano, esse “tempo fundante”, acessa “as tramas mais remotas que me envolveram, pedaços de tempo de minha infância, minha adolescência que precederam o tempo do SESI” (p.26), instituição onde viveu o seu primeiro contato com a educação de adultos.

Esse exercício reflexivo, portanto, também evoca o que reconheço como os meus “tempos fundantes”: pedaços de tempos - vividos concretamente, com afetos e aprendizados - que se alongam, se entrelaçam e ecoam, sendo reelaborados e ressignificados, nas tramas das experiências engajadas que tive a oportunidade de vivenciar.

E assim, como fruto dessa pluralidade de acúmulos, venho buscando construir “a minha própria forma”, que decerto é minha, mas também é de todas e todos que fizeram parte desse caminho.

Em 2015, passando a viver na cidade de Caxias do Sul, experienciei a minha aproximação com a pós-graduação ‘stricto sensu’, e, a partir disso, tive a oportunidade de me relacionar com aquilo que me interessava (e me interessa) de fato, no universo acadêmico: as

---

<sup>24</sup> Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente.

<sup>25</sup> Ver, além da Pedagogia da esperança (FREIRE, 2015a), a carta 11, da obra Cartas a Cristina (FREIRE, 2015c).

metodologias de pesquisa que dialogam com a perspectiva da transformação social e que carregam a potencialidade de aproximar universidade e comunidades periféricas.

A pesquisa desenvolvida durante o Mestrado, a partir da concepção de território educativo, foi a forma concreta de poder vivenciar uma experiência participativa, em âmbito acadêmico, ou seja, uma vivência, até então inédita. Os percursos do mestrado e as suas conexões com o presente estudo serão desenvolvidos no próximo item.

Um dos desdobramentos das relações que estabeleci no percurso da pesquisa do mestrado, em contato com as lideranças da região do loteamento Vila Ipê, o campo empírico demarcado, foi o início da minha militância no Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, na cidade de Caxias do Sul, em 2017, conforme referido anteriormente. Esta inserção também será descrita no próximo item.

Anunciadas as motivações pessoais que se entrelaçam com as profissionais, cabe argumentar que, vivenciando o cenário delineado por um tempo histórico em que a conjuntura evidencia uma narrativa por parte das forças hegemônicas, que criminaliza os Movimentos Sociais e promove o esvaziamento dos espaços participativos, tornam-se cada vez mais pertinentes os estudos que apontem caminhos para diferentes formas de reinvenção do Poder Popular e da própria noção de democracia.

No momento que atravessamos, tingido por nuances que denunciam claras ameaças às instituições democráticas, estamos diante de um tensionamento histórico que aponta para retrocessos, no que diz respeito à conquista de direitos sociais, relacionados ao advento da Constituição Federal de 1988 e que podem ser bem representados pelo desfecho das eleições de outubro de 2018<sup>26</sup>, no Brasil.

Jara H. (2006), ao discutir experiências de educação, animação e organização popular, sublinha que para transformar a realidade é necessário conhecê-la. O chão da periferia, ou o chão da vida do povo foi o contexto escolhido para desenvolver a presente pesquisa, considerando que os saberes, as dúvidas, as inventividades, os ritmos, as esperanças e os cansaços acessados retratam de uma forma muito nítida, partindo da realidade, o cotidiano das pessoas e dos territórios investigados.

---

<sup>26</sup> Presidente Jair Messias Bolsonaro, toma posse em janeiro de 2019, sendo eleito democraticamente em um forte clima de polarização sendo que, de acordo com Almeida (2019, p.210) sua candidatura articulou desigualmente as seguintes linhas de força: a demanda securitária; a moralidade dos costumes; a desqualificação do Estado por ser corrupto e paternalista; e a intolerância interpessoal. Neste cenário, pautas como a criminalização dos movimentos sociais vinculados ao campo democrático popular ganharam intensidade.

Gajardo (1986, p. 81) salienta que “conforme o momento e as conjunturas particulares enfrentadas por uma sociedade, determinados enfoques metodológicos aparecem como um instrumento útil para apoiar processos de transformação social [...]”, ou ainda possibilitam a busca de métodos multiformes para responder a problemas gerais e aplicáveis a uma gama de situações reais e concretas. Também compreendo que a contextualização da proposta da presente pesquisa dialoga com essa afirmação.

Neste contexto, a pesquisa acadêmica, em uma perspectiva ‘além-muros’, com uma proposta de diálogo direto com as bases, figura como importante instrumento não só mobilizador de reflexões, mas que também, propõe uma práxis, respeitando os preceitos democráticos de liberdade de pensamento, na busca da garantia do acesso dos diferentes estratos da sociedade aos direitos fundamentais, dentre eles, o de participar politicamente.

### **1.3.2 O percurso do mestrado: as trilhas de ressignificação do Território Educativo**

A menção acerca da experiência do mestrado torna-se importante na construção deste texto, à medida que apresento algumas reflexões iniciais sobre conexões e deslocamentos entre a concepção de Território Educativo (TE), tema de estudo durante o Mestrado, e a possibilidade de um Território de Participação Popular (TPP), pautando-se nos conceitos que as balizam.

Busco também apresentar de forma introdutória de que forma as movimentações coletivas no local estudado, o loteamento Vila Ipê, área norte de Caxias do Sul, cenário da pesquisa do Mestrado, contribuem para processos educativos e emancipatórios.

Essa transição entre Mestrado e Doutorado, demarca um caminho de continuidade da pesquisa, se levarmos em consideração o estabelecimento de um aprofundamento do olhar sobre o território. É possível delimitarmos três etapas no processo, e o aceno de uma quarta:

A primeira etapa consistiu em uma imersão inicial no território a partir de um trabalho junto a uma das escolas municipais da região, no qual se realizou, em conjunto com um grupo de estudantes, moradores do bairro, um mapeamento do território educativo ao redor da escola, buscando compreender as possibilidades de aprendizagens que integrassem saberes comunitários e escolares (2016 – 2017).

A segunda se dá a partir da minha vinculação ao MTD, em um processo de rearticulação de trabalho de base junto à comunidade, no território onde eu desenvolvi a pesquisa de Mestrado (2017- 2020). A terceira, emerge com o advento da pandemia da Covid-19, delineando um processo que surge como um dos desdobramentos do trabalho de base no

território: a construção de uma Saboaria Popular por um grupo de mulheres atuante na região, vinculadas ao movimento popular em questão (sendo também incorporadas ao processo, mulheres de uma outra organização social da cidade).

A quarta etapa, cujos desdobramentos não serão analisados na tese, por uma circunscrição do presente estudo, diz respeito aos desdobramentos das articulações no território periférico, identificadas como força estruturante do processo, construídas a partir da Saboaria, como, por exemplo, uma ação de solidariedade em torno da distribuição de marmitas no bairro, denominada “Marmita Solidária”, a realização de um documentário sobre o processo de construção da saboaria e a articulação com as escolas da região para a realização de oficinas com a metodologia do teatro do oprimido.

Neste estudo, ganham centralidade a segunda e a terceira etapa mencionadas, de modo que nesta breve contextualização, discuto relações entre TE (o foco da investigação da pesquisa de Mestrado) e o que inicialmente chamei de Território de Participação Popular (TPP) e os sujeitos coletivizados que transitam pelos mesmos, além da proposta inicial de um trabalho educativo, de base, na região.

Inicialmente, compreendemos os TPP como palco de manifestações políticas, integradas à dimensão educativa, visto que também se constituem como expressões do poder local e dos saberes comunitários, além de estratégias de resistência configuradas ora por laços de solidariedade na dimensão do coletivo, ora por processos de desarticulação e fragmentação que também fazem parte do funcionamento de tais redes. Importante demarcar que, aqui, o Território de Empoderamento Popular figura como uma possibilidade, e não como uma determinação.

O questionamento que a presente tese propõe é justamente se, ou, o quanto as mediações pedagógicas mobilizadas pelas ações coletivas na periferia favorecem um potencial de emancipação dos sujeitos que vivem no território, e que constroem e são construídos pelos processos que serão retratados nesta pesquisa.

Entre a finalização do processo do Mestrado que culminou na defesa da dissertação em dezembro de 2017 e o início do Doutorado se passaram quase três meses, no entanto, como citado acima, desde o mês de outubro/2017, finalizando o trabalho de campo e em conjunto com as reflexões sobre os achados da dissertação, fui exercitando escutas e reunindo percepções sobre as movimentações no território que contribuiriam para começar a pensar o foco de estudo da presente tese.

A concepção de TE, considerando o espaço onde se situava a escola estudada (área norte, periferia de Caxias do Sul), abordada e desenvolvida durante o Mestrado, apoia-se no diálogo desse conceito com a temática da Educação Integral, além de ser correspondente à prática da educação cidadã, a qual demanda a reorganização dos espaços e tempos para que possam se constituir em espaços e tempos cidadãos (BRASIL, 2009).

Sendo assim, o corpo de colaboradores da pesquisa compreendeu e vivenciou no campo empírico a noção de que a educação para além dos muros da escola, na comunidade, figura como possibilidade potencializadora de aprendizagens. Nessa articulação,

[...] o desafio da promoção de qualidade da educação, traduzida em educação integral, mantém-se associada diretamente à construção da perspectiva de território educativo como elemento organizador da intersetorialidade entre Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte e outros campos (LECLERC; MOLL, 2012, p. 44).

Nessa perspectiva, os procedimentos utilizados para a construção dos dados foram: Observação sistemática com registros no diário de campo; Estudos exploratórios (rodas de conversa com os estudantes); Grupo Focal: análise da relação entre estudantes, escola e comunidade; Observação Participante na reunião entre equipe diretiva, professores e lideranças da comunidade; Mapeamento do Território e Registros fotográficos no percurso das trilhas educativas na região do entorno da escola; Construção do Mapa das Aprendizagens ‘além-muros’ e do Painel Fotográfico; Roda de Conversa acerca da experiência do mapeamento.

A primeira etapa da pesquisa<sup>27</sup>, com base em Streck; Adams (2014) e Thiollent (2014), desenvolveu-se com a participação de 15 estudantes, entre o sétimo e o nono ano, moradores do local que, munidos de câmeras fotografaram nos dois dias denominados como “mapeamento pelas trilhas educativas” aquilo que identificavam como possibilidades de aprendizagem na região do entorno da escola. Os registros fotográficos foram agrupados pelos colaboradores e retrataram as seguintes dimensões:

- Equipamentos Físicos: a escola; o centro educativo que atende crianças e adolescentes no contraturno escolar; o outro centro educativo que está fechado (uma problemática na região) e o posto de saúde.
- O Centro Comunitário do bairro, onde são desenvolvidas diferentes atividades educativas e de convívio.
- As áreas de convivência a céu aberto: a horta comunitária; a quadra de esportes; a praça; a academia da 3a. Idade e o parque ao lado da praça.

---

<sup>27</sup> Considerando que a pesquisa de Doutorado se desdobra diretamente das experiências e percepções vivenciadas no campo empírico durante o percurso do Mestrado, irei me referir ao mesmo como a primeira etapa da pesquisa.

- As vulnerabilidades: A “igrejinha”<sup>28</sup> (uma pequena capela) abandonada; o descarte inadequado e excessivo de lixo nas ruas e o contraste entre as habitações (há moradias em condições adequadas de estrutura e saneamento e outras sem tais condições).

- As “paisagens que comunicam”: expressões nos muros e paredes; Igrejas e Comércios da região e o item nomeado pelos participantes como “Decifrando o Vila” (registros espontâneos, de paisagens aleatórias que consideravam interessantes: pessoas da vizinhança - com a identidade preservada; paisagens naturais; dentre outros).

Na sequência, após o grupo construir o Mapa das Aprendizagens ‘além-muros’ e um painel fotográfico representativo da experiência, foi realizada uma roda de conversa acerca da vivência do mapeamento. Neste momento, pudemos trabalhar pela via dialógica as impressões dos estudantes sobre a experiência, os aprendizados que consideraram válidos, de maneira a estimular o pensamento crítico e a refletir sobre a relação que mantêm com o bairro.

Os principais achados dessa fase da pesquisa são apontados de maneira sintetizada, a seguir, salientando que também consideramos a análise das narrativas dos colaboradores, com base em Moraes e Galiuzzi (2011).

Os estudantes trouxeram à tona as diferentes dimensões de aprendizagens que podem ser vivenciadas para além dos muros da escola: a dimensão espacial do Território articulador de relações, como possibilidade de atender a demanda dos alunos por “aulas diferentes”, explorando a potencialidade educativa que existe nos equipamentos e serviços da região (a partir de uma relação intersetorial), nos espaços públicos e no próprio uso da rua em si, como disparador de diálogos que possibilitam diferentes tipos de aprendizagens.

A busca e integração dos saberes comunitários aos saberes escolares, neste contexto, é estimuladora do processo formativo dos jovens na comunidade. A dimensão identitária e de pertencimento também foi desenvolvida pela prática do Território, à medida que as subjetividades, memórias e histórias de vida dos jovens, seus amigos e familiares perpassam o tecido vivo que se movimentou nesse processo de mapeamento e ressignificação. A vivência do medo, da violência e do preconceito, contrapostas ao sentimento de pertença e de comunidade são experiências constituidoras do sujeito, podendo impulsionar a preocupação com o coletivo e fomentar noções de cidadania e cooperação entre os jovens.

Por fim, a compreensão do Mapa das Aprendizagens ‘além-muros’ como metodologia de incentivo à participação social do jovem e estímulo ao fortalecimento do poder local. Essa

---

<sup>28</sup> A opção foi por manter a referência do local como é verbalizada pelos moradores da região, no diminutivo.

experiência nos conduz à dimensão política do Território, a partir das discussões e diálogos acerca das vulnerabilidades do local (como fragilidades e ao mesmo tempo oportunidades de melhora), e da compreensão das instâncias participativas que transitam pelo espaço (a associação comunitária, o grêmio estudantil, e os movimentos sociais que os estudantes desconhecem).

Nesse sentido, observei que o grupo envolvido na pesquisa vivenciou as aprendizagens nas trilhas do Território Educativo, como uma possibilidade de enfrentamento à educação bancária. Conforme Freire (2016a) no modelo da educação bancária, somente educadora e educador são sujeitos atuantes do processo, sendo conferida às suas figuras, a exclusiva autoridade do saber, havendo, portanto, uma contraposição à liberdade dos educandos, que não protagonizam o processo de partilha de saberes, assumindo a condição de meros objetos.

A educadora ou o educador que optar por uma prática pedagógica no território e mantiver em sua atuação, dinâmicas referentes à compreensão da educação como bancária, em pouco contribuirá para o desenvolvimento da criticidade dos educandos. Torna-se relevante, no processo educativo, a qualidade que Freire (2016b, p. 28) exemplifica como rigorosidade metódica, propondo o aprimoramento constante dos educadores em um contexto em que “se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível”.

A experiência da pesquisa finalizada sugere que, pelas vias do TE, sustentados em princípios de educação progressista e libertadora, os educadores poderão criar condições, em relação com os educandos, para que estes questionem a lógica de mera acomodação passiva ao mundo, estimulando o processo de transformação do mesmo, a partir do processo de transformação de si.

Tomar o contexto local como ponto de partida para aprendizagem, com a possibilidade de ampliação desse aprendizado, para além desse contexto, de acordo com Freire, configura-se como estratégia significativa, que além de representar respeito ao saber popular e ao contexto cultural, oportuniza ao educando que parta da sua experiência de vida e convivência, sendo este seu mundo “a primeira e inevitável face do mundo mesmo” (FREIRE, 2015a, p. 119).

Na relação território/escola, vivenciada a partir do referido mapeamento foi possível, a partir dos relatos dos educandos, perceber anseios, dúvidas, sugestões, esperanças e desesperanças. Tais dimensões, de acordo com Freire (2016a), podem servir como base para a constituição do conteúdo programático da educação naquela escola.

As questões abordadas e apontadas pela primeira fase da pesquisa foram problematizadas junto à escola, em reunião pedagógica, de modo que a intencionalidade

verbalizada pela direção e coordenação era a de, a partir desta experiência de mapeamento, disparar e reforçar ações do corpo docente no âmbito das aprendizagens além-muros e do contato com a comunidade.

Ainda assim, concluindo esta etapa da pesquisa e vivenciando as limitações de um estudo como o proposto, não foi possível dar continuidade ao trabalho com o grupo que realizou o mapeamento, permanecendo tal “tarefa”, a cargo da escola. Essa condição traduz uma das potencialidades das metodologias participativas: a possibilidade de gerar diferentes desdobramentos, para além dos limites da temporalidade estabelecidos pelo estudo, a partir da reflexão e ação coletiva.

No entanto, seguindo os rastros das trilhas educativas mapeadas (e, até certo ponto, ressignificadas pelos estudantes), possibilitadas pela primeira etapa do estudo, mantive a rede de contatos com algumas lideranças comunitárias da região, a qual rapidamente se expandiu, por meio de relações estabelecidas e trocas de informações sobre encontros que estavam para acontecer no bairro, articulados por algumas dessas lideranças.

Percebemos, como uma diretriz que demarca a transição entre a fase anterior e a atual da pesquisa, que o trabalho configurado no campo, junto às educandas e educandos, conferiu destaque, no exercício do Mapa das Aprendizagens ‘além-muros’, aos espaços físicos do território (praças, equipamentos assistenciais, dentre outros). Os atores sociais do entorno, apareceram como uma significativa possibilidade de aprofundamento em estudos posteriores, visto que o contato entre e os estudantes e os moradores do loteamento foi referido como significativo, pelos jovens colaboradores da pesquisa.

A experiência da análise territorial, em conjunto com os educandos e educandas da EMEF, mostrou-se como uma potência reflexiva e crítica da negatividade do território, a partir da qual poderiam ser disparadas ações de resistência. As possibilidades de ações de resistência foram trabalhadas com o grupo no momento de avaliação da experiência, assim como na devolução dos resultados da pesquisa junto à escola.

A percepção dos alunos sobre a falta de instâncias participativas no local também se evidenciou, validada pelas falas dos estudantes, por exemplo, no que diz respeito à composição de um grêmio estudantil. Porém, cabe salientar o desconhecimento da estrutura de funcionamento desse tipo de organização. Diante do pouco conhecimento que os estudantes demonstraram sobre os mecanismos de participação popular na região, na continuidade dos trânsitos pela região, exercitei uma postura investigativa acerca dessas instâncias e das lideranças comunitárias que as animam.



Ao mesmo tempo em que finalizávamos o estudo do mapeamento junto à Escola, participei de reuniões em diferentes espaços participativos do bairro, como conselho de saúde, ou a cozinha comunitária da região. Importante mencionar que a zona norte, historicamente, na cidade de Caxias do Sul é demarcada por mobilizações e lutas coletivas, inclusive pelo fato de configurar-se como uma região vulnerável e periférica, em que a demanda por diferentes ações das políticas públicas é sentida e observada, apontamentos desenvolvidos na primeira fase do estudo<sup>29</sup> (PEDRO, 2017).

Neste contexto, participamos de reuniões em redes locais, cabendo mencionar também o contato estabelecido com atores sociais que transitam pelo espaço (além de tecerem parcerias com escolas e Organizações Não Governamentais (ONGs) realizando trabalhos relacionados à cultura hip hop (envolvendo música, *graffiti*, batalhas de rimas, dentre outras práticas), de modo que tais movimentos, em caráter trajetivo<sup>30</sup>, não institucionalizado, também se perfazem como estratégias de resistência e enfrentamento a contextos culturais hegemônicos.

Nessas articulações, em outubro/2017, iniciei, como consequência das relações construídas e estabelecidas, a segunda etapa da pesquisa, e que mobiliza inicialmente, a presente tese, participando de uma reunião no Centro Comunitário com representantes do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e do Levante Popular da Juventude (LPJ), além de integrantes da AMOB (Associação de Moradores do Bairro).

Tal reunião se revelou como um momento formativo para moradores da região (jovens e adultos) e profissionais da assistência social, saúde e educação, além de pessoas vinculados às AMOBs de outros bairros, integrantes de Clubes de mães, dentre outros atores. Para isso, foi trazida uma palestra, ministrada por uma militante do MTD, membro da direção nacional, sobre a história política brasileira e uma reflexão compartilhada sobre conjuntura atual, havendo espaço para diálogo e reflexão dos participantes, além de oficinas de *graffiti* animadas pelo LPJ.

---

<sup>29</sup> PEDRO, Joanne Cristina. Territórios Educativos: mapeando e decifrando aprendizagens ‘além-muros’ – Caxias do Sul/RS. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/3606>. Acesso em: 12 mar. 2019.

<sup>30</sup> Nomeio estes como atores sociais trajetivos, ou seja, em trânsito, inspirada em José Machado Pais (2015) que define como uma “cidadania trajetiva” aquela que se constitui para além de um princípio universalista, considerando as necessidades particulares, demandadas por diferentes identidades, sobretudo as culturas juvenis, no processo de ocupação, trânsito e apropriação da cidade, estabelecendo uma relação de pertença com a mesma, que pode ser múltipla, fragmentada ou passageira.

No evento, uma rede de contatos foi estabelecida/ampliada, com a ideia de iniciar um trabalho educativo de base no bairro, de modo que me integrei à equipe articuladora desta proposta, como pesquisadora interessada na mesma.

A ideia que emergiu deste momento, deu-se no sentido de estabelecer um espaço dialógico/coletivo, no bairro, que contasse com diferentes linguagens e formatos (rodas de conversa, manifestações artísticas, exibição de filmes dentre outros), acerca das questões que perpassam o cotidiano da comunidade e possibilidades de organização e intervenção para que as demandas da mesma sejam contempladas.

O percurso empírico construído coletivamente, que descrevo adiante, corresponde a como tal trabalho vem se desenvolvendo no território analisado.

Mais próxima à realidade do bairro, desde o início de minha imersão e considerando o contexto do processo coletivo que favorece o entrelaçamento entre a perspectiva da mudança social e o compromisso da pesquisadora, é importante resgatar que:

O compromisso social, político e ideológico do/da investigador(a) é com a comunidade, é com pessoas e grupos humanos populares, com as suas causas sociais. Mesmo em uma investigação ligada a um trabalho setorial e provisório, o propósito de uma ação social de vocação popular é a autonomia de seus sujeitos na gestão do conhecimento e das ações sociais dele derivadas. É, também, a progressiva integração de dimensões de conhecimento parcelar da vida social, em planos mais dialeticamente interligados e interdependentes. (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 55).

Nessa dimensão de fluxos e transitividades, em que se aproximam pesquisa e militância, traduzidas na ação-reflexão e nas três naturezas do compromisso como investigadora - social, político e ideológico - com as classes populares, e em que se conectam Território Educativo e Território de Participação Popular, configurou-se o primeiro território que compõe campo empírico desta segunda etapa da pesquisa: o loteamento Vila Ipê.

Sendo assim, nesse trânsito de investigações, o argumento que se estabelece inicialmente é de que territórios educativos conduzidos e problematizados pela trilha da ação dialógica e animados pelas ações políticas e coletivas construídas pelos Movimentos Sociais (além de outros atores sociais) que transitam por eles, podem se constituir, dialeticamente, como territórios de empoderamento popular, à medida que a politicidade é uma concepção que perpassa o ato de educar e o ato de participar socialmente, gerando força social coletiva.

As redes tecidas nessa perspectiva apontam para a compreensão da educação (que é política) e Poder Popular potencializados no chão da periferia a partir das ações coletivas construídas desde os sujeitos animadores do território conjuntamente *com o povo*, e não em uma perspectiva vertical, ou ainda, colonizadora.

Durante a experiência vivenciada no mestrado fui compreendendo que o território educativo também traz em sua constituição a potencialidade da emancipação, à medida que amplia a visão dos sujeitos, no caso os educandos, colaboradores da pesquisa, como sujeitos políticos que podem propor ações no bairro, discutir as problemáticas e potências do bairro no espaço escolar e fora dele. A vivência das trilhas tornou essa constatação compreensível pelos sujeitos envolvidos, visto que no início do processo investigativo, as falas de resignação e de depreciação do território eram as que prevaleciam.

O argumento em construção questiona se a força social estimulada no território educativo, a partir de ações coletivas propostas por um movimento popular, empodera as pessoas, moradores e moradoras da comunidade, à medida que estas pessoas também se reconhecem como sujeitos históricos e políticos capazes de transformar a realidade.

O movimento de ressignificação do território, por meio das trilhas educativas foi observado, durante o processo da pesquisa de Mestrado, tanto por parte dos estudantes colaboradores, como vivenciado por mim, na condição de pesquisadora. A concretude dessa ressignificação, ou ainda, o quanto ela reverbera nos dias atuais é difícil de ser mensurado, visto que me desloquei da comunidade escolar, embora, por me manter no território, eu ainda tenha contato com a direção da escola e com muitos de seus estudantes.

Nessas conversas informais que se mantém até os tempos atuais, tomo conhecimento de alguns projetos que alguns professores da escola estimulam e que dialogam com a temática do território educativo, assim como a escola e os alunos participam de mobilizações locais, como um protesto que aconteceu pela pavimentação da rua da escola, articulado pelo MTD (descrito adiante).

Também acho interessante mencionar, mais como curiosidade acerca dessas reverberações, que nas atuais manifestações pelo clima (após as queimadas de regiões da floresta amazônica, no final do mês de agosto), encontrei alguns dos estudantes da EMEF, com os quais convivi, durante a pesquisa, ocupando a praça central da cidade.

Ainda assim, a minha escolha como pesquisadora, foi o deslocamento da esfera escolar (com a perspectiva das aprendizagens além de seus muros) para os sujeitos coletivos com propostas de mobilização local (representados aqui pelo MTD).

A partir de novas conexões estabelecidas com os sujeitos coletivos que ocupam os espaços de participação (instituídos ou não<sup>31</sup>) do território, redimensionei o foco da investigação, mantendo a perspectiva da educação não escolar e integrando a ação coletiva proposta por um movimento popular no local e que oferece acesso a múltiplas dimensões de aprendizagem – em um primeiro momento na perspectiva do trabalho de base, e, posteriormente assumindo a dimensão do trabalho associado como eixo condutor do processo.

Diante dessas reflexões, fui, ao longo do tempo, reformulando a problemática da investigação, até chegar na proposta e apontada na seção anterior.

### **1.3.3 A pesquisa-ação como pressuposto mobilizador da experiência**

Como mencionado no item anterior, a partir das trilhas iniciadas durante o Mestrado, fui me aproximando das lideranças comunitárias do território em questão e do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), cujos participantes, propuseram, no mês de outubro de 2017<sup>32</sup>, uma reunião articulada em conjunto com a Associação dos Moradores do loteamento Vila Ipê, a qual teve como uma das propostas agrupar pessoas interessadas em desenvolver um trabalho de base<sup>33</sup> no bairro.

A partir da minha aproximação com o referido Movimento, disparador de uma série de processos político-educativos no território, dou início a uma intensa empiria, que inspira a construção da tese. Assumindo, portanto, o papel de uma pesquisadora comprometida com a educação popular, na perspectiva da transformação social e também me reconhecendo como um dos sujeitos do coletivo, implicada, portanto, no campo empírico também como militante do MTD, de modo que passei a compor o grupo articulador municipal<sup>34</sup> do movimento.

---

<sup>31</sup> Instituídos aqui se refere aos espaços institucionalizados: como associação de bairro ou ongs. Não instituídos correspondem aos sujeitos/agentes que transitam pelo bairro promovendo ações junto às crianças do bairro, em um viés educativo, relacionadas à cultura e esporte.

<sup>32</sup> Esse processo de rearticulação do Movimento na área norte na cidade vinha acontecendo desde meados de 2016, pelo fato de que historicamente, nessa região, formou-se um numeroso e atuante núcleo de base do movimento, no período das Frentes Emergenciais de Trabalho (FETs), na primeira década dos anos 2000. Esse grupo se desmobiliza após o encerramento das FETs, porém ainda há vinculação com algumas pessoas do loteamento.

<sup>33</sup> Aqui, vamos caracterizar trabalho de base, conforme exposto por Peloso (2009), como o “enraizamento na vida da população, animando e organizando os trabalhadores na busca de solução para seus problemas” (p.24), desta forma, a direção desse trabalho traduz uma convicção de superação da cultura autoritária presente na história brasileira, em prol do protagonismo das classes populares.

<sup>34</sup> Sugerir esse nome ao coletivo, visto que o objetivo desse grupo era pensar estratégias para se aprofundar o trabalho de base nos territórios (em um primeiro momento Vila Ipê, e no decorrer do tempo Reolon e Beltrão de Queiroz), visando, sobretudo à (re)construção dos grupos de base do movimento. O grupo articulador municipal, em um primeiro momento chamado de “Operativa MTD – Caxias do Sul” e posteriormente, como “As Manas”, passou por algumas mudanças desde 2017, ano da minha aproximação. A maior parte do tempo foi composto por 5 mulheres militantes, recebendo em 2019 mais uma integrante e, em 2020 convidou-se mais

Neste cenário, em que busco contextualizar o meu papel de pesquisadora engajada na dinâmica de um Movimento Social Popular, cabe ressaltar que a minha compreensão acerca desta condição dialoga com a seguinte perspectiva:

O conhecimento científico é uma construção social, historicamente localizada e, por isso, necessariamente contingente, isto é, os conhecimentos são temporalmente e espacialmente situados e ligados a determinadas formas de organização social e política e a específicas concepções de mundo, sendo inverídica a universalidade através da qual o discurso científico se externaliza. Nesse sentido, todos os teóricos e cientistas sociais servem a interesses sociais e políticos específicos, consciente ou inconscientemente, sendo que, muitas vezes, o silêncio ou a forçada neutralidade revelam na realidade um compromisso com as desiguais condições sociais existentes. Deste modo, qualquer projeto de pesquisa que aborde as desigualdades e se comprometa a buscar vias para sua superação supõe uma postura política do pesquisador (BRINGEL; VARELLA, 2016, p. 476).

Esta construção da relação da pesquisadora com o campo se dá a partir da compreensão da pesquisa-ação como uma metodologia que responde de forma direta à finalidade prática a que se destina, como uma forma de reconhecer as questões sociais a serem trabalhadas a partir da participação dos sujeitos do campo empírico, possuindo ainda, de acordo com Brandão (2006, p.46) uma vocação educativa e politicamente formadora, além de partilhar com a educação popular, “uma ampla e complexa trajetória de empoderamento dos Movimentos Populares e de seus integrantes”. No âmbito acadêmico, a proposta é o fazer científico desde as classes populares.

[...] tornar o trabalho científico de pesquisa de dados uma atividade também pedagógica e, de certo modo, também assumidamente política. Sendo mais ativa e mais participativa, a investigação social deveria fazer-se mais sensível a ouvir as vozes dos destinatários pessoais ou coletivos dos programas de ação social. Deveria fazer-se capaz também de “dar a voz” e deixar que de fato “falessem” com suas vozes as mulheres e os homens que, em repetidas investigações anteriores, acabavam reduzidos à norma dos números e ao anonimato do silêncio das tabelas. (BRANDÃO, 2006, p.27).

Situar a pesquisa-ação participante como pressuposto mobilizador da experiência torna-se importante, à medida que reforça a especificidade do papel de pesquisadora, como um sujeito que integra o grupo, porém com um papel que transcende ao mesmo.

A partir dessa condição, importante pontuar a minha compreensão acerca da pesquisa-ação em uma perspectiva de interação, contrapondo-se, de acordo com Gajardo (1986, p. 45), ao pressuposto das ciências tradicionais que defende a manutenção de um distanciamento entre pesquisador/a e o grupo analisado. Sendo assim, o delineamento do método aqui proposto,

---

duas mulheres para compor esse espaço. No ano de 2021 me desvinculei dessa instância passando a acompanhar mais diretamente o desenvolvimento da Saboaria Popular Las Margaritas, entre os loteamentos Vila Ipê e Belo Horizonte. Em 2021 também se constitui um grupo denominado “Operativa Municipal”, com o objetivo de acompanhar as questões do movimento nesse âmbito.

considera a vivência e o trabalho da pesquisadora construído em conjunto com o grupo escolhido, “a fim de elaborar perspectivas e experimentar ações que perdurem, inclusive depois de terminado o projeto”.

A pesquisa como uma alternativa de “ação participante” apresenta-se como tal, de acordo com Brandão (2006, p. 53), ao passo que mulheres e homens de grupos sociais populares são concebidos como sujeitos de direitos, e não apenas como beneficiários passivos dos efeitos diretos e indiretos da pesquisa e da promoção social vinculada a ela. Nessa perspectiva, a pesquisa-ação promove participação ativa e crescente dos sujeitos nela envolvidos e não uma função coadjuvante.

Além disso, ainda na perspectiva do autor, as trajetórias de organização popular que forjam processos de ação social com orientação popular pressupõem uma investigação social a elas integrada, na qual a pesquisa-ação figura como um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento popular além de um momento multiforme de ação popular, constituindo-se como uma alternativa coletiva de criação de conhecimento social.

Neste contexto, é importante destacar o caráter dinâmico da pesquisa-ação, o qual pressupõe um engajamento radical, no qual, em comunhão com os sujeitos envolvidos, me posicionei e me reposicionei-me algumas vezes, frente ao processo de investigação, cujas premissas emergiam a partir da realidade concreta vivenciada.

A organicidade da minha implicação no campo empírico, tanto na militância como na pesquisa demandava, de acordo com que fui percebendo ao buscar aprimorar o meu olhar investigativo, a organização dos meus tempos-espacos para o ofício da pesquisa-militante. Tal exercício, a ser descrito no capítulo 3, se desenvolveu tomando os devidos cuidados para não dicotomizar o processo, visto que os papéis de pesquisadora e militante se constituem dialeticamente.

Sobottka (2005) enfatiza a relevância do instrumental metodológico do pesquisador, na perspectiva de controle e avaliação do alcance das inspirações, no momento em que elas se apresentarem, preservando, dessa forma a objetividade requerida, e também, não deixando secundarizadas, conforme Adams (2007) as razões políticas (valorativas e éticas) que permeiam as escolhas no processo do pesquisar, fazendo valer um dos princípios da tradição da pesquisa participante latino-americana de que não há neutralidade na ciência.

Importante destacar nesta construção, dois aspectos condizentes aos princípios da investigação proposta, sobre os quais discorrei nos próximos parágrafos. O primeiro deles diz

respeito ao propósito investigativo de se analisar um processo coletivo, buscando compreender como o estímulo ao engendramento de força social no território se conecta com a dimensão educativa e política que permeia o seu cotidiano.

A característica de mobilidade desse foco investigativo traz em si situações que muitas vezes podem dificultar o andamento da investigação, como, a saída e/ou rotatividade de pessoas nos grupos, o esvaziamento e/ou redefinição de estratégias de ação. Tais questões estão implicadas na investigação de um processo em andamento e as chaves de leitura das mesmas podem vir a propiciar compreensões relevantes no contexto da pesquisa.

Esse fluxo permanente de movimentações e contradições que constitui o real (conflitos, rupturas, manutenções, dentre outros), dotado de historicidade, pode vir a se configurar como dado objetivo de análise, partindo do pressuposto que emergem das próprias bases concretas da vida do povo e de suas necessidades de trânsitos e permanências.

Freire (2003) defende que o processo educativo parta de um enraizamento na vida comunitária do povo, na sua realidade local, ou seja, na cotidianidade dos sujeitos individuais e coletivos do processo em diferentes dimensões e interações, de modo que essa pesquisa assume essa perspectiva.

Nesse cenário, o processo de pesquisa prioriza o “encontro com as pessoas” como preconiza Brandão (1980), tomando como ponto de partida o próprio conjunto de valores e conhecimentos populares, a construção do processo com aquilo que as pessoas sabem, partir daquilo que elas possuem como recursos (internos e externos).

Tal postura investigativa lapida o caminho a ser trilhado - o método que se refaz e se reinventa, no âmbito de qualquer prática sistemática de intercâmbio de saberes, partindo das práticas sociais populares, como descreve Brandão (1994), sendo este o próprio movimento da educação popular.

O outro aspecto que se evidencia como princípio na feitura desta pesquisa diz respeito ao já mencionado princípio da não neutralidade. A pesquisa participante em movimento legitima a compreensão de pesquisa e da educação como política. Mais que isso, nas palavras de Freire (2015b) “uma experiência total, diretiva, política, consciente, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética”.

Neste contexto, o próprio reconhecimento de minha condição de pesquisadora como uma trabalhadora social que faz a opção pela transformação, reafirma a compreensão que segue:

[...] todo empenho de transformação radical de uma sociedade implica a organização consciente das massas populares oprimidas e que essa organização demanda a existência de uma vanguarda lúcida. Se esta, de um lado, não pode ser a “proprietária”

daquelas, não pode, de outro, deixá-las entregues a si mesmas (FREIRE, 2015b, p. 61).

Considerando esse exercício autorreflexivo que integra o método e inspira a postura investigativa torna-se importante situar que o horizonte da pesquisa participante, conforme Gajardo (1986), são os processos de aprendizagem dos que dão vida à pesquisa, pautando-se na ação reflexiva e dialógica e propondo a produção coletiva de conhecimentos, rompendo o monopólio do saber e da informação. Nesse contexto, a autora defende que “atores sociais” se perfazem em “autores sociais”.

Jara H. (2006) ao discutir a sistematização de experiências como proposta metodológica, destaca o caráter único e irrepitível das experiências de organização popular, incluindo educação e animação, no entanto, aponta que esta característica não justifica que se mantenham isoladas e não possam se comunicar.

Desta forma, ainda de acordo com o autor, o compartilhamento crítico dos resultados que emergem da interpretação dos processos, advindo de um exercício coletivo de reflexão possibilita a criação de um novo ponto de partida “onde as confluências e diferenças entre as práticas individuais tomam um novo sentido e adquirem um valor explicativo mais relevante (JARA H., 2006, p. 32)”.

A pesquisa-ação é, de forma muito vívida, uma pesquisa tecida a muitas mãos e povoada por diferentes sujeitos. Nela, a dimensão ético-política se faz presente desde o processo da partilha da experiência em campo, passando pelo respeito aos diferentes olhares, até o oferecimento da escuta que dá lugar e contextualiza à luz de um olhar analítico as diferentes vozes que atravessam o campo empírico.

Neste sentido, é importante que comunicação entre pesquisadora e sujeitos colaboradores esteja encharcada por esta dimensão ético-política: avisando sobre os processos e procedimentos de investigação, dispondo dos termos de consentimento para que isso aconteça, preservando as identidades dos sujeitos e valorizando tanto o processo quanto os chamados resultados que são processualmente apropriados pelos participantes, em um exercício contínuo de aprendizagem coletiva, não cabendo, portanto, nesta dinâmica, uma “devolução dos resultados”.

O processo metodológico da pesquisa-ação como pressuposto mobilizador da experiência, traz em si a intencionalidade político pedagógica de que os sujeitos, através de sua participação no processo de construção retratado, incidam na sociedade de forma a fortalecer os seus laços organizativos, de resistências e das rupturas que esta pesquisa busca identificar a partir das mediações pedagógicas identificadas, conforme exposto na problemática adotada, na



busca da vivência de novas racionalidades pautadas no coletivo e de novas formas de se relacionar.

## **2 (RE) DESENHANDO O CAMINHO DA PESQUISA-AÇÃO: “O CAMINHO SE FAZ AO ANDAR E LENDO O MUNDO COM CRITICIDADE”**

Neste capítulo, apoiada na proposta de anunciar os diversos caminhos, a partir do campo empírico definido e redefinido, busco dimensionar o leitor e a leitora em relação a esse processo em constante e concreto movimento. A centralidade da escrita desse capítulo se dá no apontamento das mudanças mais significativas durante o percurso do pesquisar e no delineamento do campo empírico representado por sujeitos em movimento e em um território específico.

Apresento, no item 2.1, o exercício da escrita das “cartas sobre a experiência”, como uma possibilidade reflexiva e de organização acerca dos processos vivenciados e das mudanças de caminho que a pesquisa toma, a partir da pandemia da Covid-19.

Assumir a perspectiva da pesquisa-ação, pressupõe lidar com a sua especificidade e suas incitações, à medida que a dinamicidade da realidade do grupo onde estive imersa reconfigurava-se a partir da combinação dos processos que atravessávamos no percurso. Neste cenário, o convite que a experiência da pesquisa me propôs foi exercitar juntamente com o grupo, a partir de nossas ações concretas, o olhar investigativo para uma pesquisa nem rígida, nem dogmática, e sim em movimento, recriada. Uma pesquisa com os sujeitos e não sobre os sujeitos.

Nessa proposta de um fazer científico em uma perspectiva de superação do paradigma positivista, a referência de Fals Borda figurou como um importante indicador de caminhos, considerando que o sociólogo:

Sem desprestigiar a teoria, realiza uma guinada epistemológica, mediada pela centralidade do método, para considerar as massas trabalhadoras, os povos indígenas, e as comunidades camponesas e afro-americanas como produtoras de conhecimento. Esta perspectiva cognitiva da práxis não está baseada em espaços de privilégio, mas em uma visão dialógica e de totalidade na qual os saberes e conhecimentos populares são contrastados e conectados ao conhecimento científico-acadêmico através de uma série de dispositivos metodológicos dialógicos (BRINGEL; MALDONADO, 2016).

Nesta composição, atravessada pelas angústias e inquietações comuns a esse tipo de vivência nada linear, fui buscando acomodar a constante sensação de desconforto que a experiência me proporcionava, e, inclusive fui exercitando a minha compreensão de que a dinâmica, no caso, é justamente a desconforto e me dispondo cada vez mais ao exercício coletivo do redesenhar os caminhos – como na poesia de Antonio Machado – “o caminho se faz ao andar”, sempre buscando evidenciar que o nosso lugar de fala, como sujeito implicado no coletivo, é tanto crítico, como autocrítico, ao considerarmos a criticidade na perspectiva

freiriana, como condição para reflexão sobre a realidade, a qual pressupõe constatações, conhecimento sobre ela e a intervenção para transformá-la.

Na sequência, no item 2.2.1, proponho a delimitação do campo empírico, apresentando o MTD, a partir de uma contextualização histórica, focalizando processos ocorridos no Estado do RS e, em específico na cidade de Caxias do Sul. No item 2.2.2, objetivo é apresentar o chão concreto da experiência, ou seja, uma escrita introdutória que caracteriza o território que é foco da presente análise, o loteamento Vila Ipê, situado na periferia de Caxias do Sul/RS.

Feita essa contextualização da empiria, acerca de Movimento e Território de ação, a proposta é realizar uma leitura analítica do material pedagógico sistematizado pelo Movimento – a sua cartilha nacional, datada de 2019 e alguns textos de apoio elaborados pelo campo político ao qual o Movimento se vincula: o campo democrático popular, além de algumas falas da integrante da coordenação nacional do MTD, a qual entrevistei. O objetivo deste ponto é, a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) olhar para a ação política do Movimento (na relação dialética entre a direção nacional e a experiência local vivenciada), em sua estrutura político organizativa e educativa.

Ao estender o olhar para a ação política do Movimento, considero a reflexão de Gadotti; Freire; Guimarães (2015) de que, embora o político e o pedagógico carreguem, cada a um a sua especificidade, “no ato político há (...) a marca do pedagógico, assim como no pedagógico, há a marca do político” (p.47).

Considerando essa estrutura, trago, a partir da Análise de Conteúdo, quatro dimensões de análise: a organização político-social vinculada à identidade e valores do movimento, a educativa em relação com a territorial, a da solidariedade política e a do trabalho. Desta forma, buscarei evidenciar nas sínteses, os acúmulos identificados no que diz respeito à pedagogicidade do Movimento, assim como os indícios de rupturas que acenam para os potenciais de emancipação que se desdobram do texto dos documentos construídos na práxis cotidiana. A intenção é extrair problematizações-síntese de cada uma das quatro dimensões que dialoguem com a experiência vivenciada no campo empírico, que será caracterizado nos próximos itens, assim como o MTD, como um sujeito coletivo.

## 2.1 CARTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA

A opção pela escrita das cartas e por compartilhá-las no percurso da escrita da tese se dá no sentido de que esse recurso me auxiliou nesse processo de redimensionar o olhar em

momentos nos quais mudanças emergiram e suscitaram as desestabilizações construtivas da organização das ideias e da escrita.

O processo do fazer a pesquisa constantemente é atravessado por acontecimentos de diferentes ordens que impactam em maior ou menor grau, a sua feitura. Em março de 2020, por conta do quadro pandêmico que se instaurava mundialmente, eu me vi compulsoriamente direcionada a modificar o foco da investigação, redefinido após a banca de qualificação e descrito na primeira carta que elaborei. Este antigo foco estava vinculado ao desenvolvimento de um estudo na perspectiva da educação comparada, analisando as mediações pedagógicas das ações do movimento popular brasileiro que eu já vinha acompanhando, desde 2017 e, de um coletivo, cuja ação se desdobrava na periferia de Buenos Aires, vinculada a um movimento popular urbano argentino,

No próximo item busco destacar fragmentos que representam deslocamentos no percurso da pesquisa, elaborados na segunda carta redigida: a carta que fui concebendo ao longo de 2020, quando, impedida de retornar à Argentina, onde eu estive alçando os primeiros passos da pesquisa que pretendia desenvolver em 2019, constatei que o cenário da pandemia mundial, alavancaria novos rumos tanto para a investigação como para o processo de constituição do coletivo ao qual eu já estava vinculada e com o qual trabalhei.

### **2.1.1 A carta do redimensionamento da pesquisa: uma nova carta em um novo momento<sup>35</sup>**

A segunda carta elaborada, entre junho e julho de 2020, narra o início da experiência da construção da Saboaria Popular Las Margaritas, um espaço produtivo, auto-organizado por mulheres, que se estabelece, no mês de maio, como um dos desdobramentos das ações do MTD no território do loteamento Vila Ipê<sup>36</sup>.

Para além de um espaço produtivo, com vistas a geração de trabalho e renda, em uma lógica que enfrenta a mercadológica, a saboaria foi construída coletivamente, tendo a

---

<sup>35</sup> Os conceitos abordados aqui serão aprofundados no decorrer da tese, em uma lógica de processualidade, tal qual a experiência vivenciada. A opção foi de compartilhar os fragmentos da carta como redimensionamento da pesquisa, como parte do percurso metodológico e como demarcador das rupturas vivenciadas tanto no plano da escrita como na realidade do campo empírico, rupturas essas que emergiram a partir da crise e das emergências concretas anunciadas pelo advento da pandemia da Covid-19.

<sup>36</sup> De maio a setembro/20 a Saboaria ocupou o espaço do Centro Comunitário Vinhedos, bairro próximo, porém não a ponto de o deslocamento acontecer a pé. A partir de setembro, o grupo se estabeleceu no loteamento Belo Horizonte, ao lado do Vila Ipê, sendo possível o deslocamento a pé, das mulheres moradoras do território.

concepção de trabalho associado, em sua dimensão ontológica, como eixo condutor do processo, vinculada à ação político pedagógica. Essas questões serão aprofundadas no capítulo 4, no qual a experiência será descrita e analisada, no entanto, é importante sinalizar que neste momento do processo, com o emergir e a concretização da Saboaria, novas nuances são incorporadas à experiência e outros conceitos se evidenciam, conforme os trechos da carta destacarão.

O caminho elaborado pela construção da carta também me direciona, apoiada pelo coletivo, à reestruturação da problemática de pesquisa, visto que a dimensão da ruptura, a partir da concretude, emerge, apontando aspectos fundamentais da tese. Ruptura aqui, ao considerarmos que a partir da consolidação do espaço da Saboaria Popular Las Margaritas, dispararam-se uma série de processos, a serem analisados, os quais acenam para uma perspectiva de resistência à lógica hegemônica historicamente estabelecida, perfazendo-se como uma construção coletiva e orgânica, por dentro de um movimento popular organizado.

Mesmo sendo uma experiência pautada fundamentalmente na coletividade, o momento individual, de elaboração da carta, assim como os momentos de escrita no diário de campo, foram imprescindíveis para a minha constituição como pesquisadora militante.

Reconhecendo e assumindo a identidade de pesquisadora militante orgânica, a dimensão do engajamento se sobressai. Freire (2014b, p.22) ao indagar sobre a ontologia do ser sujeito do compromisso, discorre que o “compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade”, em cujas “águas” o sujeito precisa encharcar-se.

Encharcando-me na realidade do território, sucessivamente, desde a minha inserção no período da pesquisa de mestrado, e, comprometida política e existencialmente com a vinculação reforçada pela vivência da militância, e pelo compromisso acadêmico, escrevi na carta:

A escolha nesse momento fértil e conturbado foi pela escrita de uma segunda carta como recurso expressivo com a finalidade de (re)organizar as possibilidades de escrita da tese e demarcar o novo cenário que reconfigura a construção da mesma frente ao advento da pandemia que efetivamente impede a minha ida à Argentina (prevista para maio, e posteriormente setembro) e, portanto, a exclui de meu campo empírico. Diante disso, dadas todas as inquietações que nos atravessam - uso aqui o plural, pois compreendo que é impossível desconectar os efeitos e desdobramentos do atual momento da dimensão coletiva – o exercício de escrita livre ao qual me proponho, tem como objetivo, inspirado na referência de Freire ao partilhar de suas vivências na Guiné-Bissau, constituir essa carta/relato como “registros de uma experiência em processo”, tal qual o subtítulo do livro do educador pernambucano. A epistemologia freiriana é a inspiração e diante da mesma eu me coloco como aprendiz, observadora, pesquisadora e educadora, visto que a pesquisa militante cumpre função pedagógica e política. Excerto da segunda carta, Pedro (julho de 2020).

Compreender o vivido até então como “uma experiência em processo” me saltou aos olhos neste momento, observando concretamente que na dinâmica da pesquisa-ação, a partir da participação dos sujeitos da prática, caos e linearidade(s) se entrecruzam e se mesclam todo o tempo. O “novo tempo” que a pandemia anunciava contribuiu para que essa percepção se afluísse, de modo que caberia a mim, em contato constante com o coletivo ao qual me vinculei, a identificação dos temas emergentes que definiriam os rumos da investigação, a partir de então. Em referência ao modo como organizo tais questões, aponto, na segunda carta:

A pesquisa que desenvolvo se propõe a entrelaçar teoria e empiria ao longo de todo o seu percurso analítico, sendo construída a partir da consideração das diferentes vozes e ações implicadas no processo, e, isso gera certo “caos” na minha racionalidade e nos meus afetos. Decido enfrentar isso, me apoiando no fato de que não haveria outra alternativa de construção de uma tese, a ser escrita e vivida por mim, que não fosse essa: em que o horizonte da participação e da transformação social estivessem presentes no meu esforço. Compreendo ser mais honesto intelectualmente compartilhar com os sujeitos implicados na experiência, visões/leituras de mundo, anseios, estratégias, angústias. O meu olhar investigativo se constrói a partir da soma e do confronto de outros olhares. Excerto da segunda carta, Pedro (julho de 2020).

Crise e concretude são dois elementos que se evidenciam nesse novo momento de redefinições de rumos da pesquisa, neste caso, a agudização da crise estrutural que a pandemia da Covid-19 anuncia, além da evidência de outras crises, como a sanitária, política, institucional<sup>37</sup> (sobretudo pensando no cenário brasileiro) e de valores.

Venho percebendo, a cada dia de forma mais intensa que o processo (das experiências que busco registrar) constrói a pesquisa e impõe o seu ritmo, a abordagem e as opções diante dele. No chão da periferia, o lócus da pesquisa, se entrecruzam a dimensão material da vida (carências e oportunidades), acentuadas pela crise (do capital) já existente e cujo agravamento é anunciado pela pandemia e os desafios existenciais e de sobrevivência de um grupo que tem uma dimensão solidária e propositiva. Aceitar o caos e a incerteza desse cenário que configura a minha tese que se constrói na partilha (a pesquisa a várias mãos) e atender o que o institucional pede, visto que tenho um prazo a cumprir é a minha tarefa do momento. Para isso, a proposta é extrair elementos-sínteses desse processo que materializem a tese, em um dado recorte de realidade. Anseios e angústias colocados, compreendo que essa carta sinaliza uma transição na construção da pesquisa que é fruto (também) de uma transição conjuntural pela qual estamos passando e que se relaciona ao advento da pandemia da Covid-19. O cenário é complexo, heterogêneo e estamos implicadas e implicados nele mundialmente e historicamente. Excerto da segunda carta, Pedro (julho de 2020).

Nesse cenário de transitividades, tal transição conjuntural não poderia deixar de incidir sobre as estratégias e planejamentos do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos. Assumindo a política da solidariedade (sobre a qual discorrerei adiante) e alinhado ao

---

<sup>37</sup> No artigo “Crises, dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil”, Henriques; Vasconcelos (2020) discorrem sobre o cenário da crise político-institucional brasileira aflorada com a pandemia, desde oposições entre narrativas e conduções na gestão desta questão, entre governo federal, estadual e municipal, assim como a relação significativamente conflitiva entre poder executivo e órgãos científicos internacionais e nacionais.

campo político em nível nacional, assim como diversos coletivos em diferentes cidades do Brasil, a opção foi organizarem-se para articulação de cestas básicas e produtos de higiene e limpeza para as famílias do território que se perceberam, em um curto intervalo de tempo, impedidas de trabalhar, e sem condições de acessar esses recursos via política pública.

Esse processo encadeado pelas ações de solidariedade (distribuição de cestas e produtos de higiene), a ser mais bem descrito no capítulo 4, culminou na construção da Saboaria Popular Las Margaritas, conforme se lê na carta:

Naquele momento, entre março e abril/2020, as ações do MTD foram reorganizadas no contexto da pandemia, sendo articuladas no território nacional, ações de solidariedade que envolviam arrecadação e doação de alimentos. Em Caxias do Sul, o coletivo elaborou o panfleto “Salve, periferia” que foi distribuído juntamente com as cestas básicas, e os kits de saúde popular, com informações sobre a saúde e itens da medicina popular (como raízes e ervas com o objetivo de fortalecimento da imunidade). O foco do grupo então, passou a ser articular as ações de solidariedade, considerando sempre um pequeno número de pessoas no grupo de articulação do movimento (seis mulheres e apenas duas com carro), fomos nos organizando para a distribuição das cestas obtidas, a partir de doações que pedimos pelas nossas redes sociais, pessoais e do movimento. Organizamos as ações de doação das cestas, tendo sido arrecadas, no mês de março/20, uma média de 47 cestas básicas distribuídas para famílias em dois territórios de ação do movimento – Vila Ipê e Reolon. Ao mesmo tempo, passamos a alimentar uma angústia enquanto coletivo, pautando-nos no fato de que não conseguiríamos ampliar o número de arrecadações ou mesmo dar conta de uma nova distribuição, visto que as pessoas que contribuíram para a primeira campanha não aderiram à segunda. Conseguimos garantir doações para uma segunda arrecadação, em abril/20, e ao mesmo tempo, o grupo articulador do movimento, já vinha pensando nas possibilidades de avanço em relação à ação de solidariedade que compreendia a doação da cesta. A questão era: como se avança? Como se politiza a ação em um cenário adverso frente à necessidade de isolamento social? Nesse contexto não linear começamos a construir, junto a duas militantes do grupo de base, moradoras do território do Vila Ipê, possibilidades de reunirmos as pessoas em torno de uma pauta concreta: uma frente de trabalho<sup>38</sup>, de modo que essa ação convergiu para a criação de uma saboaria popular gerida por mulheres. Excerto da segunda carta, Pedro (julho de 2020).

O processo de construção da Saboaria, tomando como eixo condutor o trabalho associado evidenciou outros conceitos que passaram a compor o corpo desta tese (e que serão adensados adiante): a dimensão ontológica do trabalho associado como princípio educativo; a economia popular solidária; o feminismo classista e popular; e a noção do cuidado com o planeta, partindo de uma visão integral do ser humano (compreendido como ser histórico e político).

Seguindo a trilha do trabalho militante, me incorporei ao processo de construção da Saboaria desde o seu início. Nesse percurso, ponderei, considerando diferentes e contraditórios aspectos, desde o início das ações de solidariedade: o temor da infecção pelo ainda tão

---

<sup>38</sup> Conforme será mais detalhado no capítulo 4, diferentes elementos não lineares culminaram na construção da Saboaria Popular Las Margaritas.

desconhecido vírus em conflito com a dimensão daquelas e daqueles que não só se colocam ao lado dos “esfarrapados do mundo, mas que neles se descobrem, e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo, com eles lutam” (FREIRE, 2016a). Na dimensão do compromisso histórico com as classes populares e do engajamento, vinculados ao processo de humanização individual e coletivo lembramos novamente Freire:

O verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram convertidos em “coisas”. Comprometer-se com a desumanização é assumi-la e, inexoravelmente, desumanizar-se também. (FREIRE, 2014b, p. 23).

Apesar dos temores acerca da doença, o coletivo pactuou a busca dos cuidados mais completos possíveis para dar seguimento às ações – no período das ações de solidariedade, a higienização das doações, o uso de máscaras, o distanciamento. No período inicial da saboaria, a ideia do trabalho em turnos com até quatro pessoas para evitar, ao máximo, aglomerações. Essas foram as saídas que encontramos para mantermos o compromisso da militância em um tempo histórico que colhia as consequências de uma crise estrutural, no qual as pessoas mais pobres não tinham escolha entre a tentativa de garantir a sua sobrevivência ou se expor ao contágio da doença.

Os efeitos da pandemia no loteamento Vila Ipê não foram diferentes dos efeitos nos demais territórios urbanos periféricos: pessoas expondo-se ao risco indo para o trabalho de ônibus, queda da demanda dos serviços já precarizados e informais que garantiam a renda dessas trabalhadoras e trabalhadores; casas pequenas nas quais a possibilidade do distanciamento fica mais restrita, dentre outros fatores. O agravamento dessa perspectiva dá-se no aprofundamento da reflexão acerca dos grupos sociais expostos ao extermínio:

Padecer de fome ou morrer pelo contágio, ao ter de trabalhar sem poder praticar o isolamento físico, não são escolhas e tampouco alternativas mutuamente excludentes no cotidiano da classe trabalhadora; ao contrário, afiguraram-se complementares ou, talvez, reciprocamente combinadas para o extermínio dos excedentários (GRANEMANN, 2021, p.5).

Nesse contexto, o posicionamento do grupo militante com ação no território foi o de se colocar ao lado das pessoas em um processo de construção de uma frente de trabalho, não deixando de articular ações de solidariedade (arrecadação de cestas básicas) ao pequeno grupo de mulheres que se formou em torno da saboaria, moradoras do território, em situação de desemprego. As cestas básicas não deixaram de ser necessárias, visto que a obtenção de uma renda digna é um horizonte a ser alcançado pelo coletivo. Na carta, essas questões são apresentadas:



Importante sinalizar que desde 2017 o trabalho com os grupos de base do MTD vem sendo rearticulado e, desde a segunda metade de 2019, depois dos processos formativos do grupo de base, construímos coletivamente um planejamento que priorizava o eixo do trabalho como pauta de ação em 2020. Já observávamos nas reuniões do grupo de base uma propensão mais participativa por parte das mulheres do território, e, a questão da pandemia aproxima mais as mulheres<sup>39</sup>, desde o mapeamento das famílias do bairro em situação de vulnerabilidade para receber as cestas básicas em março e abril/20. Mas é importante dizer que há outras pessoas que fazem parte do núcleo de base do movimento (nessa instância, há rotatividade de pessoas, mas há os mais presentes nos encontros): um idoso e dois homens adultos que, com o advento da pandemia ficaram mais distanciados do núcleo, mas mantivemos o contato por meio do grupo do WhatsApp do MTD, ou ainda, nas idas ao bairro. Desde o início da Saboaria, foram integradas cinco mulheres da região do Vila Ipê, e, permanecem três<sup>40</sup>. Duas delas, mãe e filha, que contatamos pela ocasião das doações de cestas básicas, não permaneceram no conjunto. Uma das moradoras do território está grávida e nem sempre se faz presente, pois tem dois filhos pequenos e acaba ficando muito caro pagar o deslocamento para que venham ao espaço, pois precisam de dois carros (junto com as outras mulheres do bairro). Vivemos uma situação de “malabarismo financeiro” e a intenção é manter o vínculo com essas companheiras. Nossa perspectiva é nos estabelecer no território o mais breve possível, mas, há a necessidade de se buscar um espaço propício. Excerto da segunda carta, Pedro (julho de 2020).

Uma percepção fundamental para os rumos da tese, vivenciada e registrada na carta diz respeito ao confluir do trabalho militante, a partir de uma pauta concreta:

Neste sentido, acho interessante apontar também como, a partir de uma situação de crise, no caso, a pandemia, esse trabalho que vinha sendo acumulado há dois anos se concretiza, e, também, como as coisas fluem, ou ainda, assumem outra dinamicidade, quando a gente se organiza em torno de uma pauta concreta e não só para ficar fazendo reuniões e formações. Isso não significa que reuniões e formações não sejam relevantes, no entanto, observo que as pessoas têm emergências diárias e preocupações com a sobrevivência, que muitas vezes, não lhes propiciam o mesmo conforto (ou mesmo, não veem o mesmo sentido) em espaços de reunião e/ou formativos, em comparação às pessoas que estão mais estáveis financeiramente. Pensar coletivamente o trabalho em um espaço participativo, as formas de sociabilidade que disso se desdobram, construir o cotidiano de um grupo de mulheres, com objetivos, horizontes a serem alcançados, a partilha de um projeto de sociedade, e não menos importante que isso, o acesso à renda que o trabalho propicia conferem outra vivacidade e outras dimensões de aprendizagens ao cotidiano de ação do movimento no território. Excerto da segunda carta, Pedro (julho de 2020).

Na ação do pesquisar, sinalizamos a emergência de novas categorias compreensivas para desbravar as mediações pedagógicas no cotidiano, e as possibilidades de rupturas com o hegemônico, advindas das mesmas. No “chão da experiência”, o aprofundamento dos vínculos, muitos aprendizados, incertezas e angústias advindas da pandemia e o desafio de exercitar a coletivização do processo. Uma nova relação está colocada na centralidade do processo: a

<sup>39</sup> Tais questões serão aprofundadas nos capítulos 3 e 4.

<sup>40</sup> Depois desse período de escrita da carta, o grupo passou a ser composto por cinco mulheres do bairro, novamente. Além delas, quatro integrantes do grupo articulador do MTD, quatro advindas da relação com a Cáritas Diocesana e uma jovem que se integra ao coletivo, assumindo o atendimento das vendas pelas redes sociais.

saboaria, gestada por dois tipos de organização social (MTD e Cáritas) e o território periférico como o cenário da experiência, que por sua vez, o transcende.

Um dos aspectos que mais tem me chamado a atenção dentro desse processo todo é o quanto a emergência de uma crise anunciada impulsionou a nossa ação concreta. Penso que, nesse momento, muitas questões convergem: será que o mundo realmente vai mudar no período pós pandemia? Será que a crise do capital está colocada, de fato (afinal ela ainda não afetou a grande burguesia)? Há consciência de que precisamos mudar nossos modelos de consumo? A discussão em torno de tecnologia e desenvolvimento... Como vivemos um momento de diferentes naturezas de crise (sanitária, de valores, institucional e política, econômica, ambiental, etc), penso que uma proposta como a da Saboaria contempla na sua identidade diferentes elementos reflexivos (e por que não educativos da sociedade como um todo?) que dialogam com essas crises: questiona o capital e o modelo econômico vigente, ou seja, questiona e tensiona as estruturas da sociedade, levanta a bandeira do Poder Popular e da necessidade de auto organização do povo, resgata elementos de nossa ancestralidade, fundamenta-se no questionamento do patriarcado, aponta para a lógica do bem viver, do cuidado com a Terra e para uma cosmologia dos povos originários e que também dialoga com nossa origem latino-americana, ou seja, há muitos conceitos em movimento. Excerto da segunda carta, Pedro (julho de 2020).

Os primeiros registros do cotidiano fecham essa contextualização do cenário de mudanças que envolveu a pesquisa:

Mais do que nunca eu posso dizer que essa é uma vivência afetiva, para além de política e pedagógica. O cotidiano do trabalho militante também nos permite sentir. E é preciso olhar para isso. Sentir os vínculos com as mulheres do coletivo se aprofundando, sentir o cansaço físico que a lida cotidiana nos traz, na produção dos sabões e sabonetes: nos dias de saboaria, não paramos para sentar, só na hora do lanche. As crianças, filhos de minhas companheiras, me chamando para brincar, correndo, gritando, nos lembram da necessidade de organizarmos uma ‘ciranda’<sup>41</sup> para elas, mas, por enquanto, não temos condições. Assumimos o risco de aprender e apreender o processo na prática. Sinto, muitas vezes ao fim do dia, um esgotamento, porque há esforço intelectual e muscular, implicados no cotidiano. Pensamos e refletimos sobre nosso processo, no seu dia a dia e isso, apesar de desgastante, também nos abastece para continuar, porque sinto que é um trabalho genuíno e que todas estão, à sua maneira, comprometidas. Como se eu estivesse no lugar certo, na hora certa e com as pessoas certas. As contradições e os conflitos compõem uma experiência em processo. Esse é o caos e ao mesmo tempo essa é toda a potência que essa vivência carrega. Excerto da segunda carta, Pedro (julho de 2020).

Dessa forma, como apresentado, a saboaria perfaz-se como um desdobramento da ação político pedagógica de um movimento popular em um determinado território, somando-se a essa ação, novos sujeitos que coletivamente dão vida, forma e conteúdo a esse espaço.

Demarcada a concretização da Saboaria Popular, que pode ser considerada uma importante ruptura no processo, a qual é forjada coletivamente, trazendo em seus pilares modos de ser e fazer que enfrentam a lógica hegemônica, retomo a narrativa da tese, na dimensão da

---

<sup>41</sup> A ciranda, nos Movimentos Populares, é uma estratégia de auto-organização, para que, durante as atividades de trabalho, entre as mulheres, alguma das integrantes do coletivo assuma a tarefa de cuidar das crianças (que na maioria das vezes, as mães levam, pois não há quem possa cuidar das mesmas), com brincadeiras e atividades pedagógicas.

processualidade, trazendo, nos itens subsequentes, o processo de definição e delineamento do campo empírico, a partir da necessidade de exclusão da experiência argentina por conta da pandemia.

Com isso, nos itens seguintes, busco aprofundar a apresentação dos elementos acerca do território no qual se vivencia grande parte do processo e do movimento popular que integro, cuja ação pedagógica me proponho a analisar.

### **2.1.2 Definição do campo empírico**

A definição do campo empírico da pesquisa se relaciona à definição do território no qual os processos estão sendo desenvolvidos.

Como mencionado no item 1.3.2, a minha aproximação com a área norte da cidade de Caxias do Sul, mais especificamente, com o loteamento Vila Ipê, veio a partir de minha dissertação de mestrado, na qual, descrevo e sistematizo um processo de ressignificação do território de uma escola municipal desse bairro, partindo da concepção de Território Educativo.

Com isso, como já apontado, acompanhei, desde outubro de 2017, integrada ao grupo articulador municipal do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, o processo de retomada de um trabalho de base no bairro, cujo objetivo principal corresponde a formar uma base do MTD no local e articular ações de lutas por direitos, cujas pautas sejam definidas em processos coletivos.

É importante mencionar que, além do loteamento Vila Ipê, o MTD também esteve em processo de rearticular núcleos de base em outros dois territórios da cidade: o loteamento Mariani, localizado na área oeste, o bairro Reolon e a região conhecida como Beltrão de Queiróz, com características físicas e sociais de áreas periféricas, estando localizada no centro da cidade.

A opção por acompanhar, nesta tese, o processo do Vila Ipê se deu justamente por ser o trabalho de retomada do movimento mais desenvolvido. Em meados de 2007, articulado em torno do programa das Frentes Emergenciais de Trabalho<sup>42</sup> se iniciaram núcleos do MTD em

---

<sup>42</sup> A partir da lei no. 11.628, de 14 de maio de 2001 é criado o Programa Frentes Emergenciais de Trabalho destinado ao resgate dos vínculos social e produtivo de trabalhadores desempregados do Estado e à promoção de melhorias das condições de vida em comunidades em situação de vulnerabilidade, por meio de ações articuladas entre o Poder Público e as entidades comunitárias e sociais.

diferentes bairros da zona norte, organizando uma média de 100 famílias<sup>43</sup>, em núcleos nos bairros Canyon, Belo Horizonte, Centenário, Fátima baixo, Pôr do Sol e Vila Maestra.

No entanto, com o tempo, ou seja, entre os anos 2007 e 2010, e as desarticulações advindas do final do programa das Frentes Emergenciais de Trabalho, houve um esvaziamento nesses núcleos.

A opção pela rearticulação do movimento na área norte se dá, justamente por se tratar de uma região de periferia, com histórico de luta e organização social, não só articuladas pelo MTD, mas por outras instâncias participativas como Associação de Moradores, Cozinha Comunitária, dentre outras.

## 2.2 DELINEAMENTO DO CAMPO EMPÍRICO - TERRITÓRIO E SUJEITOS

No processo do delineamento do campo empírico, cabe destacar que o foco da pesquisa se dá a partir da pesquisa-ação no território do loteamento Vila Ipê, considerando a perspectiva da atuação do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores de Direitos – sujeitos de fora do território que se integram a sujeitos que são moradoras e moradores desse espaço e que, ao se encontrarem, passam a construir cotidianamente possibilidades de participação popular condizentes a espaços coletivos nos quais diferentes questões sobre o lugar e sobre a vida da comunidade eram abordadas.

Na sequência, portanto, partindo de um panorama geral sobre a formação urbana em Caxias do Sul, o território é descrito em suas dimensões físicas e sociais, assim como o MTD. Ainda assim, considerando que o território é atravessado por outras redes de apoio e também de disputa, dedico um item a estas relações, destacando a presença dos atores sociais trajetivos, com os quais, no território caxiense, acabei desenvolvendo proximidade, em função de estar conectada ao território também em uma função militante.

### 2.2.1 O loteamento Vila Ipê - periferia de Caxias do Sul/RS, Brasil

Olhar para o loteamento Vila Ipê, significa olhar para as suas relações com o município de Caxias do Sul e trazer algumas breves pontuações sobre o seu processo de formação urbana, muito relacionado com o processo de industrialização.

---

<sup>43</sup> Informação cedida por membro do grupo articulador municipal, em entrevista.

A cidade, representada na figura 1, localizada no Nordeste do Rio Grande do Sul, é considerada o segundo maior pólo metal-mecânico do Brasil, trazendo características em seu processo de formação relacionadas à influência da expansão industrial no desenvolvimento do território urbano, como em muitas das cidades brasileiras.

Machado (2001) discorre que industrialização de Caxias do Sul inicia-se com o fluxo de imigração italiana, ao final do século XIX, estando a questão da localização das atividades industriais condicionada a critérios como disponibilidade de mão-de-obra e matéria-prima, além de condições de infraestrutura, como rede de energia e de escoamento da produção.

A configuração de alguns bairros de Caxias do Sul, de acordo com Nunes, Fischer e Rossi (2011) configura-se a partir da implantação de grandes plantas industriais, com impacto na expansão urbana e na aceleração da ocupação das periferias de diversos assentamentos irregulares. De forma semelhante a outras cidades do Brasil, as maiores zonas industriais desenvolveram-se próximas às vias de maior fluxo, o que facilitava o transporte de produtos e mercadorias.

Caxias do Sul, apresenta, portanto, no seu processo de urbanização, as contradições de uma cidade em que a industrialização parece ter contribuído tanto para o desenvolvimento econômico quanto para fragmentação e segregação, produzindo espaços desiguais no tecido urbano, constituídos a partir de territórios autoproduzidos. Em alguns desses territórios, Buchebuan e Signori (2019) apontam que os espaços residuais acabaram por se tornar importantes espaços ou lugares de encontro e trocas das comunidades. Borba (1999) apud Nunes, Fischer e Rossi (2011) apontam o município como o que mais se aproxima do paradigma de cidade industrial, no Rio Grande do Sul (e essa característica será abordada na discussão acerca do paradigma de trabalho internalizado culturalmente pela população).

A cidade, de acordo com Machado (2001), no âmbito da formação de sua zona urbana, contou com planejamento para atendimento das necessidades de infraestrutura de seus moradores, a população pobre, formada em sua maioria por trabalhadores e operários, refugiavam-se no território periférico, onde lidava com ausências substanciais como falta de moradia, transporte e lazer. Essa população se estabeleceu em lugares que se configuraram em loteamentos ilegais, áreas que foram se expandindo, sem previsão e controle adequados, com processos de agregações sucessivas. Sendo assim, na década de 1940, é identificada a demanda por habitação social e surgem as primeiras favelas no município.

De uma pequena e ordenada localidade, a cidade passa por um processo intenso de urbanização, e essa característica de centro industrial faz transparecer os problemas urbanos

que advém das diferenças sociais que se estabelecem, conforme discutido no item anterior. No ano 1900, a cidade contava com 24.997 habitantes, passando para 53.850 em 1950. Entre as décadas de 50 e 70, esse aumento populacional se intensificou aumentando 167,93% em 20 anos, chegando aos 144.871 habitantes (BORBA, 1999 apud NUNES; FISCHER; ROSSI, 2011).

Nunes, Fischer e Rossi (2011), apontam que nos 20 anos subsequentes também houve crescimento acelerado: chegando a uma população de mais de 290 mil pessoas, um aumento de 101,66% em relação 1970. Pela contagem de 1996, Caxias do Sul tinha cerca de 325 mil habitantes e, no ano de 2010, chega a 435,482 mil habitantes (IBGE, 2010).

Estendendo o olhar para o território que assumo como campo da pesquisa, algumas informações sobre seu histórico são provenientes de pesquisas sobre o crescimento urbano na cidade, além do projeto Vilas e Bairros, datado de 1986, no qual consta contribuição de estudantes e docentes da EMEF Ruben Bento Alves, com informações sobre o histórico do Vila Ipê.

Para compor esta seção também foram considerados dados do diagnóstico socioterritorial de Caxias do Sul, concluído em 2016 e realizado pela Diretoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ligado à Fundação de Assistência Social (FAS) do município. Trata-se da versão mais atual do relatório disponível para consulta.

Outras fontes acessadas para esta composição foram o site da Secretaria Municipal de Planejamento, além uma reportagem de abril de 2017, que foi veiculada pelo jornal Pioneiro, situado em Caxias do Sul, integrante do Grupo Rede Brasil Sul, afiliado à Rede Globo, que aborda a questão da vulnerabilidade da área norte da cidade, onde está inserido o loteamento Vila Ipê, em contraposição aos dez anos de implantação da Secretaria de Segurança Pública e Proteção Social, intitulada “Olhai por nós” (ANDRADE, 2017). Essa reportagem também integra a composição do cenário de minha dissertação.

O loteamento Vila Ipê pertence ao bairro Santa Fé. Chama-se “grande Santa Fé”, a região que compreende os loteamentos Belo Horizonte, Vila Ipê e a porção já aprovada e regularizada como bairro Santa Fé.

Na Figura 1, o mapa da cidade de Caxias do Sul, com a região do “grande Santa Fé”, destacada em vermelho claro:



No município de Caxias do Sul, de acordo com Silva (2016), a política habitacional da Prefeitura foi desenvolvida, desde 1952 tendo o Fundo Especial da Casa Popular (FUNCAP)<sup>44</sup> como órgão impulsor, de modo que este teria como missão colaborar para que operários e pessoas com poucos recursos financeiros pudessem financiar lotes, moradias, materiais de construção e obras de melhoria das condições higiênicas, além da remoção de moradias sem infraestrutura adequada.

Silva (2016) aponta que ao final do mandato do prefeito Serafini Filho (1977-1982), foi construído o loteamento popular Vila Ipê, entre 1981 e 1982, com a oferta de aproximadamente 571 lotes, constituindo-se como o primeiro loteamento popular do FUNCAP, acessível à população geral de baixa renda.

As terras da VILA IPÊ eram todas pertencentes a família ANDRIGUETTI e, por se tratar de loteamento feito pela Prefeitura, todos os moradores adquiriram seus lotes através do FUNCAP (Fundo da Casa Própria). O prazo de financiamento foi de quinze a vinte e cinco anos. Os objetivos desse longo prazo era facilitar o pagamento, já que só podiam comprá-lo pessoas com renda de até 3 salários-mínimos e, principalmente, fixar o morador na vila, para fazer do bairro um ponto de chegada e não um ponto de transição<sup>45</sup>. (CAXIAS DO SUL/RS, 1986, p. 224).

Também de acordo com o estudo de Silva (2016), tomando como base um estudo sobre a organização urbana da cidade, organizado na década de 90<sup>46</sup>, nas regiões da área norte que compreendem o bairro Santa Fé e o loteamento Vila Ipê há maior percentual de migrantes (60% da população) e também com movimentação migratória recente, vivendo na cidade há mais de três anos.

Para organizar as informações a respeito da rede pública intersetorial que atende o loteamento, organizei o quadro abaixo, indicando a qual secretaria está vinculado o serviço indicado, e o nome do serviço.

---

<sup>44</sup> O Fundo Especial da Casa Popular (FUNCAP), de acordo com Silva (2016, p.57) foi criado pela prefeitura de Caxias do Sul (através da Lei 499 de 28 de novembro de 1952), como um recurso para auxiliar a expansão urbana popular de forma mais regrada, inicialmente sendo mais utilizado “para garantir lotes e moradias aos servidores públicos municipais, através da construção de casas no loteamento Euzébio Beltrão de Queiroz e criação dos loteamentos populares Pioneiro e Santa Fé”. Neste período, de acordo com o autor, a cidade já crescia em um ritmo irregular.

<sup>45</sup> Pesquisa realizada pelas professoras Denise Maria Alves Cambuzzi, Marli Calai Marcon e Janete de Fátima Rech e suas respectivas turmas: 3.1, 3.2 e 3.3, alunos da EMEF Ruben Bento Alves, sobre a história do bairro Vila Ipê para o projeto Vilas e Bairros.

<sup>46</sup> Subprojeto “Aglomerado Urbano de Caxias do Sul”, do Ministério do Interior (extinto em 1990).



**Quadro 1- Rede pública intersetorial – Loteamento Vila Ipê**

<b>Unidade</b>	<b>Serviço</b>
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção Social	Horta Comunitária Vila Ipê
Secretaria Municipal de Educação	Escola de Educação Infantil Carinha de Anjo EMEF Ruben Bento Alves Escola Estadual Clauri Alves Flores
Secretaria Municipal de Saúde	Unidade Básica de Saúde Vila Ipê

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Além dos referidos serviços, a região ainda conta com o Centro Comunitário Vila Ipê, coordenado pela AMOB (Associação dos Moradores do Bairro), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Joana D'arc, com 65 vagas para crianças e adolescentes e o clube de Mães que também desenvolve atividades no Centro Comunitário. Há também um pequeno espaço para lazer com uma quadra de futebol e um parque infantil.

Acessando o diagnóstico socioterritorial do município, documento elaborado em 2016<sup>47</sup>, pela diretoria de gestão do SUAS, responsável pela vigilância socioassistencial, vinculada à Fundação da Assistência Social de Caxias do Sul (FAS), optei por evidenciar informações relativas às características de vulnerabilidade tanto da área norte, como do loteamento Vila Ipê em específico.

Neste documento, a referência tomada como base principal é o Cadastro Único<sup>48</sup> para Programas Sociais do Governo Federal, relativa a dezembro de 2014, sendo comparados com alguns dados de julho de 2016<sup>49</sup>, para identificar o crescimento ou diminuição das famílias incluídas nas regiões mais vulneráveis.

A EMEF Ruben Bento Alves, localizada no território investigado, ocupa a décima posição das trinta escolas municipais e estaduais da cidade que apresentam o maior número de estudantes inscritos no Cadastro Único para programas sociais do governo federal, estando 198

<sup>47</sup> Documentação mais atualizada, elaborada pela gestão mencionada, de acesso público.

<sup>48</sup> O Cadastro Único é uma fonte operacionalizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e Caixa Econômica Federal, de modo que, atualmente, configura-se como um importante instrumento para a identificação e caracterização das famílias vulneráveis dos municípios, partindo do critério da renda, de modo que nele constam aquelas em situação de pobreza e de extrema pobreza, compreendidas como aquelas que têm renda per capita de até R\$ 170,00, embora possam ser incluídas famílias com renda per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até três salários mínimos. Nele são registradas informações sobre a renda, condições de habitação e a situação educacional dos cadastrados, entre outras características sociodemográficas.

<sup>49</sup> Outras fontes de dados importantes para a realização do diagnóstico referem-se aos dados produzidos pelos Serviços e Programas da rede socioassistencial pública e privada do SUAS, através dos seus relatórios. Tais fontes são importantes devido ao registro dos atendimentos prestados às famílias que acessam esses serviços, embora um percentual expressivo das famílias neles atendidas também esteja incluído no Cadastro Único.

educandos vinculados ao Programa Bolsa Família<sup>50</sup> e 136 não vinculados, totalizando 334 alunos.

Ainda de acordo com o diagnóstico socioterritorial elaborado pela FAS, considerando famílias em extrema pobreza aquelas que tinham renda per capita entre R\$ 0,00 e R\$ 77,00 e, em situação de pobreza, aquelas com renda entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00, os dados sobre o loteamento Vila Ipê são, até julho de 2016, são: de um total das 430 famílias cadastradas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da área norte<sup>51</sup>, 212 famílias vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, perfazendo um total de 49,3% das famílias.

O número de crianças e adolescentes do loteamento, de seis a 15 anos, incluídas no cadastro único e vinculadas ao Programa Bolsa Família é de 219 e não vinculadas 133, perfazendo um total de 13,1% da demanda da área norte. Já a população idosa do local, também incluída no cadastro único, perfaz um total de 128 pessoas, ou 18,9% do total da demanda da região.

No diagnóstico socioterritorial elaborado pela FAS, aponta-se que na Conferência de Assistência Social<sup>52</sup> em 2015, realizada no território do CRAS Norte com os usuários, trabalhadores do SUAS, Conselheiros e demais participantes da rede intersetorial, foram discutidas e elencadas algumas questões, das quais destaco as que seguem:

### **Quadro 2 - Questões discutidas na pré-conferência de Assistência Social (2015) do Território CRAS Norte.**

<b>Questão</b>	<b>Descrição</b>
Principais desafios e/ou desproteções que permeiam o território	Violência em função do tráfico de drogas; fragilidade dos vínculos familiares e/ou relacionais; violência por violações de direitos; pobreza; desemprego; violência urbana; ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos; trabalho infantil.
Grupos mais vulneráveis	Crianças e adolescentes; mães precoces; usuários de substâncias psicoativas
Propostas	Ampliar e qualificar os programas de acesso ao mundo do trabalho para jovens (como Pronatec e Acessuas Trabalho); Potencializar a inserção no mercado de trabalho dos jovens que participam do Pronatec/Acessuas Trabalho; Revisar a faixa etária para inscrição do jovem no Pronatec, reduzir de 16 para 14 anos

<sup>50</sup> O Programa Bolsa Família, extinto em 2021, estava previsto em lei — Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 — tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, constituiu-se como um programa de combate à pobreza e desigualdade social no Brasil.

<sup>51</sup> O CRAS Norte abrange o atendimento de 25 localidades, entre bairros e loteamentos.

<sup>52</sup> Conferências são espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas sobre propostas e estratégias de organização. Têm como característica reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades nas Políticas Públicas (no caso aqui, a Assistência Social) nos próximos anos.

	de idade; Promover e intensificar campanhas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas, articulando com todas as políticas públicas existentes no território; Ampliação da oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no território, incluindo os demais ciclos de vida; Fortalecimento da Rede do Território; Ampliação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias/PAIF; Ampliação de mais dois Conselhos Tutelares, descentralizados, e qualificação do fluxo; Ampliação e qualificação dos Programas de Transferência de Renda.
--	---

Fonte: Diagnóstico Socioterritorial da FAS (CAXIAS DO SUL, 2016).

Em meus estudos sobre Território Educativo (PEDRO, 2017), evidenciei algumas informações sobre a situação da violência na área norte do município, destacando que esta região, partindo das narrativas das moradoras e moradores dos bairros, assim como de docentes e lideranças locais é historicamente estigmatizada pela violência.

A reportagem de Andrade (2017) retrata a ineficiência dos atores responsáveis pela intervenção por condições mais dignas à população, em referência aos gestores de políticas públicas. Desta forma, consta que nos últimos dez anos houve no município, 385 assassinatos de jovens até 25 anos, e desses, 124 ocorreram na zona norte.

É importante esclarecer que a problemática da violência atinge a cidade como um todo, no entanto, a centralidade da reportagem deu-se na área norte, propondo a reflexão sobre quais serviços de proteção social não estavam sendo oferecidos, ou não eram suficientes, nesse território, conforme sistematização anterior (PEDRO, 2017).

Os relatos de violência também são encontrados nas narrativas dos estudantes que participaram da pesquisa, como por exemplo o medo de ser atingido por uma bala perdida ou ainda o temor de ser assassinado por engano, tanto pela polícia como pelas lideranças do tráfico local (PEDRO, 2017).

Ainda na reportagem de Andrade (2017), consta a informação de que a Vila Ipê é um dos locais que lidera as estatísticas da violência na cidade. Foi a segunda região que apresentou mais vítimas fatais por assassinato (19 ao total), sendo a maioria jovens, em 2016. Ao mesmo tempo em que há um aumento progressivo da violência há também o crescimento da população. Os dados oficiais do Censo 2010 consideram a base populacional do bairro Santa Fé com uma quantidade pouco superior a 20.000 pessoas, enquanto a referida reportagem do Jornal Pioneiro, de abril de 2017, destaca que sua população conta com mais de 60.000 pessoas.

Também encontramos tanto na reportagem como no estudo de Pedro (2017), significativas menções acerca do preconceito que moradores da área norte sofrem ao transitar

por outras áreas da cidade, quando revelam o seu bairro de origem, sobretudo em entrevistas de emprego.

Na categorização que propus (PEDRO, 2017) sobre o loteamento Vila Ipê, a partir das percepções e narrativas do grupo de estudantes da EMEF Ruben Bento Alves, de professores, equipe diretiva e algumas lideranças da região, as questões que se evidenciaram e que podem compor essa caracterização do cenário são:

- a) A violência, o medo e o preconceito como enfrentamentos diários de jovens e demais moradores;
- b) As vozes de denúncia que emergiram nos processos dialógicos, referentes tanto à insuficiência das políticas públicas como à violência policial;
- c) Os diferentes processos constituidores das relações e vínculos entre escola e comunidade;
- d) A escola na visão dos alunos e a necessidade de “aulas diferentes”;
- e) A função articuladora do território, ou seja, as múltiplas dimensões de aprendizagens que podem ser acessadas ao percorrer/vivenciar o território educativo;
- f) Os aspectos positivos do bairro/comunidade e as falas de pertença ao território;
- g) As trilhas do empoderamento nos processos coletivos, que destacam as percepções do grupo que participou da pesquisa sobre o exercício de caminhar pelo território do loteamento Vila Ipê em busca das diferentes oportunidades de aprendizagem que este oferece.

Dos aspectos acima mencionados, a discussão sobre as trilhas do empoderamento nos processos coletivos, me levaram a perceber, a partir da convivência e da fala dos adolescentes, que eles compreendem a relevância da união e da mobilização da comunidade na luta por seus direitos, no entanto, identifiquei certa dificuldade em compreender as instâncias participativas com as quais estão envolvidos (como o Conselho de classe ou o grêmio estudantil), assim como o papel do Centro Comunitário, ou ainda o conhecimento sobre quais atores sociais eram as lideranças comunitárias.

Com isso, como já anunciado, a escolha do cenário para desenvolver a tese se deu pela minha manutenção no campo empírico inicialmente explorado e no qual as minhas redes de relações foram se ampliando, a partir da investigação que gerou minha dissertação.

Na sequência, a partir do delineamento do campo, busco contextualizar elementos da história, identidade, valores e estratégias de ação que caracterizam o MTD, com a finalidade de aprofundar a reflexão, no item em que desenvolvo a análise da cartilha nacional do movimento e dos textos de apoio para a sua ação nos territórios.

## 2.2.2 Aspectos históricos do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) – “Direito de trabalhar. Trabalhar com direitos”

Esta seção apresenta algumas caracterizações acerca do conjunto de sujeitos que constitui o MTD<sup>53</sup>. Busco resgatar aspectos da história do movimento no Rio Grande do Sul, e mais especificamente na cidade de Caxias do Sul, assim como as suas linhas de ação com a finalidade de contextualizar o grupo proponente do trabalho de base no território Vila Ipê.

Para compor esta apresentação, reproduzo algumas narrativas de uma militante do MTD de Caxias do Sul (E2), acerca da história do mesmo, vinculada ao Movimento desde seu início<sup>54</sup> e a pesquisa de Machado (2015)<sup>55</sup> realizada junto ao MTD (no período da pesquisa denominado Movimento de Trabalhadores Desempregados) do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da experiência dos Pontos Populares de Trabalho<sup>56</sup>, em dois bairros da cidade de

---

<sup>53</sup> Duas sinalizações são importantes nessa caracterização: a primeira delas diz respeito ao fato de que o aspecto da contradição permeia a construção do Movimento, no exercício participativo e na reflexão acumulada, perfazendo-se como um processo com avanços e recuos, não havendo hegemonicamente, em muitos momentos, um espaço de consenso, porém de acordos e avanços além da proposta de reflexão sobre os limites advindos das diferentes compreensões sobre as questões enfrentadas. A segunda sinalização corresponde ao fato de que nossa compreensão do MTD, tanto em nível local, como estadual e nacional, não é fundamentada em uma concepção prescritiva sobre como o movimento deveria se construir. No texto da tese, implicada na experiência, como uma militante da base do movimento e comprometida com a mesma, busco descrever como sujeitos sociais concretos constroem e reconstróem o movimento, no recorte da localidade estudada (na relação dialética com as diretrizes nacionais), através das experiências cotidianas, ao mesmo tempo em que modificam a realidade, modificando a si mesmos e ao coletivo. Trata-se de um espaço para sinalização de algumas contradições e críticas com o intuito desse permanente reconstruir-se do movimento.

<sup>54</sup> Entrevista realizada em 2018, poucos meses depois da minha vinculação ao MTD, com o objetivo de conhecer aspectos acerca da história do Movimento, no Estado, onde ele se inicia, e em específico na cidade de Caxias do Sul. O roteiro da entrevista está no apêndice.

<sup>55</sup> A implicação desta pesquisadora com o MTD, conforme ela narra em sua tese, se dá desde o ano de 2001, tendo ela direcionado os estudos de seu mestrado para compreensão mais profunda acerca de quem eram os sujeitos da base do movimento.

<sup>56</sup> Os pontos populares de trabalho (PPTs) são uma proposta de política pública na forma de programa para os governos que inserindo-se no campo das iniciativas públicas para enfrentar o desemprego e suas consequências, sejam aquelas resultantes da ‘exclusão’ estrutural e histórica do capitalismo, sejam as decorrentes da intensificação da precarização das relações de trabalho, provocadas pelas políticas econômicas neoliberais. Essa proposta do Movimento que no âmbito do governo federal fica sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, tem como público principal os trabalhadores desempregados, em especial aqueles com alto grau de vulnerabilidade, e como área prioritária de ação os médios e grandes aglomerados urbanos (Documento não publicado Pontos Populares de Trabalho. Porto Alegre: MTD, 2010). O decreto municipal que prevê os PPTs em Canoas é datado de 2010 (Decreto 489) e regulamenta a Lei 5401/09. Em janeiro de 2019 é aprovada uma lei, em nível estadual 15252 que prevê a Política Estadual de Pontos Populares de Trabalho no Rio Grande do Sul. Os PPTs, de acordo com Ferraz (2010), figuraram como um avanço do projeto inicial das Frentes Emergenciais, incluindo aquisição de equipamentos e materiais de trabalho, espaços para as atividades, e dando ênfase ao seu caráter político-pedagógico, com um programa educacional que tem em seu eixo a gestão (administração contabilidade, relações políticas e humanas etc.), a produção (com questões técnicas e de qualidade do produto) e o social (trabalhando também com a constituição histórico-social do povo brasileiro e as lutas sociais).

Canoas, sendo que a proposta central do referido estudo foi discutir a possível educação da classe trabalhadora na suas reais condições materiais. Também me utilizo de narrativas extraídas de uma entrevista com uma integrante da coordenação nacional do movimento.

Para resgatar aspectos relevantes do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por direitos na cidade de Caxias de Sul, é importante considerarmos os antecedentes históricos que fomentaram a constituição do mesmo.

O surgimento do MTD no ano de 2000, no Estado do Rio Grande do Sul, remonta, dentre outros aspectos, ao surgimento da Consulta Popular<sup>57</sup>, que na década de 90 imprimia esforços para realizar uma leitura do campo político da esquerda, fato que é trazido na narrativa da militante de Caxias do Sul (E2), sobre a sua história:

(Entrevistada 2) O surgimento do MTD, na verdade, tem a ver como o surgimento da própria Consulta Popular, que é no ano de 97, e que bem... a própria história do surgimento da Consulta diz muito desse período, né? Foi um período em que os Movimentos Sociais a nível nacional e outras Organizações, enfim, começam a fazer a leitura assim, de que a esquerda no Brasil, ela caiu em uma questão muito “só das eleições” né? Que a esquerda parou de estudar... se criou muito essa questão de disputas, né? E que eram coisas que faziam com que se desviava o foco da construção de uma proposta de transformação da sociedade. E aí a esquerda começa a ser... a esquerda social, que depois foi chamada, né? O pessoal mais ligado com os movimentos sociais, sendo dentro disso, forte a questão dos Movimentos do Campo, da Via Campesina, mas também com diálogos importantes com setores urbanos. Aí se faz então a Conferência que é tida como marco do surgimento da Consulta Popular, que é em Itaici, em São Paulo, no final do ano de 97, e dali se sai com a discussão de se buscar, se detecta a necessidade de uma recriação de um campo de esquerda, né? Com essa referência da construção de um Projeto Popular para o Brasil. O ano todo de 98 é pautado por marchas, né, aqui do Rio Grande Sul. Marchas estaduais que o pessoal faz saindo de diversos pontos do Estado, foram, no caso, quatro marchas, né? Que se dirigem a Porto Alegre, mas que no fazer essa marcha, vão passando pelas cidades, né? E vão fazendo esse debate com a militância e ao mesmo tempo com a população, por isso que se chama de uma Consulta Popular...

Machado (2015), contextualiza o período da década de 90 como aquele caracterizado pelos altos índices de desemprego no Brasil, os quais acabaram por fertilizar os primeiros passos para a formação de um Movimento Social Popular que se estrutura pela pauta do desemprego, assim como pela precarização das relações de trabalho, acompanhados pela forte tendência à liberalização da economia por boa parte dos governos nacionais.

---

<sup>57</sup> A Consulta Popular perfaz-se como um instrumento político de caráter associativo. Constituída em 1997, como um dos desdobramentos da Conferência de Itaci e configurando-se como uma confluência de diferentes movimentos sociais populares, com destaque para o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Contrapondo-se aos pressupostos neoliberais da política, a Consulta Popular propõe a retomada do trabalho de base, da formação e das lutas de massas, assim como contribuir na construção de um Projeto Popular para o Brasil protagonizado pelo povo brasileiro (CONSULTA POPULAR). Disponível em: [www.consultapopular.org.br](http://www.consultapopular.org.br). Acesso em: 04 set. 2019.

A autora ainda acrescenta que a formação do MTD, sigla que, naquele momento, significava “Movimento dos Trabalhadores Desempregados”<sup>58</sup>, no Rio Grande do Sul, configurou-se como iniciativa de militantes de diferentes movimentos, dentre eles o sindical, o de luta pela moradia e a pastoral operária. Tais movimentos se articularam pela Consulta Popular, de modo que as pessoas que participaram deste processo avaliaram que a luta pelo trabalho é impulsionadora de mobilização, sendo emergente um formato de enfrentamento contraposto à institucionalização da esquerda nos âmbitos sindicais e partidários.

Ao remontar a história de constituição do Movimento, assim como aspectos da identidade dele, a pesquisadora relata:

O MTD é um Movimento Social de classe, da classe oprimida. A base do Movimento caracteriza-se pela fome, pela miséria, exploração do trabalho infantil, subdesemprego histórico, violência doméstica, alcoolismo, drogas, portanto, por um processo de desumanização. A primeira ação que demarca o início “oficial” do movimento foi um acampamento de lona preta em 2000, numa área destinada à General Motors, no município de Gravataí/RS, do qual participaram 200 famílias (MACHADO, 2009, p. 54).

A fala da militante entrevistada (E2) traz informações sobre o preparo deste acampamento que se iniciou na noite do dia 22 de maio de 2000. Ela refere que tal estratégia foi precedida de um trabalho de base, que consistiu em uma pesquisa na qual foram entrevistadas aproximadamente duas mil pessoas desempregadas, na região metropolitana. Tal pesquisa mapeou temas pertinentes à identidade do Movimento que estava prestes a se constituir, como “qual a compreensão que os desempregados tinham desse processo do desemprego?” e, também, se as pessoas estavam dispostas a se organizar para enfrentar as dificuldades que referiram, advindas do desemprego, de uma forma coletiva.

Em uma dimensão de vínculo político partidário, a militante relata que o então deputado estadual de Caxias do Sul, Padre Roque Graziotin (*in memoriam*), provocou na câmara dos deputados, segundo o seu relato, dentro das comissões que discutiam o trabalho, de uma forma permanente, uma subcomissão para discutir o desemprego, sendo que, desta forma, esta ação se articulou com o que estava sendo construído na esfera popular. Além disso, ela cita iniciativas de alguns sindicatos, especialmente, na região metropolitana do Estado, buscarem propor alternativas para a sua base desempregada.

---

<sup>58</sup> Não localizei nenhuma citação de referência que associasse a esse nome alguma influência dos de uma parcela dos movimentos piqueteiros argentinos denominada *Movimiento de Trabajadores Desocupados*, que surge em meados da década de 90. Segundo o relato da militante entrevistada, o nome surge a partir das conversas entre as pessoas acampadas em Gravataí.

O nome do movimento como Movimento de Trabalhadores Desempregados, surge no acampamento de Gravataí, visto que, até então, era chamado informalmente apenas de Movimento de Desempregados. A ideia foi trazer a dimensão de classe trabalhadora, sem acesso a esse direito. Nesse acampamento, o grupo conquista a área ocupada que era uma pequena parte que estava sob juízo, de um total de 60 hectares, durante o governo de Olívio Dutra, de modo que o Movimento permanece nesta área até a atualidade.

Ainda, no ano de 2000, em dezembro, uma parte da militância do MTD realizou a primeira Marcha Estadual por Terra, Trabalho e Teto, saindo de Gravataí e passando por outros municípios até chegar a Porto Alegre. A partir dessa marcha, se inicia, a partir de uma negociação com o governo do Estado, somada aos processos de luta popular, a criação da lei das Frentes Emergenciais de Trabalho.

A partir dessa marcha que iniciou em Gravataí, também se firmou o compromisso do governo do Estado (no momento sob o mandato de Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores) em achar uma área para assentar 95 famílias, sendo que nessa proposta já havia a configuração dos assentamentos rururbanos, sendo daí que surge o assentamento Belo Monte, de Eldorado do Sul, que se concretizou em maio de 2001. Nesse contexto, o grupo realizava trabalho de base, com a finalidade de abranger novos militantes identificados com as demandas do Movimento.

Sobre esse processo de construção do Movimento, aliado às primeiras conquistas e ao modo de gestão, Machado (2015, p. 109) explana:

A ele (acampamento de Gravataí) seguiram-se vários outros assentamentos em cidades como Eldorado do Sul, Gravataí e Bagé, além da conquista de frentes de trabalho. O ponto central das propostas do Movimento está na formação de grupos de produção autogeridos. Ao longo do tempo de existência do Movimento houve grupos de produção agrícola, de cimento, fraldas, pães e outros produtos. Tais grupos se organizaram a partir de dois formatos que constam das reivindicações do MTD. Um deles são os assentamentos rururbanos, nos quais cada família tem, nas periferias das cidades, espaço para moradia e para pequena produção familiar de subsistência (horta e criação de pequenos animais), além de uma área em que se pode fazer produção coletiva. A outra organização começou pelas Frentes de Trabalho, mais utilizadas em núcleos formados em bairros urbanos, que mais tarde evoluíram para um projeto de Pontos Populares de Trabalho.

A militante entrevistada (E2) traz em seu relato aspectos referentes ao funcionamento das Frentes de Trabalho no município de Caxias do Sul. No início de 2002, o MTD começa a organizar as 260 vagas que foram oferecidas, sendo sempre uma por família, de modo que a ideia era prestar um serviço que fosse útil para a comunidade. No município de Caxias do Sul eram realizados trabalhos como limpeza dos arroios, por exemplo. Machado (2015) aponta que



as Frentes possuíam o objetivo de produzir alguma mercadoria, recebendo verba do governo do Estado, no valor de um salário-mínimo, e, eventualmente, cursos de qualificação.

Na cidade de Caxias do Sul, de acordo com o relato da militante, quando ocorreu a primeira renovação do convênio, iniciaram-se os cursos de qualificação voltados para as pessoas criarem grupos de produção. O primeiro curso foi de agroecologia, que ocorreu paralelamente à ocupação de um grupo do MTD, no que viria a ser o assentamento no distrito de Fazenda Souza, denominada Zumbi dos Palmares, de modo que se buscava trabalhar a noção de sustentabilidade deste assentamento.

Havia bairros como o Canyon, localizado na área norte, em que ocorriam cursos de panificação, sendo que um grupo de mulheres montou uma padaria posteriormente. Nesses cursos, havia módulos técnicos e módulos voltados à cidadania, saúde, educação, dentre outras temáticas.

Machado (2009; 2015) ao caracterizar o perfil da base do Movimento, refere que o mesmo é composto por pessoas das periferias das cidades, jovens e adultos, em sua maioria mulheres, com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional. Trabalhadoras e trabalhadores informais, os quais a autora nomeia como “trabalhadores marginais” ou “demitidos da vida” (MACHADO, 2015, p. 10).

No município de Caxias do Sul, o decreto do assentamento do distrito de Fazenda Souza, foi assinado pelo governador Olívio Dutra, no final do ano de 2002 e efetivado pelo seu sucessor, Germano Rigotto, no ano seguinte. Os primeiros dez anos de concessão da área venceram, sendo renovado por mais dez anos. O assentamento rururbano foi ocupado por 29 famílias, sendo que apenas 11 se assentaram realmente, por questões de adaptação à dinâmica do acampamento, anterior ao assentamento, de acordo com a entrevistada.

A dinâmica que caracteriza o cotidiano do assentamento corresponde a produzir alimento, sem agrotóxico, de forma coletiva, podendo se comercializar o excedente, assim como as pessoas que moram no local podem manter vínculos com empregos na cidade, o que, portanto, é diferente de um assentamento da reforma agrária. Uma das pessoas da família necessariamente precisa manter o vínculo com o assentamento e as demais podem seguir tendo atividades em outros trabalhos.

Sobre o fato de terem restado 11 famílias no local, a militante (E2) relata:

Das 29 (famílias) que iniciou só saiu pra 11 porque eram quem restava. A coisa é que, assim, ó: A gente entrou sem nada. Cada um com os seus restinhos de pertences que conseguiu ir salvando nesse “ocupa, muda de área, despejo”, vai perdendo as coisas no caminho, né? Todo mundo vinha de aluguel, então, tipo assim, já se desfez... as pessoas já tinham bem pouquinhos coisas. Daí ficam dentro de um barraco de lona

preta, num inverno, chuva, chuva, chuva, chuva, chuva.... não tinha luz, né. Não tinha água encanada. Água não era problema, porque chovia tanto que dava água em qualquer lugar. Mas o problema era a falta de energia elétrica e de grana... porque não se conseguia trabalho. Ninguém queria dar trabalho na região, porque ficamos mal falados. Os 'sem-terra'. Até hoje o pessoal nos chama de sem-terra. Então não se conseguia pegar bico por ali, as pessoas não tinham grana pra passagem, pra vir para a cidade, então as pessoas foram ficando... e aí, nesse meio tempo, o programa de Frentes de Trabalho também já não, né... ele não é constante. Você faz um convênio que tu leva um ano, lutando pra que o governo assine e libere e daí ele vem por aquele período de seis meses e depois para de novo, entendeu? Fica mais de ano de intervalo entre um e outro. Temporário. Sem direito a nada.

Buscando uma maior coesão nacional para definir as estratégias, assim como uma linha de ação pedagógica, em meados de 2008<sup>59</sup>, as lideranças do MTD passam a contar com assessoria do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), em São Paulo. Essa parceria perdura até os dias de hoje, de modo que no próximo item, trarei algumas questões sobre as linhas de ação do movimento.

A militante entrevistada (E2) refere algumas tensões e rupturas dentro do Movimento em âmbito estadual, que atingiu o seu estopim no ano de 2010, havendo um esvaziamento até o ano de 2012. Essa crise se deve a diferentes fatores como por exemplo: a desarticulação das Frentes de Trabalho e o fim da verba pública destinada às mesmas, desgastes entre as lideranças dos movimentos do campo democrático popular. A fala da militante faz uma autocrítica enquanto movimento, no sentido de que, na cidade de Caxias do Sul, as lideranças, sem o aporte da verba das Frentes Emergenciais de Trabalho, não conseguiram manter os grupos produzindo e unidos.

No ano de 2015 o MTD passa por um processo de reorganização e nacionalização, formalizado na realização do I Seminário Nacional do MTD, na escola Florestan Fernandes em Guararema, São Paulo.

Neste seminário, uma série de decisões foram tomadas visando a reorganização do Movimento. Dentre elas, a unificação do MTD (então chamado de Movimento de Trabalhadores Desempregados) com o MOTU<sup>60</sup> (Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos), estabelecendo um movimento popular urbano nacional, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por direitos (MTD, 2019a).

---

<sup>59</sup> Nesse período, segundo a militante entrevistada, o Movimento havia se expandido para outros Estados, como Bahia, Minas Gerais, São Paulo, além do Distrito Federal.

<sup>60</sup> O MOTU surge em 2007, no Sergipe, como fruto de reflexões e necessidades concretas em torno do direito à moradia e se expande para o Ceará, sentindo também, a partir das ocupações que realiza, a necessidade de nacionalizar, ou seja, de avançar para além de uma organização regional ou Estadual para lidar com os enfrentamentos pelos quais passava.

Sobre o seminário realizado em Guararema, há uma síntese compartilhada na página do Movimento, nas redes sociais, da qual destaco alguns pontos abaixo:

Houve relatos de lutas pelo direito à moradia através de ocupações urbanas e organizações de famílias nos territórios; Iniciativas de geração de trabalho e renda para as mulheres; Ações de cooperativas de trabalho para garantir renda sustentável; Atuação com jovens das periferias para construção de atividades de cultura e resistência; Ações pelos direitos à saúde, luta por creches, atuações para garantir soberania e segurança alimentar; ações de formação em cidadania e educação popular, entre outros. Essas memórias coletivas, trazidas por um grupo de 80 pessoas de várias partes do Brasil se transformaram numa organização que hoje aglutina oito mil pessoas em onze estados brasileiros.

Desde então um grupo de 35 pessoas, passou a reunir-se periodicamente para intensificar a execução de um plano nacional de atuação, que passa pela análise da realidade urbana brasileira e pela formulação de atividades unificadas em torno de estratégias e objetivos comuns. Os anos seguintes, de 2016 e 2017, buscaram consolidar a criação do movimento, traçando ações que pudessem refletir os debates acumulados. Em 2016 foi realizada uma “Jornada Nacional por Direitos”, que estimulou atividades que pudessem reivindicar direitos historicamente negados às periferias brasileiras como moradia, saúde, educação e cultura. A Jornada, mobilizou famílias e possibilitou o envolvimento indireto de aproximadamente cinco mil pessoas. Em 2017 foi construída a semana nacional pelo direito a moradia, com iniciativas para garantia do direito à habitação digna, como ações de novas ocupações urbanas, mobilização para garantia de acesso a políticas públicas e financiamento para habitação popular como o Programa Minha Casa, Minha Vida, ações para garantir urbanização e saneamento em vilas e favelas, e ações de denúncias em relação ao baixo investimento em políticas habitacionais.

Por fim, o MTD atua na perspectiva mais coletiva possível, acredita-se aqui que não há como fazer as mudanças necessárias individualmente. Por isso é necessário apostar em formas de trabalho solidários e coletivos, que se dão através da formação política, da educação popular e da convivência solidária entre as pessoas. A informação deve ser transformada em conhecimento, e é necessário que isso se torne força material para mudar a realidade. Isto é possível com apropriação de conteúdos e com uma metodologia participativa, comprometendo as pessoas envolvidas na multiplicação criativa do aprendizado<sup>61</sup> (extraído da rede social *Facebook*).

Atualmente, o MTD está presente nas cinco regiões do país, tendo passado por um intenso trabalho de formação política pedagógica para consolidar sua identidade, princípios e valores, sobre os quais discorrerei no próximo ponto

As experiências e as estratégias organizativas do movimento, a serem descritas no próximo item, destacam as lutas que mais mobilizam as pessoas nos territórios urbanos da periferia e que se constituem como vetores de ação do MTD: direito à moradia (ocupação e título para regularização), ao trabalho e renda, das mulheres, à educação, saúde, transporte, alimentação, urbanização dos bairros/saneamento, direito ao lazer e à cultura, e a defesa da paz para o povo das periferias.

---

<sup>61</sup> Extraído de Página do Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/MTD.NACIONAL/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/MTD.NACIONAL/about/?ref=page_internal). Acesso em: 05 set. 2019.

### **2.2.3 Estrutura política, organizativa e educativa do Movimento: uma perspectiva de análise**

Organizei essa perspectiva de análise tomando como base a leitura e posterior exercício analítico acerca da cartilha nacional sistematizada pelo MTD e quatro textos de apoio, sugeridos pela integrante da coordenação nacional do movimento (E1), entrevistada, sendo tais textos analisados, considerados materiais de apoio para a construção de estratégias do trabalho de base no território urbano. Um deles está em sua segunda versão, datada de abril de 2021.

Além dos textos referidos, considerei o contato estabelecido com um militante da Bahia (região metropolitana), que integra o Grupo de Trabalho (GT) Nacional do MTD sobre “Renda e Trabalho”. Este colaborador da pesquisa disponibilizou o texto que descreve a estratégia do MTD (MTD, 2018), assim como a circular Nº 05/2021 que discorre sobre o curso “Trabalho de Base é Educação Popular, iniciado em junho/2021 (material finalizado a partir de um dos textos disponibilizados pela E1).

Optei por trabalhar, também, com um breve texto organizado pelo CEPIS, no ano de 2014 sobre a questão da Estratégia no Movimento Popular, assim como o texto, presente na Revista Estudos do Sul Global, em edição voltada ao centenário de Paulo Freire, intitulado “Trabalho de Base é Educação Popular”, de autoria de uma das integrantes da coordenação nacional do movimento (MARTINS, 2021).

A partir de um exercício de Análise de Conteúdo, ancorado em Bardin (2011), com o aporte das epistemologias críticas, a partir das quais o presente estudo se desenvolve, busquei categorizar, a partir da leitura analítica dos documentos, as dimensões acerca da compreensão da ação política do Movimento, objetivando, em cada uma delas, evidenciar indícios da sua dimensão educativa, ou seja, aquilo que podemos destacar como potenciais educativos a serem aprofundados e também, seguindo a trilha da pergunta problematizadora da pesquisa, o que se apresenta como potencial para rupturas acumulativas do Movimento relacionadas à perspectiva emancipatória dos sujeitos que nele transitam.

As quatro dimensões identificadas a partir da análise de conteúdo, e que se entrecruzam em determinados momentos da análise, foram:

- a) Identidade, valores e organização político-social do movimento;*
- b) Trabalho de base é Educação Popular: o contexto do território urbano periférico e a dimensão formativa da luta popular;*
- c) Política de Solidariedade;*

*d) O Trabalho como instrumento da leitura da realidade e como princípio educativo.*

Sinalizamos, de maneira breve que, nesta leitura proposta que busca evidenciar indícios da ação política e educativa do movimento na relação com a perspectiva do potencial emancipatório dos sujeitos que o integram, consideramos a dimensão dialética que todo processo carrega em si, compreendendo o ‘elemento emancipador’ imerso em diversificadas contradições, em contextos de disputa política e de limitação social, perfazendo-se no movimento do avanço com o recuo, do acúmulo com o desgaste e com as limitações do processo.

Importante situar que essa construção, visa a apresentação de um movimento de escrita crescente e contínuo, com a posterior introdução das práticas através das quais pudemos contribuir para a formulação e para as ações vivenciadas no coletivo em que me insiro, no contexto do MTD em Caxias do Sul, de modo que, a partir dessa interligação entre o que está disposto nos documentos e a práxis que se propõe, seja tecido um diálogo nas continuidades e nas lacunas, em uma perspectiva de processualidade que coaduna com a própria processualidade dos movimentos populares.

Portanto, essa seção atende a necessidade de olhar para a totalidade do MTD na relação dialética com a atuação local (que acrescentaremos adiante) e que compreende a experiência vivenciada, no recorte da pesquisa. Propondo a formulação de categorizações para organizar os conteúdos explicitados nos documentos, o objetivo central da análise de conteúdo consiste na “manipulação de mensagens (conteúdo, expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre outra realidade que não a da mensagem.” (BARDIN, 2011, p. 52).

Os materiais nos quais nos aportamos, seguem referenciados no quadro abaixo:

**Quadro 3 - Materiais para análise**

<b>Material</b>	<b>Organizadores</b>	<b>Ano</b>
1 - Elaboração da Estratégia no Movimento Popular	CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae	2014
2 - Estratégia do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos	Organizada pela Coordenação Nacional do Movimento	2018 (iniciada a partir do I Seminário Nacional do MTD em Guararema, em 2015)
3 - Cartilha Nacional MTD	Organizada pela Coordenação Nacional do	2019

	Movimento	
4 -Proposta para a Construção de uma Política de Solidariedade do Campo do Projeto Popular	Organizada pela Coordenação Nacional do Movimento	2019 (não publicado)
5 - Notas para pensarmos sobre o Trabalho de Base e da Formação, Popular e Urbana	Eliane Martins	2019 (não publicado)
6 - Pedagogia do Movimento: processo histórico e chave metodológica	Roseli Salette Caldart	2021
7 - Programa de Formação – Trabalho de Base é Educação Popular: reflexão a partir das práticas emancipatórias na atual batalha/guerra de ideias (versão 2)	Comissão Político Pedagógica (CPP) do Plano Nacional de Ação e Formação	2021
8 - Material finalizado com a proposta do curso: Trabalho de Base é Educação Popular – plano nacional de ação e formação do Campo Popular para o Trabalho Territorial Urbano no ano do centenário de Paulo Freire	Comissão Político Pedagógica (CPP) do Plano Nacional de Ação e Formação	2021
9 – Artigo: Trabalho de Base é Educação Popular	Eliane de Moura Martins	2021

Elaborado pela autora (2021).

O critério pela seleção dos textos mais recentes se dá por dois motivos mais significativos: o primeiro dele, justificado pela fala de uma das entrevistadas acerca do pouco material sistematizado pelo Movimento, em sua história de vinte e um anos, sendo uma situação-limite, para a qual esforços estão sendo direcionados no sentido de avançar para superá-la (sobretudo após a nacionalização do movimento e a constituição dos grupos de trabalho nacionais, além da integração à comissão político pedagógica do Plano Nacional de Formação em 2021, direcionado à organização do campo do Projeto Popular, do qual o MTD faz parte):

(Entrevistada 1) O fato é que a gente vinha então fazendo o desenvolvimento dessas experiências (na década de 2010 – os Pontos Populares de Trabalho que se desdobram das Frentes Emergenciais), e isso exige também mais elaboração, mais produção teórica sobre. A sistematização das coisas. Ou seja, nós tínhamos que ir para patamares superiores das coisas e nós não conseguimos engatar um coletivo que tivesse condição de fazer isso. Afinal isso exige dedicação, tempo. Como é que tu

produz, elabora e reflete sobre as práticas? É isso... você consegue fazer quando tu tem uma bolsa de estudos, quando você está vinculada à universidade, mas nós ali, os militantes, não tínhamos fôlego. Então, a gente produzia experiências, mas não conseguia elaborar sobre elas. Eu desconfio que a gente não elaborou 20% sobre o que a gente fez. Elaborar do simples: a gente fez esse caminho assim e isso resultou assim ou assado, por isso por aquilo. Ou uma síntese da sistematização: Como se fez? É complicado atuar apenas com base em ouvir relatos, já que a gente não escreveu. Então tá nas memórias. Tem um buraco, uma lacuna aí, bem grande e que é parte também da nossa história, é um elemento da nossa história. O buraco da sistematização, geral.

O segundo motivo pela escolha dos textos remete ao fato de que após 2015, com o início do processo de nacionalização do Movimento e, conseqüentemente, da estruturação de sua organização nas coordenações e secretarias, alguns textos começam a ser produzidos por dentro dessa organização.

Essa produção se acentua, a partir de 2020, quando o MTD, como tática de enfrentamento à pandemia, estabelece como linha de ação nacional integrar as campanhas de solidariedade junto a outros movimentos do campo do projeto popular (Campanha Periferia Viva), compreendendo a relevância de se avançar em relação ao registro, sistematização e reflexão acerca das experiências.

Esta ação, vem sendo estimulada por uma proposta nacional de formação, em nível nacional, iniciada em 2021, cujo documento organizador (circular Nº. 05/2021) também figura como um dos materiais analisados.

A finalidade deste exercício, portanto, é estender o olhar analítico para a estrutura política, organizativa e educativa do Movimento, entrelaçando elementos de sua historicidade, identidade, valores e linhas de ação, aos quais integraremos, no decorrer da tese, elaborações acerca da práxis vivenciada no cotidiano do território que se perfaz como o campo de nossa empiria.

### 2.2.3.1 Identidade, valores e organização político-social do movimento

Nesse item, buscamos lançar um olhar crítico para a organização política e social do Movimento, inclusive, como uma militante inserida no mesmo, condição esta que se perfaz, também, como um exercício auto avaliativo, implicado no ato de desenvolver uma pesquisa acerca da práxis cotidiana experienciada, da qual eu também sou construtora. A Educação no MTD não pode ser pensada sem a força transformadora da práxis.

Portanto, o objetivo, nesta construção, é acenar com uma modesta contribuição que possa auxiliar o coletivo a avaliar avanços e estagnações, em seu processo, sugerindo indícios

para formular elementos que alimentem a dimensão pedagógica do Movimento, a partir de problematizações-síntese, com as quais a proposta da tese busca dialogar, na experiência concreta construída no processo da pesquisa-ação, a ser desenvolvida no capítulo 5.

Com isso, considero importante ressaltar que o olhar tecido nessas análises se desenvolve como um convite ao exercício dialógico que envolve pensar coletivamente e, a partir, da reflexão teórica, elaborar proposições de ações que nos permitam articular tensionamentos e avanços nas fissuras que conformam a estrutura do capital. Uma tarefa histórica, porém, em constante movimento.

A experiência revolucionária, em Lenin (2015) e a capacidade coletiva de organização, são habilidades que se adquirem com o tempo, sendo que isto requer, em um primeiro momento, a vontade de desenvolver em si as qualidades necessárias. Essa tarefa, de acordo com o autor, exige, sobretudo, a consciência de nossos próprios defeitos, o que, no trabalho revolucionário, já pode ser considerado meio caminho para corrigi-los.

Bogo (2011) ressalta que qualquer organização deve cuidar-se para estar sempre atualizada e permanentemente autocriticar-se para se corrigir, e é dessa forma que compreendemos o papel da organização e da militância: em exercício de autoavaliação e atualização permanentes, buscando compreender e superar, dentro de suas possibilidades concretas, os entraves que afastaram as possibilidades de diferentes níveis de êxito nas experiências.

Conforme referido no item 2.2.1, no ano de 2015, o MTD entra em um processo de nacionalização demarcado no I Seminário Nacional do MTD, na cidade de Guararema. Dessa articulação que incluía o MOTU, iniciou-se uma série de formulações que constam em um documento denominado Carta de Guararema<sup>62</sup>.

Na atualidade, o MTD está presente em todas as regiões brasileiras, totalizando 17 estados e contando com uma força militante de aproximadamente 200 pessoas no território nacional, de acordo com informações da coordenação nacional, lembrando que esse delineamento nem sempre é preciso, havendo oscilações e diferenças entre os perfis militantes.

Em relação aos aspectos organizativos que envolvem os processos formativos do movimento, podemos destacar os Grupos de Trabalho iniciados em 2020, em nível nacional, divididos entre quatro temáticas: “Trabalho e Renda”, “Soberania Alimentar”, “Moradia” e “Educação”, o objetivo de tais Gt’s é sistematizar os conhecimentos acumulados nas

---

<sup>62</sup> Disponível em: <http://camp.org.br/2015/04/23/carta-de-guararema-do-mtd-e-do-motu/> Acesso em: 11 out 2021.



experiências locais com a finalidade de compartilhá-los com a Direção que é a instância responsável pela elaboração das linhas nacionais de ação do Movimento.

Outra instância formativa do MTD é a Escola Nacional Ana Dias. Essa escola não é constituída fisicamente, e sim, como um grande mutirão de encontros e reflexões. O seu objetivo é reunir as pessoas que militam no Movimento para pausas pedagógicas acerca da realidade vivenciada, do bairro ao país. Organiza-se em torno da pergunta problematizadora: quais passos temos que dar para que os nossos direitos sejam garantidos? As temáticas das formações que a escola propõe transitam entre as questões: “Quem somos nós (como Movimento Popular)? Como nos organizamos? Em que mundo vivemos?”, além de uma formação sobre Educação Popular.

Considerando a perspectiva da organização política e social e a luta de classes, nos diferentes espaços organizativos, Bogo (2011) atenta para o fato de que ainda há muitas dúvidas sobre qual é o papel da organização partidária e de um movimento social, de modo que muitas questões não acessarão respostas fora da prática, sendo que outras questões deverão surgir com o desenvolvimento de práticas novas:

O programa e a formulação estratégica é que dão vigor e consistência teórica à organização, e é a partir disso que as lutas se movem dentro das contradições estabelecidas pela realidade, na busca de transformá-la. Nas circunstâncias em que vivemos, de profundas mudanças estruturais dentro do próprio capitalismo – seja na base produtiva, no papel do Estado, ou nas relações sociais e culturais cotidianas – é importante que tanto a organização política como a militância redefinam algumas características organizativas e de comportamento moral para agirem sobre a realidade a ser transformada (BOGO, 2011, p. 111).

O programa, as tarefas, a dimensão de estratégias e táticas e o tipo de estrutura a serem adotados pela organização política (sem inibir novas formas de organização), de acordo com Bogo (2011, p.114), devem ser compreendidos e estabelecidos a partir de um dado momento histórico e das condições concretas do modelo político presente, para conseguir, a partir disso, responder aos desafios políticos apresentados pelas circunstâncias históricas.

Dessa forma, a organização política precisa contribuir com todas as forças sociais, estando organizadas ou não, a partir de um projeto político em permanente elaboração, sendo necessário haver um referencial de chegada pautado por metas concretas, “que não podem ser outras que a insurreição popular e a tomada do poder”.

A respeito do programa do MTD, pautado na construção de um Projeto Popular para o Brasil, a Entrevistada 1 relata:

(...) quando a gente para para pensar sobre o nosso programa, o que nos toca, pensando isso em termos urbanos e populares, a gente não escapa de pensar qual é o projeto de desenvolvimento do Brasil em que caiba o povo. Então, esse modelo, que inclusive o

petismo trouxe e reativou, do emprego tradicional, do “vamos fabricar mais carro e vamos facilitar a compra do carro, por exemplo” é questionável... Porque isso não se segura no tempo, isso não é sustentável. *Então, quando falamos de um programa no MTD, nós estamos falando que o nosso programa tem que partir desse debate: do que nós, como povo, precisamos para ter uma vida boa? Que tipo de alimentação? Que tipo de indústria? É essa indústria do empacotado, salgado, envenenado?... Não. Então, a vida boa no capítulo ‘alimentos’ tem que ter camponês, tem que ter reforma agrária popular, tem que ter agroecologia. E isso vai dizendo também de uma outra indústria, que está na cidade. E o programa tem que também ir dizendo sobre essa cidade... E essa cidade conglomerada, que tem 20 milhões de pessoas amontoadas num território só é uma loucura. Portanto a reforma agrária e a reforma urbana têm que dialogar (...)* (Entrevistada 1, grifos da autora).

Considerar a melhoria da vida do povo, pressupõe uma imersão profunda na vida do mesmo, além de diálogo e escuta, em permanente processo de aprendizagem acerca das dimensões das demandas concretas do mesmo. A práxis da organização política precisa perpassar a concretude da vida das massas e juntamente com esse exercício viabilizar espaços a serem construídos, na perspectiva freiriana “não para as pessoas, e sim, com as pessoas”, que favoreçam processos, mesmo que embrionários de experiências do Poder Popular, o que segundo Bogo (2011), se configura quando as massas se inserem no processo de acúmulo de forças, como parte do sujeito coletivo.

Dessa forma, Lenin (2015), à sua época, nos chama a atenção, nesse processo de construção com o povo, para a reflexão acerca da espontaneidade como iniciativa isolada (caso seja adotada, pelas lideranças, uma relação utilitarista com as massas, no sentido de “engrossar fileiras”). Daí o cuidado da militância em, quando define como estratégia, a luta por políticas públicas, por exemplo, no sentido de que a espontaneidade por uma conquista isolada pode ser aniquiladora da consciência e fortalecedora da ideologia burguesa, não indo além de melhorias para aqueles que integraram a luta, distanciando-se dos interesses da classe e da transformação das estruturas sociais.

Nesse sentido, a permanente avaliação entre luta econômica e luta política e a compreensão do marxismo, para além do economicismo, cabem nessa perspectiva que também é de construir com as massas, em uma dimensão educativa, o potencial de transformação, visto que na perspectiva leninista, o embrião da consciência, está na luta de massas.

A documentação acessada, com a finalidade de identificar elementos que compõem a organização político social do Movimento, aborda diferentes temáticas que se relacionam com os seus conteúdos formativos. Um dos documentos, elaborado anteriormente ao I Seminário Nacional, pelo CEPIS (2014), instituição responsável por prestar assessoria pedagógica ao MTD, a respeito da elaboração da estratégia do movimento popular (não especificamente elaborado somente para o MTD) traz introdutoriamente questões relativas à organização

político-social do movimento, tais como: a importância da formação política juntamente do estudo dos clássicos como investimento ideológico, a construção de uma estrutura de massas e de uma estrutura de quadros<sup>63</sup> e a relevância da definição das estratégias, de acordo com os objetivos que o coletivo propõe e de táticas, como a aplicação prática das estratégias.

Em contraposição à ação espontânea, a estratégia é compreendida como um caminho, um plano de curto, médio ou longo prazo, no sentido de conferir unidade, sentimento de pertença e coordenar o conjunto das ações locais e regionais “na luta para conquistar direitos e controlar o poder” (CEPIS, 2014). A estratégia, portanto, no campo popular, figura como um instrumento a ser assimilado pelo Movimento (construída pelos quadros nacionais, no caso do MTD, a partir das trocas com as bases e outras instâncias), visando dar intencionalidade e coordenação às diferentes esferas de intervenções: eventos, estudos, articulações no território de ação.

A estratégia é compreendida como nacional: “se aplica e se encarna condições territoriais” (CEPIS 2014, p.1), sendo que a ação local “deve se sentir parte do plano global de atuação”. Há a compreensão de que se a população do território não se incorpora, não há processo revolucionário – “É necessário analisar o ânimo do povo, inserir-se nele sem confundir-se com ele, e ajudar na elevação do seu nível de consciência”.

A questão acerca do inserir-se na luta de massas, mas não se confundir com ela, pode evidenciar uma equivocada visão fragmentada desse processo de luta, compreendida como popular, que visa a superação da estrutura do capital. Freire (2016a, p.66) nos chama a atenção para o fato de que “crer no povo” perfaz-se como condição prévia, indispensável à mudança, por parte das lideranças revolucionárias: “um revolucionário se reconhece mais por essa crença no povo, que o engaja, do que por mil ações sem ela”.

Nas construções propostas por Lenin acerca do desenvolvimento do partido revolucionário<sup>64</sup> (2015), vamos buscar algumas definições acerca da formação de uma vanguarda revolucionária, reconhecendo os diferentes níveis de consciência dentro da organização, no entanto, assumindo a relevância fundante de integração entre partido dirigente e classe trabalhadora, o que na nossa análise vincula-se ao debate sobre Direção do MTD e

---

<sup>63</sup> Bogo (2011) traz a definição de “quadros” a partir de Che Guevara e Lenin. O primeiro define os quadros como a coluna vertebral da organização, com a devida habilidade para “mover” a organização como se fosse um corpo vivo. Lenin atenta para o fato de que os quadros devem ir e estar em todos os lugares, como teóricos, propagandistas, agitadores e organizadores, sendo onde a sociedade está organizada seja em movimentos ou associações, ou onde ela não está organizada.

<sup>64</sup> Os contornos fundamentais acerca da estrutura e modo de funcionamento do partido leninista constam na obra “O Que Fazer?”, escrita em 1902, como subsídio ao 2º. Congresso do Partido Operário Socialdemocrata Russo – o POSDR.

base. Reconhecer diferentes níveis de consciência não significa considerar-se o proprietário do saber revolucionário, que deve ser “doado” ao povo.

Comungar com o povo, na perspectiva freiriana, pressupõe a radicalidade, por parte da vanguarda ou da liderança revolucionária, o sentido profundo do renascer, sendo o caminho da revolução, o caminho da convivência com as massas, ou ainda, nos dizeres de Manacorda (2008) o educador se permitir educar pelos educandos.

Lenin (2015) chama atenção para o permanente processo educativo que deverá envolver tanto a base como a vanguarda intelectual do partido, sendo que a capilaridade dos quadros junto às massas é uma direção importante a ser considerada, analisando o contexto histórico em movimento. Importante sinalizar o risco de se constituir um núcleo duro intelectual, incapaz de se colocar nas tarefas práticas do cotidiano, demandadas pelo movimento, para além de formulações teóricas, por isso a atualização da formação é essencial, considerando também o que se aprende com as massas, assim como a incorporação ao cotidiano/realidade das mesmas.

Em Freire (2016a, p.185), a partir da obra “Pedagogia do Oprimido”, a denúncia da opressão ganha conteúdo com os escritos de Lenin acerca de uma teoria revolucionária capaz de embasar ações revolucionárias, de modo que o pensador pernambucano cita o russo: “E quanto mais a revolução exija a sua teoria como salienta Lenin, mais sua liderança tem de estar com as massas, para que possa estar contra o poder opressor”.

Nesse sentido, em Freire, ganha destaque a relação liderança-massas, que posteriormente, irá tomar Gramsci como referência para analisar a atuação dos intelectuais, reverberando na relação educadores-educandos em uma pedagogia que tem como horizonte a problematização da realidade e a transformação social.

No âmbito da transformação social, que também perpassa o horizonte do MTD, destaca-se, como já citado a importância de estratégia e tática, alinhadas a um programa revolucionário. Figueiredo (2018) discorre sobre a estratégia como a práxis de uma classe social no movimento de contrapor-se à lógica social do capital, de modo que a estratégia socialista é um meio de apreensão de um processo histórico: do movimento do que era, o que é, e o que tende a ser sintetizado na construção de um projeto político que modifique o rumo do devir histórico alienado da relação com o capital.

Com isso, visando a superação do capitalismo que explora o ser humano, conforme o MTD expõe em sua estratégia (MTD, 2018), elementos como a consciência<sup>65</sup> da classe forjada em processos de luta e um projeto de emancipação humana, são fundamentais, na estratégia do movimento.

Bogo (2011), argumenta que a organização política se constitui com as parcelas conscientes das classes e das forças sociais, a partir da opção que os sujeitos fazem por participar efetivamente de um processo organizativo, sendo que a consciência de classe é formada pela combinação entre a luta concreta e conhecimentos profundos sobre temas fundamentais para a luta revolucionária: economia, política, história, filosofia, etc.

A tática figura como a adequação da demanda imediata com a estratégia, dentro das condições objetivas disponíveis, sendo avaliada o seu impacto na realidade em movimento.

Também se introduz, no documento do CEPIS (2014) a necessidade de se colocar a temática do poder nas formulações do movimento, a partir da afirmação que a luta popular busca, conseqüentemente, a conquista de direitos e fomenta o Poder Popular.

Todo esse processo de implementação da tática, que também é dialético se apresenta, na perspectiva de Lefebvre (1975), enquanto expressão do movimento real: móvel, múltiplo, diverso e contraditório. A tática insere-se, portanto, em um cenário imprevisível, em movimento, fazendo com que os instrumentos da classe, do movimento, a cada passo, confrontem-se com desafios que exigem novas respostas, respostas que dão origem às novas táticas. As táticas, por sua vez, se referem a cada momento do processo de luta, ou seja, a cada um dos confrontos em sua singularidade (SOUZA, 2013, p. 4, apud FIGUEIREDO, 2018, p.26).

No escopo da organização social e política do movimento, o documento do CEPIS (2014) destaca como relevante na definição do objetivo do movimento a definição de seu caráter, sua finalidade, sua abrangência, seus objetivos específicos e seu horizonte a longo prazo.

---

<sup>65</sup> Neste sentido procuraremos entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ela se tornou o que é. Assim é também com a consciência, ela não é, se torna. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem gerando novas que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando aparentemente, as formas que abandonou. (IASI, 2007, p. 5). Para Freire (2016a), nessa mesma perspectiva da consciência como movimento, forjada na historicidade, o processo de trânsito para a consciência crítica não é idealista, e sim está em movimento dialético, forjando-se nos processos de transformação social, econômica e cultural, acompanhado de um trabalho educativo com criticidade, dialógico e democrático – a conscientização como objetivo da educação – uma atitude reflexiva e crítica que compromete a ação que pode modificar a realidade.

Conforme já citado, o MTD, ao longo dos anos, reestruturando-se e reformulando sua estratégia, a partir da leitura da realidade, reelabora e discute coletivamente elementos de sua identidade os quais também influenciam na constituição de sua estratégia política. Essa caracterização é encontrada no documento em que consta sua estratégia:

Somos um Movimento Popular Urbano, de caráter nacional e de massa, formado por Trabalhadoras e Trabalhadores, feminista, anti-racista e popular. Nosso objetivo é reunir e organizar a classe trabalhadora, a partir do território de moradia, nas periferias das grandes e médias cidades, e fazer a luta por trabalho e direitos: econômicos, políticos, sociais e culturais. *Nos definimos como uma organização classista, democrática e autônoma frente aos partidos, ao Estado e ao governo.* Carregamos como síntese do nosso objetivo a construção do Projeto Popular para o Brasil, como uma força social em que as trabalhadoras e trabalhadores sejam protagonistas da construção do nosso país e de uma sociedade sem exploração, opressão e dominação (MTD, 2018, grifos da autora).

A partir disso, é importante destacar algumas movimentações sobre a identidade e organização social e política, sendo que a primeira delas diz respeito ao deslocamento do objetivo central do movimento, passando de um movimento de desempregados (como foi constituído em 2001) para um movimento de luta por direitos. Nesse deslocamento, a permanência é a intenção da construção de força social para a viabilização do Projeto Popular para o Brasil, como programa do movimento. O objetivo do MTD era colocar o desempregado como sujeito coletivo e demonstrar que os problemas do povo não são culpa dos indivíduos.

O sujeito do MTD, definido na estratégia (MTD, 2018) são as trabalhadoras e trabalhadores ligados à cadeia produtiva – quem trabalha, quer trabalhar ou se qualificar – independente do vínculo jurídico de seu trabalho (formal, informal ou em autogestão), além do sujeito desempregado. Há menção no documento, porém não na parte que discute o sujeito social e sim na que destaca a luta por direitos, acerca da assunção da luta feminista popular, do enfrentamento ao racismo (como antirracista) e à homofobia (o documento não traz a terminologia lgbtfobia, embora, aponte a opressão e mortes diárias da população LGBTQIA+).

Na dimensão organizativa em torno do mundo do trabalho (MTD, 2018), destaca-se a vinculação às trabalhadoras e trabalhadores não a partir dos sindicatos e sim dos territórios de moradia: as periferias urbanas, como será discutido adiante.

A bandeira é trazida na cartilha como o símbolo da identidade do Movimento, tendo também passado, por processos de mudança, depois de 2015, sendo destacada a sua relevância para demarcar a presença e a força do movimento, mantendo-a presente nas atividades e lutas, assim como nas mochilas, camisas, bonés, cartilhas (MTD, 2019a).

É sinalizada também a mudança da cor da bandeira (antes de 2019 era vermelha). A cor branca, simboliza a paz “dizendo não à guerra que os ricos declaram diariamente contra as

trabalhadoras e trabalhadores e os movimentos sociais. A vida sem direitos é uma violência.” (MTD, 2019a, p. 08).

Importante ressaltar que essa paz almejada não se fundamenta em uma lógica burguesa excludente e de silenciamento das classes populares e sim a paz, como utopia, forjada na luta para “dizer a palavra”, para que a voz das periferias possa ecoar e denunciar desigualdades.

O símbolo que ocupa o centro da bandeira do movimento é representado na Figura 3:

**Figura 3 - Símbolo do MTD**



Fonte: Elaborada por MTD (2019a).

Como uma forma de conhecer mais sobre a identidade do movimento, cabe mencionar os elementos da bandeira e com quais representações dialogam. A forma circular ao centro remete a uma engrenagem, fazendo referência a uma peça de máquina, o que na compreensão do movimento vincula-se à identidade de trabalhadores e trabalhadoras e ao universo do trabalho, além de relacionar-se à união das pessoas. Os sentidos do trabalho como forma de produzir e reproduzir a vida com dignidade serão discutidos adiante.

O formato de pequenas casas representa a luta pelo direito à moradia, além da atuação nos bairros periféricos urbanos. A proposta do formato das letras que compõem a sigla do movimento, de acordo com a intenção dos idealizadores seria remontar à arte da periferia, o *grafitti* e o mapa do Brasil ao caráter nacionalista do MTD, em defesa da soberania nacional e do povo brasileiro.

O punho erguido simboliza a luta popular e “a força das mãos da trabalhadora e do trabalhador que se une com a coragem, para conquistar seus direitos, e que tudo produz com suas mãos” (MTD, 2019a, p.17). A força popular é compreendida como fomento do Poder Popular.

Nesta dimensão que aborda identidade, valores e organização social e política do MTD, para além dos elementos apontados até aqui como: identificação do movimento e seus

símbolos, estratégia e tática, sujeitos sociais e centralidade organizativa (território), compreendemos que seja fundamental identificar o MTD como um movimento situado em um campo político, trazendo algumas análises acerca dessa relação, além de sua estrutura orgânica de organização.

#### **a) Problematizações do campo político**

Compreendemos o campo político em questão, como o campo democrático popular, na perspectiva de Queiroz (2016), caracterizado como o conjunto das forças sociais de esquerda, que emergem no Brasil, pós anos 70, compondo um campo prático de lutas sociais, aglutinadas na mesma estratégia.

Paludo (2001) desenvolve um minucioso estudo acerca da constituição do campo democrático e popular no Brasil assim como para as novas formas e significados das práticas de “educação do popular” que são processadas desde a concepção de Educação Popular. Dessa forma, a autora resgata o já mencionado “projeto de modernidade” e os limites do aprofundamento da democratização, ao longo da história, a partir de tal projeto, apontando em sua tese, os novos movimentos sociais populares no Brasil, como sujeitos centrais de um campo político e cultural que privilegia a radicalidade da democracia e o seu aprofundamento como estratégias transformadoras.

De acordo com Martins et al. (2014, p.360), o ciclo da estratégia democrática e popular apresenta como horizonte o processo de alargamento da democracia, sendo isso compreendido como a ampliação progressiva de um conjunto de direitos e de participação política, a partir da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços no Estado, os quais entrariam em conflito com os interesses das elites vigentes em nosso país, ou ainda, da classe dominante. É desse confronto que, de acordo com a estratégia, emergiria a necessidade da superação da ordem capitalista.

Diferentes organizações compõem o referido campo político em questão: o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, compreendidas como organizações de maior força política, além do MTD, Via Campesina, Movimento dos Atingidos pelas Barragens, Levante Popular da Juventude, dentre outros. Importante ressaltar que o encontro do PT e do MST ocorreu na década de 80, gerando, de acordo com Traspadini (2016, p.231) “um processo de construção coletiva e de adequação das teses sobre o nacional, o democrático e o popular



que assentaram as bases para entendermos como, no período da governabilidade do PT, o MST se institucionalizou<sup>66</sup>.

Autores como Iasi (2006), Queiroz (2016), Figueiredo (2018) discutem em seus textos aquilo que compreendem como a crise (ou o esgotamento) da estratégia democrático-popular. Nessa perspectiva, o tom é crítico e se constrói acerca do desenvolvimento dessa estratégia que tem como protagonistas o Partido dos Trabalhadores (PT) e que encontrou o seu objetivo com a conquista das eleições de 2002, das quais se desdobraram o ciclo dos governos Lula e Dilma Roussef entre 2003 e 2016.

Figueiredo (2018) ao analisar longitudinalmente a documentação do programa do Partido, durante a ditadura, no início dos anos 80, contextualiza:

Oposição ao regime (militar) e ao seu modelo de desenvolvimento o PT lutaria, ainda, pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade reafirmando, para tanto, seu compromisso com a democracia. A participação eleitoral e suas atividades parlamentares se subordinariam, contudo, ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas (FIGUEIREDO, 2018, p.57).

Essa estratégia central de organização das massas exploradas, com o passar dos anos, vai perdendo a sua força. O partido, em sua identidade estratégica, conforme Figueiredo (2018, p.59) coloca-se como um “partido independente, democrático e de massas, que concretizasse uma estratégia de acúmulo de forças contando, por um lado, com a participação institucional e, por outro, com a inserção nos movimentos sociais e populares.

É no 5º Encontro Nacional do PT<sup>67</sup>, em 1987, que começa a ser gestada com mais concretude, a estratégia eleitoral, vinculada ao amadurecimento da estratégia democrático popular buscando consolidar, conforme exposto em seu documento diretriz, sob hegemonia popular, as tarefas não efetivadas pela burguesia.

Essa disputa de hegemonia se concretizaria, de acordo com Figueiredo (2018), a partir da aliança dos setores assalariados com a pequena burguesia, acumulando forças em três eixos centrais: independência de classe, construção do movimento sindical classista e ocupação de espaços institucionais a partir das eleições sob a efetivação de um governo popular.

---

<sup>66</sup> Traspadini (2016) defende a tese de que o MST transitou de uma práxis de ocupação para uma práxis de ocupação-formação e culminou, no período do mito do “neodesenvolvimentismo” protagonizado pelo PT, com uma práxis institucionalizada. Institucionalizou, portanto, parte de suas pautas, recuando do tema das ocupações, enfrentando uma reviravolta na política agrícola de manutenção da ordem. A autora denomina o contexto em que o MST se encontra como “velhas-novas encruzilhadas” na luta pela terra e pelo trabalho no Brasil, de modo que somente o Movimento é capaz de definir e organizar o caminho político assim como responsabilizar-se pelas escolhas realizadas.

<sup>67</sup> O trabalho de Figueiredo (2018) traz com minuciosidade as etapas e análises dos encontros do Partido entre as décadas de 70 e 2000.

Sendo assim, para parte dos trabalhadores não estariam colocadas como prioritárias: a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. O acúmulo de forças se mantinha como a peça-chave no processo de luta pela hegemonia e na possibilidade de assunção do poder político.

Mauro Iasi, em seu trabalho “As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento” realiza também uma minuciosa análise tomando como base depoimentos de militantes e nas teses dos Encontros e Congressos do PT, propondo uma leitura acerca da formação política e da consciência, além da perspectiva de poder e de classe encontradas nesses relatos. A reflexão destacada é acerca da projeção da continuidade do poder institucional (trazendo, no decorrer dos anos, a via eleitoral como prioritária) e as acomodações dentro da ordem do capital.

Nessa perspectiva, discute-se como a narrativa da revolução, no decorrer da práxis política do Partido foi substituída pela práxis do desenvolvimento com equidade social, conciliação de classes, reformas dentro da ordem, secundarizando (ou descartando) a realização de reformas de base anticapitalista, a exemplo da reforma agrária (IASI, 2006; TRASPADINI, 2016).

Não é, em absoluto, casual, que certas palavras-chave vão substituindo, pouco a pouco alguns dos termos centrais das formulações: ruptura revolucionária para rupturas, depois por democratização radical, depois por democratização, e finalmente chegamos ao “alargamento das esferas de consenso”; socialismo por socialismo democrático, depois por democracia sem socialismo; socialização dos meios de produção por controle social do mercado; classe trabalhadora, por trabalhadores, por povo, por cidadãos; e eis que palavras como revolução, socialismo, capitalismo, classes vão dando lugar cada vez mais marcante para democracia, liberdade, igualdade, justiça, cidadania, desenvolvimento com distribuição de renda. A consciência só expressa, em sua reacomodação no universo ideológico burguês, nas relações sociais dominantes convertidas em ideias, a acomodação de fato que se operava no ser mesmo da classe no interior destas relações por meio da reestruturação produtiva e o momento geral de defensiva na dinâmica da luta de classes. (IASI, 2006, p. 535).

Uma hipótese trazida por Traspadini (2016, p.321) acerca desse “abrandamento” da narrativa estratégica, diz respeito a uma condição representada por um processo de “inserção partidária mais intelectual que trabalhista ao longo dos trinta anos do PT” conforme escreve Florestan Fernandes na obra “Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos”, de 1995.

A problemática aqui apontada não se refere à temática da cidadania, democracia, da igualdade ou da justiça. O convite reflexivo se dá no sentido da lógica que ancora a vivência de tais conceitos, visto que para um movimento que se identifica como revolucionário, ou seja, disposto a subverter a ordem burguesa que demarca historicamente a estrutura do capital, é

importante conceber em quais ideários tais conceitos se apoiam, como se avançar no sentido da superação do capital (e quais estratégias e táticas são demandadas nesse sentido) e à qual projeto de sociedade se alinham, como horizonte.

O aspecto que toma relevância nessa discussão acerca do campo político em que o MTD se insere, diz respeito, dentre outras questões, à estratégia eleitoral tomar centralidade dentro do foco do campo constituído, perdendo força o acúmulo de massas e a formação política das mesmas e ganhando o foco das estratégias, de acordo com Figueiredo (2018), o abrandamento sucessivo da estrutura rupturista presente na criação da estratégia democrático-popular, pautado, sobretudo, na proposição de um “novo contrato social”, baseado no “interesse geral” e na ampliação econômica pela via do “mercado de consumo de massas”.

No entanto, é importante ressaltar que a centralização da ação do campo político na disputa eleitoral não significa que o mesmo deixou de perseguir o desafio de trilhar um caminho de organização popular. Martins (2021) afirma que analisar as iniciativas de trabalho de base, na realidade brasileira, sobretudo nas duas últimas décadas é uma tarefa necessária e que essa leitura precisa ser feita sob o eixo estrutural das relações de trabalho, desde os anos 90. Inclusive, de acordo com a Entrevistada 1, esse campo político democrático-popular, ou ainda, o campo do projeto popular, assume novas movimentações, articuladas principalmente pelo MST, diante do refluxo do PT em relação à luta de classes e da fragilização do debate de um horizonte estratégico pautado nas reformas burguesas estruturais, democrático-populares, compreendidas como necessárias de serem organizadas pela classe trabalhadora.

Martins (2021), em sua análise traz a relevância de se analisar as iniciativas de trabalho de base considerando a totalidade das contradições fundamentais do modo de produção capitalista e da luta de classes em um país de economia dependente e subordinada, de modo a se evitar uma dinâmica de julgamentos buscando “culpados” que não necessariamente agrega ao debate. Olhar o acúmulo das experiências e as contradições gestadas no decorrer das mesmas levam à reflexão acerca de descontinuidades, dispersões, da lógica de iniciar ações muitas vezes com uma pauta, calendários e modelos orgânicos prontos.

Queiroz (2016), em tese intitulada “Nedoesenvolvimentismo e contrarrevolução no Brasil (2003 – 2016): crítica à economia política do campo democrático-popular”, discute a formulação teórica da estratégia democrático-popular, aportado em estudos de Florestan Fernandes, Caio Prado Junior e Carlos Nelson Coutinho, apresenta uma reflexão sobre a tática e a estratégia anticapitalista em um contexto de vigência do modelo democrático-popular de gestão dos conflitos sociais.

A crítica, portanto, se desenvolve em dois pontos que merecem destaque. Um deles é acerca da insuficiência dos clássicos da Sociologia e áreas afins como suporte teórico para a interpretação da realidade brasileira e para a sustentação de análises de conjuntura e os planos táticos e estratégicos da esquerda anticapitalista brasileira (QUEIROZ, 2016). Isso não significa, de forma alguma, que a teoria anacrônica seja falha ou “errada”, e sim que foi construída em bases concretas de um tempo histórico que já não existe como existia.

Cabe apontar que a caracterização dos governos petistas como “neodesenvolvimentismo” não é um consenso, no entanto, na documentação que remete à estratégia do Movimento (MTD, 2018), esta é a designação adotada, assim como a crítica às políticas compensatórias estruturadas no escopo desses governos.

Bresser-Pereira e Theuer (2012), apontam o novo desenvolvimento como uma estratégia do desenvolvimento nacional informal, fundamental para o desenvolvimento econômico e viabilize entendimentos e compromissos que criam oportunidades para empresários e melhoram o padrão de vida da população, constituindo uma nova camada da classe trabalhadora brasileira formada pelos trabalhadores formalizados que, saindo da situação de pobreza, ascenderam ao mercado de trabalho formal, tendo acesso ao mercado de consumo por conta do aumento do salário-mínimo e acesso ao crédito. Dessa forma, nesse entendimento, o modelo neodesenvolvimentismo, no plano político, estende a sua ação a uma perspectiva de conciliação de classes, gerando um pacto social.

Alves (2014), por sua vez, vincula o projeto neodesenvolvimentista como continuação do projeto do bloco histórico burguês neoliberal, denunciando o seu caráter de farsa, em comparação ao nacional desenvolvimentismo:

[...] o neodesenvolvimentismo como projeto reformista hipertardiado, representa o amesquinamento irremediável da ideologia social-democrata constituída na era de ascensão histórica do capital. O projeto reformista socialdemocrata propõe, como tarefa histórica, extinguir a pobreza extrema e ampliar o mercado de consumo interno. Indiscutivelmente, trata-se de um ato histórico indiscutível de impacto inédito no Brasil. Entretanto, nas condições históricas do século XXI, é tragicamente insuficiente, em si e para si, para no conduzir para além da ordem destrutiva do capitalismo hipertardiado dependente com viés colonial-escravista. Deste modo, o neodesenvolvimentismo assume um caráter irremediavelmente farsesco na medida em que projeta, como farsa e não mais como trágica ilusão (como ocorreu com o nacionaldesenvolvimentismo), a possibilidade de realizar as promessas civilizatórias do capital nas condições de sua crise estrutural. (ALVES, 2014, p. 140).

A discussão que Alves (2014) propõe, se dá acerca das novas dimensões da precarização estrutural do trabalho que se estabelece, a partir do modelo neodesenvolvimentista, nos anos 2000. Nessa dinâmica, o descarte da pessoa humana não aparece de forma imediata nos indicadores do desemprego, mas sim na persistência da

flexibilidade estrutural que caracteriza o mercado de trabalho no Brasil, de modo que o mundo social do trabalho no Brasil vai acentuando o seu caráter de informalidade e rotatividade da força de trabalho considerando facilidade da demissão imotivada e as novas formas de contratos precários de emprego na qual os trabalhadores se inserem.

Sader (2013) apresenta contrapontos à abordagem de Alves (2014) acerca dos anos dos governos petistas. O autor defende a existência de um período pós liberal no contexto latino-americano, onde com a queda da bipolaridade do pós-Guerra, instituindo-se uma nova hegemonia imperial norte-americana, o modelo keynesiano (bem-estar social) regulador do capital foi substituído pelo modelo liberal de mercado. Esse pós-neoliberalismo, termo adotado pelo autor, prioriza as políticas sociais e a consolidação do papel do Estado no Brasil, que enfrenta a crise mundial de 2008, investindo na acumulação do capital no país por meio do aumento significativo do gasto público visando reduzir o desemprego e a desigualdade de renda, contribuindo com isso com a redução da pobreza.

Dessa forma, se estabelece uma discussão acerca do modelo de desenvolvimento adotado pela institucionalidade, pela via do partido com a governabilidade, vinculado à estratégia democrático popular. Nesse contexto, cabe uma discussão acerca de Estado, apresentado pelo neodesenvolvimentismo, de acordo com Castelo Branco (2009), como sendo dotado de uma racionalidade própria, acima dos conflitos de classes, com uma suposta característica de administrador universal, com vistas ao bem estar social como um todo:

Os novo-desenvolvimentistas, enfim, não colocam em tela a natureza do poder do Estado capitalista, nem a sua estrutura classista, mas sim sua forma de atuação em favor dos rentistas. Na sua opinião, tal qual falavam os nacionaldesenvolvimentistas, o Estado deve operar em comunhão com a burguesia industrial e os trabalhadores, pois, supostamente, ambos teriam a ganhar sob o signo da acumulação capitalista em base produtiva. Desta forma, o Estado agiria como um agente da mudança social em nome dos interesses da vontade coletiva, e não em favor de um grupo ou classe social particular, como é tradição do Estado brasileiro (CASTELO BRANCO, 2009, p.79).

Sendo assim, como já referido, tende-se secundarizar a função do Estado na sociedade capitalista, como aquele que garante e mantém a ordem burguesa e da reprodução do capital, podendo destacar a defesa prioritária do capital nacional frente às demais nações, porém, correndo o risco de ocultar a relevância dos conflitos de classe.

Essa forma de compreensão é absorvida pelas organizações da classe trabalhadora, corroborando para a reafirmação de uma estratégia que impõe as lutas dos trabalhadores dentro da ordem do capital, reforçando e legitimando essa ordem na qual os instrumentos da classe trabalhadora reafirmam a lógica da luta dentro da institucionalidade.

Neste tensionamento da relação do campo democrático popular com o Estado, e do tecimento das lutas exclusivamente por dentro da ordem do capital, consideramos importante trazer um fato histórico no que se refere à rupturas de relações por dentro dos movimentos do campo, datado de 2011, tendo um grupo de 51 militantes trazido a público, uma gama de críticas em relação às organizações que integraram e contribuíram na construção. (MST, MTD, Via Campesina e Consulta Popular). Essa manifestação, organizada em um documento que ficou conhecido como “Carta dos 51”, pode ser considerado um marco limítrofe que nos chama para o debate público acerca dos rumos das principais organizações da luta popular, após a chegada do PT ao poder:

É preciso considerar que vem se conformando uma ampla aliança política, consolidando um consenso que envolve as principais centrais sindicais e partidos políticos, MST, MTD, Via Campesina, Consulta Popular, em torno de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, subordinado às linhas políticas do Governo, conformando assim uma esquerda pró-capital. (CARTA DE SAÍDA DE NOSSAS ORGANIZAÇÕES, 2011).<sup>68</sup>

Nesse sentido, o documento traz um apontamento crítico ao Projeto Democrático Popular, evidenciando que as organizações que integravam, podem ser entendidas como vitoriosas ao percebermos que o governo democrático popular está no poder, no entanto, considerando que a estratégia incorporada, na avaliação dos signatários, não leva ao socialismo e sim transforma as organizações da classe em colaboradoras da expansão e acumulação do capital, sendo considerada, portanto, essa condição, uma derrota, na perspectiva da luta de classes.

Dentro do que caracteriza como a luta de classes em solo brasileiro, Queiroz (2016, p. 462) discute a relevância e competência do PT em, fora da institucionalidade, com vistas à mobilização popular, assimilar “os organismos mais combativos da classe trabalhadora que ainda tinham relativo grau de autonomia, como por exemplo, o MST e a CUT, e graças a essa trajetória se referenciou como o partido mais adequado para a manutenção da dominação burguesa no Brasil no século XXI”.

Essa afirmação nos leva ao outro aspecto trazido pelo autor como fundamental:

Dada a nossa estrutura capitalista hegemônica e o desmonte operado pelo neoliberalismo na década anterior à ascensão do PT ao governo, todas as reformas capitalistas necessárias para a gestão da crise do capital no Brasil só poderiam ter sido levadas a cabo por um Partido político capaz de conter as massas superexploradas e assimilar ou estrangular toda e qualquer luta mais radical com tendência anticapitalista ou com pautas desinteressantes ao capital, como por exemplo, as reformas agrária e urbana (QUEIROZ, 2016, p. 462).

---

<sup>68</sup> Disponível em: <https://passapalavra.info/2011/11/48866/>

Traspadini (2016, p. 27) em seu estudo, aportado na Teoria Marxista da Dependência<sup>69</sup> propõe uma reflexão acerca do que chama de mito do “neodesenvolvimentismo”, adotado nos anos do governo petista, que “oculta a substância neoliberal de continuidade do desenvolvimento dependente condicionado contribui para paralisar a esquerda militante brasileira e latino-americana e a distância dos caminhos da revolução”.

A autora ainda discute que tal mito do “neodesenvolvimentismo”, ao gerar expectativas de diferir do projeto neoliberal, “organiza fantasias que potencializam um longo e tortuoso caminho rumo à recuperação reflexiva, construtiva, na construção do projeto democrático e popular”.

Polese (2017), por sua vez, em sua crítica que evidencia a centralidade da tática em uma conjuntura de derrotas históricas para o campo da esquerda, aponta que, por instituir a hetero-organização (discorreremos sobre o modelo orgânico, no próximo item) que o “democrático-popular” é contrarrevolucionário. Sugere, portanto, que a autogestão enquanto superação do modo de controle capitalista necessita ser preparada na própria auto-organização das lutas sociais, sem prioridade de setores ou de “sujeitos”, ou quadros considerados ontologicamente revolucionários.

As jornadas de junho de 2013, são compreendidas, em toda a complexidade que carregam e pelo marco histórico que se configuraram, em referência aos anos que se seguem, como sugere Polese (2017) como o ensaio de uma nova estratégia, para além do campo democrático popular, fortalecendo o campo autonomista, que, por sua vez, também precisaria compreender e enfrentar as suas contradições internas e demais percalços. Além disso, junho de 2013 representa também uma crise do modelo neodesenvolvimentista, acirrando a emergência de uma esquerda mais radicalizada, assim como de uma ofensiva da oposição de direita que, dentre outros fatores, leva Jair Bolsonaro à presidência da república.

Optamos por trazer essa discussão acerca do tensionamento do Estado junto à estratégia do campo político democrático popular, onde o MTD se insere, pautando-nos também os estudos de Leal (2013) e Machado (2015), além da observação e participação em debates entre o grupo articulador do movimento no município e também em interlocução pontual com a coordenação Estadual do movimento.

---

<sup>69</sup> Arcabouço teórico que tem como principal expoente Marini (2000; 2005) e objetiva entender as limitações de uma forma de desenvolvimento que começa em um período histórico em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e forças imperialistas, compreendendo, por isso, que a forma de desenvolvimento implementada na América Latina só tenderia a aprofundar cada vez mais as relações de dependência. (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Leal (2013) justifica em seu trabalho que a compreensão acerca do MTD-RS (na época Movimento de Trabalhadores Desempregados) não se pauta em ideias normativas acerca da construção do movimento, e sim da forma como os sujeitos sociais concretos constroem e reconstróem o movimento, a partir da prática cotidiana, em permanente processo de transformação. Nesse contexto, propõe uma análise, a partir de Touraine (1997), ancorada em três requisitos identificados como característicos de movimentos sociais: identidade, adversário e meta.

Aqui, iremos nos ater, em relação a temática do “adversário” com problematizações que percebemos presentes (e em movimento) na construção do movimento:

O adversário a enfrentar, porém, não é claro. Os empresários responsáveis pelas demissões seriam os opositores? Ou seriam também aqueles possíveis empregadores que não contratam? Poder-se-ia generalizar para as empresas capitalistas em geral? Ou os governos são os culpados, por não criarem políticas de geração de emprego? Ainda mais em tempos de globalização, fica difícil visualizar contra quem se está lutando, já que grandes corporações multi e transnacionais ditam os moldes da reestruturação produtiva e o capital financeiro, descentralizado, é responsável por variações na economia que fazem aumentar ou diminuir o desemprego. Embora, por princípio, o MTD-RS se dirija contra o capitalismo (subentendendo-se que tenha nos capitalistas seus adversários maiores), suas reivindicações se dirigem ao Estado ou, mais diretamente, a governos (em suas instâncias municipal e estadual, principalmente ou federal). A ausência de clareza sobre contra quem se está lutando pode ser um problema sério para um movimento social. Como atingir os adversários se sequer é fácil defini-los? (LEAL, 2013, p.7).

Como princípios destacados no documento da estratégia do movimento, destacamos o primeiro, que aponta como horizonte do MTD, a construção do socialismo, vivido hoje pela solidariedade de classe e pelo internacionalismo. A Entrevistada 1 refere que as experiências visitadas por militantes do MTD na Venezuela, acerca das comunas populares e na Argentina, em torno na antiga CETEP (Confederação de Trabalhadores da Economia Popular, atual UTEP (União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular), têm sido inspirações e chaves de leituras para construção de ações, dentro da realidade do contexto brasileiro.

Além disso, é apontada a importância de se basear as ações do movimento no estudo e sistematização da realidade e da luta de classes, sendo, nesse processo, necessária a realização de processos de crítica e autocrítica permanente para dirigentes e militantes, a partir da tarefa recebida e ação realizada (MTD, 2018).

Dessa forma, compreendemos que embora, em outro contexto histórico, e após diferentes reformulações acerca da identidade e estratégia do MTD (descrito nos documentos como um movimento autônomo frente aos partidos, ao Estado e aos governos), além das reformulações demandadas pelo processo de nacionalização, a partir de 2015, é importante



demarcar a questão acerca do tensionamento entre MTD e a relação Estado/governo, no sentido do alinhamento a um projeto neodesenvolvimentista<sup>70</sup>.

Compreendemos que esse tensionamento segue como um acúmulo a ser aprofundado nas estratégias do Movimento, nos processos de formação, pautados em uma concepção de Educação, que atenda as dimensões das concretudes e contradições implicadas no processo do MTD, em busca da superação de questões que historicamente geraram rupturas no Movimento e que impedem o avanço dos processos organizativos, políticos e sociais que se relacionam com a identidade e valores que se forjam na práxis do MTD.

No documento da estratégia do movimento, quando se contextualiza acerca da desarticulação que acometeu o Movimento entre 2010 e 2015, para na sequência avançar no processo de nacionalização, a justificativa trazida é “Motivos conjunturais (políticas compensatórias de inclusão social do governo neodesenvolvimentista, aumento dos postos de trabalho, e etc.), dificuldades e indefinições internas levaram o MTD a uma estagnação, sobretudo nacional” (MTD, 2018). Com isso é importante refletir sobre como se evitar a possibilidade de novas estagnações, visto que “o Estado é o alvo do MTD na reivindicação por direitos e por políticas públicas, e o inimigo são as grandes empresas que, com o apoio do Estado definem o que querem para terem maior lucro” (MTD, 2018), influenciando diretamente na dinâmica das cidades e na vida da classe trabalhadora.

Ainda cabe dizer que a relevância das políticas públicas é indiscutível no sentido de auxiliar na construção de bases sólidas que aportem a proposição de outras alternativas de realidades produtivas, como no caso os PPTs. A questão aqui a ser considerada é quando a política pública (pautada no trabalho) passa a ser considerada um fim e não um meio, e, da mesma forma, a qualidade dessa política em relação ao seu caráter compensatório ou emancipatório e o modo como ela se relaciona à outras políticas tão importantes quanto as relacionadas ao trabalho. Ou seja, o exercício da luta pela pauta (tanto do direito ao trabalho, como do direito à moradia, dentre outras) e pela sua possível implementação, exige

---

<sup>70</sup> Essa reflexão também toma como referência, além dos autores já trazidos, as inconsistências no projeto neodesenvolvimentista apontadas por Katz (2016), como por exemplo, o comparativo com o desenvolvimentismo clássico, o qual, mira na industrialização como caminho para superar as consequências da heterogeneidade do modelo agroexportador, havendo no modelo do neodesenvolvimentismo uma “coalização com o agronegócio” (KATZ, 2016, p. 162), em que o novo desenvolvimento evidencia a agroexportação como um potencial para a reindustrialização. Além disso, de acordo com o autor, os neodesenvolvimentistas “costumam reivindicar o fortalecimento do mercado e do Estado, o fortalecimento da centralização e a descentralização, a potencializar o público e o privado e a desenvolver políticas austeras e ativas. Mas esta variedade de orientações não abandona nunca o princípio de favorecer aos grandes grupos capitalistas” (KATZ,2016, p.165).

autoavaliação contínua da ação militante, assim como a clareza e a compreensão do programa, estratégia e táticas do movimento, além da possibilidade de reavaliação dos mesmos.

Na conjuntura atual, diante do avanço da extrema direita ao poder, dentro das linhas de ação do campo político, às vésperas das eleições de 2022, o direcionamento tem sido a reaproximação com a institucionalidade, como um movimento de resistência ao neofascismo<sup>71</sup>, via petismo, e com a aposta na via eleitoral, que possivelmente será disputada por Luis Inácio “Lula” da Silva. Dentro desse movimento de aproximação, o desafio apontado pela Entrevistada 1 é retomar o debate de estratégia com esses setores:

Durante os governos petistas ficamos isolados com esse debate de um projeto estratégico popular para o Brasil. O foco nestes anos de governo foi o crescimento econômico, o crescimento econômico de uma parcela da classe trabalhadora que foi absorvida: uma proposta de integração das grandes massas, pelo consumo... Porém, a gente viu que essa proposta se fragilizou rapidamente com as mudanças conjunturais, cai o governo, caem as políticas públicas que não são de Estado. E voltamos de novo ao quadro de barbárie que estamos vendo com o acentuamento da fome e da miséria. Então, onde o povo participa? Tudo vai ser “emanado” pelo governo? Onde o povo participa e amadurece politicamente? Onde ele ganha papéis? Onde ele é sujeito dos processos e tem a compreensão das políticas públicas e participa.

Então a perspectiva que vai se conformando, na visão hegemônica do campo é que, pela via das eleições, irá se buscar a negociação (ou a disputa) desse debate do Projeto Popular para o Brasil, e simultaneamente, o esforço de integração das massas para a construção do Poder Popular. Tal perspectiva é criticada por outras organizações políticas dentro da esquerda, que trazem a compreensão acerca do papel contrarrevolucionário o qual conferem à estratégia democrático popular, conforme referimos, anteriormente.

Com isso, reafirmamos a importância de o Movimento investir na compreensão de um caminho estratégico que tensione a sua relação com o Estado e o governo. Compreendemos que o atual quadro de acentuação da desigualdade, da fome, do desemprego, demandará uma série de políticas sociais com o cenário eleitoral definido, além de outras políticas que intervenham em relação às demais desigualdades estruturais e históricas em nosso país, como a educação e a habitação.

No entanto, avaliamos que, na hipótese da candidatura de Lula ser vitoriosa, considerando o horizonte utópico do campo popular, a gestão dessas políticas precisará ser diferente do que já foi em outros tempos, inclusive levando em consideração as prováveis

---

<sup>71</sup> Aqui, nos apoiamos em Stanley (2019), na compreensão da manifestação do neofascismo na atualidade brasileira, perpassada por fundamentos do que o autor denomina como “política do nós e eles”, destacando-se a invocação a um passado mítico e glorioso, a propaganda política, o anti-intelectualismo, a hierarquia, a lei e a ordem, a vitimização (invertendo noções como por exemplo a “ameaça” dos “privilégios de grupos historicamente oprimidos”) e a ansiedade sexual (atenta às “ameaças” à estrutura patriarcal).

alianças políticas que serão feitas na definição da candidatura. E se não forem diferentes? Como o Movimento Popular reformula suas estratégias, diante disso?

Dessa forma, avaliando os avanços e recuos, as disputas políticas dentro do campo, fora dele, além das inúmeras contradições que permeiam o processo, fazemos a leitura do potencial emancipador da organização popular, analisando acúmulos e desgastes e buscando, a partir da práxis, avançar no processo de rupturas, que em um primeiro momento supere a estrutura hegemônica, enfrentando a desigualdade histórica e tendo como horizonte utópico a transformação radical das estruturas da sociedade.

### **b) Estrutura orgânica de organização**

Como uma forma de adentrarmos nas relações apontadas nos estudos consultados entre direção e base do MTD, assim como a partir de nossa vivência nesse contexto, compreendemos ser relevante, discorrermos sobre aspectos acerca da estrutura de organicidade adotada pelo movimento:

A organicidade é a capacidade que tem um movimento de fazer com que as ideias, discussões e orientações comuns percorram e se articulem, em todo o corpo da organização, de forma permanente. Esse fluxo constante garante a unidade de pensamento e de ação, com autonomia das partes, para aplicar, de maneira criativa, as decisões gerais e cuidar de sua auto-reprodução (MTD, 2018).

No documento do CEPIS encontramos a seguinte descrição: dentro das tarefas prioritárias nessa organização, sublinhamos o modelo orgânico “que assegure o cumprimento da missão do movimento, em qualquer conjuntura, que mobilize a massa, organize os grupos de base, estructure a militância (instância de decisão), a direção (instância de elaboração) e atue na luta de resistência, no espaço institucional ou em ofensivas de rompimento” (CEPIS, 2014, p. 2).

Nessa dimensão da organicidade, considerando a elaboração do plano de construção nacional do movimento que assegure a sua coesão, é importante definir as áreas prioritárias, plano de formação, plano de sustentação e autonomia (tanto em relação às finanças como à organização interna), a construção de uma política de alianças consistentes e o estabelecimento de um sistema eficaz de comunicação.

Na construção e no cultivo dessa organicidade, destacamos que na caracterização de um movimento de massa, como força social do movimento, há uma intencionalidade em reunir pessoas em quantidade, sobretudo, pelos núcleos de base nos bairros periféricos de atuação. Essa diretriz evidencia o trabalho de base, que abordaremos nos próximos itens como a

“centralidade da prática da militância” (MTD, 2018), demandando, portanto, também ação reflexiva.

A luta de massas também é evidenciada como o centro da ação do movimento: “só através da força que tem a multidão com qualidades organizativas se pode obter conquistas, colocar o povo em movimento e realizar sua experiência formativa” (MTD, 2018).

Vivemos, de acordo com Bogo (2011), um tempo histórico de poucas reações populares, as massas: “as justificativas para essa condição advêm das contradições do capital, das políticas governamentais, da alienação ideológica por parte dos meios de comunicação, e do fetiche do mercado”, entre outros fatores que corroboram para o apassivamento das lutas de transformação.

Isso, de maneira nenhuma significa que as pessoas estejam paradas. As jornadas de 2013 trouxeram à tona questões estruturais e novas formas organizativas que perduram até os dias de hoje, sobretudo no atual momento de enfrentamento a um governo de extrema direita nos cotidianos, sobretudo, dos grandes centros urbanos, ou mesmo, nas lutas do campo, observamos indícios de organização política, porém, com limites reais em relação à massificação. Podemos encontrar algumas chaves reflexivas acerca desses limites, na carência de estratégia e tática que favoreça o acúmulo de forças de enfrentamento ao *status quo*, nos processos organizativos.

Tal acúmulo de forças, de acordo com Bogo (2011) se estrutura por, pelo menos, três aspectos interligados: a organização das forças, a mobilização das massas e a elevação do nível de consciência das massas e dos quadros.

No item “Como nos organizamos” da cartilha do MTD (2019, p. 14-15), identificamos os Grupos de Base como alicerces da ação do Movimento no território periférico, sendo que o principal objetivo de tais grupos é ocupar o território, para que isso se potencialize “é preciso pensar junto, identificar os problemas do território onde vive e propor formas coletivas de resolver os problemas identificados, para melhorar as condições de vida na comunidade e criar referência política dos moradores com o MTD”. Sendo assim é preciso buscar formas de aumentar a capacidade de diálogo no território, construir redes de apoio e mobilização, envolvendo muitas pessoas. A criação de formas de autossustentação também permeia as tarefas desse grupo que precisa contar com uma coordenação.

Nos núcleos ou grupos de base torna-se relevante o acompanhamento de militantes orgânicos “com organização permanente e garantia de participação efetiva de todos os seus

membros, de acordo com o princípio democrático, onde todos/as têm direito a voz e a base organizada” (MTD, 2018, p.3).

Na cartilha se propõe uma divisão entre o grupo de base e sua coordenação local, sendo que esta coordenação tem o objetivo de, no processo da construção ativa das ações do MTD, fazer com que os participantes do grupo de base se tornem militantes, apoiando-se na metodologia de divisão e acompanhamento de tarefas: “Tem o objetivo de realizar, na ação, as decisões coletivas da direção” (MTD, 2019a, p.26).

Neste sentido, localmente, a proposta é que os grupos de base reflitam, dialoguem e elejam as prioridades para, em um exercício coletivo, estabelecerem as estratégias de ação para buscar solucionar as situações problemáticas. Nesse contexto organizativo, sobressai-se a expectativa de que os grupos de base construam e aprimorem um processo de enraizamento e permanência no território, através da construção coletiva ancorada na educação popular que se realiza na materialidade da vida (PALUDO, 2001), superando a educação bancária e a educação projetada exclusivamente para o fomento do mercado de trabalho.

A problemática nessa relação pode se dar em torno de as decisões coletivas da direção (mesmo que pautadas em uma perspectiva do centralismo democrática) não fazerem sentido na vida concreta das pessoas do grupo de base, por isso, toda essa relação, demanda uma prática pedagógica de compartilhamento e internalização de sentidos, visando o enfrentamento de uma educação que reproduza um modelo autoritário, unidirecional e não reflexivo.

A coordenação metropolitana e/ou municipal, conformada pelas pessoas mais experientes, comprometidas e com clareza da luta política, “representando os grupos de base, têm a tarefa de pensar a estratégia local do movimento: ler a realidade do local com olhar nacional (...). Pensar e guiar a organização, os grupos de base e as lutas a se fazer” (MTD, 2019a, p. 26).

Neste trecho do documento também compreendemos que seja importante evidenciar a relevância de não incorrência em um erro histórico de reprodução de uma estrutura autoritária. “Pensar e guiar os grupos de base” é uma expressão que sugere o direcionamento de ações “de cima para baixo”. Em outros pontos do documento se aborda a estratégia do centralismo democrático, sobre a qual discorreremos a seguir e que também traz em si contradições e riscos que precisam ser avaliados continuamente durante os processos. Apenas optamos por ressaltar essa caracterização no sentido em que ela não reforce um viés hierárquico e unidirecional nas instâncias de decisão do coletivo. Neste sentido, reforçamos a importância de, em todos os

níveis de coordenação (local, municipal, estadual e nacional), haver representação/interlocução ativa com a base organizada.

A proposta organizativa é que além das coordenações do grupo de base, municipal, estadual e nacional, também se proponha uma direção local, municipal, estadual e nacional. Tais direções, também devem ser conformadas pelo corpo militante (ou quadros) mais experiente e reconhecido pelos coletivos de coordenação e pela base social. A dimensão de compromisso nessa instância é basilar. E destacamos, nesse contexto, o compromisso com a base.

Ainda, nessa dimensão organizativa, constam as secretarias operativas (municipais, estaduais e nacionais) que se constituem como uma instância de funcionamento cotidiano, com o objetivo de efetivar e acompanhar os planos de ação da direção e coordenação e são responsáveis pelo registro histórico do movimento. Assembleias (para consolidação das decisões debatidas nos núcleos base e encaminhadas pela direção política) e Encontros que promovem a troca de experiências entre os integrantes do Movimento também são variações desses arranjos organizativos.

Importante ressaltar que o foco desse estudo não se desenvolve a partir da análise dessas instâncias (inter-relações, contradições), porém, consideramos importante, no esforço de expandir nosso olhar acerca da totalidade do movimento, a partir de sua documentação, evidenciarmos esses aspectos de sua organização, visando extrair elementos que possam agregar reflexões acerca de seus potenciais políticos pedagógicos e de ruptura em relação ao hegemônico.

O documento da estratégia do MTD traz a perspectiva do centralismo democrático como princípio organizativo, e compreendemos que neste ponto seja importante destacar algumas dimensões dessa concepção.

O centralismo democrático, abordado na obra “Que fazer?” de Lenin (2015), é uma das ideias centrais, juntamente com a noção de vanguarda revolucionária, sobre as quais o pensamento lenineano se desenvolve, como um clássico marxista e do pensamento revolucionário.

A concepção de “centralismo democrático” traz consigo, de acordo com Rodrigues (2011), dois elementos que Gramsci apontaria como fundantes do processo educativo moderno, constituindo também o processo hegemônico: a coerção e o consenso. O consenso assume aqui a característica de um momento democrático em que diferentes posições podem ser debatidas e confrontadas, sendo colocadas as suas divergências e aproximações.

O centralismo democrático permite que o ser coletivo mantenha sua força, constituída pela unidade da vontade coletiva. Caso contrário, as vontades se fragmentam e agem isoladamente fazendo com que a organização retroceda ao estágio anterior de heterogeneidade, onde há poucas possibilidades de ação conjunta. O centralismo democrático permite, igualmente, a troca, o diálogo, o conflito, tão necessários para a manutenção do caráter revolucionário da práxis educativa revolucionária entre direção e base. (RODRIGUES, 2011, p.124).

Nessa perspectiva, cabe salientar que o aspecto da contradição permeia a construção do Movimento, no exercício participativo e na reflexão acumulada, perfazendo-se como um processo com avanços e recuos, não havendo hegemonicamente, em muitos momentos, um espaço de consenso, porém de acordos e avanços além da proposta de reflexão sobre os limites advindos das diferentes compreensões sobre as questões enfrentadas. Cabe aqui, chamarmos a atenção para que essa pactuação de construção coletiva não incorra em um ambiente hostil, veladamente autoritário ou acusatório, visto que tais condições contribuem para a fragmentação das relações militantes e conseqüentemente dos espaços de construção. Emerge, portanto, também, uma dimensão subjetiva que é constituída dialeticamente com a coletiva: acerca da superação de tendências dogmáticas ou mesmo totalitárias, identificáveis em processos históricos tanto no campo da direita como no campo da esquerda.

Sendo assim, nesse campo das mediações humanas e pedagógicas, o horizonte do aprendizado que se busca se dá no sentido de superação de relações pautadas em uma suposta superioridade intelectual, sobretudo em relação às massas (mas também em relação às companheiras e companheiros que compartilham a mesma 'instância' da militância), assim como de uma herança autoritária que nega a voz do outro. A busca, nesse contexto em permanente movimento é por novas formas de sociabilidade, nas quais a coletivização dos processos ganhe forma e conteúdo. Deve-se buscar, ainda, em um permanente processo relacional e pedagógico, que a massa não figure como mera executora dos processos, e sim que assuma a função deliberativa que a implica na construção.

Em Gramsci encontramos o seguinte apontamento, sobre o que o centralismo democrático deve ser, considerando o risco do centralismo se sobressair em relação à democracia:

[...] uma contínua adequação da organização ao movimento real, uma capacidade de temperar os impulsos da base com o comando do alto, uma inserção contínua dos elementos que desabrocham do mais profundo das massas no quadro sólido do aparato da direção que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências (GRAMSCI apud MACIOCCHI, 1977, p. 173).

Rodrigues (2011) sintetiza, refletindo sobre o aspecto fundamental que envolve a participação da base em contato com sua realidade concreta, visando a criação de espaços que

influenciem a Direção, assim como esta precisa de espaços para educar a base, a partir da teoria revolucionária. Organicidade se forja em movimento e não de forma mecânica/burocrática. A “unidade viva” pressupõe uma relação orgânica entre teoria e prática, entre camadas intelectuais e massas populares, assim como exemplaridade e coerências nas ações, perfazendo-se um ambiente pautado na pedagogia do exemplo.

Acrescentamos que também se faz relevante que a Direção se eduque, e faça o exercício de autocrítica continuamente, a partir da relação com a base, no sentido de, mesmo não estando (em sua significativa maioria) plenamente vinculada com as contradições concretas vivenciadas pela base, buscar construir uma relação genuína com a mesma, e, não apenas, utilitarista para fins/conquistas específicas.

Bogo (2011, p.18) aponta que o termo “espontaneidade das massas”, figura como o reconhecimento, por parte das forças conscientes que as massas possuem uma dinâmica própria para se motivarem e se mobilizarem e, através dela, produzem o seu próprio aprendizado. Isso não significa dizer que os instrumentos de organização política sejam dispensáveis e que as massas por si só conseguirão garantir transformações ou o aprofundamento das mesmas. No entanto, “se não houver motivação entre as massas, os instrumentos não conseguirão propagar as suas ideias e propostas entre elas, pois faltará justamente os movimentos das forças que puxe a revolução e envolva a maioria da sociedade em um processo de mudanças”. Ou seja, o encontro entre vontade e consciência, proporcionado pela experiência da participação, passa pelo processo de uma práxis educativa revolucionária: as organizações colaboram no papel de dar conteúdo às vontades, ampliando o alcance e a profundidade das intenções.

Ainda assim, o dilema de uma práxis educativa revolucionária se expressa no funcionamento do centralismo democrático e, de acordo com Rodrigues (2011, p.128) “na tensão entre a necessidade de debate (de aprofundamento e pesquisa) e a necessidade de estabelecer um patamar para a ação (transmissão do conhecimento), tensão, em outros termos, entre o tempo político e o tempo pedagógico, entre a liberdade de discussão e a necessidade da ação”, ou seja, entre a ação real e imediata em um dado contexto histórico e a discussão ampla para os processos formativos e de criticidade.

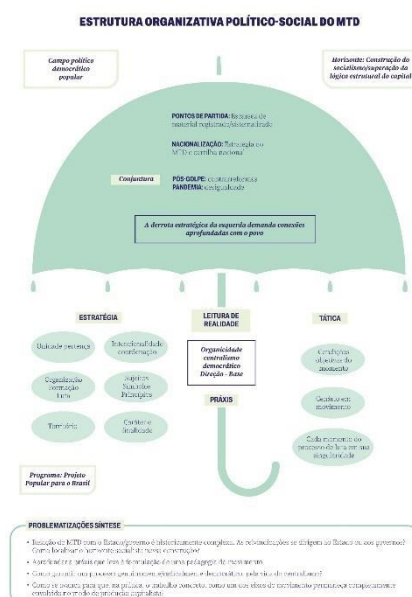
É nessa tensão entre tempo político e tempo pedagógico que novas nuances da dimensão pedagógica do movimento vão se conformando e se alinhando: considerando a luta como uma dimensão formadora, a relevância de um instrumento político e pedagógico organizativo, construído, a partir da vivência concreta, olhando justamente para os limites da



prática e buscando aprofundar conteúdos que atualizem as estratégias e táticas, e, atentando para que o centralismo não se encerre nas próprias lideranças da direção.

O esquema visual a seguir<sup>72</sup> (*hiperlink*) organizado a partir da breve análise da estrutura organizativa político-social do MTD, em diálogo com aspectos de sua identidade e valores que permeiam essa construção, aponta elementos que nos levam às problematizações-sínteses, as quais nos inspiraram para engendrar o processo que nomeamos como “Flor(ação) Pedagógica”, a ser descrito nos próximos capítulos.

**Figura 4 - Estrutura Organizativa Político-Social do MTD**



Fonte: Elaborado pela autora e diagramado por Vinicius Agliardi (2022).

### 2.2.3.2 Trabalho de base é Educação Popular: o contexto do território urbano periférico e a dimensão formativa da luta popular

A partir da análise dos documentos elaborados pelo MTD ou ainda dos textos de apoio, sugeridos pela militante da coordenação nacional do movimento entrevistada, optamos por desenvolver uma dimensão analítica que situe o trabalho de base na perspectiva da educação popular e no contexto do território urbano periférico, tal como a vivência cotidiana da militância do movimento sugere. A essa dimensão soma-se o caráter formativo da luta popular, ao

<sup>72</sup> Para acessar esse e os demais esquemas visuais da tese, criei *hiperlinks*, com a finalidade de oferecer uma melhor visibilidade aos leitores e leitoras. Para acessar o hiperlink basta clicar na figura.

partirmos do pressuposto, como citado anteriormente, que a Educação Popular é tecida e reinventada, no movimento da sociedade, sendo que os movimentos e as lutas que os engendram figuram como catalisadores dessas mudanças.

Dessa forma, a relação estabelecida entre movimento, luta e educação popular é explicitada na cartilha do MTD, na afirmação: “Não existe Educação Popular fora dos processos de luta popular. Não se estuda para lutar. Luta-se, e por isso, estuda-se. Quem luta precisa estudar e produzir novos conhecimentos a partir das experiências de luta”. (MTD, 2019a).

Paludo (2001, p. 97) resgata alicerces da concepção de Educação Popular ao longo da história, apresentando as diversas matrizes teóricas e experiências concretas que se perfazem como correntes da educação do popular, destacando as experiências vividas nos primeiros 30 anos da república e no período de 1961 a 1964, as quais têm no pensamento-ação de Paulo Freire referência, representado pela obra “Educação como Prática da Liberdade” e ganhando mais maturidade em relação à construção de seu ideário pedagógico na “Pedagogia do Oprimido”, sendo que nas décadas posteriores Freire seguiu questionando e atualizando as suas sínteses, em suas produções, sobretudo em relação aos processos de conscientização<sup>73</sup>.

Além disso, Paludo (2001) também traz a referência da Teologia da Libertação, o Novo Sindicalismo, os Centros de Educação e Promoção Popular, o pensamento pedagógico socialista, tendo como base o materialismo histórico e o materialismo dialético, sob a representação de Marx, Lênin e Gramsci. As experiências no contexto da América-Latina também compõem esses alicerces, assim como as do leste europeu.

Considerando que a concepção pedagógica da Educação Popular tem suas raízes na sua “alta sensibilidade e sua sensibilidade aos contextos políticos, sociais e culturais” (TORRES, 2013, p.19) e pressupondo o processo de libertação construído e pautado na luta

---

<sup>73</sup> Em Educação e Atualidade Brasileira Freire, fortemente influenciado pelo ideário nacional desenvolvimentista que circunscreve o momento histórico brasileiro do final dos anos 50 e influenciado por intelectuais do Iseb (Instituto Superior de Ensino Brasileiro), em sua tese, aponta a prática educativa voltada para o desenvolvimento nacional e para a construção de uma democracia burguesa/ideal (considerando ser possível o diálogo entre as classes). Nesta obra, “o pano de fundo da arena de mudança social estava excessivamente consagrado às transformações internas do ser humano, ou, transformações da consciência individual” (SCOCUGLIA, 1999, p.31). Já em Educação como Prática da Liberdade, Freire escreve sobre uma consciência psicopedagógica voltada para a humanização que busca a liberdade existencial e também como ação cultural dissociada ou anterior à ação organizativa das classes subalternas, e, finalmente, em Pedagogia do Oprimido, fortemente influenciado pela leitura marxista, Freire traz a temática da luta de classes e da consciência de classe, postulando um processo educativo, forjado na práxis, para a “revolução da realidade opressora” apontando a importância da eliminação da consciência do opressor introjetada no oprimido, a partir da ação educativa que é também política. Nos escritos africanos, o pensador segue incorporando categorias do Materialismo Histórico Dialético.

política, o território periférico assume o lugar dessa luta, por ser o local de moradia, de acordo com Martins (2021, p.204) um dos poucos espaços de relações mais estáveis, em comparação à centralidade das fábricas, em outros períodos históricos, após as intensas modificações advindas do contexto neoliberal, sobre as quais discorreremos adiante, “de reestruturação da produção, seguidas da desestruturação do mercado de força do trabalho nacional”.

Aqui, cabem algumas reflexões propostas por Granemann (2021, p.5) sobre os impactos das profundas contrarreformas, especialmente a previdenciária e a trabalhista, para a classe trabalhadora, após o golpe<sup>74</sup> de 2016, de modo que tais medidas apesar de acenarem êxitos aos capitais, não deram conta de superar a crise que é, “talvez, a mais severa crise econômico-social da história do capitalismo e que, em finais de 2019, teve nova determinação ao que já se descortinava como trágico: a propagação da Covid-19”, sobre a qual discorreremos no capítulo 4.

Martins (2021) defende que trabalho de base (que tem como cenário da ação, o local mais próximo do exercício da convivência cotidiana das classes populares) é educação popular, ao passo que essa relação pedagógica possibilita a realização da síntese entre os saberes objetivos das lutas pela vida do povo e os saberes científicos sistematizados na história humana, a serviço da luta de classes. A partir disso, a intelectual orgânica do movimento evidencia o chamado: a tarefa urgente é a da práxis, com a teorização acerca do trabalho de base, recolocando a Educação Popular no seu centro, com vistas ressituar e reorganizar a classe trabalhadora e os seus sujeitos diversos e heterogêneos.

Em outro documento analisado, Martins (2019, p.1), a partir de uma síntese coletiva, chama a atenção para a retomada do trabalho de base e da formação política emergirem “como saídas políticas e metodológicas das sínteses discutidas em torno das grandes necessidades da esquerda brasileira para o próximo período”. Sobretudo após o golpe de 2016, tais constatações são recorrentemente apresentadas, de acordo com a autora, em quase todos os debates políticos e análises de conjuntura, assim como de encaminhamentos práticos como linhas de ação, tanto

---

<sup>74</sup> Alves (2016) argumenta que desde as jornadas de 2013, manifestam-se os limites do neodesenvolvimentismo e do lulismo, como uma estratégia política de conciliação de classe. Embora eleita, nas eleições de 2014, Dilma Rousseff não alcança governabilidade, paralisada pelo Congresso Nacional, liderado por Eduardo Cunha. Dessa forma, na perspectiva do autor, a qual consideramos, o processo do golpe de 2016 cumpre a função histórica de pautar politicamente as contrarreformas estruturais, necessárias na economia brasileira, do ponto de vista do bloco hegemônico pela burguesia financeira, de modo que o Brasil pudesse retomar, em um nível mais profundo, o desenvolvimento capitalista, na direção do neoliberalismo hegemônico. Importante ressaltar que, no contexto latino-americano, considerando a tradição histórica demarcada por uma economia dependente, sob comando das oligarquias políticas, escravagista e colonial, a direção da nova ofensiva neoliberal segue o caminho da destruição nacional e da barbárie.

entre os movimentos populares, como entre centrais sindicais, partidos, e frentes de esquerda do país.

Contextualizando historicamente, ainda que de maneira breve, Martins (2021) sinaliza que no descenso das lutas de massas vivenciadas na década de 90<sup>75</sup>, o campo político do projeto popular para o Brasil, ou ainda, o campo democrático popular, com o protagonismo do MST, definiu como estratégia um projeto de país cuja centralidade é soberania do povo em sua construção, recolocando no centro de suas ações políticas a organização, formação e lutas da classe trabalhadora. Com o avanço das iniciativas do campo político no território urbano periférico, em toda a sua complexidade de transformações estruturais do capitalismo, a autora chama a atenção para necessidade de se elaborar um “balanço político e pedagógico/metodológico” em torno das iniciativas do trabalho de base, de modo a localizar “pontos de ruptura” com uma determinada lógica de trabalho popular para avançar em novas sínteses.

Martins (2021) propõe o balanço acima referido, organizado a partir de um percurso que se desenvolve sob o eixo estrutural das relações de trabalho. Em Antunes (1999); Fontes (2017), dentre outros autores e autoras, encontramos elementos acerca das dimensões da classe trabalhadora, na atualidade, desde sua configuração e composição, de modo que a complexidade dessa trama estabelece grandes desafios para uma leitura analítica, considerando a sua significativa diversidade e variedade.

Essa gama de diversidade e variedade incide diretamente sobre o território periférico, local onde boa parcela da classe trabalhadora se estabelece e reproduz a vida. Antunes (1999) chama atenção para a constituição da classe trabalhadora a partir de sujeitos sociais cuja existência depende da venda de sua força de trabalho e de formas de sujeição/subordinação que variam desde os trabalhadores formalmente livres, aos que vivem em regime análogo à escravidão passando pelos que trabalham sem contratos regulares, ou ainda, os desempregados.

Essa malha complexa que forma a classe trabalhadora, modifica-se, refaz-se ao longo do percurso histórico, de modo que atualmente:

---

<sup>75</sup> Paludo (2001), em seu estudo, e a partir das entrevistas que realizou, traz as motivações da crise que acometeu o campo democrático popular, nos anos 90, como confluência de fatores internos e externos, sendo elas: um certo distanciamento da teoria por parte do campo, que dificultou a leitura de realidade; a queda do muro; um recuo político no sentido da institucionalização das ongs e uma desestruturação política e organizativas dos movimentos populares; o descontentamento com excessivas disputas políticas entre tendências e o agravamento da crise sociocultural impulsionado pelo direcionamento hegemônico do projeto de modernidade, que dificulta alternativas para os setores populares. Essa era a leitura no início dos anos 2000, a esses, outros fatores se somam para buscar desvendar o quanto a mobilização e organização popular se fragmentou e/ou assumiu novas formas a partir de então.

Não se trata apenas do de um operariado fabril, que também a integra (a classe trabalhadora) nuclearmente, mas da massa de seres sociais disponíveis e necessitados de sobreviver em condições mercantis. A expansão do capitalismo é um processo contínuo de industrialização de atividades até então realizadas sob outras formas. Tal industrialização não significa apenas que tais atividades e trabalhadores estejam submetidos a um sistema “fabril” – embora muitas vezes isso ocorra -, mas que a relação socioeconômica fundamental que ali se trava é a da extração de valor (FONTES, 2017, p. 152).

Neste sentido, Martins (2021) afirma que o balanço histórico sobre as iniciativas de trabalho de base necessariamente precisa dialogar e se amparar no eixo da contradição capital e trabalho e todos os desdobramentos desde a produção de mercadorias, o papel do Brasil como economia dependente nesta produção e o seu lugar na divisão internacional do trabalho, além dos desdobramentos disso para a vida coletiva das massas de trabalhadores, sobretudo as frações mais precarizadas.

Para além das formas de segregação estruturais da classe trabalhadora, pautadas no colonialismo, no racismo e no patriarcado que a divide em status e dificultam cada vez mais a capacidade dos trabalhadores e trabalhadoras produzirem visões emancipatórias da classe, de maneira unívoca (SILVER, 2016, apud FONTES, 2017, p.158), outras dimensões da segregação ou subalternização, emergem, vinculadas ao território, ao passo que, de acordo com Fontes (2017, p.160) a permanência de favelas, em todo Brasil, reforça a discriminação por local de habitação, e influencia tanto no acesso a empregos, como em condições de transportes, acesso a serviços públicos e, sobretudo, em relação à proteção da própria vida, visto que o risco de áreas vulneráveis demarcado por invasões policiais, tiroteios e assassinatos por balas perdidas que atingem, inclusive crianças. A violência urbana se desenvolve sob o recorte de classe e é direcionada aos setores populares.

Martins (2021) propõe um pano de fundo do contexto histórico para a realização do balanço político e metodológico das iniciativas do trabalho de base, situando alguns aspectos gerais das transformações estruturais das relações de produção no Brasil, desde os anos 90. Dedicaremos atenção a essa análise no item em que buscamos traçar reflexões entre território periférico e relações de trabalho.

Uma observação interessante de ser referida é que tivemos acesso a esses materiais formulados no ano de 2021 (textos que utilizei para a análise), no entanto, é importante dizer que na base onde atuamos, a leitura era em sinergia com muitas das proposições da direção nacional, de modo que sistematizar a práxis cotidiana nas experiências que acompanhamos em Caxias do Sul, como objetivo da tese, busca auxiliar nessa proposição de balanço.

A partir de março de 2020, quando eclode a pandemia e o campo político define como linha de ação, as ações de solidariedade, vinculadas a outros movimentos e à distribuição de alimentos nos bairros periféricos de grandes cidades do Brasil, uma das formas encontradas para se refletir sobre essas experiências foi a proposição de uma formação iniciada no segundo semestre de 2021, denominado “Trabalho de base é Educação Popular” – Plano Nacional de Ação e Formação do Campo Popular para o Trabalho Territorial Urbano no ano do centenário de Paulo Freire.

O curso é destinado às organizações que compõem o campo do projeto popular para o Brasil, sendo que cada uma delas pode indicar entre 10 e 15 militantes, inseridos no trabalho de base territorial de suas cidades e/ou no acompanhamento. O objetivo dessa formação é:

(...) desenvolver um processo de formação em Trabalho de Base, compreendido como Educação Popular, voltando para teorizar e sistematizar as nossas práticas de vinculação popular nas periferias das grandes e médias cidades, extraindo elementos locais com força de princípios e de unidade nacional que dão lastro a um processo consciente e crítico de mobilização e construção de força social e política (CPP, 2021, p.1).

Sobre a proposta dessa formação, a militante da coordenação nacional diz:

(Entrevistada 1) É simples sentar e fazer um programa de formação. Por exemplo: Vamos ler hoje “Pedagogia do Oprimido”, amanhã outro livro, e bora lá. Isso tá cheio. Só esse ano, que é centenário de Paulo Freire, tem um monte de formação assim, e faz parte. Só que para o trabalho de base, o nosso proceder não é partir já da lógica do conteúdo. Por que se a gente leva o conteúdo o que que a realidade vai te dizer? Então, esse exercício que a gente está provocando, e a proposta, tem três momentos. O primeiro momento é o nosso militante revisitar especialmente o que fez do ano passado para cá, mas, nessa relação do trabalho de base, nesse lugar onde você está exercitando, nesse território. E aí, a ideia é que esse militante escreva. Para esse momento usamos a metáfora da “fotografia”. O escrever é fazer o quadro, a foto, do que você vê no território. Nosso militante não escreve. Ele está implicado em uma cultura da oralidade e também, de uma certa forma, há muito receio em ser julgado sobre se é certo ou errado. O percurso medonho da avaliação. Então há esse estímulo para o registro, para uma favorecer uma posterior sistematização. O exercício é: o que estamos fazendo? Como estamos fazendo? Onde tranca? Onde avança? Aí vamos avaliar se para isso precisamos de um ou dois encontros. E ainda com a condição da pandemia, que ainda não sabemos se vamos ter que fazer esse encontro virtual...e como fazer isso. Daí o segundo passo, a segunda imagem que estamos usando, é que vamos aplicar o “raio-x”, extrair os elementos que precisam ser aprofundados, as categorias de análise, ou ainda, o que Paulo Freire lembra pra nós: problematiza, cara! Trazer os temas geradores para a reflexão. Aí vamos localizar o que é comum, para aparecer o capítulo do conteúdo. Mas é um conteúdo que vai aparecer para ajudar a iluminar a realidade. É a teoria a serviço do concreto e não o contrário (...) E aí, para a gente formular as direções da luta nacional, a gente vai precisar identificar elementos comuns nas diferentes experiências, para que todos os companheiros e companheiras se enxerguem no debate. O objetivo é que a nossa militância comece a desenvolver essas práticas de registros, sensibilizar um para aprofundamento reflexivo, pautados nessa perspectiva freiriana. A ideia é sair da lógica do pontual, das ações pontuais, a lógica do evento: é vento! Do dispersivo. Queremos entrar numa lógica processual, articuladora, integradora de coisas (grifo da autora).

Pensar a retomada do trabalho de base, no contexto do território periférico das grandes e médias cidades pressupõe análise das situações passadas (experiências organizativas e de resistência do povo brasileiro ao longo da história), compreender o que levou à dissipação das experiências organizativas dos anos 70/80, olhar para o presente e identificar novas (?) chaves de leitura que (re)aproximem os sujeitos interessados na construção de um projeto popular de nação e na reconstituição de um sujeito popular organizado sendo expressão política de si mesmo, na perspectiva da construção do Poder Popular. Pretendemos, adiante, retomar tais temáticas vinculando-a, à análise da práxis que a tese propõe.

As sugestões de Martins (2019) em relação a um método de leitura da atual realidade das diferentes frações da classe trabalhadora, localizadas territorialmente, destacam as relações com o trabalho demarcadas por precarização, fragmentação e rotatividade. Sobre a leitura dessa realidade complexa, a entrevistada diz:

(Entrevistada 1) (...) mudaram as formas de socialização da classe trabalhadora. Se lá nos anos 80 você passava 20 anos convivendo com o teu colega de trabalho... o cara virou o teu compadre, batizou seus filhos e viu tu se divorciar. Essas relações estáveis no tempo, no espaço, elas foram explodidas. Você gira dentro das categorias, por exemplo, quem consegue emprego formal né, dentro de uma fábrica: o cara não passa de três anos, ele gira. Ele é demitido e readmitido, uma parte. Ou então as sucessivas mudanças de turno que não permitem a formação dos vínculos. Imagina o trabalhador informal que todos os dias é uma batalha campal. Então, como você cria relações? Estabelece vinculação? Como você compartilha uma linguagem? Quando esses mundos vão ficando muito assim fragmentados, a nossa luta de construção de relações, de vinculações, de confiança, de projetar um objetivo em comum é muito mais árdua, difícil. É importante registrar como a aproximação e a vinculação acontecem. Já ouvimos relatos na periferia de São Paulo, assim: Cara, eu saía de casa durante anos às 5 da manhã e voltava às dez da noite. Eu não sei quem é mais meu vizinho. Então como se vai discutir solidariedade? Eu não sei quem tá passando fome, venho dormir no meu bairro. E essa mulher, essas figuras que estão em contato conosco, elas estão se dando conta da desvinculação. Outro exemplo: eu não eu não sei em quem confiar em quem não confiar porque eu trabalho na semana e sábado o dia inteiro e domingo quando tenho folga eu durmo, morta e lavo roupa. Então, o nosso tecido social tá muito esgarçado. A gente tem de pegar esses tijolos e ver onde encaixa. Reconstituir esse percurso é o estágio em que a gente está pra enxergar onde tem brecha de socialização: onde gruda, onde dá cola.

Nesse percurso de intervenção no tecido social, pelo menos da tentativa de deixá-lo menos “esgarçado”, Martins (2019), como quadro do MTD e do campo político em que ele se insere, a partir das formulações coletivas das comissões político-pedagógicas que integra, acena para alguns pontos fundamentais, nesse processo de reflexão acerca da retomada do trabalho de base e da formação política no escopo da educação popular e localizado nas médias e grandes periferias urbanas:

- Estudos sobre os legados históricos das formas de resistência do povo brasileiro ao longo dos séculos;

- A sistematização de uma periodização histórica das formas de resistência popular;
- Aprofundar a reflexão acerca da questão urbana no Brasil;
- Considerar na estratégia do Projeto Popular para o Brasil o aprofundamento do debate sobre que cidade queremos, em diálogo com o modelo de trabalho que queremos;
- Sínteses das experiências pregressas acerca da organização popular, sendo destacado no texto a experiências práticas da teologia da libertação, a partir da década de 70 e da educação popular: uma síntese de militância de cristãos e comunistas e a elaboração de um balanço político, cultural, econômico e metodológico desse período;
- Compreensão das mudanças na realidade do trabalho assalariado (precarização, terceirização, rotatividade, trabalho temporário), “que deixam borradas as fronteiras entre mercado legal, ilegal, informal, ilícito e os expedientes populares de sobrevivência, os quais negociam a cada situação, um campo moral possível”.
- Reconstituição do sujeito que emerge como um sobrevivente dessa realidade;
- Repensar o tipo de formação para a militância para um trabalho de base com esse sujeito;
- Criação de um espaço de direção comum, com unidade e confiança política;
- Aprofundar a concepção de luta por direitos e da natureza do Estado brasileiro;
- Aprofundar a compreensão de território como o lugar da vida, das relações e de possibilidades de construções coletivas, nessa articulação a dimensão da auto-organização, da solidariedade compõem a recuperação do sentido de comunidade;
- Aprofundar a leitura e a relação com os espaços de comungar a fé existentes nas comunidades, como lugares que oferecem sentidos e sociabilidades para quem os frequenta (sendo que muitos desses locais funcionam como uma forma de auto-organização das classes populares);
- Aprofundar as leituras acerca da violência urbana;
- Desenvolver propostas de comunicação de massa, ou uma rede popular de comunicação;
- Uma comunicação que recomponha a ideia de ação, da capacidade humana de agir coletivamente, de transformar, de tempo historicizado. Essa comunicação como um enfrentamento à identidade do consumidor, competidor, sucesso x fracasso<sup>76</sup>;

---

<sup>76</sup> Embora não seja o centro do debate, cabe trazer, como pistas a essa comunicação, a contribuição de Paludo (2001, p.23) acerca da “nova cultura” instituída pelo projeto de modernidade: “com pretensões de universalidade, instituída e instituinte da nova ordem, consolidou e consolida um modo de vida marcado pela racionalidade instrumental (utilitarista) e monológica”. A autora se ancora em Habermas (1987) que por sua



- Bases metodológicas para mapeamento das expressões da cultura popular, mesmo que pulverizadas, no território.

Optamos por transcrever todos os pontos mencionados no texto, porque compreendemos tratar de um mosaico complexo de temas que se integram e contribuem significativamente, para o aprofundamento do debate acerca do trabalho de base territorial, visto que envolve uma emergência de estudos a partir da realidade, e que da mesma forma, produzirá um conhecimento que será transformado em ação cotidiana.

Dentro dessa discussão que abarca a compreensão e a leitura do território periférico, a cartilha nacional do MTD evidencia alguns breves pontos acerca da formação das cidades brasileiras e da questão urbana cujo crescimento desenfreado acarreta uma grande crise que o longo dos anos vai transformando as suas roupagens, desde a questão fundamental da expropriação até a atual especulação imobiliária. O debate do direito à cidade também é referido. Optamos por desenvolver tais temáticas no item que aborda o território periférico em suas dimensões históricas.

O desafio acerca de uma pedagogia do movimento também aparece nas falas da entrevistada:

(Entrevistada 1) (...) o nosso militante precisa sair dessa lógica que ele leva um pacote de verdades, e que ele tem que fazer *com* o povo, com as pessoas que ele identifica que querem fazer mais por aquela comunidade. Isso a gente lê nas cartilhas faz 20 anos! Mas o nosso nó é destrinchar isso no concreto. Isso é um dilema pedagógico, que sinceramente eu acho que é onde nós estamos quebrando a cabeça. E precisamos quebrar a cabeça mesmo: entre o que tá lá cartilha e é bonito, e é legal e o “fazer” em si, tem uma janela aí que tem a ver com o “como fazer” que nós precisamos ajudar o nosso militante e a nós mesmos como militantes: o que fazer é tão importante quanto o “como fazer”. Porque se não dá em autoritário, se não...quando aquele militante sair de lá... por exemplo: quando a Joanne sair do apoio à saboaria, ela se desmantela. Exemplo, né! Tomara que não. Mas isso não tem nada com você, e nem com as gurias da saboaria. Tem a ver com o método. Então é esse nó, e não é um nó simples. Não é só uma questão de vontade, porque tem cultura no meio, tem um *modus operandi* da sociedade, tem toda uma avalanche. Então, isso não é rápido. E por isso, o movimento se tornar uma pedagogia é um grande desafio. É uma grande tarefa dos próximos anos. Como o movimento se torna um formador... uma pedagoga, um pedagogo. Mas, pra fazer isso, ele tem que aprofundar o processo de práxis. Como que envolve todas as pessoas do processo, no refletir sobre o processo. Trazer reflexões que todos nós possamos destrinchar o senso comum (grifo da autora).

Nesse sentido, o compartilhamento da práxis que esta tese propõe, busca contribuir para esse movimento gradual de aprofundar o processo de práxis, na perspectiva de que o movimento popular de ação no território periférico e urbano formule a sua pedagogia e

---

vez recorre à Weber e compreende esse padrão de racionalidade com um sustentáculo da ação teleológica como não relacional, ou seja, não parte de uma relação social, e sim da relação meio-fim. Perde-se espaço, no projeto de modernidade as dimensões “estético-expressiva e moral-prática da práxis (pensamento/fala/ação = sociabilidade) humana” tanto na relação dos seres humanos entre si, quanto na relação ser humano – natureza.

aprofunde o seu papel formador, que já acontece, porém que pode ser aprimorado e disseminado.

Assim, nos ancoramos na perspectiva de Caldart (2021, p.2), correspondente a uma das tarefas pedagógicas prioritárias na atualidade do trabalho popular: “identificar espaços de resistências que podem ser apenas pequenas ‘frestas’, em diferentes dimensões da vida humana e sem consciência política explícita”. A partir disso, a proposta é, partindo de uma intencionalidade educativa, pautada na perspectiva emancipatória e da transformação social, alargar estas frestas, desvelando coletivamente as estruturas e os motores da alienação, e buscando indícios dos caminhos para transformações estruturais necessárias, envolvendo os sujeitos que integram o processo, em movimento - lutadores(as) e construtores(as) - em permanente processo de superação da alienação.

Processos vivos de superação das relações sociais de produção geradoras de alienação se perfazem na dimensão da luta, como matriz integrada à teoria pedagógica que propõe a “pedagogia do movimento”<sup>77</sup> (CALDART 2004; 2021). A luta é parte da totalidade formadora do ser humano, e, de acordo com Caldart (2021), quanto mais radical, mais nos auxilia a olhar para essa totalidade que tem no trabalho, em seu sentido ontológico de mediação entre ser humano e natureza, a base universal do ser social que luta, produz cultura, faz-se e refaz-se no movimento da história, como parte dele.

A dimensão formativa das lutas populares, na perspectiva que Caldart (2021, p.7) nos apresenta, coloca o lutar, sobretudo, como não desistir de viver “nesse tempo trágico e estruturalmente crítico que atravessamos”. Lutar, perfaz-se como afirmação da vida porque enfrenta uma condição estruturada historicamente calcada na morte (genocídio), escravidão, subalternização de culturas e de sujeitos. Aprofundar a luta por direitos, como lutas de reafirmação da vida digna, que parte dos territórios de moradia pode se apresentar como um ponto fundamental de reflexão sobre o trabalho de base.

---

<sup>77</sup> Caldart (2004, 2006), visando interpretar a experiência educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, elabora a Pedagogia do Movimento, como uma possibilidade categórica da teoria pedagógica e social, trazendo em sua origem o movimento popular como sujeito coletivo e lócus de formação humana. Assume em seu horizonte um projeto de transformação da sociedade e do ser humano. A pedagogia do movimento “[...] se constitui na historicidade das ações (o jeito que o Movimento vai construindo para formar um sujeito coletivo e educar as pessoas que dele participam) e das reflexões pedagógicas dos Movimentos Sociais.” (CALDART, 2006, p. 141). A intencionalidade reflexiva propõe-se ir além do MST, apesar de partir do mesmo, considerando o movimento tanto como sujeito pedagógico como em sua dimensão educativa considerando a complexa gama de processos (históricos, econômicos, políticos e socioculturais) que perpassam a sua dinâmica.

O aspecto do “como fazer” e de como se estabelecer um processo vivo e reflexivo em comunhão com o militante e com a comunidade envolvida nos processos, nos remete à noção de ambiente educativo, trazida por Caldart (2021), na qual se descentraliza a perspectiva autoritária de que há um detentor do saber e se alimenta essa dimensão de um ambiente em que existe uma condução coletiva e no qual as pessoas realizam diferentes tarefas de construção e que é conformado pelas contradições e tensões da vida real. Partimos do pressuposto de que o território periférico pode se perfazer como esse ambiente educativo, de modo que desenvolveremos isso adiante.

Nesse ambiente educativo, a ênfase, de acordo com Caldart (2004), está nas condições criadas para que as ações ou atividades educativas e formadoras sejam feitas, destacando-se as relações e os processos que se estabelecem entre as pessoas, objetos, tempos e espaços. Aprofundar a leitura sobre a qualidade das relações estabelecidas, em uma lógica de processualidade pode nos dar pistas acerca do “como fazer” que forja os contornos das metodologias participativas.

Martins (2021) nos atenta também para algumas tensões que se apresentam na compreensão do trabalho de base, no escopo da luta de classes e dessa construção da consciência de classe. A primeira delas se pauta na necessidade de se desconstruir a falsa dicotomia que associa o trabalho de base como algo da prática (geralmente relacionado a ação de militantes jovens no bairro, com ações de agitação e propaganda), dissociado da necessidade de um profundo mergulho teórico, que integra análises de conjuntura e a elaboração de linhas políticas do Movimento.

Essa dimensão hierárquica, que equivocadamente elege tarefas menos e mais complexas, emulada no modelo fordista, acaba por produzir uma certa equivalência na esquerda. Os espaços políticos forjados por mulheres, negras, negros, LGBTQIA+, ambientalistas, matrizes religiosas que trazem e reforçam no centro do debate a heterogeneidade da classe trabalhadora auxilia no desmantelamento desse modelo hierárquico e equivocado. Com isso, simplificação ou a compreensão do trabalho de base em uma dimensão meramente “agitadora” e exclusivamente prática denuncia a ausência de uma práxis que se interpõe aos possíveis avanços que consideram os saberes que o povo traz consigo e abre possibilidades para as habilidades diretivas do mesmo. O encontro entre militância e povo, que por sua vez, também pode assumir a dimensão militante no cotidiano pressupõe um interesse genuíno na sua vida, o estabelecimento de pontes sólidas, confiança, escuta e respeito profundos e não só buscar um volume de pessoas para “massificar” e isso se esgotar em si mesmo.

Só é possível que ocorra trabalho de base, quando este é parte intrínseca de uma elaboração política estratégica que lhe dá rumo e o sentido de para onde ir e, portanto, expressa parte das linhas políticas táticas de um determinado campo político, que fundamenta com base na sua formulação estratégica não só o trabalho de base, mas o conjunto de tarefas, seja no campo da formação, das comunicações, na agitação das articulações nacionais e internacionais. E esse circuito articulado e em movimento fundamenta um campo simbólico da Mística porque reconecta as dimensões de processualidade, as memórias dos processos anteriores com o presente e inspira um horizonte de futuro (MARTINS, 2021).

Na proposta da formação nacional denominada “Trabalho de base é educação popular”, com início em 2021, com a finalidade de sistematizar as práticas dos últimos períodos, sobretudo, a partir do período da pandemia, uma meta se destaca: forjar uma geração de militantes educadores/construtores, participando de uma construção coletiva e que, portanto, seja capaz de (re)inventar um processo de direção coletiva que requer cooperação, conhecimento da totalidade e das partes, leituras de variáveis, dimensões, avaliação permanente, desde os objetivos estabelecidos, com a finalidade de contribuir para a finalidade revolucionária, na qual o movimento se identifica. Essa compreensão sobre as diferentes dimensões implicadas na construção da revolução também é um tensionamento permanente.

A partir dos elementos já apresentados sobre educação popular, e estes destaques no material do Movimento, assim como o material de apoio sistematizado, elaboramos o esquema visual (*hiperlink*) com as problematizações-síntese que se vinculam ao processo construído localmente.

**Figura 5 - Trabalho de Base é Educação Popular**



Fonte: Elaborado pela autora e diagramado por Vinícius Agliardi (2022).

### 2.2.3.3 Política de Solidariedade

A construção de uma política de solidariedade do campo do projeto popular ganha força entre os anos de 2018 e 2019, justificada, nos documentos acessados pela ofensiva das forças de direita que se consolidam com o resultado das eleições presidenciais, na figura do candidato eleito Jair Bolsonaro. Esse desfecho consolida a derrota estratégica sofrida pelas organizações progressistas e de esquerda, pós golpe de 2016. Esse avanço da direita se dá em nível mundial, e, no Brasil, dá margem para o aprofundamento das contrarreformas (trabalhista e da previdência), já sinalizadas em outubro de 2015, cujas direções estão documentadas no Programa “Uma ponte para o futuro”, apresentado pelo PMDB, partido do então vice-presidente, Michel Temer.

Nesse contexto que evidencia a dimensão política da solidariedade, como estratégia de ação do Movimento Popular, cabe mencionar a experiência vivenciada nos dias 17 e 18 de novembro de 2018, quando participei do o Encontro Estadual do MTD, que foi realizado, no primeiro assentamento rururbano do Movimento, em Eldorado do Sul, sendo que este encontro teve como principal proposta (re)pensar a estratégia de ação e reflexão do Movimento diante da nova conjuntura nacional que se configurava, pós eleições. Cabe mencionar que parte das discussões realizadas nesses dois dias inspiraram a atualização da já referida cartilha nacional do MTD.

Durante os dois dias de encontro, 18 pessoas se fizeram presentes, com atuações em diferentes cidades como Caxias do Sul, Sapiranga, Alvorada, Eldorado do Sul, Canoas, Gravataí, Porto Alegre e um militante da coordenação nacional de Minas Gerais.

Os temas do encontro transitaram em formato de roda dialógica, com o objetivo de pensarmos juntas e juntos as questões conjunturais que afetam a existência do Movimento. Como contextualização, foi realizado, pela facilitadora, um resgate de algumas questões que perpassaram os governos do Partido dos Trabalhadores, assim como a polarização política agudizada pós jornadas de 2013, o golpe de 2016 e as eleições de 2018.

As perspectivas dos presentes em relação ao governo federal que se iniciaria em 2019, legitimado nas urnas, foram organizadas em meu diário de campo da seguinte forma:

- a. Desmonte da Constituição de 1988, no que diz respeito aos pactos pela democracia e os espaços de participação popular;
- b. Descrédito nas Instituições, sobretudo nos partidos políticos, que gera aversão à participação política em significativa parcela da população;

- c. A adesão de significativa parcela da população a uma “pauta moral” que fez parte da campanha do presidente eleito, somada a noção de proteção, nova política e combate à violência e à corrupção que tal governo supostamente representa;
- d. Ênfase no discurso da meritocracia como meio de mobilidade social;
- e. Ênfase na lógica neoliberal e no que as pessoas chamam de Estado mínimo;
- f. Criminalização dos Movimentos Sociais.

Algumas frases foram registradas como representativas dos sentimentos expressos pelos militantes em relação à conjuntura atual e ao futuro do Movimento (falas de angústia contrapostas a falas de esperança na mobilização coletiva): “Está difícil se posicionar hoje”; “As balas perdidas já estão nos atingindo”; “Como a gente consegue estar no dia-a-dia do povo?”; “Como se reconquista a classe trabalhadora?”; “Precisamos criar espaços para pensarmos coletivamente e com criatividade” e “Se a gente não se organizar, a gente vai morrer”.

Como horizontes de atuação, nessa perspectiva de repensar as linhas de ação do Movimento, foram apresentadas estratégias emergentes como a nova bandeira (para que o grupo reunido dialogasse sobre essa representação) que estava sendo concebida há cerca de um ano e foi lançada no aniversário do MTD, em maio de 2019. Além disso, o encontro estadual teve como objetivo, alinhar as ações da militância em seus territórios de ação.

As questões que foram levantadas como emergentes, também registradas em diário de campo, seguem abaixo:

- a. A relevância da militância se enraizar nos territórios onde atua (partir da realidade), construindo um trabalho de base, mapeando as forças sociais do mesmo, assim como possíveis aliados e possíveis ameaças.
- b. Trazer mais pessoas para a militância a partir desse mapeamento do território e do “corpo-a-corpo”, criando vínculos com as pessoas.
- c. Considerar que o campo do projeto popular está desarticulado e o “inimigo” (como uma força política hegemônica) está em evidência.
- d. Enfatizar as ações de solidariedade, que, de certa forma, já existem nos bairros periféricos e junto à classe trabalhadora desses bairros, considerando a sua dimensão política e organizativa, para além da espontânea.

- e. Fortalecer a Mística<sup>78</sup> do movimento vislumbrando um horizonte de transformação, funcionando como um “motor secreto do compromisso” do militante, considerando a história como possibilidade e abrindo margens para novas utopias (BOFF; PELOSO; BOGO 1998).
- f. Exercitar a leitura da realidade para compreender as condições de vida das pessoas que transitam no território (história da localidade, se há ocupações, quem foi chegando no bairro, se as pessoas pagam aluguel ou vivem em casas próprias, do que as pessoas vivem, se as pessoas usam transporte público em seus cotidianos, se o poder paralelo está presente, como a juventude se agrupa, como é a vida religiosa do bairro, a vida cultural, dentre outros fatores).

Dentro das linhas de ação levantadas, enfatizaremos, nesse item, como já citado, a Política de Solidariedade, que já vinha sendo mais destacadamente considerada, nas formulações do movimento, pós eleições de 2018 e que ganham significativa expressividade, por meio de articulações do campo político, com o advento da pandemia.

Ao considerarmos o significativo campo que envolve as ações de solidariedade, nos remetemos a Freire (2016a), cuja reflexão teórica, de acordo com Fernandes (2016) se desenvolve, destacadamente em torno da relação oprimido/opressor, estabelecida tendo como referência o capitalismo e a opressão de classe.

A ação, na perspectiva freiriana, só está envolvida em uma práxis verdadeira, no lugar de um ativismo simples, se os seus resultados são desdobramentos da reflexão crítica, de modo que é nesse aspecto que a funcionalidade pedagógica do movimento pode incidir, considerando que, os processos transformadores de conscientização e práxis libertadora, de acordo com Fernandes (2016) vinculam-se à solidariedade e à superação da lógica binária da opressão, por meio de uma visão dialética do oprimido e do opressor.

Essa superação, se manifesta na luta dos oprimidos juntos, que por sua vez, libertarão os opressores. Aronovitz (1993) evidencia a pedagogia freiriana como um projeto humanista e revolucionário de emancipação, cuja premissa é a vocação ontológica, ou ainda, o imperativo existencial, para que o ser humano, siga um caminho de aprofundamento de sua humanização.

---

<sup>78</sup> Em uma perspectiva mais descritiva, a Mística perfaz-se como um recurso desenvolvido pelos integrantes de determinado Movimento Social (ou coletivo), apoiando-se em diferentes linguagens (encenação, música, poesia) dialogando com dimensões reflexivas e afetivas e sendo realizada por um número variável de participantes. A mística pode ser interativa ou expositiva e, a sua experiência pode atender a diferentes intencionalidades, aqui destacarei três: integração/socialização dos militantes, celebração de conquistas e problematização de questões cotidianas correspondente às lutas sociais em que o Movimento está implicado (PEDRO, 2018).

O agente desse processo de aprofundamento da humanização é o oprimido, ao passo que, a sua pedagogia, ou seja, a pedagogia do oprimido, não pode ser elaborada pelos opressores, visto que o que a compõe é a descoberta crítica dos oprimidos por si mesmos acerca da situação de opressão pela qual passam historicamente e a descoberta dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização. Essa é, portanto, a grande tarefa humanista e histórica das classes oprimidas. No engajamento na luta pela libertação essa pedagogia se fará e refará (FREIRE, 2016a).

Solidarizar-se, portanto, por parte do opressor que se liberta, transcende o ato de prestar assistência às pessoas, no entanto, mantendo as mesmas em sua posição de dependência (econômica, intelectual ou cultural), portanto, a solidariedade não se dá somente no nível da consciência, assumindo uma culpa. Em Freire (2016a, p.49), a ação solidária exige que quem se solidariza “assuma” a situação de com quem se solidarizou, sendo esta, uma atitude radical de quem é educado na práxis libertadora, e se dedica à radical exigência da transformação concreta da realidade que gera a opressão, a partir da luta em comunhão. Ao passo que se transforma a realidade opressora, a pedagogia do oprimido passa a ser a pedagogia dos seres em permanente processo de libertação.

A solidariedade (MTD, 2019b, p.2) “faz parte da prática do povo na defesa de sua sobrevivência e por uma vida melhor. Ela se dá desde o nível local, em uma rua ou bairro, até o nível internacional. Tem uma dimensão espontânea, mas também pode ser vista dentro de uma estratégia política”.

A dimensão política da solidariedade no enfrentamento de uma conjuntura que criminaliza os movimentos populares e que traz profundos retrocessos aos direitos da classe trabalhadora, pode ser anunciada, na perspectiva freiriana como um potencial “inédito viável”.

A solidariedade, como já referido, se concretiza na práxis freiriana, no encontro com o oprimido e na busca das soluções para superar essa condição com ele (FREIRE, 2016a). Adams (2018) aponta para o fato de que o contexto sócio-histórico condiciona as distintas formas de solidariedade, de modo que o processo histórico brasileiro traz em sua formação social heranças que são fruto de uma estrutura econômica se configura a partir do trabalho escravo, da violência anti-dialógica que impõem, conforme Freire (2014a), o mutismo, a falta de experiência democrática, a passividade que não são favoráveis ao florescimento de uma solidariedade política, sem submissões ou relações clientelistas forjadas na esfera privada.



A prática de uma solidariedade social e política para Freire (2016b) requer uma prática educativa democrática e que possa ser forjada pelas vias de um processo radicalmente democrático construído pela participação e pelo diálogo.

Inspirando-se por esses princípios, nos documentos do Movimento que versam sobre a dimensão política da solidariedade, fica claro, nos escritos, a intencionalidade de enfrentar a crítica que o campo da esquerda tece acerca das ditas “ações assistencialistas”, como forma populista de fazer política e defender “uma forma política pautada no valor e na prática da solidariedade como um caminho para voltar a se aproximar do povo e ganhar a sua confiança” (MTD, 2019b).

Há três dimensões da solidariedade apontadas nos documentos: a espontânea, com um forte componente de empatia e ajuda mútua, conhecida, nas proposições do campo político como o “nós por nós”, a solidariedade de classe e a internacionalista, que traz a compreensão de que a luta dos povos historicamente subalternizados pela libertação não está isolada.

Dessa forma, na perspectiva da classe, a solidariedade pode ser compreendida como um elemento agregador, uma “cola” que pode potencializar o encontro entre a militância e a massa. Para potencializar essa comunhão, a ação militante precisa carregar em si o interesse real na vida das pessoas (e não só na revolução, como finalidade a ser atingida), na construção de um projeto político coletivo, que não venha pronto, desde as instâncias diretivas, e com uma intencionalidade organizativa a ser compartilhada e construída no encontro, na mediação, de forma a não reproduzir relações sociais pautadas no utilitarismo, na tutela ou na dominação e no sufocamento das massas populares.

Fernandes (2016, p.487) discorre que o elemento humanista marxista da libertação na práxis da pedagogia crítica exige a solidariedade para transformar a prática dos oprimidos. A solidariedade aqui se perfaz, em uma dimensão dotada de pedagogicidade, partindo da concretude de uma necessidade e podendo levar o coletivo a desvelar as causas históricas da desigualdade que leva a ação solidária, em sua dimensão política, como uma ação de enfrentamento a essas estruturas opressoras: uma solidariedade humana refletida (por dentro de uma expectativa mútua de orientação responsável para relacionamento) enlaça amor e reconhecimento em um projeto humanista e é consistente com o papel da solidariedade como emancipatória dentro da pedagogia crítica”.

A solidariedade política, na perspectiva adotada pelo movimento em ações organizadas e passíveis de aprofundamento, pode funcionar como um veículo para a

consciência crítica gerando indícios de uma nova sociabilidade, pautada em uma visão humanista da transformação das relações humanas e as estruturas da opressão.

A ação solidária exige, portanto, uma profunda leitura do território de ação, um planejamento coletivo, o registro sistemático do processo por parte do militante e a escuta aberta aos anseios e às problemáticas da comunidade. A criação de espaços de solidariedade coaduna-se com a criação de potentes espaços de esperança, os quais oxigenam o cotidiano com vivências comunitárias, participativas, que requerem autoavaliação constante e a prospecção de novas pessoas que possam se aproximar e se integrar ao movimento.

Em nível nacional, as campanhas de solidariedade às quais o MTD se alinhou gerou desdobramentos distintos em diferentes Estados do Brasil. Tais campanhas, em parceria com outras organizações do campo do projeto popular e outros campos afins, tiveram como centralidade a arrecadação de alimentos, ou produzidos em assentamentos do MST ou arrecadados. Em algumas cidades, essa organização levou a uma prática pedagógica que foi a formação dos agentes populares de saúde: pessoas da comunidade, responsáveis pela orientação do território em relação às medidas de prevenção em relação ao coronavírus. Outros desdobramentos vieram das ações de solidariedade: hortas urbanas, cozinhas comunitárias: diferentes experiências de auto-organização tendo como ponto disparador as ações de solidariedade por conta da pandemia.

Tais movimentações, a partir das situações que partem da realidade imediata dos coletivos, emergem como solo fértil para o exercício pedagógico que favorece os processos de leitura de mundo e desenvolvimento de uma consciência crítica, incorporados na práxis que também se ancora no esperar daqueles que não esperam na espera vã. O reconhecimento da humanidade de si e dos companheiros e o enfrentamento que recusa a opressão, consciente de suas causas históricas, materializam-se na consciência e na solidariedade de classe.

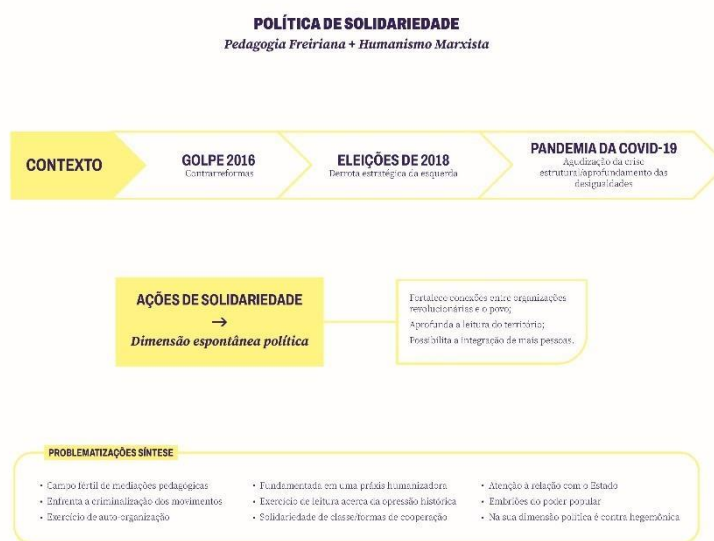
O objetivo do MTD com a implementação de uma política de solidariedade, conforme o disposto nos documentos é o de “fortalecer e reconstruir a conexão do povo com as organizações revolucionárias” (MTD, 2019b). O objetivo colocado não se restringe a substituir o papel do Estado (porém cabe ressaltar a importância de questionar a quem interessa o modelo de Estado no qual vivemos) em oferecer os serviços públicos e os direitos fundamentais da população, e sim, reforçar o sentimento na população da necessidade de reivindicar e defender os seus direitos, em uma perspectiva de construção de organicidade do povo. Há potencialidade da política de solidariedade fomentar o desenvolvimento dos embriões do Poder Popular.

Nessa construção da solidariedade no território, o diálogo e o apoio de outros setores são fundamentais: desde trabalhadores/as da saúde, advogados/as, professores/as que se identifiquem com a linha política do movimento. A Universidade e o movimento estudantil também são agentes em potencial para uma aproximação e aprofundamento das relações, além dos coletivos de atuação no território (MTD, 2019b).

O florescimento das potencialidades humanas torna-se possível quando a ação solidária, em sua dimensão política, está alinhada com a capacidade consciente do coletivo, criando as condições concretas para a leitura da realidade e para a abertura de frestas que possam fragilizar a estrutura da opressão.

No fechamento deste item, apresento um esquema visual (*hyperlink*) de sínteses acerca da política de solidariedade como potente instrumento fortalecedor de formas de cooperação entre a classe trabalhadora, extraindo problematizações sínteses que dialogarão com a práxis da experiência local que apresentaremos adiante.

### Figura 6 - Política de Solidariedade



Fonte: Elaborado pela autora e diagramado por Vinícius Agliardi (2022).

#### 2.2.3.4 O Trabalho como instrumento de leitura da realidade e como princípio educativo

Para a composição desse item, apresentarei algumas definições em torno da categoria trabalho que constam na Cartilha Nacional do MTD (MTD, 2019a) e no Documento da Estratégia do Movimento (MTD, 2018).

O trabalho é trazido na Estratégia do Movimento como categoria central para pensar o ser social<sup>79</sup>, apresentando o capitalismo como um modo de produção no qual os sujeitos precisam vender a sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Discute-se, brevemente, a retirada dos direitos trabalhistas como uma forma de intensificar a exploração dos trabalhadores.

O documento (MTD, 2018) ressalta que as sucessivas mudanças no mundo do trabalho não determinam o “fim do trabalho”, da centralidade do trabalho ou da classe trabalhadora como sujeitos políticos de transformação social: “mesmo que se elimine a classe que explora e acumula riqueza, o trabalho humano útil, concreto, produtor de valores de uso<sup>80</sup>, criativo e livre, vai continuar indispensável para a existência da vida humana” (p.4).

Na cartilha (MTD, 2019a), há a definição de trabalho como capacidade do ser humano modificar a natureza com criatividade, a partir de suas necessidades, diferenciando-o dos outros animais e afirmando a concepção de sujeito que é capaz de imaginar o produto do trabalho, criar, transformar coisas, salientando “quando transformamos o mundo ao nosso redor, aprendemos com essa experiência, e também somos transformados (p. 38).

A dimensão do aprendizado e desenvolvimento humanos implicados no trabalho, assim como a da cooperação entre pessoas também são evidenciadas na cartilha, assim como a da “exploração do trabalho”, na produção das riquezas, do modo como a sociedade está estruturada, havendo a reprodução de desigualdades: “essa exploração é tão sofisticada, que às vezes nem percebemos como somos explorados”. Há exemplos de situações, trazidos na cartilha, também.

Os mais de trezentos anos de escravidão também são um ponto de leitura da cartilha, assim como a dominação “pelas ideias e pela violência”. A ameaça do tempo histórico atual é apresentada como o desemprego ou o trabalho em condições precárias, condições que deterioram a dignidade humana em um modo de produção que se fortalece também pela destruição dos recursos naturais de nosso planeta.

---

<sup>79</sup> No pensamento do filósofo húngaro Georg Lukács, encontramos uma síntese sobre o papel do trabalho na gênese do ser social e o seu caráter fundante. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2009/bases\\_ontologicas\\_pensamento\\_atividade\\_homem\\_lukacs.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf). Acesso em: 13 fev 2022.

<sup>80</sup> Valor de uso, abordado na perspectiva marxista, corresponde à propriedade que há na mercadoria, que, a partir de suas propriedades materiais, tem a propriedade de satisfazer as necessidades do ser humano. Cabe apontar que o valor de uso corresponde a uma propriedade da riqueza independente de sua forma histórica, não importando qual seja o modo de produção, o ser humano produzirá riqueza com o objetivo de satisfazer suas necessidades, diretamente (meio de subsistência) ou indiretamente (meio de produção).

Destaques feitos nos pontos dos documentos que nos remetem à centralidade do trabalho na leitura da realidade do MTD, cabem algumas reflexões em interlocução com nosso aporte teórico, para estabelecermos diálogos com a práxis que inspira essa tese, a partir das problematizações-síntese.

Machado (2015) discute sobre o sentido e o próprio trabalho, historicamente, ter sido compreendido no escopo da forma capitalista, que naturaliza a sua organização e a sua concepção. Essa dinâmica, por muito tempo, de acordo com a autora, secundariza o trabalho na sua relação com a Educação, ao passo que a instituição escolar, compreendida nessa perspectiva como não histórica e integrada à lógica do capital, se forja comprometida com a formação de um trabalhador que, passando pela escola, está apto a ingressar na forma capitalista da organização do trabalho e, nada além disso, evidenciando uma função reprodutivista da escola.

Adotar o trabalho como princípio educativo em uma direção de instrumento de leitura da realidade, pode ser verificado, nas experiências históricas do Movimento com os Pontos Populares de Trabalho, de modo que, na pesquisa de Machado (2015, p.119), ela evidencia que dentre as diferentes formas de levantamento da realidade, a partir das relações entre trabalho/educação, foram extraídas dimensões de análise acerca do conhecimento dos sujeitos da base do MTD: condições de vida/busca por trabalho; lembranças/experiências de trabalho; sentido/valor do trabalho; expectativa em relação ao futuro, dentre outras.

Dessa forma, aliar o trabalho como instrumento de leitura de realidade e também como princípio educativo, fertiliza no Movimento possibilidades concretas de problematizar a realidade, as raízes históricas da exploração e as possibilidades concretas de superação da estrutura do capital, olhando para as contradições vivenciadas cotidianamente.

A compreensão acerca de qual concepção de trabalho está sendo considerada não fica clara na documentação acessada, embora destaquemos, a intencionalidade do MTD acerca de organizar a classe trabalhadora a partir do trabalho, afirmando-se a direção do Movimento em “organizar a classe trabalhadora explorada pelo capital, a partir do trabalho, e não apenas das demandas sociais” (p.4). Nesse contexto as lutas e formas de organização desenvolvidas, como por exemplo: ocupações, assentamentos e moradias urbanas, trabalho (Pontos Populares de Trabalho - PPTs, cooperativas), creches, etc., são concebidas como ferramentas pedagógicas visando fortalecer a consciência de classe, fazer formação política e organização popular.

Nesse contexto, a organização dos PPTs é mencionada, no documento de estratégia, como uma das ferramentas pedagógicas, para aprofundar reflexões, como referido acima. Na pesquisa de Machado (2015, p.42), quando a autora discute o processo de formação no Ponto

Popular de Trabalho<sup>81</sup>, como lugar da pesquisa-ação participante, chama a atenção para alguns aspectos, em suas formulações, as quais consideramos serem importantes nessa reflexão acerca de uma elaboração mais detalhada sobre a concepção de trabalho a ser desenvolvida:

- A formação com educadoras e educadores populares, na maioria mulheres, no bairro Mathias Velho, em Canoas, ocorre “em um Movimento Social que se apresenta como uma alternativa ao processo econômico capitalista, que deixa, no caso, os sujeitos do MTD, além de inúmeras pessoas, de fora do processo produtivo formal”.

- Os PPTs são uma proposta de política pública pautada na relação Trabalho-Educação, como um caminho de enfrentamento ao desemprego permanente (vinculado à exclusão estrutural do mercado e do movimento de intensificação da precarização do trabalho).

- Uma questão que merece destaque no processo de formação diz respeito a não perder de vista a centralidade do trabalho, a qual, na perspectiva da autora, dará direção para o processo educativo e para o processo de produção e reprodução material da vida humana, em sociedade dessas pessoas, visto que nesse processo “as pessoas produzem a si próprias, produzem a sociedade e as próprias formas sociais em que produzem”.

- “o Movimento conseguiu avançar pouco no acúmulo e na prática do trabalho concreto, o trabalho concreto permanece completamente envolvido no modo de produção da sociedade capitalista”.

E, por fim, nesse contexto:

- Embora o trabalho realizado, mesmo reproduzindo características do trabalho alienado, pode ser capaz de promover movimentos de mudança de consciência, sendo o trabalho uma condição objetiva que se perfaz como um caminho de enfrentamento à pobreza e a precariedade da vida dos sujeitos vinculados ao MTD. No entanto, esse trabalho realizado nos pontos, não é suficiente para construir uma proposta baseada no trabalho como valor de uso. É importante que o movimento estabeleça nexos entre esses objetivos teóricos com a realidade efetiva, partindo da realidade existente para pensar a educação necessária<sup>82</sup> a esta transformação.

Tanto Machado (2015) como Leal (2013) chamam a atenção para a relevância, no cenário analisado por ambas, anterior à nacionalização do Movimento, para a divergência de

---

<sup>81</sup> Processo de formação que se desdobrou de um plano de formação de educadoras e educadores na perspectiva da Educação Popular, sendo uma proposta em caráter experimental, pautada na concepção gramsciana de “trabalho como princípio educativo”.

<sup>82</sup> No estudo de Machado (2015), nos é apresentada a proposta da “Educação Necessária para ir além” como uma possibilidade de proposta de educação para o MTD.

visões, no que diz respeito às concepções de trabalho e emprego, entre direção do movimento no Estado do RS, lideranças e da base do movimento, instâncias diferenciadas, no processo de organicidade do movimento (sobre o que discorreremos no próximo item).

As autoras também discutem resultados em que nas falas da base, muitas vezes, estes sujeitos não se enxergam por dentro do Movimento, trazendo falas como por exemplo: “eles (o Movimento) querem ajudar pessoas como eu, que não tem trabalho”. Também observamos essas falas em nosso cotidiano de militância, de modo que algumas mulheres se referem ao MTD como um ente independente, e não como um Movimento do qual fazem parte, mas, abordaremos essa temática adiante, nos capítulos 3 e 4.

Tais divergências são compreendidas dentro de um contexto histórico e formativo, que pauta as trajetórias dos sujeitos, no entanto, o questionamento que fica se dá em relação a como se avançar em forma e conteúdo na busca de se aproximar dessas diferentes concepções. A exemplo disso destacamos a luta do Movimento pela implementação dos Pontos de Trabalho como políticas públicas, nacionalmente.

Compreendemos que essa luta é válida e é importante ser discutida. Todavia, é importante atentar-se para essa construção, inclusive, revisitando as experiências históricas do movimento, e, portanto, buscando compreender a importância da organização da força popular em torno das dimensões da identidade e da pertença relacionadas ao MTD, e não apenas, como uma experiência vinculada ao recebimento de um salário social, que para um sujeito em situação de vulnerabilidade, em um contexto histórico no qual o desemprego e a produção de um contingente de trabalhadores considerado supérfluos, sobrantes ou excedentários<sup>83</sup> é estrutural, tem muita relevância, mas, como ir além?

Ao longo do último século, é certo que o capital invadiu e subjugou todos os cantos de nosso planeta, tanto os pequenos como os grandes. No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana pelo mundo afora. No mínimo, a penetração do capital em cada um dos cantos do mundo “subdesenvolvido” só agravou esses problemas. Ele prometia “modernização”, mas depois de muitas décadas de intervenção trombeteada em alto e bom som, só ofereceu a intensificação da pobreza, dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural. (MÉSZÁROS, 2009, p. 92).

Dentro dessa questão, é importante a compreensão da política pública, em toda a gama de contradições que envolve a sua formulação, afinal repetir a forma organizativa do trabalho

---

<sup>83</sup> Alencar; Granemann (2009) discorrem que essa produção recente dos trabalhadores sobrantes, relaciona-se à dinâmica atual do capitalismo contemporâneo que assumiu expressões diferenciadas, sobretudo, a partir da crise estrutural do capital, evidenciada no início da década de 1970, quando desencadeou um profundo reordenamento das bases econômicas, sociais e políticas da trajetória histórica do capitalismo fundada no pós-Segunda Guerra Mundial.

da estrutura do capital, sem acumular no sentido de superá-la, trará possivelmente um alívio momentâneo na dinâmica e no cotidiano da vida dos sujeitos implicados na construção dos Pontos Populares de Trabalho, no entanto, não avançará enquanto transformação duradoura, consciente e estrutural. Sistematizar e analisar estes possíveis acúmulos são tarefas que dialogam com a pedagogicidade do Movimento.

Machado (2015), na análise que desenvolve acerca do programa, ancorado em uma política pública, dos PPTs no município de Canoas, argumenta que eles representam uma política financeira de mercado, sem perspectivas de articulações com outras políticas públicas das quais necessitavam os sujeitos desempregados que compunham a base do movimento (trabalho, saúde, educação, moradia, agricultura, dentre outras). Dessa forma, em uma pauta organizada nacionalmente, como é a intenção do MTD, essa consideração ganha relevância, de modo que a política não tenha curto prazo, duração imediata e caráter compensatório, ficando distante do que poderia ser compreendido como um processo de reestruturação produtiva (com novas tecnologias, ou uma cadeia produtiva que enfrente o hegemônico), reforçando uma condição de trabalho precarizado.

Machado e Leal (2014, p.224) consideram que a possibilidade de formação de um projeto coletivo se configura pela própria participação das pessoas em um Movimento Popular, havendo o risco, no entanto, de, nas dinâmicas cotidianas, se reproduzirem relações clientelistas e manipuladoras. As autoras afirmam que tais relações podem ser superadas “por uma organização do trabalho verdadeiramente democrática e pela educação voltada à formação e emancipação dos sujeitos, onde os anseios da base sejam parte constitutiva da formação da pauta de reivindicações e estratégias do Movimento”, as quais, inclusive, são passíveis de modificações, visto que organização coletiva carrega em si uma potência formativa e transformadora dos sujeitos envolvidos.

Na atualidade do Movimento, o GT Nacional de Trabalho e Renda tem formulado e proposto alguns debates e formações para aprofundamento sobre a temática do Trabalho, o que compreendemos como fundamental no processo, contando inclusive com a participação de uma das militantes de Caxias do Sul, sendo que tal proposta está em caráter inicial de organização, o que demanda reflexão acerca de como se coloca essa temática em diálogo com a base, com um real sentido político educativo, a fim de que se compreenda o trabalho, para além de um recurso de sobrevivência, na dimensão da cooperação e da autogestão.

Além disso, na proposta da Saboaria Popular Las Margaritas, que apresentaremos no capítulo 4, evidenciaremos o Trabalho como eixo condutor do processo e que vai ao encontro



de uma das proposições de Machado (2015), enfatizando como um dos desafios do Movimento pensar e organizar o trabalho ontocriativo na perspectiva marxiana, refletindo sobre ele, sendo importante também, no aspecto organizativo, o aprimoramento da articulação entre a organização e a luta, educação-formação, política pública e trabalho, além de um trabalho constante de formação-trabalho-humanização, ou seja, uma proposta que articule essas diferentes dimensões.

Opto por trazer algumas reflexões acerca dessa dimensão identificada que tem o trabalho como centralidade, acessando o referencial teórico da tese que, nesse ponto, dialoga com as referências teóricas do Movimento, com a finalidade de complementar noções acerca do trabalho como instrumento de leitura de realidade e como princípio educativo

Frigotto (2009, p.173) sinaliza a polissemia da categoria trabalho como desdobramento de uma construção social e, em nossa sociedade, com o sentido de dominação de classe, de modo que, a necessidade de compreendê-la não é apenas semântica, teórica e epistemológica, ainda que seja mediada por essas dimensões, mas de natureza histórico-social, ontológica e ético-política. Dessa forma, “captar os sentidos e significados do trabalho na experiência social e cultural das massas de trabalhadores é tarefa complexa e implica analisar como se produz a sociedade nos âmbitos da economia, da cultura, da política, da arte e da educação”.

O autor destaca a produção de textos que tratam do trabalho em sua dimensão ontocriativa, em oposição às formas históricas que ele assume, sob os modos de produção escravocrata ou servil e capitalista. Tais textos trazem como referência a literatura de Lukács (1978; 1979) acerca da ontologia do ser social em Marx.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se defronta com a matéria natural como uma força natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (Marx, 2017, p. 255).

O ser humano, regulado e programado por sua natureza, de acordo com Frigotto (2009) não projeta sua existência, não a modifica, adaptando-se e respondendo instintivamente ao meio, os seres criam e recriam, por meio da ação consciente do trabalho, a sua própria existência. Dessa forma, o trabalho é dialeticamente imprescindível à constituição do ser humano enquanto ser social. O trabalho como todo processo de formulação: produtivo intelectual ou criativo, material e imaterial, além de constituir o sujeito, não se reduz à atividade laborativa ou emprego. (KOSIK, 1995).

Cabe ressaltar, que apesar de o trabalho constituir-se como categoria imprescindível no processo de humanização dos seres, a existência humana não se restringe ao trabalho, por ser atravessada por múltiplas relações sociais, no entanto, sem a mediação do trabalho a reprodução social estaria comprometida e impossibilitada.

Com o desenvolvimento das relações sociais produtivas capitalistas é que o “trabalho” assume o sentido de emprego remunerado e “trabalhador” para designar a classe trabalhadora. O trabalho assume um caráter alienado e assalariado, a força de trabalho se transforma em mercadoria com uma finalidade específica: a criação de mercadorias visando a valorização do capital. Desse modo, a redução do trabalho de uma atividade vital do ser humano para produzir seus meios de vida a emprego relaciona-se tanto com o desenvolvimento da palavra trabalho, quanto das relações sociais dominantes. Portanto, o sentido do trabalho, expresso pela linguagem e pelo pensamento, só se torna efetivamente real no campo contraditório da práxis e em determinado tempo e contextos históricos. (FRIGOTTO, 2009).

Na obra “O Capital”, Marx (2017) aponta que a divisão social do trabalho<sup>84</sup> sempre existiu, apesar de configurar-se às condições materiais de cada grupo social em seu determinado momento histórico. No modo de produção capitalista e na sua expansão, esta divisão social do trabalho pautada na manufatura contribui fundamentalmente para uma distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Esta cisão, na perspectiva de Marx (2017), coloca a força intelectual como propriedade de outro sujeito que não seja o trabalhador produtivo, fortalecendo a noção de “mutilação” do trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, tendo no desenvolvimento da indústria moderna, a continuidade dessa noção, atravessada por outras dimensões históricas, que afirma a produção intelectual e a ciência como forças produtivas independentes de trabalho, moldadas à lógica do capital.

Manacorda (1991, p. 68-69), considera que essa cisão entre trabalho intelectual e manual, se estabelece como resultado da divisão social do trabalho no sistema capitalista, como a afirmação da condição de um “homem dividido”, unilateral. Essa concepção contrapõe-se ao

---

<sup>84</sup> Pereira, Dolci e Costa (2016) apontam que estudos antropológicos retratam que nas sociedades antigas a organização da divisão (“natural”) do trabalho social pautava-se em gênero, idade, caracterizando uma divisão fundada em base fisiológica. O processo de complexificação do modo de produção e das relações sociais, que se deu a partir do século XVIII, modificou a base de estruturação da “nova” divisão do trabalho, sendo que na literatura marxista, a “nova” divisão social do trabalho (forma clássica na manufatura) se destaca entre o século XVI e o último terço do século XVIII. Cabe aqui também, a referência aos estudos de Nogueira (2006), acerca da divisão social e sexual do trabalho que já se encontra presente nos séculos anteriores à Era Cristã, sendo que nas sociedades capitalistas essa divisão do trabalho se limita e se torna alienada.

conceito de omnilateralidade, relacionado à Educação, pautada na condição ontológica na formação do ser integral:

A divisão do trabalho, ou a propriedade privada, tornou-nos obtusos e unilaterais. A divisão cria a unilateralidade e, sob o signo da unilateralidade, justamente, se reúnem todas as determinações negativas, assim como sob o signo oposto da omnilateralidade (obviamente, muito menos frequente, dada que essa não é ainda coisa deste mundo) reúnem-se todas as perspectivas positivas da pessoa humana.

O pensamento-ação freiriano contribui nesta articulação alinhando-se às perspectivas que, ao tomarem o trabalho na sua dimensão ontológica, defendem a ruptura com a dualidade estrutural historicamente construída no sistema de ensino brasileiro (como reprodução da lógica do capital), que cinde a formação profissional, em um sentido mais técnico, da formação humanística, em um sentido mais geral (FREIRE, 2011). Defende-se, portanto, a superação da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual, educação e produção, teoria e prática, condições essenciais para a criação de uma nova sociedade.

O questionamento acerca da possibilidade da afirmação do trabalho como princípio educativo, no interior do capitalismo, ganha destaque, posto que não é todo tipo de trabalho que pode ser considerado como princípio educativo. O trabalho que aliena, deprecia, reduz o/a trabalhador/a e o/a explora, não dialoga com essa concepção. Na perspectiva de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), podemos pensar no trabalho como princípio educativo, de um modo que o sujeito não seja o mercado e, sim, o mercado seja uma dimensão da realidade social, ou seja, pensar o trabalho em outro contexto social, em que a/o trabalhador/a produza para si, sendo o produto do trabalho coletivo redistribuído igualmente. Ainda cabe acrescentar que essa temática não se restringe à escola, conforme nos fala Frigotto (2009):

Da leitura que faço do trabalho como princípio educativo em Marx, ele não está ligado diretamente a método pedagógico nem à escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de superação do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe que cindem o gênero humano. Não se trata de uma solidariedade psicologizante ou moralizante. Ao contrário, ela se fundamenta no fato de que todo ser humano, como ser da natureza, tem o imperativo de, pelo trabalho, buscar os meios de sua reprodução – primeiramente biológica, e na base desse imperativo da necessidade criar e dilatar o mundo efetivamente livre. Socializar ou educar-se de que o trabalho que produz valores de uso é tarefa de todos, é uma perspectiva constituinte da sociedade sem classes (p. 189).

Dessa forma, reafirmar o trabalho como princípio educativo, pressupõe o reconhecimento de que é no processo trabalho, considerando as perspectivas emancipatórias apresentadas, que o ser humano cria e recria a realidade social, educa-se, e sobretudo, humaniza-se.

Essa reafirmação compreende que a práxis se constrói, por dentro das relações hegemônicas capitalistas de produção<sup>85</sup>, no entanto, sendo a realidade contraditória, outras formas de vivenciar o trabalho e as relações, que não sejam a reprodução do capital, mas da vida, podem surgir ou se manifestar. Se por um lado a lógica do capital explora e precariza, contraditoriamente, impele as trabalhadoras e trabalhadores a recriarem novas e antigas formas de relações econômicas e sociais, que repensam e ora ressignificam os sentidos da práxis produtiva (TIRIBA; PICANÇO, 2004).

Antunes (2020) lança a questão: em que mundo do trabalho estamos inseridos na atualidade? Ao abordar o que nomeia como “devastação do trabalho na contrarrevolução preventiva<sup>86</sup>”, trazendo à tona as afinidades destrutivas dos governos Temer e Bolsonaro. Traz o novo vocabulário empresarial do mundo do trabalho, como um dos desdobramentos da “contrarrevolução burguesa de amplitude global” que ganha forças, a partir da crise do capital que eclodiu na década de 70, após a busca de alternativas para o modelo de produção fordista que buscou alternativas nas quais se mantinha a dominação do capital sobre o trabalho.

As respostas que a crise traz, a partir da década seguinte, como já mencionado, são representadas, no plano político, pelo neoliberalismo e, na esfera produtiva pela reestruturação produtiva de acumulação flexível: essa ampliação de novas (e velhas) formas de superexploração do trabalho, “desigualmente impostas e globalmente combinadas” fortalece a contrarrevolução burguesa cujo avanço fragiliza a solidariedade e a consciência de classe, esmorecendo a luta histórica por direitos trabalhistas, buscando, ao mesmo tempo, recompor a sua dominação nas diferentes esferas da vida da sociedade (ANTUNES, 2020, p. 288).

Nesse contexto, expande-se, desde então, o imaginário neoliberal e o novo vocabulário empresarial com terminologias como “empreendedorismo”, “capital humano”, “sociedade do conhecimento”, “colaboradores ou times”, “PJ”, impulsionados por “metas” e “competências”. E, na contracorrente desse ideário mistificador, nas palavras de Antunes (2020, p. 288), afloram as consequências reais do mundo do trabalho: “terceirização nos mais diversos setores, informalidade crescente, flexibilidade ampla (que arreventa as jornadas de trabalho, as férias, os salários); precarização, subemprego, desemprego estrutural, assédios, acidentes, mortes, e suicídios”.

---

<sup>85</sup> Marx (2017) ressalta que em todo modo de produção vigente persistem relações econômicas e sociais que o antecederam, assim como se gesta elementos das formas que irão sucedê-lo.

<sup>86</sup> O conceito de “contrarrevolução preventiva”, desenvolvido por Florestan Fernandes para analisar o processo da Revolução Burguesa no Brasil, compreende o regime instituído em 1964, através de um golpe de Estado e em nome de ‘ideais revolucionários’, como uma contrarrevolução (FERNANDES, 1987).

O novo precariado emerge nos trabalhos como *call centers*, entregadores de aplicativos, dentre outros. Trabalho escravo e a exploração dos imigrantes, também compõem esse quadro, de modo que os “sobrantes”, no escopo da Teoria da Dependência<sup>87</sup>, diante dos limites do sistema-capital em absorver a sua força de trabalho-mercadoria, ao contrário de serem compreendidos como marginais, cumprem um papel funcional às relações capitalistas de produção (TIRIBA; PICANÇO, 2004).

Nesse cenário, no qual as lutas sociais também ganham destaque, transita a elaboração de uma proposta de trabalho por parte do Movimento, em um momento histórico no qual o capital nunca foi tão devastador em relação ao trabalho, à natureza e ao meio ambiente. Nesse contexto, resgatando Betto (2000), seguimos resistindo ao confinamento que se interpõe, em um presente cíclico, sem perspectiva histórica e horizonte utópico.

O desafio que o mundo do trabalho nos coloca, sobretudo como Movimento Popular de esquerda, se dá, de acordo com Antunes (2020, p.315), na criação e invenção de novas formas de atuação autônomas, pautadas em novas racionalidades, que possam articular e conferir centralidade às *ações de classe contra o capital e sua lógica destrutiva* (grifos do autor).

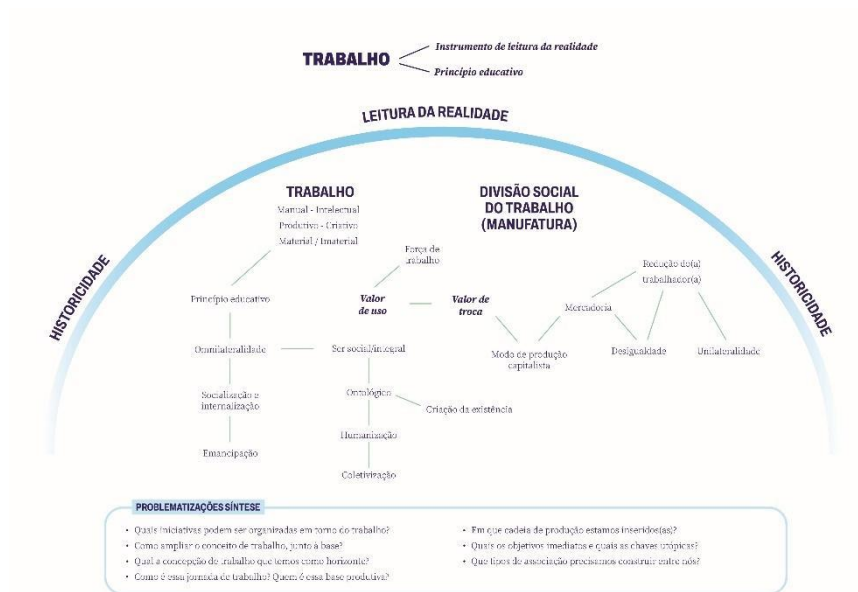
De acordo com Tiriba e Picanço (2004), é no processo da práxis, que pode ocorrer na escola, mas também fora dela, que se constrói indícios de uma pedagogia outra que supere aquela que tem como horizonte somente flexibilizar ou amenizar as relações entre capital e trabalho. Uma pedagogia que “se expressa como uma ação em oposição a perspectiva de um cooperativismo vazio de um sentido criador e inovador”.

A práxis que essa tese apresenta se desenvolve, com esse intuito. Na sequência, apresento uma representação visual acerca dessa dimensão abordada, juntamente com problematizações síntese que nos permitem refletir, dialogando com a experiência da construção da Saboaria Popular Las Margaritas.

---

<sup>87</sup> Ver nota 64.

**Figura 7 - Trabalho como instrumento de leitura da realidade e como princípio educativo**



Fonte: Elaborado pela autora e diagramado por Vinicius Agliardi (2022).

### 3 ENTRELAÇAMENTOS DO COTIDIANO DA TRAVESSIA – O PREPARO DE UM SOLO FÉRTIL E O CULTIVO EM MOVIMENTO

*O real não está na saída nem na chegada:  
ele se mostra pra gente é no meio da travessia.*

**Guimarães Rosa**

Este terceiro capítulo traz como objetivo, adensar as compreensões sobre os procedimentos metodológicos, além de abordar duas das categorias centrais que emergem, na práxis da travessia da pesquisadora pelo campo empírico: *o território periférico* e as *mediações pedagógicas* que se desdobram no encontro do Movimento Popular e da comunidade, que por sua vez, vincula-se ao mesmo.

Na sequência, apresento, de forma sistematizada as experiências vivenciadas ao longo do período entre abril de 2017 e maio de 2020. Com uma finalidade mais organizativa, dividi dois períodos para a análise das mediações pedagógicas: o primeiro, trabalhado nesse capítulo, que vai desde a reaproximação do Movimento com o Território até as ações de solidariedade no loteamento, que tiveram início em março de 2020, como uma linha de ação nacional, em virtude da pandemia. No capítulo 4, abordo especificamente a experiência da construção da Saboaria Popular Las Margaritas, a partir de maio de 2020.

No item 3.4 desenvolvo três sínteses dessa etapa vivenciada no período que nomeei como “trabalho de base”: a “linha do tempo: travessia pelo território abril/2017 – maio/2020”, na qual busco trazer as ações realizadas nos territórios e os desdobramentos registrados, recorrendo também à relatos das envolvidas e dos envolvidos nas ações do Movimento. Além disso, sintetizo o “Itinerário Formativo – Vila Ipê”, que constitui a proposta de formação do grupo articulador, inspirada pela escola Nacional Ana Dias e que foi compartilhada com as lideranças do grupo de base que se organiza no loteamento Vila Ipê, durante este período. Por fim, elaboro o “Mosaico das estratégias de ação junto ao grupo de base”, no qual destaco as atividades e proposições do período entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020, no qual havia uma frequência de reuniões quinzenal no espaço do Centro Comunitário do loteamento. No item seguinte, tendo como referência essas sínteses construídas, passo para a análise das mediações pedagógicas implicadas nestes contextos.

Dialogando com a referência literária de Guimarães Rosa, que escolho para introduzir o capítulo, a escolha pelo termo “travessia” representa uma composição dos entrelaçamentos

de uma série de elementos presentes no quefazer<sup>88</sup> da experiência militante que se integra à experiência de pesquisadora no campo empírico: filosóficos, literários, dotados de Mística e politicidade – da materialidade do caminho que se faz ao andar, e, da própria vida em si.

Optei por chamar essa vivência de “travessia pelo campo empírico”, justamente porque, nos exercícios de observação e construção de relações no campo, eu me sentia e ainda me sinto, atravessada por essa dimensão da travessia roseana, referência das minhas leituras de adolescência, na busca desse real e dessa concretude que não se mostra para quem a investiga na saída ou na chegada dos processos, e sim, nos seus percursos. Identificar pontos de chegada e de partida da experiência, são referências organizativas essenciais. Mas, é na travessia, que se evidenciam as fragilidades e as potências do processo. Nela que se realiza o cultivo no solo fértil, de onde outras ações se desdobrarão e outras irão se esvaziar: este solo é o chão da experiência, que tem como cenário o território periférico.

Nesse cultivo, cujos florescimentos serão narrados adiante, integram-se para além da materialidade observada, sentimentos, sensações e percepções (mais concretas ou mais difusas), de quem assume uma postura investigativa imersa nos modos de viver do povo.

Nessa digressão, que evoca a dimensão *sentipensante*<sup>89</sup>, sinalizo uma observação presente em meu diário de campo, nos momentos das “digestões lentas” acerca da experiência: nos acessos e encharcamentos pela via da dimensão identitária, que também permeia o exercício da pesquisa, posso dizer que, como alguém que nasceu e cresceu em uma região periférica, compreendo o espaço da periferia, como uma sujeita periférica<sup>90</sup>, como algo que é “dentro da

---

<sup>88</sup> Quefazer, de acordo com Zitkoski e Streck (2018, p. 390) é um conceito do universo vocabular freiriano que representa uma variação de outros mais conhecidos como ação-reflexão e práxis. Nesse caso, o “que” indicaria “a busca de uma direção e conteúdo para a ação e o “fazer” diz de forma direta que se trata de um agir no sentido de produzir algo”.

<sup>89</sup> Termo criado pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, e apresentado por Neto (2018) apostando na possibilidade de um outro perfil de educador, investigador, militante e de intelectual em contraposição à atitude fria e supostamente neutra do cientista positivista, tradicional e eurocêntrico. O sujeito sentipensante seria aquele que concilia racionalidade e emoções, ou, ainda, cabeça e coração, no enfrentamento dos obstáculos da vida, buscando trilhá-la pelo “caminho bom”.

<sup>90</sup> D’Andrea (2013;2020) em sua tese, com referência no historiador inglês Thompson (1987), apoia-se no conceito de “experiência de classe”, como uma memória que perpassa gerações. A periferia e os entendimentos desse conceito, como o lócus da classe trabalhadora, se constituem dotados de historicidade, assim como o conceito de ‘classe’ não é estático. Com isso, seguindo a linha histórica das lutas populares dos anos 70 e 80, o autor situa que os protagonistas desse período ficaram conhecidos como sujeitos populares. No decorrer dos anos 90, há um conjunto de mudanças na sociedade brasileira que incide diretamente nas periferias, desde as formas de produção capitalista, incluindo o aumento do desemprego e a crise nas formas clássicas de participação, evidenciadas na década anterior, até a desarticulação das comunidades eclesiais de base e o enfraquecimento dos movimentos populares nos territórios. Esses novos contextos produzem novas formas de organização política com forte referência nas ações culturais, pautadas em novas subjetividades e engendradas por protagonistas aqui chamados de sujeitos e sujeitas periféricos, os quais agem politicamente a partir do orgulho dessa condição, e da consciência desse pertencimento.



gente”: “periférico é periférico em qualquer lugar” – escrevi isso em meu diário inspirada por uma tese que havia lido no período.

Saindo de São Paulo, mudando de cidade, e dando continuidade à minha formação acadêmica, como pesquisadora, também escolhi o território periférico para dedicar o meu olhar e minha ação política, para além da militância. Andando pelas ruas da área norte de Caxias do Sul, distante da cidade onde nasci, cresci e iniciei a minha vivência profissional, registro em meu diário de campo que me é muito nítida essa sensação de que a periferia é “dentro da gente” (usando novamente a referência de Guimarães Rosa quando este se refere ao sertão, lócus central de sua obra) e que me senti realmente integrada ao espaço da cidade, quando, de fato, entrei em contato com o território periférico.

Nas conversas estabelecidas, com os jovens e adultos que transitam pelo espaço (em geral muito receptivos, em diferentes momentos), no reconhecimento do espaço do loteamento que venho exercitando desde a pesquisa de mestrado, eu tenho a sensação de estar em um lugar já conhecido. Mesmo transitando por uma cidade na qual vivo há cerca de seis anos, e que as falas do senso comum evidenciam como um lugar predominado por uma “cultura fechada” ou “conservadora”, ou ainda, fortemente influenciada pela imigração italiana, posso dizer que não é essa Caxias do Sul que contato ao andar pelas ruas da área norte.

Também registro que reconheço a periferia como um “sem lugar”, ao andar pelas ruas e constatar “abandonos” traduzidos em imagens como o volume de lixo descartado nas ruas inadequadamente, as habitações vulneráveis, as movimentações das organizações do poder paralelo, ou ainda pela escassez de equipamentos públicos que atendam a juventude. Alargando essa vivência, nos deparamos também com a realidade da fome, que o cenário pandêmico acentuou e sobre a qual buscamos agir, articulando experiências de cooperação que possam amenizar esse quadro, em recortes de realidades.

Nesses momentos mobilizados pela crítica (desdobramentos de uma consciência cidadã ou de uma trabalhadora da área social) de buscas pelos acessos aos direitos garantidos ou às políticas de inclusão da população pobre, por entre as malhas da cidade, me deparo com a periferia, como um “sem lugar”: constituída e amparada nas ausências. No entanto, para além dos reconhecimentos estereotipados do território periférico, como um lugar violento, carente e disputado por forças como o crime organizado, as igrejas neopentecostais e os movimentos populares, é importante aprofundar o olhar para as potências que nele emergem.

Essa construção nas ausências, como já referido no texto, também pode se constituir como um vir a ser de potências, sobre as quais essa tese aborda. Nesses entrelaçamentos de

lembranças, percepções e sensações, traduzidos na escrita pelos registros no diário de campo, também se evidencia, nesta travessia a dimensão do quefazer freiriano.

Nas caminhadas pelo loteamento com as companheiras e companheiros de militância, em diferentes ações de integração ao território, em diálogos com o grupo articulador do município, a sensação que reconheço, nos momentos da escrita é a de que o coletivo, incluindo a minha pessoa, vive um tempo de quefazer, um tempo freiriano, de quem não espera na espera vã. É um tempo de quem, de forma propositiva e coletiva, semeia e cultiva.

O cotidiano aqui também é considerado como o pano de fundo das experiências. De acordo com Santos (2017b), diante das crescentes influências da comunicação e da informação em todos os aspectos da vida social, o cotidiano dos sujeitos se enriquece de novas dimensões, de modo que a sua dimensão espacial ganha relevo ao passo que ele pode ser compreendido como uma quinta dimensão do espaço geográfico<sup>91</sup>, material e imaterial. Na materialidade do cotidiano, como componente imprescindível do espaço geográfico, podemos encontrar indícios que expliquem a relação entre espaço e Movimentos Sociais: “uma condição para a ação, uma estrutura de controle, um convite à ação, um limite à ação” (SANTOS, 2017b, p.321).

A dimensão do cotidiano aqui abordada, se inspira na referência miltoniana, como uma dimensão da existência que se manifesta, aproximando-se da noção do vivido, “da experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro” (SANTOS, 2017b, p.114).

Nessa perspectiva da existência, do vivido no espaço, de exercer um papel revelador do mundo, o cotidiano alimenta e é alimentado pelas contradições, ao passo que no território são acolhidos os vetores de uma tendência da globalização que impõe uma nova ordem (como uma racionalidade única e hegemônica), que tende a uma homogeneização dos sujeitos e dos modos de viver e, contrastando com isso, a produção de uma contraordem, visto que a desigualdade cresce, representada pelo aumento da população pobre, marginalizada e excluída:

O funcionamento dos espaços hegemônicos supõe uma demanda desesperada de regras; quando as circunstâncias mudam e, por isso, as normas reguladoras têm de mudar, nem por isso, sua demanda deixa de ser desesperada. Tal regulação obedece à consideração de interesses privatísticos. Já o cotidiano supõe uma demanda desesperada de Política, resultado da consideração conjunta de múltiplos interesses (SANTOS, 2017a, p. 127).

O mundo do cotidiano, ainda que também se configure como o espaço da escassez, na necessidade e da sobrevivência, é também o espaço que limita a racionalidade hegemônica e

---

<sup>91</sup> Aqui consideramos o método miltoniano que parte do espaço, como dimensão mais abstrata, apresentando as outras dimensões: paisagem, lugar, território e cotidiano, como a quinta dimensão.

cria outras – perfazendo-se como um espaço de inventividades, espontaneidades, que contrariam as normas. O cotidiano engloba ainda uma busca por ação política, que resulte numa convergência de múltiplos interesses.

Na vida cotidiana é possível constatar uma diversidade de temporalidades que se instalam em cada lugar, permitindo vivências compartilhadas e solidárias. A solidariedade, a compaixão, a o sentimento de pertencer ao mesmo lugar pode se dar também pela escassez que se materializa no cotidiano. A globalização evidencia que no mundo real há uma busca por uma homogeneização e uma normatização que se perfazem como tendências ao nosso empobrecimento simbólico, mas, essa norma, esbarra no universo do cotidiano, no mundo da diversidade criadora, que pode ser vislumbrado em diferentes aspectos do território periférico.

O cotidiano como cenário da dimensão da existência e do vivido no loteamento, perfaz-se também como um palco de ações políticas demandadas pela busca de novas racionalidades que em meio a sua “heterogeneidade criadora” emergem e são articuladas pelas populações de áreas secundarizadas, como as periferias, na luta pela sobrevivência. Na perspectiva de Santos (1996), a condição de construir coletivamente e habitar o mesmo espaço causa transformações na espacialidade e, conseqüentemente, na corporeidade e na individualidade – as três dimensões do cotidiano, que congrega diferentes temporalidades, tendo o passado como herança e o futuro como possibilidade.

A tese propõe uma ação no tempo presente, não deixando de considerar passado e futuro em um constante embate, no qual que as vivências cotidianas, imersas em contradições, desenham uma “ação política de novo tipo que nada tem a ver com a política institucional”, e sim, uma política, de acordo com Santos (2017a, p. 133) “dos de baixo”, desde as classes populares. Nesse caminho, olhar para as ações do cotidiano, já emerge como um aceno de rupturas em relação à hegemonia.

### 3.1 A TRAVESSIA DA PESQUISADORA MILITANTE IMPLICADA NO CAMPO EMPÍRICO

No escopo das metodologias participativas, e, portanto, da relação sujeito-sujeito<sup>92</sup>, como pressuposto da pesquisa-ação e da sistematização de experiências, partindo da construção

---

<sup>92</sup> Orlando Fals Borda considera a relação sujeito-sujeito implicada no processo da construção do conhecimento a partir da soma do saber popular trabalhado de forma empírica, com o saber científico, a partir da compreensão conceitual, numa relação respeitosa de trocas. Sendo assim, a construção do conhecimento científico exige

coletiva como ferramenta de luta nos processos de emancipação e transformação social, estabeleci procedimentos e instrumentos para a construção dos dados que pudessem atender ao que cada objetivo específico demanda.

Diante disso, optei pela construção do quadro abaixo que anuncia os cenários metodológicos da pesquisa, trazendo os objetivos específicos, os procedimentos que buscam respondê-los, os instrumentos criados para tal e os sujeitos envolvidos.

**Quadro 4 - Cenários Metodológicos**

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Instrumentos</b>	<b>Sujeitos</b>
Analisar a cartilha nacional do MTD, sistematizada pelo Movimento, juntamente a textos de apoio criados coletivamente com pares do mesmo campo político, visando a identificar as dimensões da ação política do Movimento.	Análise de conteúdo (BARDIN, 2011)  Entrevista semiestruturada com dirigente nacional do MTD  Entrevista semiestruturada com integrante do grupo articulador municipal	Cartilha do MTD  Documento da Estratégia do MTD  Demais textos de apoio utilizados na análise  Roteiros de entrevista	Entrevistada 1 Entrevistada 2
Analisar as mediações pedagógicas do trabalho de base no território realizado entre 2017 e 2020 (momento em que irrompe a pandemia da Covid-19);	Registro em diário de campo  Acompanhamento das ações coletivas concretas propostas pelo Movimento na região  Reuniões de planejamento/avaliação no grupo articulador municipal (02/18 a 07/20)  Acompanhamento do processo de elaboração e na efetivação da formação realizada em 4 encontros junto ao grupo de base do	Diário de campo  Linha do tempo: travessia pelo território abril/2017 – maio/2020  Itinerário Formativo – Vila Ipê  Mosaico das estratégias de ação junto ao grupo de base	20 sujeitos, dentre os quais 7 iniciaram a construção da Saboaria Popular Las Margaritas Nesse conjunto de 20, somam-se 4 moradores e 4 moradoras do loteamento Vila Ipê, 5 militantes do grupo articulador, 3 antigas militantes do Movimento que acompanhavam as atividades, moradoras da região do centenário (próxima ao loteamento) e 4 militantes de outros bairros, nos quais o MTD estava em etapa inicial de retomada das atividades

uma postura reflexiva, flexível e aberta do investigador ou investigadora, em uma ação militante, ou seja, com inserção social (FALS BORDA, 2015).

	<p>território Vila ipê (07/19 a 11/19)</p> <p>Acompanhamento das reuniões de planejamento de estratégia de ação do grupo de base do território Vila ipê (reuniões quinzenais de 08/19 a 02/20)</p> <p>Registro sistemático de depoimentos nas atividades acompanhadas</p>		
<p>Analisar as mediações pedagógicas a partir da assunção pelo coletivo responsável pela ação no território do trabalho associado como eixo condutor do processo</p>	<p>Registro diário de campo</p> <p>Observação participante no cotidiano da Saboaria Popular Las Margaritas</p> <p>Sistematização da experiência da Saboaria Popular Las Margaritas (05/20 a 03/2021)</p> <p>Entrevistas individuais semiestruturadas com as mulheres cooperadas da Saboaria, moradoras do território (Termo de Consentimento Livre Esclarecido, no Apêndice E)</p>	<p>Diário de campo</p> <p>Fotos e demais registros do processo de construção da Saboaria (prints do grupo do WhatsApp, depoimentos das mulheres, durante as atividades do cotidiano e a sistematização)</p> <p>Roteiro de entrevista</p>	<p>14 mulheres, sendo que sete delas, estavam envolvidas nas ações do MTD anteriormente e as outras integram o processo;</p> <p>Quatro, integram-se a partir das relações com a Cáritas Diocesana de Caxias do Sul;</p> <p>Duas são moradoras do território que se aproximam, a partir da Saboaria;</p> <p>E, por fim, há uma jovem que assume os atendimentos nas redes sociais, sem inserção orgânica no coletivo.</p>
<p>Rastrear contradições e conflitos que emergem no decorrer da práxis que permeia o processo</p>	<p>Análise das sínteses dos instrumentos - ao longo do processo</p>	<p>Todos</p>	<p>Todos os sujeitos do processo</p>
<p>Averiguar as rupturas acumuladas coletivamente e de que forma elas podem se constituir como potenciais fomentadoras de processos de emancipação social desde o território periférico</p>	<p>Análise das sínteses dos instrumentos - ao longo do processo</p>	<p>Todos</p>	<p>Todos os sujeitos do processo</p>

Contribuir ativamente para a sistematização da práxis, construída coletivamente, no cotidiano do trabalho associado, que se perfaz em um processo que nomeamos “Flor(ação) pedagógica”.	Análise das sínteses dos instrumentos – ao longo do processo	Processo de Flor(ação) pedagógica – síntese da experiência	Todos os sujeitos do processo
---	--	--	-------------------------------

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Os procedimentos apontados para o alcance dos objetivos propostos foram se delineando de acordo com os meus deslocamentos no campo empírico e a partir das interações construídas com os grupos contatados. Uma das principais perguntas feitas pelo grupo articulador MTD nesse processo de retomada do trabalho de base no território da área norte era: como atrair e manter pessoas, consolidando um coletivo atuante? Como estabelecer uma práxis educativa, um quefazer com as pessoas do bairro que contribua para o processo de conscientização e formação política em uma perspectiva emancipadora? Como articular um grupo coeso e identificado com o Movimento que mobilize ações no território a partir de uma leitura de mundo que contemple a concretude das necessidades da vida das pessoas?

Penso que se torna importante enumerar esses questionamentos construídos a partir das interações entre o grupo articulador para justificar a proposta dos procedimentos apresentados, nesse processo de se evidenciar as mediações pedagógicas que emergem dos encontros que se dão no seio do Movimento Popular, sobre o chão da periferia. Discorrerei alguns apontamentos, acerca destes, na sequência.

No percurso dos estudos exploratórios, o levantamento bibliográfico se mostrou relevante, no sentido sublinhado por Trivños (1987) de contribuir para ampliar a experiência da pesquisadora acerca da tônica da pesquisa e da problemática que se desenhava.

Esse levantamento, pela característica da pesquisa, se desenvolvia concomitantemente com a práxis no campo e, como sujeito implicado na experiência, considerei como descritores conceitos que na fase inicial do estudo ganhavam visibilidade e compunham os questionamentos do grupo com o qual eu dialogava: “território”; “periferia”; “ação coletiva”; “movimentos sociais” e “educação popular”. Também utilizei em algumas combinações os termos “lutas sociais” e “grupos populares”. Os estudos que compuseram o projeto de tese, naquele momento, traziam elementos que potencializavam o debate acerca dos processos

educativos e ações coletivas que ocorrem nos territórios periféricos, os quais busquei adensar no recorte dessa tese.

O trabalho de campo e a construção dos dados deu-se ao longo da experiência<sup>93</sup>, de modo que fui priorizando, de um vasto material de registros, momentos-síntese representativos da ação do Movimento no território. O diário de campo, com a finalidade de registrar percepções, sensações, notas ou esquemas de pensamento foi um instrumento utilizado desde o processo do mestrado e que mantive em meus trânsitos pelo campo como um recurso organizativo de pensamentos e reflexões, além da descrição objetiva dos procedimentos e interações nos espaços compartilhados e “animados” pelo MTD no contexto desse estudo: reuniões, formações, cotidiano de produção da saboaria, eventos, ações de solidariedade, dentre outros.

O uso de meu diário de campo como instrumento de pesquisa, na perspectiva de Stecanela (2010), cultiva a descrição como postura metodológica com a finalidade de poder recorrer a esses registros durante a sistematização dos dados e resultados.

As reverberações do campo, desde as características físicas dos territórios às percepções mais difusas acerca das relações construídas e estabelecidas, como as expressões captadas das pessoas (ânimo, curiosidades, posturas propositivas e cansaços, apenas para citar alguns exemplos) também são registradas como forma de construir percepções e reafirmar as articulações entre teoria e prática.

Além de cumprir essa função de traduzir pela via linear da escrita estas percepções mais difusas, assim como registrar a materialidade com uma função de preservação da memória, como escreve Stecanela (2010), o diário é um recurso que privilegia o que a autora nomeia como o diálogo nas três dimensões que compõem o processo de pesquisa, encadeando os interlocutores teóricos acessados, os que emergem da empiria (interlocutores empíricos) e os meus conhecimentos tácitos, mantendo como horizonte o diálogo constante com o problema

---

<sup>93</sup> Ao término da pesquisa, penso que uma forma válida de caracterizar as suas diferentes fases é a que se segue: 1) De setembro/2015 a setembro/2017, na qual me aproximei do território em questão, desenvolvendo um trabalho junto à escola municipal situada no loteamento que se pautou na concepção de território educativo (PEDRO, 2017); 2) A partir da minha vinculação ao MTD, em um processo de rearticulação de trabalho de base, no mesmo território (de outubro/2017 a abril/2020); 3) A terceira, de maio/2020 a maio/2021, abrange o processo de construção da Saboaria Popular Las Margaritas no território, como um desdobramento da ação militante e coletiva e, por fim, vem se desenhando uma quarta etapa que diz respeito aos desdobramentos das articulações no território periférico, identificadas como força estruturante do processo, construídas a partir da Saboaria. Essa perspectiva de organização foi mencionada e desenvolvida na apresentação da 40ª Anped Nacional, no resumo ‘Mediações Pedagógicas no Território de Empoderamento Popular: um coletivo de mulheres em floração’ (PEDRO, SILVA; STECANELA, 2021).

de pesquisa forjado e que se relacionam, no nível da sensopercepção, com o meu repertório de vivências e experiências.

Como uma “boa artesã intelectual”, inspirada pela concepção de Mills (2009), a partir do preenchimento manual do diário vou exercitando as minhas formas de ver o mundo, para além da forma pela qual vivo neste. Sobre esse processo, o autor reflete:

Organizar um arquivo, manter um diário. No arquivo une-se experiência pessoal e reflexão profissional. Ao continuamente visitar e rearranjar o arquivo, o artesão intelectual estimula a imaginação sociológica. Esta consiste, em grande parte, na “capacidade de passar de uma perspectiva para outra e, neste processo, consolidar uma visão adequada de sociedade total e de seus componentes” (MILLS, 2009, p. 14).

O processo de traduzir, no diário, as ressonâncias dos “olhares que passeiam e registram” no campo, foi fundamental na construção da pesquisa, traçando inclusive os encontros entre a pesquisadora e a militante orgânica. Objetivamente, ao longo dos 4 anos preenchi 6 cadernos, com, em média, 100 páginas cada, que adotei como meus diários de campo. Neles, além das descrições obtidas a partir do processo investigativo, há desenhos, trechos de leituras, músicas, emaranhados de sensações que as experiências despertavam. Ressalto que o potencial interpretativo que emerge das descrições e sistematizações que busquei organizar ao longo da experiência, está calcado em um dado contexto social, em uma dada historicidade, em conexão com um conjunto de intencionalidades que constituem a pesquisa, a militância, e, as pessoas: sujeitos que compõem esses significados.

Olhando para as estruturas históricas (em movimento) e captando os fluxos dos sujeitos implicados – relações de poder, cultura, sentimentos - por dentro da cotidianidade, fui buscando, com intento artesanal, nessa trama, evidenciar acontecimentos que ensinavam e que traziam indícios de respostas à problemática colocada nesse percurso de estudo.

Nesse sentido, compreendo que a observação participante, ou seja, a possibilidade de poder participar, de fato, da realidade estudada, implicada no campo, favorece uma compreensão dos seres humanos e de suas relações sociais, da maneira mais genuína possível.

A observação participante, como pesquisadora militante, esteve implicada nos diferentes processos de ação no campo empírico: no acompanhamento e elaboração da formação do grupo de base, referenciada pela escola Nacional Ana Dias, compartilhada entre grupo articulador municipal e grupo de base, reuniões de planejamento/avaliação com o grupo articulador, reuniões de planejamento do grupo de base, além da inserção no cotidiano da Saboaria Popular Las Margaritas e outras ações concretas propostas pelo Movimento na região, como eventos, ações de solidariedade, protestos, aulas públicas, dentre outras.



Nesse sentido, Thiollent (2003) destaca que a participação, no caso, dos pesquisadores revela a identificação com os valores e comportamentos que favorecem a sua aceitação no grupo. No meu caso, em específico, a assunção das tarefas da militância de forma orgânica, propositiva e me dispondo a refletir, de preferência, coletivamente sobre elas, já pressupunha tal identificação com os valores.

Na relação com a observação participante e dos registros no diário de campo, com uma perspectiva em que me proponho a sintetizar as vozes e mãos coletivas que integram o processo da construção de conhecimento, cabe ressaltar o pensamento de Fals Borda acerca da reflexão sobre a relação 'eu-nós' no que diz respeito à construção de uma ciência própria, não somente insurgente, mas também humilde e compromissada com as demandas da vida do povo (MOTA NETO, 2016), na qual a escuta atenta é fundamental.

Desta forma, torna-se presente a concepção de que a produção de conhecimento é um processo coletivo, enredado e alimentado mutuamente no diálogo entre diferentes formas de compreender e observar, sendo esta dinâmica vivenciada ao longo do trabalho de campo. Nesse processo, o fazer e o refazer do problema de pesquisa, se dava na práxis reflexiva que intrincava as problemáticas da ação militante no campo com os conhecimentos acadêmicos acessados.

Compreendo que, na tese, o sentido fundamental da pesquisa-ação participante no conjunto de procedimentos sugeridos foi, em um determinado momento, o acompanhamento e participação da pesquisadora no processo coletivo da elaboração da proposta da formação de lideranças militantes do MTD para a constituição de um grupo de base no loteamento Vila Ipê, assim como na elaboração de estratégias de ação deste grupo de base para pensar a realidade do bairro e as necessidades demandadas pela mesma.

O objetivo do processo de formação, que será apresentado no item 3.4.1.3 foi aprofundar a relação dos moradores da comunidade com o Movimento e com o autorreconhecimento como militantes do MTD, na perspectiva da educação popular vinculada ao trabalho de base.

Desse modo, a concepção de uma educação ancorada em uma concepção de realidade que respeite as diversidades, culturas, gênero e as relações de poder implicadas no processo de construção de conhecimento faz-se urgente. Uma educação como Fals Borda (2007) descreve, integrando ao mesmo tempo subversão e amorosidade. Subversiva posto que objetiva uma mudança estrutural na cultura dominante, regida pelo horizonte da utopia, e, amorosa porque não se mina estruturas genocidas, patriarcais e escravocratas somente guiando-se por sentimentos utilitaristas e funcionamentos autoritários.

O acompanhamento do processo de inserção política dos militantes organizados como um grupo de base, por si só, indica pontos de análise das reverberações dos processos educativos mobilizados no território. O reconhecer-se parte do movimento traz em si a potencialidade do acúmulo de força social. O protagonismo das mulheres do grupo de base nas ações de solidariedade tecidas a partir do cenário da pandemia, assim como na construção da Saboaria também traz indícios do acúmulo dessa força social, vinculada tanto à identificação com o coletivo, como à necessidade concreta de luta pela sobrevivência.

O cotidiano do processo de construção da saboaria, em si, é permeado de mediações pedagógicas, mas aqui cabe destacar as rodas de conversa sistemáticas, realizadas de novembro/2020 a março/2021, junto ao grupo de mulheres da Saboaria que tiveram o objetivo de reconstruir a história das ações propostas pelo grupo de base do movimento, organização e classificação das informações (para localizar os diferentes elementos implicados no processo), a formulação de conclusões a partir do exercício analítico e reflexivo, assim como a comunicação da aprendizagem, na perspectiva de Jara H. (2006). O objetivo desse exercício de sistematização, inclusive, é poder contribuir com o Movimento em outras experiências produtivas, vivenciadas em outros territórios, mostrando o passo-a-passo do nosso processo.

A proposta da sistematização de experiências ganha relevo nesse contexto, visando superar o nível descritivo a partir da criação de um instrumental metodológico específico, de modo que além da interpretação das vivências educativas, os grupos envolvidos possam torná-las, na perspectiva de Jara H. (2006), comunicáveis.

Dessa forma, pretendeu-se, junto ao grupo de mulheres da Saboaria, também seguindo os pressupostos de Jara H. (2006), em uma perspectiva endógena, criar formas de confrontar as aprendizagens mútuas e objetivar o vivido, comunicando a nossa prática entre nós e relacionando as diferentes percepções com vistas a construir uma aprendizagem coletiva, como o autor expõe:

Seguindo esse processo não continuaremos a ver nossa prática com os mesmos olhos. Ao contrário, dialeticamente reafirmaremos posições que tínhamos antes, graças aos novos elementos que incorporamos, ou eles farão com que modifiquemos no todo ou em parte nossas apreciações iniciais. Isso fará com que tenhamos critérios orientadores válidos que permitam transformar e melhorar nossas próprias práticas e inseri-las dentro de um processo coletivo que as transcendam e por isso lhe dê sentido histórico (JARA H., 2006, p. 34).

A entrevistas semiestruturadas realizadas, cumprem a função de estender o olhar à totalidade da experiência. De acordo com Triviños (1987, p.52) a entrevista “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas a sua explicação e a compreensão de sua totalidade”, além de favorecer a atenção consciente e a presença da pesquisadora nos processos de

construção de dados. Os questionamentos expostos nas entrevistas fertilizam novas hipóteses que se reconstróem a partir das respostas dos entrevistados, sendo os focos de análise colocados pelo(a) entrevistador(a), que podem se reconfigurar.

Soa como obviedade dizer que o conjunto de experiências acumuladas na América Latina a partir dos anos 60, em uma perspectiva de transformação social não obteve êxito quando pensamos no conjunto da sociedade. Ainda assim, Gajardo (1986) propõe que cabe o questionamento acerca dos resultados das experiências emancipadoras, no âmbito das modificações de valores, percepções e comportamentos dos grupos que delas participaram.

Seguindo este questionamento, a autora aponta que no decorrer dos anos 70 puderam ser conhecidas experiências que geraram importantes desdobramentos relacionados à utilização das informações pelos movimentos populares, destacando-se que o tipo de prática estimulado pelos métodos que primam pela transformação e emancipação social possibilitam o aparecimento de uma identidade coletiva e a internalização de habilidades e aptidões.

Neste contexto cabe o destaque, de acordo com Gajardo (1986, p. 84), aos trabalhos de recuperação da memória histórica além dos modos como as classes populares compreendem, concebem e leem a própria realidade: “pesquisar e debater em torno de questões sociais e políticas, buscar soluções coletivas ou problemas comuns torna-se lugar de encontro e âmbito de expressão”, perfazendo-se como um espaço educacional.

A pesquisa participante, que também pressupõe a ação dos grupos envolvidos na sua dinâmica de acordo com Brandão (2006, p. 46), possui uma “vocação educativa, e, como tal, politicamente formadora”, participando de processos mais amplos e contínuos da construção de um saber popular, de modo que, “no limite poderia ser um meio a mais na criação de uma ciência popular”, partilhando com a educação popular de um percurso que é histórico e complexo acerca do empoderamento dos Movimentos Populares e de seus integrantes.

Dessa forma, a tarefa de acompanhar esse processo de aglutinação de pessoas a um Movimento Popular, que conta com diferentes formas de relações (vínculos afetivos, identitários, educacionais e políticos) e busca forjar territorialmente o fortalecimento dos laços comunitários e da consciência crítica dos envolvidos, dialogando de uma maneira muito próxima dos princípios da pesquisa ação participante.

Neste cenário, a proposta metodológica da Sistematização de Experiências figura como uma potência significativa para buscar indícios de que o Movimento proponha, em sua práxis, a partir de pautas concretas, o pensamento-ação acerca de reinvenções: da educação popular e também, do poder, em nosso tempo histórico.

## 3.2 ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A TRAVESSIA E QUE POR ELA SÃO CONSTITUÍDOS

O objetivo deste item é introduzir de uma forma mais completa, um elemento central do estudo: o conceito de *periferia*, como o chão da experiência e trazendo para esta compreensão a concepção miltoniana acerca de *território*. Tal construção se pretende ser tecida a partir dos impactos da crise urbana na formação dos territórios periféricos e seus sujeitos. A denúncia da crise coaduna-se com o anúncio da organização popular.

### 3.2.1 Crise urbana e os impactos na constituição do território periférico – as relações com a organização popular

Abordando a concepção de periferia, como o lugar central da nossa práxis, optamos também por retratar esse fenômeno social partindo da compreensão histórica da crise urbana (MARICATO, 2015a), desde o processo do início do crescimento das cidades, até os tempos atuais. Nesse diálogo consideramos os elementos da realidade local, ou seja, do município de Caxias do Sul, e, a forma como as periferias nessa localidade foram se conformando, mais especificamente o loteamento Vila Ipê, descrito no item 2.2.1, assim como as relações desse modelo de produção do espaço urbano, sem a criação das políticas habitacionais necessárias, com a organização popular, nestes espaços.

Ao nos depararmos com a realidade urbana de um país como o Brasil, situado na periferia do capitalismo, a característica da desigualdade que compõe a paisagem das cidades, sobretudo as maiores, se sobressai. No contexto histórico da formação das cidades, de acordo com Ribeiro (2014), os processos capitalistas de acumulação e expropriação foram se dando, muitas vezes de forma violenta e a tônica da desigualdade se acentuando, ao passo que, em meados do século XX, com a intensificação da urbanização, o abismo social entre ricos e pobres continuou se aprofundando e a desigualdade socioespacial continuará se impondo ao longo dos anos, em uma sociedade, onde nem mesmo os direitos burgueses foram universalizados<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> Aqui temos as referências discutidas por Maricato (2015a, p. 26) acerca de como a urbanização brasileira se deu como um processo “que se moderniza alimentando-se de formas atrasadas”, citando o exemplo da construção das moradias e de parte da cidade, pelos próprios moradores (trabalhadores de baixa renda), uma construção que se dá aos poucos, em seus horários de folga, ignorando as legislações urbanísticas, em áreas ocupadas informalmente. Esse processo de autoconstrução das casas contribuiu para o processo de acumulação capitalista durante o período de industrialização no Brasil, sobretudo entre os anos 40 e 80, de modo que a industrialização com baixos salários correspondeu à urbanização com baixos salários.

Além disso, a periferia, que transcende a dimensão socioespacial, configurada pelos bairros periféricos, em lugares socialmente segregados, na cidade, pode também ser compreendida no seu sentido alargado, como periferia em relação ao capital, negando, portanto, a visão clássica de que somente os mais ricos estão no centro e os mais pobres estão apenas na periferia. Sobretudo nas grandes metrópoles é altamente observável a coexistência periférica em regiões centrais, de modo que o debate em torno dos centros de poder permanece, podendo este poder ser de caráter político, econômico-financeiro ou mesmo sociocultural.

A concentração de poder de determinado território confere a este um significado político, enquanto lugar, cidade ou capital, viabilizando, de acordo com Limonad; Costa (2015), sua hegemonia sobre outros lugares, a qual se materializa no exercício do poder sobre outros territórios, sob sua dominação, subordinados à lógica hegemônica, às diferentes formas de apropriação social preexistentes.

Harvey (1982), demarca a perspectiva da luta de classes, desenvolvendo a ideia de que há um conflito básico advindo de uma profunda oposição entre o valor de troca da cidade mercadoria e valor de uso da cidade que é necessária para a qualidade de vida da classe trabalhadora (com direito à moradia e serviço público de qualidade, tendo como referência o seu tempo histórico).

Também compreendendo o urbano como uma reprodução em nível espacial das contradições entre capital e trabalho, Kowarick (1985, p.85) observa que na dinâmica de produção dos espaços urbanos há contradições que se manifestam ao passo que, sendo geradas determinadas melhorias nas cidades, criam-se, ao mesmo tempo, milhares de desalojados e desapropriados, os quais cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária.

Essa dinâmica urbana tende a fixar as camadas pobres da população em regiões desprovidas, ou com acesso precário a serviços públicos, reforçando o quadro de espoliação, como privação de direitos e exploração ao qual a população pobre é historicamente submetida, no país. Na obra “A espoliação urbana”, Kowarick (1979), observando a cidade como forma específica de produção do capital, demonstra que nas cidades brasileiras e as demais latino-americanas há um padrão semelhante de expansão territorial, com as periferias sem infraestrutura, assim como um padrão de desenvolvimento social demarcado por significativa desigualdade.

A lógica defendida pelo autor é a de que a pobreza segregada dos setores sociais periféricos e a riqueza segregada das elites não é um desvio do modelo de desenvolvimento

urbano que pode ser justificado pela dimensão da ausência do Estado ou de níveis de planejamento urbano. A espoliação urbana demonstra que crescimento econômico e pobreza retroalimentam-se, de modo que nosso modelo de crescimento econômico e urbano é o mesmo modelo da reprodução da pobreza urbana.

A compreensão do crescimento econômico como “solução” da pobreza é refutada por Kowarick (1979), de modo que o investimento financeiro por si só não é suficiente para a mediação do conflito social e urbano. A essa perspectiva, de acordo com Feltran (2014) somam-se o aumento da violência, sobretudo nas periferias, que não deve ser visto como uma questão circunscrita à segurança pública e sim em uma perspectiva política e econômica da criminalização da pobreza, que, na atualidade é facilmente observável ao levarmos em conta o encarceramento em massa da população pobre e a política de extermínio do jovem negro nas periferias das grandes cidades.

Adotando uma linha do tempo, o processo de urbanização inicia-se em 1950, no Brasil, altamente demarcado pelo processo de industrialização e do êxodo da população do campo, em virtude da necessidade de mão-de-obra. Compreendido, de forma mais ampla, esse processo de crescimento das cidades e da indústria, relaciona-se a uma perspectiva de integração social, criação de mercado nacional e expansão de consumo, de modo que tais aspectos, delineiam uma nova base econômica estimulada pelo poder público.

O aumento populacional significou demanda por moradias e por infraestrutura urbana, no entanto, o foco dos investimentos governamentais estava voltado ao desenvolvimento da indústria, sendo que uma das condições para esse desenvolvimento era criar um modelo de produção do espaço urbano que se pautasse na mão-de-obra barata e na reprodução da força de trabalho, não sendo criadas as políticas habitacionais pertinentes, de modo que a classe trabalhadora encontrou por si mesma os seus locais de moradia, deixando de ser um problema para o governo (CHAGAS, 2007). Os baixos salários da classe trabalhadora, nesse contexto, se configuravam inclusive como uma condição para a industrialização.

Dessa forma, os loteamentos periféricos e a autoconstrução foram ganhando volume na formação de diversas cidades do Brasil:

A industrialização brasileira foi sustentada em duas fortes vertentes: a primeira a vertente estatal, através da qual o Estado transferia renda de certos setores e subsidiava a implantação industrial. E o segundo pé eram os recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstruía a sua habitação e com isso rebaixava o seu custo de produção (OLIVEIRA, 2006, p.68).

Conforme Santos (1994, p.29), entre os anos de 1940 e 1980 acontece uma verdadeira inversão do local de residência da população brasileira, que passa a ocupar, em sua grande

maioria, o território urbano. Comparando-se com a década de 1940, na qual a taxa de urbanização era de 26,35%, o ano de 1980 alcançou o índice de 68,86%. Em 40 anos, a população brasileira triplicou, e a urbana multiplicou-se sete vezes e meia. Entre 1970 e 1980, incorporaram-se mais de 30 milhões de habitantes ao cenário urbano. Maricato (2015a), com base no IBGE, aponta que a população moradora das favelas aumentou mais do que a população total ou do que a população urbana nos últimos 30 anos – de 1980 a 2010.

David Harvey anuncia uma nova fase na análise da interação entre o espaço, o urbano e o processo de produção, estabelecendo conexões entre o trabalhar e o viver, defendendo que “o capital domina o trabalho não só no local de trabalho, mas também no espaço de viver, através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho” (HARVEY, 1982, p.85).

Em Kowarick (1979, p.34), temos também uma síntese desses desdobramentos, que dialoga com o crescente aumento da desigualdade social: “a distribuição da população no quadro desse crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando, ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas”.

A compreensão no sentido de que a relação entre capital e trabalho ultrapassa os locais de trabalho, é desenvolvida por Harvey (1982) de modo que as lutas nos locais de trabalho e nos locais de viver, ocorrem simultaneamente. Nessa interação entre o espaço, o urbano e o processo de produção, as contradições também se interpõem, discutindo que ao inserir o meio urbano na paisagem geográfica do capital, como parte do processo de reprodução social, sobressai-se “uma dimensão espacial em perpétua transformação num processo dialético e contraditório, onde, apesar de necessários, novos espaços tornam-se obstáculos para espaços futuros” (LIMONAD, 1999, p. 78).

Nessa tentativa de breves conceituações acerca da periferia, constituída como território periférico, cabe ressaltar a perspectiva de Ferreira (2014, p.3), acerca da disputa em torno do conceito de “espaço” pelas diferentes correntes de pensamento, dentro da Geografia, onde assume o papel de categoria central: “O espaço não pode ser visto com um objeto científico separado da ideologia, das relações de poder ou da política. É no espaço que se materializam as tensões, interações e as lutas entre dominação e resistências”.

O espaço geográfico, na perspectiva de Milton Santos é “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de um sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2017b, p. 63). Dessa forma, nessa caracterização que propomos, de periferia, o espaço se dá como um conceito

aberto, historicizado e passível de transformações que se relacionam às discussões acerca de seu papel político. A ação do ser humano que modifica a natureza é compreendida como técnica, e, podendo transformar a natureza em objetos artificiais, se pode criar espaços, de acordo com a intencionalidade dos sujeitos.

A urbanização se configura em um processo de estruturação do território, que se desenvolve, de acordo com Limonad (1999) enquanto necessidade histórica para a reprodução das relações sociais de produção numa formação social e econômica específica. Maricato (2015a, p.17) nos atenta para o fato de que a existência de cidades precede o capitalismo, porém, com ele, as cidades mudam: “especificidades no processo de urbanização acompanham as diferentes fases do capitalismo colonial-industrial ou global financeiro nos países centrais ou periféricos”.

Maricato (2015a) lista o conjunto dos capitais contemporâneos, que tem interesse específico na produção do espaço urbano, moldando o ambiente urbano às suas necessidades e, visando a sua reprodução para a geração de lucros, juros ou rendas. São eles:

1) Incorporação imobiliária [...] ;2) Capital de construção de edificações; 3) Capital de construção pesada ou de infraestrutura; e 4) Capital financeiro imobiliário. Harvey localiza nesse grupo também os proprietários de terra que podem constituir obstáculos ao processo desses capitais ou se associar a elas. [...]. Os capitais que ganham com a produção e a exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles a cidade é uma mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção. (MARICATO, 2015a, p. 22-23).

Maricato (1996) discorre que na década de 80 a população urbana brasileira cresceu, chegando a representar 76,3% do total. Embora demonstre mudanças no padrão de urbanização, o censo de 1991 aponta para um aprofundamento da "periferização" das grandes metrópoles, ou seja, para o aumento populacional nos municípios metropolitanos, reproduzindo e expandindo formas de favelas e cortiços também na periferia.

O território periférico, no entanto, carrega em sua materialidade historicizada, a potencialidade que Santos (2017a, p. 132) compreende como uma nova forma de fazer política, desde as classes populares, com base no cotidiano vivido pelos pobres e não pobres, a partir da convivência com as necessidades. Essa política é tecida pelos “atores ativos do drama, sobretudo quando, para prosseguir vivendo, são obrigados a lutar todos os dias”. Para o autor, a pobreza é uma situação de ausência, mas também de luta, um estado de vida ativa em que a tomada de consciência é possível.

Maricato (2015a) caracteriza a crise urbana, como manifestação da crise como desenvolvimento do capitalismo, de modo que a saída para essa crise só pode ser pensada e realizada a partir da luta dos trabalhadores. Nesse sentido, é importante compreender a lógica



de funcionamento e de organização do espaço urbano a partir da perspectiva da luta de classes, que se configura no tensionamento entre a organização popular e o capital (imobiliário, financeiro e industrial), sendo este aportado pelo modelo de Estado burguês e a grande mídia.

Nessa dimensão da luta de classes e da organização popular, cabe a pergunta sobre como nossa sociedade, nesse tempo histórico aprofunda o rumo da desigualdade e da pobreza:

Considerado que o capital financeiro internacional, dominante na atualidade, não pode submeter-se ao ritmo ou às incertezas das instituições democráticas nacionais e engendra novas instituições que decidem mais do que os próprios parlamentos nacionais ou tribunais superiores (volume do superávit, taxas de juros, decisões sobre o câmbio, taxa de risco...), qual é o espaço que existe para o exercício do planejamento territorial, executado por meio de políticas públicas com participação social, que contraria interesses do novo imperialismo? (MARICATO, 2015a, p. 68).

A autora segue nos questionamentos sobre possibilidades de integrar a urgente pauta socioambiental no planejamento urbano, assim como acerca da garantia da participação popular em um processo no qual o novo imperialismo, configurado no capital financeiro internacional e o neoliberalismo, como ideário, trazem a marca da competição entre cidades e a fragmentação do território como tônicas. Na América Latina de economia dependente, essa situação se acentua, visto que a desigualdade social se perfaz como uma herança de cinco séculos de dominação externa somada a um forte acento patrimonialista por parte da elite nacional., pautado na relação de favor no exercício do poder, a confusão entre esfera pública e privada e a correspondência entre detenção de patrimônio e poder político e econômico.

Esse breve exercício de historicização acerca da crise urbana nos leva a considerar a possibilidade de vivenciar o cotidiano do território periférico, como experiência coletiva, de forma contra hegemônica como uma possível fresta para rupturas nas citadas heranças, somadas a outras como o coronelismo, o clientelismo e o que Freire (2014a) aponta como a falta de experiência democrática de nossa sociedade. Estas frestas nos conduzem às diferentes formas de resistência e organização popular que emergem, sobretudo em contextos de crise.

Em uma perspectiva macro, considerando que o meio urbano se transforma através da internacionalização da economia, cabe mencionar, no que diz respeito aos elementos que desencadeiam na crise urbana que, segundo Maricato (2015b, p.16) as metrópoles brasileiras bem como todo o território nacional sofrem o impacto da reestruturação produtiva do capitalismo ou globalização neoliberal: “nas cidades, as fórmulas urbanísticas disseminadas pelo neoliberalismo a transformarem em um grande negócio”.

Nesse contexto das transformações advindas da globalização, Caminha (2018) afirma que o neoliberalismo compreendido para além de uma ideologia econômica, configura-se como um sistema normativo que produz mudanças profundas no capitalismo, disseminando-se nas

diferentes esferas da vida humana. Com isso, no âmbito neoliberal não somente o espaço se modifica: o cotidiano, a educação, as formas de organização coletiva e o próprio ser humano também são moldados por essa doutrina econômica.

Em uma breve retrospectiva histórica, as mudanças ocorridas na economia mundial desde o pós-guerra tornam-se consolidadas, a partir da década de 1970, quando a produção em série, representada pelo sistema produtivo industrial do fordismo, deu lugar à acumulação flexível, com a evidência do toyotismo. Com isso, mudanças visíveis começavam a ocorrer em diversas esferas do sistema capitalista.

A primeira e considerável mudança foi a redistribuição da produção para além das linhas de montagem, novas relações de trabalho e uma produção voltada para a demanda, sendo que, na totalidade, a busca é por atender o capitalismo e, de forma bem objetiva, fortalecer o processo de globalização, pautado em características como o fortalecimento do mercado (e da competitividade) com o aumento dos investimentos, além do crescimento dos fluxos internacionais com mercadorias, mão de obra e capital, dentre outros.

Nessa confluência de transformações em âmbito mundial, na literatura miltoniana, emerge o conceito de território, para além de sua dimensão político-estatal. Fuini (2015) discorre que para o geógrafo brasileiro o território se perfaz como um conceito chave para explicar essa transição vigente (considerando o fim da guerra fria, o fim da União Soviética, a terceira revolução industrial, a globalização do capitalismo e da tecnologia da informação, dentre outros), de modo que na contemporaneidade, em uma perspectiva multiescalar e relacional, esse conceito de território pode auxiliar na explicação de muitos processos e ações sociais, daí a importância desse conceito, nesse estudo.

Santos (2017b) define a globalização como o ápice da mundialização capitalista, pautando-se na difusão da ciência, da informação e da técnica. No entanto, o efeito coercitivo do mercado global incide sobre a esperada espontaneidade que poderia se dar pela coexistência em diversos lugares, cada qual com o seu acontecer solidário. Na obra “Por uma outra globalização”, Santos (2017a) complementa essa ideia com a noção de globalização como “fábula e perversidade”, partindo de um discurso de fim das fronteiras, o imperativo do dinheiro e da acumulação de forma espacialmente seletiva, acentua a competitividade entre os lugares e a exclusão dos mais pobres, o que demanda ações de resistência e organização.

Toda essa lógica, da perversidade e da fábula opera no nível das periferias, como lugares que se configuram em territórios, que integram, na perspectiva de Haesbaert (2002) dimensões naturais (biológicas), culturais/simbólicas, políticas (relações de poder) e

econômicas, em constante transformação. O território periférico constitui-se como resultante de uma verticalidade, cuja negação (dialética) remete para a horizontalidade.

Em sua multiplicidade criadora de horizontalidades, manifestadas pela contiguidade de espaços banais<sup>95</sup>, constitui limites à globalização e à racionalidade dominante. No cotidiano desses espaços banais concretiza-se a manifestação da espontaneidade, da solidariedade orgânica, da criatividade e emergem novas racionalidades que enfrentam e escapam ao domínio da racionalidade instrumental.

Essas contra racionalidades podem se manifestar em formas de organização popular, manifestações culturais disruptivas que também podem ser compreendidas como ações políticas, iniciativas auto gestionadas no campo do trabalho e da economia popular. É sobre essas frestas contra hegemônicas que este estudo se debruça, na perspectiva de análise das mediações pedagógicas.

Ainda, como D'Andrea (2013), em sua tese que tem como cenário a cidade de São Paulo, busca investigar os sentidos e significados que estão em relação, no uso do termo periferia, procurando conexões e influências da atuação dos coletivos periféricos na formulação de um novo significado para esse termo, considerando o contexto dos anos 90 e da primeira década de 2000 e o caráter e o alcance da ação política dos coletivos artísticos que emergiram nesse contexto, responsáveis por uma acentuada efervescência cultural nesses territórios. O estudo, que aborda a concepção de sujeito periférico, como manifestação de uma nova subjetividade centrada no orgulho dessa condição, toma a obra do grupo de rap Racionais MCs como narrativa que legitima o processo da população periférica contar a sua história.

Também discute o sentido alargado que o termo periferia assume, a partir dos anos 90, para além do binômio pobreza e violência, evidenciando os elementos cultura e potência, no entanto ressalta que tal potencialidade pode se concretizar tanto como fomentadora da ação política dos sujeitos periféricos, quanto para fins mercadológicos, pautados na gestão da pobreza que o incentivo à produção cultural realizada pela população pobre pode reverberar nos coletivos culturais fomentados, a partir da lógica neoliberal, que visa docilizar a população das periferias, oferecendo uma possibilidade de ascensão social. O autor, aponta, porém, a existência de indivíduos e coletivos que buscam se desvencilhar desses aprisionamentos.

---

<sup>95</sup> Milton Santos considera o “espaço banal” como o espaço de todos os seres humanos, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações - numa palavra, o espaço geográfico, constituindo-se como um campo de relações de poder e de disputa e pleiteado por ações, projetos e práticas sociais. (SANTOS, 2017b). O geógrafo ao abordar o “espaço banal” evidencia a “força do lugar”, em contraposição aos espaços dominados pelo poder da lógica hegemônica, mas não desconsidera estas forças dominantes vigentes.

D'Andrea<sup>96</sup> (2020) traz ainda, importantes contribuições, que nos oferecem indícios para o alargamento da compreensão acerca do território periférico, assim como das subjetividades que por ele circulam:

A história da periferia é a história da sua luta contra a invisibilidade. A invisibilidade operada pelo Estado fez com que os equipamentos e serviços públicos chegassem na periferia com décadas de atraso com relação ao centro e à região de habitação das elites. Nos últimos anos, é fato que essa presença aumentou. No entanto o poder público na periferia sempre operou na lógica do incompleto, do descontínuo e do improvisado. É a falta de remédio no posto e de professor na sala de aula. Juntamente à distribuição desigual dos recursos há uma dinâmica própria de funcionamento interno do poder público que faz com que na periferia os serviços sejam precários. [...] A invisibilidade também opera quando os movimentos populares se mobilizam. Para a mínima conquista, há o máximo de silenciamentos, burocracias e repressões. Ao longo da história, as mais eficientes políticas públicas para a periferia têm sido a repressão e a construção de moradias em larga escala, beneficiando construtoras e empreiteiras. No caso da lógica repressiva, a periferia é território de incursão para ser conquistado. As áreas nobres são territórios a serem protegidos. São nessas áreas que se localizam as sedes dos poderes ideológicos, políticos e financeiros. Os bairros ricos dominam. A periferia é dominada. Assim como há opressões de classe, gênero e de raça, existe também uma opressão territorial (D'ANDREA, 2020, p. 10-11).

Pontuados os primeiros alicerces do debate que evidencia a crise urbana como crise estrutural do capital, a relevância da organização popular, sobretudo, em uma perspectiva de enfrentamento à crise, o processo de urbanização e industrialização que configura o processo de periferização das grandes cidades, ressaltamos a importância de se olhar para o território periférico como o chão vivo de uma práxis transformadora, no contexto desse estudo, engendrada por um movimento popular urbano do campo do Projeto Popular para o Brasil.

As dimensões acerca do fenômeno da globalização e seus impactos, o conceito de território usado, a partir de Milton Santos, assim como a noção de cotidiano que serão desenvolvidos de maneira mais adensada e vinculada à experiência que fundamenta essa tese, são apresentados aqui no sentido de oferecer uma composição para compreender o processo, pautado nas mediações pedagógicas que carregam potencialidades de rupturas com o hegemônico, denunciando uma estrutura segregadora e desigual e construindo, no enfrentamento, na resistência e na proposição de novas sociabilidades, anúncios emancipatórios.

No item em sequência, trago algumas pontuações breves, com referência em Sader (1988) sobre as dinâmicas que envolvem os sujeitos que já transitaram pela cena da organização

---

<sup>96</sup> O pesquisador coordena o Centro de Estudos Periféricos (CEP), vinculado à Universidade Federal de São Paulo que traz em seu manifesto “nossa missão é produzir conhecimento para denunciar a sociedade de classes, o patriarcado, o racismo estrutural e as desigualdades socio territoriais”. Fundado em 2018, o CEP se configura como um desdobramento de debates e formações que aconteciam nos bairros periféricos, em um período que a universidade era quase inaccessível, visto que o sistema universitário do Brasil foi organizado em uma estrutura histórica de atendimento às elites.

popular, nos territórios periféricos da década de 70 até a atualidade. A pista que buscamos seguir, com essa construção, se dá no sentido de compreender, de que formas é possível reinventar as relações entre o Movimento Popular e o trabalho de base, no território periférico e quem são os sujeitos construtores dessa empreitada, vivenciada no período presente, caracterizado pelo recrudescimento do autoritarismo, representado pela eleição de governos de extrema direita, ultraliberais.

### 3.2.2 Sujeitos em trânsito no território periférico

*[...]”. Não pude dormir, assombrado.  
A luz da manhã me colheu estremunhado  
“Oh! Peço somente uma  
mais uma reunião  
Para acabar com tantas reuniões![...]”*

*(Trecho de “O Reunismo” de V. Maiakovski)*

Como explicitado, algumas vezes, ao longo desse texto, o loteamento Vila Ipê, compreendido e vivido na sua configuração de território periférico é o chão concreto tanto da minha experiência militante como da minha incursão acadêmica que culmina na escrita dessa tese. Nesse contexto, dois exercícios se configuraram como uma rotina inquietante perante um cotidiano intensamente desafiador.

- O primeiro deles corresponde à *proposição de ações* no dia a dia da prática do Movimento em Caxias do Sul, como militante, visando o desenvolvimento de algo que se aproximasse de um “trabalho de base” com as pessoas do loteamento. Nesse contexto, uma série de questionamentos percorriam o coletivo em seus diálogos e, me acompanhavam, no caminho de volta para casa. Trabalho de base como? Como fazer sentido para as pessoas do bairro? Como ir além de reuniões (talvez um certo ‘reunismo’) nas quais, muitas vezes eu percebia as pessoas cansadas, ora desanimadas, ora com olhares perdidos no horizonte, sabe-se lá pensando em que. Logicamente eu tinha a compreensão de que os momentos de diálogo, de falar e sobretudo, de ouvir, se fazem essenciais para os processos. Certo também que, em algumas reuniões eu percebia as pessoas animadas, afetuosas, instigadas a buscarem juntas compreender a realidade vivenciada no bairro, no país, no mundo e o que Movimentos como o MTD significavam nesse contexto. A meu ver, o genuíno do processo se relacionava ao vínculo formado, ao interesse real na vida das pessoas, à consciência histórica acerca da forma injusta

como a sociedade foi construída e ao fazer (da ação e do estudo), ao se permitir continuar, avançar, nem que seja um pouco, na compreensão.

- O outro exercício era o compromisso da escrita da tese, que certamente não esgotaria os tantos questionamentos que se apresentaram (e ainda se apresentam), mas que buscaram alcançar níveis de reflexão teórica, ora solitariamente, em minhas leituras e elucubrações diárias, ora coletivamente, nos momentos de partilha de percepções e estratégias. O compromisso da sistematização também me permitia o esclarecimento cada vez mais concreto de que na complexidade da práxis cotidiana (com avanços e retrocessos), o coletivo construía os seus aprendizados em uma relação engajada, responsável e afetuosa. Em Freire (2016b) temos a defesa de que o “pensar certo” se tece, pensando a própria prática. E, dessa forma, fazíamos e fazemos.

Para compor esse item que objetiva versar sobre um breve resgate histórico dos sujeitos coletivos históricos, protagonistas da mobilização popular presentes no território periférico, ao longo das últimas décadas, optei por, inicialmente expor as questões que se presentificaram na prática militante, compartilhadas entre o coletivo, partindo do princípio de que somos os sujeitos (parte deles) implicados na luta popular nesse início de século XXI. Deduzo que existam muito mais questionamentos, para além dos que compartilharei aqui, no entanto, compreendo que seja importante essa partilha, no sentido em que foram essas perguntas, geradas no movimento da práxis, que emergiram ao longo do tempo em que essa tese foi escrita.

No cotidiano das vivências coletivas que a militância proporciona, fui reunindo uma série de anotações de campo e buscando levá-las para o diálogo, em determinados momentos, no grupo articulador municipal, que compus até iniciar o processo da saboaria. Tais anotações que também se perfaziam como angústias comuns a quem está implicada no desenvolvimento de processos de organização/educação/luta popular. Um dos pontos de diálogo diz respeito à base de ação política dos Movimentos Populares ser diferente da base de ação política dos partidos políticos, ao passo que a luta pela construção do Poder Popular, transcende o projeto da institucionalidade política.

Compreendo que há momentos em que tais ações possam convergir, mas em determinados momentos, sobretudo nos períodos eleitorais que perpassaram a vivência no campo, eu nutria a impressão de que tais pautas fusionavam-se e pediam um nível de aprofundamento reflexivo, acerca da nossa estratégia como Movimento Popular.

Dentro de um processo de disputa de poder, há o risco de, por dentro da dinâmica da política institucional, relegar à população dos territórios periféricos o papel de executora de tarefas, de modo que, o Movimento Popular, que traz em si uma estratégia de luta pela emancipação, por meio de uma educação libertadora, precisa atentar-se a tal risco.

Ainda nesta condição de militância, por dentro de um movimento de classe, considero pertinente a reflexão acerca daquilo que podemos chamar de “antigas” formas de fazer política como o excesso de reuniões (muitas vezes pouco propositivas), como cito no início, as palavras de ordem sem necessariamente um processo reflexivo acerca das mesmas, protestos no centro da cidade que requeriam um deslocamento da população de seus bairros e que muitas vezes se resumiam a ficar ouvindo lideranças institucionais de partidos, sindicatos e movimentos falarem em cima de um carro de som. Há um risco iminente dessas práticas se esvaziarem de sentido e por isso, há a necessidade de um aprofundamento de vínculos entre as pessoas na busca de se desenvolverem novas formas que façam sentido a todas e todos os envolvidos no processo. Tais questões tomavam e ainda tomam muito da minha reflexão.

Como integrar dimensões, por exemplo, artísticas, que não se resumam a ações meramente instrumentais? Como não secundarizar a relevância da produção e da reprodução da vida vinculadas ao campo do trabalho, sem ser reducionista nem pragmático? Como viabilizar um trabalho de base que fomente um processo educativo emancipador, um espaço de visibilidade da organização política, da cultura popular, da formação humana e do aprofundamento da sociabilidade e dos vínculos entre os sujeitos? Que não reproduza uma estrutura autoritária? Que não seja circunscrita a cumprir um calendário pronto?

Buscando digressões históricas, Frigotto (2004) sinaliza que por aproximadamente três séculos, o modo de produção capitalista é o sistema social dominante no mundo. Contrapondo-se ao que a teoria liberal preconizava, o processo histórico revela que a tendência à igualdade entre regiões do mundo, nações e indivíduos não se efetudou, dando margem, no entanto, à ampliação da desigualdade em todas essas esferas.

Compreendo que a crise do capital que impulsiona o redirecionamento da lógica de acumulação, vem acompanhada de uma série de outras grandes transformações, em âmbito mundial: a queda do muro de Berlim, a escolha da desconstituição do Estado de Bem-Estar social keynesiano, a terceira revolução industrial, o avanço nas tecnologias da informação, além de uma intensa desorganização do campo político/intelectual da esquerda, compreendida como teoricamente ultrapassada pelo discurso pós estruturalista, embasado nos estudos culturais, que leva a debates acerca das classes sociais, por exemplo.

Embora no período das políticas do Estado de Bem-Estar Social, em um pouco mais de 20 nações, a classe trabalhadora, de acordo com Frigotto (2004), tenha conquistado, patamares elevados de qualidade de vida, isso não foi regra para o mundo, em sua totalidade:

Os países do capitalismo periférico acumularam miséria. Na América Latina foi um período onde a revolta social foi mantida por sangrentas ditaduras e por políticas de apoio à concentração de capital e expropriação dos trabalhadores.

A vingança do capital contra o Estado intervencionista, contra as políticas do Estado de Bem-Estar Social e o sistema socialista, não tardou. As conquistas relativas, em escala diversa em diferentes partes do mundo, da classe trabalhadora em termos de assegurar direitos sociais implicam diminuição do grau de expropriação do trabalhador. Por outro lado, a capacidade exponencial de produzir mercadorias e serviços, sob uma nova base científico-técnica de caráter digital-molecular e a necessidade do sistema capital expandir-se e acumular sob novas bases. No final do século XX e início do século XXI processa uma efetiva mundialização do capital, sobretudo do capital financeiro especulativo (forma mais impetuosa do fetichismo do capital) que os ideólogos do capital buscam mascarar com a noção de globalização (FRIGOTTO, 2004, p. 13-14).

Nessa composição, em que se evidencia a contradição entre o avanço das forças produtivas e a fragilidade das relações sociais do capitalismo tardio, Frigotto (2004) destaca que, no campo do trabalho, as políticas do ajuste, flexibilização das leis e os processos de privatização vêm fragilizando e eliminando um a um, os direitos conquistados pela classe trabalhadora, de modo que o modo predatório como o sistema capital está comprometendo as bases da vida, está destruindo igualmente o meio ambiente e o ecossistema.

Nesse exercício de compreensão das mutações na realidade do trabalho assalariado, cabe também o questionamento acerca do sujeito que emerge como um sobrevivente dessa realidade. Como se reconstitui esse sujeito ao passo em que se evidencia uma forte tendência à desconstituição do sujeito histórico, como aquele que carrega a potencialidade de transformar a história? O campo popular é o lugar onde esses impactos da precarização são intensamente vividos. Quais novas formas de organização popular são possíveis emergir nesse cenário?

Permanece a força dos referenciais da década de 70/80, os quais impulsionaram diferentes formas de ações coletivas, a partir de diferentes sujeitos, em um contexto em que era mais viabilizável a dimensão da unidade na luta popular.

No livro, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*, Sader (1988) nos apresenta uma análise acerca dos Movimentos Populares desse período, buscando demonstrar como tais Movimentos criaram um novo sujeito coletivo, social e histórico. Tais movimentos emergem em um período histórico no qual a ditadura exercendo suas forças de controle e dominação secundarizava,



porém não deixava de enfrentar e minguar, qualquer capacidade de resistência da classe trabalhadora.

Neste contexto, como nos apresenta Chauí (1988), evidencia-se o social como a ação dos indivíduos que, antes dispersos, passam a agir em conjunto, em diferentes segmentos e a redefinir-se a cada efeito das atividades coletivas realizadas. Embora coletivo,

[...] o sujeito não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e telos das ações sociopolíticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora. Referido à Igreja, ao sindicato e às esquerdas, o novo sujeito neles não encontra o velho centro, pois já não são centro organizadores no sentido clássico e sim “instituições em crise” que experimentam “a crise sob a forma de um descolamento com seus públicos respectivos”, precisando encontrar vias para reatar relações com eles. (CHAUÍ, 1988, p.10-11).

Quando Sader (1988) traz a noção de sujeito coletivo, tal expressão indica “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades constituindo-se nessas lutas” (CHAUÍ, 1988, p.11), configurando-se, portanto, além de um novo sujeito que é coletivo, a experiência cotidiana popular como um novo lugar político e novas práticas pautadas na luta por direitos, defesa por interesses e identificação de vontades próprias.

Dessa forma, a mobilização dos diferentes sujeitos e a construção de novos formatos de exercício da participação popular, por meio dos novos movimentos sociais<sup>97</sup>, das comunidades eclesiais de base, do novo sindicalismo são apreendidas por uma chave de leitura “que busca compreender as novas formas de expressão política a partir de um movimento coextensivo de produção dos próprios sujeitos” (MENDES, 2016, p.58)

Desse ponto de partida, Sader (1988, p. 50) consegue descrever processos subjetivos de luta e organização social, articulando noções objetivas da tradição marxista e dimensões subjetivas que caracterizam “a emergência de uma nova configuração dos trabalhadores, uma outra identidade social, nova forma de representação coletiva” reelaboradas pela/na experiência desses Movimentos Sociais Populares e que, no campo da representação política, nos levam a

---

<sup>97</sup> Gohn (2014), apresenta o paradigma dos Novos Movimentos Sociais, partindo de explicações mais conjunturais, pautadas em âmbito político ou dos micro processos da vida cotidiana, aplicando recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. Cita como categorias básicas desse paradigma: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. A partir dos anos 90 há uma crescente influência pós-moderna na concepção dos Novos Movimentos Sociais. Laclau e Mouffe (1988) trazem uma perspectiva crítica na análise dos “novos movimentos sociais” caracterizando-os como apartados da contradição capital-trabalho, além de afirmarem a perda da centralidade dos conflitos de classe na ação política dos Movimentos, muitas vezes nivelando os paradigmas marxista e positivista, sem levar em consideração que na literatura contemporânea da teoria social de Marx, são introduzidos recortes de gênero, raça, geração, sem abandonar, porém, a perspectiva de classe.

perceber que não somente os partidos cobrem todo o espaço da política, assim como estes tendem a perder sua organicidade na medida em que não consideram essa nova realidade.

Mendes (2016, p.65), em sua análise acerca das reflexões de Eder Sader sobre novos sujeitos políticos entre anos 70 e 80, sinaliza a necessidade da realização de uma nova travessia acerca da ação dos Movimentos existentes hoje em dia, “reunindo “pedaços” de experiências vividas nos últimos anos, recusando o imobilismo dos velhos personagens que não admitem sair de cena e buscando encontrar as novas subjetividades que emergem no contexto da crise”. Dessa forma, levanta alguns pontos sobre a atualidade brasileira que consideramos relevante destacar:

- Os últimos anos indicam que a realidade dos próprios Movimentos Sociais que emergiram na década de 1980 pode ser compreendida como sintoma dessa crise. Incapazes de reelaborem suas lutas através de novas práticas autônomas, na perspectiva do autor, acabam subordinados a governos, burocracias ou instâncias decisivas cada vez mais externas aos problemas reais enfrentados por seus integrantes e, dessa forma perdem o sentido como “vozes instituintes”. Nessa leitura, o próprio avanço neoliberal que ganha força nos anos 90, assim como o acirramento de questões internas que alguns Movimentos enfrentavam, ocasionam um refluxo nos Movimentos, sendo que, de acordo com Gohn (2011), as ONGs passaram a ter muito mais relevância, sendo estas organizações inscritas no universo do terceiro setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade. Os anos das reformas liberais levam à fragilização das conquistas anteriores, além do aumento do desemprego e da precarização do trabalho e da violência urbana, sobretudo nas periferias. O longo período de retração das lutas sociais, no contexto urbano, no qual ingressamos desde os anos 1990, é, como já mencionado, aprofundado nos governos Lula

- Como Eder Sader denunciava, a relação entre Estado e mercado, foi rearticulando-se progressivamente, por meio de novas formas de gestão as quais forma minando as formas de participação ou de questionamentos/enfrentamento das decisões sobre projetos e investimentos. À crise global de 2008, a proposição brasileira consistiu no reforço de dinâmicas desenvolvimentistas híbridas mesclando uma imposição estatal de grandes projetos, com novas formas de privatização e da ação empresarial nos espaços comuns das cidades e das floresta.

- O poder constituinte de junho de 2013, nas palavras do autor, advindo das jornadas, até o momento, não se mostrou capaz de organizar uma força política nova com potencialidade para atravessar as institucionalidades com ares de renovação. Ele foi canalizado apenas em sua

dimensão destituente através de grandes operações policiais e judiciais que se mostram incapazes de constituir um terreno de radicalização democrática.

- Novos personagens entram em cena: o autor indica que a heterogeneidade que demarca dos movimentos sociais da década de 80 é ampliada e ganha novos contornos, sobretudo nas grandes metrópoles. Atenta também para a característica heterogênea do trabalho precário que passa a atravessar tanto o sindicalismo como os movimentos sociais, trazendo a importante compreensão de que as lutas contemporâneas dependem de um tipo de cooperação para além do que entendemos como “esquerda” e seus setores tradicionais (movimentos, sindicatos e partidos). Outras articulações são necessárias com uma gama da população que se indigna com a opressão e não necessariamente acessou formação política ou está disposta a se organizar.

- E, por fim, a autocrítica e dispersão da esquerda brasileira. Nesse ponto, ele destaca o vazio deixado por uma ausência de alternativa de ação, ou ainda ações inexpressivas, diante do golpe e da posterior ascensão da extrema direita. Além disso, a reflexão acerca do “falso conforto” de uma “unidade de esquerda”, a qual não se constitui como contrapoder de fato, por dentro da crise, pelo contrário, reforça e se restringe aos velhos formatos e subordinação das mobilizações às agendas de suas figuras representativas, em especial o Partido dos Trabalhadores, não trazendo possibilidades de avanço nessas formas organizativas, integrando novos sujeitos e novas formas de organização, como movimentos em redes, confluências eleitorais, sindicatos sociais e outras que ainda não conhecemos.

A referência acerca dos Movimentos Populares que emergem nas décadas de 70 e 80, assim como dos sujeitos que assumem o protagonismo da ação política, com destaque às formas organizativas que emergiram nos bairros periféricos, é fundamental. No entanto, na perspectiva de Mendes (2016), a atualização de tais referenciais perfaz-se como a direção daquelas e daqueles imbuídos na militância: a compreensão de quem é esse sujeito popular: organizado, como expressão política de si mesmo, na perspectiva da humanização, da libertação e da construção do Poder Popular.

Fazendo a leitura coletiva do espaço, no exercício da militância, é importante mencionar a legitimidade de ações culturais e solidárias que são históricas nos territórios periféricos, no entanto, cabe ao campo político e aos moradores do bairro que se aproximam, pensar formas de fortalecer a dimensão da formação política e organizativa das pessoas, de forma que as ações se tornem menos dispersas e mais coesas, em torno de pautas comuns.

Rizek (2011) em seu estudo sobre o crescimento significativo de propostas e práticas de intervenção cultural nas periferias da cidade de São Paulo, coloca em discussão “a possibilidade de apreensão de novas formas de gestão de uma pobreza ‘culturalizada’ pelo acoplamento entre práticas culturais/artísticas e trabalho social”. Trago essa questão para discussão, considerando que no território vivenciado há significativas iniciativas auto-organizadas por coletivos independentes e outras que se desenvolvem a partir de fomentos e editais.

Como já citado, não é intenção desse estudo deslegitimar essas importantes iniciativas que contribuem para diferentes aspectos da vida dos jovens que alcançam e dos educadores que articulam as ações. No entanto, cabe a importante reflexão acerca do fato de que tais coletivos emergem, conforme D’Andrea (2013) discute, no escopo do neoliberalismo e de suas políticas de incentivo à população pobre, sendo a área da produção cultural muito expressiva, neste recorte.

A discussão, nesse sentido, se dá acerca desses coletivos, tanto nas iniciativas independentes como nas financiadas, não perderem de vista também a perspectiva da formação política com vistas, dentre outros aspectos, à emancipação e ao desenvolvimento da consciência crítica de todos os envolvidos e todas as envolvidas, visto que na lógica neoliberal as políticas sociais assumem cunho compensatório, assistencialista, focalizada, ocorrendo ampla mercantilização dos direitos sociais, os quais passam a ser entendidos como bens e serviços, atuando em uma direção de cooptar a sociedade em torno da proposta e dos interesses capitalistas, buscando reconhecimento da retórica que o crescimento econômico leva automaticamente ao desenvolvimento social (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014).

Dessa forma, o Movimento Popular constitui-se como um sujeito coletivo, com vistas a manter o horizonte da transformação estrutural da sociedade, para além de políticas compensatórias e, para isso é fundamental buscar a reconstituição desse sujeito histórico, político e auto-organizado.

Em Thompson (1981), encontramos uma análise do sujeito não desarticulada das dimensões estruturais do mundo social. Com o objetivo de lançar indícios que possam ser aprofundados acerca desse processo de reconstituição do sujeito histórico, apresentamos a compreensão do historiador acerca do conceito classe social, criticando as teorias negadoras dos “sujeitos reais”, impossibilitando a reflexão sobre a ação da classe:

Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historizada do que a categoria de classe social, uma formação histórica auto definidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de

luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores. (THOMPSON, 1981, p. 57).

Nessa perspectiva, de acordo com Martins (2014, p.308), compreendemos a noção de classe social elaborada por Thompson, enquanto um fenômeno histórico, resultado de relações entre os seres humanos reais em contextos reais e constituída num longo processo de fazer-se. Constituída no seu fazer-se, a classe se se forja em um processo de aprendizado, em um movimento ativo que articula ação humana e condicionamentos sociais.

Nesse sentido, o ‘fazer-se classe’ se dá, como relação e como processo, como um acontecimento que só pode ser compreendido na história de sua constituição. Nessa tessitura, considera sujeitos que compartilham de uma experiência concreta comum e articulam a identidade de seus interesses entre si e opõem-se a interesses que sejam conflitantes com o seu.

Concebendo a noção da cultura como o lugar de síntese, de manifestação de todas as contradições, inclusive a econômica, o autor entende ainda que a classe se forma no seu processo de luta, não a restringindo a um efeito resultante da lógica econômica que diferencia os detentores dos meios de produção e a força de trabalho. As formações de classe e consciência de classe são concebidas como um “processo inacabado de relação – de luta com outras classes – no tempo” (THOMPSON, 1981, p. 121). A classe, portanto, figura como uma consciência coletiva constituída pelas experiências compartilhadas pelos sujeitos.

Na vivência do Movimento Popular, diversas são as experiências comuns identificadas, ganhando ênfase a condição de moradoras e moradores da periferia e como sujeitos engajados em processos coletivos que se propõem a intervir no tecido social fragmentado. Nas experiências vivenciadas cotidianamente e coletivamente somadas à formação política identificam-se anseios comuns, vínculos afetivos e diferentes níveis de identificações que também contribuem para o fortalecimento dessa relação e para o acúmulo das aprendizagens. A experiência aqui, perfaz-se então, como uma chave de leitura para entender o modo como os sujeitos ressignificam a sua consciência diante das estruturas da vida social.

Foi a categoria experiência que permitiu a Thompson dar ênfase aos sujeitos e às suas relações sociais, políticas e culturais. Na compreensão do historiador, de acordo com Santos (2019), os sujeitos são homens e mulheres reais, presentes em suas fontes históricas e que se relacionam com o cotidiano através da cultura, tradições, valores e experiências. As reproduções a nível estrutural não deixam de ser consideradas, mas compreende-se que os sujeitos, construtores de sua própria história, não estariam somente subordinados à reprodução ideológica ou às determinações econômicas e históricas de classe.

Compreender e atualizar a concepção de sujeito histórico, na sua relação com o fazer-se classe, configura-se como um caminho fundamental a ser aprofundado em estudos futuros.

Na experiência militante vivenciada, inúmeras anotações nesse sentido foram realizadas, as quais eu compartilhava tanto no diário como no coletivo: Como se favorece a formação desse sujeito histórico, organizado, como expressão política de si mesmo? Quais as subjetividades implicadas nessa composição? Como se reconstituir identidades que partam da leitura da realidade? E como se vivencia no coletivo a auto-organização, em momentos nos quais se mostra tão sobressalente à espera das decisões vindas do grupo articulador?

Adequar esses referenciais, a partir do desenvolvimento do ultraliberalismo e das contradições explicitadas nesse contexto, de modo que repensar e reavivar o campo do trabalho é uma ação fundamental, visto a insuficiência do Estado, via políticas públicas em sustentar essa lógica de acumulação atual que expulsa as pessoas de seus trabalhos, submetendo-as à precarização e produzindo uma massa sobrando.

Nesse sentido, cabe a importância da militância, os intelectuais orgânicos constroem em encontro com os outros sujeitos periféricos, da classe trabalhadora, alternativas concretas para esse debate que abrange uma reprodução digna da vida. E a pesquisa-ação como mediação pedagógica pode contribuir nesse quadro em composição.

### **3.2.3 Uma travessia pela categoria filosófica “mediação”**

As mediações pedagógicas (MP) assumem diferentes sentidos, enquanto concepção metodológica. Losso (2012) descreve essa multiplicidade conceitual como complexa, visto que abrange dimensões simbólicas, culturais, sociais, epistemológicas e pedagógicas, constituindo um campo heterogêneo que abrange tanto a transmissão de códigos culturais, valores e normas, como traz em si uma dimensão educativa, visto que opera sobre as habilidades cognitivas dos sujeitos.

Neste item, a intenção é partir da concepção de mediação, como categoria filosófica, no escopo do pensamento marxista, para, na sequência discorrer sobre os sentidos que as mediações pedagógicas assumem, na circunscrição do presente trabalho: em um primeiro momento sendo analisadas no contexto do trabalho de base proposto por um Movimento Popular, o MTD, no âmbito de um território específico, e, subsequentemente, no capítulo 4, no contexto do trabalho associado, por dentro de uma iniciativa que surge como um dos

desdobramentos do trabalho de base no território e que se configura como a construção da Saboaria Popular Las Margaritas.

Estudar as mediações pedagógicas do trabalho de base no centro da ação política (e educativa) dos Movimentos Populares, ou seja, nos processos de organização, formação e luta, implica em, inspirando-me em Losso (2012), captar o entendimento da categoria mediação, em dois sentidos: em sua função e inter-relação, “na captura do movimento do ser social na reflexão, assumindo a dimensão reflexiva, criada pela razão para captar o seu movimento”, e também no plano ontológico que corresponde a sua existência no ser social, indicando uma abordagem não somente gnosiológica da realidade e sim, pautada em Lukács (1979), que considera a constituição concreta do ser social, em um âmbito ontológico e constituída na complexidade das relações sociais.

Tal investigação incorre também na busca de apreender a categoria “mediação” como uma possibilidade crítica de compreensão, decifração e desvelamento da profunda teia de forças sociais presentes no cotidiano da militância, no chão da periferia. Esse desvendamento crítico, conforme proposto por Martinelli (2013) em relação à atuação profissional do Serviço Social<sup>98</sup>, também se perfaz como fundamental, no encontro entre a militância e a comunidade, que por sua vez, também passa a integrar o Movimento Popular.

Dessa forma, a ação política dos Movimentos Populares constitui-se, por diversos elementos para além da prática, destacando-se a leitura profunda e crítica da realidade, desvendando criticamente as múltiplas determinações presentes na mesma: sociais, políticas, econômicas históricas e culturais.

Tal interpretação da realidade realiza-se, segundo Martinelli (2013, p.148), a partir da mediação entre os diferentes contextos, acontecimentos, sujeitos, forças sociais em presença, considerando as relações estruturais, conjunturais, assim como as suas reverberações no cotidiano. Não há como desvendar a realidade, penetrando as suas tramas constitutivas, sem a categoria mediação, tendo em vista a apreensão dialética do movimento do real, como um processo dinâmico e não linear.

Na discussão acerca da mediação, demarcamos a sua imprescindibilidade para a compreensão dos processos de partilha de conhecimentos que se estabelecem no encontro entre militância e comunidade, assim como a consideramos um potente fertilizante para as rupturas,

---

<sup>98</sup> Ver “A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise”. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8639491>. Acesso em 04 jan 2021.

no enfrentamento à lógica hegemônica tecidas e acumuladas nas experiências coletivas de autoconstrução vivenciadas pelo Movimento no contexto do presente estudo.

Adams (2007, p.192) aborda as diferenças entre a concepção jurídica do termo mediação e a sua apreensão no plano cognitivo: diferentemente da lógica jurídica, na qual há um terceiro elemento supostamente neutro cuja intervenção se dá no sentido de “abafar” ou eliminar o conflito, no aspecto cognitivo, as mediações “tornam-se tanto mais pedagógicas quanto mais potencializam os seus elementos (do conflito) para gerar aprendizados, novas compreensões, posturas ou atitudes”. Desse modo, mediar pedagogicamente, parte da valorização pedagógica dos conflitos, das pluralidades heterogêneas e da complexidade dos elementos que se desdobram das práticas sociais.

No âmbito do resgate filosófico, o termo mediação remete a Hegel, estando também presente na obra de Marx e discutido posteriormente por Lukács (1979), na perspectiva da ontologia do ser social, dotado da capacidade de agir politicamente. Em nossa compreensão, que parte da dialética de Hegel, o sentido de mediação como categoria filosófica, não corresponde à unificação, homogeneização ou à harmonização entre dois elementos antagônicos. A mediação perfaz-se como processo, fundado na tensão e no movimento, de modo que este movimento atinge seu sentido na perspectiva da superação, outra característica da lógica dialética.

Hegel, na perspectiva de Pontes (2002, p.78) é quem vai compreender a dialética em um âmbito que ultrapassa o idealismo subjetivista, dentro de seus nexos lógicos corretos na realidade, combatendo, o irracionalismo e problematizando a abordagem da categoria mediação como acidental, naturalizada no gênero humano, em contraposição a sua característica intersubjetiva e implicada na historicidade. No entanto, o mesmo autor, sinaliza que o filósofo “não consegue manter a radicalidade revolucionária de tal descoberta para além do plano lógico, porque descamba para questões de conciliação do espírito com o mundo”.

Nesse contexto, Neto (2011), refere que Hegel avança na construção da dialética, como categoria que emana das determinações objetivas, ao se debruçar sobre a compreensão filosófica acerca das revoluções burguesas, encontrando nelas a base para a sua constituição filosófica. Como filho de seu tempo, atribui à dialética um papel central em seu sistema, apesar de abordar as relações sociais, em algumas circunstâncias, de maneira essencialmente mistificadas.

No entendimento de Hegel, a tarefa precípua da Revolução era criar um ordenamento político que correspondesse às relações sociais determinadas. A razão, no entendimento de Hegel, não é mera faculdade da alma ou simples expressão dum



conjunto de regras, como afirmava Kant, mas o código secreto através do qual as coisas vêm realizar-se e expandir-se. A razão emerge como algo imanente à natureza substancial das coisas. Nesse caso, a lógica está articulada à história e deve mostrar o movimento dialético da coisa (NETO, 2011, p.141).

O autor ainda sinaliza que diante das disputas de classe ocorridas entre os anos de 1848 e 1849, evidencia-se o caráter contrarrevolucionário da burguesia, sendo a dialética hegeliana, compreendida, neste tempo histórico como “um entrave aos propósitos de eternização da ordem estabelecida, haja vista que sua dialética afirmava o caráter de mudança do mundo” (NETO, 2011, p.141). Há de se considerar uma dimensão racional no método hegeliano, a qual subsiste no fato de que as contradições emanam da própria realidade, no entanto, de acordo com Neto (2011), a dialética em Hegel não deixa de possuir um caráter mistificador recorrendo às falsas mediações para explicar o existente, invertendo a relação entre o real e o ideal, o ser e a consciência, o ontológico e o lógico.

Marx (2010), por sua vez, na crítica que desenvolve à dialética e filosofia hegelianas, nos “Manuscritos econômicos-filosóficos”, reconhece a ação desbravadora da visão de Hegel considerando o movimento dos processos históricos, da concepção do ser humano objetivado e efetivo como resultado de seu próprio trabalho. No entanto, reflete sobre a contradição que acomete a filosofia hegeliana, na qual, o idealismo abstracionista se sobressai em diferentes construções, não deixando de reconhecer, porém, a relevância de Hegel ao tentar, ainda que, subordinando a ontologia à gnosiologia, apreender a realidade na sua dinamicidade e contraditoriedade, abrindo caminho para a compreensão dialética como algo que é imanente ao real.

Marx (2017) subverte a dialética hegeliana, afirmando que a mesma está “assentada sobre a cabeça”, referindo-se ao seu caráter abstrato, fundamentado na faculdade de pensar, no entendimento, ou seja, em bases idealistas. Há, portanto, uma denúncia acerca da dialética hegeliana, como portadora de um caráter mistificador, e, na sequência, aparece uma proposta de inversão, posto que Hegel acaba submetendo a realidade à lógica do conceito, o que para Marx acaba se distanciando da lógica específica do objeto.

Lukács (1978) reforça a crítica, afirmando que para o pensamento hegeliano a relevância está em apresentar, para as correspondentes determinações concretas, as correspondentes determinações abstratas, reduzindo a mediação ao seu propósito lógico abstrato, não sendo necessária uma mediação na realidade, posto que são opostos em essência.

Na lógica dialética, o movimento e a negatividade da mediação, adquirem sentido na perspectiva da superação, de modo que, nessa lógica, constituem a mediação: o movimento, a

totalidade, a contradição e a sua superação, sendo essa relação compreendida de forma não linear e dotada de circularidade, o que impede o estabelecimento de uma hierarquia na mediação.

Nessa perspectiva, o movimento feito pela realidade (história) é distinto do movimento que a razão abstrata realiza para capturá-lo, considerando que o ser social determina sua consciência (prioridade ontológica do ser sobre a consciência). Dessa forma, se estabelece a necessidade de apreender a realidade em sua totalidade, porém, como já citado, a totalidade não deve ser entendida como a soma das partes, mas como um grande complexo constituído de complexos menores.

A totalidade concreta situada como categoria central marxiana, é extraída pela razão teórica da estrutura do real e não considerada como modelo abstrato. Pontes (1989, p.8) compreende a totalidade formada por um todo concreto que também se mostra dinâmico e processual (atravessado pela negação), diferenciado (relações, parte-todo hierarquizado), estruturado (unidade de contrários) e histórico (processo genético histórico-constitutivo).

Nesse cenário, o concreto, para Marx (1982, p.14), emerge como síntese de complexas determinações, na unidade no diverso “por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado e não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida também da intuição e da representação”. Dessa forma, o concreto não se estabelece na imediaticidade do real, nem no plano fenomênico, da positividade.

Segundo Pontes (1989, p. 12), na profunda compreensão da complexa relação que forja o conhecimento concreto é que está a chave de captura da totalidade concreta, sem os riscos das “armadilhas idealistas”. Nesse sentido, o conhecimento concreto pode ser concebido como um como um processo de síntese reproduzido pela razão teórica no plano do pensamento, interpondo-se entre abstrato (imediato) ao concreto (mediato).

O concreto, portanto, não é o dado (empírico), é uma totalidade articulada, construída e em construção. Tecemos, assim, um complexo de problemas que atravessa a relação dialética entre o processo do conhecimento e a própria realidade, de modo que na construção do pensamento:

[...] parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto. Isto é: a passagem do empírico ao concreto se dá pela mediação do abstrato. Diferentemente, pois, da crença que caracteriza o empirismo, o positivismo etc. (que confundem o concreto com o empírico) o concreto não é o ponto de partida, mas o ponto de chegada do conhecimento. E, no entanto, o concreto é também o ponto de partida. Como entender isso? Pode-se dizer que o concreto – ponto de partida é o concreto real e o concreto – ponto de chegada é o concreto pensado, ou seja, a apropriação pelo pensamento do real concreto. (SAVIANI, 2013, p.4).

Falar sobre mediação pressupõe partir da categoria totalidade, visto que, pela mediação é possível o trânsito do singular ao universal, mediatizado pelo particular, decifrando o todo. A mediação, portanto, figura como um atributo exclusivo do ser humano que além de unir o imediato ao mediato, os distingue, permitindo que o imediato seja superado no mediato. Na dialética entre o universal e o singular localizamos indícios que decifram o conhecimento do modo de ser do ser social. Lukács (1978) chama essa dialética de particularidade, caracterizando-se como um campo de mediações para a compreensão da realidade social e a intervenção prática.

A análise de Lukács sobre a questão da particularidade, portanto, parte das contribuições da crítica de Marx ao idealismo hegeliano, a qual, de acordo com Masson (2018, p.36) destaca que “a essência das categorias é o fato de que elas são reflexos da realidade, ou seja, elas possuem concreticidade, no entanto, não representam um espelhamento fidedigno do real”, compreendendo-se, portanto, que a realidade é produzida no nível da consciência, no entanto, não é idêntica, sendo que a realidade visível demonstra apenas partes das reais relações que compõem os fenômenos.

Dessa forma, de acordo com a autora, o espelhamento objetivo é essencial para a intervenção humana na realidade, sendo que “quanto mais adequado, do ponto de vista científico, maior a probabilidade de êxito no pôr teleológico do trabalho ou das práxis sociais”.

A busca generalização, em dados momentos, pelo conhecimento científico se dá, segundo Masson (2018), ao passo que, como conhecimento mediato, a forma universal supera as formas singulares e particulares, porém, não corresponde a uma universalidade abstrata, mas sim “a concreticidade da máxima universalidade, do máximo afastamento – formal – das formas do mundo da evidência imediata.” (LUKÁCS, 1978, p. 183). Mesmo o reflexo sendo de natureza contraditória, visto que não é o “ser”, ele torna-se o meio através do qual emergem novas objetivações e que se realiza a reprodução do ser social. Nesse sentido, mesmo que a investigação se vincule a um caso singular, somente trará resultados científicos se for estabelecida a relação com a universalidade e as particularidades intermediárias.

Há, portanto, no escopo da mediação, uma diferenciação entre a concepção materialista histórico-dialética do reflexo e a abordagem mecanicista, de modo que a primeira não compreende o espelhamento como uma fixação fotograficamente adequada da realidade. O espelhamento dialético da realidade objetiva, de acordo com Masson (2018), pressupõe a apreensão dos múltiplos determinantes, dos nexos causais que configuram a realidade, fazendo

avancar o conhecimento científico e representando um conhecimento aproximado do real, considerando a sua complexidade e movimento histórico.

O campo das mediações, como categoria constitutiva do materialismo-histórico-dialético nos permite realizar aproximações sucessivas ao real, e assim, negar a imediaticidade que atravessa a singularidade do ser social, decifrando as forças e processos que constituem a gênese e o funcionamento dos complexos e fenômenos que existem em uma determinada sociedade. “O particular é a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade” (LUKÁCS, 1978, p. 93).

Com isso, na relação dialética entre o singular e o universal, a partir das mediações, é possível a inserção do ser humano na natureza e na sociedade, devendo a singularidade e a generalidade serem compreendidas no seu movimento de negação recíproca que gera a particularidade, através da qual o ser humano relaciona o singular com o geral. Na práxis da pesquisa e da militância é importante a compreensão de como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade.

Na dialética marxista, assim como na formulação de sua teoria social, a categoria mediação assume um papel central, evidenciando-se a mediação do trabalho com o processo histórico da práxis humana, ao afirmar a necessária produção dos meios que permitem a satisfação das necessidades da vida, a produção da vida material (MARX; ENGELS, 2007).

A essa dimensão soma-se a perspectiva de Lukács (1979) do caráter ontológico do trabalho, intermediário entre ser humano e natureza. Trabalho aqui, compreendido como todo processo de formulação: produtivo, intelectual ou criativo, material e imaterial.

Lukács enfatiza a dimensão ontológica da categoria mediação, afirmando:

[...] não pode existir nem na sociedade, nem na natureza, nenhum objeto que neste sentido [...] não seja mediado, não seja resultado de mediações. Desse ponto de vista, a mediação é uma categoria objetiva, ontológica, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito (LUKÁCS, 1979, p. 90).

A categoria mediação na práxis militante e na da pesquisa merece um aprofundamento reflexivo, partindo-se da sua característica de intervenção na realidade, cuja direção corresponde a fazer enfrentamentos críticos da mesma e estabelecer relações implicadas em processos educativos tanto de si mesmos, como das pessoas envolvidas na vivência, estendendo-se à sociedade como um todo.

Do cotidiano militante fazem parte uma série de esforços, dentro os quais, farei um destaque: o esforço comprometido para a compreensão e interpretação das forças sociais

presentes desde o seu contexto local de atuação, até o âmbito da universalidade. Esse esforço se dá, no sentido de compreender a forma de existência das múltiplas expressões da questão social como a pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças, dentre outras, a partir da tríade “singularidade, universalidade e particularidade”, concebendo o espaço de intervenção em que se dá a real importância e o sentido de sua atuação, no caso, o chão do território periférico, como um campo de mediações que se estrutura sobre determinações histórico-sociais constitutivas dos complexos sociais.

No âmbito dessa problematização, soma-se outra, sobre a qual venho buscando refletir diante da minha própria ação militante não deixando de me desvincular da minha identidade de educadora e de trabalhadora da área social: Na particularidade da intervenção militante, no contexto de um Movimento Popular urbano, como operar neste complexo campo de mediações garantindo o domínio do seu nexos reflexivo e ontológico para a construção de uma práxis transformadora? Ou ainda: como articular as mediações de modo a potencializar forças em busca de um projeto de sociedade que seja transformador da realidade, em um horizonte emancipatório que fortaleça o Poder Popular?

Esse é um questionamento pertinente para quem se propõe a refletir criticamente sobre a prática, e sobre o qual esta tese se propõe aprofundar, através do movimento de evidenciar as mediações pedagógicas do trabalho de base, assim como, do trabalho associado, ao considerar também uma das metas destacada no item 2.2.3.2 quando discorri sobre a formação nacional, organizada pelos movimentos do campo do projeto popular denominada “Trabalho de base é educação popular”, que teve início em 2021, mas que não teve condições de acompanhar.

Essa meta corresponde a forjar uma geração de militantes educadores/construtores, participando de uma construção coletiva e que, portanto, seja capaz de (re)inventar um processo de direção coletiva que requer cooperação, conhecimento da totalidade e das partes, leituras de variáveis, dimensões, avaliação permanente, desde os objetivos estabelecidos, visando contribuir para a finalidade revolucionária, na qual o movimento se identifica.

Compreender o caráter formativo/educativo da militância requer que, dentre outras buscas por aprofundamento, nos dediquemos a exercitar a prática do registro e da sistematização das experiências. Essa tese persegue tal tentativa, buscando que na análise da situação singular das mediações pedagógicas apresentadas por esse trabalho, em um determinado bairro, na periferia de Caxias do Sul, possamos estabelecer relações com a

totalidade do Movimento, que, por sua vez, está inserido em um determinado campo político que integra uma realidade complexa, a qual precisamos conhecer e apreendê-la em sua concretude e em seu movimento.

Nessa travessia, que também se perfaz em um cultivo, é fundamental mergulhar e encharcar-se neste complexo que expressa a realidade para apreendê-la enquanto totalidade composta por determinantes políticos, sociais, econômicos, culturais e históricos.

Assumo a mediação, portanto, na perspectiva de Adams (2007, p.192), “em relação com método compreendido como sistema de relações geradoras de um conjunto de passos flexíveis que acontecem nos processos educativos”. Sendo assim, de acordo com o autor, as mediações pedagógicas podem se configurar como práticas sociais que favorecem, por meio da interação, a construção de sociabilidades e saberes, sobretudo quando os sujeitos implicados e envolvidos no processo assumem uma postura reflexiva acerca de suas contradições e incompletudes.

É na interação com os diferentes espaços estruturais da vida cotidiana, destacando-se o território, tanto no nível local como em relação ao ambiente de globalização, que o potencial dessas mediações pedagógicas, se amplia, tanto em processos relacionais conflitivos quanto nos de ação política solidária. Tais mediações pedagógicas sustentam-se nas concepções de mundo, de sujeito e de educação apresentadas nessa pesquisa, que se apoia na defesa de que, conforme Mézáros (2008), as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.

Neste segmento, apresentarei, nos itens subsequentes, algumas reflexões, pautadas nas experiências vivenciadas e registradas, acerca das mediações pedagógicas no contexto da pesquisa-ação aplicada ao Trabalho de Base no centro da ação política – organização, formação e luta - do MTD, no loteamento Vila Ipê.

### 3.3 A PESQUISA-AÇÃO COMO MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

Em toda a travessia da pesquisa-ação, mantive um papel ativo de registros acerca das análises de conjuntura realizadas, leituras da realidade do contexto de ação, elaboração de estratégias que visavam aprofundar os vínculos com a comunidade e oferecer mais alcance e potência ao trabalho de base proposto que estava sendo rearticulado naquele momento, destacado a partir de 2017.

O fato de eu não ser uma pesquisadora externa ao coletivo, conforme discuto no item

1.3.3 me levou a organizar meus tempos- espaços, visto que as tarefas da militância orgânica e os rumos investigativos da pesquisa demandavam ações e organizações diferenciadas, e, assinalo aqui que o maior diferencial entre ambas as posições, com base na experiência vivenciada, diz respeito ao registro sistemático das reuniões e encontros.

Dentro da sistematização proposta, ressalto a busca pelo desenvolvimento de uma relação processual, que também é demarcadamente histórica: na militância, há um caminho intenso, árduo, não linear, com avanços e recuos, que requer muito diálogo, reflexão, com vistas a não cair em um automatismo, ou em uma dinâmica “executora de tarefas que atende a um calendário determinado pela direção nacional”. Os anos que abrangem o tempo-histórico dessa pesquisa: 2017 a 2022 compreendem uma série de acontecimentos nacionais e internacionais extremamente dinâmicos e a maioria deles não favoráveis ao nosso campo político.

Dessa forma, havia muito trabalho a fazer e estar implicada nessa experiência como pesquisadora, na minha avaliação, favoreceu essa disciplina com os registros e a busca de estabelecimento de nexos, pautada em uma lógica de processualidade, que somente na ação militante, possivelmente, eu não teria, o que comprometeria a minha tentativa de aprofundamento em questões que essa pesquisa levanta para o exercício reflexivo e a construção coletiva. Com isso, eu reforço a relevância de, nas propostas formativas aos militantes que estão na base, se buscar imprescindivelmente evidenciar a prática do registro, dos momentos de reflexão e avaliação coletiva, da autocrítica, sendo que percebo ser este o caminho que o campo no qual o MTD integra-se, está buscando trilhar.

Conforme já referido, o objetivo de delimitar tempos e espaços da pesquisa e da militância orgânica (que traz muitas tarefas) traduz a preocupação em conferir organização ao processo, considerando que o papel de pesquisadora, naquele momento, exercido por mim, transcendia ao grupo. Compreendo que ao longo dos 4 anos que estive integrada ao coletivo, nos primeiros dois anos, eu desempenhei um papel menos propositivo do lugar da pesquisa e mais propositivo do lugar da militância, embora eles estejam imbricados. Considero esse tempo como sendo de aproximação e de conhecimento profundo dos caminhos e das demandas do coletivo, o que também é constituidor das relações entre militância e pesquisa.

Ainda assim, a inclinação propositiva e colaborativa, de maneira nenhuma anula o trajeto de reflexão crítica compartilhada coletivamente com os sujeitos vinculados ao Movimento. Na perspectiva de Silva (2006), a figura da pesquisadora não ficou secundarizada e nem diluída no confluir do processo, a minha intenção correspondia a me afastar o máximo possível de um modelo de pensamento que atribui superioridade ao contexto acadêmico,

descolado da realidade. Esse era um exercício e um diálogo interno constante, assim como, me integrei ao coletivo sem diferenciações ou criando falsas expectativas de que eu conseguiria “decifrar algum enigma” do trabalho coletivo sozinha ou liderar processos sem me sentir à vontade para tal: dialoguei sobre minha vida, minhas experiências, meus anseios e igualmente ouvi e acolhi.

Com o processo de construção da Saboaria Popular Las Margaritas, já no contexto pandêmico, mantenho a minha ação propositiva na militância, mas também, mais situada no contexto e animada pela possibilidade de uma construção concreta na perspectiva da produção/reprodução da vida, vivencio o meu papel de pesquisadora no grupo, de uma forma mais dinâmica, ficando responsável pelo exercício da sistematização da experiência (a ser descrito no capítulo 4) e pelos momentos formativos do coletivo da saboaria, juntamente com mais duas companheiras.

Nesse item que aborda a pesquisa-ação como mediação pedagógica, no percurso do trabalho de base, destacarei, na perspectiva de Adams (2007), a potencialidade da pesquisa participativa como fomentadora de processos formativos junto aos sujeitos implicados na mesma: grupo articulador do MTD na cidade e comunidade do loteamento Vila Ipê, evidenciando oportunidades reflexivas acerca da realidade vivida, da construção do trabalho de base, de nosso processo histórico enquanto sociedade e enquanto movimento popular, assim como a apropriação de novas relações, informações e aprendizados na travessia percorrida, durante essa etapa delimitada como trabalho de base.

A pesquisa-ação, a militância e a função educativa, com base na Educação Popular, atingem nessa discussão um ponto de convergência que é o horizonte utópico da transformação social - nas palavras de Brandão (2006) - a investigação, a educação e ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo, dirigido à transformação social. A mediação pedagógica constitui-se como uma concepção metodológica que permeia esses momentos metodológicos em movimento.

A pesquisa participativa, como representação das trajetórias de organização popular, figura, de acordo com Brandão (2006), como um entre outros instrumentos de cunho científico, político e pedagógico cuja produção perfaz-se como uma alternativa de partilha de conhecimento social, representando também um múltiplo e importante momento da própria ação popular.

Minha aproximação junto ao coletivo do MTD e os diálogos iniciais que me mobilizaram a propor minha contribuição como força militante e ao mesmo tempo como força



investigativa das práticas do Movimento que passei a ajudar a construir, se deu na perspectiva descrita por Brandão (2006, p.10): “estamos em uma estrada de mão dupla – de um lado a participação popular no processo da investigação. De outro a participação da pesquisa no correr das ações populares”.

Aqui destaca-se a participação como pressuposto mobilizador da pesquisa, de modo que esse conceito assume uma centralidade nas reflexões/ações pedagógicas e metodológicas que engendram a experiência em processo, a qual integra a ação militante e a pesquisa. A participação está intrinsicamente implicada no centro da ação política dos Movimentos Populares que envolve formação, organização e luta, de modo que a organização política, no escopo de uma lógica totalizante e crítica evidencia-se como uma das dimensões da existência social que favorece relações e meios para superar as formas reificadas de ser e de pensar, avançando no processo de humanização, inclusive porque a própria condição concreta do esgotamento e da exploração suscitam as possibilidades de questionamento da ordem estabelecida e de rebelar-se contra ela.

Conforme Streck e Adams (2017, p.31), a superação do formalismo democrático que demarca nossa sociedade, conta com a participação efetiva da população, para além da ação transformadora da educação com vistas a uma radicalidade democrática. Esse processo implica a criação de mecanismos estruturais e, sobretudo o desenvolvimento de uma cultura de participação, a qual também se perfaz como um processo educativo.

Streck, Daudt e Lodi (2017) discutem acerca do caráter intersubjetivo da participação, posto que, ao longo da vida, “aprendemos a participar, participando” de diferentes iniciativas: formais, informais, de resistência, dentre outras. Cabe saber de que formas as pessoas internalizam essa participação. O que aprendem com ela? Que formas de vida e de sociabilidade ela potencializa?

Daí a importância de se adjetivar a participação e as suas diversificadas etapas e significados para as pessoas, de modo que ela implique na interferência crítica e efetiva nos acontecimentos do contexto histórico, transformando a realidade em âmbito coletivo.

Acrescento a essa síntese que à cultura de participação integram-se os processos de auto-organização e autodireção, como ações comunitárias (KRUPSKAYA, 2017; PISTRÁK, 2009) compreendidos no âmbito dessa pesquisa como contribuições da pedagogia socialista – considerando os diferentes contextos históricos implicados - sobre os quais discorreremos adiante. O esforço auto organizativo que também se caracteriza como um processo educativo,

figura como um avanço para além do estar de corpo presente, requerendo ações propositivas, envolvimento reflexivo e noção da coletivização dos processos.

É importante mencionar que em alguns momentos, observávamos a participação de algumas pessoas nos espaços propostos pelo Movimento, no entanto, sobretudo nos primeiros momentos, demonstrando certa timidez para se colocar no coletivo, dizer sua palavra. Compreendemos, portanto que essa participação efetiva, nas proposições é um processo a ser construído por meio de diversas mediações pedagógicas sobre as quais teceremos reflexões.

Participação, na perspectiva freiriana “enquanto exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania se acha em relação direta, necessária, com a prática educativo-progressista” (FREIRE, 2017b, p. 86), aquela que pressupõe a mobilização coletiva, a renúncia em relação a ser simples espectadores silenciados, a superação dessa cultura do silenciamento e o avanço pelo processo decisório da contestação (FREIRE, 2014b).

Fals Borda (1987) aborda a participação, no processo de pesquisa, implicada em uma relação entre os sujeitos, na qual metas, ações, problemas e objetivos são compartilhados, considerando-se as relações de confiança concretizadas em cada processo de pesquisa e transformação social.

O movimento que passei a perseguir, integrada à demanda do coletivo do MTD e que traduz o estabelecimento dessas relações mencionadas, foi acerca de como se estabelece, aprofunda e amplia o trabalho de base em determinado bairro da periferia urbana de Caxias do Sul, de modo que busquei trazer à tona a dimensão das mediações pedagógicas, com a finalidade de contribuir qualitativamente para esse processo no qual o Movimento está implicado, que envolve a carência de registros das experiências, a relevância da sistematização e a busca por uma Pedagogia do Movimento que fomente os processos formativos dos militantes educadores/construtores e as ações dos mesmos nos territórios que visam a rupturas com a ordem social estabelecida.

Sendo a participação (minha, do grupo articulador e da comunidade do loteamento) a tônica da presente pesquisa, que permeia as mediações pedagógicas que nutrem o solo fértil pelo qual o trabalho se desenvolve, cabe apontar os elementos, inspirados nas experiências de acompanhamento do Orçamento Participativo no RS, apresentados por Streck e Adams (2017), compreendidos como fomentadores de uma “pedagogia da participação” e que se relacionam aos movimentos metodológicos vivenciados na pesquisa participativa, como mediação pedagógica. São eles:

1) cada comunidade desenvolve suas formas próprias de participação, de acordo com sua história, sua cultura e suas experiências; 2) o direito e a possibilidade de dizer a “sua” palavra é, por si, uma experiência formadora de grande importância; 3) uma “Mística” de participação, ou seja, um clima em que as pessoas se sintam acolhidas; 4) a circulação de informações, que podem ser sobre a realidade financeira do Estado ou sobre fatos e dados do lugar e da região; 5) vinculação do cotidiano com as utopias, articulando as demandas pontuais por obras específicas com projetos para uma sociedade melhor e mais justa (STRECK; ADAMS, 2017, p. 32).

Com isso, nesse espaço estabelecido e alimentado tanto pela ação militante quanto pela prática investigativa, pelo qual transitaram 15 moradores da região (11 mulheres e 4 homens), sendo que essa vinculação ao movimento foi variável, em diferentes momentos, fomos buscando construir no coletivo diferentes formas de participação que pudessem criar significados para o fortalecimento do grupo.

Portanto, o ponto de partida da análise considera a pesquisa participativa como mediação pedagógica, considerando que ela é uma das dimensões que alimenta o processo no território e por ele é alimentada. Inspirada na pesquisa de Adams (2007) o ponto de partida para identificar a categoria mediação pedagógica foi situá-la no contexto de encontro entre a pesquisa-ação participativa e a Educação Popular, considerando a minha inserção e atividade junto ao Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos de Caxias do Sul.

A construção do Movimento, nos seus territórios de atuação, que tem como base a Educação Popular, conforme discorrido na análise dos seus documentos, propicia uma grande diversidade de mediações pedagógicas, favorecendo a constituição de relações estabelecidas “entre a materialidade/objetividade e o diálogo reflexivo sobre essa experiência com objetos e com outros sujeitos (pessoas)” (STRECK; ADAMS, 2017, p.39).

Ao longo do período em que acompanhei as estratégias para o desenvolvimento do trabalho de base junto ao grupo articulador e junto à comunidade, pude observar, tal como Adams (2007) e Streck e Adams (2017, p. 39), a presença de processos de mediação que se desdobravam de reflexões espontâneas advindas da própria vivência da experiência, caracterizando-se como mediações intrínsecas, assim como também, as mediações extrínsecas provocadas por processos planejados pedagogicamente e mobilizados a partir de problematizações, como momentos variados de (in)formalidade

No contexto da experiência vivenciada e analisada, as mediações pedagógicas do trabalho de base tiveram como ponto de partida o planejamento do coletivo MTD acerca de retomar a ação no loteamento Vila Ipê, depois de aproximadamente oito anos de desarticulação do programa das Frentes Emergenciais de Trabalho e o esvaziamento dos núcleos nesse bairro e nos outros.

Como ponto de chegada, temos o envolvimento das pessoas em processos participativos no loteamento e em outros pontos da cidade (como protestos e marchas), e, no contexto da pandemia, da concretização de uma frente de trabalho que confere outra dinamicidade ao processo. Importante sinalizar que as contradições do processo, tendo em vista o horizonte emancipatório no qual o Movimento se pauta na ação-reflexão-ação de suas práticas educativas, também se perfazem como mediações pedagógicas que nos apontam indícios de como superar, na práxis cotidiana os limites/resistências acerca da internalização dos aprendizados que visam romper com a cultura de silenciamento e dependência que demarcam o nosso processo histórico.

Nem todos os participantes das experiências do trabalho de base vincularam-se à iniciativa da Saboaria, por diferentes motivos, no entanto, essa foi uma força que emergiu do território como um dos desdobramentos do mesmo, e para a qual o percurso da pesquisa se direcionou, também em razão do cenário da pandemia que restringia as possibilidades de encontros.

Nesse processo de pesquisa participativa, por dentro do cotidiano de um Movimento Popular, pensando em modos de tecer relações que aproximem pessoas em torno de um horizonte utópico acerca de uma sociedade mais justa, assim como nesse trajeto de intervenções no tecido social que conforma o território, podemos destacar que as mediações pedagógicas se desenvolveram nos seguintes âmbitos/contextos:

- a. Proposição de espaços formativos, participativos e de luta social tendo o território como centralidade: Reuniões – Espaços de diálogo comum; Eventos/ Ações de Solidariedade; Participação nos processos de luta social; Formações de lideranças – grupo de base.
- b. A Mística para uma educação sentipensante.
- c. Unidade na diversidade como alicerce da ação política: reconhecimento e estranhamento da pertença a um coletivo.

Destacamos esses contextos como potenciais para o desenvolvimento de mediações pedagógicas, como contribuição de uma práxis a qual certamente necessita de novos movimentos, aprofundamentos e construções. No entanto, a tarefa da sistematização é apontar caminhos, compreender por quais articulações percorremos para nos estabelecer no bairro, ou seja, quais as forças sociais que demonstraram afinidades e conflitos.

Assim, a direção se dá em busca de outras ações coletivas no bairro: a Saboaria foi a que se concretizou, no entanto, há moradores vinculados ao Movimento que não estão inseridos nessa iniciativa. Como continuar? Quais as possibilidades de caminhar em busca da

massificação do Movimento, conforme a sua estratégia propõe, pautando-nos nas características do município em que atuamos? Como estamos percorrendo essa travessia para alcançarmos os objetivos do Movimento?

Nesse contexto, compreendemos a relevância do aprofundamento na análise das mediações pedagógicas do processo, considerando que elas figuram como práticas sociais essenciais no campo da Educação, e sobretudo na concepção de Educação na qual o movimento popular e essa tese se ancora, inspirada na construção da ruptura com a lógica do capital (MÉSZÁROS, 2008).

Essa sistematização que propomos acerca das mediações pedagógicas busca auxiliar na compreensão dessas questões apontadas acima, com uma intencionalidade de desenhar, pela práxis, o horizonte almejado, além favorecer o apontamento de questionamentos acerca deste horizonte. Quais as permanências? Quais as lacunas? O aprofundamento da sistematização das mediações pedagógicas contribui para, no fazer e refazer da práxis, teorizar a nossa ação: estamos aprendendo com as experiências? O que? Quais os acúmulos coletivos? De que forma foram conquistados? E os pontos de entrave? No que essas análises contribuem para desenharmos os próximos passos?

É no fazimento da experiência, na partilha coletiva das avaliações e no movimento de debruçar-se sobre as referências teóricas com as quais contamos (além de buscarmos novas) que buscamos seguir, com avanços e recuos, o nosso método pautado na libertação e na emancipação humana, ancorado em uma proposta de educação que realize transformações políticas, econômicas, culturais e sociais para a construção de um novo mundo possível, que avance para além do capital.

### 3.4 AS MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS DO TRABALHO DE BASE NO CENTRO DA AÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS POPULARES: O CULTIVO DA EXPERIÊNCIA E A PRÁXIS ITINERANTE NO TERRITÓRIO

*Quem espera na pura espera  
vive um tempo de espera vã.  
Por isto, enquanto te espero  
trabalharei os campos e  
conversarei com os homens.  
Suarei meu corpo, que o sol queimará,  
meus pés aprenderão os mistérios do  
caminho;  
meus ouvidos ouvirão mais;*

*meus olhos verão o que antes não viam.  
enquanto esperarei por ti.  
Não te esperarei na pura espera  
porque o meu tempo de espera é um  
tempo de quefazer.*

**Paulo Freire**

O objetivo desse item é apresentar um sobrevoo inicial acerca da travessia vivenciada no campo empírico, reconhecendo as mediações pedagógicas do Trabalho de Base proposto pelo MTD.

Os sentidos de itinerância e de cultivo permeiam a pesquisa, pois, ao mesmo tempo que estive em movimento pelo território integrada ao coletivo do MTD, cultivamos também, na dimensão da processualidade, aproximações e reaproximações dos moradores do local, das instituições, visando ao acúmulo de força social neste trajeto que teve a Educação Popular como referência. A inspiração para esse resgate é a recuperação do processo vivido, de Oscar Jara H. (2006).

Esse resgate, sistematizado por mim, a partir das práticas coletivas de 2017 a 2019, foi um dos recursos de registro consultado, no início do ano de 2020, quando fizemos as projeções para o ano, junto ao grupo articulador municipal do MTD, no mês de fevereiro, antes da irrupção da pandemia da Covid-19. A partir da pandemia e das ações que se desdobraram desse quadro, me estabeleci acompanhando o processo de construção da Saboaria Popular Las Margaritas e deixei de acompanhar as atividades do grupo articulador<sup>99</sup>, em 2021.

Nesse cenário de 2021, três militantes do MTD que acompanhavam o grupo municipal, duas (sendo eu, uma delas) passaram a coordenar a construção da Saboaria e outra se manteve na articulação municipal e no território. Além disso, outra militante que contribuía com as entregas da Saboaria (permanecendo nesta tarefa até outubro/2021) porém sem inserção orgânica no processo da mesma, também integrava a articulação municipal.

Com isso, tomando como base os registros de 2017, 2018 e 2019 (2020 será narrado no capítulo 4), uma práxis itinerante, alimentada por mediações pedagógicas, se materializa e se estabelece seguindo planejamentos debatidos no grupo articulador municipal, constituindo-se também na sensibilidade aos fluxos que emergem do território (sujeitos, condições de vida,

---

<sup>99</sup> No ano de 2020 cheguei a participar de algumas reuniões do grupo articulador municipal, havendo algumas discordâncias internas acerca do modo como se encaminhou o processo de construção da Saboaria. Dessa forma, buscamos dialogar acerca dessas diferentes visões, compreendidas como inerentes ao processo, cientes da relevância das críticas e das avaliações coletivas, a fim de chegar a entendimentos, durante as reuniões.

necessidades), associando elementos da conjuntura e também da direção nacional do Movimento, ora mantendo sentidos de continuidades e ora lidando com interrupções, condições que buscávamos avaliar conjuntamente para definir os próximos passos a seguir.

Nesse ponto, é importante dizer que o principal objetivo do Movimento ao se reaproximar do território, tendo em vista o desenvolvimento do trabalho de base em comunhão com os moradores e moradoras da comunidade, era a formação de um grupo de base, sendo este objetivo alcançado, com limites e uma série de desafios, em junho de 2019.

Outra questão relevante corresponde ao fato de paralelamente ao trabalho desenvolvido no território em Caxias do Sul, o Movimento continuava o seu processo de reestruturação nacional, estabelecendo naquele momento os seus GTs, coordenações e direções. Seguimos a práxis por dentro do grupo articulador, inspiradas nas experiências das companheiras mais antigas na militância, somando-se ao olhar das que se integravam ao coletivo (sendo eu uma delas), além das demandas que emergiam dos percursos e relações estabelecidas no território de ação.

Faço a opção, ao apresentar o percurso das mediações pedagógicas do Trabalho de Base, de utilizar alguns registros de imagem, considerando a representatividade que eles carregam, em relação ao processo, oferecendo uma dimensão mais concreta da experiência. As fotografias, na minha compreensão, são relevantes para a caracterização do presente estudo, visto que as dimensões de compreensão e apropriação do campo oferecidas pelos diferentes registros imagéticos complementam as linhas escritas até aqui.

O suporte imagético, segundo Samain (1997, apud ACHUTTI, 1997, p. XVIII) trabalha com operações cognitivas e afetivas singulares, diferentes das oferecidas pelo suporte verbal. A articulação entre as imagens e o texto escrito, portanto, oferecem às leitoras e leitores novos níveis de compreensão acerca da realidade apresentada.

As sínteses visuais que seguem, representadas em figuras<sup>100</sup> (*hiperlinks*), cumpriram a função de instrumentos os quais fui alimentando progressivamente, conforme as ações centrais do trabalho de base no território iam se desdobrando e considerando as mediações pedagógicas evidenciadas no momento de sua construção.

---

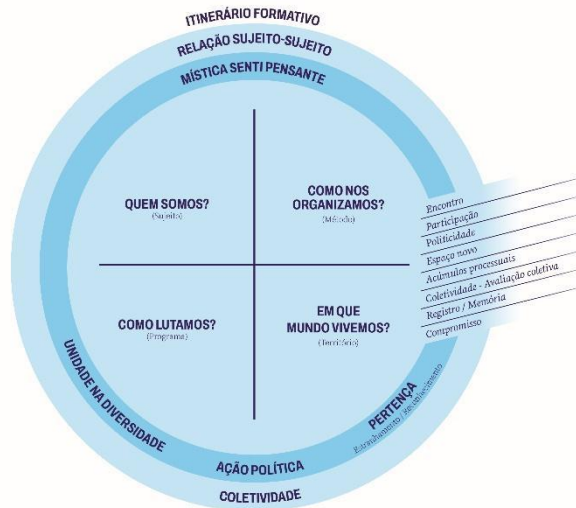
<sup>100</sup> Para acessar os hiperlinks, basta clicar na figura.

Figura 8 - Linha do tempo: travessia pelo território abril/2017 – maio/2020



Fonte: elaborado pela autora e diagramado por Vinicius Agliardi (2022).

Figura 9 - Itinerário Formativo – Vila Ipê



Fonte: elaborado pela autora e diagramado por Vinicius Agliardi (2022).



**Figura 10 - Mosaico das Estratégias de ação junto ao Grupo de Base**



Fonte: elaborado pela autora e diagramado por Vinicius Agliardi (2022).

### **3.4.1 Proposição de espaços formativos, participativos e de luta social tendo o território como centralidade**

A proposição de espaços formativos, participativos e de luta social, tendo o território como centralidade e os seus desdobramentos figuram um campo fértil de mediações pedagógicas vinculadas ao movimento do coletivo de se reaproximar do território, resgatando antigos contatos e estabelecendo novos. Tornar-se visível no espaço, planejar estratégias de aprofundamento das relações no local foram objetivos que fizeram parte dessa etapa do trabalho de base.

Compreendendo o trabalho de base, na perspectiva de Martins (2021) no escopo da Educação Popular e de Peloso (2012) em suas finalidades como a denúncia da opressão estrutural, alicerçada em ações como a competição, a ganância e a dominação e o anúncio do horizonte da humanização, por meio da convivência solidária e da utopia da sociedade sem classes, é importante destacar essa ação de imersão no cotidiano do bairro, por parte da militância como um exercício de evidenciar a dignidade das pessoas, que muitas vezes acaba secundarizada, nos modos de vida vinculados à superação das dificuldades diárias e à satisfação das necessidades imediatas de sobrevivência.

A ação política do Movimento, nesse sentido, se dá também como uma possibilidade de canalizar a rebeldia popular na leitura da realidade e na luta por justiça. Moretti (2018) discorre sobre o “conceito-ação” rebeldia, na epistemologia freiriana, que se legitima como

uma prática educativa que visa à mudança de atitude, de modo que a rebeldia aliada à integração orgânica a um coletivo para o enfrentamento das adversidades de nossa realidade, estimula a pensar em um amanhã que pode ser melhor, de acordo com as nossas ações. Diante de uma estrutura social autoritária, a rebeldia mobilizadora, é um dos caminhos.

Não se trata obviamente de impor à população espoliada e sofrida que se rebele, que se mobilize, que se organize para defender-se, vale dizer, para mudar o mundo. Trata-se, na verdade (...) de (...) desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos a violência e a profunda injustiça que caracterizam a sua situação concreta. Mais, ainda, que sua situação concreta não é destino ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado (FREIRE, 2016b, p.77).

A organização política pressupõe presença e participação, então, por isso que, para além das visitas individualizadas realizadas no contexto da militância (sobretudo por parte de quem já possuía uma relação com o MTD), o grupo articulador compreendeu que a proposição de espaços participativos no território figurava como uma possibilidade real das pessoas se conhecerem, compartilharem o espaço, sentirem-se à vontade para expor, com suas palavras, as suas questões em relação ao bairro e as problemáticas da vida cotidiana, mas, para além disso, para que os vínculos pudessem se estabelecer de uma forma genuína e processual.

#### 3.4.1.1 Ponto de partida: espaços de diálogo comum – dizer a palavra, construir a ação e tecer reflexões na organização e na luta

Cientes de que não existe um roteiro para o Trabalho de Base, o objetivo, nas próximas linhas, é mostrar como, processualmente, o MTD foi se conformando no loteamento Vila Ipê, buscando sinalizar algumas percepções que foram nos direcionando em nossas ações estratégicas partilhadas com a comunidade.

Nas experiências descritas, que dissertam sobre os momentos de comunhão compartilhados nesse processo de aproximação do MTD com a comunidade, composto por reuniões na AMOB, ações de solidariedade, eventos, articulações políticas e participação nos processos de luta social, organizarei a exposição dividindo as ações coletivas por ano, e, a partir de 2018, quando já estou integrada ao Movimento como integrante do grupo articulador, trago a descrição da experiência, envolvidos e a síntese da avaliação coletiva.

Esse período que descrevo como trabalho de base, anterior à proposição da construção da Saboaria Popular Las Margaritas (sendo que o trabalho de base, para além da saboaria,

continua no bairro, com algumas interrupções, sobretudo no período da pandemia entre maio/2020 e agosto/2021) foi demarcado por encontros (pessoas do loteamento que se aproximaram do MTD), reencontros (militantes “antigos” que retornaram às atividades) e uma estratégia articulada no grupo articulador municipal que, conforme já mencionado, previa, em síntese, a proposição de espaços formativos/participativos no território com a finalidade constituir um grupo de base composto por moradoras e moradores do loteamento.

#### *3.4.1.1.1 2017: (re)aproximação com o Território*

Como já referido, o processo de imersão no loteamento Vila Ipê, acompanhando as estratégias de ação do MTD tiveram início no ano de 2017, sendo que as atividades do movimento na área norte de Caxias do Sul haviam sido retomadas em abril do mesmo ano<sup>101</sup>, quando duas das lideranças ativas municipais do MTD em conjunto com um pequeno grupo de militantes do LPJ, definem retomar a tarefa de organização popular na região norte da cidade, considerando a perspectiva do Movimento em se fortalecer nas periferias urbanas e a quantidade de pessoas considerável que estavam vinculadas ao Movimento, anos antes, sobretudo nos períodos em que a lei das Frentes de Trabalho estava ativa.

Existe um exercício de avaliação, uma leitura e uma autocrítica por parte dessas lideranças do Movimento com quem estabeleci diálogo, no momento de minha aproximação, sobre o fato de as pessoas vinculadas ao movimento, possivelmente não terem desenvolvido o sentimento de pertença ao coletivo, que poderia ter sido estimulado, no período das Frentes Emergenciais de Trabalho (sendo que isso, na avaliação informal, sobre a qual dialogamos, poderia ter sido melhor trabalhado ou estimulado, com formação político-educativa). Com isso, com o final das Frentes de Trabalho, o movimento também esvazia e passa por rupturas internas. Uma outra questão sobre a qual também discutimos nesses diálogos era acerca da concepção de trabalho adotada pelo Movimento, na teoria e na prática, de modo que a reprodução de relações autoritárias, ou o não estímulo ao processo de coletivização do espaço e dos recursos, por exemplo, poderiam figurar como fragilidades nesse processo pregresso.

No cenário pós-golpe (contexto descrito na nota de rodapé 73), em meio ao processo de nacionalização do Movimento (como mencionado anteriormente), um pequeno grupo de

---

<sup>101</sup> Como citado anteriormente, no período das Frentes Emergenciais de Trabalho (meados de 2007), houve uma intensa articulação do Movimento da região, no entanto, quando o programa se extingue, os núcleos se desarticulam, sendo esse um ponto de autoavaliação do Movimento.

peças de Caxias do Sul, militantes do MTD e do LPJ, define como estratégia (re)construir as bases do movimento na área norte de Caxias do Sul, a partir da leitura da conjuntura que apontava o aprofundamento da tendência a se minar espaços participativos, além da iminência da aprovação de pautas prejudiciais à classe trabalhadora, com as contrarreformas trabalhista e da previdência, além do cenário de desemprego e precarização do trabalho, sentido primeiramente pelas populações das periferias.

O evento disparador para a retomada desse diálogo com a área norte foi a organização para uma marcha de manifestação contra as reformas trabalhista e da previdência, no dia da greve geral, em 28/04/2017. Essa construção foi parte da mobilização nacional organizada pelas centrais sindicais contra a lei da terceirização e as Reformas da Previdência e Trabalhista, propostas pelo governo do então presidente, Michel Temer. Participaram dessa manifestação os sindicatos da cidade, União das Associações de Bairro (UAB), aposentados, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres, organizações estudantis, pastorais, desempregados, entre outros. A marcha se iniciou na área norte em direção ao centro da cidade e houve também dois atos públicos na praça Dante Alighieri (região central de Caxias do Sul).

As figuras abaixo mostram o chamamento para o ato público e a parte da marcha em trânsito.

**Figura 11 - Chamamento para o ato da greve geral**

**ZONA NORTE EM LUTA  
PELOS DIREITOS DO POVO  
CONTRA AS REFORMAS DA PREVIDENCIA E TRABALHISTAS**

**Sexta 28/4  
é Greve!**

**Zona Norte na Greve Geral**

- Ponto de encontro: Posto São Luiz (Santa Fé) às 7h da manhã
- Praça Dante (Centro) às 10h e 16h no ato geral contra as reformas

**Com nossa aposentadoria e direitos trabalhistas não se brinca.  
Vamos parar Caxias!**

Fonte: Elaborada por integrante do grupo Zona Norte em luta por Direitos (2017).

**Figura 12 - Marcha contra a Reforma Trabalhista**



Fonte: Acerco de Nathalie Padilha (2017).

As primeiras relações tecidas no território se pautavam na proposição de uma organização popular com o objetivo de participar politicamente na luta pela defesa dos direitos da população periférica, desempregada, e alinhada com outras pautas que emergissem no processo coletivo. A constituição do grupo “Zona Norte em luta por direitos” teve uma importância fundamental para esse processo de aproximação com o território, além da marcha no dia da greve, o grupo permaneceu em contato para a reivindicação pela construção do trevo de acesso ao bairro Santa Fé, que aconteceu no dia da inauguração da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Zona Norte. Houve uma série de acidentes nesse trecho e a informação que circulava era de que havia verba do governo federal (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – da Mobilidade Médias Cidades) para a realização da obra, a qual ficaria disponível até a metade de 2018. As obras começaram em abril de 2018 e finalizaram um ano depois.

Nesse primeiro momento, as pessoas que compunham o grupo estavam vinculadas às atividades do centro comunitário Vila Ipê, além algumas articulações como o CAPS Joana D’arc (centro educativo de contraturno escolar). Militantes do MTD e do LPJ também estavam integrados e buscavam auxiliar na articulação desses atos.

A articulação do grupo também propôs o momento formativo realizado no Centro Comunitário Vila Ipê, no mês de outubro, onde eu, pela primeira vez, tive contato com o MTD. Eu vinha das articulações no bairro, que foram decorrência da minha pesquisa de mestrado e

estava tentando entender melhor quem eram as lideranças, ou ainda os agentes mobilizadores de ações na região.

Essa atividade, que ocorreu no dia 07/10/17, consistiu em um estudo coletivo sobre a história brasileira e atual conjuntura, organizado pelo grupo Zona Norte em Luta por Direitos, com participação de moradores do bairro e pessoas, de outras regiões, com alguma aproximação com as pautas do campo da esquerda, interessadas na temática. A palestra foi ministrada por uma militante da coordenação nacional do MTD, havendo também um almoço comunitário, e, no período da tarde oficinas de *grafitti* articuladas pelo Levante Popular da Juventude e uma roda de conversa sobre o MTD, da qual participei, sendo essa a minha primeira interlocução com o Movimento.

A primeira atividade que integrei, já como militante do MTD, foi ao final do mês de outubro, e se desenvolveu no território. A ação consistiu em distribuir folhetos que colhiam assinaturas para um abaixo assinado contra a reforma trabalhista, que estava prestes a ser aprovada (entrando em vigor dia 01/11/17, sendo uma atividade articulada entre as forças do campo de esquerda da cidade: sindicatos, coletivos, partidos e movimentos). O objetivo dessa atividade, na nossa intenção de imersão no espaço, era estabelecer contato com moradores da região e “sentir” o território. Estabelecer diálogo e manter a escuta aberta para construir uma compreensão sobre como os moradores do bairro compreendiam aquele momento pelo qual o país passava.

No dia dessa atividade, registrei minhas primeiras impressões vinculada ao grupo:

Hoje passamos a tarde toda caminhando pelo bairro e estabelecendo conversas sobre a Reforma Trabalhista. Estava muito calor e cheguei em casa realmente cansada. Nos dividimos em três duplas e percorremos algumas ruas do bairro com a folha do abaixo assinado em mãos. Me lembrei das épocas em que realizava visitas domiciliares em São Paulo, porque, para minha surpresa, três pessoas nos convidaram para entrar nas residências. Caminhei junto com dona Maria, que está ligada ao MTD há mais de 10 anos, e, também aproveitei para conversar sobre a sua compreensão do movimento. As pessoas do bairro, no geral foram muito receptivas ao diálogo (com exceção de uma pessoa que não quis conversar), no entanto, as expressões e falas vinham muito carregadas de cansaço e desesperança, como: “tá tudo ruim, e acho que ainda vai ficar pior”; “o pobre sempre é o mais prejudicado”; “a culpa é do governo, ninguém presta”. Nos diálogos que estabeleci, percebi a ausência da percepção dos fatores que configuram a atual situação (alto desemprego, Reforma Trabalhista), e sim uma concepção determinista: tudo é ruim, e ainda vai piorar. Nesses primeiros contatos com o campo, essa foi a frase que se sobressaiu, logicamente que em cinco conversas. Mas, contraditoriamente, me admirou o fato de que as pessoas se mostram abertas para receber, para conversar, para trocar ideias, apesar do desânimo. Em uma das conversas, arrisquei: “O senhor acha que se as pessoas se unirem para lutarem pelos seus direitos essa situação melhoraria”? O senhor que nos recebe em casa e nos oferece água, sem antes sinalizar que era a única coisa que tinha para oferecer, diz: “Sim”! Então pergunto: “E o senhor se imagina no meio dessa gente, lutando”? “Não filha, isso eu deixo para os mais novos.”. Uma outra pessoa com quem dialogamos,

disse que se animaria se mais pessoas se animassem. São os termômetros iniciais do território (Diário de campo 01 nov. 2017).

Na avaliação coletiva da atividade, uma constatação que permeia a construção diz respeito ao fato de nenhuma pessoa do grupo articulador residir na área norte. O quanto essa configuração interfere na dinâmica? Somos forasteiros? Como estabelecer vínculos genuínos e “fazer com”? A ação planejada é aproximar pessoas do loteamento para que estas, caso se identifiquem com a proposta do MTD, como um coletivo, que é criar espaços de participação, além de participar dos já existentes, articulação, diálogo e luta pelos direitos, possam se reconhecer como um grupo de base do Movimento, no território.

Ao final do ano de 2017, o grupo de militantes na região apontou como perspectiva, a construção de um trabalho de base, visando aproximar e agrupar pessoas com o objetivo de se pensar em estratégias de organização para reivindicação por direitos fundamentais violados, considerando a realidade da região. Essa direção mais geral da luta por direitos sem ter um direcionamento tão específico, a meu ver, coaduna-se com a recente reformulação da estratégia do movimento em nível nacional, naquele momento, em elaboração (o documento é de 2018).

Das relações construídas durante 2017 destaca-se a aproximação do movimento com a Associação de Moradores de Bairro (AMOB) do Vila Ipê, de modo que a mesma foi compreendida como positiva, considerando que a AMOB é uma referência de articulação e luta por melhorias no bairro. O Centro Comunitário foi historicamente concebido para articulações populares, na década de 80, onde também se organizou, por muitos anos o Clube de Mães<sup>102</sup>.

Dessas primeiras experiências, nas avaliações coletivas que acompanhei, sobressaiu-se a compreensão de que é importante ir além dessa referência histórica do bairro, visto que a imersão no bairro foi nos mostrando diferentes realidades e condições de vida em relação aos participantes da Associação. Outro desafio destacado para 2018 condizia ao fortalecimento do coletivo Zona Norte em Luta por Direitos, composto por alguns moradores do bairro, tendo como uma das lideranças o ex-presidente do bairro.

Constitui-se, então, nesse período final de 2017 um grupo formado por três mulheres do MTD e quatro jovens do LPJ, além da presença de um militante que em outros momentos havia participado de formações junto aos movimentos, no entanto, em logo no início do ano seguinte precisou se afastar do Movimento por ter passado no Mestrado em outra cidade. Esse

---

<sup>102</sup> O Clube de Mães, na cidade de Caxias do Sul, conta com 47 anos de existência, sendo que nos dos bairros são organizados em espaços como os Centros Comunitários, por mulheres vinculadas à Associação dos Clubes de Mães de Caxias do Sul. A proposta é reunir mulheres em torno de atividades voluntárias como costura, crochê, outras produções artesanais como alternativa de geração de renda.

grupo de sete pessoas então, em diálogo sobre o seu papel e sua identidade junto ao território, constituiu-se como um grupo articulador, chegamos a esse nome, avaliando coletivamente a nossa direção naquele momento de reaproximação: tecer articulações entre pessoas e instituições para o desenvolvimento do trabalho de base no Vila Ipê, de modo que outros moradores do território pudessem compartilhar das estratégias de ação a serem formuladas.

#### *3.4.1.1.2 2018 – Um ano de proposições no Território*

O ano de 2018 começou com a perspectiva dos “trânsitos e diálogos pelo território”. Nesse cenário, apresento, na sequência, as experiências descritas, seus desdobramentos, apontando os sujeitos envolvidos e a síntese da avaliação coletiva.

#### **Experiência: Constituição do grupo articulador do MTD na cidade de Caxias do Sul (início: fevereiro 2018 – ao longo do ano)**

**Descrição (envolvidos):** Tendo início em fevereiro, o grupo se constitui durante o ano, composto por 4 mulheres, sendo uma delas moradora do bairro Fátima, também área norte da cidade e antiga militante do MTD, tendo já morado no Vila Ipê, desempregada naquele período. Além dela, outra militante, vinculada ao Movimento desde a sua formação, no ano 2000, assentada no Zumbi dos Palmares, tendo participado ativamente dessa conquista do Movimento, além de atuar profissionalmente como educadora social da Fundação de Assistência Social (FAS) de Caxias do Sul, eu, me apropriando da dinâmica de ações propostas e bolsista de doutorado, moradora de Caxias do Sul há pouco mais de três anos e outra participante, anteriormente ligada ao Levante Popular da Juventude, e, naquele momento vinculada ao MTD de Caxias do Sul, desde o seu processo de rearticulação em 2016, além de também atuar como educadora social da FAS. Um pequeno grupo de jovens do LPJ, composto por quatro participantes, sendo eles: um dos filhos de uma das militantes do MTD e sua namorada, além de uma estudante de história da UCS e um jovem militante que atuava como artista de rua, manteve-se próximo ao MTD nesse primeiro momento de 2018, pensando em estratégias de organização de um trabalho de base no território Vila Ipê. No decorrer do ano, mais precisamente em meados de outubro, uma das integrantes do MTD, moradora do bairro Fátima afastou-se do grupo articulador, em virtude de uma nova organização de sua rotina de trabalho e questões de saúde. Ao mesmo tempo, como um desdobramento dos trabalhos nos territórios com a pauta eleitoral (a ser descrita adiante), advindo de articulações com as pastorais sociais, soma-se ao grupo articulador uma militante. Essa militante, naquele momento



desempregada, possuía uma relação histórica com o Partido dos Trabalhadores, além de já ter militado no MTD na primeira década do ano 2000 e ter participado intensamente da construção de cooperativas de reciclagens no município. No mesmo período, novembro de 2018, outra figura feminina também adere ao grupo articulador do MTD, trazendo acúmulos de experiências formativas em movimentos sociais em outras regiões do Rio Grande do Sul, além de estar, como eu, cursando doutorado em educação, desenvolvendo pesquisa na área da juventude. Importante mencionar também que, a partir da metade de 2018, o grupo do LPJ passou por um processo de redefinição das estratégias e de desarticulação, e também se distanciou do território Vila Ipê, mantendo-se presente apenas em alguns momentos pontuais, como por exemplo, nas manifestações na área central da cidade, como o protesto que ficou nacionalmente conhecido como “Ele não”<sup>103</sup>. O formato do grupo articulador com cinco mulheres perdurou até o final de 2019, quando se integra ao coletivo uma moradora do bairro Reolon, aposentada, também com uma vinculação histórica ao Partido dos Trabalhadores, contribuindo nas articulações do Movimento, nessa região da cidade.

**Síntese da Avaliação Coletiva:** O grupo articulador manteve um cotidiano de encontros, durante a maior parte do tempo quinzenal, em outros momentos semanal, sendo interrompido (não completamente) geralmente entre os meses de dezembro e fevereiro, por conta das demandas da organização de nossas vidas pessoais. Uma das avaliações conjuntas se deu sobre priorizarmos os encontros quinzenais, levando em consideração a organização pessoal e as outras atividades desempenhadas para além da militância.

A intenção destes encontros era formular nossas estratégias de ação nos territórios em que atuávamos, sobretudo nos meses iniciais, quando ainda estávamos nos reaproximando do espaço. Nessas reuniões, seguíamos um método organizativo que não necessariamente era rígido, de acordo com as necessidades, mas ele se configurava como: uma breve fala de cada uma sobre os aspectos conjunturais do período, tanto em nível nacional quanto local. Informes acerca de reuniões/atividades da Comissão Estadual e Nacional (ao longo dos anos variaram as representantes do nosso grupo nessas instâncias), avaliação das ações militantes realizadas no período, de acordo com os planejamentos prévios, e conseqüentemente, elaboração dos próximos passos, além de demais informes acerca de eventos mais locais.

Esse espaço, inicialmente se mostrou muito relevante no sentido de exercitarmos e aprendermos coletivamente sobre o cotidiano da militância, sobre as nossas possibilidades de

---

<sup>103</sup> Protesto articulado em nível nacional, fortemente influenciado por movimentos feministas em contraposição à figura do então candidato à presidência da república, Jair Bolsonaro.

alianças políticas na cidade e sobre os próximos passos que visavam aprofundar nossas relações no território.

**Experiência: Identificação de lideranças no território para estabelecer/aprofundar diálogos sobre o MTD (início: fevereiro/2018 – ao longo do ano)**

**Descrição (envolvidos):** Neste momento inicial de trânsitos e diálogos, manteve-se como foco de atuação, a identificação de possíveis lideranças no bairro, planejamos a nossa (re) imersão no território, mapeando as forças sociais presentes no mesmo, e destacando a AMOB como uma importante articulação visto que dois de seus membros mais antigos já possuíam uma relação histórica com o MTD e de militância no Partido dos Trabalhadores, assim como a presidente do bairro demonstrou inicialmente receptividade para que nossas reuniões pudessem acontecer no espaço do Centro Comunitário. Além disso, também planejamos manter contato, por meio de visitas com os moradores e moradoras envolvidos com o grupo Zona Norte em Luta por Direitos, em específico, dois núcleos familiares mais ativos. Há também o planejamento de movimentações para tornar MTD e LPJ visíveis no bairro, participando de ações concretas, como almoços no centro comunitário, auxílio na pintura do mesmo, além de conversas com jovens da região, e outros trânsitos do trabalho de base. Foram realizadas atividades no Centro Comunitário, organizadas coletivamente, como reuniões, campanha do agasalho, jantar comunitário, além de um evento de hip hop que serão descritos adiante. Os jovens do Levante, se mobilizaram para estabelecer contato com os jovens do bairro e artistas independentes locais e pelo MTD, buscamos aprofundar as relações com os membros da AMOB local, com vistas a conhecer as pessoas e seguir fazendo a leitura do território. Nessas atividades desenvolvidas também contávamos com a presença de três militantes antigas do MTD, moradoras do Centenário, um bairro vizinho. Como os núcleos do MTD se desarticularam e essas pessoas ainda mantiveram um vínculo com uma das lideranças do MTD, contamos a presença e participação delas nesses momentos de rearticulação. Uma delas aposentada e as outras naquele momento, sem trabalho.

**Síntese da Avaliação Coletiva:** Durante o ano de 2018 mantivemos boas relações com a AMOB, no entanto, houve um afastamento das pessoas, com as quais mantivemos contato, do coletivo Zona Norte em luta por Direitos, sobretudo do ex-presidente do bairro que era a liderança mais destacada. Observamos que na organização do evento de hip hop essas pessoas estavam presentes e auxiliaram na organização, possivelmente por ser uma pauta concreta atrativa para os envolvidos, porém, apesar de manter uma boa relação com o coletivo a fala

sobre o afastamento foi justificada acerca das demandas da vida pessoal, o que é plenamente compreensível, de modo que seguimos em contato, considerando também que a aproximação e o afastamento das pessoas nesse processo são cíclicos.

### **Experiência: Articulação municipal e territorial do Congresso do Povo e Marcha do Dia Internacional da Mulher – março/2018**

**Descrição (envolvidos):** Ao final do mês de fevereiro surgem duas pautas externas ao território, como direções de ação da coordenação nacional do MTD, que acabam mobilizando a atenção do grupo: a construção do Congresso do Povo<sup>104</sup>, articulado nacionalmente pela Frente Brasil Popular<sup>105</sup>, para que ocorresse em nível municipal e local, e a possibilidade de articular o curso de realidade brasileira (CRB)<sup>106</sup> também em nível municipal. Além disso, também participamos da organização da marcha das mulheres referente ao dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, uma atividade que ocorre anualmente e é construída por diversas organizações de campos políticos similares na cidade: como Sindicatos, escolas, a Marcha das Mulheres, Fórum da Mulher caxiense e organizações da juventude. Convidamos as mulheres do AMOB do território para participarem do ato, trazendo também para a reunião a importância da luta pelos direitos das mulheres, e dessas formas de participação em espaços para além do território, em articulação com outras organizações. O coletivo organizou dois encontros

---

<sup>104</sup> Constitui-se como uma maneira de o povo brasileiro convocar e instituir seu próprio Congresso, como parte de um grande processo pedagógico das massas populares. Esse processo busca ajudar a politizar a sociedade, a entender o momento político, pós golpe e pré eleições presidenciais de 2018, e propõe a escuta acerca dos problemas das localidades, um estudo acerca das raízes históricas desses problemas e a identificação de possíveis as saídas da crise e as formas de se organizar para construir estas saídas, para a construção de um Projeto Popular para o Brasil. Na cidade de Caxias do Sul conta com movimentos como MTD, Marcha Mundial de Mulheres, União das Associações de Bairro, Centro dos Professores Estaduais, Levante Popular da Juventude, Sindicato dos Metalúrgicos, dentre outros.

<sup>105</sup> Constituída em 2015, a Frente Brasil Popular é uma organização política, composta por mais de 80 organizações do movimento popular, sindical, dos estudantes, partidos políticos e entidades da juventude, dentre outras formas organizativas, associadas ao campo da esquerda e ao campo do Projeto Popular para o Brasil. Alinhada a princípios como as liberdades democráticas, a soberania nacional, a integração latino-americana e as reformas estruturais populares, a Frente foi forjada buscando, pelo menos nas intenções expressadas, a unidade de ação entre o campo da esquerda com a finalidade de denunciar e enfrentar a ofensiva das forças conservadoras, que naquele momento já eram percebidas como uma ameaça de golpe (que veio a se consolidar em 2016).

<sup>106</sup> Curso Realidade Brasileira é uma iniciativa do Centro de Estudos Apolônio de Carvalho, e realiza turmas de leitura e estudos a partir dos grandes pensadores brasileiros. Os cursos vêm sendo realizados desde 2001, ano que se iniciou a primeira turma, com cem alunos, de diversos grupos sociais, lideranças comunitárias e movimentos sociais de todo o Brasil, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Este primeiro curso demonstrou, para os seus participantes, a importância de um estudo teórico mais aprofundado e, ao mesmo tempo, panorâmico, sobre a formação do Brasil. Assim o CRB- Curso Realidade Brasileira propõe e organiza o estudo do conteúdo social, cultural, econômico e político brasileiro na perspectiva da educação popular, embasadas nas ideias de Paulo Freire (CONSULTA POPULAR). Disponível em: [www.consultapopular.org.br](http://www.consultapopular.org.br). Acesso em: 15 de out. 2019.

municipais para a construção do Congresso do Povo, entre os meses de março e maio, nesses encontros estiveram presentes lideranças sindicais, educadoras e educadores da rede pública, organizações de mulheres e da juventude, dentre outros. Uma das discussões evidenciadas foi acerca da relevância do trabalho de base, no entanto, observamos que naquele momento, as organizações da cidade não estavam envolvidas com essa pauta concretamente, embora reconhecessem a importância da mesma. Também foram realizadas duas atividades no bairro com essa pauta que discutia as raízes históricas dos problemas do Brasil. Observamos que esse coletivo que se reuniu municipalmente em torno da pauta do Congresso do Povo se desarticulou no período eleitoral, sendo que em 2019, ainda tentamos rearticular esse coletivo, porém não houve uma adesão significativa. Territorialmente as atividades não trouxeram, de fato, pessoas para a base do movimento, ainda muito em torno da AMOB. O CRB não aconteceu.

**Síntese da avaliação coletiva:** Observamos que as ações em nível municipal de articulação são bem importantes porque enfrentam o isolamento político das organizações, no entanto, há uma dificuldade significativa de manter esses coletivos em uma perspectiva auto gestonária com proposições. Um espaço de formação, como o CRB poderia ser um eixo que reunisse pessoas, mas, o número pequeno de militantes, somado as outras atividades desenvolvidas nos impediram de organizar, naquele momento, essa atividade. A marcha referente ao 8 de março se mostrou como um espaço potente de articulação entre as mulheres da cidade, no entanto, esse coletivo se reúne mais em específico por conta desse calendário, não havendo uma continuidade de encontros. Ainda assim, no dia 8 foram realizadas caminhadas e ações culturais, como músicas e teatro de rua, no centro da cidade que compreendemos como importantes tensionamentos a serem feitos no cenário social, acerca de questões como o feminicídio, a importância dos direitos iguais entre mulheres e homens, em uma sociedade que é estruturalmente desigual. Lamentamos não conseguir mobilizar mais mulheres do território para que pudessem compartilhar desse espaço, no entanto, seguimos, com o nosso propósito de aprofundar o trabalho de base. Os tempos dedicados à articulação municipal do Congresso do Povo acabaram desviando um pouco a nossa imersão no trabalho de base no mês de março, e esse acaba sendo um questionamento, acerca de calendários prontos, embora o coletivo reconheça também a importância de haver articulação municipal. O número reduzido de pessoas na militância é uma limitação concreta para a organização das tarefas.

**Experiência: Apoio da candidatura da presidente do bairro ao Conselho Municipal de Saúde – abril e maio/2018**

**Descrição (envolvidos):** Na perspectiva estratégia para seguir o processo de imersão no território, o MTD em suas reuniões realizadas no período, compreende a importância de acompanhar de perto as demandas acerca das políticas de saúde no bairro e na cidade. Diante disso, diante da participação coletiva acerca de disponibilidade, interesse, perfil para a atividade, foi lançada a campanha da presidente do bairro, naquele momento, integrada à organização do MTD, como titular, e, como suplente uma das militantes do grupo articulador do Movimento. Foi um período intenso de campanha e troca de ideias com as pessoas do bairro acerca da questão da saúde, sobretudo no bairro, proporcionando também a aproximação do Movimento com as/os agentes comunitárias/os de saúde, trabalhadores/as das Unidades Básicas de Saúde dos loteamentos Vila Ipê e Belo Horizonte.

**Síntese da Avaliação Coletiva:** De forma geral essa aproximação com a instância municipal do Conselho da Saúde é compreendida como positiva, além das redes estabelecidas com as/os agentes de saúde do bairro. No entanto, essa ação apresentou uma fragilidade de não continuidade da construção acerca do tema saúde, nessa relação com o conselho, havendo um progressivo afastamento tanto da presidente do bairro em relação às atividades do MTD, como da suplente, militante do Movimento, que teve mudanças em sua rotina, como já mencionado: problemas de saúde e depois envolvimento com um novo trabalho. Compreendemos que no percurso do trabalho de base as aproximações e afastamentos ocorrem de forma não linear, e isso não necessariamente está atrelado a uma falha do processo. Nestas avaliações, há muito diálogo e exercício de compreensão acerca do modo de vida das pessoas, e a dificuldade em se dedicarem a outra atividade que não seja o trabalho (alienado), tanto na busca por um, para garantir a sua sobrevivência imediata, quanto no tempo dispendido para tal, desde transporte e horas trabalhadas e o real cansaço para continuarem vinculadas às atividades da militância, ainda mais em um momento em que estávamos “tateando” o território, possibilidades de articulação, sem uma pauta concreta mais expressiva para podermos nos organizar em torno. Trata-se de muitas questões. Nós mesmas, as militantes “que ficaram”, também tínhamos (e temos) em muitos momentos dificuldades para seguirmos no cotidiano da militância pelos mais diversos motivos possíveis. Em muitos momentos compartilhávamos sensações e percepções acerca do cotidiano de nossas vidas, como se o “modus operandi” da sociedade, pautada na lógica do capital, essa sociedade que conhecemos, nos impedisse que resistir coletivamente. A vida individualizada é um convite constante. O coletivo exige de nós coisas que nem sempre conseguimos oferecer, como tempos e disponibilidade, além de obstáculos como as discordâncias, comuns ao processo, mas nem sempre simples de lidar. no entanto, o “acordo”,

mesmo que não tão debatido, era que buscássemos realizar as nossas tarefas dentro de nossas possibilidades, nos fortalecendo, dessa forma e criando forças para continuar.

**Experiência: Diálogos sobre a pauta eleitoral – julho a outubro/2018**

**Descrição (envolvidos):** A discussão coletiva sobre a participação do Movimento no contexto das eleições, auxiliando na campanha de candidatos à presidência, governo do Estado, Câmara dos deputados e senadores, resultou de modo a fortalecer a candidatura dos candidatos e candidatas do campo político da esquerda com os quais existe uma relação junto ao Movimento. Nessa movimentação das eleições pelos bairros, uma parte da militância do MTD acabou retomando o contato com antigas lideranças de bairros onde estavam estabelecidos núcleos de base, no período das Frentes Emergenciais de Trabalho. Nesse contexto que lideranças dos bairros Primeiro de Maio, Beltrão de Queiroz e Mariani se reaproximaram do MTD, trazendo a ideia de retomar os núcleos/grupos de base nos territórios. Nesse processo, o MTD não contou com a presença do LPJ.

**Síntese da Avaliação Coletiva:** Nos diálogos acerca do processo das campanhas eleitorais, uma questão que foi levantada, a partir das vivências e diálogos estabelecidos nos territórios, diz respeito ao fato de muitas pessoas ligadas ao MTD no passado, o associarem exclusivamente às Frentes de Trabalho, sendo que na atualidade, o Movimento vive um momento completamente diferente. Um exemplo dessa associação, foi observado em um jantar articulado por um candidato a deputado federal, do campo da esquerda, com o suporte do MTD municipal, realizado no Centro Comunitário Vila Ipê. Nesse encontro ouvi algumas pessoas remetendo-se afetivamente aos tempos da “bolsa MTD”, e trazendo lembranças acerca de companheirismo e amizade desses tempos. Um dos principais desafios do Movimento, na atual conjuntura, avaliado coletivamente, é se desvincular desse imaginário proveniente do período das Frentes de Trabalho, e explicar para as pessoas que se reaproximam, o momento atual pelo qual o MTD passa, “a luta por direitos” e a ausência de um programa de política pública que ampare a construção, como ocorreu em tempos passados. Ou seja, é um debate mais difícil e que dificulta a adesão das pessoas, porém, o grupo articulador segue na formulação de estratégias para construir esse diálogo. Ainda sobre a questão eleitoral, as reflexões coletivas nesse contexto, correspondiam sobre a importância de se tecer, com a comunidade, um debate acerca de projetos de sociedade e não da figura do candidato de uma forma personalista, havendo também a importância de se reforçar no coletivo a diferença entre um Movimento Popular e um partido político como organizações distintas. Essa autoavaliação acerca de como se fazer esse diálogo se faz relevante, buscando o cuidado para a não reprodução de uma fala unilateral e não

reflexiva. Essa é uma contradição que chama a atenção no processo, evidenciando-se a demanda de uma construção profunda de compreensões acerca do nosso processo histórico, o Estado burguês, e o projeto de sociedade ao qual o Movimento se alinha que visa a superação das desigualdades. Acaba se perfazendo como um risco que o Movimento incorra em um viés pragmático de construir esse debate eleitoral de uma forma utilitarista e secundarize a intenção de estabelecer um processo de Educação Popular com as pessoas, que possa fomentar reflexões e criticidade. Nas avaliações acerca da pauta eleitoral também se salienta a desarticulação do “Congresso do Povo” o que reforça que as eleições ganham uma centralidade na vida no agir das organizações, que certamente tem relevância, mas sobre a qual também precisamos refletir. Como se fortalecer o trabalho de base como prioritário em busca da construção do Poder Popular?

**Experiência: Mobilização pela pavimentação da rua das andorinhas – setembro/2018**

**Descrição (envolvidos):** Em meio às articulações acerca da pauta eleitoral no território, emergiu uma questão que mobilizou o coletivo do MTD e pessoas que se aproximaram, relações estas advindas, dos diálogos no contexto das eleições no território. A questão que emergiu foi a necessidade de pavimentação da rua das Andorinhas, na qual se localizam as duas escolas do loteamento. Essa demanda foi levantada por duas mulheres do bairro, que tinham filhos matriculados na escola, de modo que as duas escolas demonstraram apoio e argumentaram que essa já era uma reivindicação antiga, mas que até então, não havia resposta da prefeitura. Foram realizadas algumas reuniões para se organizar uma manifestação no local, reivindicando a pavimentação, no mês de setembro. Houve participação significativa das escolas – diretoria, professores, funcionários e estudantes, e uma participação menos expressiva de moradores, além do pequeno núcleo do MTD que vinha se formando, contando com 7 pessoas.

**Síntese da avaliação coletiva:** As reverberações da manifestação, fortaleceram o diálogo da Associação de Bairro (que também articulou a ação) com o poder municipal, de modo que quase um ano depois teve início o processo de pavimentação na área da escola, porém em ritmo lento. Conversando com moradoras do bairro sobressaem-se expressões como “ano que vem, quando as eleições para prefeito estiverem mais próximas, sai a pavimentação”. Nesse processo, o grupo vinha buscando manter uma frequência quinzenal no território, em reuniões no Centro Comunitário, para elaborar estratégias de ação no bairro, ainda em um exercício de buscar identificar pautas que pudessem acumular para o fortalecimento do Movimento no território para estimular a luta por direitos da comunidade. As fotos que seguem correspondem à manifestação e aos registros das reuniões quinzenais no centro comunitário.

**Figura 13 - Mobilização pela pavimentação da rua das andorinhas.**



Fonte: Acervo da autora (2018).

**Figura 14 - Reunião no Centro Comunitário Vila Ipê para definir estratégias de aproximação com o território.**



Fonte: Acervo de Andrea Wahlbrink (2018).

Ainda no ano de 2018, e não como uma experiência territorial, cabe mencionar o encontro estadual do movimento, em novembro, no assentamento Belo Monte, em Eldorado do Sul. Como já citado no item 2.2.3.3, este encontro buscou discutir a conjuntura pós eleições e



alinhar as ações do Movimento em nível municipal. Nesse contexto, foram discutidas questões que dialogam com o texto do movimento que discorre sobre a solidariedade política como estratégia de fortalecimento do trabalho de base, como o trecho que segue:

(...) orientação de retornar ao trabalho de base como a forma mais importante de construção da nossa resistência ao avanço da extrema direita (...). A construção de força social do Projeto Popular nas periferias dos centros urbanos, que é onde está concentrada a massa da classe trabalhadora, é uma das nossas tarefas mais fundamentais no momento atual (MTD, 2019b, p. 1).

A proposição da construção de uma política de solidariedade que aproxime militância e povo é uma temática sobre a qual sinalizamos a importância, em 2018, de ser discutida em profundidade entre a militância. O cenário conjuntural que se desenvolve com a pandemia, que abordaremos adiante, ratifica isso. Ações de solidariedade que criem uma referência do movimento no território figura como uma forma de ocupar o espaço com sentido político e construir força social.

Na dimensão da processualidade, o acúmulo das experiências vivenciadas durante o ano de 2018, evidenciou a necessidade de o coletivo pensar em um formato de formação com um grupo de base, referência no território, que foi se configurando ao longo do ano, composto por moradores e moradoras do bairro vila Ipê, e também pela reaproximação das moradoras dos outros bairros, após a campanha eleitoral, que abriu a possibilidade de rearticulação da construção do Movimento nesses espaços.

#### *3.4.1.1.3 2019 – Aprofundamento nas relações com o território*

O ano de 2019 se inicia com processos auto avaliativos do grupo articulador, indicando avanços e pontos problemáticos. Houve um esvaziamento significativo na articulação municipal do Congresso do Povo, e, com isso, a intenção de articular o Curso de Realidade Brasileira se distanciou novamente do horizonte de ação. Outra constatação de esvaziamento foi a articulação do grupo Zona Norte em luta por direitos, apesar do movimento manter contato com algumas pessoas do grupo.

Neste cenário, como desdobramento positivo das ações por conta da pauta eleitoral, que propiciaram a retomada de contato com antigas militantes do MTD, o grupo articulador começa a dar andamento à estratégia de construção de grupos de base tanto no território Vila Ipê, onde vinha desenvolvendo ações desde 2017, como outros territórios periféricos da cidade (Reolon, Mariani e Beltrão de Queiroz), e, com isso, a perspectiva de iniciar uma formação de lideranças no território começa a ganhar relevo.

Em meio a esse processo de retomada do contato com as antigas militantes do movimento, houve a organização, como no ano anterior, em nível municipal para o 8 de março – Dia Internacional da Mulher, com a participação de outras organizações, como Sindicatos, Fórum da Mulher Caxiense, Marcha das Mulheres e organizações da juventude. Na avaliação coletiva, um evento fundamental durante o ano de 2019, foram as aulas públicas sobre a reforma da previdência, que ocorreram no mês de abril e maio e serão descritas no próximo item. Essas aulas precederam o dia da mobilização para a Greve Geral a qual o MTD integrou e sobre a qual discorrerei na sequência, juntamente com outro processo de luta coletiva histórico nacionalmente: o Grito das Excluídas e Excluídos.

**Experiência: Organização e planejamento para o dia da greve geral e manifestação contra a Reforma da Previdência – maio de 2019**

**Descrição (envolvidos):** A articulação para o dia da greve geral foi sendo tecida no processo da organização das duas aulas públicas sobre a Reforma da Previdência que aconteceram no território, nos meses de abril e maio (descrito no próximo item que trata de eventos). Nessa construção se integraram sindicatos, organizações da juventude e feministas, militantes do MTD do grupo articulador e moradoras e moradores da zona norte e outras organizações do campo da esquerda. Na ocasião, além de cantos, com percussão, foi organizada uma estratégia de piquete<sup>107</sup> com a finalidade de chamar a atenção da população para a pauta.

**Síntese da Avaliação Coletiva:** Essa avaliação foi construída em conjunto com os moradores do território que participaram do ato, três mulheres e dois homens. O coletivo avaliou positivamente, ressaltando que se cumpriu a estratégia do piquete e que, em alguns momentos, o incômodo ao cotidiano é necessário, pensando nos processos de luta popular. Muitos dos moradores do bairro compareceram, quase todos que foram mobilizados, somando 16 pessoas no total. Também emergiram falas a respeito de se sentir vulnerável na organização, visto que por ser um grupo pequeno de pessoas envolvidas (em média 50), todas acabavam muito expostas. Ressaltou-se a importância de uma organização mais articulada, definindo de um modo mais concreto as tarefas de cada, pois em alguns momentos, pessoas ficaram sobrecarregadas. Foi sugerido que, por dentro do Comitê da Reforma da Previdência (um

---

<sup>107</sup> Referência às estratégias dos piqueteiros que emergiu na Argentina, vinculadas ao desemprego estrutural que assolou o país, atingindo um ponto crítico nos anos 90. Esse método consiste na ocupação e no fechamento de ruas, estradas ou pontes, reivindicando planos de ajuda para as pessoas desempregadas, amparo legislativo e melhoras de infraestrutura locais.

desdobramento das aulas públicas) essa questão fosse avaliada e que fossem definidas equipes responsáveis pelo som, pela segurança, pelo contato com a imprensa, pela saúde, caso alguém pudesse vir a passar mal, dentre outros. Uma das questões perseguidas nesse exercício coletivo foi sobre como se integra mais pessoas ao processo. Dentro disso muitas questões foram trabalhadas, desde a característica do município, historicamente demarcado pela presença de organizações de resistência ou contra hegemônicas, mas ao mesmo tempo, com um número pequeno de pessoas circulando por essas organizações. Trata-se de um processo que requer estratégia, formação política, e tempo para se transformar, mas, ao mesmo tempo, é importante olhar para o presente e perceber quem são as pessoas que estão comungando do espaço, e, dessa forma construir coletivamente possibilidades de ampliação do trabalho de base. Neste contexto, cabe destacar uma narrativa coletiva, construída a partir das falas dos participantes, sintetizada por mim, acerca da experiência da manifestação no dia da greve geral.

O que marcou desse momento para cada um de nós? Aqui, muitos aspectos são levantados. Auto-organização e disciplina começam desde o cuidado com o horário de chegar ao local da manifestação, fazendo valer assim o compromisso do coletivo. Para além da disciplina a experiência também mobiliza as nossas emoções. Muitos dos companheiros presentes nunca tinham passado por uma experiência dessa, e um deles exclama: “eu me senti vivo! O nosso povo brasileiro não está entendendo o que é uma greve”. O que é ser um povo de luta contra os interesses de um pequeno grupo que nos explora economicamente e culturalmente? Precisamos dialogar com as pessoas, a começar pelo nosso bairro, sobre qual é a importância disso. “As pessoas geralmente associam à partidarismo, ao Lula, mas a luta por direitos é muito mais do que isso, porque é o interesse do povo que precisa ser apresentado”, foi outra fala que emergiu. Não podemos nos prender às ausências, embora seja importante refletir sobre como trazer mais pessoas, precisamos fortalecer as presenças, estudar, refletir e agir. No dia 30 percebemos e sentimos a disponibilidade, a força e a garra de todas e todos. É compreensível que as pessoas tenham medo de ir para a rua protestar, acharem que vão aparecer no jornal, mas, precisamos entender que a luta por direitos não é uma coisa errada, e quais são os interesses que estão implicados nessas diferentes visões. Percebemos que os motoristas da VISATE apoiaram o ato (os que estavam lá no momento, parados por conta do piquete). Essa reflexão é importante: para quem é essa greve? Quem é a trabalhadora e o trabalhador? Quais interesses defendemos? O diferencial dessa construção foi a construção ativa, chamando as pessoas dos bairros para as aulas públicas, em um processo de diálogo e de estudo. Com a nossa participação, construímos nossa história e transformamos a realidade. (Síntese da avaliação coletiva sobre a Greve Geral, Diário de Campo, 22 de junho de 2019).

Nesse encontro de avaliação também compartilhamos com os moradores do bairro a possibilidade da construção do grupo de base no bairro, a partir da pergunta geradora “Qual a importância do povo se organizar?” As respostas trazidas nos diálogos foram: “O povo precisa se organizar para conhecer o seu verdadeiro poder”; “O povo unido tem mais força e precisa entender que a luta contra a opressão é uma causa justa”; “A associação de bairro parou de ajudar o povo e o povo se desiludiu, às vezes parece que as pessoas não acreditam mais que podem fazer coisas juntas, como fazíamos antigamente”; “O povo só será ouvido, de fato, e

considerado, quando for organizado e quando realmente pensar no coletivo”; “Dia 15 acompanhei a manifestação dos estudantes. A presença dos jovens é importante. E, exigir mais educação também”; “Quanto mais sozinhos, menos força”; “A greve precisaria ser quando começasse o recesso, para não ser chamado de vagabundo”. Diante de tantas colocações o diálogo formativo se deu no sentido de compreender diferentes formas organizativas do povo, desde a Associação de bairro, que é a experiência mais próxima. Trouxemos alguns aspectos sobre a experiência do MTD, como essa organização começou, o contexto da época. Além disso, buscamos conversar sobre o papel histórico das greves e que realmente existe um discurso na sociedade que criminaliza os movimentos populares. Como transformar essa percepção? Muitas perguntas que une em torno de um objetivo: a construção do grupo de base no bairro. Como podemos fazer isso juntas e juntos? Qual é o nosso compromisso e nossa responsabilidade. Organizamos em conjunto um cronograma com as datas de 4 encontros para essa formação, inspirada na Escola Ana Dias, contextualizando os presentes sobre a escola. As formações ficaram previstas para os meses de julho, setembro, outubro e novembro e são descritas adiante.

**Figura 15 - Estratégia de piquete realizada por integrantes do MTD, no dia da greve geral.**



Fonte: Elaborada por MTD Caxias do Sul (2019).

**Figura 16 - Estratégia de piquete realizada por integrantes do MTD, no dia da greve geral.**



Fonte: Elaborada por MTD Caxias do Sul (2019).

**Experiência: Participação do MTD no Grito das Excluídas e dos Excluídos<sup>108</sup> – setembro de 2019**

**Descrição (envolvidos):** Durante o mês de agosto, procuramos construir, nas reuniões com o grupo de base a relevância histórica da manifestação conhecida como Grito das Excluídas e dos Excluídos, resgatando a história da mesma, a sua extensão nacional, as pautas anuais, sendo que em 2019 o tema foi “Vida em Primeiro Lugar” e o lema “Este sistema não vale: lutamos por justiça, direitos e liberdade”. A organização se deu no sentido de dialogar sobre a temática, em uma roda de conversa, a partir das percepções trazidas pelos militantes do grupo de base e também sensibilizar os presentes para participarem do desfile, no centro da cidade, no dia 7 de setembro. Essa roda de conversa envolveu figuras que foram distribuídas representando os direitos fundamentais do ser humano, a partir dessa vivência demos início ao diálogo sobre o tema e o lema da atividade, buscando partilhar o simbolismo desse ato político, ao término dos desfiles das escolas e militares. Diálogos foram estabelecidos sobre falas como: “a vida do povo não é prioridade para os governantes e sim o dinheiro” e também sobre o fato de o nosso desfile fechar a atividade simbolizando que no nosso país a grande maioria das pessoas não têm acesso aos direitos fundamentais e essa denúncia precisa ser feita e problematizada, sobretudo para outras pessoas da classe trabalhadora que não têm essa percepção. Durante o ato político, ouvimos das pessoas que permaneceram no espaço (a grande maioria foi embora) alguns aplausos, muitas vaias (direcionadas sobretudo ao grupo que segurava cartazes com os dizeres “Lula Livre”), sendo que houve conflitos entre militantes do Centro de Referência LGBTQIA+ que foram hostilizados por um grupo de pessoas, de modo que buscamos refletir sobre quais os significados desse ato político na síntese da avaliação coletiva.

**Síntese coletiva da avaliação:** Trocamos impressões e sensações acerca da experiência, desde a importância desse espaço de articulação entre diversas organizações, passando pelo significado histórico da denúncia das opressões no espaço da rua, até os conflitos que ocorreram e a forma como foram conduzidos: uma militante do Centro de Referência Lgbtqia+ acabou sendo detida, após confronto com um grupo que havia hostilizado, os poucos militantes que fechavam o desfile, em um cordão de mãos dadas. Eles relataram que foram xingados, vaiados

---

<sup>108</sup> O Grito dos Excluídos tem sua origem, na década de 90, vinculada à articulação das Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com movimentos sociais e outras organizações cristãs além de organizações e entidades ligadas ao campo da justiça social. É um conjunto de manifestações populares que ocorrem em nível nacional e culminam no dia da Independência do Brasil. Em Caxias do Sul, ocorre o desfile do Grito dos Excluídos, ao término do desfile das escolas, grupos de escoteiros, organizações não governamentais e dos militares. A título de curiosidade, a manifestação (ou o ato político) não é mencionada na mídia do governo municipal. Disponível em <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2019/09/desfile-da-independencia-reune-9-mil-pessoas-na-rua-sinimbu>. Acesso em 19 jan 2022.

e algumas pessoas cuspiram neles. Com isso, houve reação por parte dessa militante. O diálogo se desenvolveu acerca da importância de os grupos minoritários lutarem por visibilidade e pelo enfrentamento do preconceito de alguns setores da sociedade. Essa questão teve reverberações nas redes sociais, com opiniões “contra” e “a favor”, de modo que no coletivo buscamos refletir sobre as raízes da opressão e sobre a importância de aprendermos a lidar com quem é diferente de nós. O preconceito muitas vezes está profundamente internalizado, devido a fatores como criação e relações estabelecidas ao longo da vida. Como avançar em relação a isso? Qual a convergência entre pautas como racismo, machismo lgbtqfobia e a opressão estrutural de nossa formação social? Buscamos desenvolver essas questões, tanto na roda de conversa, como em conversas paralelas nas pausas para o café.

**Figura 17 - Grito das Excluídas e dos Excluídos**



Fonte: elaborada por militante do MTD.

**Figura 18 - Grito das Excluídas e dos Excluídos**



Fonte: Elaborado por MTD Caxias do Sul (2019).

#### 3.4.1.2 Eventos e Ações de Solidariedade – mobilizar e cooperar como ação política

##### **Experiência: Organização e construção do “1º. Encontro Hip Hop Popular” – maio/2018**

**Descrição (envolvidos):** No mês de abril o grupo retoma a sua relação com o território em uma perspectiva propositiva. A partir de diálogos estabelecidos entre os jovens do LPJ e jovens do território, constrói-se a ideia de realizar um encontro de hip hop, que chamamos de “1º. Encontro Hip hop Popular”, foi realizado no dia 1º. de maio, contemplando uma ação vinculada ao trabalho de base (tornar o grupo visível na região) e ao congresso do povo. Essa ação envolveu o coletivo do LPJ e do MTD, considerando ser uma atividade grande que envolvia: apresentação de bandas locais, a presença de um MC de expressão nacional para realização da “Batalha do Trabalhador” (uma batalha de rimas, na qual os temas eram variados, incluindo questões do cotidiano da comunidade). Uma das lideranças do grupo “Zona Norte em luta por Direitos” também envolvido no projeto “Skate no Belo”, também contribuiu de forma significativa no evento, auxiliando com os equipamentos de som e promovendo um campeonato de skate. Foi um dia variado com dança (organizado por um coletivo local de hip hop), campeonato de futebol, ações solidárias como corte de cabelo e pintura no rosto de crianças, almoço comunitário com preço popular (2 tickets por 5 reais), arrecadação de agasalhos, vivência de percussão com o LPJ, sorteios de brindes (que arrecadamos circulando pelo



comércio local) e feirinha de artesanato do Clube de Mães, dentre outras atividades. Cerca de dois dias antes do evento acontecer, no feriado de 1º de maio, recebemos no Centro Comunitário uma brigada de jovens do Levante Popular da Juventude de Porto Alegre (uma média de dez) para auxiliar nas tarefas de organização. A divulgação do Evento ocorreu pelo bairro, nas redes sociais e nas escolas da região. Na articulação feita nas escolas Ruben Alves e Tancredo Neves, as equipes diretivas demonstraram total receptividade, e na primeira, houve uma proposta ao LPJ, no sentido de desenvolver um trabalho com os jovens do local (essa proposta não foi encaminhada, por conta da desarticulação do coletivo nos meses seguintes). Nesse evento, o principal objetivo evidenciado foi aumentar a aproximação com a comunidade e tornar as duas organizações (LPJ e MTD) mais visíveis na mesma, além da articulação com outros coletivos da região e vincular-se a uma atividade do Congresso do Povo.

**Síntese da Avaliação Coletiva:** No exercício de avaliação coletiva, levantamos diferentes pontos acerca da organização do evento. De uma forma geral foi muito positivo em relação aos objetivos e aos retornos que tivemos das pessoas durante a atividade, que acabou tomando uma proporção maior que imaginávamos. Naquela tarde circularam pelo evento uma média de 300 pessoas, a maioria do bairro, mas também recebemos, principalmente jovens de outras regiões da cidade, mobilizados pelas atrações musicais, sobretudo. Uma fala trazida por um dos jovens do Levante foi sobre o evento, por ter sido maior do que pretendíamos inicialmente, no dia da realização acabou tomando a mobilização dos envolvidos para acontecer, e com isso, teve um formato mais de evento do que de um ato político. Esse foi levantado como um ponto problemático, para pensarmos em próximas atividades. Ainda assim, foi possível conversar com as pessoas do bairro, falar sobre o MTD, pegar contatos, para outras oportunidades, e demarcar a presença dos coletivos no território. O processo como um todo foi participativo, solidário, auto-organizado e importante para o grupo amadurecer como coletivo. A receptividade das escolas emergiu como um horizonte de ação para a juventude, no entanto, a partir do segundo semestre de 2018, o LPJ passou por um processo de desarticulação e os poucos jovens militantes, por razões de demandas de suas vidas pessoais não mantiveram o acompanhamento da região. Outra questão que se sobressaiu como um ponto de fragilidade dizia respeito a nenhum deles morar, de fato, na zona norte. Essa questão também dificultou a continuidade da construção, visto que os jovens que chegaram a participar de alguns encontros de 2017 e 2018 da célula da zona norte, também não deram continuidade a sua participação. As Figuras subsequentes, correspondem à experiência do referido encontro.

**Figura 19 - Chamamento para o 1º.  
Encontro Hip Hop Popular**

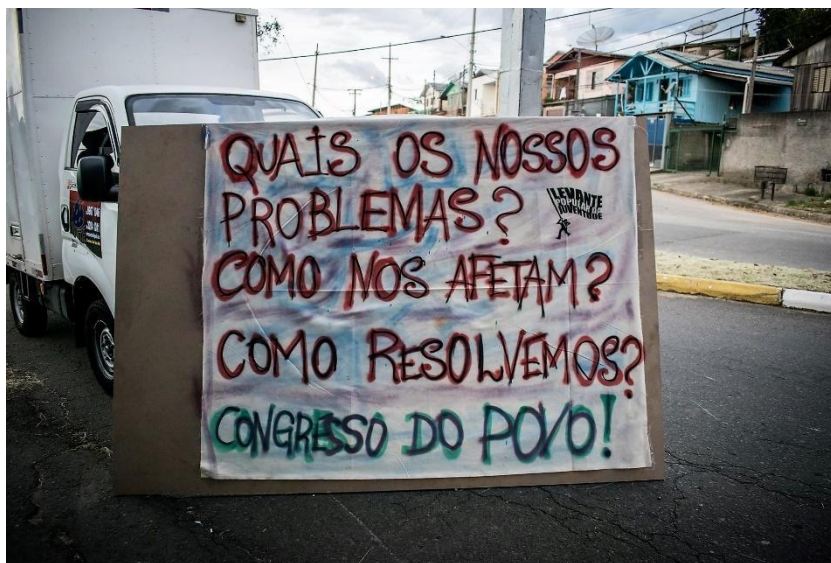


Fonte: Elaborado por integrante do LPJ (2018)

**Figura 20 - 1º. Encontro de Hip Hop Popular**



Fonte: Nathalie Padilha (2018).

**Figura 21 - Problematizações do Congresso do Povo**

Fonte: Nathalie Padilha (2018).

### **Experiência: Organização de um jantar comunitário no Centro Comunitário Vila Ipê – maio/2018**

**Descrição (envolvidos):** A organização desse jantar teve como objetivo comemorar a eleição das conselheiras e o aniversário do MTD (22 de maio), além da possibilidade de se arrecadar fundos para o movimento (dinheiro para deslocamentos, materiais pedagógicos, dentre outros). Neste jantar também propusemos uma atividade de apresentação do MTD às pessoas presentes, e nos dividimos nas tarefas para fazer o jantar acontecer. Desde a divulgação, venda dos convites, Mística do encontro, até a preparação da comida, organização e ornamentação do espaço. Nessas atividades sempre buscamos coletar nomes e contatos com a finalidade de buscarmos agregar mais pessoas ao Movimento.

**Síntese da Avaliação Coletiva:** Esse tipo de organização é visto pelo coletivo de maneira muito positiva, pois se trata de um momento de se compartilhar habilidades e saberes, dividir tarefas, além de aproximar as pessoas em uma convivência comunitária. Uma problemática observada, ao longo do processo, foi que essa estratégia de coletar nomes e tentar contatos não logrou êxito no sentido de trazer mais pessoas para o grupo de base. O grupo articulador vem percebendo, em conjunto, que somente falar do movimento, de sua história e lutas, dificilmente trará alguém do bairro para compartilhar do espaço. O que contribui para a “massificação”, ou seja, para a adesão das pessoas em um número mais expressivo, é a pauta de uma luta social concreta que seja condizente às necessidades do povo, e, ainda assim, o tempo para isso acontecer nem sempre é o mesmo, pois esse processo precisa fazer um sentido real na vida das

peças. Cabe ainda a questão sobre como se massifica o processo de forma que a ação também seja um processo de Educação Popular, visto que, somente reunir pessoas sob uma voz de comando não é educação libertadora. Essas questões fazem parte do cotidiano da militância, e, da mesma forma, as trazíamos em nossas reuniões de estratégias.

**Figura 22 - Atividade no Centro Comunitário organizada pelo MTD**



Fonte: A autora (2019).

**Experiência: Diálogos/questionário sobre as condições de vida no território + ações de solidariedade – junho/2018**

**Descrição (envolvidos):** Uma atividade proposta pelo grupo articulador, iniciada no mês de junho a qual avaliamos ser dotada de potencialidades para estabelecermos e aprofundarmos relações no território, porém, em avaliações posteriores que exercitamos foi secundarizada pela conjuntura das eleições (sendo que a ação do movimento se voltou, nesse momento, como um todo para a pauta eleitoral), foi a caminhada pelo bairro em duplas com a proposta de dialogar sobre a forma como os moradores e moradoras percebiam o bairro, as maiores dificuldades, e os interesses sobre participar de um coletivo organizado. Esse contato também tinha o objetivo de divulgar o bazar da campanha do agasalho que aconteceria no Centro Comunitário, daqui a duas semanas. O grupo articulador deliberou por elaborar um questionário, no primeiro momento, como um exercício inicial. Apesar de serem levantados pontos críticos, sobre a conversa tender a se manter presa a um instrumental, dialogamos entre nós para buscarmos manter um tom de construção de um diálogo, e, não algo mecanizado. As perguntas que

compunham o questionário e que inspiraram nossas conversas abordavam a percepção das pessoas acerca da situação do país, um exercício de projeção traduzido na questão: como você imagina o Brasil daqui a 20 anos? Além disso, perguntas acerca do bairro: percepções, problemas, potências, possibilidades de superação dos problemas, sendo também questionado sobre vinculações das pessoas a grupos comunitários (ou não) e, se as pessoas teriam interesse em participar de um grupo. Essa experiência foi muito rica, e os diálogos estabelecidos sobre ela mostraram-se muito potentes. Para a “aplicação” dos questionários, em uma tarde de sábado, nos dividimos em três duplas. Eu estava acompanhada de um jovem do LPJ que percebi ser muito cumprimentado pelos jovens da região, o que compreendi como um bom indício de relações estabelecidas pelo Levante. Eu e minha dupla, chegamos a conversar com uma média de 10 pessoas durante a tarde. Entre pessoas adultas e jovens. Registrei as sensações e percepções no diário, como de costume:

Acho curioso como o contato com as pessoas do bairro dá um ânimo diferente. As pessoas com quem conversamos nos trataram muito bem (eu ainda fico surpresa com isso, em um mundo em que tantos “não tem tempo” para dialogar com “estranhos”). Conversamos com pessoas adultas e jovens. Foi perceptível que os jovens trazem mais otimismo em suas falas e perspectivas em relação ao futuro. Nenhum adulto com quem conversamos disse que espera um Brasil melhor daqui a 20 anos. A pergunta “você acha que poderia fazer alguma coisa para colaborar com a solução dos problemas do bairro, que aponta” também foi bem importante, gerando movimentos reflexivos interessantes. Todas as pessoas com quem conversamos nos deram seus telefones de contato. Hoje, a sensação que mais me marcou, foi a percepção dos olhares das pessoas com quem dialogamos, perdidos, para o horizonte, suspiros, um cansaço, tangível e concreto, quando falávamos sobre o presente e o futuro do país (horizontes de desesperança, foi o nome que dei para a reverberação dessa percepção). Na contraposição dessa sensação de esvaziamento, surge uma de preenchimento: quando se fala na união das pessoas, no coletivo, na recepção ao diálogo, na disponibilidade para pensar junto. Esse jogo dialético, percebido e sentido, mobiliza a construção, o devir. Os “horizontes de desesperança” do território são indiscutíveis, mas é preciso desbravar os “horizontes de libertação” (Diário de campo 23 jun. 2018).

As ações de solidariedade que ajudamos a organizar corresponderam à arrecadação de agasalhos (campanha organizada pela AMOB) em junho e a organização de um chá de bebê comunitário para uma moradora do loteamento que passava por dificuldades financeiras e não estava conseguindo apoio das pessoas próximas para suprir suas necessidades materiais naquele momento de sua vida. Também em conjunto com a AMOB e algumas moradoras do loteamento que vinham se aproximando do MTD, o chá de bebê foi organizado.

**Síntese da avaliação coletiva:** É importante sinalizar que os “atravessamentos” da conjuntura eleitoral (que logicamente também tem sua relevância, na aproximação com o território), acabaram dispersando o grupo em relação à continuidade ou fortalecimento dessa atividade. Um ponto de crítica é que conversamos com as pessoas, elas se disponibilizaram ao contato,

fornecendo inclusive seus telefones, e a ação foi perdida. Teve a relevância de oferecer um panorama do território, um “termômetro” como costume nomear, mas, se perdeu. Nas avaliações posteriores, junto ao grupo articulador, essa questão também foi levantada. Em alguns momentos percebíamos que os acontecimentos nos tomavam “como uma enxurrada”, como foi o caso da pauta eleitoral. A militância acontece ao vivo e em tempo real. É altamente observável o quanto as autoavaliações e o exercício de reflexão crítica coletivos auxiliam na construção desse processo. Ao final das eleições não estávamos mais atuando em conjunto com o LPJ, como já mencionado. Chegamos a aplicar o questionário, em uma ocasião, configurada como uma ação de solidariedade que foi a organização de um bazar no Centro Comunitário, em parceria com a AMOB, havendo doação de agasalhos, em junho de 2018. Nesses momentos de contato com os moradores da região, como o bazar dos agasalhos, o grupo articulador buscava estabelecer diálogos sobre o cotidiano do loteamento, assim como sobre as principais dificuldades enfrentadas no dia a dia, além de como as pessoas compreendiam que poderiam resolver essas dificuldades. Diálogos informais sobre as raízes dos problemas sociais do Brasil, assim como a compreensão acerca do que é a política, ou sobre a atualidade da do cenário político institucional (credibilidade nos governantes) também permeavam estes exercícios de aproximação. Há uma fala uníssona de que a situação não é boa e sobre descrédito nos governantes, mas também há resistências em debater saídas coletivas, indo aos encontros do Movimento, é nesse aprofundamento da compreensão que temos a intenção de adentrar ao estabelecermos relações mais profundas com as pessoas do bairro. Esse aprofundamento de compreensão é uma via de mão dupla, visto que nós, como grupo articulador precisamos, de fato, aprender, como aprofundar esse processo. E quem nos ensina isso é a comunidade com a qual lidamos cotidianamente. Um outro aspecto importante de se ressaltar é a importância das ações de solidariedade, no sentido de agregar pessoas, estabelecer contatos e envolver as pessoas próximas ao MTD buscando construir coletivamente um senso político de solidariedade política para além de um ambiente de acolhida: um espaço de esperar e de formação de vínculos comunitários.

A Figura 23 é um registro do bazar da campanha do agasalho de 2018.

**Figura 23 - Bazar da campanha do agasalho**

Fonte: A autora (2018).

**Experiência: Participação no “jantar para as mulheres”, no Centro Comunitário Vila Ipê – março 2019**

**Descrição (envolvidos):** No âmbito do território, fomos convidadas para uma atividade desenvolvida no Centro Comunitário, organizada pelo conselho do bairro: um jantar também em comemoração do dia das mulheres, do qual participamos e compartilhamos de uma reflexão coletiva acerca dos direitos das mulheres, enfrentamento à violência de gênero e a importância da organização das mulheres, nesses enfrentamentos. Foi um momento descontraído e proveitoso, estando presentes nesse espaço mulheres que, naquele momento se aproximavam da base do MTD. Para além dos debates e reflexões acerca do que é ser mulher e o que é a luta por igualdade na sociedade de classes, pudemos compartilhar de momentos de convivência no preparo do espaço, da comida, sabendo mais sobre as histórias de vida da outra, favorecendo um movimento genuíno de vinculação afetiva.

**Síntese da avaliação coletiva:** Avaliamos como positivo sermos convidadas por uma articulação da Amob, o que denota estarmos criando referência e laços no espaço. O debate acerca do feminismo traz à tona, no grupo articulador, a relevância de buscarmos construir um trabalho com as mulheres, envolvendo ação e fortalecimento coletivo. Essa questão já havia permeado nossos debates em outros momentos, visto que historicamente o MTD é constituído em sua maioria, por mulheres, e inclusive, no grupo articulador, com a desarticulação do LPJ, também somos todas mulheres. Essas reflexões deixaram em nosso horizonte de ação

momentos de estudo sobre o feminismo popular classista, que ingressou no nosso planejamento de 2020, mas, por conta da pandemia se desarticulou, porém, logo em seguida, como a construção da Saboaria retornou como uma prioridade.

**Figura 24 - Jantar no Centro Comunitário Vila Ipê em alusão ao 8 de março**



Fonte: Integrante da Associação Comunitária Vila Ipê (2019).

**Experiência: Articulação, organização e realização de duas aulas públicas sobre a reforma da previdência – abril e maio 2019**

**Descrição (envolvidos):** No mês de março há um chamamento nacional para um ato contra a reforma da previdência, articulado pelas centrais sindicais, Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo. Na cidade de Caxias do Sul, houve também esse ato, do qual participamos. Nas articulações dessa atividade, o MTD também começa a debater junto a algumas lideranças sindicais e de pastorais sociais da cidade, a possibilidade de construção de uma aula pública sobre a Reforma da Previdência, com a finalidade de chamar a população para o debate para essa proposta. Prospectou-se um calendário de modo que foram organizadas duas aulas públicas articuladas entre MTD, Associação de Moradores do Bairro Vila Ipê e Belo Horizonte e Pastorais Sociais, trazendo convidados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), do Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência do Rio Grande do Sul (Sindisprev RS), um advogado servidor do INSS e um gestor do Ministério do Trabalho e Emprego no Município. Esses eventos também objetivaram um



“aquecimento” para a participação das pessoas no dia da Greve Geral, no qual também ocorreu uma manifestação contra a reforma da previdência.

**Síntese da Avaliação Coletiva:** A ideia das aulas começa a ser construída em um exercício de avaliação do grupo articulador acerca do ato, ocorrido em 22 de março, contra a reforma da Previdência. Entre as militantes, sobressaíram-se falas críticas em relação ao formato do ato. Isso, de maneira nenhuma retira a legitimidade e importância desse tipo de articulação, no entanto o exercício ao qual nos propomos condizia a refletir sobre formas de ir além do proposto, pois, em muitos atos públicos não há variação acerca da dinâmica adotada, como se fosse um “formato mecânico”, nas palavras de uma militante: “Sinto falta da Mística e de ouvir a voz das pessoas sobre a situação. E não somente ficar assistindo as lideranças sindicais e de outras organizações, esperando a sua vez de falar no microfone”. O grupo se propôs a pensar em como seria possível acumular um debate com as pessoas, trabalhadoras e trabalhadores, moradores das periferias, sobre essa questão e também mobilizar para o dia da manifestação contra a Reforma da previdência, no contexto da greve geral, que ocorreria em maio. Daí surge a proposta das aulas públicas que foi articulada junto à base do MTD, no loteamento Vila Ipê, além da articulação com os sindicatos e pastorais sociais. As duas aulas públicas que ocorreram contaram com um número expressivo de participantes: 43 e 22 pessoas, respectivamente, sendo um exemplo de ampla mobilização tanto para essa partilha acerca da Reforma da Previdência como para o dia da Manifestação contra a Reforma, junto com a greve geral, que ocorreu no final do mês de abril. Foi um momento em que as pessoas puderam dialogar sobre essa temática, tirando dúvidas e ampliando os conhecimentos acerca da mesma. Uma das tarefas do MTD, nessa construção foi a de contatar as escolas da região, sobretudo as turmas de EJA, sendo que dessas aproximações, somaram-se ao grupo de base do Vila Ipê uma estudante de 24 anos, da escola Clauri Alves e um morador do bairro, interessado na pauta sobre a reforma, que a partir de então, foram se constituindo como dois militantes da base que se interessaram pelas pautas do MTD e se dispuseram a acompanhar as reuniões e ações, passando assim, a integrar o Movimento. Além desses dois militantes que se somam, nesse momento, o número de pessoas com mais constância nas atividades do Movimento no bairro chegou a dez, contando com a presença das três antigas militantes moradoras de um bairro vizinho. Nesse momento, o grupo articulador compreende que há possibilidades concretas em nível de envolvimento e de quantidade de pessoas para propormos uma atividade de formação a ser construída conjuntamente com esse grupo, inspirada na proposta da escola Ana Dias, organizando, dessa forma o grupo de base do MTD no loteamento Vila Ipê, objetivo inicial apontado, no momento

da constituição do grupo articulador. Essa proposta acerca da formação do grupo de base foi trabalhada coletivamente no encontro da avaliação da manifestação no dia da greve geral (maio de 2019), conforme descrito no item anterior. Outro desdobramento relevante das aulas públicas foi a proposição de um Comitê na cidade, para a articulação de atividades contra a Reforma da Previdência, ou contrarreforma, na perspectiva do que discutimos no item 2.2.3.2, que, no entanto, foi promulgada em novembro de 2019. Nas figuras seguintes, imagens correspondentes às atividades.

**Figura 25 - Chamamento para primeira aula pública**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).

**Figura 26 - Chamamento para segunda aula pública**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).

**Figura 27- Aula Pública 25/04 (AMOB Belo Horizonte)**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).

**Figura 28- Aula Pública 25/04 (AMOB Belo Horizonte)**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).

**Figura 29 - Aula Pública 24/05 (AMOB Belo Horizonte)**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).

**Figura 30 - Aula Pública 24/05 (AMOB Belo Horizonte)**



Fonte: MTD Caxias do Sul.

### 3.4.1.3 Ponto de chegada: a formação do grupo de base – aprofundando as partilhas

No âmbito das formações, cabe mencionar duas experiências que não tiveram relação direta com o grupo de base, mas que reverberam, de algum nível, nas construções subsequentes.

Por dentro do grupo articulador, desde o seu início foi evidenciada a importância de buscarmos momentos formativos, de aprofundamento de leituras, para que a partir disso também pudéssemos aprimorar os conteúdos junto ao grupo de base, em um caminho progressivo de aprofundamento dos conhecimentos.

Diante disso, elegemos dois temas iniciais, para darmos início, em abril de 2019, a essa experiência formativa, que nesse primeiro momento foi organizada por duas militantes: Andrea e eu. Os temas eleitos foram a pedagogia socialista e a pedagogia freiriana, de forma que buscamos trazer junto ao grupo, os conceitos centrais dessas duas concepções.

Além dessa proposta, propusemos a construção de uma linha do tempo avaliativa acerca da organização do MTD em Caxias do Sul ao longo dos últimos anos. Na construção dessa linha, resgatamos as experiências pregressas de organização do Movimento na cidade, incluindo as Frentes de Trabalho e o processo de conquista do assentamento Zumbi dos Palmares. Foi um momento de autoavaliação e reflexão acerca de quais práticas somaram acúmulos acerca da organização popular e, de que forma, nesse novo momento que vivemos podemos, evitando repetir o que foram equívocos do passado, propor um processo organizativo, a partir do trabalho de base.

Essa formação não teve continuidade, em virtude de nossas agendas pessoais, de pesquisa e de militância, sendo que no mês seguinte passei um mês na Argentina e, no retorno, optamos por intensificar a nossa ação em relação à formação do grupo de base, formalmente constituído, na ocasião da avaliação da Manifestação contra a Reforma da Previdência no dia da Greve Geral.

Como referido acima, em maio de 2019, surge uma possibilidade de intercâmbio apresentada às militantes do MTD de Caxias do Sul, dessa vez, em direção à Argentina, fruto de uma articulação da ALBA Movimientos<sup>109</sup> com a Secretaria Nacional do MST, sendo oferecido e coordenado pela Frente Pátria Grande<sup>110</sup> (Argentina). Pelo Brasil foram cinco

---

<sup>109</sup> Movimentos em articulação pela Alianza Bolivariana para Pueblos de Nuestra America. A ALBA é uma plataforma de organizações unidas pela integração continental e pela construção de um projeto político emancipatório para os povos da “Patria Grande” que representa a luta anticapitalista, anti-imperialista, anticolonialista, antirracista, feminista, ecossocialista, por um socialismo indo-afro-americano.

<sup>110</sup> Frente fundada em 2018 por jovens militantes de diferentes origens e não vinculados aos partidos políticos tradicionais, com a finalidade de intervir no processo política diante da crise integral pela qual a Argentina está

intercambistas, sendo três do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e duas do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (eu era uma delas).

O objetivo desta experiência de 30 dias foi acompanhar as experiências organizativas e de autogestão desenvolvidas nas periferias urbanas das cidades argentinas. Nessa experiência, que se configurou como uma tarefa política, vi a possibilidade de também estender o meu olhar de pesquisadora para a possibilidade de integrar um território argentino à presente tese, no entanto como já citado, a pandemia, acabou modificando essa intenção no ano de 2020. Entre as diferentes experiências visitadas, somadas a caminhadas nos bairros e rodas de conversa com a população dos bairros e a militância local, somamos cerca de 80 atividades, incluindo muitas iniciativas organizadas na lógica da Economia Popular<sup>111</sup>, como cooperativas que produziam alimentos, roupas, móveis, casas, dentre outras.

No mês de junho, retorno da experiência argentina a tempo de participar do encontro proposto pelo MTD, no loteamento Vila Ipê, no qual se propõe junto aos moradores uma avaliação da greve geral e a formação de um grupo de base no bairro, partindo de um princípio de explicação do que se entende por um grupo de base e como ele poderia se organizar no território (experiência descrita no item 3.4.1.3).

Para os quatro encontros formativos que desenvolvemos no segundo semestre de 2019, o grupo articulador recuperou a metodologia da Escola Ana Dias, como já mencionado, buscando trazer para este espaço a referência da Educação Popular. As temáticas trabalhadas nessas formações, foram: Quem somos? Como nos organizamos? Como lutamos? Em que mundo vivemos? Cada um dos quatro encontros de formação contemplou essas questões. Na sequência, trago a descrição dessas etapas, e os desdobramentos dessa construção, cabendo reforçar que um dos principais fatores que desencadearam a ideia e a concretização da formação, foram as movimentações iniciadas no mês de março referentes às pautas contra a aprovação da reforma da previdência social. Na avaliação do grupo de base, tanto as vivências das aulas públicas como a própria luta em si, vivenciada no dia 30 de maio, estimulou esse coletivo ao processo de formação, que procuramos construir coletivamente, conforme as descrições das 4 etapas, nos tópicos a seguir.

---

passando, com o objetivo de propor um projeto de país e uma alternativa governamental em favor da maioria e dos grupos populares.

<sup>111</sup> De uma forma geral, a Economia Popular é organizada como uma resposta das classes populares ao desemprego e à precarização do trabalho em curso. Nossa intenção é aprofundar esse conceito, adiante.

**Experiência: Formação MTD – Quem somos? – julho de 2019**

**Descrição (envolvidos):** o encontro contou com a presença de 11 militantes, sendo quatro do grupo articulador. O encontro foi iniciado com música e ornamentamos o espaço com as bandeiras do MTD, a antiga e a atual, além de duas mochilas e um livro, o “Pedagogia do Oprimido”. Perguntamos se alguém imaginava o porquê das mochilas e diante do silêncio, demos início à reflexão comentando que, ao longo da vida, vamos conhecendo mais pessoas e aprendendo com isso, vamos preenchendo a nossa bagagem para essa viagem que é a vida. Essa bagagem pode estar em uma mochila, em uma mala de viagem, ou ainda dentro de nós. Há pessoas e situações que nos preenchem com muitas trocas, sentimentos e aprendizados, em alguns momentos de alegria e outros de dor. Há também momentos em que as relações estabelecidas são mais vazias e não nos acrescentam muito. Dissemos que naquele dia, gostaríamos que todos entendessem essas 4 etapas de formação, como uma viagem. O que te levou a aceitar a fazer essa viagem? O que você traz na sua bagagem que acha que pode contribuir com esse grupo? O que você espera levar adiante? Solicitamos aos presentes que trabalhassem em dupla, sendo entregue para cada pessoa, uma representação de uma pequena mala de viagem, feita de papelão, com essas questões: O que eu tenho a oferecer para esse coletivo? O que eu gostaria de aprender com esse coletivo? Fizemos a sugestão que as duplas perguntassem para o par e depois, em roda, compartilhamos as reflexões e as vivências. As militantes mais antigas, que vivenciaram outras conjunturas junto ao Movimento trouxeram muitas lembranças, dos outros tempos:

“Eu me lembro das nossas lutas, dos nossos acampamentos no Sine, pelas frentes de trabalho. Fiquei chocada e curiosa com a proposta da formação, porque de uns anos para cá as reuniões tinham parado. Nesse meu tempo de MTD, mais de dez anos vi minhas filhas crescerem, meus netos, e muito do que aprendi na luta eu tentei passar para eles”

“Eu trago na minha bagagem o senso de companheirismo que aprendi no movimento, de como a gente era unida. Era uma aventura quando a gente ia pra rua lutar por trabalho. Conquistamos e perdemos. Temos que ir à luta de novo, porque sozinhas não somos nada”.

“Eu também trago a memória das lutas, costuro até hoje, vendo artesanato, faço parte do grupo da economia solidária. Me indigno com muitas coisas, com o mau atendimento nos postos de saúde: tudo eles indicam paracetamol e ibuprofeno. É a única coisa que eles sabem. Acho que tínhamos que organizar melhor a Economia Solidária na cidade, hoje temos poucos espaços e as pessoas não participam do Fórum”.

“Eu espero que com essa formação que junta a ‘velha guarda’ do MTD com a ‘jovem guarda’, os que estão chegando agora, nos fortaleça. Temos aqui hoje pessoas do Vila Ipê, mas trouxemos também lideranças do Beltrão, do Mariani. Juntos podemos pensar em como nos organizamos novamente em outros espaços”.

“Tem horas que parece que estamos sempre recomeçando. Algumas pessoas vão embora, outras chegam. Talvez seja isso mesmo, mas no recomeço a gente também tem as continuidades, os acúmulos, o que a gente aprendeu e leva na bagagem”.

“Eu espero que esse grupo não pare. Que ele continue, apesar das dificuldades que podem acontecer e isso só depende da gente. Também espero aprender bastante coisas, conhecer melhor as pessoas que estão aqui. Aprender sobre a gente mesmo, sobre a importância de lutar pelos nossos direitos para a gente ter uma vida melhor”.

Além dessas reflexões iniciais, foi passado um vídeo com fotos de antigas lutas do movimento, em que algumas das pessoas se reconheceram nas fotos. Para trabalhar o “Quem somos” fomos trazendo as falas dos militantes sobre como eles enxergam o MTD, explicamos sobre a simbologia da nova bandeira do movimento em paralelo com as experiências que já havíamos vivenciado, como organização de eventos, manifestações, ações de solidariedade. Houve um momento de leitura da cartilha do MTD e reflexão em torno da questão: Como unir mais pessoas aqui na região e como entendemos a realidade do nosso bairro? As deliberações ao final do encontro foram em torno da proposta de o grupo de base do Vila Ipê reunir-se quinzenalmente para pensar coletivamente em como organizar ações no bairro que tragam mais pessoas para a vivência do Movimento.

**Síntese da avaliação coletiva:** A formação foi compreendida como um momento de retomada, reinício, sem nos esquecermos de nossa história. Em alguns momentos observamos que, principalmente no momento da leitura, as pessoas ficam mais dispersas e uma das companheiras chegou a cochilar, sendo que ela foi a primeira a propor o café e assumiu toda a organização desse preparo. Essa é uma questão. Como trazer uma formação dinâmica, atrativa e que ao mesmo tempo alcance profundidade? As pessoas, de uma forma geral, não trazem esse costume de sentar-se e estudar por um longo período, por isso, a construção dialógica é muito relevante, afinal permanecemos no mesmo espaço, do Centro Comunitário, quase 4 horas seguidas, com pausas para músicas, cafés e conversas. Dos 7 militantes do bairro mais presentes nas últimas atividades, tivemos a presença de 4. Essa também é uma questão complexa, visto que dificilmente conseguiremos reunir todas as pessoas, todas as vezes. Sugerimos o resgate da



memória da formação, no encontro do grupo de base, assim como propostas para as demais etapas.

### **Experiência: Formação MTD – Como nos organizamos? – setembro de 2019**

**Descrição (envolvidos):** No segundo encontro da etapa formativa, realizado em um domingo nos deparamos novamente com a ausência de pessoas, havendo apenas 2 militantes do grupo de base do bairro, e duas militantes de outros bairros. Ainda assim, concluímos que essas flutuações ocorrem no processo e que a perspectiva formadora é permanente. Desenvolvemos a Mística da caminhada na qual diferentes pares de calçados são colocados no espaço da sala: chinelos, sapato social, tênis, alpargatas, bota de borracha para metalurgia. Caminhamos pelo espaço ao som de uma música e quando ela parava escolhíamos um par para calçar e dizíamos o que ele representava. Das reflexões após a Mística, as que se destacaram foram a respeito da diversidade no grupo: diferentes histórias de vidas, idades, caminhadas, experiências. Dentro disso: o que nos unificava? Quais aspirações nos colocavam juntos na caminhada? O que sustenta o nosso percurso coletivo? Quais valores e inspirações? Além disso, refletimos sobre os nossos pés que sustentam o nosso corpo, como sua base. Dessa forma o grupo de base também possui essa característica de sustentação. O que esse grupo sustenta? A partir das respostas trazidas íamos organizando as sínteses. Qual é a tarefa de um grupo de base? Trouxemos a perspectiva de Bogo (2011), que discorre sobre organizações sociais de cunho progressistas adotarem o termo ‘grupo de base’ para denominar o vínculo político e organizativo de um conjunto de sujeitos que entre si, constroem caminhos e alternativas coletivas em torno das problemáticas vivenciadas em seus cotidianos de convivência. As perguntas problematizadoras para introduzirmos essas reflexões acerca do grupo de base foram: Por onde começar a organização nos bairros? Quem são as pessoas que queremos reunir, em primeiro lugar? Mulheres? Jovens? O que motiva/anima as pessoas para participarem de um processo como a construção de um Movimento Popular? Nesses diálogos os participantes colocaram suas ideias, dúvidas e também compartilharam angústias. Um dos militantes disse que não sabe como conversar com as pessoas como faz o grupo articulador. Foi importante essa fala, pois buscamos desenvolver um diálogo no sentido de refletir sobre quem tem mais propriedade para dialogar com as pessoas que vivem no cotidiano do bairro sobre a questões vividas ali? Uma pessoa que é moradora do bairro ou um sujeito de fora? Buscamos aprofundar esse diálogo

trazendo um vídeo<sup>112</sup> de animação sobre Educação Popular produzido pela Rede de Educação Cidadã (Recid), que parte de uma analogia com o mito da caverna de Platão, falando sobre um grupo que vivia em uma caverna e nunca havia visto a luz do sol, até que uma das pessoas consegue se libertar e conhece o mundo em sua inteireza. A percepção é que no nosso processo de militância que nos forma de diferentes maneiras (pode ser de uma forma mais planejada como fazíamos naquele momento, mas também na espontaneidade dos encontros e diálogos no cotidiano). A ação e a reflexão implicadas na militância, nos ajudam a ler o mundo com mais crítica, mais consciência das raízes históricas de seus problemas e também do conhecimento sobre nosso papel de poder transformar a realidade.

**Síntese da avaliação coletiva:** Nesse encontro formativo, emergiu uma questão de uma forma mais concreta, na manifestação de um dos militantes. Ele verbalizou que entendia que o grupo articulador “dava as ordens, o comando” e o grupo de base executava. Isso ficava explícito em alguns momentos de encontro, quando ele dizia: “Vocês não vão organizar nada para denunciar essa situação?” (referindo-se a diferentes pautas discutidas, como a demora para agendamento na UBS, por exemplo). Esse é um debate importante nas organizações que se pautam pelo centralismo democrático, porque um risco que emerge é o de se reproduzir uma estrutura autoritária em que os grupos de base têm suas ações restritas à execução de tarefas. Buscamos trabalhar essa questão, mas também sabemos que esse é um processo a ser construído, nas ações concretas. Sinalizamos que o MTD é construído por todas e todos e que entender que é só um cumpridor de tarefas se assemelha a lógica de exploração, de utilitarismo que permeia a nossa sociedade. Trouxemos exemplos acerca do cotidiano, comparando por exemplo, o trabalho na fábrica, que ele dizia que “lá ninguém tinha voz pra nada” e o trabalho de base. No trabalho de base, a construção se dá pelas diferentes vozes, sendo fundamental o envolvimento e se sentir parte do Movimento, como algo que faz sentido. Referir-se ao MTD como um agente externo que “organiza coisas”, denota distanciamento. Esse diálogo traz uma contradição que é uma preocupação constante, daquelas e daqueles que são educadores populares alinhados a uma perspectiva libertadora e emancipatória. Como criar possibilidades para que esses sujeitos, de fato, se reconheçam como parte construtora do processo? A formação é muito importante, mas, refletimos sobre o fato de que, se não nos organizarmos, paralelamente aos momentos formativos, em torno de uma pauta concreta que promova tarefas, ações, partilhas, essas dimensões de compreensão ficarão muito distantes de serem alcançadas. O grupo demonstrou

---

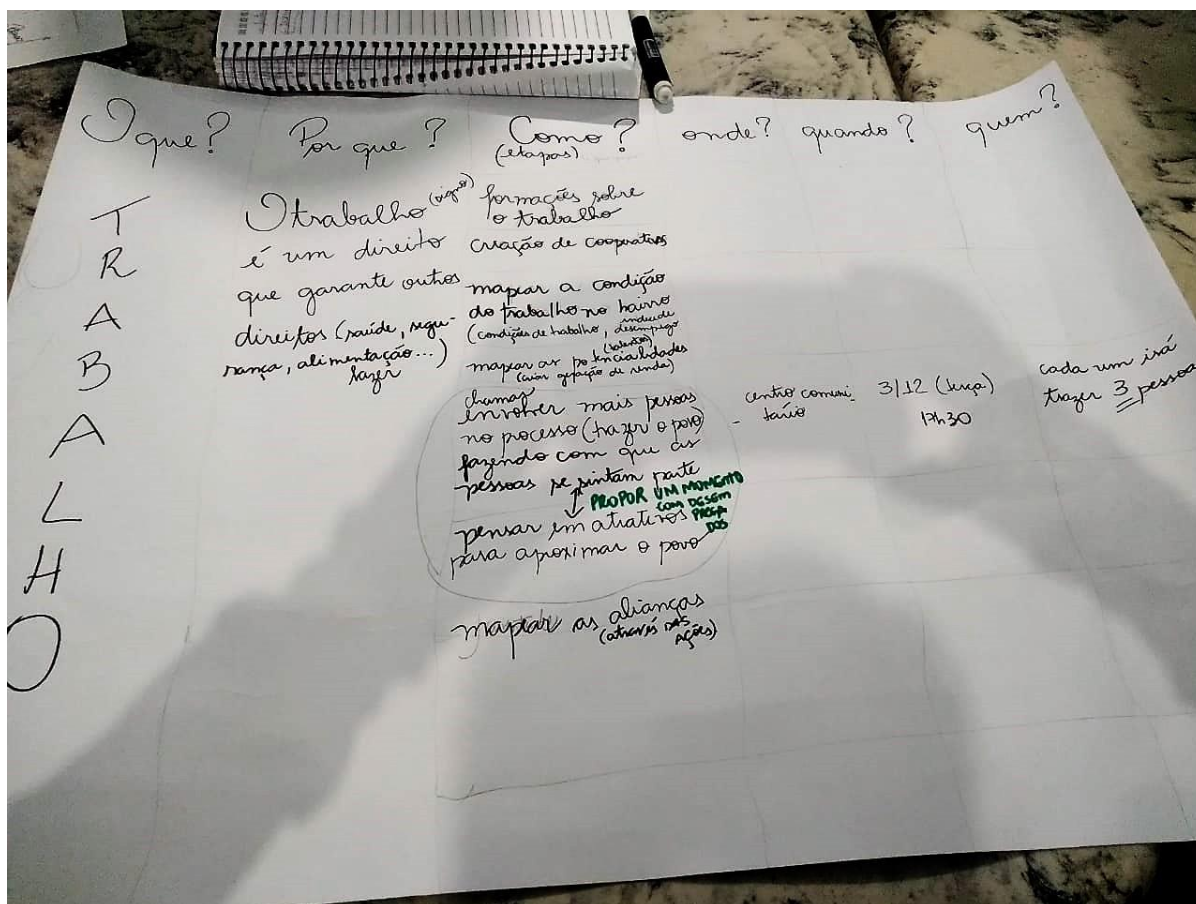
<sup>112</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Rvq7D\\_zdwPk](https://www.youtube.com/watch?v=Rvq7D_zdwPk). Acesso em 20 jan 2022.

interesse em conhecer mais sobre o que é ser militante, para além daquilo que eles sentem quando estão envolvidos nas construções do Movimento. Nos comprometemos a trabalhar essa proposta formativa em uma das reuniões quinzenais do grupo de base (sendo que discorrei sobre elas no item subsequente). Outras questões que emergiram dos diálogos foi a relevância de aproximarmos pessoas mais jovens do Movimento, em uma perspectiva intergeracional e de renovação das ideias. Observamos que os/as presentes estavam se sentindo bem à vontade para expressar as suas dúvidas, percepções sobre os temas abordados, o que é um bom indicativo de que o grupo está se organizando priorizando a escuta, o respeito e a relevância das falas de todas e todos.

**Experiência: Formação MTD - Como lutamos? - novembro de 2019**

**Descrição (envolvidos):** A terceira etapa dos encontros, reconhecidos como uma primeira experiência formativa junto ao grupo de base, evidenciou a dinâmica das lutas sociais em movimento. Neste encontro estavam presentes 5 militantes do grupo de base do território, além de 3 de outras regiões e o grupo articulador. Trouxemos aspectos sobre a Projeto Popular para o Brasil, assim como retomamos a questão dos direitos fundamentais, tendo como base, a cartilha do MTD, e outras rodas de conversa já realizadas sobre o tema. A luta por direitos é ampla e por isso mesmo, o grupo de base tem um papel muito importante de, a partir de suas relações e observações no território: captar quais lutas emergem como a mais emergentes, na vida da comunidade. A questão do direito ao trabalho digno é a mais evidenciada na falas das pessoas, de modo que organizamos a seguinte estratégia de ação, que foi complementada nas reuniões do grupo de base, durante a semana:

**Figura 31 - Reunião e formação e do grupo de base Vila Ipê (novembro/2019) –  
definição da pauta trabalho para mobilização em 2020.**



Fonte: A autora (2019).

O trabalho é portanto, apontado pelo coletivo, como um direito que garante outros direitos, no modelo de sociedade em que vivemos. Pontuamos algumas questões importantes para nos mobilizarmos em torno da pauta, no ano de 2020. A primeira delas foi “formações sobre a temática trabalho” – de que tipo de trabalho estamos falando? Outra foi o “mapeamento das condições de trabalho no bairro” – quem trabalha em casa? Quem está desempregado? Quem se desloca e o quanto para trabalhar? Quais os tipos de trabalho que existem no bairro? Artesanato? Alimentação? Quais outros? O que as pessoas sabem fazer? Quais as experiências que já tiveram? “Envolver mais pessoas no processo e propor uma roda de conversa sobre a questão do trabalho” foi uma atividade que o coletivo deliberou por propor, no dia 3/12, no espaço do Centro Comunitário Vila Ipê, com o “desafio” que cada um pudesse convidar três pessoas de seu círculo que estivesse desempregada e pudesse se interessar em construir o Movimento. Dentro das diversas lutas que temos a possibilidade de protagonizar, nesse momento, compreendemos que a pauta do trabalho é a que mobiliza mais atenção das pessoas, justificando isso pelas suas necessidades reais de sobrevivência.

**Síntese da Avaliação Coletiva:** Observamos que uma das mulheres do grupo, moradora do bairro, demonstrou muito envolvimento com o tema, visto que está desempregada e é a única responsável pela criação de sua filha. Aponta que tem mais vizinhas na mesma condição e que irá convidá-las para esse momento da roda de conversa sobre o trabalho. No grupo articulador, avaliamos que talvez seja o momento de convidar essa militante para o grupo articulador, visto que é uma pessoa com perfil de liderança, participativa e interessada na construção coletiva, propondo-se inclusive a assumir a coordenação do grupo de base, em uma das reuniões semanais. Compreendemos que o grupo articulador não é uma instância isolada do grupo de base, e que também, nas reuniões estratégicas, a presença de alguém da base é muito importante, pois dessa forma o processo avança em um sentido cada vez mais articulado e conectado a demandas que de fato fazem sentido.

#### **Experiência: Formação MTD – Em que mundo vivemos? – novembro de 2019**

**Descrição (envolvidos):** No último encontro formativo de 2019, realizado no espaço do Assentamento Zumbi dos Palmares, seguido de uma confraternização tivemos a presença, além dos militantes da base do MTD, e propusemos um formato diferente para abordar, de forma introdutória, o tema “Em que mundo vivemos”. Realizamos uma dinâmica chamada “A ilha” no espaço aberto, inspirada no módulo “Como funciona Sociedade”, desenvolvido pelo Núcleo de Educação Popular 13 de maio. Antes de partirmos para essa atividade, foi desenvolvida uma Mística que trazia personagens históricos das lutas sociais brasileiras, demarcando a reflexão de que a desigualdade, no nosso processo histórico, como país, tem profundas raízes e que estas raízes se relacionam com muitas questões as quais na atualidade foram distorcida pelos grupos que dominam a sociedade, por exemplo: que a pobreza existe porque as pessoas não querem trabalhar, ou ainda, que as pessoas não se esforçaram o suficiente. Dentro desses diálogos introdutórios propusemos o seguinte exercício, na área externa do assentamento, a partir da seguinte narrativa: “Estávamos em uma embarcação, porém, naufragamos, mas conseguimos nos salvar na ilha. Não sobrou absolutamente nada dos recursos que trazíamos na embarcação. Com isso, na ilha, divididos em três grupos de três pessoas, deveríamos organizar tarefas que possam garantir nossa sobrevivência”. Durante esse exercício, a facilitadora era responsável por trazer mediações que representassem alguns valores da sociedade capitalista para observar como os grupos lidam com essas intercorrências. Parte-se da pergunta fundamental: o que é necessário para sobreviver na ilha, a curto e a longo prazo. Dessa forma, os grupos foram se organizando no sentido de iniciar uma nova sociedade. Houve, nos três subgrupos, os que

elegeram uma liderança e os que não elegeram e se declararam como um grupo de liderança anárquica. Os grupos então organizaram reuniões para dividirem as tarefas essenciais para começar a viver na ilha: dividiu-se a busca por abrigo, alimentação e água. A facilitadora interfere trazendo situações, remetentes a estrutura do capital, como por exemplo: o grupo acampado perto da água passou a cobrar frutas para permitir o acesso a fonte, em outro momento, cercou a área onde haviam se organizado com pessoas com armas construídas na ilha, ou ainda começou a queimar a vegetação para construir mais abrigos e também cobrar por eles, aos grupos que não conseguiram acessar a área onde havia mais árvores. Dessa forma, íamos analisando como os grupos reagiam às situações que eram colocadas, acerca do domínio de uns pelos outros, como um laboratório reflexivo de como a sociedade funciona na atualidade. Por que determinados grupos sociais são os donos das terras e outras pessoas não têm onde morar? O que é a desigualdade social e como ela se manifesta na nossa sociedade da ilha e na real? Como se disputa o poder? O que caracteriza a sociedade em que vivemos? Quais valores? Quais relações entre os seres humanos constituem a sociedade? O que é preciso para viver na sociedade em que vivemos? E na sociedade da ilha? Quais das questões discutidas se concretizam no território onde vivemos? De que forma?

**Síntese da avaliação coletiva:** Escolhemos essa dinâmica, de uma forma introdutória e com forte caráter lúdico para observarmos coletivamente como se encaminhariam os diálogos, discussões, negociações diante das situações colocadas. Compreendemos, que de maneira geral, houve boa adesão à atividade, mas que em muitos momentos, as pessoas demonstraram impaciência e falaram para o grupo dominador: desisto, leva tudo. Em outros momentos, traziam estratégias de tomar o poder pela violência. Muitas reflexões foram possíveis a partir dessa dinâmica, interligada à Mística inicial e conectada com a importância da organização coletiva como forma de enfrentamento às opressões, embora, muitas vezes, no mundo em que vivemos se sobressaia a ideia de que temos que buscar soluções sozinhos. As reflexões também abordaram o quanto, na nossa formação, já temos como “naturalizadas” algumas “verdades”, por exemplo: que as pessoas só agem por ganância, competição e que o mundo é injusto, mas não podemos fazer nada para mudar isso. Trouxemos alguns exemplos de conquistas da classe trabalhadora ao longo da história do Brasil, assim como as formas de resistência do povo das periferias, que dizem respeito à relações de solidariedade, de organização coletiva, criatividade para lidar com as dificuldades e emergências da vida e busca por novos conhecimentos. De maneira nenhuma, esgotamos essa temática provocada, e, avaliamos, pelas falas dos presentes que a experiência trouxe novas perspectivas de pensar, mesmo que a situação seja difícil.

Na sequência, alguns registros dos encontros formativos.

**Figura 32 - Formação do grupo de base (julho/19) – AMOB Vila Ipê**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).

**Figura 33 - Formação do grupo de base (julho/19)  
– AMOB Vila Ipê**



Fonte: MTD Caxias do Sul.

**Figura 34 - Formação do grupo de base (novembro/19) – Assentamento Zumbi dos  
Palmares (MTD Caxias do Sul)**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).

**Figura 35 - Mística em reunião do grupo de base (outubro/2019)**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).



**Figura 36 - Mística na formação do grupo de base (setembro/2019) na AMOB Belo**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).

**Figura 37 - Mística na formação do grupo de base (setembro/2019) na AMOB Belo Horizonte**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).

**Figura 38 - Mística na formação do grupo de base (julho/2019) na AMOB Vila Ipê**



Fonte: MTD Caxias do Sul (2019).

**Experiência: Encontros quinzenais do grupo de base do loteamento Vila Ipê – de agosto a dezembro de 2019.**

**Descrição (envolvidos):** A iniciativa da constituição do grupo de base do loteamento Vila Ipê, emergiu como uma das deliberações do encontro de avaliação da manifestação contra a reforma da previdência. Nesse encontro, além de acordarmos coletivamente sobre a formação da escola Ana Dias, foi apresentada a proposição por um dos moradores do território, desse grupo reunir-se quinzenalmente para reflexão e proposição/organização de ações no bairro.

Esse grupo, constituído por seis moradores do bairro, com presenças e envolvimento mais regulares, envolveu-se em processos de organização que consideramos formativos, no sentido da militância, como a organização do MTD acerca da preparação para a participação no Grito das Excluídas e dos Excluídos que aconteceu no mês de setembro, conforme descrito anteriormente, a organização de um almoço comunitário com a finalidade de levantar fundos para o caixa do MTD que ocorreu em outubro e duas reuniões acerca da questão da organização pela pauta trabalho, como planejamento de 2020 que ocorreram em novembro e dezembro. Nesses encontros também buscávamos construir coletivamente as formações da Escola Ana Dias, com os temas: Quem somos? Como nos organizamos? Como lutamos? Em que mundo vivemos? Avaliando os encontros ocorridos e buscando sugestões para organizarmos os

seguintes. Nesses encontros também demos atenção para a temática acerca da identidade militante, trazendo dinâmicas referentes a isso, no sentido de construirmos coletivamente quais características, desejos, valores são importantes nessa caracterização. Como eu me reconheço nisso? Quais as maiores dificuldades? Como avançamos juntas e juntos em busca de trazer mais pessoas para a construção do movimento? Além disso, outro passo importante nessa etapa foi o exercício de deliberarmos a respeito de uma figura coordenativa no grupo de base, abrindo espaços dialógicos para refletirmos sobre qual é o papel da coordenação nos processos coletivos dos movimentos populares.

**Síntese da avaliação coletiva:** Consideramos a constituição desse grupo como um “ponto de chegada” do processo, levando em conta que, quando iniciamos a construção do grupo articulador, no começo de 2018, juntamente com nossas estratégias de imersão na vida da comunidade, estabelecemos como horizonte a criação de um grupo de base no território, como o alicerce fundamental da ação do Movimento, e também, como um espaço de formação, acolhida, pertencimento, divisão de tarefas/compromissos, além de um espaço de convivência solidária. Ao longo das reuniões quinzenais, pelo menos duas integrantes do grupo articulador, se mobilizavam para acompanhar as reuniões do grupo de base, em uma perspectiva integrativa, com a proposta de contribuir para os debates e organizações. As reuniões do grupo de base ocorreram até dezembro. No mês de janeiro, esse fluxo de reuniões acaba sendo interrompido, ao considerarmos que estamos em um momento de proposição de ideias, não havendo nenhuma demanda emergencial nas nossas prospecções de ação. No mês de fevereiro foi organizada uma avaliação de 2019, entre o grupo articulador, assim como o planejamento de 2020. Nesse momento irrompe a pandemia, de modo que os desdobramentos desse cenário acabam fragilizando os encontros do grupo de base, por conta da necessidade do isolamento, e da dificuldade em relação à conexão da internet, por parte de algumas pessoas. Paralelamente a isso, vai se conformando a ideia da Saboaria Popular que envolve mulheres do bairro, sendo duas delas, do grupo de base e uma que esteve presente na atividade de dezembro sobre a pauta trabalho. Nessa reunião, compareceram somente, três mulheres: a coordenadora do grupo de base e duas mulheres da vizinhança que ela convida. Na avaliação dessa atividade, fortalecemos a nossa direção de buscar fomentar um trabalho organizativo com as mulheres do bairro, perpassado pela dimensão feminista, ao passo que se evidencia, de uma maneira muito clara, a ausência de acesso dessas mulheres a uma atividade produtiva e a renda, fato que impacta significativamente na autonomia delas, além de outras dimensões como a própria autoestima. Essas ações se desdobram no ano de 2020 e serão abordadas no capítulo 4. Apesar de o grupo

de base, no formato que ele vinha sendo desenvolvido em 2019, sofrer descontinuidades no ano de 2020, mantivemos relações com todos os participantes, sendo que um dos integrantes faleceu em 2020, por questões de saúde. Dos três homens, portanto, um deles faleceu, outro precisou se distanciar das atividades por conta do trabalho que havia conseguido e o outro acabou se distanciando sem justificativa, retornando a participar de algumas atividades em 2021. Das três mulheres, duas integraram a iniciativa da saboaria e a outra optou por nesse momento não participar, justificando que estava aposentada e queria passar mais tempo viajando, indo visitar seus filhos que vivem em outro Estado. Ainda assim, essa militante também manteve participação nas atividades do movimento, não se desvinculando do coletivo.

### **3.4.2 A Mística como mobilizadora de uma educação sentipensante**

Em meu primeiro contato com o MTD, na já referida atividade no Centro Comunitário Vila Ipê, em outubro de 2017, algo me chamou a atenção. Logo ao início, quando estávamos sentadas, esperando pela fala da convidada, dois rapazes com violão, acompanhados de mais duas pessoas com a faixa “Zona Norte em luta por direitos” percorrem o espaço do Centro Comunitário, cantando uma música que há muito eu não ouvia: “Cidadão”, que eu conheci na voz de Zé Geraldo, ainda criança. Fui retomando mentalmente a letra e todas as passagens contraditórias que são narradas, nesta canção sobre um trabalhador que, com sua força de trabalho, constrói uma cidade, mas o acesso a ela é restrito, muitas vezes negado. Na sequência, tocaram o hino da ação direta que traz em sua mensagem uma conclamação ao povo pobre, responsável, por escrever a história do país, para que resista e lute contra a opressão. Houve poesia também. Era a Mística do Movimento Popular.

O MTD, como movimento do campo do projeto popular, tem como grande referência o MST, o qual surgiu na década de 80, caracterizando-se como um movimento coletivo e educativo pautado na reforma agrária, e forjado, a partir de contribuições da Comissão Pastoral da Terra, constituída por camponeses e líderes da Igreja Católica, em especial, os da ala progressista, vinculada à Teologia da Libertação e engajada nas mobilizações sociais. Portanto, de acordo com Stedile e Fernandes (2012), o movimento compreende na Teologia da Libertação as raízes de sua Mística, como uma das suas dimensões mais inerentes e características.

No âmbito do MTD, a Mística se alinha a muitos elementos do campo popular, no entanto, o sujeito e o contexto com o qual dialoga é urbano, o que pressupõe linguagens específicas que se relacionam a esse contexto.

A Mística do Movimento sempre foi uma temática que tomou nossa preocupação enquanto grupo articulador, justamente por concebermos a sua relevância como mediação pedagógica, pelo seu poder de alcançar as camadas mais profundas, no campo das emoções, das pessoas, e por compreendermos que na dialética da vida e da luta, está a Mística, como uma celebração do encontro.

Com isso, nos encontros que planejávamos sempre havia espaço para a Mística, buscando trazer representações, músicas, textos, que pudessem fazer sentido a todos e todas presentes, e, ao mesmo tempo, uma reflexão autocrítica acerca de muitos momentos em que o tempo era escasso e não conseguíamos dar atenção suficiente para esse momento, concentradas em levantar o conteúdo necessário para discussão.

Ainda assim, compreendemos que a Mística, para além de um momento, como por exemplo, de abertura dos encontros formativos, precisa ser levada para a vida cotidiana do Movimento Popular, em seus símbolos e também na postura do acolhimento, da escuta, da verdadeira e genuína partilha da vida. Na contramão da lógica dos tempos em que vivemos, demarcados pela evidência do individualismo, a Mística se perfaz como a dimensão estética da comunhão resistente, que unifica, desperta afetos e que também educa.

Neste sentido, elegemos a Mística como vivência mobilizadora de uma educação sentipensante, ao passo que ela, como prática social, é um campo potente de mediações pedagógicas, ao promover a unidade da práxis entre o sentimento, o pensamento e a ação, na formação de uma consciência de luta.

No exercício de sentipensar a Mística, vamos, enquanto militantes, compreendendo a estética dos sentidos das lutas das populações periféricas, pautadas em uma história, na qual os processos capitalistas de acumulação e expropriação, muitas vezes violentos, acentuaram a desigualdade e a negação dos acessos aos direitos fundamentais. Como isso pode ser simbolizado? De que forma esse processo afeta a vida das pessoas?

Sentipensar a Mística, portanto, para além de promover um pensamento pautado em uma racionalidade pedagógica, pressupõe, inspirado em Fals Borda (2009) considerar o coração como o âmago de uma racionalidade. É nessa convergência do racional com as emoções que precisamos estar conectadas/afetadas para conceber a Mística. Freire nos lembra: “[...] sou uma inteireza e não uma dicotomia. Não tenho uma parte esquemática, meticulosa, racionalista e outra desarticulada, imprecisa, querendo simplesmente bem ao mundo. Conheço com meu corpo todo, sentimentos, paixão. Razão também.” (2013, p.28).

É na práxis diária, no contexto de luta popular de resistência, na busca das soluções às necessidades básicas, olhando e vivendo a realidade da vida do povo que podemos sentipensar a Mística: observando como comunidade a organiza a sua vida, o seu cotidiano, as suas crenças, os seus saberes, a sua arte. É o cotidiano da vida do povo que tece a Mística que pode ser revelada e que pode fazer sentido, criar reflexões, ressonâncias e reverberar novos aprendizados e novas sociabilidades. Vivenciar a Mística no cotidiano é um instrumento essencial na formação política dos sujeitos.

Streck (2013), ao discorrer introdutoriamente sobre elementos de uma pedagogia sentipensante, aborda a Mística como expressão da Educação Popular, concebida como um campo que nutre e vincula as emoções em seu quefazer, não deixando de demarcar a legitimidade da razão e do pensamento científico moderno.

Basta um olhar rápido sobre a educação popular para verificar como ela é criadora e criatura da sociedade em movimento pelo ser mais de que falava Paulo Freire. E esse movimento não decorre de teorias e cartilhas, mas é movido por “estados mentais” e “envolvimentos corporais” complexos que podem ser definidos como emoções (STRECK, 2013, p.2).

A Mística, no escopo da Educação Popular, como mobilizadora de emoções que integram a racionalidade, constitui-se como uma força motriz que valoriza o sujeito coletivo, contribuindo para a formação humana, por ser um meio de constituição de subjetividades. Nessa perspectiva, a compreensão de formação humana vincula-se ao processo de subjetivação relacionado à constituição de sujeitos engajados em processos de emancipação dos povos que se pautam em uma ética humanizada.

A mobilização das emoções, no contexto da Educação Popular configuram uma forma de estar no mundo, em uma dimensão ética e estética, intensamente perceptível no campo da militância e no âmbito do encontro desta com a comunidade. Este estudo discorre sobre o encontro, e conseqüentemente sobre as emoções que se desdobram desse encontro e que também fazem parte da Mística do movimento popular, que afeta e educa: neste encontro entrecruzam-se e são partilhados: histórias de vida diferentes, saberes diversos, sentimentos compartilhados como a esperança em um futuro, construído ativamente pelas pessoas, melhor, a coletividade, a indignação. Essa convergência não faz desaparecerem as diferenças, mas elas acabam subsumidas na unidade.

Muitas vezes, no trabalho de base, essa partilha dos sentimentos mobilizada pela Mística cotidiana, que pressupõe o encontro genuíno entre a militância e o povo, ensina muito mais do que a leitura da cartilha. Sentipensar o Trabalho de Base como o cultivo de um solo fértil para ações emancipatórias, de modo que as mediações pedagógicas são os nutrientes desse

solo, corresponde a compreender, nessa travessia, esse solo fértil como um conjunto de relações humanas e pedagógicas que também são cultivadas.

Em nossas experiências de Místicas, observávamos que em alguns momentos as pessoas demonstravam muito envolvimento com a atividade e em outros já se mostravam mais dispersas. A experiência da Mística variava, na busca de ajudar a construir algum nível de coesão no coletivo, de modo que em alguns momentos levávamos músicas, pequenos textos, ou ainda símbolos, como uma vez que construimos estrelas com papéis laminados e presentamos os participantes, em uma roda de conversa sobre a identidade do militante. Nessa ocasião, a ideia era evidenciar a relevância daquelas e daqueles que compreendiam o sentido do trabalho coletivo, da luta por justiça social.

Além disso, a ornamentação do espaço é uma constante, com a bandeira, e demais representações que sejam condizentes à temática do encontro. Mas, observávamos que nos momentos de descontração, das pausas para os cafés, na alimentação (em um tempo pré pandemia), nessa partilha do conviver onde todas e todos conversavam descontraidamente também estava presente a Mística, como uma comunhão resistente. Ainda assim o caminho para a educadora e o educador popular militante se dá sempre no sentido de aprofundar a Mística, trazer sentidos que suscitem a pertença dos sujeitos coletivos.

Quando concebemos a Saboaria Popular Las Margaritas, conforme descreveremos no capítulo 4, a Mística foi uma preocupação e muito do que evidenciamos como elementos simbólicos dessa construção, é fruto das reflexões acerca das Místicas vivenciadas no trabalho de base: tanto os aspectos positivos, como os aspectos a serem fortalecidos.

No percurso do Trabalho de Base, a Mística figura como uma mediação pedagógica ao passo que aproxima as pessoas, propicia reflexões, abre caminhos para ampliar as percepções na leitura da realidade e mobiliza. Em um processo histórico estruturalmente demarcado pela opressão, como uma condição negadora da vida, a Mística que anima, no sentido de dar alma, ou ainda de dar vida, aos que, em comunhão resistente, partilham daquele espaço, desperta novos sentidos críticos que constituem os sujeitos políticos.

Freire (2016a, p. 90), ao criticar a opressão enquanto prática de dominação, desenvolve a caracterização: “A opressão que é controle esmagador, é necrófila. Nutre-se do amor à morte e não do amor à vida”. Freire evidencia o “ser mais” como vocação ontológica do ser humano, afirmando que a luta por essa vocação só se torna possível pelo fato de que a desumanização não é algo natural, mas emerge como resultado de uma ordem social injusta, que fomenta a opressão e, conseqüentemente, uma cultura negadora da vida. Nesse aspecto, a Mística que

fomenta a relevância do oprimido “dizer a palavra” enfrenta a generalização, a cultura do silêncio, a compreensão do povo como massa.

Como mobilizadora de uma educação sentipensante, a Mística dos Movimentos Populares Urbanos está implicada em tempos/espços educativos que convergem para a construção de uma ação que resgata historicamente a luta do povo, ativando memórias, lê a realidade da periferia e reafirma valores de enfrentamento à lógica do capital, e as suas produções ideológicas, fortalecendo a perseverança coletiva.

Com isso, de acordo com Streck (2013, p.10), a Mística, mobilizando emoções, também faz pensar, introduzindo um elemento novo que provoca e traz inquietações, perfazendo-se como “uma espécie de ‘cimento’ para a formação do espírito coletivo”.

Há, portanto na Mística, um intento de celebração: celebração do encontro entre companheiras e companheiros, celebração da história das lutas populares, da memória daquelas e daqueles que vieram antes de nós, uma celebração de quem se indigna, mas que compreende a união potencializadora dos que se afetam com a injustiça, além de mobilizar e educar os sujeitos implicados em sua ação: desacomoda, reivindica o sonho e a utopia.

Conceber a Mística sentipensante como mediação pedagógica, é também tensionar epistemologicamente a compreensão da Mística dos movimentos populares urbanos na relação com os sujeitos coletivos: quem são os sujeitos coletivo popular urbano? O que se observa sobre a organização da vida das mulheres, nesse cenário? Como se avança na compreensão desses sujeitos, enfrentando as inúmeras dificuldades contemporâneas de organização e mobilização das pessoas, em uma perspectiva massificada, quando o cenário que de crise que se agrava anuncia o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, o agravamento da pobreza e a ampliação da ideologia individualista?

Compreendemos, a partir das vivencias junto ao grupo de base, que a Mística sentipensante, como mediação pedagógica, permeando o cotidiano do Movimento, aliada a outras frentes de luta, integrando novas racionalidades, formas de sociabilidade e o campo das emoções, perfaz-se como uma potente prática coletiva para o enfrentamento da ideologia do individualismo liberal, contribuindo para a reconstituição de um sujeito popular coletivo e organizado, sendo expressão política de si mesmo, na perspectiva da construção do Poder Popular.



### **3.4.3 Unidade na diversidade como alicerce da ação política: reconhecimento e estranhamento da pertença a um coletivo.**

Amparada na práxis que permeia a ação política do Movimento Popular e que também constitui a sua ação educativa, na qual sou um dos sujeitos implicados, compreendo que as mediações pedagógicas presentes na experiência da militância, indicam caminhos que entrelaçam o processo de educação popular com a construção de saberes individuais e coletivos.

De modo concomitante, tais mediações podem realizar a construção de subjetividades que são capazes e anseiam por percorrer por caminhos emancipatórios. Nessa construção, a singularidade das motivações e interesses dos sujeitos não advém apenas das relações objetivas (como por exemplo as do trabalho, que abordaremos adiante), e sim da dialética das relações sociais que se estabelecem em diferentes atividades humanas, de modo que a participação em processos político-educativos, como os propostos no escopo do trabalho de base podem contribuir para o engendramento das subjetividades.

Pela via do Movimento Popular, o MTD, traz como referência a atuação do MST, o qual desenvolve suas ações coletivas e processos de formação imbuído de uma intencionalidade pedagógica que conflua para uma subjetivação militante que atinja seus quadros e base social. Nesse processo de produção subjetiva militante são estabelecidas conexões entre a dimensão do sujeito histórico, projeto de vida pessoal e o coletivo no qual está inserido, portador de valores de solidariedade, politicamente formado e comprometido com o movimento (GAIGER, 1994). Há possibilidade, portanto de, nesse sujeito, politicamente formado e em movimento, ser produzida uma outra forma de sociabilidade e subjetividade que se diferencia do modelo de indivíduo produzido pelo capitalismo.

Optamos por destacar os trânsitos das singularidades no coletivo, traduzidos no “reconhecimento e estranhamento da pertença a um coletivo” como um campo de mediações pedagógicas do trabalho de base, tendo como conceito balizador dessa perspectiva a “unidade na diversidade” sobre a qual Freire (2015a; 2017b) discorre. A essa perspectiva soma-se a noção de igualdade substantiva que Mészáros (2011; 2015) propõe, a qual por sua vez é associada à concepção de democracia substantiva que o filósofo aborda como aquela que favorece a consolidação das resistências e os avanços da classe trabalhadora na direção de sua emancipação.

Por democracia substantiva entendemos, assim como Paludo, Santos e Taddei (2019) os processos que, embora se deem e no interior da sociedade capitalista, criam possibilidades

de avançar no sentido da soberania nacional, da justiça social e do respeito às diferentes culturas e identidades.

O autor afirma que a igualdade substantiva e a democracia substantiva se consolidam apenas com a erradicação total do capital. Entretanto, para ele, a única solução historicamente sustentável, para sair da ordem social estruturalmente desigual, requer assumir a igualdade substantiva como princípio orientador do metabolismo social, objetivando sua reconstituição radical. De acordo com Mészáros (2015), em nosso período histórico, o quadro de referência conceitual deve refletir as condições agravadas e cada vez piores da irreversível fase descendente de desenvolvimento do capital<sup>113</sup> e sua tendência para a destruição global da humanidade (p.398).

Nesse contexto, para ir para além do capital, como defende Mészáros (2011; 2008; 2015) um dos pontos fundamentais é superar a forma alienada de intercâmbio orgânico com a natureza por meio da restituição do controle social da produção pelos produtores diretos.

Nesse processo, os rumos para entender e superar a crise estrutural do sistema capitalista, visando a um novo modo de sociabilidade radicalmente distinto, pressupõe a consolidação de processos educativos que nos permitam avançar para uma democracia substantiva.

Na práxis do trabalho de base, as mediações pedagógicas, como práticas sociais, que buscamos exercitar na ação-reflexão-ação militante, ao propor espaços dialógicos e participativos, formações, ações pautadas na solidariedade política, dentre outras proposições, favorecem, por meio da interação, a construção de sociabilidades e saberes, pautadas na educação popular, como educação libertadora, os quais oferecem possibilidades de superação da sociabilidade fundamentada na exploração e na opressão.

Nesse trajeto, embora não seja a intenção desse estudo investigar questões acerca das individualidades desses sujeitos, buscamos compreender como as mediações pedagógicas contribuem para que o modo de vida desses militantes do grupo articulador e do grupo de base articulam-se a um fazer coletivo e como estes modos de vida podem ir se transformando em convivências coletivas. Essa proposição leva em consideração os níveis graduais de coletivização da vida, como processos educativos e como um aceno de ruptura à estrutura hegemônica do capital pautada no individualismo e na competitividade.

---

<sup>113</sup> Mészáros (2011) qualifica o período histórico atual, no qual a ordem socio metabólica do capital defronta-se com os seus limites absolutos. De forma diferente aos momentos anteriores, em que havia e foram aproveitadas as possibilidades de deslocamento das contradições estruturais do capital, no presente, a partir dos anos 70, a crise estrutural do capital, vem sendo demarcada por sua lógica destrutiva, que reflete a descartabilidade acelerada na produção e no consumo de mercadorias, que degradam a natureza em uma escala planetária jamais percebida anteriormente.

Dentro disso, o reconhecimento e o estranhamento da pertença a um coletivo, figura como um processo que traz em si contradições, as quais se perfazem em mediações pedagógicas que podem ser aprofundadas no sentido de favorecer a compreensão acerca de qual é o papel das pessoas naquele coletivo, no caso, o MTD, se essa permanência faz sentido e porque faz sentido, quais as compreensões acerca de compromisso e pertencimento com o processo se sobressaem em determinados tempo-espacos, assim como as responsabilidades implicadas no engajamento militante.

A oscilação acerca da apropriação do coletivo e do engajamento militante, era observada em diferentes aspectos que denotavam diferentes níveis de envolvimento com o Movimento. Desde a já citada postura, em alguns momentos, de esperar decisões do grupo articulador em relação a diferentes temas, como organização para um ato ou para a organização de uma ação solidária, ou ainda em algumas falas como “o que vocês estão pensando para nós fazer (sic) em relação a isso”, mas em contrapartida, em muitos outros momentos observávamos a participação das pessoas nos debates construídos acerca da realidade do bairro e mesmo de ações como as aulas públicas sobre a reforma da previdência.

Pensando na criação de um grupo de referência, que transitasse pelo território, compreendemos que a compreensão acerca do MTD foi se estabelecendo entre moradores e moradoras que se aproximaram do Movimento, estabelecendo relações de companheirismo e em muitos momentos traduzindo a ação do MTD como “ajudar as pessoas”, mas também, trazendo percepções acerca da importância da luta por direitos, em formatos coletivos de atuação e reivindicação frente às injustiças.

O conceito de unidade na diversidade, abordado por Freire, figura aqui como alicerce da ação política que sustenta as mediações pedagógicas que transitam nessas movimentações entre reconhecimento e estranhamento da pertença a um coletivo.

Em Freire (2015a), ao abordarmos a temática da unidade na diversidade, estamos falando também de uma perspectiva intercultural de compreensão das relações entre sujeitos partindo do diálogo intersubjetivo, o qual não se baseia somente no reconhecimento das diferenças entre as culturas, mas também no interior delas como potencialidade humana.

Na experiência do MTD no loteamento Vila Ipê, como em diferentes espaços-tempos temos o encontro de diferentes histórias de vida, gerações, experiências de luta, raça. O termo “diversidade”, embora na atualidade tenha sido assumido por diferentes espaços institucionais, sobretudo empresas, muitas vezes associado a uma lógica de igualdade, o que pode causar um

processo de uniformização e reprodução de opressões, na perspectiva freiriana deve ser aprofundado na perspectiva da pluralidade, de não negação das diferenças.

A “unidade na diversidade” se apresenta como princípio básico da pedagogia freiriana e como elemento essencial para possibilitar uma práxis libertadora. No processo de conscientização acerca da exploração e da dominação, de acordo com Guareschi e Freitas (2018), os grupos sociais chamados “minorias” (que na verdade são maioria), muitas vezes, não percebem que são vítimas de uma estrutura mais ampla e sistemática que está na base de sua opressão.

A unidade na diversidade, de acordo com Freire (2015a), com isso, requer, entre diferentes aprendizados e mediações pedagógicas, a compreensão crítica de que as “minorias” possuem acerca de sua cultura, não devem se esgotar nas questões de raça, gênero, orientação sexual, religião, geração, embora elas sejam também fundamentais e tenham emergido, no escopo dos estudos culturais, para ampliar e aprofundar a leitura dos fenômenos sociais e as estratégias de superação da desigualdade e da exploração. Os aprendizados nesse contexto, demandam compreensão do corte de classe, visto que ele é indispensável e perpassa todas as outras formas de opressão, de modo que a problemática da injustiça deve ser compreendida em sua totalidade, na relação com as divisões de classe, considerando a ideologia que a cerca.

A luta pela unidade na diversidade, que, de acordo com Guareschi e Freitas (2018), também é uma luta política, e perfaz-se, na perspectiva freiriana como uma luta fundamental e pedagógica no enfrentamento à classe dominante, que muitas vezes induz os grupos subalternos a lutarem entre si, e conseqüentemente a se dividirem, como estratégia de manutenção da opressão.

As chamadas minorias, por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são a maioria. O caminho para se assumirem como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si, e não só as diferenças, e, assim criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical. (FREIRE, 2015a, p.212).

Esse campo de ação política forjado pela unidade na diversidade, exige a mobilização e organização das forças culturais e identitárias que perpassam o coletivo, demandando também vontade política e uma prática educativa que seja pautada nos objetivos estratégicos e uma ética fundamentada no respeito às diferenças.

Sem desprezar o recorte de classe, ao passo que nos compreendemos como “classe que vive do trabalho”<sup>114</sup> (ANTUNES, 2020), atravessada por profundas heterogeneidades, o

---

<sup>114</sup> Antunes (2020), afirma que “a classe trabalhadora hoje não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de

horizonte é de superação da democracia estritamente liberal e de ir além de organizações societárias, nas quais as estruturas reproduzem forças sociais que se pautam, na ideologia do fracasso individual e não considera, por exemplo, a estrutura e a dinâmica atual do capitalismo contemporâneo produtora de um contingente significativo de trabalhadores supérfluos, excedentários ou sobrantes.

Compreendendo a ação política do MTD junto aos oprimidos, em termos freirianos, também como uma ação cultural para a libertação, as mediações pedagógicas que se desenvolvem na busca da unidade na diferença, como um processo que integra os elementos da teoria da ação dialógica de Freire (2016a): a co-laboração, a união, a organização e a síntese cultural, implicando a tolerância e convivência com os diferentes para o fortalecimento da luta em oposição aos antagônicos.

Nesse contexto, Freire (2015a) reafirma que os discursos neoliberais não obtiveram êxito em apontar o fim das classes sociais, assim como da luta de classes e dos interesses antagônicos em questão. O pensador pernambucano evidencia a historicidade das lutas sociais que se modificam em diferentes espaços e tempos, de modo que as classes continuam existindo e defendendo seus interesses próprios. O coletivo engaja-se na luta pela igualdade de possibilidades, pois carregam diferenças entre si, sendo que no contexto dessa relação a singularidade, a conscientização e a humanização são elementos mobilizadores das mediações pedagógicas.

A presença educativa do grupo articulador nas formações acerca da história do Brasil, formação da sociedade, questão do desemprego, lutas de classe, exige um fazer ético, pautado no respeito aos diferentes saberes e nas diferentes histórias de vida, por parte de quem está liderando a atividade educativa. Nesse processo, a dimensão da singularidade dos sujeitos era permanentemente tensionada com o coletivo sendo problematizada e gerando reflexões.

Mesmo que os sujeitos do grupo de base, em diferentes níveis, estivessem envoltos em problemáticas como o desemprego ou formas precárias de manutenção da vida, compreendo que o processo educativo pautado na dimensão ética, com respeito e envolvimento genuínos pela vida das pessoas, traz desdobramentos e acúmulos que configuram o coletivo em uma dimensão de afetividade, ética, consciência política e respeito às singularidades.

---

trabalho como mercadoria em troca de salário” no campo e na cidade (p.92). Dessa forma, a classe ainda é comporta pelo conjunto de trabalhadores produtivos que produzem mais-valor, participando do processo de valorização do capital, entrelaçando trabalho humano e maquinário científico-tecnológico, trabalho vivo e trabalho morto. A classe trabalhadora, incorpora também o conjunto dos trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para o uso capitalista, seja para o serviço público tradicional, assim como os subempregados na informalidade, precarizados e desempregados.

Uma questão que nos chamava a atenção no trabalho como grupo articulador em interlocução com o grupo de base, dizia respeito ao modo como as mulheres que se aproximaram do Movimento demonstraram mais agilidade e presteza nas ações concretas que propusemos ao longo da fase inicial do trabalho de base, a exemplo disso, foram três mulheres que compareceram em nossa primeira roda de conversa que construímos quando definimos a pauta trabalho como eixo de ação do MTD em 2020 e foram duas moradoras do bairro que se integraram à organização da campanha quarentena solidária, com um papel organizativo acerca do levantamento de nomes de pessoas que necessitavam das cestas básicas, articuladas pelo MTD, no momento inicial da pandemia.

Essas situações concretas também nos chamaram a atenção para o aprofundamento de um coletivo interligado pela pauta identitária integrada ao viés classista, de modo que um coletivo de mulheres trabalhadoras foi ganhando forma, também como um espaço no qual observamos que conseguimos avançar no aprofundamento das relações, como discorreremos no capítulo 4, não mais organizadas na dinâmica do grupo articulador, mas com um trabalho constante na base acerca da construção da Saboaria Popular Las Margaritas no território.

Sendo assim, compreendemos a relevância da totalidade do MTD (que historicamente, de acordo com Machado (2015) é um Movimento constituído em sua maioria por mulheres) definir-se como um movimento de classe que busca a unidade na diversidade, mas também, não deixamos de destacar que a construção do coletivo de mulheres da Saboaria, em um momento específico que foi o irrompimento da pandemia, nos trouxe uma dimensão de avanço no aprofundamento das relações e na dinamicidade das ações propostas.

### 3.5 APONTAMENTOS REFLEXIVOS DO PROCESSO

Com a finalidade de organizar esse item, a intencionalidade é refletir acerca da diversidade de mediações pedagógicas no decorrer do processo, sobretudo, nas relações entre o grupo articulador das estratégias do Movimento no território e o grupo de base, constituído por pessoas, moradoras do bairro, que se integram ao Movimento.

Perseguindo a problemática da pesquisa em questão, com vistas a identificar as rupturas contra hegemônicas acumuladas coletivamente, mobilizadas pelas mediações pedagógicas, que contribuem para processos de emancipação humana, identificamos alguns indicadores referenciais, na perspectiva de Adams (2007), considerados na reflexão analítica

que favorecem a emancipação humana, a serem descritos, após evidenciarmos de que forma o horizonte da emancipação permeia nossa práxis.

A emancipação humana aqui, no contexto do presente estudo, é abordada como horizonte ético, político e epistemológico, fundamentada em uma práxis de organização solidária entre a classe trabalhadora, na perspectiva da construção do Poder Popular, a partir do instrumento político que se constitui no Movimento Popular. Nesse horizonte, nos referenciamos na proposta da emancipação humana idealizada por Marx e Engels, que se apresenta como ponto de partida para a transformação radical do modo de produção capitalista.

Contemplando o elemento político da emancipação humana, Marx aborda as contradições entre Estado moderno e sociedade civil. Tonet (2005), aponta que para emancipação humana, na perspectiva marxista, nada mais é do que outro nome para comunismo, embora primeira enfatize a liberdade e o segundo sobre uma nova forma de sociabilidade. Na visão do autor, a compreensão do comunismo como uma ordenação política, social e econômica sofreu muitas deformações<sup>115</sup> por conta dos embates da luta ideológica, ao longo da história. Feita essa sinalização, adotamos a categoria emancipação humana, a ser desenvolvida, de modo que ela evidencia, no debate, centralidade acerca da questão da liberdade que também é compreendida como chave na concepção liberal.

Marx (2009), em sua crítica à perspectiva liberal, que compreende a liberdade como ação individual, defende que a emancipação humana implica na superação do individualismo e das determinações impostas pelo Estado burguês através da apropriação das forças políticas e sociais dos cidadãos, configurando-se sempre como um processo coletivo, de classe, no qual ser livre é ser autodeterminado, sendo as origens dessa concepção mais ampla de liberdade pautadas no humanismo e no iluminismo. Essa apropriação das forças políticas e sociais dos cidadãos demanda a conciliação entre o ser humano e a natureza, entre o ser humano e a comunidade e entre o ser humano e o ser humano.

São tecidas conexões entre liberdade e emancipação, à medida que a emancipação se dá quando vão sendo eliminados os obstáculos à liberdade, a partir do múltiplo desenvolvimento das potencialidades humanas e da criação de uma forma de associação, digna da condição humana entre homens e mulheres (BOTTOMORE, 2012).

---

<sup>115</sup> Algumas das deformações acerca do debate sobre o comunismo referidas por Tonet (2005, p.79): considerá-lo como uma ideia reguladora, que incentiva a luta pelo fim da desigualdade, porém não materializável; considerá-lo como uma forma de sociabilidade totalitária, que suprime as diferenças e a liberdade do indivíduo, enfatizando-se a intolerância, ou ainda, considerá-lo como resultado inevitável do processo histórico.

Na obra *Dicionário do pensamento marxista*, Bottomore (2012, p.182) reforça a relevância do processo coletivo que enfrente e supere os obstáculos que se interpõem à emancipação, de modo que “a liberdade como autodeterminação é coletiva no sentido de que consiste na imposição, socialmente cooperativa e organizativa, do controle humano tanto sobre a natureza como sobre as condições reais de produção”.

Marx (2009), ao abordar a contradição que existe entre Estado moderno, que emerge da revolução política burguesa, e sociedade civil, discute a limitação da emancipação política, não deixando de sinalizar que ela é a última etapa da emancipação humana, dentro do contexto do mundo atual, em que, por exemplo, a democracia não é radicalizada, apesar do princípio da universalidade.

Neste cenário, o Estado político moderno (forjado demarcado pela luta de classes, a exemplo da expropriação e espoliação do camponês), pautado na sua condição universal, separado dos elementos particulares das vidas dos sujeitos, ao exemplo de Farias (2015, p.107), postula a igualdade entre todos os indivíduos, enquanto na vida real os seres humanos permanecem na desigualdade mais extrema, afinal esse é um interesse particular da burguesia, manifesto: “a era moderna é, assim, aquela que completa de forma radical a separação entre os interesses dos indivíduos e o poder social criado por eles mesmos”.

O apontamento marxista, portanto, discutido por Ambrosini (2012), se dá, no sentido em que o Estado livre, emancipado politicamente atinge uma universalidade que não elimina as particularidades sociais: propriedade, classe, educação, profissão, religião.

A emancipação política significa a redução das particularidades que compõem a vida humana (religião, propriedade, profissão, educação) à categoria de sociedade civil. Portanto, o Estado é livre, mas o homem não. O Estado é emancipado, o homem é determinado. A emancipação política do homem não é direta, ela é mediada pelo Estado. (AMBROSINI, 2012, p. 382).

De acordo com Löwy (2002, p.97), a verdadeira “emancipação universal, a emancipação humana é a única capaz de superar as contradições da sociedade civil burguesa, porque é a *Aufhebung* <sup>116</sup>do conflito entre existência individual sensível e a existência genérica dos homens”. A supressão dos fundamentos econômicos da sociedade civil-burguesa e a supressão da alienação política, são demandadas pela ação emancipatória, pois são estes elementos que condicionam uma situação de não emancipação.

Marx, a partir da obra *A questão judaica* ressalta que emancipação humana é forjada na supressão, superação e transcendência de todas as formas de alienação existentes nas

---

<sup>116</sup> Supressão.



dinâmicas de produção e de reprodução da vida, ou seja, na superação das formas de alienação nos contextos de produção social, de trabalho e de práxis (LÖWY, 2002, p. 97).

O trabalho<sup>117</sup>, na perspectiva marxista é compreendido como a atividade que ontologicamente dá início ao processo de emancipação humana, como uma chave de leitura para a compreensão dos fenômenos sociais:

A história da realização do ser social, muitos já disseram, objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. Este, por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. Em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. (ANTUNES, 2011, p.142).

Com vistas a essa perspectiva, a escolha do grupo do base acerca de se aprofundar na pauta “trabalho”, no ano de 2020, mobiliza no coletivo a direção de concretizar no âmbito da produção e da reprodução da vida humana, a partir de uma experiência pautada na concepção de trabalho associado, o aprofundamento das mediações pedagógicas vivenciadas durante o trabalho de base, demarcado pela proposição de espaços de diálogos comuns, pelas ações de solidariedade e pelos encontros de formação política descritos anteriormente.

Cabe ainda trazer alguns elementos acerca da categoria emancipação humana em Freire (2016a; 2016b), compreendida não só como uma proposta filosófica, social ou crítica, mas também e fundamentalmente figurando como uma proposta educacional, uma tarefa direcionada especificamente para a práxis pedagógica (AMBROSINI, 2012).

Importante ressaltar também, a emancipação humana na obra de Freire “como uma grande conquista política a ser efetivada pela práxis humana, na luta ininterrupta a favor da libertação das pessoas de suas vidas desumanizadas pela opressão e dominação social” (MOREIRA, 2018, p.181).

Pela travessia do pensamento-ação<sup>118</sup> freiriano que permeia a práxis militante, o horizonte da emancipação humana perfaz-se como tarefa fundamental, manifesto por uma intencionalidade política declarada, que se pauta no engajamento e no compromisso com a

---

<sup>117</sup> “[...] o trabalho na perspectiva do materialismo histórico (que é a certamente a esfera de conhecimento que mais contribuiu para compreendermos a práxis como fenômeno tipicamente humano) não é sinônimo de mera elaboração de produtos. Ele é, diferentemente disso, uma profunda capacidade de tomar o universo exterior, a partir da sua própria lógica, e, então, incorporar essa lógica a toda e qualquer necessidade humana, necessidade que surge como algo intrinsecamente consciente”. (RANIERI, 2001, p. 94).

<sup>118</sup>O pensamento-ação de Freire é inspirador da práxis militante, à medida que tal práxis é indissociável desse pensamento. O entrelaçamento entre o modo de interpretar a realidade e compreendê-la por parte do grupo militante com a prática que decorre dessa compreensão, com vistas a uma ação transformadora da realidade social, é fundamental (PEDRO; PITANO; STECANELA, 2022).

transformação de vida dos sujeitos populares e na luta contra a desumanização. Em Freire (2016a), a humanização é compreendida como vocação ontológica: cientes de sua inconclusão, o ser humano possui como imperativo existencial, o “ser mais”. Uma ordem social injusta, não está de acordo com essa vocação humana e precisa ser transformada.

Sendo assim, situada em um contexto social, objetivo e concreto, a Pedagogia do Oprimido enfrenta a desumanização como processo histórico, concebendo também a libertação como a autêntica humanização de todos os seres humanos, pela qual ambos, opressores e oprimidos, renascem em processo de conquista da liberdade. Para Freire, “a tarefa mais fundamental que a gente tem aí, neste fim de século, e cuja compreensão se antecipou em muito ao final deste século é a tarefa da libertação”, concebida radicalmente como a “invenção de uma liberdade ainda não permitida” (FREIRE, 2006, p.90).

O reconhecimento de como a opressão está enraizada nas estruturas da sociedade também ganha centralidade no pensamento-ação freiriano, moldando as formas de pensar e demandando uma intencionalidade político pedagógica forjada na luta através da conscientização, sobretudo, em nosso tempo histórico, como tarefa de enfrentamento ao contexto neoliberal. Traspadini (2016, p.86) analisa a luta social protagonizada pelos oprimidos rumo à libertação como conquista a ser materializada “a partir do uso de instrumentos de construção do novo, pelo oprimido, que ao tomar consciência de sua ação transformadora, não suporta os mecanismos de submissão reais como forma de dominação, instituídos sobre seus corpos, mentes e ações”.

O horizonte da emancipação humana, em Freire, pressupõe uma radicalidade pedagógica, articulando a subjetividade em sua relação dialética com a objetividade e estimuladora da curiosidade crítica e das raízes históricas dos acontecimentos, apropriando-se do direito e do dever de mudar o mundo (FREIRE, 2014c).

A emancipação pressupõe, portanto, uma teoria da ação, que Freire propõe como a Ação Dialógica, como alternativa de projeto pedagógico crítico e como práxis social comprometida, não somente para a educação, mas para toda a sociedade, como caminho para o ser mais, pautado no respeito à cultura e aos saberes que o outro traz consigo e mobilizando, com vias de superar, as estruturas de opressão.

Moreira (2018) discorre ainda sobre a perspectiva de que Freire defende que o projeto de uma sociedade emancipada só será efetivado realmente na sociedade socialista, e, apesar das dificuldades de concretizá-la no final dos anos 90, há um horizonte palpável:

Segundo ele (Freire), o esfacelamento do mundo socialista autoritário deixou muitas mentes, antes bem-comportadas estupefatas, atônitas, desconcertadas, pelas distorções autoritárias, desgostos totalitários e cegueira sectária. Porém ainda há uma possibilidade extraordinária de continuar sonhando e lutando pelo sonho socialista (MOREIRA, 2018, p.182).

Paludo, Santos e Taddei (2019 p.403), reafirmam a perspectiva freiriana da possibilidade do socialismo como forma de superação do capitalismo, “apesar da derrocada do chamado socialismo real ou histórico”. O pensador pernambucano mantém-se posicionado contra qualquer forma de autoritarismo de direita e de esquerda, com isso não defende o socialismo autoritário representado nas experiências históricas que sucumbiram nas últimas décadas do século XX, e sim um socialismo democrático, sendo a democracia um elemento da base da práxis freiriana.

Essa radicalidade democrática que supera a democracia liberal e que abre possibilidade para uma “alternância democrática no poder através do juízo popular” como forma de superar o modelo socioeconômico hegemônico, difere da ruptura institucional, como defendia Marx, ressalvadas algumas exceções (PALUDO; SANTOS; TADDEI, 2019).

O horizonte emancipatório para a superação do modelo socioeconômico hegemônico tem o trabalho de base como um de seus caminhos. Ele, que tem a participação popular e formação política como pressupostos mobilizadores, na dimensão do “cultivo da experiência” e da travessia pelo território, configura-se como o instrumento fundamental para o enraizamento e fortalecimento de vínculos no território.

A estratégia do Trabalho de Base é considerada como ação política transformadora de militantes da organização popular, estimulando, despertando, organizando e, sobretudo, acompanhando a comunidade no enfrentamento de desafios cotidianos (PELOSO, 2012). Para concretizar essa perspectiva, a referência do pensamento-ação freiriano perpassava o cotidiano da ação de militantes do Movimento, fundamentando-se na Educação Popular.

Compreendemos o pensamento-ação de Freire como inspirador da práxis militante, à medida que tal práxis é indissociável desse pensamento. O esforço é para que o modo de interpretar a realidade e compreendê-la por parte do grupo militante esteja entrelaçado com a prática que decorre dessa compreensão, com vistas a uma ação transformadora da realidade social. A leitura crítica do contexto social configura-se como a base para a proposição da ação militante, estando o grupo em comunhão com o povo e produzindo novos conhecimentos a partir desse encontro.

No quefazer do movimento, a tessitura da ação político-pedagógica foi estruturada pela dimensão dialógica, incluindo a relevância da escuta, o acompanhamento e a reflexão sobre

os enfrentamentos cotidianos do território periférico. Nessa esfera de ações concretas de comunhão, a ampliação da convivência cotidiana entre militantes do grupo articulador do movimento e o grupo de base, pautada na política de solidariedade, também foi compreendida como uma via de aproximação.

Ressaltamos a importância do trabalho de base nessa experiência em processo, como um instrumento metodológico que fortaleceu o movimento de reaproximação do MTD com o território, assim como as construções de planejamento de ações em torno da pauta trabalho entre meados de 2019 e início de 2020. O advento da pandemia contribuiu para a agilidade e a vivificação do processo, perante uma demanda emergencial que é a fome e a escassez de perspectivas considerando a realidade de algumas pessoas que integravam o coletivo do grupo de base.

Nessa construção do trabalho de base, identificamos conceitos fundantes que impulsionam o processo de ações políticas na já referida dimensão da solidariedade, mas também de uma ação político-educativa no sentido de fomentar a força social no território periférico, a partir de ações coletivas propostas por um movimento social popular. Esses conceitos fundantes também dão forma e conteúdo à Educação Popular. Trata-se de uma educação que mesmo não sendo passível de uma única definição, opera em lógicas demarcadas que dialogam e demandam princípios tais como libertação, autonomia, emancipação e empoderamento, sobretudo de moradores e moradoras da comunidade, à medida que essas pessoas também se reconhecem como sujeitos capazes de transformar a própria realidade.

No percurso do trabalho de base, identificamos alguns indicadores qualitativos (ADAMS; GASPARONI, 2017) referenciais na análise das mediações pedagógicas favoráveis à emancipação, ressaltando-se que é possível alcançar aspectos da emancipação em nível local, mesmo em um contexto sócio-histórico adverso. Paralelamente a isso, compreender que as práticas locais e a realidade social mais ampla se interconectam e são interdependentes, constitui-se uma das características da emancipação.

Às perspectivas acerca da emancipação humana, descritas acima, soma-se, como complementaridade, a perspectiva de Streck e Adams (2014) que tece compreensões acerca da emancipação como formação para o protagonismo dos sujeitos, da sua capacidade criativa de atuar na sociedade de forma autônoma e solidária, tendo como horizonte a superação da opressão, no permanente libertar-se do poder exercido por alguém. Adams (2007, p.198),

propõe ainda, em seu estudo, pensar uma perspectiva de “*emancipação social*”<sup>119</sup> como processo contraditório em construção, fora de conceitos de uma lógica linear assentados na monocultura universalista do conhecimento e do tempo linear”, não deixando de assumir valores reais do socialismo e centrando-se mais em processos do que em estágios finais de transformação social, como visões deterministas propõem.

Em Adams (2007), também temos a reflexão acerca de dois níveis de mediações pedagógicas, no cenário do estudo que desenvolveu na Associação de Recicladores Dois Irmãos:

Um primeiro nível de mediações – não intencionais, isto é, intrínsecas ao cotidiano das relações de trabalho e do contexto – constitui-se por dinâmicas interdependentes, movimentos contraditórios que envolvem inter-relações dialéticas, motivações, partilhas de sentido, mediadas por referências provocadas pelas condições favoráveis ou desfavoráveis. Já as mediações pedagógicas estimuladas caracterizam-se por serem planejadas estrategicamente por gestores-educadores/as (internos ao empreendimento) ou educadores/as (externos/as) para alcançar determinados resultados no processo de formação dos sujeitos. Realizam-se pelo empenho individual e coletivo, contribuindo tanto para a manutenção de condições sociais existentes, como para potencializar uma práxis emancipadora. (ADAMS, 2007, p. 203).

No trabalho de base, observamos a mesma dinâmica, porém, no caso, as mediações planejadas, sendo estimuladas pela militância do grupo articulador e contribuindo, assim como nos coloca Adams, em alguns momentos para a manutenção das condições sociais existentes e em outros para potencializar uma práxis emancipadora. Logicamente há diferenças entre a dinâmica do trabalho de base e do trabalho associado, conforme discutiremos no próximo capítulo. Na experiência vivenciado, podemos dizer que o trabalho de base se perfaz como busca e assume uma dinamicidade diferente da organização a partir de uma pauta concreta. O trabalho de base foi um meio muito importante, para junto com as pessoas do bairro que se aproximaram do Movimento, buscar pautas, para além das sugeridas pelo calendário nacional do MTD.

---

<sup>119</sup> Adams (2007), traz como essencial a compreensão da emancipação social implicada na socialização dos meios naturais e tecnológicos de produzir e reproduzir a vida, em sintonia solidária com as condições da natureza. Nesse aspecto, há convergências nas acepções e compreendemos essa dimensão da emancipação social como complementar à perspectiva da emancipação humana desenvolvida nesse item. No entanto, na perspectiva de Manoel (2019, p.19), este estudo não renuncia à reflexão acerca de uma crítica da economia política, de uma análise do modo de produção capitalista nas formas mais elementares tendo como horizonte a superação revolucionária dessa sociedade. Cientes da existência de marxistas eurocêntricos, economicistas e dogmáticos e da relevância do processo e não do estágio final para a transformação da sociedade, ao considerarmos o capitalismo como um sistema universal realizado na particularidade de cada região, compreendemos que a tarefa do marxista na periferia do capitalismo é analisar essa totalidade, desde o ponto de vista da sua realidade nacional.

Busca por estratégias, desenhos e redesenhos, imersão profunda na vida da comunidade e leitura atenta do território, partilhada em todos os encontros. Construção coletiva de novos conhecimentos e resgate dos conhecimentos teóricos prévios e aqueles que se estabelecem na dimensão do “saber de experiência feito” (FREIRE, 2015a). Tão importante quanto isso é a busca gradual do aprofundamento dos conhecimentos e dos níveis de compreensão diversos implicados no processo.

É uma via de mão dupla, na qual o grupo articulador educou-se a partir do encharcamento no cotidiano do território: das relações estabelecidas, da leitura das condições de vida das pessoas, das potencialidades, limitações e contradições, assim como o grupo de base, sucessivamente, foi demonstrando apropriação das discussões propostas nos encontros formativos, nos diálogos mobilizadores para as lutas, na Mística sentipensante, no sentido de coletivo e de enfrentamento da hegemonia que o Movimento representa. Na travessia do trabalho de base, encontramos no território periférico, o solo fértil para o cultivo do germe do Poder Popular, com muitas adversidades, mas também com potências fundamentais para seguirmos, como militantes, na tarefa histórica de tensionar as contradições da lógica do capital.

Nesse cenário os indicadores foram se constituindo, no exercício da dialética objetividade-subjetividade, como uma mediação para o observar, o descrever, o interpretar, a partir dos registros em diário de campo, da observação participante e das sínteses de avaliação coletiva. A partir da análise das mediações pedagógicas separadas para fins organizativos do estudo, visto que há muitas imbricações no exercício da dialética, os indicadores que evidenciamos são os que seguem:

- Articulação das mediações pedagógicas no escopo da Educação Popular, comprometida com a transformação estrutural da sociedade, pautada no fortalecimento da autonomia, auto-organização e em problematizações que visavam ao desenvolvimento de um pensamento crítico por parte de todos os envolvidos no processo.

- Apropriação, por parte dos militantes do grupo de base, dos espaços participativos propostos pela articulação do MTD, assim como, vinculação a esse coletivo, tanto pela presença nas atividades (nem sempre regular, dadas às contingências das vidas das pessoas), como pela qualidade das relações estabelecidas.

- Adoção de prática de uma autoavaliação, na perspectiva da processualidade (sinalizando acúmulos e recuos) e da práxis transformadora.

- Desenvolvimento/exercício da auto-organização e da coletividade, nas experiências cotidianas do Movimento.

- Exercício da corresponsabilidade, das relações de reciprocidade, solidariedade, compromisso, nas ações cotidianas do movimento
- Nível de envolvimento/participação nas problemáticas do bairro e acompanhamento das questões conjunturais.
- Nível de compreensão acerca da mobilização popular e da concepção de sujeito histórico, potente para agir na mudança da realidade.
- Abordagem, durante o itinerário formativo (Escola Ana Dias) de questões relacionadas à formação social brasileira, na direção de um aprofundamento das raízes históricas e da leitura da realidade atual, do país ao bairro, na perspectiva na Educação Popular e do Materialismo Histórico Dialético.
- Permanência do vínculo com o MTD, em diferentes níveis, não deixando de figurar que as pessoas envolvidas no processo adotaram o Movimento como uma referência de coletivo solidário e político.

Dentro desse processo, nada linear e permeado por contradições, cabe apontar duas que merecem destaque. A primeira delas diz respeito ao fato de as pessoas do grupo de base, mesmo sendo em um número menos expressivo, se manterem próximas do MTD, estando o Movimento em um momento diferente dos anos em que havia as Frentes de Trabalho, no qual havia a estrutura de um programa de governo que amparava as necessidades emergenciais das pessoas, por meio do acesso à renda.

Ainda assim, a preocupação por parte do grupo articulador era justamente de que a relação com o Movimento mantivesse o sentido de luta por direitos e de possibilidade de construção coletiva, como foi o caso da Saboaria. Ainda assim, havia momentos, como mencionado na descrição das formações junto ao grupo de base em que se sobressaiam falas como se o MTD fosse um agente externo e responsável por mobilizar ações, de um modo que a base se mantivesse em um papel reducionista de executora das mesmas, ou ainda como se a base fosse mera “receptora” de direcionamentos ou possíveis benefícios, por exemplo: “O que o MTD pode fazer pela gente?”, ou, “O que vocês estão pensando para a gente fazer no ato contra a reforma da previdência?”.

Nesse aspecto, apesar de compreendermos que a dimensão educadora que pressupõe a militância nem sempre se dá em níveis semelhantes e sem a ausência de traços de autoritarismo, ratificamos que o compromisso da militância na relação com a base, é construir, na comunhão com as pessoas, e tendo como eixo de ação, a formação política, condições para

que elas se reconheçam como integrantes do coletivo e conseqüentemente como militantes também, em uma relação de aprendizado mútua.

Essa relação de aprendizado mútua não deve se dar somente no sentido de educar a base para uma nova forma de compreender as estruturas históricas da sociedade, ou, por exemplo, de conceber as relações de trabalho (discussão essa que não avança, se as relações reproduzidas concretamente forem reproduzidas exclusivamente nos moldes sociedade capitalista), como discute Leal (2013), mas também, criando espaços para desenvolver e alimentar um diálogo aberto que se proponha, inclusive, a repensar, coletivamente, os objetivos do Movimento a partir dos anseios da base.

Dessa forma, compreendemos que nessa travessia do trabalho de base, por meio das diferentes vivências e acúmulos, o Movimento foi enfrentando cotidianamente, a partir da proposição de espaços comuns pautados na dialogicidade, a lógica da individualidade e da competição reforçadas pelo capital, favorecendo emergir no coletivo aprendizados acerca da cooperação, da auto-organização, e da importância da luta pelos direitos de todas e todos. Nesse processo, a categoria experiência, na perspectiva de Thompson, compreendida dialeticamente na relação da experiência vivida e da experiência percebida, também expressa o processo de aprendizagens coletivo:

a experiência [...] constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculização, recusa, é processo de formação de identidades de classe e, poderíamos acrescentar, de gênero, de geração, de etnias. Processos dialeticamente articulados que ela, a experiência, expressa de forma privilegiada. (MORAES; MÜLLER, 2007, p. 24).

Nesse processo também se evidencia a afirmação da nossa identidade, na perspectiva de Freire (2016a) como sujeitos históricos que se constroem na história e constroem história, dotados da capacidade de ler, interpretar e transformar o mundo, assim como atribuir sentido às experiências vividas. Seres que, nas relações estabelecidas e vivenciadas, aprendem a se reconhecer como plurais, entrelaçando em sua constituição elementos diferentes e associados como a racionalidade, a corporeidade o mundo das emoções, na dialética objetividade-subjetividade.

As mediações pedagógicas do trabalho de base constituem-se, pautadas nas dimensões da convivência, da formação política e da dialogicidade, em uma “esperançosa busca” por “ser mais” (FREIRE, 2014c). Como seres capazes de transgredir, como sujeitos de intervenção, os quais podem acumular rupturas e movimentar o curso da história, entendida aqui como possibilidade, de modo que o amanhã é problematizado e forjado mediante a ação transformadora no hoje.



#### **4 TRAJETOS DE UMA COMUNIDADE TRANSCENDIDA PELA CRISE E PELA CONCRETUDE – A SEMEADURA NECESSÁRIA QUE CONDUZ AO GERMINAR**

Neste capítulo, ganha centralidade a experiência que corresponde à criação e ao desenvolvimento da Saboaria Popular Las Margaritas. A emergência da pandemia da Covid-19 somada à dinamicidade que o processo assume, em torno de uma pauta concreta: o processo de uma frente de trabalho e renda, a qual, para além de um ponto produtivo, objetiva se constituir como um espaço de resistência, político e pedagógico.

Tais condições demandam do coletivo uma série de esforços, desde a elaboração das ideias, concepções, eixos e horizontes de ação, temáticas de formação, até a materialização do ponto produtivo, a logística, a divulgação, a organização, dentre outros fatores. Com isso, neste capítulo abordamos o exercício da Sistematização da Experiência, com referência em Jara H. (2018), pautando-nos no processo da construção da Saboaria Popular Las Margaritas. Com a Sistematização, identificamos o que chamamos de “forças estruturantes do processo”, apoiadas em conceitos fundantes e reafirmamos alguns dos pilares do trabalho, que definimos coletivamente como centrais na nossa experiência. A formulação do processo de “Flor(ação) Pedagógica”, como uma síntese conceitual e representação do processo da Saboaria (capítulo 5) emerge também, das reflexões compartilhadas no exercício da Sistematização.

É relevante dizer que, todo o processo decisório acerca da Frente de Trabalho, desde o seu nome, pilares, objetivos, identidade visual, foi tecido no coletivo e validado pelas mulheres presentes nas diferentes ocasiões. Os diferentes níveis de compreensão acerca do processo são trabalhados na dimensão político educativa que permeia o cotidiano da experiência. As contradições que emergem, nesse contexto, são indicadas na escrita e se constituem também como um campo de mediações pedagógicas. Dessa forma, descrevemos e analisamos neste capítulo, a Sistematização da Experiência realizada entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021.

Por se tratar de uma experiência que não se esgota em si, trazemos também, elementos posteriores à sistematização que emergem no coletivo como processos organizativos e novas articulações, que surgem como desdobramentos do exercício de sistematização. Além disso, trazemos à tona a análise acerca das mediações pedagógicas que permeiam o processo, buscando agrupá-las em 4 dimensões de análise que também se entrecruzam: “Autorreferência e coletividade”; “O espaço do trabalho associado em sua dimensão ontológica como eixo

condutor do processo”; “A Educação popular para a construção de uma práxis feminista”; “Articulação no território e para além dele, a partir da Saboaria, formas de comunicar e fortalecer a experiência para disseminá-la”.

#### 4.1 A PANDEMIA DA COVID-19 QUE AGUDIZA CRISES JÁ EXISTENTES

A proposta desse item é contextualizar, de maneira breve, o cenário no qual emerge a iniciativa da Saboaria Popular Las Margaritas. Como demonstrado no capítulo 3, a ação do Movimento Popular no território vinha acumulando experiências em torno da noção de coletividade, formação política, auto-organização e participação popular. A práxis vivenciada já vinha apontando caminhos, na interlocução coletiva, acerca da organização de iniciativas e debates, no ano seguinte (2020), que dialogassem com a pauta do trabalho, como direito fundamental.

Outra questão que a prática nos mostrava e que é histórica no Movimento dizia respeito à participação das mulheres nas ações do MTD, e a relevância de atuarmos com esse horizonte voltado a uma organização que valorizasse o feminismo popular, como uma outra forma de direção, que pudesse evidenciar também reflexões, nesse formato organizativo, protagonizado por mulheres, acerca de uma metodologia de direção política que questionasse a estrutura patriarcal, ciente da dimensão política, assumindo uma lógica processual, integradora, articuladora, que prioriza cuidado entre si e os vínculos forjados.

Nesse contexto, o cenário difuso acerca do futuro que se evidenciava, sobretudo, no primeiro momento da pandemia da Covid-19, acabou por nos impulsionar nessa criação, considerando que as relações estabelecidas até então, entre as militantes do grupo articulador e as do grupo de base que impulsionaram essa construção, vinham sendo avaliadas como genuínas e fortalecidas.

Conforme mencionado nos trechos da carta apresentada no capítulo 2, como um instrumento metodológico, para o redimensionamento da pesquisa, quando ocorre o primeiro caso de Covid-19, em fevereiro de 2020, registrado no Brasil, os acontecimentos se desenvolveram de uma forma muito rápida, entre informações acerca do distanciamento social, cuidados sanitários básicos para a prevenção da doença e o fechamento dos estabelecimentos que não ofereciam os serviços essenciais, visando a contenção do espalhamento do vírus.

Nesse intervalo de tempo, compreendido entre o final de fevereiro e a primeira quinzena de março, o Movimento, precisou “recalcular sua rota” pensando em como manter

uma ação junto ao território, proteger a integridade física de todos e todas e posicionar-se politicamente no cenário pandêmico, demarcado desde o início pelo agravamento de uma crise, envolvendo as esferas da política institucional brasileira.

À medida que, de acordo com Henriques e Vasconcelos (2020), as diversas ações recomendadas (e não tornadas obrigatórias pelo Governo Federal) em relação à emergência da pandemia, várias delas com repercussões importantes para a vida das pessoas e as atividades econômicas, objetivavam “achatar a curva” da pandemia, visando que a capacidade dos serviços hospitalares para atender os casos graves, não fosse ultrapassada, o que poderia agravar ainda mais a crise sanitária<sup>120</sup> vigente no sistema de saúde brasileiro.

Ao mesmo tempo, Granemann (2021), discute em seu artigo “Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e na morte) da classe trabalhadora brasileira”, analisando a conjuntura do advento da pandemia na vida das trabalhadoras e trabalhadores e trazendo a hipótese de que a crise econômica dos grandes capitais, em linha de expansão, encontrou no irromper da pandemia justificativas plausíveis para que trabalhadoras e trabalhadores fossem expostos a mais sacrifícios, na lógica da superexploração, incluindo o próprio direito à vida. O discurso do governo federal acerca de opor ‘economia’ à ‘vida’, aprofundam, de acordo com a autora, um dos traços estruturantes do capitalismo: a valorização explícita da primeira sobre a segunda, em um contexto de desaparelhamento do Sistema Único de Saúde e burocratização das políticas assistenciais às emergências aos setores mais vulnerabilizados da classe trabalhadora.

No Brasil, de acordo com Granemann (2021, p.5) e Vespa<sup>121</sup> (2020), a pandemia rejuvenesceu e tornou-se negra, pobre, da classe trabalhadora, não deixando de afetar as pessoas de mais idade, de modo que “as sucessivas contrarreformas previdenciárias, o desmonte das políticas assistenciais e o desemprego potencializaram o contágio, uma vez que trabalhadoras e trabalhadores não tiveram possibilidades de realizar o distanciamento físico por terem de seguir trabalhando”. Soma-se a isso, as condições habitacionais, desprovidas de recursos sanitários conforme a recomendação de instituições e organismos de saúde nacionais e internacionais. Ressalta ainda que essas carências são vergonhosamente históricas, agravadas pela Covid- 19.

---

<sup>120</sup> Importante lembrar, nesse contexto, a Proposta de Emenda Constitucional n. 241/ 2016, aprovada no governo Temer, que foi apelidada movimentos sociais de “PEC do Fim do Mundo”, na qual há a criação de um teto para os gastos públicos, congelando as despesas do governo federal, com óbvios impactos nos gastos sociais, por 20 anos, com cifras corrigidas pela inflação.

<sup>121</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/ no-brasil-covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm>. Acesso em: 15 mai 2021.

Na mesma direção, Santos (2020) discorre sobre essa condição, apoiado na metáfora do Sul<sup>122</sup>, destacando e analisando alguns grupos sociais atingidos historicamente pela vulnerabilidade que precede a quarentena imposta pela pandemia e agrava-se com ela. No escopo deste estudo, podemos sinalizar mulheres, trabalhadores informais e populações periféricas, evidenciando a dificuldade, ou ainda a impossibilidade dessas populações cumprirem as regras da Organização Mundial de Saúde acerca do distanciamento social.

Diante disso, o grupo articulador, movido pelo compromisso genuíno para com as companheiras e companheiros do grupo de base (sobretudo as primeiras, que em um pequeno espaço de tempo, perdem o acesso à renda que advinha das faxinas que faziam), mantém-se presente no cotidiano do bairro, buscando pensar em conjunto estratégias de sobrevivência diante das interrogações vigentes acerca do futuro da pandemia. Com isso, organizamos, com muita atenção aos cuidados sanitários que o momento demandava, a campanha Quarentena Solidária e a construção Saboaria, conforme será descrito adiante. Em um cenário de crises e emergências, não podíamos ficar esperando respostas por muito tempo. A situação exigia ações responsáveis e comprometidas.

Nesse cenário, a pandemia como um advento histórico, acentuador de diferentes níveis de desigualdade também merece ser mencionado. Diehl (2021), discute em artigo<sup>123</sup>, que a pandemia da Covid-19, ao ser analisada em uma dimensão sociológica, acentua diversas facetas das desigualdades sociais históricas, destacando-se, a desigualdade geopolítica, a distância econômica entre ricos e pobres, o poder político hegemônico concentrado, a consolidação acerca da dependência de empresas monopolistas de telecomunicações e internet, além das diferenças de gênero (incluindo a violência contra a mulher) e a explicitação da racialização das oportunidades.

O relatório da OXFAM Brasil (2021) e o site da Organização trazem questões acerca do aprofundamento da desigualdade social, no contexto da pandemia: no mundo, mais de 160 milhões de pessoas foram empurradas para a situação de pobreza e estima-se que, em média, 17 milhões de pessoas morreram de Covid-19 no mundo. Os 10 homens mais ricos do mundo têm hoje seis vezes mais riqueza do que os 3,1 bilhões mais pobres do mundo, e, no Brasil, os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiros (60% da população).

---

<sup>122</sup> De acordo com Santos (2020, p.5), o Sul, para além de um espaço geográfico, simboliza um espaço-tempo político, social e cultural, configurando-se como “uma metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual”.

<sup>123</sup> Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/36286>. Acesso em 05 mar. 2022.

Acessando relatório organizado e publicado ao término do primeiro semestre de 2021 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em conjunto com outras organizações<sup>124</sup>, encontramos a seguinte informação: em 2020 a fome disparou em termos absolutos e proporcionais, ultrapassando o crescimento populacional: estima-se que cerca de 9,9% entre todas as pessoas tenham sofrido de desnutrição em 2020, ante 8,4% em 2019.

Nas dimensões continentais, um total de 418 milhões de pessoas em condições de subalimentação vivem na Ásia, 282 milhões, na África e 60 milhões na América Latina e no Caribe, sendo que o aumento mais acentuado da fome foi na África, onde a prevalência estimada de desnutrição – em 21% da população – é mais do que o dobro de qualquer outra região.

No geral, de acordo com o relatório, mais de 2,3 bilhões de pessoas (ou 30% da população global) não tinham acesso a alimentação adequada durante todo o ano de 2020: este indicador – conhecido como prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave – saltou em um ano tanto quanto nos cinco anteriores combinados. A desigualdade de gênero se aprofundou: para cada 10 homens com insegurança alimentar, havia 11 mulheres com insegurança alimentar em 2020 (de 10,6 em 2019).

No município de Caxias do Sul, apesar de não encontrarmos dados atualizados no site da Fundação de Assistência Social, há alguns exemplos que refletem esse acentuamento da vulnerabilidade das populações mais pobres. Em reportagem no jornal Pioneiro, no mês de março de 2021, consta que entre os anos de 2019 e 2020 houve um aumento de 477,7 %, na busca por cestas básicas junto à FAS. De 9 mil para 52 mil cestas.

Na análise sobre pandemia, classe trabalhadora, precarização e resistência, Santana (2021), afirma que a classe trabalhadora brasileira, sob um governo que despreza a doença e as proteções sociais, com exceção do setor público, vem sofrendo fortes impactos que se agravaram com o quadro pandêmico, sendo importante a reflexão acerca de diferentes formas de organização da classe que enfrentem e resistam a esse contexto:

Há tendências importantes aflorando desses movimentos em curso no mundo do trabalho. Nem todas são necessariamente novas nos repertórios de ação, mas podem auxiliar na construção de caminhos para a luta da classe trabalhadora no país (...). Neste sentido, também assumem cada vez mais importância a articulação desses movimentos (sociais e sindicais) em coalizões com diferentes formatos, estruturas, dimensões e dinâmicas, que podem ampliar escalas, intensidades e potências das

---

<sup>124</sup> FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2021. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb4474en> . Acesso em 05 mar. 2022.

ações coletivas. A combinação entre formas de organização horizontais e outras mais verticais; entre ações espontâneas e outras mais vertebradas, com forte assento no trabalho de base e em formas democráticas de debate e deliberação, e atualmente indispensáveis entre ação no mundo real e ação no mundo digital; o intenso uso dos aplicativos de mensagens e das redes sociais, tanto no sentido organizativo quanto no de agitação e propaganda etc.: tudo isso tem fornecido características interessantes, hoje, e que apontam ser a possível perspectiva futura. (SANTANA, 2021, p.88).

Nesse cenário de emergência de estruturas dinâmicas, com relações horizontalizadas, com forte assento no trabalho de base e em formas democráticas de deliberação, surge a Saboaria Popular Las Margaritas, muito apoiada também no uso das redes sociais para a sua divulgação. É sobre essa experiência contra hegemônica de organização do trabalho, que refletiremos nos próximos itens desse estudo, como uma medida organizativa com a finalidade de sobrevivência das pessoas envolvidas que considera a educação pelo trabalho e que ganha forma, conteúdo e movimento, no início da pandemia.

#### 4.2 A CRIAÇÃO DA SABOARIA POPULAR LAS MARGARITAS

Nesse ponto da tese, ganha centralidade a emersão da Saboaria Popular Las Margaritas, que surge como um dos desdobramentos da construção proposta e vivenciada no loteamento Vila Ipê, desde meados de 2017. Nos próximos itens, descreveremos as etapas do processo, tomando como base o processo de Sistematização da Experiência, com referência em Jara H. (2006; 2018), o qual foi construído coletivamente entre novembro/2020 e fevereiro de 2021, sendo atualizado, em novas análises coletivas que tecemos ao longo do ano de 2021 e de 2022. O processo segue. Como está descrito no item 5.2, a experiência transcende a tese. Importante ressaltar que a Sistematização da Experiência que será adensada, deste ponto em diante, tem como objetivo, a compreensão do processo da construção da Saboaria Popular Las Margaritas.

Para introduzir essa etapa, cabe destacar alguns encaminhamentos, atividades e planejamentos entre o final de 2020 e março de 2021, que precederam a construção da Saboaria, de modo que, a partir da irrupção da pandemia da Covid-19, os rumos do trabalho de base nos territórios foram reavaliados pelo grupo articulador e redesenhados, no entanto, não deixando de considerar os acúmulos até então construídos, a partir das relações fortalecidas com o grupo de base.

Ao término de 2019, no exercício de avaliação e planejamento para 2020 do grupo articulador, ao revisitarmos as ações construídas, as sínteses da avaliação coletiva, evidenciamos as seguintes perspectivas:

**Quadro 5 - Avaliação de 2019 e Planejamento de 2020**

<b>Balço 2019</b>	<b>Planejamento Geral</b>	<b>Planejamento “As Manas” (grupo articulador)</b>
<p>No balanço, levamos em consideração, nossas formas de inserção nos territórios de atuação, capacidade de construções coletivas e formas/conteúdos para fazer a formação política.</p> <p>Destacamos:</p> <p>O grupo “As manas” (grupo articulador) como um embrião político e coeso, capaz de articular e acompanhar ações.</p> <p>No território Vila Ipê, o que avança?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aulas públicas sobre a Reforma da Previdência</li> <li>- Escola de Formação Ana Dias com a base (mesmo com presenças oscilantes, foi uma primeira experiência positiva).</li> <li>- Criação do comitê da Reforma da Previdência, como uma articulação da base com outras instâncias políticas do campo da esquerda.</li> <li>- Definição coletiva acerca da pauta trabalho como estratégia de ação para o ano de 2020, a partir da formação dos grupos de base (observamos que a presença das mulheres do bairro nessa discussão, merece destaque, a partir do vivenciado na ‘roda de conversa’, no início de dezembro).</li> </ul>	<p>Dar continuidade à formação política nos territórios de ação</p> <p>Eixos formativos: Economia Política e Trabalho Associado.</p> <p>Organizar pelo menos um almoço comunitário por semestre (questão das finanças).</p> <p>Aprofundar a organicidade do processo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- sugestão: trazer uma ou duas pessoas do bairro para o grupo articulador, como uma formação continuada, no avanço da consciência política.</li> <li>- avaliar iniciativas culturais como, por exemplo, organizar o Cine Comunidade (exibição de filmes no território); oficina de Zines; pensar em formas de aproximar a juventude do território do Movimento.</li> <li>- Avançar em relação ao trabalho e organização das mulheres no território.</li> <li>- Avaliar possibilidade de distribuição do jornal Brasil de Fato nos territórios.</li> </ul> <p>Avançar no desafio de “brotar” o processo da organização do trabalho. O que pode ser um disparador: As eleições de 2020 para prefeitura (reflexão coletiva)?</p> <p>Possibilidade de construção de uma Coordenação Municipal.</p>	<p>Avançar na formação interna – Temas para um plano de estudo: Economia Popular Solidária, Trabalho como princípio educativo (interfaces entre pedagogia e trabalho), Trabalho de base; Feminismo Popular Classista; Juventudes.</p> <p>Buscar mais militantes que possam no auxiliar na elaboração das estratégias e na articulação e realização das tarefas.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (em fevereiro de 2020).

Nesse quadro, são trazidas, de forma sintética, ações que conseguimos desenvolver no ano de 2020 e outras que não foram possíveis. Como já mencionado, o advento da pandemia atravessa o nosso processo, de modo que, buscamos recalculas as rotas, porém não deixando de dar atenção para aspectos importantes dos acúmulos evidenciados, como por exemplo: a organização das mulheres e a pauta trabalho e renda.

A construção da Saboaria, que será descrita nos próximos itens, vinculados ao processo de Sistematização da Experiência, impulsionou uma série de processos e modificou as dinâmicas organizativas do grupo articulador. A exemplo disso, diante da sugestão da construção de uma Coordenação Municipal, duas das três militantes que estavam organicamente implicadas no processo da Saboaria, avaliaram que naquele momento, a iniciativa local demandava atenção e presença mais constantes, e, com isso, não se disponibilizaram a essa instância, que foi ocupada por apenas uma delas.

O debate acerca de como se dispara o processo da organização do grupo de trabalho e renda nos territórios também ganha relevo. Há uma sugestão, por parte do grupo articulador que o MTD debata com um dos candidatos à prefeitura, do campo político da esquerda, as possibilidades, caso ele seja eleito (o que não ocorreu), de se iniciar Pontos Populares de Trabalho, a partir de um programa institucional. Dessa forma, a ideia era atuar junto à base, debatendo com as pessoas a importância desse tipo de programa de política pública, com a finalidade de forjar lutas pelos Pontos Populares. Essa é uma discussão que ocorre no Movimento em Nível Nacional.

No entanto, a partir do momento em que demos início à Saboaria, ela se tornou uma realidade imediata, passando a demandar ações e articulações, desde então. O processo estava em andamento independente das forças políticas institucionais que ocupavam o poder.

O amparo da política pública também é uma necessidade e, certamente, deve entrar na pauta de lutas do Movimento, sobretudo, no que diz respeito à sustentabilidade do espaço de trabalho associado, mas, no caso da Saboaria, sua origem se dá a partir da necessidade imediata das mulheres agravada pelo quadro da pandemia e das discussões fomentadas no coletivo, acerca de ações concretas no campo do trabalho, como descreveremos, pautando-se em pilares como o trabalho associado, o cuidado com o planeta e a organização das mulheres. Uma experiência concreta pode inclusive influenciar positivamente na proposição de políticas públicas, que nessas perspectivas assumem o papel de “meio” e não de “fim”.



Logo na primeira reunião de 2020, do grupo articulador, demos início a um planejamento de um encontro de mulheres, que seria desenvolvido tanto no loteamento Vila Ipê como no Reolon. Neste encontro, a intencionalidade era dialogar sobre a presença das mulheres no MTD, a partir de atividades mais voltadas para o autocuidado, a partir da técnica da Biodança<sup>125</sup>, integrando a esse debate uma perspectiva de formação política, pautada na questão do trabalho feminino: o doméstico, o informal e as possibilidades do cooperado. O tema transversal do encontro estaria vinculado à perspectiva do feminismo popular classista e a ideia seria que este fosse um primeiro momento de diálogo acerca dessa temática.

Ambos os encontros não aconteceram, visto que na segunda semana de março, as sinalizações da pandemia nos colocaram em alerta em relação a promover encontros como esse. Ainda no dia 8 de março, realizamos a nossa última atividade, a partir da articulação anual entre o Fórum da Mulher Caxiense e as demais organizações implicadas no processo: em 2020 foi organizada uma atividade cultural no Parque Getúlio Vargas, localizado na região central da cidade, sendo organizada na ocasião, também, uma feira de economia feminista, acolhendo diversas mulheres da cidade que organizam seus empreendimentos individualmente como brechós, artesanato e, em meio a essa atividade, deliberamos montar uma “banquinha” de sucos orgânicos, a partir do empreendimento que existe no Assentamento Zumbi dos Palmares, conforme ilustra a imagem seguinte:

---

<sup>125</sup> Biodança ou biodanza é um sistema de integração humana, renovação orgânica, reeducação afetiva e reaprendizado das funções originárias da vida. Sua metodologia consiste em induzir vivências integradoras por meio da música, do canto, do movimento e de situações de encontro em grupo. Essa definição é de Rolando Toro, o idealizador do sistema, psicólogo e antropólogo chileno. Disponível em: <http://www.biodanzarolandotoro.com/pt-pt/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

**Figura 39 - Atividade em alusão ao dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher**



Fonte: Acervo de Militante do MTD (2020).

Com isso, em vista da pandemia, o grupo articulador propõe reuniões virtuais para avaliar os próximos passos na construção coletiva, dado ao cenário incerto que se instala a partir dessa condição.

Nos últimos dias de março de 2020, damos início à campanha Quarentena Solidária sobre a qual discorreremos no item “Recuperação do processo vivido”, que teve a finalidade de resgatar, no coletivo de mulheres, a história da construção da Saboaria Popular Las Margaritas, iniciada no mês de maio de 2020, daí a opção por contemplar a narrativa, a partir da voz das mulheres que deram início ao processo, e que são sujeitos e construtoras dessa pesquisa, sendo elas:

- a. Quatro mulheres do grupo articulador do MTD<sup>126</sup> (uma delas, com uma participação mais pontual no processo da Saboaria, não teve condições de participar dos encontros de sistematização).

<sup>126</sup> As três militantes implicadas organicamente no processo: Joanne C. Pedro (39 anos, cooperada da SPLM, doutoranda em Educação, educadora popular e militante); Andrea W. Padilha da Silva (35 anos, cooperada da SPLM um filho, doutoranda em Educação, educadora popular e militante); Cloraci Macedo (50 anos, cooperada da SPLM, três filhos, atuou por aproximadamente 10 anos em projetos voltados à cooperativas de reciclagem, militante e educadora popular). Morgana L. Baldo (32 anos, militante e educadora social vinculada à FAS), contribuiu no início do processo da construção da Saboaria e, durante o período seguinte, até outubro de 2021, com as entregas dos pedidos da SPLM.

- b. Cinco mulheres do território<sup>127</sup>, sendo duas já integrantes do grupo de base e as outras três se aproximaram do coletivo da Saboaria, a partir da campanha Quarentena Solidária. Do território, aproximam-se, ainda, duas mulheres, mãe e filha, as quais integram a campanha quarentena solidária, chegam a participar de um dia de produção da Saboaria, porém não prosseguem no processo.
- c. Quatro mulheres<sup>128</sup> que se integram ao processo, provenientes das relações com a Cáritas Diocesana de Caxias do Sul<sup>129</sup>. Três delas vinculadas à organização e uma participante de uma formação proveniente da Instituição.
- d. Uma jovem, secundarista<sup>130</sup>, que integra o processo já com a Saboaria em andamento, responsável pelos atendimentos nas redes sociais da saboaria, permanecendo no coletivo até o fim de 2021.

Os trânsitos das mulheres, permanências e impermanências no processo também serão narrados adiante, no decorrer da apresentação da experiência. Para a construção da sistematização que segue, nos pautamos na referência de Jara H. (2006; 2018), desenvolvendo-se no escopo da Educação Popular. A sistematização de experiências tem origem no contexto da América Latina, como um produto do esforço para se construir marcos próprios de interpretação, pautados nas condições particulares da realidade latino-americana.

Cabe ainda, contextualizar, que esta proposta de sistematização de experiências, em sua totalidade, ampara-se nos cinco momentos metodológicos que integram o processo, propostos por Jara H. (2018), sendo estes: a) Viver a experiência; b) Formular um plano de sistematização; c) Recuperar o processo vivido; d) As reflexões de fundo; e) Pontos de chegada.

<sup>127</sup> As cinco mulheres moradoras do bairro: Josiane, 27 anos, cooperada da saboaria, uma filha; Fabia, 45 anos, 2 filhas, cooperada da Saboaria, tendo iniciado trabalho em uma fábrica da cidade no mês de maio/2021; Glaciana, 45 anos, um filho e duas filhas, cooperada da Saboaria; Silvana 46 anos, uma filha e um filho, cooperada da Saboaria, vendedora autônoma e cuidadora e Janaina, 21 anos, três filhos, manteve-se vinculada à Saboaria entre julho/2020 e junho/2021, com períodos de afastamento. Em suas narrativas, no item 4.3, optamos pela utilização de codinomes inspirados em flores.

<sup>128</sup> Solange Guerra, 62 anos, Genessy Bertolini, 58 anos, respectivamente: professora aposentada e assistente social, cooperadas da SPLM, voluntárias da Cáritas Diocesana de Caxias do Sul e atuantes na Escola de Formação, Fé, Política e Trabalho. No início do processo, também provenientes da relação com Cáritas, havia Maria Neli (professora aposentada) e Alexandra Ampessan, 51 anos, que se desvincularam da Saboaria no segundo semestre de 2021, por conta de demandas da vida pessoal.

<sup>129</sup> A Cáritas Diocesana de Caxias do Sul está vinculada à Cáritas Brasileira, que é filiada à Cáritas Internationalis, configurando uma rede que abrange mais de 150 países. Constituída em 1956, como um organismo de pastoral social da Igreja Católica, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e desenvolve a prática da cultura de solidariedade em uma perspectiva de Rede, com a finalidade de desenvolver atividades de assistência social, educação de base, promoção de pessoas, grupos e comunidades, além de atendimentos emergenciais. Desde 1985, de acordo com Adams (2007) apresenta como linha de ação a geração de trabalho e renda (projetos alternativos comunitários) que dialogam com o campo da Economia Popular Solidária.

<sup>130</sup> 17 anos, estudante do Ensino Médio e estagiária em um Centro de Referência e Assistência Social (CRAS).

O exercício de sistematizar, no qual nos pautamos, constitui-se como uma práxis e pode ser definido como:

Sistematizar significa comprender en mayor profundidad cómo se interrelacionaron los diferentes elementos que entraron en juego a lo largo de las distintas etapas de la experiencia: cuáles fueron los elementos constantes y cuáles los ocasionales; cuáles quedaron sin continuidad en el trayecto y por qué fue que eso ocurrió; ayuda a identificar cuáles componentes (decisiones, recursos, opciones) incidieron en que se crearan nuevas pistas o líneas de trabajo, también podremos ver los vacíos o complicaciones que se han ido arrastrando recurrentemente. (JARA H., 2018, p. 88).

Dessa forma, para a sistematização da experiência e análise do processo de construção da Saboaria Popular Las Margaritas, além dos três encontros que consistiram no Plano de Sistematização, Recuperação do Processo Vivido e Reflexões sobre o processo, a partir das quais sinalizamos os Pontos de Chegada, em fevereiro de 2021, consideramos aqui a imersão no cotidiano de produção da Saboaria, nas reuniões deliberativas e no primeiro encontro formativo realizado, que teve como tema “Identidade e Pertença” e como base a história de Margarida Alves.

#### **4.2.1 Recuperando o processo vivido: as construções coletivas que fertilizaram o nosso desabrochar**

No exercício do resgate do processo vivido, como etapa da Sistematização da Experiência, identificamos 3 momentos importantes, de construções coletivas, em tempos-espacos diferentes que convergiram para a concretização da Saboaria Las Margaritas, ou seja, para o nosso desabrochar. São eles:

a) O trabalho junto ao grupo de base do MTD (Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos) no território Vila Ipê, intensificado no segundo semestre de 2019, que elege coletivamente a pauta trabalho como a principal frente de ação do ano de 2020 (ver Figura 24). Importante dizer que a pauta trabalho, historicamente, integra as ações do MTD, tendo como grande expoente dessa relação as Frentes Emergenciais de Trabalho, organizadas, em nível municipal, entre os anos de 2006 e meados de 2011.

b) O curso da Escola de Formação Fé, Política e Trabalho de Caxias do Sul (EFFPT), fruto de uma articulação entre a Diocese de Caxias do Sul, a Cáritas Diocesana, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e o Instituto Humanitas da Unisinos, que ocorreu em 2019, de março a dezembro. Nesta formação estavam presentes uma das mulheres que integravam o grupo articulador do MTD, presente no trabalho junto ao grupo de base do Vila Ipê, duas mulheres vinculadas à Cáritas Diocesana de Caxias do Sul e à coordenação do curso e uma que

era discente do curso. Essas quatro mulheres, ao longo do curso, conceberam a ideia de iniciarem um grupo de produção, pautado na economia solidária, formado por mulheres e voltado à confecção de bolsas e sacolas com materiais ecológicos, cujo nome seria “Las Margaritas” – considerando a história da lutadora popular Margarida Alves e o sentido dos processos organizativos e de resistência latino-americanos. Uma outra companheira que integrou a Saboaria, também vinculada à Cáritas, esteve presente nesse curso como parceira e auxiliando na organização de uma feira de economia popular e solidária.

Esse tema do grupo de produção, continuou em discussão no mês de janeiro/2020, durante o Curso Oscar Romero, realizado em Santa Maria – RS. Nesta ocasião, quatro das cinco mulheres estavam presentes.

c) A campanha Quarentena Solidária, realizada na cidade de Caxias do Sul, inspirada pela campanha nacional de enfrentamento aos impactos da Covid-19 nas periferias urbanas, que o MTD integrou nacionalmente.<sup>131</sup>

A partir de março de 2020, a vida das pessoas, em escala mundial e independente da situação econômica ganhou um novo foco, com a presença do novo Coronavírus. Foi a pandemia, o advento que passou a influenciar, senão, determinar nossas ações, as nossas preocupações, nos fazendo pensar sobre o futuro. Quais serão os impactos? O mundo será o mesmo? O que se modificará e o que permanecerá?

Na dinâmica dos movimentos populares, não foi diferente. Primeiro veio a angústia – como estar com o povo em tempos de isolamento? Como continuar organizando encontros, marchas, trocas... como resistir, enquanto coletivo e organização popular, em tempos de Covid-19?

Diante desse novo quadro, o MTD, na cidade de Caxias do Sul, apoiado em sua política de solidariedade criou a campanha Quarentena Solidária, pensando nas emergências da sobrevivência da vida do povo.

As principais medidas de prevenção recomendadas para conter a pandemia do novo coronavírus nem sempre estiveram ao alcance de muitos moradores de comunidades e periferias das cidades brasileiras. Pessoas de menor renda e trabalhadores informais, dentre estes, as mulheres, são os mais afetados pelos efeitos econômicos da pandemia. No mês de março, as

---

<sup>131</sup> A campanha Periferia Viva, que objetiva através da solidariedade, mobilizar a organização popular, realiza doações de alimentos, dentre outros itens, às populações mais impactadas economicamente pelo coronavírus. A campanha tem abrangência nacional sendo composta por vários coletivos e movimentos populares, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), a Consulta Popular e o Levante Popular da Juventude.

dificuldades começaram a se acentuar visto que algumas das mulheres do bairro onde o Movimento atua perderam o acesso à renda, pois não conseguiam fazer faxinas domésticas, trabalho esse que garantia o sustento das casas. Os efeitos da pandemia no território Vila Ipê não são diferentes dos efeitos da pandemia nos territórios urbanos periféricos: pessoas se expondo ao risco indo para o trabalho de transporte coletivo, queda da demanda dos serviços informais que garantiam a renda dessas trabalhadoras e trabalhadores, dificuldade no acesso ao auxílio emergencial, casas pequenas nas quais a possibilidade do isolamento fica mais restrita, dentre outros fatores.

Neste contexto, comida e material de higiene foram entendidos como prioridades. Arrecadamos e organizamos doações, a partir do mapeamento realizado pelas mulheres que integravam o grupo de base do MTD no bairro. Com os devidos cuidados sanitários, no momento da entrega das cestas, a intenção foi construir diálogo, ouvir como as mulheres estavam compreendendo este momento.

Compreendemos que a partir da pandemia, configura-se um quadro que anuncia o agravamento de uma crise estrutural que já estava colocada e que se desdobra em diferentes crises (econômica, sanitária, institucional) que impactam diretamente e em curto prazo nas emergências da vida da classe trabalhadora. Embora não possamos deixar de lado a discussão de que a pandemia até o presente momento não impactou de forma significativa os mecanismos mercadológicos vigentes e a alta burguesia, o nosso campo de atuação direto, a periferia urbana e, como já citado, sobretudo, a população feminina, demandavam ações em curto prazo para amenização e superação das crises.

A arrecadação de alimentos e produtos de limpeza ocorreu entre março e abril, e o coletivo elaborou os panfletos “Ações de Saúde Popular” (figura 40) e “Salve, periferia” (figuras 41 e 42) que foi distribuído juntamente com as cestas básicas e kits de saúde popular, com informações sobre a saúde e itens da medicina popular (como raízes e ervas com o objetivo de fortalecimento da imunidade). Para acessar os panfletos, clicar na figura (*hiperlink*).

**Figura 40 - Ações de Saúde Popular**

**AÇÕES DE SAÚDE POPULAR**

O Corona Vírus é um problema mundial. O vírus se espalha muito rápido, por ser de fácil contaminação. Geralmente é de fácil tratamento, mas idosos, gestantes e pessoas com problemas de saúde podem ter complicações, por isso algumas medidas são importantes como cuidados de higiene e isolamento social. Pra isso precisamos...

- Renda Básica Emergencial
- Garantia do salário para quem se afastar do trabalho
- Revogação do Teto de Gastos e mais investimentos no SUS
- Anistia das contas de água e luz
- Congelamento dos preços de produtos básicos
- Distribuição de produtos de higiene e cestas básicas

MTD

Fonte: Elaborado por Morgana Baldo (2020).

**Figura 41 - Folheto Salve Periferia – 1ª edição**

**SALVE PERIFERIA**

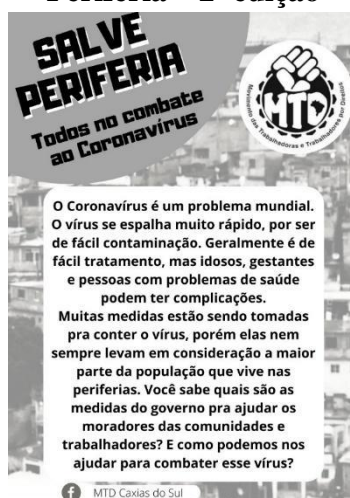
MTD

Uma alimentação diversificada e natural pode ajudar a prevenir doenças. A alimentação saudável e livre de veneno deve ser um direito todas e todos, por isso apoiamos os movimentos do campo e lutamos para que a periferia também tenha acesso a comida de verdade. O MTD possui um assentamento em Coxias, o **Assentamento Zumbi dos Palmares II**, onde se cultiva sem veneno, e de onde vem alguns remédios naturais que você encontra neste kit. Se tiver um quintal, acesso a uma horta comunitária ou mesmo espaço para manter alguns vasos de plantas, você também pode cultivar alguns chás e temperos, e ter uma farmácia em casa.

O **alho** além de saboroso tem vários benefícios para a saúde. Ele ajuda na prevenção de doenças respiratórias, podendo ser usado para tratar gripes, tosse, resfriados, asma e bronquite. Além disso, ajuda a combater alguns vírus, fungos e bactérias. O alho também tem ação anti-inflamatória, ajuda a diminuir o colesterol ruim e também contribui para a saúde de coração. Pode ser usado como tempero e também em chás.

f MTD Coxias do Sul

Elaborado por Morgana Baldo (2020).

**Figura 42 - Folheto Salve****Periferia – 2ª edição**

Elaborado por: Morgana Baldo (2020).

**Figura 43 - Kit de saúde popular, com explicação sobre ervas e raízes benéficas para nossa saúde**

Fonte: Elaborado pela autora (2020).



Elaboramos também, em conjunto, um instrumento denominado “mapeamento das condições de vida na periferia”, no qual foram coletadas informações sobre quantas pessoas que receberam as doações, viviam na casa, redes de apoio as quais integram, situação do imóvel (abastecido por água? Alugado?), se as pessoas estão trabalhando ou não no momento, condições de saúde, dentre outras questões. Esse não deixou de ser um plano estratégico para aproximarmos pessoas do MTD.

O foco do grupo articulador e de base, então, passou a ser articular as ações de solidariedade, considerando sempre um pequeno número de pessoas no grupo de articulação do Movimento (sete<sup>132</sup> e apenas duas com a facilidade para se deslocar de carro), fomos nos organizando para a distribuição das cestas obtidas, a partir de doações, como ilustra o *card* abaixo.

**Figura 44 - Card de divulgação da campanha  
Quarentena Solidária**



Fonte: Elaborado por Morgana Baldo (2020).

<sup>132</sup> Nesse contexto, se integra mais uma companheira ao grupo articulador. Sara Eduarda, 55 anos, natural de Curitiba-PR, vivendo em Caxias do Sul há cerca de três anos. Essa militante, traz em sua bagagem outras experiências de organização coletiva e conhecimentos na área da produção cultural e na elaboração de projetos. Foi convidada a integrar o grupo, visto que havia um edital em aberto para a organização de grupos de mulheres para a produção de máscaras, sendo uma das responsáveis pela elaboração da proposta do MTD, que concorreu ao Edital.

Organizamos as ações de doação das cestas, tendo sido arrecadadas uma média de 47 cestas básicas distribuídas para famílias nos dois territórios. Ao mesmo tempo, passamos a alimentar uma angústia enquanto coletivo, pautando-nos no fato de que não conseguiríamos ampliar o número de arrecadações, ou mesmo dar conta de uma nova distribuição, visto que as pessoas que contribuíram para a primeira campanha não aderiram na segunda.

Para a segunda arrecadação, contamos com uma doação vinda de um dos contatos de uma das militantes do grupo de articulação, a qual garantiu a segunda fase da ação de solidariedade, ao final de abril (a primeira foi no fim de março).

Neste período o grupo de articulação do MTD, já vinha pensando nas possibilidades de avanço em relação à ação de solidariedade que compreendia a doação da cesta, a questão era: como se avança? Como se politiza a ação em um cenário adverso frente à necessidade de isolamento social?

Neste contexto, começamos a trabalhar junto a duas militantes do grupo de base, moradoras do território do Vila Ipê, possibilidades de reunirmos as pessoas em torno de uma pauta concreta - uma Frente de Trabalho - retomando inclusive o direcionamento ao qual chegamos no final de 2019.

Como nesta configuração nada é linear, é importante pontuar alguns eventos que foram se dando paralelamente, com a finalidade de explicitar o cenário:

Diante da tentativa de se concorrer a um edital que propunha fomento para projetos que envolvessem a produção de máscaras (no qual o MTD entra com o auxílio de uma nova integrante do grupo articulador), dividiu-se o grupo de articulação do MTD em três mulheres para acompanhar o processo da produção de máscaras na região do Bairro Reolon e três para acompanhar o grupo de produção na zona norte. Uma militante fica transitando e contribuindo com os dois projetos. O projeto para produção de máscaras, com base no edital de fomento, ao final, não foi contemplado.

- A ideia da Saboaria, como já citado, nasce a partir de elementos diferentes e não lineares: nas cestas básicas eram distribuídos também kits de limpeza com sabão e água sanitária. Em uma conversa do grupo articulador pelo WhatsApp se levantou a possibilidade de se fazer o sabão para que fosse enviado junto às cestas básicas e, de preferência, junto às pessoas da comunidade, inclusive algumas pessoas ligadas ao grupo articulador tinham esse conhecimento de como se produz sabão. No entanto, nessa altura, o cenário da pandemia ainda estava muito indefinido quanto à possibilidade de encontros e optamos por não darmos andamento a essa pauta.

- Paralelo a isso, existia o já citado envolvimento de uma militante do grupo articulador com colegas do curso Fé, Política e Trabalho. Essa militante, como já referido, tem um acúmulo bem significativo com a experiência dos recicladores na cidade e na região, e vinha construindo com as colegas da Cáritas a possibilidade de fazerem uma cooperativa de mulheres que produzisse bolsas e sacolas ecológicas.

- Nesse ínterim, no dia 02/05/2020 realizamos uma atividade na zona norte que consistia em um “plantão” do MTD com o objetivo de ajudar as pessoas com dificuldade em relação a acessar ou baixar o aplicativo do Auxílio Emergencial (programa criado pelo Governo Federal). Para esta atividade apareceram poucas pessoas, no entanto foi realizada na casa da irmã de uma militante do grupo de base do MTD (era uma casa mais espaçosa que garantia o distanciamento necessário que os ‘novos tempos’ pediam). Neste dia havia três militantes do grupo articulador, duas mulheres do grupo de base, moradoras do bairro e uma moradora do bairro que acessou o plantão e ficou conosco, conversando (visto que era amiga das integrantes do grupo de base). As mulheres presentes nesta data eram: Andrea Wahlbrink, Morgana Baldo, Joanne Cristina Pedro, Josiane da Silva, Glaciana Neves, Silvânia Ribeiro e Fábria de Oliveira.

- Nessa conversa do dia 02/05/2020, que surgiu de forma espontânea, levantou-se a possibilidade da produção de sabão, pensando em duas possibilidades: o reaproveitamento de óleo usado e a emergência sanitária que demandava cuidados redobrados com a higienização dos espaços e das coisas. Uma das mulheres do grupo de base introduziu a ideia do sabonete, por ter um atrativo “comercial” e, além disso, elas mencionaram que se tivéssemos organizado isso antes, poderíamos inclusive fazer vendas para o dia das mães que seria na semana seguinte.

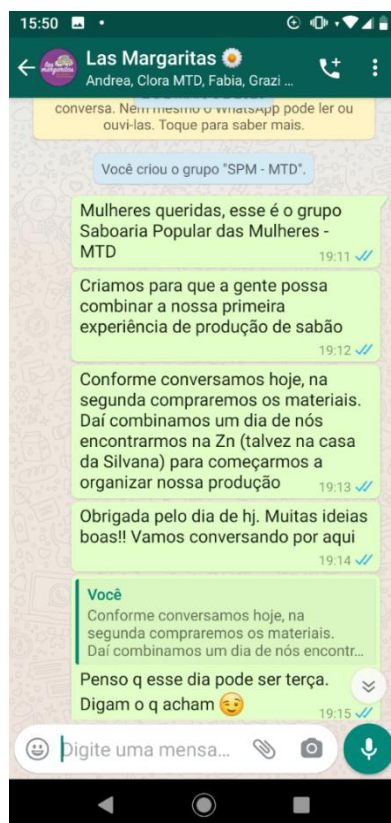
**Figura 45 - Atividade Auxílio Emergencial: registro do dia em que concebemos a ideia da SPLM (02/05/2020)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2020).

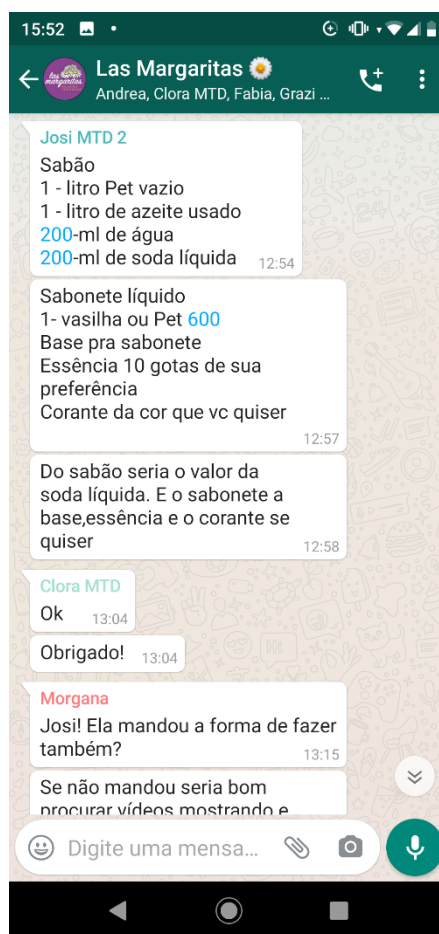
Essa conversa do dia 02/05/2020 aconteceu de forma muito animada, de modo que resolvemos criar um grupo no WhatsApp chamado Saboaria Popular das Mulheres (SPM) MTD para trocarmos informações e receitas, conforme mostram as figuras abaixo:

**Figura 46 - Criação do grupo no WhatsApp (02/05)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2020).

**Figura 47 - Primeiras receitas pesquisadas (02/05)**



Fonte: Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2020).

#### 4.2.2 Contextualizando a Recuperação do Processo Vivido, no processo da Sistematização da Experiência da SPLM.

A síntese coletiva elaborada acerca do momento denominado “Recuperação do Processo Vivido” teve como desdobramento a organização do livro “Las Margaritas em Floração – Recuperação do processo vivido: maio de 2020 a março de 2021”<sup>133</sup>, sendo registrado e organizado por mim, com o apoio da também militante do coletivo e do MTD, Andréa W. Padilha da Silva. O livro foi lançado em julho de 2021, em uma atividade virtual,

<sup>133</sup> PEDRO, Joanne Cristina; SILVA, Andréa W. Padilha. Las Margaritas em Floração - recuperação do processo vivido: maio de 2020 a março de 2021. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 136p. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/margaritas-floracao> (download gratuito do e-book). Acesso em 25 jan 2022.

por conta da pandemia. Para acessar o *e-book* (*download* gratuito), clicar na figura a seguir (*hiperlink*).

**Figura 48 - Capa do livro “Las Margaritas em Floração - recuperação do processo vivido: maio de 2020 a março de 2021”.**



Fonte: Elaborado por Vinicius Agliardi (2020).

Nessa síntese coletiva, destacamos alguns elementos que são descritivos do processo e que se perfazem como objetivos do coletivo registrados no livro, sendo eles:

- a) Organizar de forma cronológica e detalhada os acontecimentos anteriores que contribuíram para a construção da saboaria: sujeitos envolvidos, teias de relações, ideias, práticas, frentes de ação, projeções de ações para que este registro possa nos pautar nas outras etapas do processo de sistematização.
- b) Qualificar a experiência para que o processo de construção da Saboaria avance.
- c) Comunicar esta etapa da sistematização da experiência para que o MTD em nível nacional possa aprimorar os outros processos produtivos engendrados por dentro do movimento popular que já existem e que virão.
- d) Inspirar e orientar outros coletivos populares.
- e) Vivenciar na prática que a contribuição de todas as mulheres que integram a Saboaria é importante e que todas são parte da Saboaria.
- f) Olhar para a experiência a partir de quem a viveu: os processos, o que propusemos, as coerências e incoerências, o que queremos melhorar e, exercitando a interpretação e

reflexão coletiva, identificar as chaves de mudanças e o que estamos com dificuldade em avançar.

Dessa forma, é importante ressaltar que esse processo de sistematização também foi permeado pela intencionalidade de reforçar o caráter participativo da construção da Saboaria de forma que as mulheres envolvidas pudessem aprofundar o seu sentimento de pertença a esse coletivo, por meio da prática e de refletir coletivamente, aplicando as formulações às quais chegamos, no cotidiano do nosso trabalho.

Ao formularmos o plano de sistematização, no primeiro encontro com esse propósito, o coletivo definiu, naquele momento, seis meses após o início da Saboaria, o que iríamos sistematizar: o processo coletivo de construção da Saboaria.

A respeito do “para que queremos sistematizar?”, seguem abaixo, duas falas representativas, trazidas do diálogo entre as mulheres:

Olha o tamanho disso que a gente tá fazendo aqui, gurias. Não é pouco. Sistematizar essa experiência é projetar para a nossa classe uma experiência concreta de pessoas que se colocam contra uma estrutura opressora, exploradora. E isso tá no pequeno, tá no cotidiano. (Andrea, 16 de novembro de 2020).

A sistematização tem que ser permanente. Ela tem que ter um método, ela tem que estar no contexto, e ela tem que ter um objetivo, né? Por que a saboaria? É só pra gente ter mais um espaço, pra gente receber visita, ganhar uma graninha, pra apresentar uns produtos diferenciados? Ou a gente tem que olhar a saboaria para ela ser um pilar de mudança, ser um embrião de mudança e de transformação da sociedade? Então acho que... a sistematização, a grande importância dela é que a gente não esquece a nossa história, e não esquece a que veio. (Cloraci, 16 de novembro de 2020).

Além das falas acima, sintetizei outras chaves de compreensão que emergiram como motivadoras do exercício da sistematização:

1. Reforçar a concepção de que a Economia Popular e Solidária está vinculada a um projeto de sociedade, para além do capital, e não somente como uma alternativa.
2. Reforçar no processo de sistematização desse empreendimento que ele se estrutura como um embrião do Poder Popular, um embrião de mudança da sociedade.
3. Destacar e ir aprofundando na práxis cotidiana os pilares do nosso processo: “a auto-organização, o que é a autogestão, o que é cooperação, o que é um trabalho que se coloca numa perspectiva feminista, o que é ser anticapitalista. O que é trabalho associado”. Enfatizar a necessidade de se estudar sobre esses pilares.
4. Identificar nossas maiores necessidades para que o processo avance e atinja os seus objetivos. A sistematização serve para revisitarmos os nossos objetivos como coletivo e avaliar o que permanece e o que não permanece.

5. Aprofundar nosso conhecimento sobre o nosso processo, a nossa história, os nossos princípios de modo que isso reverbere na qualidade das vendas e garanta a nossa sustentabilidade.
6. Documentar as ações contribuindo para a credibilidade do processo, para, por exemplo, buscarmos alternativas de fomento.

Outra questão que buscamos responder foi acerca dos aspectos centrais que mais nos interessam nesse processo, sendo apontados:

1. O aprimoramento da produção.
2. A qualidade das relações no espaço e o reforço da coletividade.
3. Reforçar o compromisso coletivo em relação à Saboaria.
4. A saboaria como um espaço em que se vivenciam novas formas de sociabilidade:

É muito importante resgatar a nossa história: onde começou, onde a gente tá. Às vezes, o simples fato da gente sair do cotidiano da gente, já causa muita mudança positiva. Aqui mesmo, no momento, agora, a gente se reunir é uma coisa boa, é uma coisa criativa que a gente tem. Não estamos ali acomodadas. Isso dá oportunidade pra gente se desacomodar, não ficar de braço cruzado. É o que eu tô falando. Só fato de tu tá aqui aprendendo com as outras pessoas você sai daqui muito melhor, parece que é um outro espaço. (Silvana, 19 de outubro de 2020).

Que fontes e informações precisamos, também é um questionamento do Plano da Sistematização:

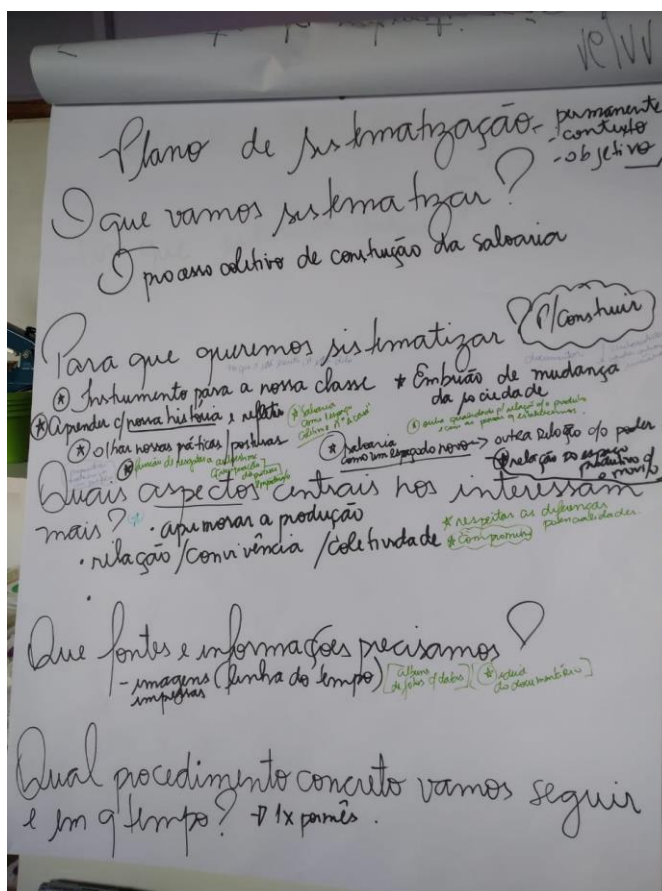
- 1 Nossas fotos impressas, que postamos no grupo do WhatsApp para construirmos uma linha do tempo de tudo que aconteceu. O que motivou a nossa iniciativa? Como foi o passo-a-passo da construção.
- 2 Podemos construir álbuns com fotos.
- 3 Podemos produzir um vídeo contando a nossa história.

Qual procedimento concreto vamos seguir e em que tempo?

- 1 Pelo menos três encontros mensais para organização da sistematização.
- 2 A sistematização é permanente, devendo ser revisitada nas reuniões de avaliação semestrais/anuais.
- 3 Nesse primeiro exercício, precisamos indicar os nossos avanços, nesses primeiros seis meses de processo e os pontos a fortalecer.



**Figura 49 - Plano de Sistematização<sup>134</sup> – novembro/2020.**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 50 - Encontro de Sistematização – novembro/2020**



Fonte: Elaborado por militante do MTD.

<sup>134</sup> Acessível por [hiperlink](#). Para ver o roteiro: Apêndice D.

O texto construído, a partir das contribuições coletivas para justificar o livro, no qual consta a recuperação do processo vivido como um registro de linha do tempo é este:

O registro de linha do tempo cumpre a função de uma das etapas da sistematização que é a recuperação do processo vivido. Em um exercício coletivo, reunimos os registros que foram acumulados neste tempo de quase um ano da Saboaria Popular Las Margaritas, entre os acontecimentos que culminaram na sua concretização, e estes registros envolvem desde ações anteriores ao processo de construção, até a sua atualidade: fotos, prints do grupo de WhatsApp, registros em nossas redes sociais, anotações e gravações de encontros formativos e deliberativos realizados, para que pudéssemos compor, de maneira esteticamente variada essa recuperação do processo vivido, uma linha do tempo em forma de livro. A proposta é apresentar em um primeiro momento aquilo que identificamos como os principais fatores prévios (e não lineares) que culminam na construção da Saboaria e, posteriormente, mês a mês, o nosso passo-a-passo do processo de construção: os diálogos estabelecidos, as estratégias compartilhadas no coletivo e as ações realizadas. Torna-se relevante situar que esse registro emerge como um dos resultados de uma etapa da Sistematização de Experiências, realizada com as mulheres, trabalhadoras da Saboaria Popular Las Margaritas e que se integra ao corpus analítico da Tese de Doutorado de Joanne Cristina Pedro, uma das integrantes do coletivo, tendo sido por ela organizado, com o apoio de Andrea Wahlbrink, a partir da construção coletiva e validação de todas as mulheres envolvidas no processo. (PEDRO; SILVA, 2021, p. 15).

Elaboramos a primeira parte da recuperação do processo vivido, em um momento coletivo, no qual organizamos dois quadros de fotos, com as fotos (fontes) que as mulheres presentes, 11 das 14 mulheres do coletivo, destacaram como as mais representativas do processo. Para essa construção também foram impressos prints do grupo de WhatsApp criado desde o início da Saboaria, os quais evidenciavam acontecimentos importantes para o coletivo como o ingresso de companheiras, momentos em que criamos nossas redes sociais, momentos em que aparecemos nas mídias, dentre outros. As fotos disponibilizadas foram as que trocamos no grupo de WhatsApp, como registros do processo. As imagens desse encontro de Recuperação do Processo Vivido que foi finalizado com algumas reflexões, seguem:

**Figura 51 - Recuperação do Processo Vivido (construção de quadros com registros fotográficos) – janeiro/2021**



Fonte: Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 52 - Recuperação do processo vivido (detalhe quadro em construção) – janeiro/2021**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.



#### 4.2.2.1 Linha do tempo da SPLM: maio/2020, o primeiro mês de atividade – uma flor germinando

Para construir e concretizar a ideia da Saboaria, como já mencionado, fizemos o convite a três participantes da Formação Fé, Política e Trabalho – Solange, Neli e Alexandra, e, a partir de uma relação que nosso coletivo tinha com o Movimento Comunitário, foi-nos cedido o espaço do Centro Comunitário Vinhedos (há uma proximidade da presidente do bairro com o MTD). Naquele momento, por conta da pandemia, as atividades do Centro estavam suspensas, e, como se tratava de um espaço amplo, optamos por fazer escalas de trabalho, para evitarmos aglomerações.

É importante mencionar que cogitamos produzir o sabão e o sabonete na casa de algumas das mulheres do Vila Ipê, no entanto, o espaço era reduzido e havia a questão do gasto de gás, então fizemos a opção pelo Vinhedos, com o objetivo de retornar à região do Santa Fé. O espaço do Centro Comunitário Vinhedos foi muito bom e naquele momento inicial de estruturação não tivemos gastos com água ou gás o que nos ajudou muito.

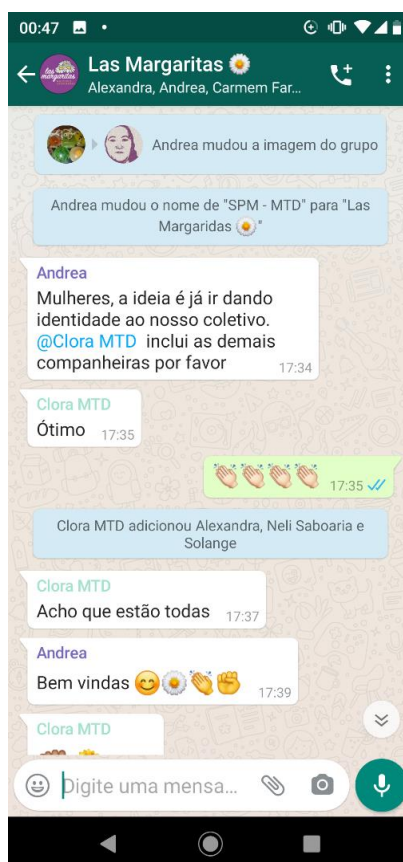
Foi realizada nossa primeira reunião no dia 11/05/2020, no Centro Comunitário Vinhedos, às 14h horas contando com a presença das seguintes mulheres: Cloraci Macedo, Andrea Wahlbrink, Joanne Cristina Pedro (MTD – grupo articulador), Josiane da Silva (grupo de base do Vila Ipê), Fabia de Oliveira (moradora do Vila Ipê que passaria a integrar o coletivo da Saboaria), Pícola (presidente da Associação de Moradores do Bairro Vinhedos) e pela Cáritas Diocesana: Solange Guerra e Maria Neli Ferranti, além da professora da rede estadual (que participou do curso da EFFPT em 2019), Alexandra Ampessan.

**Figura 54 - Participantes da Reunião de 11/5, no Centro Comunitário Vinhedos.**



Fonte: Acervo de Andrea Wahlbrink (2020).

**Figura 55 - Integração das novas companheiras ao grupo do WhatsApp (11/05)**

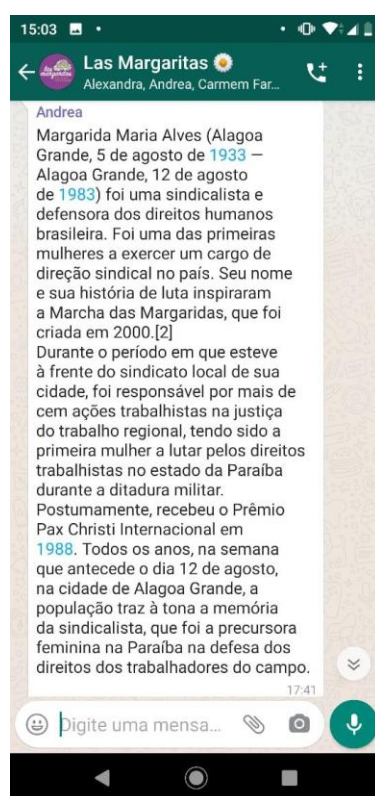


Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

Nessa Reunião do dia 11/5 as mulheres presentes conversaram sobre alguns conceitos estruturantes da Saboaria e concordaram com a ideia trazida pela Cloraci que em conjunto com as colegas do curso da EFFPT pensaram no nome Las Margaritas para o grupo de produção de mulheres que planejavam.

Os dois principais aspectos da identidade da saboaria levantados, foram: a inspiração na história de uma lutadora popular, Margarida Alves e nos processos organizativos e de resistência latino-americanos, mas na sequência outros conceitos fundantes que constam em nosso instrumento político pedagógico (em produção, naquele momento) foram definidos.

**Figura 56 - Breve explicação sobre a vida de Margarida Alves, compartilhada com o grupo**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

Na sequência, muitos diálogos sobre ideias para as embalagens, e os conceitos que nos aportariam neste processo. A produção ecológica é um objetivo, tendo como horizonte, ser, com o passar do tempo, a mais natural possível. A ideia da reutilização do óleo para a produção do sabão esteve presente desde o início.

A nossa linha de ação foi definida por esses conceitos em tópicos, elaborados, a partir das ideias trocadas no coletivo:

- A economia popular solidária, que enfrenta o modelo hegemônico e que requer a auto-organização das pessoas.

- O empoderamento das mulheres, no escopo do feminismo popular.

- A noção de cuidado com a mãe Terra, inspirada na cosmologia andina, por isso, a produção de produtos ecológicos, naturais e terapêuticos (a perspectiva era que com o decorrer do tempo os produtos se tornassem o mais naturais possível, sem plástico na embalagem, com uma base produzida por nós, mas, conscientes de que esse processo demanda tempo e aprendizagens).

- A noção de saúde integral, também amparada nessa noção de que somos integrados a um todo, além do autocuidado.

- Trabalho associado como princípio educativo.

- Trabalho como elemento construtor da humanização.

- O trabalho artesanal.

- A cultura e o Poder Popular.

- O território periférico.

- A justiça social.

A primeira produção das Las Margaritas foi feita no dia 13/05/2020. Dois dias após a primeira reunião no centro comunitário vinhedos. Estavam presente neste dia: Cloraci Macedo, Josiane da Silva, Morgana Baldo, Andrea Wahlbrink e Joanne Cristina Pedro.

Esta produção foi viabilizada pela junção de R\$ 200,00 retirados da “caixinha” do MTD, fruto de um almoço comunitário realizado em 2019.



**Figura 57 - Primeiro dia de produção de sabonetes  
(13/05), no Centro Comunitário Vinhedos**



Fonte: Elaborado por Morgana Baldo (2020).

**Figura 58 - Bancada da primeira produção de  
sabonetes (13/05)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 59- Primeira produção concluída: sabonetes de erva-doce (13/05)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2020).

Além dos R\$ 200,00 iniciais para a compra dos produtos. O grupo passou a buscar formas de captar recursos para a compra de materiais de trabalho e matéria prima. Com isso, organizamos uma “Vaquinha”, com circulação no WhatsApp para arrecadação junto à rede de amigas e amigos próximos (figura 60). Foram arrecadados em média R\$ 600,00 (acesso ao hiperlink, na figura abaixo):

## Figura 60 - “Vaquinha” solidária (maio/2020)

VAQUINHA: Rede de apoio a compra antecipada para produção de sabão e sabonetes.

### **Saboardia Popular Solidaria**

A ideia da Vaquinha surge da necessidade de formarmos um grupo para produção de sabões e sabonetes para serem comercializados individualmente, num primeiro momento formaremos um grupo de WhatsApp e as encomendas serão feitas por esse grupo, assim como venderemos no entorno onde o projeto vai funcionar, ampliando aos poucos na medida em que a produção vai aumentando.

Para isso, precisamos criar uma relação de solidariedade no nosso campo de atuação com as entidades e movimentos sociais, com vistas a alternativas concreta de geração de trabalho e renda que contemplem pessoas em situação de desemprego com um olhar prioritário para as mulheres, uma vez que elas são quem convivem mais de perto com as situações de dificuldades tendo sobre elas uma maior responsabilidade. Por isso a partir de várias discussões realizadas com um grupo de mulheres e também com algumas companheiras do MTD – Movimento Dos Trabalhadores por Direitos - resolvemos organizar uma frente de trabalho e renda, através da produção de sabão e sabonetes, por entender que esse é um momento oportuno no que se refere a higienização, como forma simples de proteção à saúde e principalmente a Covid-19, e há também um apelo no que se refere a solidariedade e a busca de alternativas de apoio a iniciativas que aos poucos garantam ações mais estruturante principalmente nas periferias, as quais a partir desse momento serão as mais afetadas pela pandemia.

A princípio iniciaremos a produção com 10 mulheres trabalhando em dois grupos em bairros diferentes, facilitando a expansão da comercialização, e também evitando aglomeração e tomando todas as medidas de proteção seguindo as orientações dos órgãos de saúde. O local de trabalho a princípio será em espaços cedidos até conseguirmos nos estruturar para um espaço de próprio projeto. Um grupo funcionará no Bairro Vila Ipe e o outro no Bairro Fatima.

Informamos também que estamos encaminhando o projeto para algumas instituições, mas sabemos que todos têm seus prazos para aprovação e liberação dos recursos. Nossa proposta é ir aumentando o grupo conforme aumenta a produção e as vendas, pois a ideia é de um grupo de produção autossustentável, incluindo mulheres desempregadas em situação de vulnerabilidade.

Em diante da situação econômica que estamos vivendo é hora de juntos buscarmos saídas com vistas a pelo menos garantirmos o básico às pessoas que não tem espaço no mercado de trabalho.

A proposta é que a colaboração financeira seja a partir de dez reais por pessoa, sendo que devolveremos em produtos assim que iniciarmos a produção.

### **OPERACIONALIZAÇÃO**

1-Formar uma rede de 100 pessoas para que cada um contribua com 10 reais e consigamos adquirir 1000 reais para a compra dos insumos e assim, iniciarmos a produção.

2-Formaremos o grupo no WhatsApp com as pessoas que concordarem em entrar na Rede de Saboardia Popular Solidária, e informaremos o número da conta para depósito in-box. Na

Fonte: Acervo da Saboardia Popular Las Margaritas (2020).

O recurso obtido através da “vaquinha”, nos auxiliou na compra dos primeiros materiais para aperfeiçoarmos o nosso processo produtivo, demonstrados pela figura a seguir, e na fala de uma das mulheres do coletivo:

Essas são nossas primeiras compras, que a gente fez com 500 reais que a Caritas passou e com 200 reais q o MTD passou. Então, a gente começou com 700 reais gurias. E olha onde a gente tá hoje. Muito devagarinho, a gente tá conseguindo alcançar uma graninha e a gente sabe que um dia vai chegar a todo mundo recebendo um valor justo pelo seu trabalho. Então é isso, eu acho que começar com 700 reais não é pra qualquer um. (Andrea, 18 de janeiro de 2021).

As compras de materiais, como compras do coletivo, eram compartilhadas no grupo do WhatsApp, para que todas pudessem acompanhar o processo:

**Figura 61 - Primeira compra de materiais da SPLM (16/05)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

Com a finalidade de arrecadarmos óleo, para a produção dos sabões, foi elaborado um “card” para divulgação do processo de arrecadação do óleo reutilizado, além do contato com pastelarias, padarias e outros comércios que pudessem nos fornecer esse material, conforme abaixo:

**Figura 62 - Card de divulgação da Campanha de arrecadação de óleo de cozinha a ser reutilizado.**

**O que você faz com o óleo de cozinha usado?**

Ajude a proteger o meio ambiente e apoie a iniciativa de geração de renda das mulheres!

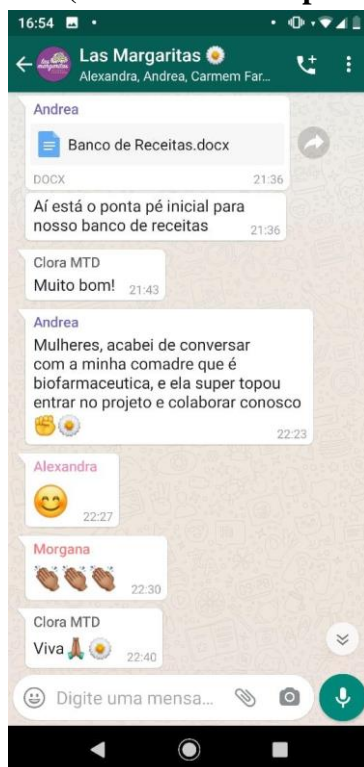
Guarde seu óleo e contate a página do MTD Rio Grande do Sul no facebook ou nos fones abaixo que vamos buscar!

- Cloraci: 99713-2205
- Josiane: 99614-6390

Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

A criação de um banco de receitas e a entrada de uma farmacêutica (parceira voluntária) para nos assessorar em nossas dúvidas, foram outros elementos que contribuíram para a qualificação e organização do trabalho.

**Figura 63 - Integração da farmacêutica voluntária, em 17/05 (assessoria sobre produção)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

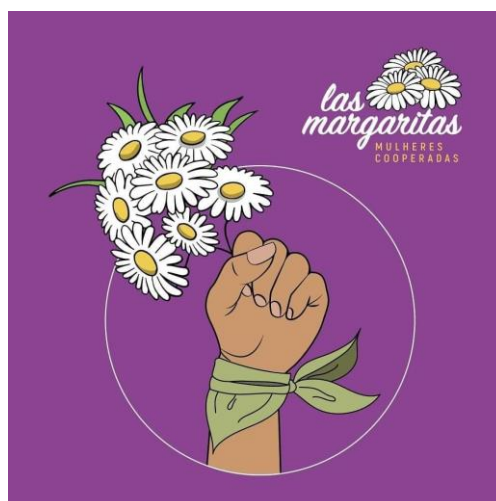
No dia 18/05, a partir da parceria da designer Laura Wahlbrink recebemos a nossa identidade visual a partir dos diálogos acerca dos conceitos que nos balizam.

**Figura 64 - Identidade Visual da SPLM**



Fonte: Elaborado por Laura Wahlbrink (2020).

**Figura 65 - Identidade visual da marca (variação),  
desenvolvida pela designer Laura Wahlbrink**



Fonte: Elaborado por Laura Wahlbrink.

**Figura 66 - Representação visual de Margarida Maria Alves, para divulgarmos nas redes sociais e explicarmos a inspiração do nome da Saboaria**



Elaborado por Laura Wahlbrink (2020).

**Figura 67 - Painel Semântico para composição da Identidade Visual (acesso com hiperlink)**



Fonte: Elaborado por Laura Wahlbrink (2020).

Foi também desenvolvido um texto, pela designer responsável pela identidade visual, para contextualização da mesma, a partir da síntese do diálogo coletivo realizado pelas mulheres integrantes da Saboaria, em torno de sua concepção, considerando nas ideias que nos referenciaram para a proposição da SPLM.

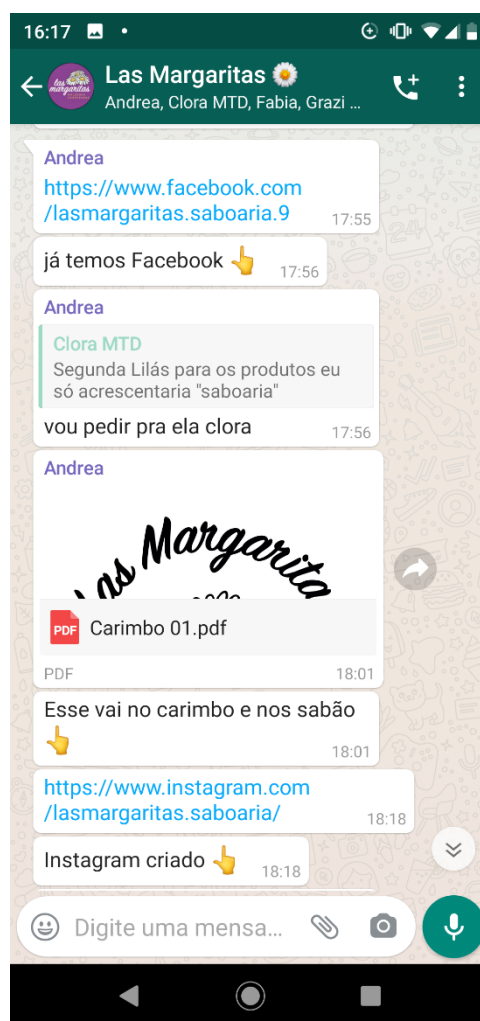
Las Margaritas é um coletivo de mulheres feministas que se organizam na iniciativa de trabalho feminino e cooperado. Para desenvolver a identidade visual foram reunidas referências orgânicas - como a tipografia manuscrita que lembra o trabalho artesanal, e a figura da margarida que referencia a paraibana e agricultora Margarida Maria Alves - símbolo da luta feminista no Brasil - inspiradora de uma das maiores marchas (Marcha das Margaridas). As margaridas também reforçam o pensamento de que se pode acabar com uma flor, mas nunca com a chegada da primavera. Homenageando todas que já lutaram pela liberdade e pelo Poder Popular, ficando

assim para semente no imaginário coletivo de muitas que se inspiram a seguir lutando. A paleta de cores complementares se inspira nos tons usados pelas mulheres que lutam nas frentes feministas do Brasil e do mundo. Texto do portfólio da Identidade Visual da SPLM, organizado por Laura Wahlbrink (2020).

A criação das redes sociais (Facebook e Instagram) da saboaria, também no dia 18/5/2020, possibilitou que pudéssemos projetar de que forma iríamos desenvolver nossa comunicação com o público, assim como nosso principal canal de venda – as mensagens privadas.

Optamos por, através das redes, definir um formato de registro do nosso processo histórico, compartilhando a narrativa de nossa história, nossos princípios, valores, conceitos fundantes com o nosso público, de modo que houvesse uma significativa receptividade.

### Figura 68 - Criação das Redes Sociais



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.



Nesse processo de arrecadação de recursos iniciais, outra importante fonte de recurso, foi um projeto que enviamos à Cáritas, sendo que conseguimos um fomento de R\$ 500,00 para continuarmos com a compra de materiais e matéria prima.

Uma outra ação importante com a qual a Cáritas contribuiu, nesse período inicial do coletivo, foi a distribuição de cinco cestas básicas para as mulheres que estavam sem fonte de renda e participavam da Saboaria. Esta ação durou de maio a outubro, advinda de um projeto que se estabeleceu por meio da Cáritas Estadual, a partir do advento da pandemia;

Nossa segunda produção, incluindo sabão e sabonete, aconteceu dia 20/5, data também em que foi gravado um vídeo<sup>135</sup> sobre a nossa iniciativa, com o auxílio do companheiro de uma das militantes.

**Figura 69 - Produção no dia 20/05, no Centro Comunitário Vinhedos**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

---

<sup>135</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ZDu6oHuMd4&t=8s> (canal da Saboaria Las Margaritas). Acesso em: 25 jan 2021.

**Figura 70 - Sabonetes de aveia e mel e erva-doce e sabões de limpeza geral.**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 71 - Produção de Sabão**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 72 - Processo das Embalagens**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

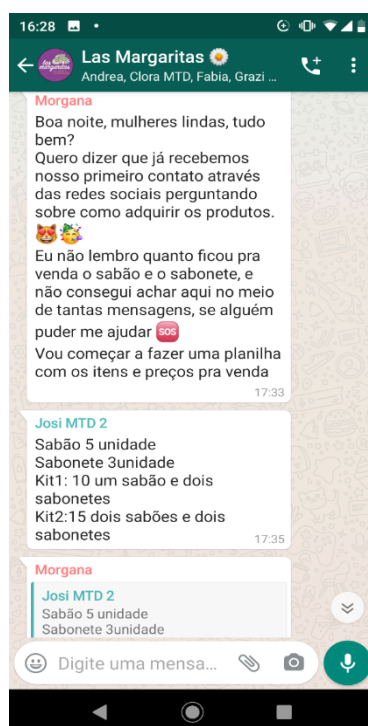
**Figura 73 - Primeiras embalagens carimbadas**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

Nesse percurso houve duas companheiras integradas que foram em apenas um dia de produção, porém não seguiram conosco, além de erros e acertos em relação às receitas. Nos encontros, deliberávamos decisões coletivas sobre quais aromas incorporar à produção, mudanças nos locais de onde comprávamos a matéria prima, configurando-se como experiências que emergem como fruto de aprendizados que foram permitindo o nosso aperfeiçoamento.

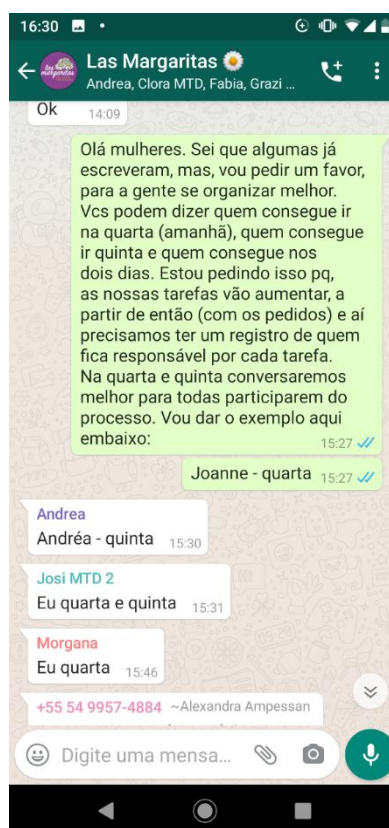
**Figura 74 - Comunicação sobre os primeiros pedidos realizados nas redes sociais da SPLM**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

Nessa configuração do cotidiano de produção, durante o primeiro mês, também fomos definindo a escala de trabalho no grupo, sobretudo, levando em consideração o período da pandemia em que nos encontrávamos. Dessa forma, o primeiro acordo estabelecido foi de que organizaríamos a produção em dois dias da semana, com três ou, no máximo, quatro mulheres por turno, evitando assim aglomerações. Optamos por realizar as reuniões deliberativas e os momentos formativos em locais, como o próprio Centro Comunitário Vinhedos, nos quais, conseguíamos manter o distanciamento recomendável. Na figura seguinte, apresentamos os primeiros combinados em torno das escalas de trabalho.

**Figura 75 - Organização da escala de trabalho (26/5)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

Uma outra estratégia relevante, durante o nosso primeiro mês de atividades correspondeu à criação da página da Saboaria na plataforma “Apoia-se”<sup>136</sup>, com o objetivo de iniciar um processo de financiamento coletivo, para a compra de matéria-prima e para auxiliar no custeio do transporte das mulheres residentes no loteamento Vila Ipê até o bairro Vinhedos, sendo que nesse momento priorizamos o transporte por aplicativo em relação ao transporte público, por conta dos riscos da pandemia.

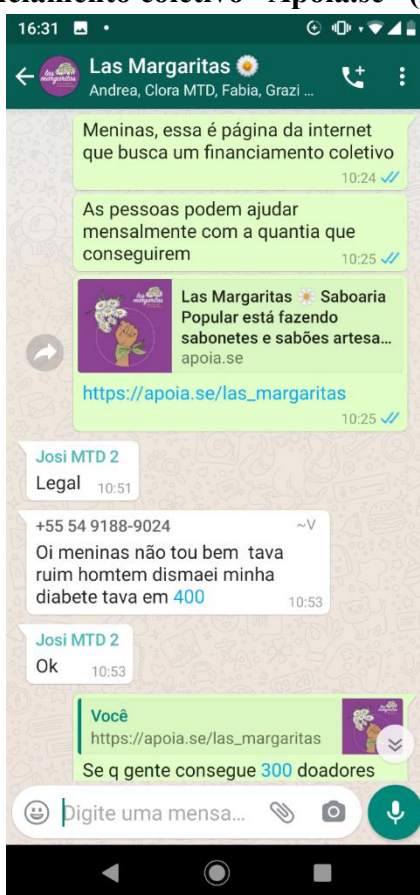
A plataforma de financiamento coletivo não conseguiu alcançar o objetivo inicial traçado, que era alcançar uma média de 300 pessoas, que pudessem contribuir com 10 reais em média, totalizando um valor de 3000 reais por mês. Distante desse valor, conquistamos um conjunto que variou entre 15 e 20 contribuintes, que viabilizava um aporte mensal, inicial de 400 reais, nos primeiros dois meses e, em média, nos meses seguintes de 200 reais. Com essas contribuições, além das matérias primas e embalagens, conseguimos custear parte das despesas

<sup>136</sup> A Apoia-se é uma plataforma de financiamento coletivo de atividades vinculadas a ações criativas de cunho educacional, artístico, social, dentre outras. Disponível em: <https://apoia.se/>. Acesso em 20 fev 2022.

de luz e água, quando nos mudamos para o loteamento Belo Horizonte, no mês de setembro/2020.

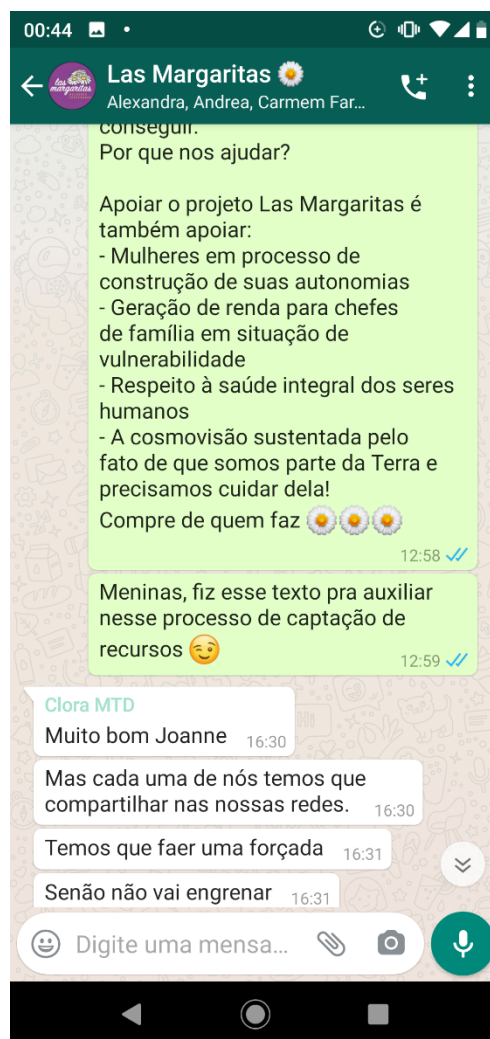
A plataforma se manteve em funcionamento até junho/2021 (por isso, a impossibilidade de anexarmos o link de acesso). Nesse período decidimos encerrar a campanha, para pensarmos em outras possibilidades de estratégias de financiamento coletivo, como aporte à nossa sustentabilidade. Nas figuras que se seguem, compartilhamos no grupo, a página do “Apoia-se”, para divulgação:

**Figura 76 - Criação da nossa página na plataforma de financiamento coletivo “Apoia.se” (28/5)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 77 - Texto de apoio para divulgação da plataforma de financiamento coletivo**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

Somada a essa estratégia de divulgação, também elaboramos um *card* para divulgação nas redes sociais, das páginas da SPLM, da plataforma “Apoia-se” organizada pelo coletivo e sobre a arrecadação de óleo de cozinha para produção de sabão.

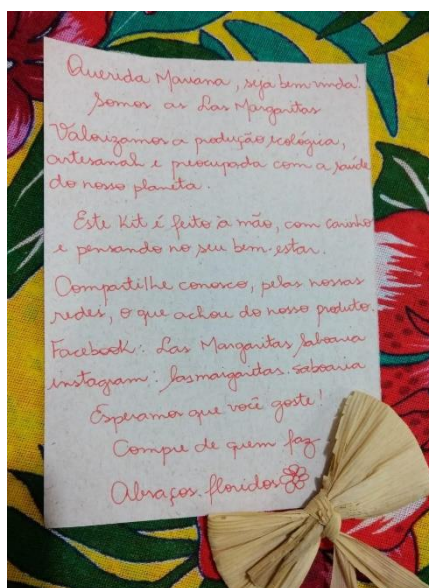
**Figura 78 - Card de divulgação da plataforma de financiamento coletivo, redes sociais e campanha de coleta de óleo de cozinha**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas

Ainda sobre os diálogos durante o primeiro mês de atividades, outra ideia que colocamos em prática foi a confecção de cartas à mão, apresentando a SPLM aos nossos clientes que efetuavam pedidos, conforme a figura que se segue:

**Figura 79 - Texto da carta de boas-vindas aos clientes, escrita à mão (maio/2020)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2020).



Todas essas ideias que se somavam, fortaleciam as primeiras concepções que propusemos acerca do trabalho artesanal, do fortalecimento da economia local, no escopo da Economia Popular Solidária e do cuidado com o planeta. Observamos uma aceitação muito positiva da carta, de modo que a grande maioria das pessoas que comprou os sabões e sabonetes, compartilhou em suas redes pessoais, o que ajudava as nossas redes sociais a ganharem mais seguidoras e seguidores.

Ao final do mês de maio, integra-se ao coletivo, mais uma das mulheres vinculada à Cáritas Diocesana, conforme retratado na próxima figura, trazendo uma importante gama de conhecimentos acerca do cultivo de ervas, da produção de sabão e também da lógica organizativa em torno da Economia Popular Solidária.

**Figura 80 - Integração da companheira Genessy ao coletivo (28/5)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2020).

O mês de maio, como primeiro mês de atividades da SPLM, assumiu um ritmo intenso de decisões coletivas e estabelecimentos de acordos entre as mulheres e de alicerces para o desenvolvimento do processo. Ao final do mês, havíamos organizado uma escala de produção, idealizamos a produção de um catálogo de produtos e, naquele momento, produzíamos os sabões e cinco tipos de sabonetes de ervas. No cotidiano da produção e, nas reuniões deliberativas que, inicialmente, ocorriam quinzenalmente, íamos traçando os objetivos sobre os próximos produtos que incorporaríamos na produção. Além disso, uma temática muito presente, nesse período inicial, correspondia a fomentar a visibilidade da Saboaria, de modo que nos meses seguintes, conseguimos espaços em mídias locais que em muito contribuíram para essa divulgação. No próximo item, outras movimentações do coletivo ganham destaque, nesse processo em movimento.

#### 4.2.2.2 Quadro Síntese das experiências destacadas pelo coletivo, de junho/2020 a março/2021

O quadro abaixo, destaca os principais movimentos da construção da Saboaria, resgatados, no momento metodológico da Sistematização, que corresponde à recuperação do vivido. No livro “Las Margaritas em Floração” estes processos estão descritos integralmente, mês a mês, no entanto, optamos pela construção do quadro na tese, com a finalidade de evidenciar a dimensão da processualidade, nas decisões coletivas que nutriam objetivos em relação aos seguintes aspectos:

- Fortalecer as relações internas no coletivo da Saboaria, assim como a noção de identidade e pertença das mulheres que o compunham.
- Visibilizar a Saboaria, divulgar a iniciativa e os seus pilares de sustentação, visando trazer clientes e obter retorno financeiro por meio de nosso trabalho.
- Fortalecer articulações externas, redes de cooperação e parcerias

Com a etapa da Sistematização que previa resgatar os avanços e as fragilidades do processo, o coletivo se propôs a identificar aquilo que chamamos de “forças estruturantes do processo”, as quais descreveremos adiante, também na dimensão dos pontos de chegada.

**Quadro 6 - Síntese das Experiências destacadas pelo coletivo, de junho/2020 a março/2021**

<b>Período</b>	<b>Experiências</b>
Junho/2020	<p>Divulgação da Saboaria no jornal Bem-Estar de Caxias do Sul.</p> <p>Matéria no site da UCS<sup>137</sup>.</p> <p>Reuniões para definição dos processos organizativos do cotidiano da Saboaria (escalas, dias de produção); elaboração de planilhas de entregas das encomendas e do estoque de produtos.</p> <p>Divisão das tarefas – Reunião para elaboração coletiva do Estatuto.</p> <p>Conversa virtual com militantes do RJ e SP sobre a experiência se iniciando.</p> <p>Parceria com Carmen Mendina (farmacêutica) para suporte nas receitas.</p>
Julho/2020	<p>Matéria no Jornal Pioneiro<sup>138</sup>.</p> <p>Substituição do lauril nas receitas por cocoamido.</p> <p>Live realizada no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGs) do Instituto Federal Farroupilha (Figura 82).</p> <p>1º. Encontro Virtual do Ciclo de Diálogos sobre a Economia dxs Trabalhadorxs.</p> <p>Pedido da primeira encomenda fora do RS.</p> <p>Reunião com Allan Garcia, economista, com experiência na incubadora social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - assessoria sobre Economia Popular Solidária.</p>
Agosto/2020	<p>Aproximação com a Incubadora Social da UCS e com a professora Ana Camardelo.</p> <p>Elaboração do 1º catálogo.</p> <p>Incorporação de novos produtos (argilas, escaldapés e sabonetes para lembrancinhas).</p> <p>Parceria com a turma de Projetos de Aprendizagem, acompanhada pela professora Sonia Matos (UCS).</p> <p>Pesquisa de imóvel para locação no distrito Santa Fé.</p>
Setembro/2020	<p>Busca de doações para o novo espaço.</p> <p>Transição da embalagem de plástico filme para papel manteiga.</p> <p>Produção de extrato glicólico natural para as receitas.</p> <p>Retorno ao Território (loteamento Belo Horizonte – Figuras 86 e 87).</p>

<sup>137</sup> Disponível em: <https://www.ucs.br/site/noticias/o-que-uma-saboaria-popular-tem-a-ver-com-um-doutorado-em-educacao/>. Acesso em 26 jan 2022

<sup>138</sup> Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2020/07/saboaria-popular-criada-por-mulheres-de-caxias-pretende-garantir-renda-e-amenizar-os-impactos-da-pandemia-12530254.html>. Acesso em 26 jan 2022.

	Realização do segundo Encontro Virtual do Ciclo de Diálogos sobre a Economia dxs Trabalhadorxs (organizado pela Saboaria – Figura 88). Uniformes de trabalho.
Outubro/2020	Matéria no Jornal Pioneiro <sup>139</sup> . Parceria com a professora Val Aspiroz (UCS). Primeiros diálogos com professoras e professores da Incubadora Social da UCS. Início do calendário mensal de formação do coletivo. Ultrapassamos 1000 seguidores no Instagram <sup>140</sup> . Participação na Semana Caxias Lixo Zero, com uma live <sup>141</sup> e premiação <sup>142</sup> com o título “Atitude cidadã 2021” (a premiação contemplou participantes do evento, no início do ano seguinte).
Novembro/2020	Criação de kits para o Natal e Ano Novo. Parceria com o Salão Santha Beleza para ponto de venda. Criação de novo catálogo. Início da Sistematização de Experiências. Chegada de novas bancadas de trabalho (doação recebida, a partir da articulação da professora Valneide Aspiroz e se seus alunos da disciplina Comunicação Assertiva: o empoderamento pela palavra, que organizaram uma ação solidária voltada para a Saboaria).
Dezembro/2020	Participação na 22ª. Feira Estadual de Economia Popular e Solidária em Porto Alegre. Participação no “Brique” Caxias do Sul – feira de artesanato local, na praça central da cidade. Participação na matéria “Lute como uma garota”, veiculada no ECOA UOL <sup>143</sup> . Segunda parceria de ponto de venda com a clínica DNA da Beleza. Aumento dos dias de produção (eram três dias por semana, passou a ser cinco), por conta da alta de pedidos de Natal e de Ano Novo.
Janeiro/2021	Sistematização de Experiências (2º. Encontro). Inscrição em dois Editais: Fundação Marcopolo (produção de um documentário) e Central Única de Favelas (agentes culturais do território). Lançamento de novos Produtos.

<sup>139</sup> Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2020/10/saboaria-popular-criada-por-mulheres-durante-a-pandemia-muda-se-para-sede-na-zona-norte-de-caxias-do-sul-14227964.html>. Acesso em 26 jan 2022.

<sup>140</sup> Para acessar essa rede social: <https://www.instagram.com/lasmargaritas.saboaria/>.

<sup>141</sup> Live: Saboaria Popular Las Margaritas - Nosso jeito de ser e de fazer! Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CG\\_HpWYH635/](https://www.instagram.com/p/CG_HpWYH635/).

<sup>142</sup> Para acessar a cerimônia de premiação: <https://www.youtube.com/watch?v=UGBiGPPvd8s>

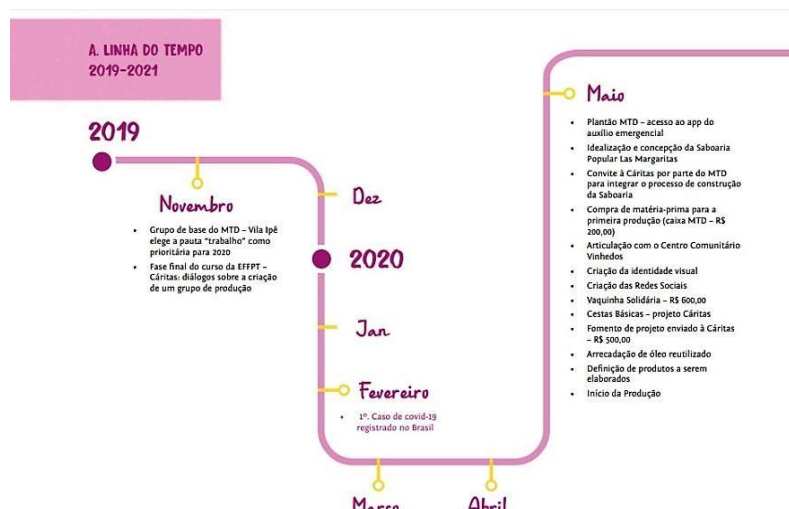
<sup>143</sup> Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/reconstrucao-covid-mulheres.htm/amp/>. Acesso 26 jan 2022.

	Entrevista/Divulgação da Saboaria na Rádio Legal (Rádio Comunitária do bairro).
Fevereiro/2021	Sistematização de Experiências (3º. Encontro). Planejamento para 2021. Lançamento de novos produtos. Planejamento do novo catálogo (redefinição dos valores).
Março/2021	Fomos contempladas com o Edital da Fundação Marcopolo, a partir da Lei de Incentivo à Cultura “Aldir Blanc” para a produção de um documentário sobre a Saboaria; fomos também contempladas com o Edital da Central Única das Favelas (CUFA) <sup>144</sup> . Finalização da organização do livro, para a validação coletiva sobre a Recuperação do Processo Vivido.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na figura seguinte, a qual pode ser acessada, clicando sobre a mesma, através de *hiperlink* criado, consta a diagramação de uma linha do tempo que preparamos para compor o livro “Las Margaritas em Floração”:

**Figura 81- Linha do Tempo SPLM (2019-2021)**



Fonte: Elaborado pela autora e diagramado por Vinicius Agliardi (2021).

Na sequência, apresentamos as fotos referentes às ações sinalizadas no quadro, e alguns registros de imagens no cotidiano da produção e dos produtos, também disponíveis no Livro “Las Margaritas em Floração”.

<sup>144</sup> Edital “Ações Culturais na Comunidade”, aberto em janeiro/2021.

**Figura 82 - Card de divulgação da Live realizada junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGs) do Instituto Federal Farroupilha**

Conversa online com integrantes da

# Sabedoria Popular Las Margaritas

A partir da produção de produtos naturais, ecológicos e medicinais, a sabedoria da Las Margaritas busca construir experiências alternativas de economia para as mulheres, baseadas na solidariedade, na autonomia e na autogestão.

*Link de acesso: [meet.google.com/rat-euzm-gsb](https://meet.google.com/rat-euzm-gsb)*

Data: 16/07  
Hora: 15h

INSTITUTO FEDERAL  
Rio Grande do Sul

Campus  
Farroupilha

NEPGS  
Núcleo de Estudos e Pesquisas  
em Gênero e Sexualidade

Alexandra Ampestan  
Joanna Cristina  
Andra Walbrink  
Cloraci Macedo  
Solange de Moraes

Fonte: Elaborado por IFRS Farroupilha.

**Figura 83 - Cotidiano da produção no Centro Comunitário Vinhedos**



Fonte: Acervo da Sabedoria Popular Las Margaritas.

**Figura 84 - Cotidiano da produção no Centro Comunitário Vinhedos**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 85 - Reunião deliberativa**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 86 - Retorno ao Território (loteamento Belo Horizonte) –  
organização do espaço**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 87 - Retorno ao Território (loteamento Belo Horizonte) em  
setembro/2020 – graffiti Margarida Alves, feito por Andriago Martins**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.



**Figura 88 - Segundo Encontro Virtual do Ciclo de Diálogos  
sobre a Economia dxs Trabalhadorxs**

**CICLO DE DIÁLOGOS: A ECONOMIA  
DXS TRABALHADORXS**

**2º Encontro**

*Diálogos sobre a Economia  
de Francisco e Clara*



**Daiane Zito Rosa**

Formada em Comunicação Social com ênfase em Relações Públicas, Militante da Pastoral da Juventude e hoje colabora com o Instituto Paulista de Juventude



**Irmã Michele da Silva**

Faz parte do coletivo Igreja em saída, da Pastoral da Dignidade da Mulher, Assessora da Pastoral da Juventude

**QUARTA 02/09**  
**18h30min**  
**f/MTDRioGrandedoSul**

Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 89 - Cotidiano da produção no loteamento Belo Horizonte**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas.

**Figura 90 - Coletivo “Las Margaritas”**

Fonte: Acervo de Sara Eduarda de Castro (2020).

No decorrer dos primeiros seis meses, muitas foram as nossas ações e articulações para fazer, de fato, a Saboaria virar uma realidade. Foi um esforço muito intenso que envolveu a estratégia da divulgação (nessa questão as redes sociais ajudaram significativamente) e a estratégia da coesão interna: o trabalho político-educativo com todas as mulheres, a dimensão da coletivização do espaço, as deliberações conjuntas acerca de todos os passos que daríamos para nos fortalecer.

Em virtude da pandemia, nos meses iniciais, ainda no Centro Comunitário Vinhedos, cujas atividades estavam suspensas, definimos um cronograma de trabalho que pudesse contemplar a nossa produção, de modo que não houvesse aglomeração de mulheres no espaço. Definimos então dois dias de produção, por semana, com quatro mulheres por turno. Nas reuniões deliberativas, nas quais das 14 mulheres, geralmente havia a participação de 10 a 12 presenças, buscávamos tomar todos os cuidados sanitários que o momento demandava.

Nesse período, um acontecimento que merece destaque, foi no mês de setembro de 2020, quando nos organizamos para deixar o Centro Comunitário Vinhedos, que retomaria, paulatinamente, suas atividades, e localizamos um pequeno imóvel para locação no loteamento Belo Horizonte. Para custear esse aluguel, contamos com o apoio de uma parceira do projeto, comprometida a nos amparar com uma parte do valor, até atingirmos a autossustentabilidade.

A partir dessa mudança, fomos reunindo condições de estabelecer planejamentos para que a Saboaria pudesse também se constituir como um espaço formador e articulador de relações no território, conforme descreveremos, adiante.

No *hiperlink* abaixo, optamos por compartilhar esse pequeno vídeo, que consideramos simbólico, em relação ao período que finalizávamos e ao que iniciávamos, quando colocamos o banner de identificação da Saboaria, no novo espaço (para acessar, clicar na figura).

### Figura 91 - Identificando a sede da SPLM



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2020).

Na dinâmica da organização das escalas de trabalho, sempre atentas para as condições demandadas pela pandemia, na produção de Natal, em virtudes do grande número de pedidos, aumentamos a produção semanal para três dias de trabalho, dentro da mesma, e, posteriormente, em maio de 2021, começamos a abrir a saboaria todos os dias, sempre com um número reduzido de mulheres. No meio do caminho houve intercorrências, a exemplo do mês de março de 2021, quando precisamos fechar as portas por quase um mês, por conta do agravamento dos casos de contágio decorrentes da pandemia, sendo decretada na cidade bandeira preta. O acordado nesse período é que para separar as encomendas, apenas uma mulher iria para a Saboaria, de modo que os riscos fossem evitados. Dessa forma, íamos buscando adaptar o nosso cotidiano às contingências do momento.

No coletivo, tanto a companheira que era responsável pela entrega dos kits (educadora social e militante que acolheu essa tarefa) como a jovem responsável pelo atendimento dos pedidos nas redes sociais, não tiveram condições de se integrar organicamente ao processo, por

conta de seus outros compromissos de estudos e trabalho. Ambas permaneceram até outubro e dezembro de 2021, respectivamente.

Jara H. (2018) nos atenta para o fato de que pensar a Sistematização de Experiências em uma perspectiva de problematização e compreensão do processo vivido pelos diferentes sujeitos implicados na experiência, de forma a compartilhar os saberes e experiências diversificadas, em geral, pode ser mais lento e não necessitar de prazos tão fechados. A sistematização pode funcionar como um acúmulo de aprendizagens para além do período dos projetos.

Compreendemos que o contexto em que a Saboaria se forja e a característica que o processo assume, nos leva à definição de três encontros para a Sistematização, com vistas à especificidade de haver um estudo acadêmico (e delimitado) em questão, no entanto, temos clareza de que a experiência transcende a tese, de modo que a sistematização, no coletivo, se configura como um processo contínuo, do qual extraímos parâmetros para seguir em busca de novas construções.

Nesse segmento, o exercício inicial da Sistematização foi concluído ao término do mês de março, no entanto, o retomamos, em diferentes oportunidades, ao longo do ano de 2021, visto que à medida que novas articulações eram feitas, avaliávamos coletivamente os elementos disparadores das mesmas e os desdobramentos, com base no processo da Sistematização, recordando o que havíamos destacado como aspectos a fortalecer, avanços, e, inclusive, para redefinir caminhos, se assim fosse acordado por todas.

Antes de prosseguirmos com as reflexões de fundo do processo de Sistematização, cabe destacar três ações que contribuíram significativamente para o fortalecimento do coletivo, além da organização do livro e da gravação do documentário que também trouxeram articulações e mediações pedagógicas sobre as quais discorreremos adiante, além de cumprirem um relevante papel de comunicação da experiência, conforme descreveremos, quando abordamos as articulações do coletivo no território e para além dele.

O documentário “Las Margaritas, semeando”, foi produzido, após sermos contempladas em um edital de fomento a partir da Lei Aldir Blanc, conforme citado, atendendo também, a intencionalidade do coletivo em comunicar a história através de um vídeo, a partir da recuperação do processo vivido, organizada no livro, conforme foi proposto por uma das mulheres no dia da elaboração do plano de sistematização.

O documentário, que como o livro, recupera a nossa história e os pilares do nosso trabalho, foi roteirizado a partir de 4 eixos e construído a partir das narrativas e imagens das

mulheres envolvidas no processo. Os eixos abordados foram: a organização de mulheres, a cooperação, o território periférico e a cultura popular (no resgate dos conhecimentos acerca das ervas que compõem os sabonetes). Para assistir ao documentário, disponível no canal do YouTube da Saboaria, clicar na figura a seguir (*hiperlink*).

**Figura 92 - Identidade visual do documentário Las Margaritas Semeando (*hiperlink*)**



Fonte: Elaborado por Lidiane Soares (2021).

Além do livro e do documentário, como instrumentos de comunicação da experiência, outro desdobramento das reflexões advindas do processo de Sistematização foi a formação de Grupos de Trabalho (GTs) da Saboaria, em reunião proposta no mês de maio/2021. A iniciativa da organização dos GTs figura inclusive, como um desdobramento dos “pontos a fortalecer”, avaliados no processo da Sistematização. Refletimos sobre as nossas frentes organizativas, como empreendimento, e, a partir disso, foi proposta a formação de sete GTs: comunicação, administrativo, comercial, financeiro, qualidade e produtos, coordenação e formação. Coletivamente definimos também as funções de cada GT e de duas a três representantes do coletivo para assumirem essa frente. Compreendemos que um coletivo auto-organizado necessita dessa dinâmica pois, nas pontuações da sistematização, estávamos buscando refletir sobre uma dinâmica organizativa que não sobrecarregasse ninguém, sendo que a ideia é, ao longo do tempo, circularmos por diferentes GTs. No item acerca das mediações pedagógicas discutiremos as contradições e acúmulos desta proposta.

Além disso, no mês de setembro, a partir de uma parceria realizada e financiamento por parte de recursos da Saboaria e da Cáritas, realizamos uma formação com a professora Fernanda Rosa. Nessa formação, que foi realizada por todas as mulheres do coletivo, aprendemos a produzir sabões e “shampooonetes” (com a dupla função, tanto para cabelos como para a pele), a partir do zero e com produção cem por cento vegana.

Outra questão que se evidenciou foram as ações articuladas no território, como a organização da Escola Popular das Artes e ação das marmitas solidárias, sobre as quais discorro no item 4.3.4, e as articulações para além do território, representadas sobretudo pela participação em diferentes feiras, a partir do momento em que houve a flexibilização para tais atividades, por conta do contexto da pandemia, sendo as feiras voltadas à economia popular solidária e à economia criativa. Dessas articulações outras se desdobram, e o processo segue se (re) configurando.

Nos próximos itens, destacarei as reflexões de fundo, tecidas no processo da sistematização, e o exercício, a partir das mesmas, acerca da identificação das forças estruturantes do processo para, na sequência, apresentar as mediações pedagógicas que se evidenciaram no percurso.

#### **4.2.3 As reflexões de fundo – identificando as primeiras forças estruturantes do processo**

Seguindo o trajeto dos cinco momentos metodológicos que configuram a Sistematização, ganham espaço, nesse item, as reflexões de fundo, tecidas e partilhadas coletivamente durante os encontros em que reconstruímos o nosso percurso e que fizeram parte do nosso exercício de olhar novamente para a nossa história – os contextos, os acontecimentos disparadores do processo, a nossa construção cotidiana, nossos compromissos estabelecidos.

Compreendemos que sistematizar o processo de construção da Saboaria, concretudes e abstrações que fizeram dela uma realidade pulsante, com significado específico na vida de cada uma das mulheres envolvidas, corresponde a um rico exercício de aprendizagens, de mediações pedagógicas e de partilha de pensamentos críticos e reflexivos, que nos permitem, comprometidas com o espaço, avançar na busca de concretizar os objetivos que o próprio sistematizar nos levou a definir, assim como a reafirmar os estabelecidos.

Dessa forma, a sistematização, tarefa assumida por mim, como militante, como pesquisadora e como uma das intelectuais orgânicas<sup>145</sup> implicadas no contexto, buscou atender à lógica descrita por Jara H. (2018), orientada pelas participantes, em uma dinâmica dialógica

---

<sup>145</sup> Compreendo aqui “intelectual orgânica”, na perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 1982), como o sujeito que disponibiliza seu conhecimento em prol dos movimentos sociais, em uma relação dialética, visto que a vivência nos movimentos expande esse conhecimento, assumindo uma postura engajada politicamente e cujas atividades produtoras de sentido inserem-se na totalidade das relações sociais. Dessa forma, o intelectual, como parte do povo, promove, no tocamento da práxis cotidiana, a socialização do conhecimento entre ele. Na experiência descrita na tese, o papel de intelectual orgânica se integra ao de educadora popular e militante.

e de aprendizagens entre todas, potencializando as diferenças entre nós, para encontrarmos um caminho comum para seguirmos juntas.

Um primeiro aspecto que avaliamos coletivamente, e que busquei reforçar, como facilitadora do processo foi que a nossa condição em muito nos favorecia para esse exercício de pensarmos juntas em como avançar, destacando aspectos passíveis de críticas. Partimos de um processo autônomo, sem depender de financiamento ou recurso, seja do poder público, seja de alguma fundação para a qual precisássemos prestar contas: nesse contexto, o exercício de sistematização partia de um desejo genuíno de aprofundar as relações e as compreensões acerca de nossa história.

Outra questão importante de se reforçar, visto que as compreensões nesse sentido variavam, conforme percebido em algumas falas do cotidiano, dizia respeito ao fato de que a Saboaria pertence a todas nós, e, portanto, somos todas responsáveis por sua construção. Portanto, avanços e fragilidades, precisavam ser assumidos por todas, não de uma forma pessoal ou em uma perspectiva de culpabilização. A noção de compromisso e de coletivização do processo que buscamos empreender desde o seu início cabe nessa lacuna. Desde o início, não houve diferenças entre as mulheres em relação à produção. Todas nós fizemos tudo. Os sabonetes, as embalagens, a limpeza dos materiais e do espaço, independente de quem, naquele momento, estivesse ocupando a coordenação do processo.

Os tempos particulares de aprendizados é uma questão que permeia o nosso cotidiano. O compromisso se dá acerca de uma participação ativa, interessada em aprender e que não sobrecarregue nenhuma companheira, se tornando injusto. A dimensão do companheirismo, da coletivização e responsabilidade/disciplina pela manutenção do espaço esteve presente desde a primeira roda de conversa antes da produção, com cuidados e intencionalidades para não reproduzir a estrutura autoritária que é marca de nosso processo histórico.

Houve momentos em que ouvimos: “Mas a gente não sabe falar tão bem que nem vocês sobre a Saboaria”, de modo que buscamos sucessivas vezes refletir sobre essa fala. Sobre o que é “falar bem” e sobre a legitimidade que todas temos para falar de algo do qual não somente fazemos parte, mas que fazemos parte de todas as etapas de construção.

Trago esses exemplos, para reafirmar que, dentro das diferentes condições de vida, históricos, tempos de aprendizagem e oportunidades acessadas, o intuito coletivo era construir condições para que todas, cientes das diferenças, pudessem contribuir com as habilidades que traziam, descobertas e aprimoradas cotidianamente, reconhecendo-se como construtoras de um espaço comum, que nos unifica, partilhando de princípios, valores, visões de mundo e

horizontes que compartilhamos na convivência cotidiana, sendo a Sistematização das experiências, partilhada coletivamente, uma representação disso.

Esse cuidado e essa intencionalidade permeando o processo são extremamente relevantes e se refletem na fala das mulheres acerca da forma como elas concebem a Saboaria. Processual e concretamente também observamos manifestações concretas disso, à medida que as mulheres vão se apropriando de novos espaços, como reuniões, feiras, organização de ações de solidariedade no bairro, como representantes da Saboaria, conforme descreveremos.

Dessa forma, com a finalidade de evidenciar as reflexões de fundo que emergiram do processo, com base em Jara H. (2018), lançamos a pergunta problematizadora: Por que aconteceu o que aconteceu, para a construção da Saboaria? Por que não aconteceu diferente?

Dentro dessa problematização, trago as sínteses que formulamos acerca de “qual a nossa origem?”; “o que nos mobilizou para iniciarmos essa construção?”; “quais sentimentos/propósitos nos pautam?”; “quais as contradições que se apresentaram durante o processo”; “o que foi fundamental para as coisas acontecerem dessa forma?”. Esse exercício foi feito com o intuito de resgatarmos o passado, compreendermos o presente, nos avanços e nas lacunas e projetarmos o futuro. A partir das falas compartilhadas, tanto nas primeiras reuniões do coletivo, quando partilhamos conhecimentos e definimos os nossos pilares, como nos resgates vividos através da Sistematização, elaborei os tópicos que descrevo abaixo.

Aprofundaremos as articulações teóricas e as contradições que permearam o processo nos itens que evidenciam as mediações pedagógicas que permearam todas as etapas da sistematização, assim como as construções no cotidiano de produção e demais momentos coletivos como formações, reuniões deliberativas, dentre outros.

Sínteses reflexivas iniciais da problematização:

**Qual a nossa origem e o que nos mobilizou para iniciarmos essa construção? – As construções coletivas que fertilizaram o nosso desabrochar**

- Somos a confluência de mulheres trabalhadoras organizadas na periferia de Caxias do Sul: militantes do MTD e trabalhadoras da Cáritas Diocesana. Nessa síntese há o resgate da história narrada no item 4.2.1, sendo reafirmadas e acrescentadas às seguintes chaves reflexivas:

- Nosso coletivo emerge da organização e da luta popular e se pauta na construção de um projeto de sociedade que enfrente e/ou supere a lógica do capital<sup>146</sup>. Há consenso na

---

<sup>146</sup> Importante salientar que dentro do coletivo da Saboaria, confluem também diferentes tendências que questionam a lógica do capital, assim como diferentes níveis de aprofundamento reflexivo acerca das questões que estruturam essa discussão. Nesse contexto, há companheiras identificadas com elementos da concepção do Bem-viver, outras da social-democracia como etapa de enfrentamento ao capitalismo, buscando mitigar os



construção de um processo educativo radical, que considera o trabalho associado, em sua dimensão ontológica, como eixo condutor e, que, na perspectiva de Mészáros (2008, p.35) se proponha a “perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis”. Os pilares que sustentam a Saboaria dialogam com essa direção.

- Os acúmulos do processo do trabalho de base experienciado pelo MTD e pelos processos formativos da Cáritas Diocesana, além das experiências ao longo da trajetória das militantes implicadas na construção da Saboaria, convergem para a concretização da mesma, buscando criar coletivamente um espaço produtivo e político-educativo. A percepção da relevância da organização em torno de uma experiência concreta também é fruto desses acúmulos.

- O cenário que se configura com a pandemia, logo em seu início, é altamente indefinido. Mediante as necessidades reais que emergiram rapidamente pela falta de recursos das mulheres do grupo de base, o processo assumiu uma dinamicidade específica, estabelecendo como demanda imediata suprir as necessidades de sobrevivência dessas mulheres (priorizando os recursos pautadas pela condição de vulnerabilidade de cada uma) e, como horizonte, a conquista de uma renda digna a todas.

- O processo de construção da Saboaria é fundamentado na auto-organização e na coletivização das ideias e proposições, havendo uma direção coordenativa organicamente implicada no processo, o qual emergiu da luta e da força de trabalho de todas as mulheres envolvidas no processo, além da nossa articulação com o Movimento Comunitário para a cessão do espaço. Iniciamos a nossa proposta com R\$ 200,00 (duzentos reais) do caixa do MTD (renda do almoço comunitário realizado em outubro/2019); R\$ 500,00 (quinhentos) reais de um projeto submetido à Cáritas Diocesana; e R\$ 600,00 (seiscentos reais) da primeira “vaquinha” solidária que organizamos junto aos nossos conhecidos.

A Figura 93 é uma síntese visual acerca dos elementos do processo que culminaram na concretização da SPLM. Elaboramos essa representação para o livro “Las Margaritas em Floração” e optamos por reproduzi-la juntamente com as outras representações

---

seus efeitos, outras com o horizonte da construção da sociedade sem classes, preconizado pelo comunismo, além de mulheres que estão desenvolvendo a sua leitura crítica acerca dos diferentes projetos de sociedade que existem. Ou seja, há tendências que caminham para o anticapitalismo, enquanto outras para a reforma do Estado burguês. Nesse processo, a construção coletiva, na qual não há consenso, se dá no sentido de extrair fundamentos dessas concepções, em um processo pedagógico que se fundamenta na práxis cotidiana, com a intenção da construção do novo.

que virão na sequência, no corpo da tese. Os esquemas visuais do livro foram elaborados por mim e diagramados por Vinicius Agliardi. Para visualizar, clicar em cima da figura (*hiperlink*).

**Figura 93 - Elementos do processo que culminaram na concretização da Saboaria**



Fonte: Elaborado pela autora e diagramado por Vinicius Agliardi (2021).

### Quais os sentimentos/propósitos que nos pautam? – As forças estruturantes do processo

- Nosso nome traz em sua identidade a referência à memória de Margarida Maria Alves, uma lutadora popular, sindicalista, assassinada por representantes do latifúndio. Como Margarida também somos sementes, semeando, no nosso cotidiano, o esperar e possibilidades de um mundo mais justo. Essa é a nossa Mística (que abordaremos no item 4.2.1): a luta de Margarida, e portanto, a luta das mulheres, a disseminação dos nossos princípios e pilares para a construção de um outro mundo possível, as mãos que fazem, que preconizam o cuidado com a terra, o autocuidado, a coletividade e o conhecimento das ervas difundido pela cultura popular.

- A escolha pelo nome 'Las Margaritas' também remete ao fato de nos reconhecemos como parte de uma identidade cultural latino-americana e de não querermos nos converter em tristes caricaturas do norte, como Galeano refere. Essa dimensão integrativa com "Nuestra América" se expressa a partir de elementos que se relacionam a alguns conceitos que balizam nossa identidade coletiva, como: A cosmovisão andina representada pela figura de Pachamama, como a mãe Terra e sua representação como a divindade ligada à terra e fertilidade.

Pachamama, além do sagrado feminino, representa também o sentido da vida, o nascimento, a maternidade e a proteção da Terra e de seus filhos que nela habitam.

- Valorizamos ainda, os processos organizativos e de resistência dos povos latino-americanos como enfrentamento a um processo colonizador pautado no extermínio dos povos originários e no trabalho escravo.

- Nossas raízes estão na luta por uma sociedade mais justa, em que todas e todos tenham acesso aos direitos fundamentais. O cuidado com a nossa “casa comum”, o planeta ou a Mãe Terra também é um dos nossos propósitos, assim como o autocuidado e cuidado com as companheiras e o coletivo que nos cerca. Não somos somente produtoras de sabão, somos construtoras de um outro mundo possível. Essa condição demanda compromisso com o coletivo da saboaria e com o território onde vivemos.

- Compreendemos que os pilares que destacamos como alicerces de nosso trabalho são educativos na nossa vivência cotidiana e nos possibilitam avançar na coesão interna. Para além dessa função interna, entendemos que as concepções que evidenciamos são educativas da sociedade como um todo, de modo que, nesses primeiros meses de ação, temos recebido significativo apoio de pessoas que procuram nossos produtos, de professores buscando parceria para aprendizagens compartilhadas e de veículos midiáticos.

- Dessa forma, identificamos como forças estruturantes do nosso processo (que serão aprofundadas neste capítulo e no capítulo 5): o trabalho associado como eixo condutor do processo e os seus pilares – coletividade, autogestão, cooperação, auto-organização e solidariedade – a ação no território periférico, a economia popular solidária como enfrentamento ao modelo hegemônico, o trabalho, em sua dimensão ontológica e o seu produto como valor de uso, além do feminismo popular classista e da Mística que permeia o nosso cotidiano. Essas forças estruturantes forjam e fortalecem o processo que nomeamos “Flor(ação) pedagógica”.

- O nome do processo foi sugerido por mim, após o exercício de Sistematização coletivo e a figura que o representa foi elaborada por mim, com a colaboração de Andrea Wahlbrink, em um exercício pós sistematização. Assumimos essa tarefa de instrumentalizar pedagogicamente o processo da SPLM, produzindo e organizando materiais e formulações acerca da experiência, como intelectuais orgânicas implicadas no processo, com a validação do coletivo para tal. A tese que se constrói com a intencionalidade de análise das mediações pedagógicas que se estabelecem na ação militante do MTD, dispara esse processo de registro

acerca da Saboaria, visto que essa iniciativa emerge como um dos desdobramentos da ação do Movimento no Território.

- Nessa construção, que nomeamos “Flor(ação) Pedagógica”, identificamos a participação como pressuposto mobilizador do processo, e as mediações pedagógicas em sua dinamicidade, fertilizando o solo, para que a floração possa acontecer, tendo como nutriente a Educação Popular que abrange outras inspirações que trazemos em nossa concepção como a pedagogia socialista e a pedagogia do movimento.

**Avanços e pontos a fortalecer – Olhar o passado, compreender o presente e projetar o futuro**

- No exercício da Sistematização, identificar os avanços, coerências e os aspectos frágeis da construção coletiva estabeleceu-se como um momento de profunda relevância, na síntese reflexiva. Ao mesmo tempo em que percebemos o quanto avançamos e o quanto há de força de concretização em tão pouco tempo de existência, compreendemos também a dimensão do desafio que temos pela frente ao assumirmos o compromisso de consolidar a Saboaria Popular Las Margaritas como uma cooperativa.

- Nesse momento de avaliação inicial, compreendemos os avanços como articulações fundamentais para o processo ganhar vida, forma, conteúdo e movimento. Dentro disso, destacamos os aspectos que seguem:

- Retorno para o território do distrito Santa Fé, em setembro/2020;
- Apenas duas companheiras que iniciaram o trabalho na Saboaria (foram apenas no segundo dia de produção), não deram prosseguimento (naquele momento: março de 2021). No segundo semestre de 2021 uma das mulheres moradora do bairro (Janaina), afasta-se da Saboaria, por demandas de sua vida pessoal, assim como uma das mulheres vinculadas à Cáritas (Maria Neli) e Alexandra, que, retoma as aulas presenciais como professora da rede Estadual. Morgana, que integrava o grupo articulador do MTD e contribuiu com a entrega dos pedidos aos clientes, deixou o coletivo em outubro de 2021 e, a jovem Ketlin, responsável pelo atendimento nas redes, também encerrou suas contribuições, no início de novembro. Sara Eduarda de Castro, que já havia feito participações pontuais, com registros fotográficos e depois se aproximou em virtude da produção do Documentário, integrou-se ao coletivo, após o fechamento deste.

- Confluência entre MTD e Cáritas;
- Três pontos de vendas em diferentes pontos da cidade;
- Comunicação nas redes sociais;

- Diversidade dos produtos;
  - Resolução dos conflitos e questões no coletivo;
  - Formações;
  - Uma marca forte com uma identidade visual significativa com conceitos que balizam a identidade e cultura da Saboaria, além da nossa prática;
  - Visibilidade na mídia (site UCS, Pioneiro, UOL);
  - Registrar o processo desde o seu início para a sistematização no tempo presente;
  - Fomentar a organização popular a partir de uma pauta concreta: o trabalho associado;
  - Exercício da horizontalidade e da cooperação nas práticas cotidianas;
  - O volume significativo das vendas no Natal;
  - Aprendizado das experiências nas feiras;
  - Assumir o risco de aprender na prática;
  - Iniciar a frente de trabalho a partir de uma construção orgânica na comunidade;
  - Estética dos produtos e das embalagens;
  - Cuidados com o espaço (grafitti, bancadas novas, vestimenta são elementos que percebemos motivar as mulheres);
  - Iniciar a Saboaria a partir da auto-organização das mulheres e do instrumento de um movimento popular (MTD) que vai procurando aportes e articulações para o seu desenvolvimento;
  - Participação em lives transmitidas por meio de várias plataformas digitais;
  - Diálogo com a Incubadora Social da UCS e parceria com as docentes e discentes da Universidade;
  - Buscar abrir outra frente de produção artesanal com o crochê.
- Aspectos a serem fortalecidos:
- Investir na reciclagem de papel no nosso espaço – projeção;
  - Formalizar e efetivar a parceria com a Incubadora Social da UCS;
  - Fortalecer a nossa relação militante com o território (organicidade);
  - Intensificar a formação de todas as mulheres da Saboaria (apropriação de todos os processos e conceitos);
  - Expandir pontos de venda na cidade, região, capital e em outros Estados (projeção);
  - Pleitear um espaço para a Saboaria junto ao poder público, considerando a sua historicidade seu processo de construção;
  - Aprimorar os processos administrativos, destacando-se a gestão de estoque;

- Aprimorar o planejamento financeiro (valores, descontos, revendas e taxa de entrega);
- Criar uma reserva financeira para a saboaria (buscar editais de fomento);
- Trocar experiências com iniciativas concretas: Cooperativa Mundo + Limpo (São Leopoldo) e cooperativas do MST no RS;
- Aprimorar o padrão de qualidade dos produtos;
- Formalização da Saboaria – CNPJ;
- Ampliar a teia de parcerias e participação em Feiras;
- Intensificar o planejamento das ações;
- Investir na comunicação e divulgação;
- Avançar na produção ecológica e em embalagens biodegradáveis;
- Inserção comercial no território (Rede de Comércio Justo);
- Avançar na articulação de uma rede de economia criativa/ feminista;
- Aproximação dos coletivos culturais do território (zona norte).

### **O que foi fundamental para as coisas acontecerem da forma como aconteceram?**

- O comprometimento de todas com a Saboaria, um coletivo propositivo e uma coordenação democrática, com tarefas distribuídas de acordo com as habilidades de cada uma.
- Uma Mística com significados que dialogam com a vida de todas (a luta das mulheres, a valorização da periferia, o trabalho manual cujo produto (sabão e sabonetes) é visualizado, apreciado pelas mulheres e tem significados desde o autocuidado, até o cuidado com o planeta, a estética dos produtos e do espaço, nas quais todas contribuíram com ideias, o “ser semente” como Margarida Alves, semeando um mundo novo, os retornos afetuosos em nossas redes sociais que sempre são compartilhados no coletivo, a solidariedade feminista);
- A imersão da militância no cotidiano do território e da produção, priorizando a ação junto à base “pegando junto”;
- Priorizar o fortalecimento e a coesão interna para gradualmente fortalecer a rede de cooperação que dá vida ao processo (figura 94 – *hiperlink*)
- Trazer a processualidade registrada para o momento da Sistematização para todas terem o olhar para a totalidade do processo. De onde surgimos, como estamos e como queremos estar. Os movimentos descritos na tese, como processo: “cultivando” o solo com o trabalho de base, semeando os alicerces em meio a um contexto de crise (a construção da Saboaria); germinando (os aprendizados do cotidiano do processo), a floração pedagógica, como a

representação do nosso processo e o disseminar que condiz com o que construímos de articulações a partir da concretização da saboaria (e descreveremos adiante) e o que ainda iremos construir.

**Figura 94 - Teias de Parcerias estabelecidas entre maio/2020 e março/2021**



Fonte: Elaborado pela autora e diagramado por Vinicius Agliardi (2021).

No próximo item, antes de abordarmos os pontos de chegada alcançados no contexto da Sistematização, trazemos as reflexões sobre uma das forças estruturantes do processo: a Economia Popular Solidária como contexto de ação. As demais forças estruturantes serão analisadas nos itens acerca das mediações pedagógicas do processo e no capítulo 5, ao discorrermos sobre o Processo de Flor(ação) pedagógica.

#### 4.2.3.1 O campo da Economia Popular Solidária como contexto que reemerge a partir da práxis do coletivo.

Quando o coletivo da SPLM dá início a sua organização, compreende, diante do cenário das possibilidades de articulação que se apresenta, que o horizonte a ser definido como contexto de ação e estruturação da iniciativa é o campo da Economia Popular Solidária, assim como considera a concepção de trabalho associado, em sua dimensão ontológica, como eixo condutor do processo, vinculada à ação político pedagógica, no escopo da Educação Popular.

Durante o processo da Sistematização da Experiência da Saboaria, ao reforçarmos os pilares do nosso processo e identificarmos nossos avanços e pontos a fortalecer, prospectamos também por quais caminhos buscaríamos expandir a nossa teia de cooperação, organizada naquele momento, nos seguintes tópicos (conforme a figura 94): pontos de venda, espaços de feiras, campo democrático e popular, organizações sociais/coletivos, mídia, universidades e outras instituições educativas, território, poder público e pessoas parceiras (trabalho voluntário e trabalho militante).

Por dentro das organizações sociais e coletivos, identificamos como possibilidade de articulação, os grupos vinculados ao campo da Economia Popular e Solidária da cidade, que embora em uma conjuntura desfavorável, ainda mantém algum nível de articulação, seja por meio do Fórum Municipal da Economia Solidária ou pelos grupos organizados para vendas em feiras.

No material acessado, produzido pelo MTD, não há menção acerca da Economia Popular Solidária, no entanto, historicamente existe a associação do movimento a organizações sociais inseridas nessa pauta, e, na entrevista realizada com a integrante da coordenação nacional, há a menção acerca das experiências de trabalho venezuelanas e argentinas. Essas últimas, no escopo da Economia Popular, organizadas a partir dos bairros periféricos das províncias (como as que tive a oportunidade de visitar em maio/2019).

Além disso, no mês de novembro de 2021, foi realizada uma formação, em articulação com o Projeto “Promovendo Cidadania – Educação para geração de trabalho e renda”, desenvolvido na região metropolitana de Porto Alegre, de modo que o MTD integrou essa parceria com a ONG CAMP (Escola de Cidadania), contando com financiamento do Ministério da Cidadania (a subsecretaria e o conselho nacional da economia solidária, depois das modificações ocorridas na estrutura do Ministério do Trabalho, durante o ano de 2019, teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania<sup>147</sup>). Essa formação, consistiu em Rodas de Conversa sobre a organização de Pontos Populares de Trabalho, sendo uma das pautas, a Economia Popular Solidária

No contexto da criação da Saboaria, quando nos forjamos como uma confluência de mulheres organizadas no MTD e na Cáritas Diocesana, dialogamos também sobre esse acúmulo de experiência no campo da Economia Popular Solidária (EPS) que as mulheres vinculadas à

---

<sup>147</sup> Lei 13844 de 18 de junho de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm). Acesso em: 05 jan 2022.



organização possuem, identificando esse campo como uma força estruturante do nosso processo.

Conceitualmente, considerarei as contribuições de Cruz (2006) e Adams (2007), para uma primeira contextualização acerca da EPS, somando-se a isso, as formulações de teóricos de referência do campo, as quais discutirei adiante. Todas essas noções foram compartilhadas na vivência cotidiana do processo coletivo.

Para diferenciar fundamentalmente a economia capitalista e a EPS, destaca-se, de acordo com Adams (2007), o processo de gestão coletiva e autogestão que se baseia na propriedade coletiva e social dos meios de produção, não havendo apropriações individuais ou alienação particular; o poder de decisão pertence a todos os associados, com igualdade de direitos; os trabalhadores também se constituem como gestores, e, de forma coletiva, organizam e executam o processo, decidindo sobre o destino do excedente produzido; todos apropriam-se dos resultados do trabalho ou assumem eventuais prejuízos, solidariamente.

Da mesma forma, o conhecimento sobre a totalidade do processo também é compartilhado, evitando, dessa forma, restrições a funções. Esse é um ponto de contradições a ser abordado no item acerca das mediações pedagógicas.

Inicialmente, pelas contingências do momento demarcado pela pandemia e pela necessidade de sobrevivência, ou seja, pelo caráter de dinamicidade que permeava a iniciativa, a Saboaria se constituiu como uma iniciativa coletiva informal, porém desenhou como horizonte/objetivo a formalização, prospectando os movimentos para tal, dentro deles, o diálogo com outros grupos da EPS, sendo esses passos fundamentais nesse processo de estudo/aproximação do campo.

Compreendemos a economia informal, na perspectiva discutida por Cruz (2006), como resultado da dinâmica do capitalismo, sobretudo em sua fase “tardia” e não, por meio de uma abordagem que a considera uma “disfunção” a ser corrigida. Cacciamali (2000, p. 158) evidencia a informalidade em uma lógica de busca de sobrevivência e não de lucro, a partir de formas periféricas e subordinadas de produção, circulação e consumo, que se desdobram na acumulação ampliada no setor formal da economia, o qual concentra e centraliza a riqueza.

Cruz (2006) aponta que parte dos empreendimentos que se iniciam no escopo da economia solidária, iniciam seu funcionamento como parte do setor informal, no entanto, na conjuntura na qual sua pesquisa foi desenvolvida, destaca que a grande maioria das iniciativas desse campo estavam buscando sair da informalidade em busca de melhores condições de sobrevivência.

O processo da SPLM inicia em uma conjuntura adversa, tanto no sentido da vontade política<sup>148</sup>, como pela emergência anunciada a partir da pandemia, de modo que em um pequeno espaço de tempo, as mulheres participantes do grupo de base perdem o acesso a sua renda advinda das faxinas diárias que realizavam. Com isso, mantivemos como direção de ação, sanar as questões de sobrevivência do coletivo, iniciando a produção e assumindo o risco de aprender o processo em sua prática.

Com isso, demos início, como já retratado anteriormente, buscando estratégias de visibilidade do coletivo, com a finalidade de aumentar as vendas e, ao mesmo tempo, buscamos articular recursos, como cestas básicas para garantir, naquele momento a subsistência das mulheres que se encontravam em uma situação mais vulnerável.

Paralelamente a esse processo, iniciamos nosso percurso de construção de um Estatuto, com o objetivo de nos constituirmos como uma Associação, impossibilitadas financeiramente de nos formalizarmos como uma cooperativa. Abordaremos essa temática de forma mais detalhada no item em que apresentamos as articulações do coletivo para além do território de atuação.

Ainda que em um cenário limitador e adverso, no qual precisávamos nos organizar tanto para darmos conta dos trâmites da produção, sem perder o horizonte acerca de nossa dimensão de formação político educativa, agregamos ao processo, dentro de nossas possibilidades, momentos formativos que pudessem trazer a questão da Economia Popular Solidária e da cooperação no trabalho associado de forma mais presente ao nosso cotidiano.

Como exemplo disso, citamos a formação que realizamos em julho/2020, com o Allan Garcia, economista, com experiência na assessoria de empreendimentos solidários, na incubadora social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (sendo essa uma relação de nossos vínculos de militância), e uma formação realizada com o professor Telmo Adams sobre

---

<sup>148</sup> A exemplo disso, no mês de março/19, há denúncia no site da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, acerca da paralisação de 11 conselhos, comissões e outros colegiados de participação da sociedade civil no Executivo federal, destacando que as mudanças decorridas com a publicação da Medida Provisória 870 – que altera as atribuições e a estrutura dos ministérios e dos órgãos ligados à Presidência da República – já no primeiro dia de mandato do atual presidente Jair Bolsonaro, afeta, também, o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES), criado em 2006 pelo Decreto 5811. Configuram-se três alterações significativas de acordo com a Rede: a ida para o Ministério da Cidadania, a descontinuidade das atividades e a alteração da composição. Essa realocação, reflete, dentre outras questões, um problema de concepção que reduz a Economia Solidária a ideia de inclusão produtiva, reduzindo o público, já que se direciona especificamente ao urbano e coloca o CNAES próximo às políticas de Assistência Social, restringindo as suas possibilidades de atuação. Disponível em: <https://www.redegestoresecosol.org.br/conselho-nacional-de-economia-solidaria-paralisado/>. Acesso em 03 mar 2022.

Trabalho Associada e Economia Popular Solidária, em maio/2021. Ambas foram realizadas virtualmente, visto que eram as condições que o momento nos impunha.

Também traçamos como objetivo, ainda impossibilitadas pela pandemia, no período de 2020 a 2021, sobretudo, visitarmos organizações como a Cooperativa Mundo mais Limpo, em São Leopoldo (estreitamos esse vínculo durante a feira Estadual de Economia Solidária em dezembro de 2021) e também uma cooperativa do MST, na cidade de Joia.

Trazendo a dimensão das movimentações concretas ocorridas no processo, como construções progressivas de relações, cabe destacar também a associação da SPLM à Unisol-Rio Grande do Sul<sup>149</sup>, em janeiro de 2022.

Nesse item, compreendo ser relevante resgatar alguns elementos conceituais acerca da Economia Popular Solidária em sua constituição histórica, compreendida na tessitura dessa tese como um contexto de ação do Movimento que reemerge a partir da práxis do coletivo, ao considerarmos que no processo de estruturação do trabalho de base, essa discussão ainda não havia ganho relevo. É importante sinalizar que não é possível esgotar a discussão nessa etapa da escrita, até porque a experiência se desenha, na prática.

Mas, cabe destacar, que nesse cenário histórico adverso que atravessamos em relação ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária, o período atual, como descrevem Gaiger e Kuyven (2019), ainda no cenário pós eleições de 2018, pode representar uma oportunidade de reflexão, avaliação e balanço da trajetória percorrida até agora pelas organizações atuantes no campo da economia solidária, de modo, que as iniciativas desse campo, na década de 80, também enfrentaram uma correlação de forças desfavorável em âmbito nacional e na maioria dos governos estaduais e municipais, conforme descreveremos.

Nessa perspectiva, compreendemos que iniciativas como a da SPLM gestadas em um período de intensificação da crise estrutural do capital somada ao advento da pandemia, emergem como células de resistências coletivas que acumulam rupturas, considerando as contradições do processo, na correlação de forças também desfavorável como a que vivemos nesse momento histórico. Ou seja, nos situamos fazendo história, na resistência ao hegemônico.

---

<sup>149</sup> A Central de Empreendimentos Econômicos Solidários no Rio Grande do Sul -UNISOL RS é uma entidade formada em 2012 no Estado a partir experiência da UNISOL Brasil (a quem estão afiliados), sendo organizada desde 2004 como a entidade de representação e articulação das Cooperativas e Empreendimentos Econômico Solidários para a busca de políticas públicas como apoio o organização alternativa ao modo de produzir capitalístico, onde buscam: Espaços de comercialização, políticas de educação e de assessoria técnica, para fortalecer a perspectiva de uma outra economia, baseada no trabalho livremente associado, na cooperação e na solidariedade. Disponível em: <https://unisolsrs.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em 3 março 2022.

As contribuições de autores como Razeto (1984; 1990; 1997; 1999), Coraggio (1996; 2003; 2009) e Singer (2002) nos oferecem bases para nos aprofundarmos em uma construção conceitual, além disso, recorro aos recentes trabalhos de Cruz (2006) e Adams (2007) que resgatam fontes teóricas e diferentes compreensões acerca da EPS<sup>150</sup>, além do aporte de Tiriba (2001; 2004) que destaca a relevância de reivindicarmos o termo “popular”<sup>151</sup> na economia.

Sendo “economia solidária” uma expressão conceitual “em disputa”, de acordo com Cruz (2006), não há consenso sobre a primazia da utilização do conceito. Ainda assim, de acordo com o autor, há duas sinalizações relevantes a serem estabelecidas:

A primeira de que a noção de economia solidária é substantivamente distinta quando utilizada por teóricos dos países centrais do capitalismo e quando utilizada por teóricos dos países periféricos. A segunda, de que o conceito não nasce de uma idealização de novas relações sociais, mas de uma aguda percepção de diferentes e distantes estudiosos das ciências sociais que, em diferentes lugares, e quase ao mesmo tempo, buscaram sistematizar dados e compreender o funcionamento de um fenômeno social emergente no final dos anos 80 e começo dos anos 90, em vários países da América Latina. (CRUZ, 2006, p. 37).

O sociólogo chileno Luis Razeto (1984), na década de 80, representa um dos expoentes dessa contextualização acerca de uma “economia popular”<sup>152</sup> que emerge como uma alternativa de reestruturação produtiva do capital, frente aos processos de exclusão social e desmanche dos mecanismos de proteção social, advindos da crise estrutural do capital, a partir dos anos 70, com a crise do modelo fordista-taylorista de produção, que resultaram em aumento dos processos de exclusão do mercado formal de trabalho.

Junto a isso, de acordo com Singer (2002) a crise do Estado de Bem-Estar Social e a queda do bloco soviético, a ascensão do projeto neoliberal configuraram, essa crise, de modo que, no Brasil, se observa o aumento da força do grande capital financeiro e a vulnerabilidade do poder do Estado e da sociedade. Nessa conjuntura, a economia popular (Razeto, 1990), em

<sup>150</sup> Outros autores e autoras com contribuições relevantes ao campo da EPS, destacados por Cruz (2006): Na Argentina Mirta Vuotto (do Centro de Estudios de Sociología del Trabajo da Facultad de Ciencias Económicas – Universidad de Buenos Aires), Gabriel Fajin e Julieta Caffaratti (do Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos); na Colômbia, Francisco Verano, a partir da Confederación Latinoamericana de Cooperativas y Mutuales de Trabajadores (COLACOT), na Nicarágua, Orlando Nuñez (1997) e no Uruguai, Pablo Guerra (2002). Adams (2007), destaca Luiz Gaiger (1999; 2004), Armando Lisboa (1998) e Lia Tiriba (2001), dentre outros.

<sup>151</sup> Arruda (2003) destaca diferentes conceitos acerca de novos modos de produzir: “economia social”; “economia de solidariedade”; “economia popular”; “economia solidária”, dentre outros. Minha opção por “economia popular solidária” alinha-se a Tiriba (2004) e Adams (2007) justificando o “popular” por uma questão de classe e compreendendo os seus empreendimentos em uma perspectiva não capitalista, não exploradora do trabalho pelo capital, ou seja, não baseada no trabalho alienado e em relações salariais.

<sup>152</sup> Lisboa (2004) aponta Santos (2008) como precursor da categoria ‘economia popular’, visto que essa engloba características que o teórico atribui ao circuito inferior da economia urbana. Ver obra: O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

uma perspectiva de busca pela sobrevivência a partir das parcelas mais empobrecidas da população, dava contornos ao campo de uma “economia solidária”.

Essa economia tinha como objetivo, na sua organização, resgatar características do cooperativismo original<sup>153</sup>, de caráter emancipatório, e não reproduzir as relações capitalistas, no seio de uma contradição entre a busca de relações sociais igualitárias no interior do cooperativismo e as relações sociais de concentração/exclusão no entorno socioeconômico das cooperativas. Dessa forma, Cruz (2006) aponta um problema ideológico, apontado por Razeto, visto que, antes da emergência dessas iniciativas da economia popular, o movimento cooperativo não pensava em uma alternativa de organização da economia como um todo, a partir de uma base cooperativa. Assim, a crítica essencial de Razeto pautava-se no cooperativismo subordinado ao mercado capitalista ou às estruturas do Estado no “socialismo real”.

O sociólogo chileno, portanto, busca, em seus estudos, identificar indícios de uma nova economia, chamada primeiramente de “economia da solidariedade”: “iniciativas econômicas de caráter associativo, marcadas por uma ética igualitária, preservadora da diferença dos sujeitos e de suas capacidades de conviver e interagir com a diferença alheia” (CRUZ, 2006, p. 39). Nesse âmbito evidencia-se a ideia de que uma economia autogestionária, democraticamente organizada, como as reivindicadas pelos movimentos sociais, demandariam não só uma estrutura diferente, mas também valores morais estruturantes dessa nova ética.

Dessa forma, o horizonte dos movimentos, principalmente os sindicais, passa a ir além da reivindicação de novos empregos, o que se acentua na agudização da crise estrutural do desemprego, a partir dos anos 90 (TIRIBA, 2001, p.156). Os sindicalistas passam a compreender os empreendimentos econômicos populares como forma de resistência contra a forma hegemônica de estruturação do capital, considerando os mesmos Movimentos Populares em busca da transformação da sociedade.

Nas formulações de Razeto (1997), reforçadas pelas análises de Cruz (2006): encontramos a compreensão da economia solidária abrangendo iniciativas que se distinguem das iniciativas econômicas convencionais do tipo capitalistas ou estatistas, sustentada em uma “nova ética”, configurando-se como um projeto de sociedade. O teórico situa a origem do

---

<sup>153</sup> Cruz (2006, p. 140) resgata uma máxima que existe entre os que estudam e/ou militam na economia solidária: “pode haver cooperativas sem cooperativismo e cooperativismo sem cooperativas”. Os princípios utópicos do cooperativismo original, que remontam a teóricos como Owen e Fourier, pautados, sobretudo, na autogestão, que são relacionados ao movimento operário e ao socialismo europeu, foram, de acordo com o autor, flexibilizados ou até abandonados, ao passo que muitas cooperativas passaram a se alinhar às estruturas, estratégias e culturas comuns às empresas capitalistas convencionais.

fenômeno na crise da civilização moderna e evidencia a solidariedade como o elemento ético fundador e preponderante, constituído através da democratização das três esferas da vida social: economia, cultura e política.

Na construção do caminho dessa “nova ética” e de uma economia de solidariedade, o sociólogo e economista chileno destaca dez movimentos:

- a economia popular que surge da realidade da pobreza – a economia informal, as pequenas empresas familiares, as associações de pequenos produtores...;
- o apoio solidário dos “de cima” para com os “de baixo”, através das formas diversas de apoio às iniciativas de economia popular e solidária, seja através do Estado, seja pela iniciativa comunitária ou associativa;
- a solidariedade produzida pelo trabalho (em si) e pelas lutas dos trabalhadores, que lhes permite, pelas duas vias, construir laços de solidariedade entre si e de crítica às estruturas sociais vigentes;
- a participação popular e a autogestão social advindas do processo de mobilização da sociedade civil em busca de formas mais democráticas de governo – como os conselhos locais participativos, ou os orçamentos participativos e, assim por diante;
- os novos movimento sociais, em toda sua heterogeneidade, que conseguem perceber o capitalismo como uma estrutura social na qual suas reivindicações enfrentam limites imediatos e intransponíveis;
- a busca de alternativas de desenvolvimento para os países e regiões periféricos, dada a permanência das estruturas de subordinação e dependência, historicamente estabelecidas;
- o ecologismo em todas as suas manifestações, que igualmente tendem a identificar devastação com exploração econômica da natureza;
- a condição histórica atual das mulheres e a luta pela sobrevivência familiar, diante da dissolução dos laços produzidos pelo avanço da pobreza e da miséria na contemporaneidade;
- a luta pela preservação dos valores e tradições dos “povos antigos”, sobretudo dos povos indígenas na América e dos povos tribais e clânicos da Ásia e da África, destruídos pelo avanço da globalização sem limites;
- a busca por valores éticos coerentes com crenças religiosas orientadas para a solidariedade social. (CRUZ, 2006, p.42-43).

Razeto (1999, p.45-46) identifica a economia popular solidária, nesses termos, como aquela que parte do eixo fundante da solidariedade e se manifesta no contexto da economia popular, surgida da realidade da pobreza, como exposto acima.

Tiriba (2004, p.95) reforça e amplia essa concepção afirmando que reivindicar o “popular” não só na economia como na educação dos trabalhadores e trabalhadora associados(as), implica reconhecer a necessidade de buscar na economia popular a essência das relações sociais calcadas na reciprocidade e cooperação solidárias. Por uma questão de classe, significa reafirmar que defendemos uma economia que favoreça a maioria da população, que sem dúvida está integrada aos setores populares.

Ainda nessa direção de reivindicar o “popular”, a autora destaca que o sistema capitalista valoriza apenas as atividades produtivas voltadas ao “deus mercado”, desprezando as atividades domésticas e de subsistência, além do fato de os trabalhadores da economia popular a partir do uso de sua própria força de trabalho, participam do processo de reprodução ampliada da vida e não do capital.

Além disso, destaca a forma organizativa dos empreendimentos solidários que muitas vezes se caracterizam como espaços de Educação Popular, podendo ser identificados nos micro espaços do cotidiano “o embrião de formas diferentes de organização social, da produção e do trabalho que poderiam ser resgatados para novos estilos de desenvolvimento” (MAX-NEFF, 1993, p.99 apud TIRIBA, 2004, p. 95).

Coraggio (2003), economista argentino, outro autor exponencial no campo da economia popular solidária, traz o conceito de “economia social”, inicialmente apontando a economia popular de modo a abranger diferentes formatos e iniciativas vinculadas ao desenvolvimento local, como alternativa ao modelo neoliberal. Preocupa-se, conforme Cruz (2006), com a articulação de iniciativas que se desviam da lógica capitalista, em torno de um projeto de sociedade em que o desenvolvimento econômico considere como centralidade a reprodução da vida e não do capital, trazendo o questionamento sobre de que maneira um projeto com tais características pode vir a se tornar uma real alternativa.

O autor também evidencia o debate acerca da economia popular solidária constituir-se como um espaço de Educação Popular, formulando uma proposta que parte de duas chaves de leitura. Uma delas diz respeito à crítica ao Estado Nacional, enfatizando as estratégias não intermediadas pelo mercado e sim familiares e comunitárias da população pobre, em uma perspectiva horizontal, “de baixo para cima”, considerando também a qualidade das relações estabelecidas e valores (valores de solidariedade, relações de cooperação), podendo contar com o apoio de organizações não governamentais (CORAGGIO, 1996).

A outra perspectiva diz respeito ao que ele chama de economia popular, baseada na produção de movimentos contra hegemônicos, partindo-se de relações socioeconômicas realmente existentes propondo-se a atuar na interface entre Estado e sociedade, não desconsiderando as conexões com o mercado capitalista, evidenciando a economia como uma construção sociopolítica.

Sua adjetivação como economia “social” significa que todos os fatos econômicos são fatos sociais, nos quais se coloca a multidimensionalidade da sociedade humana: o econômico não pode existir fora da natureza, sem o material, mas tampouco fora do simbólico, a cultura e a política; pretender o contrário é propiciar, como no

neoliberalismo, que se liberem automatismos que se mostraram destrutivos da vida (CORAGGIO, 2009, p. 8).

O uso do termo “economia social” reafirma uma economia imbricada com o social, e o enfrentamento do economicismo restrito e da autonomização do econômico diante da sociedade. Traz também um sentido fortemente político que remete a um modo de transformação do capitalismo na direção de relações sociais de produção de outra ordem (LISBOA, 2004).

Singer (2002, p.10) traz contribuições importantes para o campo, e caracteriza a economia solidária como “um outro modo de produção”, tendo como princípios “a propriedade coletiva do capital ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Nesse contexto, considera a economia popular como uma possibilidade de transição para uma outra economia, pautada no trabalho, e na “associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”, tendo a solidariedade como via para a sua consolidação e podendo vir a competir com o capital em diversos mercados.

O economista, conforme descrito por Cruz (2006), reinaugura o debate, no Brasil, acerca das cooperativas como enfrentamento ao desemprego e à precarização, sobretudo em meados dos anos 90, com o aumento do desemprego, em um contexto histórico demarcado pelo avanço das políticas neoliberais e no qual a esquerda brasileira, representada, sobretudo, pelos sindicatos defendia programas de qualificação dos trabalhadores e as pequenas empresas.

Acerca do lugar da economia solidária, no sistema capitalista, Singer debate sobre a possibilidade de que um modo de produção emergja “nos territórios e setores sociais em que o modo de produção hegemônico se torna mais anacrônico, incapaz de dar respostas às necessidades de reprodução de vida social” (CRUZ, 2006, p.55).

Em um breve resgate histórico<sup>154</sup>, o campo da Economia Popular Solidária, se constitui no Brasil, de uma forma mais evidenciada, na década de 80, a partir dos debates acerca das

---

<sup>154</sup> Para uma dimensão mais aprofundada desse processo histórico, ver Lechat (2004), que propõe uma divisão temporal em três períodos ou fases, no desenvolvimento da Economia Popular Solidária: 1980 a 1995, surgindo como um resposta ao desemprego e à nova estruturação da organização do trabalho; o segundo período de 1996 a 2001, caracterizado pela aumento das articulações do campo com Universidades, movimentos sociais e o terceiro setor (sendo tal relação contraditória e ambígua no escopo da sua funcionalidade às políticas neoliberais), e também, organismos como a Cáritas Diocesana. A última fase que a autora destaca vai de 2002 até o período de seu estudo, de modo que esse período se caracteriza por articulações, no campo político e na troca de experiências entre os agentes da EPS, buscando um caminho para a institucionalização e regulamentar direitos pelas vias legais reconhecidas pelo Estado. Nesse período há a inserção do Grupo de Trabalho da EPS no Fórum Social Mundial de 2003, e a criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), criada juntamente ao Ministério do Trabalho e Emprego, também em 2003. Há um quarto período, apontado como atemporal, marcado pelo debate e avaliação da institucionalização da EPS, de modo que na atual conjuntura, se faz fundamental esse resgate e essa compreensão acerca dos desdobramentos para o campo, com as transições de governos.



empresas recuperadas, e das consequências da globalização vigente. Grupos religiosos, sobretudo católicos, ocupam um lugar mais destacado nessa construção, em conjunto com movimentos populares que dão início a empreendimentos voltados à geração de renda, a partir do trabalho associativo/cooperativo.

A institucionalização da Economia Solidária ocorre com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), durante o primeiro ano do governo Lula, 2003, abrangendo, de acordo com Singer (2002), uma diversidade de empreendimentos: desde os ancorados na economia popular até às cooperativas de grande porte ou empresas autogestionárias. A perspectiva sinalizada, de acordo com Adams (2007) era a de unificar ações, a partir do Estado e da sociedade, combinando solidariedade orgânica e solidariedade social, com vistas a fortalecer as políticas públicas com a presença forte do Estado e da sociedade organizada.

Identificar o campo da Economia Popular Solidária como uma das forças estruturantes do processo, na Sistematização da Experiência, implica na identificação de um campo de luta, de articulação e de aprofundamentos conceituais em diálogo com a prática e com a construção cotidiana. Nesse cenário, em um primeiro momento, para além do resgate histórico e avaliação dos acúmulos do campo, é importante olhar para a atualidade do campo no Brasil e exercitar análises e avaliações, no sentido de compreender como se avança mediante o retrocesso na esfera governamental no que diz respeito aos investimentos nesse segmento.

Silva (2018) em seus estudos sobre os desafios enfrentados pela inserção na agenda governamental e a consequente implementação da Política Nacional de Economia Solidária no Brasil, discute sobre os principais fatores que possibilitaram a inserção da economia solidária na agenda governamental, focando a institucionalização da política, no desenvolvimento de sua dotação orçamentária e em seu desempenho em termos de execução dos recursos para os Planos Plurianuais (PPAs). Analisa o PPA 2016-2019, período de mudanças políticas no cenário pós golpe e abordando as mudanças metodológicas ocorridas na sua formulação que impactaram o desenho operacional dos programas de economia solidária, a variação nas dotações orçamentárias e a capacidade de execução observada.

Silva (2018, p.171) avalia que além de haver uma mudança no status da SENAES, desvinculada do Ministério do Trabalho e Emprego, deixando de ser uma secretaria finalística para ser uma subsecretaria ligada ao gabinete ministerial, destaca-se ainda uma queda brusca na dotação orçamentária para as ações de economia solidária, além da sua capacidade de execução. O autor caracteriza o momento como “crise de paradigma”, no qual “a economia

solidária, enquanto paradigma de política pública, vê-se claramente em um cenário de instabilidade operacional que põe em risco sua permanência na agenda governamental”.

Na análise de Gaiger (2019), o colapso dos compromissos do governo com a classe trabalhadora foi concluído no início de 2019, com a supressão do Ministério do Trabalho e Emprego, onde a SENAES funcionava como o centro motor da ação governamental no campo da EPS. No que se refere aos movimentos populares e forças sociais, as ações de resistência vêm se desenvolvendo de forma pouco orgânicas, frente ao retrocesso político e social que está ocorrendo no país.

O autor atribui a esse cenário um “déficit republicano” no Brasil, que impede o funcionamento efetivamente democrático da esfera pública e das instituições políticas, afirmando que a difícil trajetória de construção de um marco legal da EPS é um exemplo da fragilidade democrática do país. Gaiger (2019) ainda questiona a assimetria do campo político brasileiro, de modo que nas mobilizações, o protagonismo dos sujeitos populares é substituído por “agentes mediadores”, os quais muitas vezes não são empreendedores solidários, e são ligados a organizações da sociedade civil e associações políticas, que abandonam o seu papel orgânico de assessoria aos movimentos populares.

Por outro lado, Gaiger (2019) avalia que a saída do Estado da centralidade, desde 2016, pode também funcionar como um estímulo ao papel da participação popular na recomposição desse cenário.

Nas discussões acompanhadas junto à Unisol<sup>155</sup>, observamos que o Ministério da Cidadania, para onde migrou EPS, após 2019, sendo incluída em duas Secretarias – a Secretaria Nacional de Inclusão Produtiva Urbana, onde está a Diretoria de Economia Solidária, e na Secretaria Nacional de Prevenção às Drogas. Na Secretaria de Inclusão Produtiva Urbana, a Diretoria de Economia Solidária consta no PPA 2020 – 2021 com 8 milhões de reais de orçamento. Na prática, é uma afirmação que a EPS não está entre as prioridades da Secretaria. A título de comparação, o orçamento em 2016 foi de R\$ 60 milhões, e em 2019 de R\$ 27 milhões.

Consideramos que potencializar nossas relações e articulações por dentro do campo da EPS é um processo embrionário, porém em movimento. Integrar as discussões locais, estaduais, nacionais, além das que se desenvolvem em uma perspectiva latino-americana, contribuindo para avaliações e novas formulações como sujeitos políticos implicados no

---

<sup>155</sup> Informações disponíveis em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/como-fica-a-economia-solidaria-em-2020/>. Acesso em 03 mar 2022.

processo e reforçar a perspectiva da participação e da formação político-educativa dos sujeitos populares é nossa linha de ação, em busca da formalização da SPLM e também do seu fortalecimento enquanto movimento popular de ação no território periférico, cujas relações o transcendem.

#### 4.2.4 Os pontos de chegada

O pequeno texto foi organizado, a partir das reflexões coletivas, ao olharmos para os pontos de chegada do processo e consta no livro “Las Margaritas em Floração”, com pequenas modificações.

O objetivo desta comunicação é resgatar e apresentar as diferentes etapas dos processos que levaram à concretização e ao desenvolvimento da Saboaria Popular Las Margaritas, buscando ecoar as diferentes vozes e reconhecer todas as mãos envolvidas nessa autoconstrução. Reafirmamos, portanto, nessas linhas (que estão longe de serem as últimas) a importância do registro, não somente para o nosso histórico, mas também para, ao considerarmos a nossa inserção no Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, visualizarmos um de seus desdobramentos que foi a emergência deste espaço produtivo, político pedagógico e de resistência que é a Saboaria, espaço esse que traz novas nuances e dinâmicas, além de novos sujeitos nessa relação. Neste cenário, erguido sob o chão do território periférico, em um período de crises intensificadas e outras anunciadas, demarcado pelo avanço da extrema direita e pela constante criminalização dos movimentos populares, urge nos debruçarmos sobre a reflexão acerca de um dos desafios que nos une como classe trabalhadora: vivenciar o cotidiano da periferia e pensar o trabalho, o que, neste momento histórico, coaduna-se com a tarefa de pensarmos a nossa própria sobrevivência. Defendemos, portanto, neste exercício, que se perfaz como uma narrativa de uma experiência, que se torna cada vez mais imprescindível que sujeitos periféricos, também reconhecidos em nossa interpretação como classe trabalhadora, atravessada por todas as suas diversidades objetivas e subjetivas atuem no sentido da auto organização, de sua formação, engajando-se e lançando um olhar profundo, analítico e reflexivo para as experiências vividas, para o seu cotidiano e para as estruturas opressoras/exploradoras que demarcam historicamente a vivência do trabalho e das relações que dele se desdobram, bem como para a lógica da incompletude que opera na garantia do acesso da população periférica aos direitos fundamentais que deveria ser assegurada pelo poder público. O cenário, portanto, nos coloca diante de opressões estruturais de classe, gênero, raça, além das territoriais, demandando diferentes ações que tensionem as relações de poder consolidadas e abram caminho para a construção de um outro mundo possível, que enfrente a lógica do capital. Dessa forma, a partir desse enfrentamento, surgem alternativas concretas, reunindo recursos, acumulando práxis para as necessárias reinvenções que passam pela apropriação coletiva do compromisso da organização popular. Nesse contexto, entendemos que é possível conceber e vivenciar o trabalho como uma outra forma de organização da estrutura social, da formação humana, da construção da nossa sociabilidade e da economia, dentre outros aspectos. Compreendemos, neste quadro, que a concepção do trabalho associado que permeia a nossa construção diária como coletivo de mulheres organizadas pode ser assumido como o fio condutor de um projeto de sociedade que traga em si a vivência de uma economia que tenha como centralidade a vida e que se contraponha à exploração do ser humano, da natureza e à opressão de nossa classe. O trabalho associado como princípio educativo, figura como uma experiência subversiva que enfrenta o hegemonicamente estabelecido, configurando-se assim como o eixo central da concepção da Saboaria, cultivando e disseminando condições

para uma possível estratégia de auto-organização e autogestão, além da vivência da coletividade e da cooperação que, em uma dimensão cultural, enfrentam a lógica individualista e competitiva vigente em nossos tempos. Portanto, a concepção do trabalho associado e os desdobramentos de sua vivência e significação por parte das mulheres que, cotidianamente, constroem a Saboaria Popular Las Margaritas conferem concretude aos seus conceitos fundantes mobilizados no escopo da educação popular e no resgate da pedagogia socialista que nos apresenta elementos para aprofundarmos a reflexão acerca da construção coletiva. Também traz elementos que nos permitem pensar em caminhos, formatos e conteúdos que estranhem, confrontem e promovam fissuras nessa estrutura de opressão/exploração presente no nosso processo de constituição como mulheres e como sujeitos históricos, políticos, diversos e coletivos. Seguimos tecendo “o novo”, nesse tempo de esperar: aprendendo, identificando falhas, avanços, ousando os próximos passos e semeando as nossas vivências até os próximos florescimentos... Um dos muitos e grandes ensinamentos que a experiência reforça: “Sólo el pueblo salva al pueblo Só o povo salva o povo. Avante Margaritas!

Optei por trazer as interlocuções teóricas na análise das mediações, apresentadas a seguir, nos capítulos 4 e 5, já que elas estão implicadas em todo o processo, desde o cotidiano da experiência, revisitado pela Sistematização até as sínteses coletivas que se desdobraram da mesma.

Considerando a problemática desse estudo, que dialoga com a análise das Mediações Pedagógicas construídas no encontro entre militantes do MTD e a comunidade do loteamento Vila Ipê, com vistas a identificar as rupturas contra hegemônicas acumuladas coletivamente, que contribuem para processos de emancipação humana, trago na sequência essas análises que o processo da Sistematização de Experiências potencializou.

#### 4.3 AS MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS DO TRABALHO ASSOCIADO: SEMENTES GERMINANDO

A partir do início da construção da SPLM, a dinâmica do coletivo ganhou novos contornos assim como novos sujeitos que se integraram ao processo. No cotidiano do trabalho associado fomos identificando, em paralelo à estruturação do processo, um campo de mediações pedagógicas, cujos sentidos se estabelecem ao nível da produção e da reprodução da existência, pautando-nos, conforme Adams (2007, p.276) na compreensão de que as condições materiais do ambiente de trabalho oportunizam a construção de saberes emancipadores.

Sendo assim, enquanto a experiência forma os sujeitos, o trabalho adquire a centralidade do processo, constituindo-se como seu eixo condutor, e como princípio educativo, produzindo resultados contraditórios, no âmbito da emancipação, da humanização, do acúmulo

de rupturas contra hegemônicas, ou ainda, da desumanização, da alienação ou da manutenção das condições sociais existentes.

Com o processo em andamento, e como sujeito implicado no mesmo em contato constante com o coletivo que integro, vamos apreendendo das mediações pedagógicas que estas nutrem a experiência da saboaria, refletindo nas relações entre as mulheres cooperadas, no fortalecimento dos laços estabelecidos e também nos conflitos que buscamos mediar coletivamente, nos saberes construídos e compartilhados no coletivo, havendo também lacunas, tanto provenientes do processo de escolarização das mulheres, conforme algumas delas verbalizam possuir dificuldades de aprendizagens, ou ainda tempos de aprendizagens diferentes.

A experiência do trabalho associado, compartilhada e construída por todas as mulheres que a integram (com níveis diferentes de participação e de compreensão, de modo que buscamos cotidianamente sanar tais lacunas), acena para horizontes emancipatórios e para novas formas de sociabilidade, e ao mesmo tempo, sinaliza uma série de tensões e conflitos que permeiam o processo, e que também se constitui como um campo de mediações, alguma resultando na superação e no avanço coletivo e outras mantendo entraves ao processo.

Destacamos, nesse estudo, quatro eixos de análise para as mediações pedagógicas que fertilizam o processo, sobre os quais discorreremos nos próximos itens. Importante destacar que esses eixos também emergem do processo de Sistematização da Experiência da Saboaria, quando dialogamos sobre os avanços e entraves do processo coletivo. Os quatro campos de mediações pedagógicas são:

- a) Autorreferência e coletividade
- b) O espaço do trabalho associado em sua dimensão ontológica como eixo condutor do processo
- c) A Educação popular para a construção de uma práxis feminista
- d) Articulação no território e para além dele, a partir da SPLM

#### **4.3.1 Autorreferência e coletividade**

Optamos por evidenciar as relações de autorreferência e de imersão e pertença à coletividade, que permeiam o coletivo de mulheres que compõem a Saboaria, partindo do pressuposto que todo o saber é construído em articulação com uma visão de mundo que se

constitui em decorrência das trajetórias de vida e dos contextos em que os seres humanos se formam (ADAMS, 2007).

No processo das mediações pedagógicas, aspectos acerca da constituição individual e coletiva dos sujeitos estão em permanente movimento de problematização acerca das visões de mundo, leituras de realidade, sentimentos de pertença, podendo gerar novas posturas, compreensões, concepções e práticas, e, de acordo com Adams (2007), podem formar um novo *ethos*.

Tanto na cotidianidade da experiência (das reuniões deliberativas à produção, passando pelas trocas e diálogos do convívio), como nas entrevistas realizadas com as mulheres, moradoras do território e trabalhadoras da saboaria, podemos observar uma série de aprendizagens que o processo de construção da Saboaria dispara, em diferentes níveis: no nível das relações com o coletivo, no nível do autoconhecimento e da relação consigo mesma, no nível das relações de gênero, no que corresponde aos saberes da prática, do “fazer sabões e sabonetes” até o conhecimento acerca dos pilares que sustentam o nosso processo, no que diz respeito a construir um espaço autogestionado, conformado por relações horizontais, entre outros.

É importante mencionar que, desde o início do processo, as militantes até então integrantes do grupo articulador do MTD, assumiram a coordenação do processo, sendo essa condição legitimada pelas demais mulheres do coletivo, compreendendo a coordenação como uma direção organizativa, demarcada profundamente pela participação de todas as envolvidas, e buscando manter presentes os objetivos e as metas do processo, acordados entre todas, desde a primeira reunião realizada.

Com isso, o papel coordenativo, que foi decidido não ser um papel fixo, não é compreendido como um papel de deliberações de tarefas. A construção é autogestionária, com tarefas divididas, priorizando que todas as mulheres estejam cientes de todas as esferas que envolvem a Saboaria, da produção às articulações externas, assim como o cotidiano da produção é de responsabilidade de todas envolvidas.

Essa dimensão da coletivização do processo, apresentando a todas o recurso financeiro que utilizamos provenientes de um almoço comunitário do MTD (200 reais), uma primeira “vaquinha solidária” (600 reais) e o recurso que obtivemos a partir de um edital da Cáritas (500 reais), e, levantando em reunião, quais matérias-primas compraríamos, assim como qual o material de produção que era importante termos naquele primeiro momento, enfatizou o aspecto coletivo do empreendimento, pautado na propriedade coletiva e social dos meios de produção.

Com isso, as mediações pedagógicas implicadas na dimensão da coletivização do processo, vão desde a estrutura organizativa da Saboaria, a sua forma de funcionar, até as trocas cotidianas que reforçam essa relação. A dimensão do cuidado em relação à coerência a esse princípio tem sua centralidade nas reuniões deliberativas no espaço auto avaliativo, no qual podemos conversar abertamente sobre as contradições do processo ou de momentos em que a condução poderia ter sido tomada de outra forma.

Neste item, destaco, evocando falas das mulheres do coletivo, aspectos acerca das histórias de vida das mesmas e questões que elas apontam como aprendizados que a experiência da Saboaria propiciou e vem propiciando, no que diz respeito ao aprofundamento dos processos de autoconhecimento e de integração ao coletivo. Nessa narrativa construída, a partir de fragmentos das falas das entrevistadas<sup>156</sup>, vai se evidenciando o quanto, dialeticamente, a vivência no coletivo vai ressignificando a esfera individual e a relacional das mulheres implicadas no processo.

Nessas falas, evidenciam-se: a relação das mulheres com o território, como constituinte do sujeito, os aspectos da história de vida relacionados à vivência comunitária e envolvimento em ações coletivas, a vinculação ao MTD e os aprendizados decorrentes da inserção em um Movimento Popular que teve como desdobramento a experiência da SPLM e também as significações acerca do cotidiano da Saboaria.

Das cinco mulheres que são moradoras do bairro e integram o coletivo, três delas vivem em uma área de ocupação irregular, conhecida como “o beco”, no território em que o processo se desenvolve, e duas delas, em uma área de localização central no bairro, em avenidas de maior circulação de pessoas e carros. Essa condição, de diferentes graus de vulnerabilidade, traz diferenças nas percepções e nos discursos em relação ao bairro. Quatro das mulheres, desde a infância, vivem na zona norte e trazem as suas percepções sobre o território:

(Violeta) Tem muito preconceito em relação à zona norte, porque existe o preconceito em relação ao pobre, ao humilde. Porque a pessoa anda de chinelo, às vezes anda com uma roupa descosturada. Não por desleixo, e sim por não ter. Eu cheguei a ter só três peças de roupa, porque eu ganhava. Aí lavava e já usava de novo. E a zona norte tem um povo carente, que precisa de ajuda, precisa de conversas. Como se diz? Que as pessoas enxerguem e entendam a vida que se leva aqui. Eu me dou bem com todo mundo. E existe preconceito até no dia a dia do bairro: quem tem tem, quem não tem se sacode. Mas, também tem muita gente unida.

(Azaleia) Em aspectos de procurar emprego em outros lugares da cidade, tu referindo que é morador da zona norte, independente do bairro, eles ficam: “nós te

---

<sup>156</sup> Neste campo, concernente à reprodução das narrativas de vida, das cinco mulheres entrevistadas, moradoras do território, implicadas no processo de construção da Saboaria., optei pelo uso de codinomes inspirados em flores.

retornaremos”...e nunca mais. Ali tu vê que tem um pouquinho de preconceito porque é uma favela, onde só tem rafa (pessoas envolvidas com criminalidade), gente que não presta. Como se não tivesse trabalhador no bairro. Eu tenho orgulho de morar na zona norte, sou uma cidadã daqui e gosto. Aqui as pessoas são muito envolvidas com ações sociais que ajudam muita gente. A comunidade sempre é movimentada por projetos assim. O ponto ruim é você ter dificuldade de conseguir um emprego digno pelos olhos da maioria da população, uma visão distorcida. E as mortes que têm. A violência acontece e acaba entristecendo. Quando eu era mais nova eu tinha bastante medo. Aí vamos dizer que eu fui aprendendo a viver com o medo. Eu acho que ter crescido aqui no bairro me influenciou nessa questão de olhar o outro, buscar ajudar de alguma forma a sua necessidade. E além da ajuda, crescer aqui no bairro me ajudou a ser mais rígida muitas vezes, a ser mais dura, mais fechada. Nem tudo é sorriso, sabe? Porque desde que eu cresci, mesmo antes de surgir as facções, sempre teve perigo, e, sempre vai ter....abusador, traficante. Tu vai crescendo sempre com a recomendação: “Não pega o que te oferecem”, “não dê sorriso”.

(Dália) Eu gosto muito do meu bairro, não tenho queixa. Lógico que sempre vai ter uma coisa aqui e outra ali, como em qualquer outro bairro. A maior dificuldade, a fome... que a gente sabe que tem. Minha família, ainda bem, não vive essa situação, mas ela mora ao lado. Não vou te dizer que é um bairro tranquilo, porque aqui tu tem medo de sair e ter um tiroteio... essas coisas, mas no mais, as pessoas aqui se respeitam e procuram se ajudar. Inclusive, na campanha PT solidário, de arrecadação e distribuição de cestas básicas, a presidente do partido me pediu pra verificar aqui no bairro famílias que realmente estão precisando de uma cesta básica. Até já consegui. Consegui seis pessoas, eu vou conversando, busco confirmar a situação das pessoas para não passar para quem não tem essa necessidade. Nessas conversas que vou fazendo no bairro eu fico sabendo quem está com mais necessidade. Saber que precisam, eu sei que muitos precisam, inclusive na própria saboaria. Eu gosto de ajudar nessas coisas, porque é uma forma de fazer o bem para quem está precisando.

Essa relação com o território que destaca a questão da violência e do preconceito, mas que ao mesmo tempo, evidencia as redes de ajuda mútua que conformam o território, podem ser compreendidas como constitutivas dos sujeitos que vivem e se desenvolvem no território, de modo que, na vivência do Movimento Popular, tais aspectos sempre estão presentes nos diálogos que refletem o exercício de leitura da realidade, de modo a juntas buscarmos potencializar essa dimensão da coletividade e da solidariedade que permeia a vida cotidiana no espaço e, ao mesmo tempo, problematizar a violência, o preconceito e compreender, na formação social as raízes de tais questões.

Uma outra questão trazida nas falas, dialoga com a relevância de um espaço produtivo e de resistência como a Saboaria, no território:

(Dália) É muito importante ter a saboaria aqui na (zona) norte, porque são as pessoas que moram aqui que precisam, não que os outros bairros não precisem, mas, se tu tem a oportunidade de oferecer um trabalho aqui, tá dando valor pro bairro. Tá dizendo: Não, lá não é qualquer bairro, lá é o bairro da Saboaria Las Margaritas. E a gente quer crescer. Pegar um espaço maior, reunir mais pessoas, oportunizar trabalho para mais pessoas que estão sem renda.

Ainda no que diz sentido à dimensão da coletividade, as mulheres trazem experiências, ao longo de suas histórias, em que a vida comunitária traz lembranças e referências formativas:



(Dália) A mãe ficou viúva com 29 anos e grávida de mim, com mais 5 filhos para criar. Ela foi muito guerreira, criou a nós todos da melhor maneira possível. Ela trabalhou com limpeza, hotel, motel, faxineira, depois ficou muito tempo numa firma de lingerie. Então não sobrava tempo para participar da vida comunitária. O foco dela era dar boas condições para nós. O início da minha participação comunitária foi quando passei a participar do PT, há uns bons 20 anos. O Clauri Flores (ex-vereador) foi nosso professor. Daí ele se candidatou e chamou a gente pra ajudar na campanha, se envolver na política, panfletar, discutir as propostas com o povo. E a gente foi por amor à camisa. Eu e minha irmã. Aí fomos, gostamos, já nos filiamos ao PT e não paramos mais. O que me chamou a atenção pra me envolver, foi o que o PT defendia, ter os seus direitos, poder lutar por aqui, que nem o MTD. E aí você se engaja com os outros que também acreditam que vocês podem mudar alguma coisa. Mudar a sua história, mudar o seu bairro. Em alguma coisa tu tem que acreditar.

(Azaleia) Minha mãe adoeceu em 2013 e faleceu em 2014. A mãe sempre gostou de ajudar as pessoas, independente de apoio de associações ou não, ela sempre ajudava. Daí ela participou um período na cozinha comunitária e também nas associações de crianças. Ela ajudava bastante gente. Eu acho que, além do exemplo da minha mãe, e depois de ter conhecido o MTD, ter crescido aqui no bairro me influenciou nessa questão de olhar o outro, buscar ajudar de alguma forma a sua necessidade. Porque aqui tem muitas pessoas que se ajudam nas dificuldades, com uma comida, uma roupa, cuidando das crianças...ajuda na sobrevivência.

Na perspectiva da relação entre as mulheres e o MTD e com a SPLM, os relatos trazem diferentes dimensões de identificação e de pertença. Observamos que com a convivência cotidiana, por meio da frente de trabalho, as noções acerca do envolvimento com o Movimento vão ficando mais claras, e como este se vincula à Saboaria, que conta também com a participação das mulheres da Cáritas Diocesana.

(Violeta) Conheci o MTD a partir daquela reunião sobre o auxílio emergencial. A (nome) me convidou: “vamos lá que elas sabem de tudo, pra gente ver se a gente tem direito ou não”. E aí eu fui e não sei mais...risos. Cheguei mais quietinha e fui ficando conhecendo as meninas, aprendendo. O MTD, eu acredito que é um movimento de luta, de honestidade, de querer ajudar as pessoas a fazer o melhor, batalhar pelas pessoas mais carentes que precisam de auxílio, de moradia, de alimento. É isso o que eu vejo com meus olhos. No começo eu achei que a Saboaria não ia dar nada. Mas falei: tô dentro desse barco. Se afundar, afundemo tudo junto! E também, naquela época, eu tava há um ano desempregada. Essa aproximação com o MTD e com a Saboaria, pra começar, me tirou de uma depressão profunda que eu tava entrando. A situação que a gente tava vivendo, com as dificuldades, eu não tava mais dando conta. Era um cansaço de só ficar dentro de casa. Eu queria viver coisas novas, aprender mais coisas, conhecer mais pessoas. Eu tava vivendo só sufocada dentro de casa. E vocês me ensinaram a viver, a acordar de novo. Eu fiquei meio dormente, anestesiada. Aí eu comecei a gostar de vocês, das conversas de vocês, comecei a gostar do processo da saboaria. E aí fui prosseguindo.

(Violeta) Minha família era da igreja. Eu ia pro culto, mas não participava tanto dessa vida mais comunitária. Só quando as meninas (filhas) eram crianças, que eu participei do clube de mães, ajudando nas atividades, com a limpeza, lavando a louça, e no Enca (Entidade de Assistência à criança e ao adolescente). Joanne, eu aprendi a luta pela minha própria vida. Sou uma pessoa guerreira. Tento melhorar. Eu comecei a entender mais o MTD, a necessidade das lutas pelos nossos direitos, igualdade, moradia, ajudar as pessoas da zona norte que precisam. Porque eu antes, era do serviço de casa e do trabalho fora. Nem pensava em me envolver em um coletivo. O MTD tá pra luta,

quem quiser lutar tem que ser junto, ser parte, e não dormir no ponto. O MTD não é só duas pessoas, são várias. A gente precisa das pessoas do nosso lado. Aqui no bairro, a nossa luta é por outros espaços de trabalho pra quem precisa. Como eu te falei: eu entrei num barco, se afundasse, afundava todo mundo junto, mas não afundou. Cresceu. Foi como uma plantinha crescendo. É uma margarida que tá florindo.

Ainda no que diz respeito às diferentes vivências comunitárias e os aprendizados advindos da organização coletiva, e também a diferença no nível de vulnerabilidade ao qual as mulheres estão expostas, as entrevistadas dizem:

(Dália) Aí, a partir do PT, conhecendo o (nome) eu comecei a participar da Associação de Bairro, mas saí depois de uns dois anos. Soube do MTD, mais ou menos em 2017, comecei a ir nas reuniões e comecei a me envolver no movimento assim. Convivendo com pessoas diferentes do movimento, eu comecei a ter mais opinião própria, sabe? Fiquei menos estressada. Eu só queria limpar a casa e não via a vida lá fora. Aprendi a ser dona de mim mesma, que eu não era. Tipo, eu não tinha opinião própria. Dependendo do que você me falasse, eu ia pela sua opinião. E aprendi muito. A lutar pelos meus direitos, junto com as outras pessoas. Hoje tem a situação da pandemia que impede as reuniões, mas estamos mais na saboaria, estamos investindo mais ali, mas não podemos deixar de promover os encontros com a comunidade. Esse é um desafio pra nós.

(Íris) Eu entendo que no MTD as pessoas estão passando por situações diferentes. Tem as que estão desempregadas, no momento. Tem os trabalhadores que têm menos e tem os trabalhadores que tem um pouquinho mais. E a gente vive a realidade da periferia, é onde crescemos e vivemos, então, facilidade ninguém tem. Eu, nesse momento, estou voltando com alguns trabalhos além da Saboaria. Faço vendas, fiz o curso de cuidadora (...). Estar no Movimento é lutar por esses direitos de todos os trabalhadores, incluindo o trabalho. A gente tá engatinhando na saboaria, a gente tem um ano e no momento, a ajuda de custo é bem-vinda. Assim como as outras coisas, o Edital da CUFA, as cestas. Isso ajuda muito. Tem que ter paciência, não é da noite para o dia que tu vai conseguir, tem que esperar, investir na Saboaria, e isso leva tempo. Para um dia, todas nós tirar o nosso sustento dali.

(Azaleia) O MTD na minha história, fez eu abrir o olho de um modo geral. Antes eu ouvia: Fulano tá precisando de alguma coisa e eu pensava: que corra atrás. E entrando no movimento eu pude entender o que a minha mãe fazia que era humanitário, né? Que um ajudando o outro, todos vão se fortalecendo e crescendo, cada vez mais. Como uma família, que nasce: um papel muito importante. E eu também trouxe pessoas, porque eu queria que mais mulheres pudessem aprender. Além dessa parte humanitária eu também tenho a visão do lado da luta. O Movimento te capacita para que você possa ir em busca disso, dos seus direitos: um emprego, pontos populares de trabalho, tanto que a saboaria é um desses pontos populares que se constrói porque nós fomos à luta. Eu me dispus para assumir a coordenação da zona norte, porque tava um empurra-empurra. Mas tem momentos que eu acho que não sou capacitada pra liderar, sinto que me falta conhecimento. E outra coisa, eu entendi que não é o MTD tem que fazer alguma coisa... cada um de nós tem que fazer, os que fazem parte. Os militantes têm que dar a cara, lutar por um objetivo. Aqui na zona norte, nós demos a cara a tapa. E eu torço pra que nos outros bairros isso aconteça, e que aqui na zona norte a gente possa ter outros pontos de trabalho. Uma cooperativa não é uma pessoa só, é um conjunto, dando a cara a tapa pra coisa acontecer.

Nos relatos das mulheres, observamos de uma forma muito presente, a questão do imediato. Questões acerca das dificuldades financeiras e da importância de uma rede de

solidariedade nessa construção. O Movimento Popular nesse âmbito é compreendido como um agente social, do qual elas fazem parte, que busca integrar essa rede de apoio, assim como problematizar as questões históricas acerca da pobreza e da desigualdade.

Observamos, ao longo do processo da construção da Saboaria, uma tendência maior do coletivo de mulheres do bairro a se verem como parte do Movimento e não ver o MTD como um agente externo de ajuda, como em outras ocasiões do trabalho de base, observávamos. O aprofundamento da formação política auxilia também no aprofundamento dessa compreensão acerca de um novo projeto de sociedade, nunca deixando de partir das questões vivenciadas pelo coletivo em seus cotidianos.

Dentro disso, observamos também, a compreensão do movimento, entorno das relações estabelecidas com as pessoas que o formam, e, dentro disso, os aprendizados relacionais, construídos na convivência: “O MTD também me trouxe convivência com várias pessoas que me ajudaram a ter mais diálogo. Você sabe que eu sou muito assim... explosiva (risos), e as experiências que nós tivemos juntas diante de um problema “sentar, conversar, entender”. E até desabafar, me fez aprender muito” (Azaleia). Ou ainda: “Se você participa do MTD, você percebe que é muito mais que um Movimento, são pessoas que estão ouvindo a gente, assim como são ouvidos. Com um diálogo, e não dando ordem. Eu acho que eu sou militante porque eu não gosto de receber ordem (risos)” (Azaleia).

Ainda assim, em algumas falas, observamos a compreensão acerca do Movimento exclusivamente, como um agente de ajuda, nas dificuldades, evidenciando um caráter assistencialista:

(Acácia) Conheci o MTD em uma reunião que minha vizinha me levou, no Centro Comunitário. Eu estava grávida e as pessoas do MTD organizaram um chá de bebê. Depois participei de algumas reuniões. Vejo o MTD como um grupo que ajuda as pessoas e disposto a conversar e dar conselhos. Tem muitas pessoas que não têm um trabalho e vão pras coisas erradas. Daí o MTD acolhe as pessoas que precisam conversar e dão ajuda.

O cotidiano da SPLM, de acordo com as falas das mulheres, também traz diferentes níveis de reflexão sobre as relações no coletivo (e que também se relaciona com as questões do trabalho associado em comparação ao trabalho alienado, conforme descreveremos no próximo item):

(Íris) O meu maior aprendizado a partir da Saboaria tem sido trabalhar em grupo, porque eu até então, não tinha paciência, é até o meu desafio. Eu me estresso sabendo que eu vou fazer e o outro não vai fazer. O grupo tem suas diferenças, então isso para mim é um aprendizado: eu trabalhar em grupo e o fato que as pessoas têm jeitos diferentes e tempos diferentes de aprender, que nem vocês falaram. Nas empresas tinha bastante gente mas a gente não trabalhava em grupo. O máximo que eu

trabalhava era que eu fazia um pedaço, outra fazia outro do uma peça, entende? Não era um grupo assim como nós somos, e que temos que lidar com nossas diferenças. Eu percebo que estou aprendendo a ter mais paciência para aceitar e entender que uma é devagar, a outra não sabe, a outra a gente tem que ensinar mais de uma vez. Eu comecei a me entrosar no coletivo, com pessoas até desconhecidas, diferentes quase que em tudo de mim agora, antes não, eu vivia só meu mundo. Só vivia para o meu trabalho, o meu salário, foi depois da Saboaria e do MTD, porque eu entrei para o MTD, pela Saboaria, que fui adquirindo uma consciência sobre a justiça para todos, direitos para todos. Eu era vendedora, tinha muitas clientes, mas não era um coletivo, não tinha uma convivência, um aprendizado entre todas, como a gente faz com as gurias, não tinha conversar, compreender, elas faziam as compras e tchau. É uma convivência mais profunda porque tu olhar e julgar é uma coisa, agora tu escutar te traz outro olhar. Além das decisões que precisam ser as melhores para o todo.

(Azaleia) Estar na Saboaria e no MTD me amadureceu, porque antes era um mundo que eu vivia. Daí você vai conhecendo outras pessoas, você vai escutando outras pessoas, outras ideias, outros pensamentos. Tu não pode só adquirir coisas negativas e sim a positividade do que é colocado. Ou você leva pra sua vida ou você descarta. É quase igual a um poema, tu vai jogando as palavras lá, tu vai juntando e tu faz as escolhas, do que fica melhor. Se tu vai levar esses aprendizados pra sua vida ou se você vai querer ser uma pessoa ranzinza, rancorosa, aquela, de sempre. Eu levo um pouco de cada uma e cada um fica com um pouquinho de mim.

(Violeta) Eu sinto muita satisfação quando eu vejo que o meu trabalho tá rendendo, quando eu vejo que as pessoas elogiam nas redes sociais e reconhecem o nosso trabalho. Eu fico feliz quando as nossas coisas saem, quando a gente vende, quando a gente é vista pela sociedade, por saber que as pessoas adoram os nossos produtos. Eu quero desabrochar. Eu quero viver o que eu não vivi. Amadurecer. Aprender o que eu não aprendi. Porque a minha vida até então era: trabalho, casa, marido e filho. Eu quero mais. Eu quero ser uma nova pessoa. A saboaria tirou a gente daquele mundinho que a gente vivia. Só dentro de casa, comendo, fazendo fofoca, se estressando. Eu me despertei.

Com todo o esforço, planejado, inclusive, seguindo uma intencionalidade pedagógica, por parte da coordenação do processo, a perspectiva de conceber a Saboaria como um lugar de relações horizontais e participativas, com as relações pautadas no companheirismo e na solidariedade feminista, são percebidas e expressadas nos relatos das mulheres, que trazem as vivências nesse espaço, percebidas como diferentes em comparação as de outros espaços, tanto de trabalho, como de outras formas de relação:

(Violeta) Eu aprendi a dar valor aqui. Porque o pouco que eu ganhava aqui era muito pra mim. E depois começamos a crescer mais. E vamos crescer. Eu adoro aqui, me sinto parte da Saboaria. Já ouvi, no começo, de uma vizinha: vai lá se humilhar a tarde inteira por 20 pila. “Eu me sinto feliz”, eu falei. Se eu me sinto feliz, o problema é meu. Pelo menos eu tenho pra comprar um pão, um leite, o que precisar, sem precisar pedir pra ninguém. Eu penso: o pouquinho que vem, já tá me ajudando. E a gente não entrou com um caixa. A gente entrou com uma mão na frente e outra atrás, e milagre não vai acontecer, né?

Escuta, respeito, problemas compartilhados no coletivo para avaliação conjunta, são exercícios pelos quais todas as mulheres do coletivo, se dispuseram a passar. Assim como a ciência do recurso que tínhamos disponível, e como nos organizamos financeiramente, a partir

disso. Isso, de maneira nenhuma, significa que não houve desentendimentos, conflitos, e diferenças de visões entre nós.

A questão era a forma de condução por parte, sobretudo, daquelas com a responsabilidade de coordenar o processo. Acolher e ouvir queixas em relação a outra companheira faz parte do convívio cotidiano, de modo que conduzir a questão, em muitos momentos, passava por questionamentos básicos como: “você já conversou sobre esse incômodo com ela?” Ou ainda: “você já levou essa crítica ou esse apontamento para o coletivo? Porque a decisão não depende de mim, mas de todas nós”.

A busca, com essas formas de intervenções, a depender da problemática trazida, era por fortalecer as relações de transparência e confiança entre nós e não de criar um ambiente de intrigas, desavenças, rivalidades e desconfianças. Coordenar um processo como esse e, comprometer-se com o coletivo ao integrá-lo, exige coerência. Na perspectiva freiriana: fala coerente com a prática. Exemplaridade. Assumir a responsabilidade acerca de eventuais falhas e seguir na perspectiva do compromisso coletivo.

Ainda em Freire (2016a), é nessa referência que encontramos valores de uma pedagogia, que, para além de uma didática, uma estratégia ou uma tática política, é coletiva, radical e libertadora, e, que traz em sua proposta a mudança na estrutura social, desde o nível pessoal até os níveis micro e macroestruturais. Góes (2018) destaca princípios fundamentais dessa pedagogia como a dialogicidade (compreendida como matriz da democracia), o trabalho coletivo, o respeito ao saber de experiência feito, além da ética, tolerância, política, esperança, a capacidade de indignação e a autonomia. A práxis da Saboaria coloca em relação todos esses princípios no fazer cotidiano.

Resgatar os novos objetivos e as nossas perspectivas como um coletivo de mulheres é uma prática constante, no sentido de “não perdermos o processo”, e essa construção é diária, observando as falhas de comunicação, os acordos mantidos e os feridos, as situações que se modificaram ao longo do tempo de existência da Saboaria. Todo diálogo de mediação de conflito que se deu no coletivo (e foram muitos), se deu também em uma perspectiva de aprendizagem, de superação da situação. Algumas se repetem, com algumas variações e outras não.

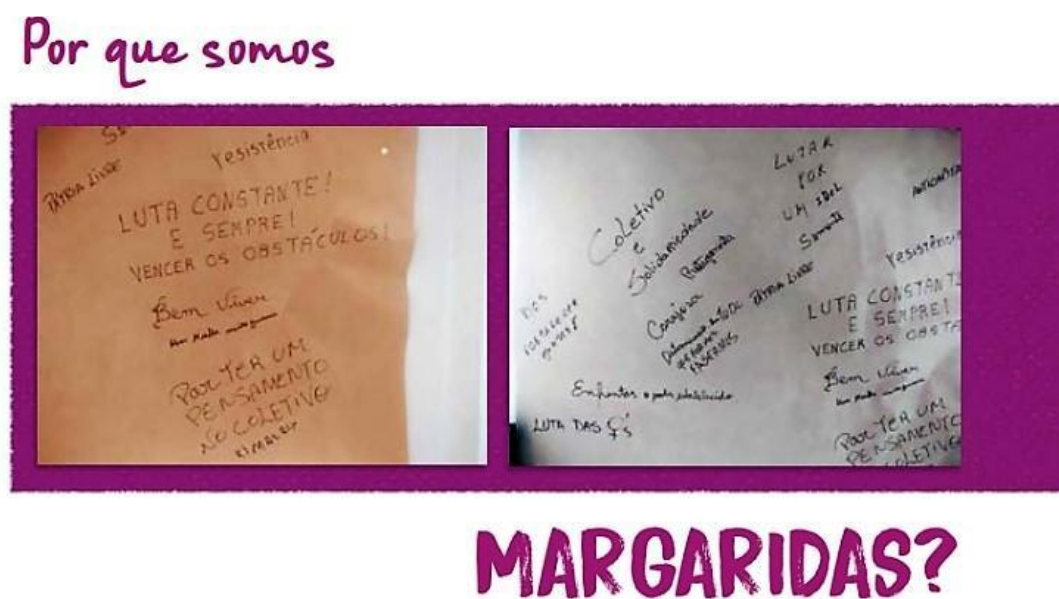
Dentro desse exercício de convivência, a Mística da Saboaria, em torno da figura de Margarida Alves, trabalhada em formações com as mulheres, a dimensão da união entre teoria e prática, no nosso fazer cotidiano, tem um significativo papel acerca desse compromisso e

dessa vinculação de todas ao processo, cada uma, no seu tempo de aprendizagem e a sua maneira, contribuindo para o coletivo se expandir.

A figura a seguir representa um exercício realizado em uma de nossas formações, acerca da história de Margarida Alves, finalizando com a pergunta: Por que somos Margaridas? Nesse diálogo aberto, diferentes dimensões de identificação com a lutadora popular foram verbalizadas<sup>157</sup>, e, conforme, a figura a seguir, trazem o que cada mulher entende acerca da pergunta: “Por que somos Margaridas?”

Respostas como: “Resistência”, “Luta constante e sempre”, “Vencer os obstáculos”, “Bem-viver”, “Uma mulher guerreira”, “Ter um pensamento no coletivo”, “Nos fortalecer juntas”, “Solidariedade”, “Anticapitalista”, “Semente”, “Luta por um ideal”, “Protagonistas”, “Corajosas” e “Enfrentar o poder estabelecido”, compõem um mosaico que reflete os anseios das diferentes mulheres, com diferentes vivências, e que se encontram nesse coletivo, compartilhando de objetivos comuns.

**Figura 95 - Por que Somos Margaridas? (Formação Saboaria)**



Fonte: Elaborado pela autora e diagramado por Vinicius Agliardi (2021).

Elementos dessa Mística que está em nosso cotidiano, refletidos na relação de solidariedade entre as companheiras, a participação e o respeito à voz de todas, à ornamentação do espaço com ervas naturais que compõem nossos produtos, panos de chita como símbolo da

<sup>157</sup> Ver livro: Las Margaritas em floração – Recuperação do processo vivido: maio de 2020 a março de 2021. Essa formação contou com um vídeo sobre a vida de Margarida Alves e um cordel de sua amiga, a poeta paraibana, Maria Soledade (acessar hiperlink na figura 48).

resistência e da cultura popular, e com o grafitti que evoca à memória de Margarida Alves são somados a uma intencionalidade político-pedagógica que faz do espaço da Saboaria um espaço formativo e de resistência, para além de produtivo. Ao longo desse preparo do espaço, pautadas nas dimensões éticas e estéticas, sobre as quais Freire (2016b) reflete, ouvíamos das mulheres sobre a diferença de estar trabalhando em um lugar no qual se percebe a dimensão do cuidado. Isso ficou muito evidente, quando chegamos à nossa sede no loteamento Belo Horizonte, e aos poucos, fomos organizando e ornamentando o espaço.

Na figura abaixo, criamos um *hiperlink*, com um vídeo que gravamos, resgatando um pouco da nossa Mística inspirada em Margarida Alves, em um de nossos momentos formativos, no qual trabalhamos o cordel da poeta paraibana, Maria Soledade, sobre a morte de Margarida. Para acessar, clicar na figura.

**Figura 96 - Ornamentação do espaço para momento formativo, com cordel sobre Margarida Alves (hiperlink)**



Fonte: Elaborado por Sara Eduarda de Castro (2020).

Dessa forma, ao longo do processo, para além das narrativas trazidas, observamos nas ações das mulheres, indícios de mudanças proporcionadas pela experiência. Desde o auxílio do recurso financeiro, que ainda não é o ideal, visto que não temos outros subsídios a não ser a própria produção, e que observamos auxiliar, sobretudo na vida das mulheres que não tinham outra fonte de renda e se encontravam em uma situação de vulnerabilidade acentuada, até mudanças de postura na própria forma de lidar com o seu papel na cooperativa.

Inicialmente ouvimos muitas vezes, sobretudo, das mulheres do bairro: “quem sabe falar da Saboaria são vocês”, “Vocês que sabem explicar sobre a gente”, ou ainda: “Eu não quero ir para a feira<sup>158</sup>, eu não sei vender, nem explicar sobre os produtos”. Esses apontamentos, principalmente, no início do processo eram muito constantes, e foram arduamente trabalhados e vivenciados na prática, com muito diálogo, acompanhando as companheiras nas tarefas, deixando claro a todo momento que não existem as que sabem mais, ou falam melhor. Se todas são responsáveis pela construção e pelo cotidiano, todas de alguma forma, estão capacitadas para representar a Saboaria.

Deixávamos claro, que compreendíamos que dentre as mulheres havia as que tinham mais intimidade com algumas tarefas, considerando as vivências de cada uma, no entanto, poderíamos usar essa diversidade de conhecimentos para potencializarmos o nosso processo. E que, com a cooperação mútua, iríamos avançar, cada uma a seu tempo, em novos conhecimentos.

Dessa forma, na atualidade, apenas uma mulher do bairro desvinculou-se do coletivo, por uma série de questões de sua vida pessoal, que a impediam de acompanhar o cotidiano da Saboaria, porém, ainda assim, não nos desvinculamos dessa mulher, buscando integrá-la a uma rede de apoio e solidariedade feminista. E, todas as mulheres passaram a participar das feiras, algumas delas já foram às reuniões da Unisol representar o coletivo e já participaram de entrevistas na rádio comunitária do bairro, além do próprio documentário sobre a Saboaria, o qual abordaremos adiante.

Essas relações, tecidas no dia a dia e na práxis do coletivo, nos trazem indícios de que os vínculos estabelecidos entre o coletivo são dotados de significação e de responsabilidades, havendo oscilações em processo, mas que mostram que as mulheres da SPLM assumiram o compromisso com o processo. As eventuais oscilações em relação ao comprometimento, por exemplo: atrasos ou ausências, demandam diálogo, compreensão acerca do contexto, ajustes e reafirmação do compromisso coletivo.

Nesse âmbito, cabe dizer que, duas das mulheres que estavam desempregadas no início da Saboaria, uma delas em maio de 2021 e outra no mês de dezembro do mesmo ano, foram absorvidas pelo mercado de trabalho, uma, em uma fábrica da cidade, e outra como integrante da equipe de limpeza de um condomínio. Essa questão emerge também como uma contradição do processo, ao passo que, dentro da processualidade vivenciada, não há condições ainda de

---

<sup>158</sup> Feiras de comercialização que iniciaram, a partir dos momentos de flexibilização na pandemia.



uma renda que corresponda minimamente a um salário-mínimo, dentro disso, as necessidades continuam e as mulheres precisam buscar garantir a sua sobrevivência.

Ainda assim, ambas continuam no coletivo, participando, dentro de suas possibilidades, de reuniões deliberativas, formativas ou feiras, aos fins de semana, demonstrando, em suas falas e ações, permanecerem vinculadas ao processo e ao coletivo.

#### **4.3.2 O espaço do trabalho associado em sua dimensão ontológica como eixo condutor do processo**

Na práxis que envolve a criação e a construção da SPLM, como já citado, o trabalho associado, como concepção, em sua dimensão ontológica, assume a condição de eixo condutor, adquirindo, portanto, a centralidade do processo. Dessa forma, identificamos o espaço do trabalho associado como um potente campo de mediações pedagógicas, a partir do qual se desdobram relações, articulações, aprendizagens, constituindo-se como uma nova relação social de produção, contra hegemônico e fundada na associação dos produtores, que também são trabalhadores, perfazendo-se, então, no movimento da classe trabalhadora e contrapondo-se ao trabalho assalariado ou alienado. (MARX, 1956).

Tonet (2005), tomando como referência o pensamento de Marx, aborda o trabalho associado como fundamento da emancipação humana e o trabalho assalariado como fundante do modo de produção capitalista. Para o autor, em Marx, o trabalho associado, como uma nova sociabilidade, pauta-se no aspecto interno do empreendimento, nas relações entre os indivíduos e destes com os meios de trabalho. Ao se referir ao lócus, ou unidades econômicas, dentro do recorte histórico em que viveu, Marx utiliza o termo: fábricas cooperativas<sup>159</sup>.

Fischer e Tiriba (2009) compreendem as experiências de trabalho associado no escopo das experiências de classe, que se forjam na reorganização e recriação do processo de trabalho, buscando articular os saberes historicamente negados à classe trabalhadora, constituindo espaços de mobilização de saberes. Como categoria histórica, Tiriba e Magalhães (2016), nos chamam a atenção para o fato de que a categoria “produção associada/trabalho associado”

---

<sup>159</sup> Cabe apontar que há uma fundamental diferença entre as fábricas cooperativas de que fala Marx em relação aos demais experimentos econômico-sociais cooperativos, surgidos ao longo do século XX. As fábricas-cooperativas surgiram a partir do início do século XIX a partir da tomada do controle de fábricas falidas em períodos de crise industrial, por parte dos trabalhadores, diferenciando-se radicalmente do significado histórico de outras cooperativas, que funcionam restritamente reproduzindo do modo capitalista de produção.

apenas possui validade se forem consideradas as mediações que tecem sua materialidade histórica.

Dessa forma, consideramos a práxis vivenciada na SPLM, na perspectiva da autora:

Focalizamos aspectos da organização do trabalho em espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente, de cunho revolucionário. Partimos do pressuposto de que, quando está em jogo a hegemonia do trabalho sobre o capital, um grupo de trabalhadores/as associados/as ou comunidades inteiras persistiram em criar, recriar e afirmar culturas do trabalho que contrariam a perspectiva de mercantilização da força de trabalho e da própria vida (TIRIBA; MAGALHÃES, 2016, p. 88).

Nos alinhamos também às ações de caráter solidário e associativo, designadas por Adams (2007, p.17), nas quais, as trabalhadoras praticam princípios da cooperação e da autogestão como: “relações dialógicas/democráticas de partilha, de trabalho coletivo, de remuneração igualitária pelo critério do trabalho, da propriedade social ou coletivamente gerida, de respeito e cuidado/defesa do meio ambiente).

Considerando a relação Trabalho-Educação, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, a análise das dimensões ético-políticas e técnico-produtivas da organização e do processo de trabalho, além da formação/educação de trabalhadores, como nos sugere Tiriba e Magalhães (2016), devemos analisar o trabalho associado como totalidade social, considerando as determinações e mediações que forjam sua materialidade histórica, na sua relação com o capital, o que traz uma característica economicamente frágil aos empreendimentos.

Porém, tais empreendimentos não deixam de se configurar como um significativo campo de práticas coletivas de pessoas ou grupos sociais pautados na coletividade e na autogestão, potencializando mediações pedagógicas, que mobilizam saberes podendo fomentar, conforme Adams, a formação de um *ethos* emancipador.

Essa dinâmica de mobilização de saberes pode ser percebida no exercício proposto às mulheres, nas entrevistas, acerca de trazer o que percebem como diferente na vivência do trabalho assalariado e o trabalho associado conforme vivenciado na SPLM. Nessa tessitura, no cotidiano da vivência, emergem uma série de contradições, as quais também buscamos trabalhar como um campo de mediações pedagógicas e que se relacionam aos diferentes graus de compreensão e compromisso com o projeto político do trabalho associado.

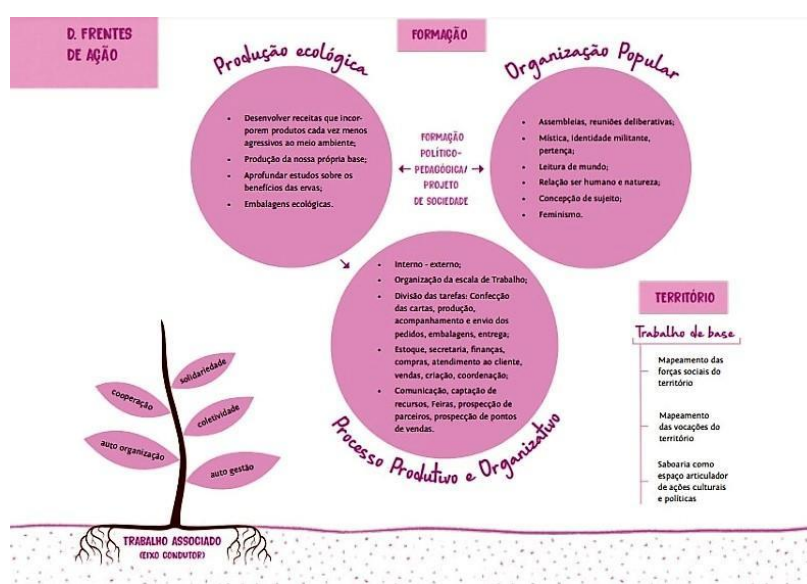
Nesse sentido, faz parte das propostas formativas do coletivo, trazer essa discussão à tona, juntamente com vivências de trocas e conexões com outros empreendimentos de características similares, como um processo no qual, gradualmente sejam desveladas o que caracteriza o trabalho associado, para além do discurso: na vivência cotidiana.

Quando propusemos, no exercício da Sistematização, a reflexão acerca das frentes de ação da Saboaria, tivemos a oportunidade de dialogar com as mulheres sobre a totalidade do empreendimento e sobre o que esse exercício de construção nos demanda para “sobrevivermos” por dentro da estrutura que, ao mesmo tempo, questionamos e enfrentamos.

Na estrutura que construímos, a partir dessas reflexões (e que consta no livro *Las Margaritas em floração*), trazemos a dimensão da Formação em três perspectivas: no que diz respeito à produção ecológica, pautada no cuidado com o meio-ambiente; em relação à organização popular (a partir do território) e correspondente ao funcionamento do trabalho associado, vivenciado cotidianamente nos processos organizativos e formativos.

O trabalho associado, na sua dimensão ontológica como princípio educativo, alinha-se à dimensão da formação (conhecimento), relacionada a um projeto político de sociedade, que, por sua vez, considera elementos como o entrelaçamento entre o intelectual e o braçal (o ‘fazimento’ do sabonete traz em si elementos desse projeto de sociedade), a produção ecológica como forma de amenizar os impactos ambientais representados pela estrutura do capital, integrando também, a organização popular a partir do território, mas que pode transcendê-lo. A figura estruturada (*hiperlink*), elaborada em um primeiro momento, pós sistematização, que representa essas relações, segue abaixo:

**Figura 97 - Frentes de Ação SPLM**



Fonte: Elaborado pela autora e diagramado por Vinicius Agliardi (2021).

Com isso, reforçamos a importância de, junto ao coletivo, reforçar a totalidade do empreendimento, evidenciando suas diferentes frentes de ação. Sobretudo nos meses iniciais

da Saboaria observamos uma tendência por parte das mulheres, moradoras do bairro, em ocuparem somente a função da produção e da manutenção e limpeza do espaço.

Nos diálogos cotidianos sobre isso, buscávamos deixar claro a compreensão sobre os tempos de apropriação de cada mulher sobre as diferentes frentes de ação, mas que seria importante experimentar vivências diferentes, cada uma a seu tempo, visto que a compartimentalização/especialização das tarefas não deixa de ser uma característica do trabalho alienado, e, a nossa intenção formativa naquele espaço era que todas pudessem perceber as suas potencialidades em diferentes tarefas.

Existir preferências é comum, ou maior identificação com uma ou outra atividade, mas também é importante observarmos o quanto às vezes evitamos uma situação por acreditarmos (por uma série de motivos, dentre eles, inclusive, a falta de estímulo de outras pessoas) que não somos capazes. A mobilização de saberes e as ressignificações ocorrem constantemente, quando assumimos essa postura. E a nossa intencionalidade pedagógica, em uma função coordenativa, era justamente minimizar os papéis pré-determinados, que emergiram com muita força no início.

Eu, como integrante da experiência e trabalhadora da SPLM (acho importante mencionar isso, nesse ponto) por dentro da experiência, observo que desenvolvi uma série de saberes demandados pelo processo: habilidades coordenativas e relacionais, visão estratégica do empreendimento, habilidades do trabalho manual que eu não possuía, e da mesma forma que ouvia de algumas mulheres “não sou capaz de falar da Saboaria que nem vocês”, eu também tinha dúvidas sobre minhas habilidades artesanais e muitas outras. Afinal, o processo era novo para todas. E todo esse conjunto de questionamentos eram colocados no coletivo, buscando a construção de um diálogo que viesse a nos fortalecer juntas para que pudessemos exercitar as nossas habilidades, considerando nossas diferenças de histórias de vida, formativas, de temperamentos e etc.

Após a Sistematização da Experiência que reforça entre o coletivo a existência de diferentes “frentes de ação”, a partir da proposta, compartilhamos entre as mulheres envolvidas diretamente no cotidiano da produção e no atendimento aos apoiadores e apoiadoras nas redes sociais a ideia de constituirmos “grupos de trabalho”, visando que todas pudessem aprofundar a sua visão do todo, acerca da SPLM e também que pudesse haver um compartilhamento de ações de modo a todas se comprometerem e se responsabilizarem por cada frente, sendo elas: comunicação, administrativo, comercial, financeiro, qualidade e produtos, coordenação e formação.

No mês de dezembro/2021, o coletivo fez uma avaliação parcial acerca da dinâmica dos GT's, apontando uma série de problemáticas que envolveu a saída de cinco mulheres do coletivo e a chegada de uma nova companheira, a partir da produção do documentário, o que implicou na necessidade de nos reorganizarmos para “cobrir” tais ausências. Nessa dinâmica, as formações ficaram prejudicadas, pois as companheiras responsáveis por essa frente, assumiram outras demandas profissionais, de modo que, no segundo semestre de 2021 conseguimos realizar apenas um momento formativo, planejado. O cotidiano da produção continuou demandando o envolvimento de todas, de modo que reorganizamos as entregas dos produtos, em caráter emergencial, com a contratação de um entregador, após a saída da companheira que era responsável por essa tarefa. Uma nova proposta de organização ficou definida em março/2022.

Nessa avaliação identificamos as fragilidades acerca de algumas frentes de ação, como a comercialização e a busca por novos pontos de venda/escoamento dos produtos. Nessa dinâmica, avaliamos que parceria com o Armazém do Campo em Porto Alegre<sup>160</sup> e a conquista de um ponto de venda na região do centro da cidade<sup>161</sup> foram significativos avanços, no entanto, precisamos aprofundar essa frente. Nossa organização interna em relação ao controle de estoque também necessita de aprimoramentos, e a frequência das formações entre o coletivo e com convidadas e convidados externos precisa ser menos espaçada, sendo apontada como a periodicidade mensal, como ideal. Ajustes necessários e colocados em exercício no decorrer da práxis.

Dentro dessa gama de aspectos frágeis e potentes da nossa construção, evocando as narrativas das mulheres trabalhadoras da SPLM, observamos o que elas apontam como vivências diferenciadas, no contexto do trabalho assalariado e do trabalho associado, sobretudo no que diz respeito ao diálogo e à participação:

(Íris) Trabalhei em três tipos de fábricas: pequena, média e grande...nunca na vida, em nenhuma, existiu uma reunião com os funcionários. Nunca! E olha que eu trabalhei anos, no total quase 15 anos, somando cada lugar. Na fábrica já eram três turnos, entendeu? Já para não ter como se unir com os colegas de trabalho. Eu me lembro que em uma das fábricas que trabalhei, as condições eram muito ruins, parecia quase trabalho escravo, daí eu cheguei e dialoguei: moço, vocês não podem me mudar de função? Eu trabalhava na boca do forno e tinha que erguer seis caixas, parecidas com aquelas que a gente enche de sabão. E daí caía todas as bolachas, e eu tinha que empilhar seis caixas. Daí pedi pra me trocaram de função, para embalar, mas tu não tem voz ativa. Dentro da experiência da saboaria, o que vejo como positivo é que ali a gente tem voz, a gente faz as reunião pra escutar cada um, pra ver o que tá certo, o que tá errado. Divergência? Isso sempre vai ter né... Então esse é um ponto muito

---

<sup>160</sup> Loja de comercialização da produção das cooperativas do MST.

<sup>161</sup> Loja em parceria com outros empreendimentos da região vinculados a UNISOL.

positivo, o negativo é que ainda não conseguimos ter um retorno financeiro, mas na verdade não é negativo, é parte do processo, é uma coisa que tem para se fortalecer.

São relatadas também situações como falta de pagamento, ou ainda maus tratos na relação com os empregadores, além da situação de precarização do trabalho:

(Acácia) Eu já trabalhei em um brechozinho aqui no bairro, foi a única experiência de trabalho, além das faxinas que já fiz, mas a dona ficava humilhando a gente na frente dos outros, ela cada vez que vinha um cliente ela falava: “vai lá, lesma”. Fiquei seis meses. Tinha vezes que eu não tava bem, já fui trabalhar sentido pontada na barriga, porque tava grávida do meu primeiro filho, e eu perguntei se podia faltar e ela disse que não. Daí quando eu saí de lá, ela nem me pagou. Na Saboaria a gente arrumou uma amizade. As gurias respeitam a gente, onde eu trabalhava não. Aqui eu percebo que não tem uma patroa.

Há uma dimensão que se evidencia, acerca do espaço de fala, da participação e da possibilidade de se experienciar novas formas de sociabilidade a partir do trabalho associado:

(Violeta) Nos outros lugares me sentia mais cobrada, é mais difícil, é mais duro, é mais rígido. Aqui a gente aprende a ser humana, aprende a ser boa umas com as outras. Porque eu não enxergava ninguém na minha frente. Não que eu tratasse mal, mas era: “oi, boa tarde e boa noite”, entendeu? Eu não conversava, não dava risada. Não me expunha. Não dava opinião pra nada. Aí, aqui, eu comecei a ouvir, a pensar, a perguntar. Às vezes tô muito quieta, mas é porque eu tô prestando atenção.

Em outros exemplos, além das diferenças de sociabilidade, os aprendizados da experiência são evocados, nesse exercício reflexivo, sobre algumas das diferenças da Saboaria e dos trabalhos anteriores, evidenciando-se também uma das intencionalidades formativas que é compreender aquele espaço, como um espaço que visa o fortalecimento das relações de confiança entre as mulheres, apesar de toda adversidade presente tanto nos relatos de história de vida, quando nas relações cotidianas em que, de acordo com uma das mulheres “a gente confia, desconfiando” :

(Azaleia) Vejo bastante diferença entre a saboaria e a outra empresa que eu trabalhei, de limpeza. Uma é o aprendizado, porque foi uma coisa nova. Fomos atrás de receitas e aprendemos juntas. E outra é a forma como a gente convive com as outras pessoas aqui dentro. Não é aquele ambiente fechado, em que você não pode conversar, rir. Aqui a gente fala o que pensa. Aqui todas nós do coletivo somos vistas como importantes. Porque todas podem participar e ser ouvidas. Vamos ser realistas, né Joanne: nos outros espaços, tu é empregado, tu não tem o direito de expor o que tu pensa. O que tu acha. Tu não pode. É aquilo... é aquilo que tem que ser feito. Tu tem que simplesmente abaixar a cabeça e engolir sapo. E continuar ali. Aqui não. Aqui você pode concordar ou não concordar e pensar junto.

(Dália) Eu venho me sentindo cada vez mais segura do meu trabalho na saboaria, aprendendo as receitas, entendendo as embalagens. Aquele medo que eu tinha de errar no começo, de fazer alguma coisa errada e ter que dizer pras outras, não penso mais assim. É ir aprendendo com os erros e assim vencer a insegurança. Até porque a gente acabou se conhecendo melhor, ganhando confiança, então, na verdade, hoje, eu me sinto em casa ali. Ganhei mais confiança em mim, que eu posso aprender, confiança no espaço da Saboaria e em relação às pessoas. Tudo que eu quero é que a gente vá pra frente.

Em muitas de suas falas, as entrevistadas destacaram as aprendizagens acerca dos modos de fazer sabão e sabonete, dentro dos princípios ecológicos propostos pelo coletivo e também da aproximação com o conhecimento acerca dos benefícios das ervas e argilas que são parte dos nossos produtos:

(Azaleia) Antes você pegava um chá e era só um chá. Mas não é só um chá. As plantas têm vários benefícios para nós, tanto na parte medicinal como na parte espiritual. Eles ajudam bastante. Estamos conhecendo mais sobre cada planta que usamos aqui, os efeitos. A nossa preocupação com as embalagens que não prejudicam tanto a natureza também é importante. Ainda usamos mais plástico do que a gente quer, mas as pessoas também podem reutilizar o plástico que usamos, na garrafinha do escalda-pés, por exemplo. Dá pra colocar remédio, álcool em gel.

(Violeta) Sabe essas coisas do cuidado com o planeta, que a gente conversa e leva para a produção? Eu não ligava pra isso. Plantava uma cebolinha ali, outra coisinha. Sempre mexi com a terra, mas agora eu estou entendendo melhor a natureza, como a gente, às vezes, agride a natureza com o óleo, o lixo. O quanto o ser humano prejudica a natureza extraindo as árvores dos lugares. A importância das ervas. A importância de reutilizar o óleo. Eu gosto muito dos animais, sou completamente contra os maus tratos, se eu ver, eu denuncio. Sou uma protetora. Não quero que a natureza morra pela mão humana. É tipo ter uma plantinha e não dar água pra ela. Lembra aquela semana que não deram água pra planta pra saboaria e ele mirrou? Eu comecei a despertar, Joanne. Eu era amortecida. Ainda tem muita coisa que não entendo, mas agora eu pergunto. A gente tem que estar atualizada, estar esperta pro que tá acontecendo na sociedade. Não sou aquelas 100% boa, entendeu? Mas eu tento ser melhor.

(Íris) Aprendemos mais sobre os pilares da saboaria no dia a dia, nas nossas formações... sempre tem o aprendizado. Que nem eu falo: a Genessy é uma pessoa que vem sempre com muitas novidades. Principalmente as coisas naturais, e coisas que eu não sabia então é um aprendizado, né? Ela ensinou nós a fazer o extrato (glicólico) das plantas é um aprendizado. E aquele lá, com certeza, que a gente comprava, tem produtos químicos. E os que ela ensinou a gente a produzir, não. E um monte de coisas sobre a produção do sabonete que eu nunca tinha ouvido falar. A minha vida até a saboaria, o que era? Venda...entendeu? Na minha juventude era trabalhar em fábrica, imagina? Trabalhei em uma empresa de plástico, uma coisa totalmente diferente do que fazemos hoje, porque evitamos plástico. Era produção, produção, a gente fazia inclusive, um plástico escuro lá, que era umas peças de carro que só o cheiro era puro óleo. E o que o excesso de plástico ajuda? A destruição do planeta né, então eu já venho dali, saí dali só vendas, vendas. Eu nunca tive esse envolvimento com coisas naturais, com pensar sobre a natureza, entendeu? Tudo isso me fez ter mais cuidado ainda na hora de separar o lixo, e também de entender que o sabonete do mercado é mais barato, mas a embalagem dele é mais agressiva para o planeta, a composição química dele, muitas vezes também, é mais agressiva para a pele.

A questão acerca do valor dos produtos, do trabalho artesanal, da dimensão do comércio junto também aparece como uma contradição, importante como objeto de reflexão, por parte das mulheres:

(Azaleia) Uma coisa importante, se a gente pensar a comercialização dos produtos no território, a gente tem que entender que na nossa rede social, insta (Instagram), face (Facebook), a gente vende para uma classe social que tem uma realidade diferente da

minha e da maioria das pessoas do Vila (Ipê). Na nossa realidade do Vila Ipê, entre um sabonete de 6 pila (reais) e um pacote com 5 por 6 pila, nós vamos no pacote com 5. É outro público. A gente precisa entender qual o nosso público, e como a gente oferece um produto com a nossa qualidade também para as pessoas do povo, que tem uma realidade financeira diferente.

Esse apontamento de uma das cooperadas, assim como muitos outros que surgem no cotidiano dos diálogos, das reuniões e das formações abriu um debate importante, no coletivo, sobre as contradições do processo do qual somos impulsionadoras. Sobre alinhar-se à economia popular e solidária, no escopo de um Movimento Popular anticapitalista, por dentro do tempo histórico e da estrutura do capital. Quais as nossas possibilidades de nos autossustentar? Como debatemos essas questões entre todas sem perder o nosso horizonte utópico, mas não deixando de buscar o nosso crescimento como empreendimento?

A gama das contradições que se evidenciam no cotidiano do trabalho associado é significativa e importante de ser problematizada entre todas. Dentre as que se destacam mais constantemente, listamos:

- Quando se identifica, no exercício da Sistematização, como já mencionado, no coletivo, como um ponto a fortalecer: a relevância de que todas as mulheres implicadas no processo se apropriem da Saboaria como totalidade. Discutimos a tendência observada, inclusive pelo fato de historicamente termos internalizado a lógica do trabalho alienado e assalariado, de algumas mulheres manifestarem em seus discursos, observados no cotidiano da práxis, compreenderem que há “chefes”, ou como já verbalizado por uma delas, na entrevista “as principais”, na saboaria (estando essa visão ligada às mulheres que, nesse momento, assumiram a coordenação do processo), ou que há aquelas que “sabem falar melhor da saboaria”, ou ainda que há aquelas que devem trabalhar “só na produção”. Nessa dimensão, a compreensão da dinâmica da cooperação e da autogestão são aspectos a serem retomados sempre nos momentos formativos, assim como na forma de se pensar o cotidiano do trabalho da saboaria.

- Um outro aspecto conflitivo diz respeito aos diferentes tempos de aprendizagem entre as mulheres e a sensação de “injustiça” verbalizada por algumas que apresentam mais facilidade para incorporar o processo (visto que, nas suas percepções, trabalham mais, se esforçam mais)

- A esta dimensão soma-se a própria visão de equidade e meritocracia. Buscamos trabalhar aspectos que demonstrem que as histórias e construções de vidas diferentes incidem sobre esses aprendizados.

- Organicidade no território vs ritmo de produção – Esse conflito também permeia o processo de construção, visto que, principalmente no momento inicial de construção da



Saboaria, o foco do processo estava em estabelecer e consolidar vínculos, identidades, pertencas entre o grupo presente diretamente no processo (além de aprimorar a produção em si, visto que ao haver a veiculação de uma matéria sobre a Saboaria no jornal local, o projeto ganhou visibilidade e os pedidos aumentaram, no segundo mês de produção), tendo como horizonte, em curto prazo (tanto por uma questão de amadurecimento interno como pela própria condição da Pandemia da Covid-19) a retomada da ação militante no território, de maneira orgânica, na busca de fomentar outros processos junto à comunidade.

- Gestar um processo que se propõe, na perspectiva de enfrentamento à lógica do capital, por dentro do sistema capitalista, também se mostra como aspecto conflitivo em diferentes sentidos. O primeiro deles é que muitas vezes, a comunidade do próprio território tende a comprar sabonetes e sabões vendidos no mercado, visto que os valores dos produtos comercializados nos mercados são mais acessíveis (afinal a produção destes atende a um tipo de lógica inversa a que a saboaria propõe).

- A lógica punitiva em momentos propostos como diálogos coletivos para o aprimoramento do conjunto também é observada em falas cotidianas das mulheres do território. Como se o diálogo e a análise autocrítica fossem uma forma de punir as mulheres pelos “erros”, como se elas não fossem também parte do processo autogestionado. Já ouvimos das mulheres, frases do tipo: “Hoje as meninas vão dar a maior bronca”; “Hoje elas vão falar ‘um monte’”.

- Defender a relevância de uma política pública que dê respaldo ao processo auto-organizado (e a questão da economia popular solidária), mas que ela não se estabeleça como um fim em si mesma (afinal o horizonte do trabalho é crítico ao Estado burguês).

- O mesmo ocorre com os editais de fomento, a exemplo do que contemplou a saboaria com a produção do documentário mencionado (não podem se fechar em si mesmos). Fato é que precisamos buscar recursos para a autossustentação, mas, não perder a dimensão formativa acerca da identidade do nosso processo, que pode sofrer modificações desde que legitimadas coletivamente.

Considerando essas questões, estabelecemos como horizontes do coletivo, em médio prazo, *três aspectos* fundamentais para o avanço do processo: *a nossa formalização como uma cooperativa*, para, que dessa forma, possamos nos empenhar na busca por fomentos que nos auxiliem na questão da autossustentabilidade; *o aprofundamento do nível de comprometimento com o processo por parte de todas as mulheres*, de modo que observamos que todas conferem um significado positivo e emancipador para o processo, no entanto, ainda observamos que a necessidade de avanço nos níveis de autonomia nas tarefas por parte de algumas mulheres (o

que se justifica por uma série de fatores, e pode ser trabalhado no cotidiano da práxis e nos processos formativos planejados). Além desses dois aspectos, a *expansão da comercialização* também é um ponto que merece nossa atenção, na busca por formações e por ações que se coadunem com essa perspectiva.

Dessa forma, compreendemos que o espaço do trabalho associado, nas características da experiência proposta, impulsionado por um coletivo de mulheres organizadas em um Movimento Popular, somando-se a elas, mulheres vinculadas a uma organização social é assumido como uma dinâmica de acúmulo de rupturas contra hegemônicas, fazendo-se e refazendo-se no cotidiano de sua práxis, apresentando um potencial emancipador na relação com todas as mulheres envolvidas na experiência, alimentado pelas mediações pedagógicas que permeiam o processo, de modo que os sujeitos adquirem novos saberes, avançam em relação aos aspectos expostos (e também encontram pontos de estagnação) a partir da partilha coletiva.

A construção da SPLM frente à uma situação limite, compreendida como a crise estrutural do capital, tensionada pela emergência da pandemia da covid-19, constitui-se, na perspectiva de Freire (2016a) como um inédito viável, o qual, realizando-se, faz brotar uma outra gama de inéditos-viáveis (visto que essa categoria se nutre da inconclusão humana e da utopia) os quais o coletivo vem se mostrando disponível a perseguir e, com isso, a se transformar, tendo como horizonte, a perspectiva da emancipação, como uma conquista política, moldada pela práxis humana.

### **4.3.3 Educação popular para a construção de uma práxis feminista**

Martins (2021), ao escrever o prefácio do nosso livro “Las Margaritas em floração – Recuperação do processo vivido: maio de 2020 a março de 2021”, evidencia aquilo que chama de “ideias fortes” que permeiam nossa experiência, trazendo à tona a dimensão da “solidariedade ativa”:

A primeira ideia forte é a solidariedade ativa. Ativa porque as pessoas são corresponsáveis na luta pela defesa de suas vidas e de suas comunidades. É compreendida por meio do esforço para organizar a resistência contra a nossa desumanização, que vem galopante, quando perdemos empregos, renda e muito rapidamente nossas geladeiras se esvaziam. Então precisamos nos movimentar para organizar várias formas de repartir, dividir, mapear quem mais precisa, quem pode contribuir, quem pode recolher as doações e fazer chegar lá, onde é preciso que chegue

— lá, onde quem abre a porta é uma mulher da classe trabalhadora. (MARTINS, 2021, p.3).

Nessa reflexão, a integrante da coordenação nacional do MTD descreve uma cena comum ao cotidiano da militância nas periferias: quem nos recebe e nos acolhe é uma mulher da classe trabalhadora, muitas vezes, a principal responsável pela renda familiar. Na experiência do MTD no loteamento Vila Ipê, conforme já descrito, a aproximação e envolvimento das mulheres com as ações coletivas desenvolvidas pelo Movimento, nos levou a construir a SPLM.

Integrar um coletivo de mulheres trabalhadoras, moradoras da periferia urbana, nos demandou, quando identificamos o que compreendíamos como os alicerces, ou pilares, de nossa experiência, reafirmando isso, no contexto da Sistematização da experiência, demarcar o feminismo como uma força estruturante do processo.

Torna-se importante pontuarmos aqui de que feminismo estamos falando, assim como ressaltar que a compreensão do conceito não era e nem é homogênea entre as mulheres do coletivo, de modo que, tanto no cotidiano da prática, como nos momentos formativos que estabelecemos periodicamente, essa temática foi abordada e precisa ser aprofundada, posto que dialoga com a identidade de nosso processo.

Castro e Machado (2016) delineiam o feminismo como movimento social, filosófico e político, pautado em valores de igualdade entre os sexos e de uma vivência humana vinculada ao empoderamento feminino, demandando ainda a organização das mulheres na luta pela libertação de padrões opressores fundamentados nas questões de gênero.

Dentro das diferentes vertentes teóricas e políticas que conformam a concepção de feminismo, o coletivo da SPLM, alinha-se e vem buscando aprofundar a sua práxis, na dimensão do feminismo marxista ou classista, não deixando de reivindicar nessa nomenclatura (como Tiriba o faz em relação ao conceito de Economia Popular Solidária), o termo “popular”, constituindo, portanto, a perspectiva do “feminismo popular classista”.

Essa perspectiva, por dentro do coletivo, tem considerado as contribuições de autoras como Cisne (2018), os estudos organizados por Castro e Machado (2016; 2018; 2019), os quais colocam em diálogo o feminismo e a Educação Popular, as obras de autoras que são referência na temática como Saffioti (2013), Frederici (2017), Aruzza, Battacharya, Fraser (2019). O pensamento de hooks (2017) também inspira o coletivo, e, neste item também contribui para a reflexão acerca de uma pedagogia engajada e transgressora, como prática da liberdade.

É importante sinalizar que essa perspectiva teórica está em construção e emerge como aporte inspirado na práxis cotidiana, acerca das questões que se evidenciam na dinâmica do coletivo. A intencionalidade é seguir aprofundando estes estudos, como espaço formativo

político, e também de estabelecer diálogos com outros feminismos contra hegemônicos ou subalternos, que possam contribuir para a movimentação não somente da nossa ação localizada, e sim, da ação internacional pela libertação das mulheres.

Cisne (2018) situa o feminismo marxista em uma perspectiva materialista, histórica e dialética, tendo como horizonte estratégico de ação política a busca pela emancipação humana. Essa luta pela liberdade substantiva (sermos radicalmente livres), demanda reflexão acerca da conformação das relações sociais permeadas por contradições e conflitos e requer a organização de uma ação coletiva, em torno de um projeto societário classista, sendo insuficiente, apesar de relevante, portanto, pensar em categorizações individuais:

As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo – incluindo sexualidade -, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na resistência política. Afinal, entendemos como relações sociais, aquelas envoltas por conflitos, exploração e lutas entre grupos e classes antagônicas. De forma mais precisa, entendemos que as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho (CISNE, 2018, p. 212).

Ainda na perspectiva da autora, ressaltamos duas questões: a compreensão de que classes sociais não são meras abstrações, sendo necessária a compreensão das particularidades da classe para compreendê-la em sua totalidade. Unidade na diversidade, que pressupõe a heterogeneidade da classe também permeada e constituída por relações de sexo<sup>162</sup> e raça. Além disso, a relevância do Materialismo Histórico Dialético como método, para os estudos feministas, visto que para além de uma perspectiva teórica, configura-se uma estratégia político-interventiva “de desnaturalização das particularidades das diversas desigualdades”, sendo que essa perspectiva também demanda a compreensão do feminismo como um movimento social (CISNE, 2018, p. 214).

Lopes e Silva (2016) nos apresentam questões acerca da aproximação entre feminismo e educação popular, destacando que a pedagogia feminista (considerada na tensão entre teoria e prática), concebida como uma proposta baseada nos princípios da educação popular e como enfrentamento ao patriarcado, não é algo novo. As autoras sinalizam que em diversos países da

---

<sup>162</sup> A autora demarca a preferência teórico-política pela categoria “relações sociais de sexo” e não de gênero, para aprofundamento ver Cisne (2014). Ainda assim, a autora considera no feminismo, a existência de um sujeito coletivo, que também se perfaz como um sujeito político antagônico, o qual, na sua diversidade, composta por mulheres negras, indígenas, quilombolas, lésbicas, transexuais, travestis e trabalhadoras resiste ao sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Disponível em: <http://cressrn.org.br/noticias/ver/1440> Acesso em 20 fev. 2022.

América Latina constam uma série de experiências nessa perspectiva, e atentam sobre a importância de se sistematizar essas experiências, além do estabelecimento de bases teórica, epistemológica e metodológica de uma pedagogia feminista.

Dessa forma, compreendemos que a experiência sistematizada acerca da SPLM integra e dialoga com essa intencionalidade, considerando que a nossa práxis feminista cotidiana se desdobra dos princípios da Educação Popular, sendo também alicerçada pelo projeto societário ancorado no feminismo popular classista, no escopo do Materialismo Histórico Dialético.

No convívio coletivo e cotidiano, as trocas acerca das histórias de vida e das diferenças e similaridades que nos constituem se evidenciam, assim como nas experiências relatadas pelas mulheres entrevistadas ou ainda pelas falas durante as formações, observamos aspectos que atravessam a vivência de todas as mulheres, em diferentes graus que se relacionam à dimensão do patriarcado, à opressão racial e à opressão de classe.

Questões desde a violência física, emocional, observação de situações de violência familiar ao longo da vida, conflitos com os companheiros, conflitos entre outras mulheres, a violação de direitos, a limitação de recursos financeiros (relacionada inclusive à feminização da pobreza), os julgamentos percebidos, recebidos e exercitados acerca da imagem, até diferenças sentidas no ambiente de trabalho, ou ainda as jornadas de trabalho duplicadas ou triplicadas, são compartilhadas entre as mulheres. Nesse exercício, o coletivo se projeta em uma perspectiva de constituir-se como um espaço de reflexão e de apoio mútuo, caracterizado, pela escuta e pela ação dialógica, onde “dizer a palavra”, não é negado a nenhuma das mulheres, afinal, cotidianamente reafirmamos esse direito de todas (FREIRE, 2016a).

Alguns dos exercícios dialógicos que vivenciamos passam pela reflexão acerca da estrutura patriarcal-racista-capitalista vigente no mundo em que vivemos e o quanto, nos nossos processos de desenvolvimento, internalizamos aspectos dessa estrutura e não encontramos espaços que possibilitem reflexão sobre a mesma. Nesse sentido, buscamos evidenciar na construção das relações que permeiam o coletivo da saboaria, o quanto em nossas análises, as dimensões das opressões de classe, raça e sexo precisam estar imbricadas, e não vistas isoladamente, lembrando ainda que:

[...] não é suficiente buscar as explicações das desigualdades entre homens e mulheres na “cultura” ou na “educação”. O entendimento crítico da cultura e da educação hegemônicas e dos símbolos e representações que as permeiam são indispensáveis, posto que reproduzem a ideologia patriarcal. Cabe perguntar, todavia, por que a educação e a cultura são hegemonicamente patriarcais e racistas? Ou seja, por que as ideias dominantes são patriarcais, racistas e a quem elas atendem? De que forma se constituem como dominantes? Quais as determinações materiais dos símbolos e das representações? (CISNE, 2018, p.214).

Marx e Engels (2007, p.47), nos auxiliam a pensar nessa perspectiva, lembrando que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. Dessa forma, ao contar com os meios de produção materiais à sua disposição, acabam também por dominar os ideais vigentes em determinado período histórico, constituindo uma relação hegemônica.

Com isso, reafirmamos, na legitimidade do espaço construído, como um espaço produtivo e de resistência, o reconhecimento da importância de buscar forjar uma contra hegemonia que, no âmbito das relações políticas, se coloque na disputa do projeto societário. A dimensão de um processo que questione o modelo econômico vigente e hegemônico, e que no exercício da práxis faz-se e refaz-se, implicado nas contradições dessa relação, atenta para o fato de que restringir-se à proposição de uma educação libertária, antirracista e não sexista embora fundamental, é insuficiente para a construção de uma sociedade emancipatória. Educação e cultura, conforme discute Cisne (2018), são fundamentais para pensarmos processos de formação de consciência, porém, não são ideias que determinam a realidade. Marx (2008, p. 47), sobre isso ressalta: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Nesses entrelaçamentos reflexivos, acerca de um processo produtivo contra hegemônico, sobre as dimensões estruturais que conformam a nossa sociedade, e, sobretudo sobre o que “ser mulher”, no âmbito das constituições sociais e históricas, significa nessa sociedade, se desenvolvem as mediações pedagógicas no cotidiano da SPLM.

A construção de uma práxis feminista, alicerçada no movimento histórico da Educação Popular, é um desafio que a Saboaria assume, para compreender material e ideologicamente, de forma a contribuir no aprofundamento reflexivo das mulheres que a integram, sobre as estruturas históricas, que conformam a totalidade do modelo de sociedade em que vivemos, as interseccionalidades que perpassam o coletivo e a assunção de uma perspectiva emancipatória, que passa pela afirmação do feminismo classista popular e antirracista, que se projeta em uma perspectiva anticapitalista, de modo que o MTD também defende essas perspectivas.

Saffioti (1987) propõe um resgate histórico acerca dos percursos de mulheres que lutam contra os padrões sociais fundamentados no patriarcado, os quais, constroem socialmente uma suposta superioridade masculina em relação às mulheres, nos diferentes estratos e classes sociais, na forma de um processo pedagógico de subalternização e violência. Essa dinâmica

pode propiciar que as próprias mulheres, ainda que não sejam “machistas”, visto que não contam com os privilégios masculinos vigentes na sociedade, venham a reproduzir ações sexistas umas com as outras. A própria divisão social e sexual do trabalho reflete essa questão, como abordaremos no capítulo 5.

[...] é preciso que a sociedade se empenhe na eliminação de uma mentalidade habituada a promover a inferiorização de fato da mulher. Essa complexa tarefa não é trabalho de uma geração, mas de várias, e, em parte resulta da homogeneização do grau de desenvolvimento econômico e sociocultural já atingido nos grandes centros urbanos. (SAFFIOTI, 2013, p. 129-130).

Aspectos vinculados à violência doméstica, demarcada pela rotinização (Saffioti, 1997) emergem, na narrativa de três mulheres, resgatados da história de vida, com pessoas do núcleo familiar, como o pai, madrasta, tia, ou com o cônjuge, sobre os quais buscamos refletir no coletivo, como por exemplo: “a nossa vida foi complicada, depois que a mãe morreu, fomos (ela e irmãs) morar com uma tia, mas ela obrigava a gente a trabalhar pra ela e tratava todas muito mal. Mas assim... todas nós apanhava junto. Se uma apanhava, todas apanhavam, entendeu? Ela batia em nós mesmo”. (Violeta). Questões sobre presenciar situações violentas também são pontuadas:

(Azaleia) Na minha infância eu vivi várias situações de machismo e violência doméstica. Eu convivi bastante com isso. Desde o meu pai e minha mãe, isso influenciou eu me envolver com esse tema. Crescer escutando esses assuntos, vendo meu pai sendo agressivo com minha mãe mexia comigo. Então eu cresci com um pensamento: quero me formar em alguma área que possa lidar com esses assuntos. Para poder ajudar outras mulheres que também passam por isso. Não consegui me formar, mas, em 2019 eu entrei para o Movimento e sei que posso ter contato com outras mulheres que também sofrem dessa questão e eu posso ajudar. Atualmente também participo do Ministério da Mulher na igreja. E quando tenho possibilidade de ajudar, também ajudo. O ministério é um grupo da igreja em que as mulheres têm a total liberdade de ser elas mesmas, tanto no mundo de dentro da igreja como fora. Tanto é que vai ter o “Quebrando o Silêncio” no dia 28 de agosto e a igreja nos deu essa liberdade de poder expressar sobre o feminicídio, violências, estupros, porque tanto na igreja como fora isso pode acontecer. E eu sempre procuro conversar com as gurias mais novas sobre essas questões.

O recorte da violência, apesar de estruturalmente presente na sociedade, em bairros não periféricos, também se manifesta na perspectiva territorial (estando a população das periferias mais expostas a esse nível de vulnerabilidade), a exemplo disso, podemos citar que o próprio espaço da Saboaria, no caso o muro, já foi alvo de tiros durante a madrugada, em uma ocasião de conflito entre pessoas da vizinhança envolvidas com atos ilícitos.

Em uma outra ocasião, havia somente uma das trabalhadoras na Saboaria, uma jovem negra, que havia deixado o portão aberto, no final da tarde, e estava pesando a soda cáustica, na balança de precisão que temos, para a produção de sabão. Naquele momento, dois policiais entraram no espaço da Saboaria, sem pedir permissão, e um deles agrediu a jovem com um tapa

na sua mão, ocasionando uma queimadura, em sua mão, por conta da soda. O outro policial que o acompanhava o repreendeu e disse que aquele era um espaço de trabalho de mulheres (ele já conhecia o local), mas a ação do colega, foi mais rápida do que a sua explicação. Pediram desculpas, justificaram que estavam em uma ação policial e foram embora.

Episódios como esse são simbólicos ao retratarem as relações de poder que permeiam esse território, e, em muitos momentos a sensação de impotência que moradoras e moradores sentem quando são ameaçados por aqueles que, em tese, trabalham em prol da segurança pública. Cogitamos denúncia para a corregedoria, mas a moradora do bairro, preferiu que isso não fosse encaminhado, por temer algum tipo de represália. Muitas questões permanecem, sendo que as abordamos no coletivo: será que se fosse um bairro nobre essa situação aconteceria? Ou ainda, será que se houvesse algum homem, ou ainda uma mulher branca na saboaria, a conduta do profissional seria a mesma?

No cotidiano da práxis, vivenciamos as situações históricas de opressão que nos fornecem o “conteúdo educativo” para a formação política e para desvelar aspectos da questão social que envolve o nosso contexto de ação. Na contrapartida disso, também vamos observando as relações positivas, sendo construídas no âmbito da vizinhança, que costuma ir até a saboaria olhar os produtos, ou ainda, que participa das ações solidárias que ajudamos a organizar no bairro. A demarcação da Saboaria como um espaço de referência no território e para além dele é um processo em construção, no qual se implicam uma série de mediações pedagógicas, conforme discorreremos no próximo item.

O espaço da SPLM como um local de diálogo e problematização do machismo que as mulheres costumam constatar em suas relações cotidianas, assim como outras situações de opressão ou exploração, diante das quais o coletivo de mulheres se fortalece, e aprende e ensina em conjunto:

(Acácia) Eu tenho percebido que sofro pelo machismo do meu próprio marido. Já ouvi de muitas pessoas que um grupo de mulheres como o nosso não vai dar certo, que mulher tem que ficar em casa. Toda segunda quando eu saio para a saboaria ele (marido) me diz que isso não é trabalho. Já o meu pai gosta daqui. Ele até quer comprar sabonete. Eu nem quero mais perguntar para o meu marido porque ele acha que aqui não é um trabalho, porque quanto mais falamos, mais brigamos.

(Azaleia) Eu percebo que aqui na Saboaria tem uma preocupação real com a vida das mulheres. Eu por exemplo, tenho uma filha, quando não tem com quem deixar, trago para cá...mesmo sabendo que não é o ideal, é o jeito que conseguimos se ajudando. Quando vim para o MTD e agora na Saboaria, eu aprendi muito mais sobre a situação do nosso país, sobre os poucos poderosos que se dão bem em cima de uma minoria, que na verdade é maioria. E eu estou nessa maioria, batalhando pela sobrevivência. Eles tentam tirar a nossa oportunidade de ter uma boa educação, saúde pública,



trabalho digno. Essa maioria sofre racismo, machismo. Tem o preconceito contra os LGBTs e muitos morrem por isso. São classes que ficam no anonimato. Ninguém enxerga, ou finge que não enxerga. Assim como nós mulheres, que muitas vezes, pra gente ser vista, a gente tem que se impor. Que levantar a nossa voz.

A Saboaria, como exercício de relações que configuram novas sociabilidades, como um lugar de reforço de vínculos que se estabelecem na perspectiva da autoestima e do empoderamento das mulheres também se reflete nas falas das entrevistadas, como explicitado pela Acácia: “antes de começar a trabalhar na saboaria, eu tinha a impressão de que era cada uma por si. Não sabia que a gente podia se unir e uma ajudar a outra, quando se tem um problema”. Outro relato que evidência a relevância do coletivo de mulheres:

(Azaleia) O que me motiva pra ter força para continuar na luta é eu ter nascido mulher, primeiramente. Percebi isso aqui, no MTD, no grupo de mulheres da igreja. Ainda mais porque eu sou uma mulher que gosta de falar e de vez em quando até gritar, porque eu não vou me calar. E também por estar aqui na Saboaria, com um coletivo de mulheres, todas nós diferentes, e mesmo assim, cada uma com a possibilidade de falar e ser escutada. União. Na união a gente tem a força de ao invés de você ser oprimida, você ficar livre disso. Você faz valer a sua vontade, a sua voz, o seu valor. É você ser quem você quer ser. E não aceitar que exista o desrespeito do homem com a mulher.

O reconhecimento do coletivo de mulheres como um espaço acolhedor e potente para revisitar e ressignificar a própria história, assim como para projetar o futuro, também integra essa práxis feminista construída no cotidiano do trabalho e das relações, de modo que isso se evidencia em alguns relatos:

(Violeta) Aqui pra mim é um ambiente mais família, por causa do carinho, do afeto. Eu apanhei muito na minha vida e já cheguei até a pensar que era normal. Mas aqui não. Se a gente tá errada, a gente conversa, olho no olho, sem fofoca. Até porque errar é humano. Antes eu era uma songa, eu não sabia de nada do que faço hoje, dos sabonetes, antes de entrar aqui. Se a gente tá aqui na Las Margaritas juntas, a gente tem o mesmo objetivo. Lógico que tem briguinhas e desentendimentos. Mas aqui o que prevalece é a união. Uma ajuda a outra. Mais que isso: uma levanta a outra. E isso me faz dar muito valor para esse espaço.

(Dália) Sabe o que eu sinto? Que eu, por muitos anos, era aquela “mulherzinha”, eu não tinha noção da minha força e do que eu posso fazer. Quando casei, meu marido nunca foi de me incentivar a fazer as coisas. Ele também não proibia nada, mas não incentivava e aquilo vai ficando cômodo pra ti. Eu queria ter um pouco da minha cabeça hoje, anos atrás. Mas, tudo bem, já passou. Minha vida era minha casa e meus filhos. Agora, na Las Margaritas eu percebo, que além de um trabalho, a gente tem uma formação. A gente aprende sobre muitas coisas que não são só fazer sabonete. E eu percebi aqui que além de capacidade de aprender, eu tenho voz.

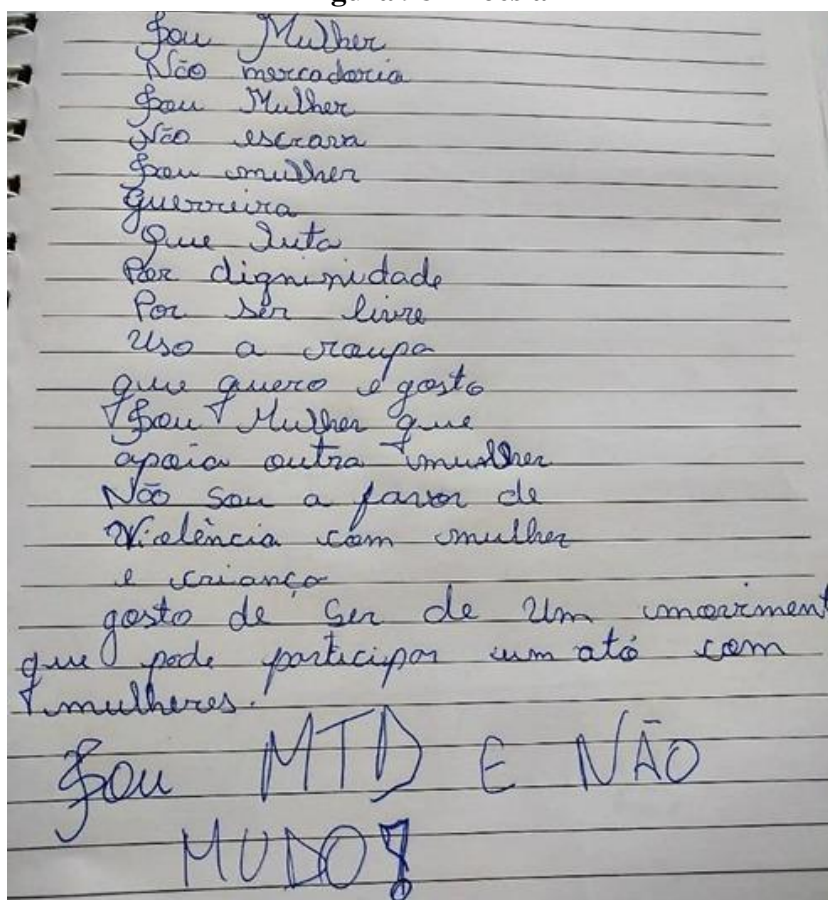
(Íris) Hoje a gente vive um momento muito indefinido: crise econômica, desemprego, pandemia. Não adianta dizer que vai melhorar só por dizer. “Ai, as coisas vão melhorar... tudo vai ser diferente” Isso aí é um clichê, mas a realidade da vida não é um clichê, ela é dura, muitas vezes. Pensar positivo ok, pode ajudar. Outra coisa é encarar a realidade que não tá positiva. Aqui, juntas, a gente se sente mais forte, percebe que as mudanças na nossa vida, são nossa responsabilidade, e, quando a gente

tem um ponto de apoio, mulheres que se apoiam, pra se incentivar, pra desabafar, e até pra discordar e pensar junto, a gente se encoraja.

Dessa forma, o movimento que o coletivo vem trilhando é o da escuta, do diálogo acerca das questões do dia a dia, das histórias de vida compartilhadas. Uma escuta afetiva, interessada, pautada em laços estabelecidos, e também, pela implicação das relações construídas, intencionalmente pedagógica. Olhando para os conflitos e contradições que emergem no cotidiano. Sem cargas teóricas descoladas da realidade. Nessa trilha, vamos dando início a essa experiência de educação popular, que, de acordo com as mobilizações do coletivo, vão ganhando profundidade reflexiva acerca das estruturas opressoras que forjam nossa sociedade. Tecendo também possibilidades de crescermos juntas e potencializarmos o nosso encontro, cada uma, com suas características, histórias, e formas de aprender.

A próxima figura retrata uma poesia escrita por uma das mulheres do coletivo, no cotidiano da produção, em um intervalo para descanso. Foi escrita espontaneamente e depois mostrada para mim.

Figura 98 - Poesia



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2020).

O resgate da cultura popular no fazimento dos sabonetes, que considera e valoriza os saberes acerca das ervas e seus efeitos possui também um lugar de destaque no processo, sobretudo aos termos a oportunidade de, por meio da materialidade, retomar aspectos que condizem à organização de coletivos de mulheres, na perspectiva da vida comunal desde o período feudal, até a transição para o capitalismo.

As vivências e diálogos estabelecidos, a partir dos (re) aprendizados sobre as ervas e da nossa relação com a natureza e com o nosso corpo, contribui para nos aproximar de reflexões (ainda iniciais), na perspectiva que Frederici (2017) propõe: resgatando a história das mulheres das sociedades medievais e afirmando que a transição para o capitalismo perfaz-se como uma questão primordial para a teoria feminista, ao passo que, nessa configuração, a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações entre homens e mulheres nesse período foram estabelecidas fundamentadas na violência<sup>163</sup> e na intervenção estatal, não deixando dúvidas

<sup>163</sup> Nesse processo de transição para o capitalismo constam o cercamento de terras erras comunais, o colonialismo, a escravidão e a própria caça às bruxas – que traz profundas consequências como o domínio patriarcal sobre os corpos e a sabedoria das mulheres.

quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista. Essas discussões estão em processo de formulação pelas responsáveis pelos processos formativos do coletivo, considerando elaboração de forma e conteúdo para o aprofundamento do debate.

As próximas figuras retratam a produção natural do extrato glicólico à base de ervas para a feitura do sabonete e a ornamentação do nosso espaço em um momento de formação.

**Figura 99 - Ervas para a preparação do extrato glicólico**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2020).

**Figura 100 - Ornamentação do espaço, em momento formativo**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2020).

Um outro momento em que pudemos exercitar introdutoriamente a práxis feminina de modo diretamente relacionado ao fazer cotidiano dos produtos, foi quando começamos a produzir os shampoonetes<sup>164</sup> (figura 104), e fomos escolher os nomes que daríamos a eles. Uma das integrantes do coletivo trouxe a sugestão de homenagearmos mulheres, conhecidas historicamente, que inspiram o nosso processo, de modo que levantamos entre nomes e histórias de vidas, cinco delas: Elza Soares, Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Frida Kahlo e Pagu. Todo esse processo que integra o fazer manual e o acúmulo de conhecimento sobre a vida das mulheres, desconhecidas por parte do coletivo, segue em processo de aprofundamento, no entente, mostra bases potentes e importantes na formação sobre aspectos do empoderamento feminino e da teoria feminista, no escopo do Materialismo Histórico Dialético e também em diálogo com feminismo decolonial.

**Figura 101 - Shampoone Dandara dos Palmares**  
(*card explicativo - história*)



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2021).

<sup>164</sup> Shampoos sólidos e sabonetes, integrados em um mesmo produto à base de ervas e argilas, produzidos desde a base artesanalmente.

**Figura 102 - Shampoonete Dandara dos Palmares  
(card explicativo - propriedades)**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2021).

**Figura 103 - Produção do Shampoonete**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2021).

**Figura 104 - Shampoonete Carolina Maria de Jesus**



Fonte: Acervo da Saboaria Popular Las Margaritas (2021).

Nesse sentido, dimensão da práxis feminista se dá, portanto, processualmente, no estabelecimento de relações genuínas, de cuidado, confiança e de solidariedade. A busca da exemplaridade por parte das militantes que assumem a coordenação do processo também é muito importante, além da demarcação do nosso processo no escopo da luta popular, da formação política e da auto-organização permeada pela vivência do trabalho associado como princípio educativo.

Nesse exercício, hooks (2017) também nos inspira, quando como educadoras populares, assumimos um compromisso com a autoatualização e com uma educação progressiva e holística, na perspectiva de uma “pedagogia engajada”, como prática da liberdade, ao passo que proporcionar um ambiente reflexivo que questiona a dominação e opressão históricas, aprofunda a dimensão feminista e antirracista.

Buscar holisticamente a autoatualização, na perspectiva de hooks (2017, p.28) funciona como um indício importante na dimensão ao autocuidado por parte das educadoras militantes, ao passo que “se a pessoa que ajuda estiver infeliz, não poderá ajudar a muita gente”. A autora desenvolve o conceito de autoatualização, em uma perspectiva crítica à objetificação do professor e da professora dentro das estruturas educacionais burguesas. Nesse aspecto, a pedagogia engajada demanda esse exercício de autoatualização, que se pauta na visão integral de ser humano, na promoção de espaços empáticos e acolhedores, que favoreçam o entusiasmo

e o envolvimento real das pessoas naquele espaço, nos quais a educação seja compreendida como a compreensão global da vida e não de uma forma cindida ou fragmentada.

O enfrentamento à solidão da mulher da classe trabalhadora, da mulher militante, que muitas vezes acaba imersa em tantas tarefas e acaba sem tempos/espços para aprofundamentos reflexivos acerca dos reais sentidos de tudo o que faz, pode se dar na celebração do encontro de um coletivo mobilizado por uma pedagogia engajada, que considera a questão do autocuidado e do bem-estar, ao passo que considera a educação como humanização.

Essas questões também atravessam nosso fazer cotidiano, quando dialogamos sobre os benefícios das ervas, sobre a importância das embalagens ecológicas no processo de depredação do meio ambiente, da importância de buscarmos nosso bem-estar nas relações que cultivamos no cuidado de si, coletivo e do planeta. Formas de trabalharmos aspectos da conscientização imbricadas no processo de organização do trabalho diário. Muitas vezes ouvimos: “quando estou aqui preparando os sais de banho parece que me sinto bem”, “mexer com as ervas me acalma”, a partir dessas falas, diferentes janelas se abrem para aprofundarmos aspectos acerca da temática do cuidado de si, do coletivo e do planeta.

O objetivo desse item corresponde a evidenciar aspectos e alicerces teóricos da práxis feminista no escopo da educação popular, que o cotidiano da saboaria nos permite exercitar, inventar e reinventar. Intercalando os momentos intencionalmente planejados que visam a discutir essa temática acerca da opressão estrutural e histórica das mulheres na sociedade de classes, racista e patriarcal, com os momentos que o nosso fazer diário nos proporciona, seguimos elaborando as nossas formulações e compreensões que projetam cotidianamente o horizonte emancipatório e que forja novas formas de sociabilidade contra hegemônicas.

#### **4.3.4 Articulação no território e para além dele, a partir da Saboaria: formas de comunicar e fortalecer a experiência para disseminá-la**

Conforme mencionado anteriormente, o exercício da Sistematização e as reflexões ocasionadas pelo mesmo, reforçaram no coletivo, a relevância da ação no território periférico como uma força estruturante do processo, fundamentado no trabalho associado. Nesse sentido, o território periférico pode ser compreendido como lócus educativo e de empoderamento popular, sendo também, um potente palco de mediações pedagógicas em movimento, conforme discutimos ao longo do capítulo 3, quando afirmamos que *na travessia* do trabalho de base vivenciada pelo Movimento Popular, encontramos no território periférico, o solo fértil para o



cultivo do germe do Poder Popular, com muitas adversidades enfrentadas (estruturais, conjunturais, relacionais) mas também com potências fundamentais para seguirmos, como militantes, na tarefa histórica de tensionar as contradições da lógica do capital.

Em um primeiro momento, iniciamos a experiência da Saboaria no Centro Comunitário do bairro Vinhedos e, após diversas articulações estabelecidas, a partir da experiência concreta, com seus êxitos e desafios, transferimos sua sede para o loteamento Belo Horizonte, na região do entorno do território onde iniciamos o trabalho de base.

Quando concretizamos a construção de um espaço como o da SPLM, dotado de intencionalidades político-pedagógicas, compreendidas como educativas da sociedade como um todo para além do coletivo implicado na ação, observamos que esta condição nos favoreceu para a expansão das articulações do coletivo tanto no território, como para além dele, de modo que situamos tais articulações também como um campo de mediações pedagógicas.

Afirmo isso porque fomos procuradas por diferentes lugares interessados em reverberar a experiência, desde veículos de mídia até instituições de ensino, além do Movimento Popular que também divulgou e reverberou a experiência junto ao campo político em que nos situamos.

Além disso, muitas pessoas, sem vínculos à organizações políticas nos procuraram para contribuir de alguma forma, consumindo os produtos, divulgando, doando materiais, oferecendo ação voluntária, como por exemplo, uma fotógrafa profissional que se ofereceu para fotografar os produtos e as mulheres da Saboaria para aprimorarmos nosso catálogo, ou ainda, uma professora universitária que articulou suas turmas para organização de uma ação social que consistiu em fabricar e doar nossas bancadas de trabalho e armários para armazenamento dos produtos, quando nos mudamos para o loteamento Belo Horizonte. Uma rede de solidariedade e cooperação, para além do território, também veio se conformando, a partir do momento em que as pessoas tomaram conhecimento da existência da SPLM, dos seus objetivos e propósitos.

Para organizar essa dimensão das articulações no e para além do território, a partir da SPLM, elaborei os quadros que seguem, nos quais constam as que se destacam:

**Quadro 7 - Articulações realizadas no Território, a partir da SPLM**

<b>Articulações realizadas no Território (Zona Norte)</b>	<b>Ações realizadas</b>
Artistas locais ligados à Cultura Hip Hop e ao Skate, que realizam ações sociais no território	Pintura da SPLM (2020). Participação dos artistas na Escola Popular das Artes, durante o segundo semestre de 2021.
Rádio Legal (comunitária, região: zona norte)	Entrevista sobre a SPLM e divulgação dos produtos
Centro Comunitário Belo Horizonte (AMOB)	Realização de momentos formativos entre o coletivo (2020 e 2021). Realização da formação em Saboaria Artesanal em parceria com a “Mandinga Cosméticos” (2021). Realização da Ação Marmitas Solidárias – uma vez ao mês, entre maio e dezembro/ 2021. Realização da Festa de Dia das Crianças, em articulação com os parceiros da Ação: Marmitas Solidárias (2021). Realização das aulas da Escola Popular das Artes de agosto/2021 a fevereiro/2022.
Arrecadação de óleo de cozinha	Realizada no espaço da SPLM para produção de sabão de limpeza.
Reciclagens	Visita às reciclagens da região como estratégia de comercialização dos produtos e para estabelecer diálogos sobre o papel de agentes ambientais (recicladoras e recicladores e mulheres trabalhadoras da saboaria) - 2021.
UBS Vila Ipê e Belo Horizonte	Articulação para montagem de uma “banquinha de vendas” em frente a UBS, uma vez por semana (rede de comercialização).
Escola Municipal Ruben Bento Alves (Vila Ipê)	Divulgação da iniciativa e produtos junto à comunidade escolar (intencionalidade: rede de comercialização) Articulação para elaboração de projetos, junto à equipe pedagógica, tendo a aprendizagem no território como centralidade, partindo de dois materiais: livro “Las Margaritas em Floração” e documentário “Las Margaritas Semeando” em (2021) Exibição do documentário “Las Margaritas Semeando” aos estudantes e docentes, em outubro de 2021.
Escola Municipal Tancredo Neves (Belo Horizonte)	Divulgação da iniciativa e produtos junto à comunidade escolar (intencionalidade: rede de comercialização). Articulação para participação na feira de artesanato local da escola, denominada “Dia da Família na Escola”, realizada periodicamente, durante os finais de semana.

	<p>Articulação para elaboração de projetos, junto à equipe pedagógica, tendo a aprendizagem no território como centralidade, partindo de dois materiais: livro “Las Margaritas em Floração” e documentário “Las Margaritas Semeando” em (2021)</p> <p>Gravação de depoimentos do documentário, na escola</p> <p>Exibição da estreia do documentário, aberta à comunidade (com limite de lugares, em função da pandemia), em setembro/2021.</p>
<p>Edital Ações Culturais na Comunidade, com recursos da Lei Aldir Blanc, promovido pela Secretaria de Cultura do Estado com o apoio da Central Única das Favelas (CUFA) do RS e de Frederico Westphalen.</p>	<p>Inscrição e contemplação.</p> <p>Organização coletiva para a divisão dos recursos advindos do Edital – parte para uso individual, parte para o caixa da Saboaria para o custeio de matérias primas, materiais e impressão de exemplares do livro sobre a recuperação do processo vivido.</p> <p>Reflexão acerca do papel das mulheres da saboaria como agentes culturais da comunidade.</p>
<p>Ação: Marmitas Solidárias</p>	<p>Ação realizada localmente, em parceria com voluntários, com o objetivo de preparo e doação de 100 a 130 marmitas, mensalmente, destinado à população vulnerável do bairro.</p> <p>A arrecadação e o preparo do alimento são realizados pelo grupo de voluntários, no espaço do Centro Comunitário Belo Horizonte e a organização das famílias e distribuição são realizadas pelas mulheres da SPLM, moradoras do bairro. Dessa ação, desdobrou-se a organização da Festa de Dia das Crianças realizada em outubro/2021.</p>
<p>Escola Popular das Artes</p>	<p>Articulação realizada, a partir da relação estabelecida com a Escola de Teatro “Tem Gente Teatrando”, localizada na região central da cidade.</p> <p>A Escola já tinha um projeto de fomento cultural aprovado, e, com nossa aproximação, se disponibilizam a ajustar o projeto, em caráter de organização coletiva e comunitária. O objetivo é oferecer às crianças e jovens da região, formação artística (inspiração na metodologia do Teatro do Oprimido de Augusto Boal) e acesso a outras expressões artísticas como dança, grafitti, versos, customização de camisetas, maquiagem, confecção de máscaras, dentre outros. As aulas ocorreram semanalmente, às terças e quintas.</p> <p>As aulas foram realizadas entre agosto/2021 e fevereiro/2022, sendo que participaram dessa articulação: Escola Tem Gente Teatrando, Escolas Municipais Ruben Alves e Tancredo Neves (prospecção de estudantes), artistas locais para as oficinas artísticas, Centro Comunitário</p>

	Belo Horizonte (espaço onde aconteceram as aulas), MTD/SPLM.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

### Quadro 8 - Articulações realizadas para além do território, a partis da SPLM

Articulações realizadas para além do território	Ações realizadas
Veículos de mídia: Jornal Nosso Bem-Estar Caxias do Sul; Matéria no site da UCS; Jornal Pioneiro; ECOA UOL; Brasil de Fato Tua Rádio São Francisco	Matérias sobre a iniciativa da SPLM. No jornal Brasil de Fato: Matéria sobre o documentário “Las Margaritas Semeando” <sup>165</sup> .
MTD Nacional	Participação em formações da Escola Ana Dias e do GT Trabalho e Renda, relatando a experiência da Saboaria.
MTD Rio Grande do Sul	Ciclo de Diálogos: A economia dxs trabalhadorxs (2020) – 2 encontros: “Trabalho Associado e Poder Popular” e “Economia de Francisco e Clara”.
Marcha Mundial das Mulheres de Caxias do Sul	Participação na Live “Solidariedade e resistência feminista em tempos de pandemia”.
Juventude Católica Operária (JOC)	Roda de Conversa junto ao grupo de jovens.
Cáritas Rio Grande do Sul	Participação em Reunião Estadual para apresentar o coletivo da Saboaria.
Redes Sociais da Saboaria (Instagram e Facebook)	Contato constante com as pessoas que acompanham o processo pelas redes (que também assumem um papel de registro da experiência, como uma narrativa histórica que vai desde os nossos princípios até os nossos movimentos, articulações e conquistas) Nas redes sociais, além de pedidos, recebemos dicas e elogios sobre o nosso processo, convites, propostas de doações e parcerias. Compartilhamos muitos dos elogios que recebemos com as mulheres do coletivo, como uma forma de mostrar como o nosso trabalho está reverberando juntos às pessoas e também como uma motivação concreta para seguirmos (já recebemos também algumas reclamações acerca de alguns produtos, que buscamos sanar).
Escola de Teatro “Tem Gente Teatrando” (Caxias do Sul)	Gravação das <i>webséries</i> <sup>166</sup> , vinculadas ao documentário sobre a Saboaria, no espaço da escola

<sup>165</sup> Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2021/09/17/documentario-retrata-a-saboaria-popular-coordenada-por-mulheres> Acesso em: 10 dez 2021.

<sup>166</sup> As Webséries consistiram em quatro episódios sobre a produção da SPLM e também foram gravadas a partir do Edital da Fundação Marcopolo, viabilizado pela Lei de Incentivo à Cultura “Aldir Blanc”. Episódios: EP 1 – Sabão Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pmEugq2-TYs>; EP 2 – Shampoo Sólido Nutritivo Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=MyDrlw\\_mdly&t=55s](https://www.youtube.com/watch?v=MyDrlw_mdly&t=55s); EP 3 – Sabonete de Lavanda

	Articulação para o projeto Escola Popular das Artes (ocorrido no território).
Fundação Marcopolo	Produção do documentário “Las Margaridas Semeando” (2021) <sup>167</sup> – versão com e sem acessibilidade.
Armazém do Campo (Porto Alegre) – rede de produtos da Reforma Agrária Popular do Brasil (vinculada ao MST)	Articulação para estabelecimento de Ponto de Venda no local.
Instituto Federal Farroupilha (NEPGS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade) Instituto Federal Caxias do Sul Instituto Federal Viamão	IF Farroupilha e IF Caxias – Lives com objetivo de compartilhar a experiência da SPLM. IF Viamão – articulação de formação voltada ao projeto de extensão no Quilombo Anastásia, sobre organização popular e saboaria artesanal (prevista para o mês de janeiro/2022, mas adiada por conta da variante ômicron (Covid-19): prevista para o primeiro semestre de 2022.
Universidade de Caxias do Sul	Relação com a Incubadora Social da Universidade Participação junto às turmas de: Processos de Aprendizagem, Design de Embalagens e Ponto de Vendas; Publicidade e Propaganda; Comunicação Assertiva e Estratégias da Comunicação Oral, Serviço Social, Pedagogia, além de duas turmas do Programa de Pós-graduação em Educação (2020 e 2021). Estréia virtual do Documentário Las Margaridas Semeando em atividade promovida pelo Observatório de Educação, Centro de Estudos Latino-americanos em Pesquisa e Educação (Celaped) e PPGEduc (2021).
Procuradoria Especial das Mulheres da Câmara dos Vereadores de Caxias do Sul	Live em referência ao agosto Lilás, com a temática “empreendedorismo feminino” (2021).
Coletivo Caxias Lixo Zero	Participação na Semana Lixo Zero (2020), com a live “Las Margaridas, nosso jeito de ser e fazer” e prêmio “Atitude Cidadã (2021).
Câmara dos Vereadores de Caxias do Sul	Participação no programa Roda de Saberes, na TV Câmara <sup>168</sup> . Entrevista sobre a SPLM, o livro e documentário (2021).
Secretaria Municipal da Cultura	Participação no evento Mulheres Em Trama, como expositoras na “Feira Criadoras”. Evento em alusão ao 8 de março (2022). Participação em feira na Semana do Artesanato (2022).
Feiras de comercialização	Participação na 22ª. e 23ª. Feira Estadual da Economia Popular Solidária do RS. Participação na 27ª. Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop), em Santa Maria – RS (2021).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H8GgpI9oKXU&t=11s>; EP 4 – Escalda-pés Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dvjV3dzOWNM>.

<sup>167</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vzKhRGSrykQ&t=928s> Acesso em: 08 mar 2022

<sup>168</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t-4Vw2nco5Y> Acesso em dez 2021

	<p>Participação em duas edições do Bazar Refugio em Caxias do Sul (2021).</p> <p>Participação em duas edições da Feira Criativa promovida pela Mostra Tum Tum em Caxias do Sul (2021).</p> <p>Participação na Feira de artesanato natalino, promovida pela Secretaria Municipal da Cultura de Caxias do Sul (2021).</p> <p>Feira no Evento “Kizomba” em alusão ao Dia da Consciência Negra.</p> <p>Participação em Evento em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e caribenha.</p> <p>Participação na 33ª Festa Nacional da Uva, junto ao stand de artesanato caxiense – empreendimentos da economia popular solidária cadastrados na secretaria municipal de cultura.</p> <p>Feira Vegana.</p> <p>Bazar Resgate/ Brechó Solidário na Escola “Tem gente Teatrando”.</p>
40ª. Reunião Nacional da Anped	Participação na XI Mostra Trabalho e Educação (GT..) com a exibição do documentário “Las Margaritas Semeando” <sup>169</sup> (2021).
Produções em eventos e periódicos acadêmicos	<p>Apresentação de Trabalho intitulado Las Margaritas: Relato de uma experiência de mulheres forjada no Movimento Popular, no V Colóquio de Educação Discente - UCS<sup>170</sup></p> <p>Apresentação de Trabalho<sup>171</sup>, no GT 03 da 40ª Reunião Nacional da Anped, intitulado: Mediações Pedagógicas no Território de Empoderamento Popular: um coletivo de mulheres em floração.</p> <p>Artigo publicado na Revista Reflexão e Ação, do PPGEdU da Universidade Santa Cruz do Sul, intitulado: Las Margaritas: germinando uma experiência de mulheres cooperadas ancorada na Educação Popular.<sup>172</sup></p>
Unisol - RS	<p>Inserção no grupo da região da Serra Gaúcha (2022)</p> <p>Articulação junto às mulheres do grupo da região para ter um espaço no ponto de comercialização da Economia Popular e Solidária, localizado na região central da cidade (2022).</p>

<sup>169</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vkpQKQXZJx4&t=1889s> Acesso em dez 2021

<sup>170</sup> Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/livro/v-coloquio-de-educacao-discente-pesquisa-em-educacao-as-tecnologias-e-as-relacoes-humanas-possiveis-horizontes/>. Acesso em dez 2021.

<sup>171</sup> Disponível em: <http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos>. Acesso em dez 2021.

<sup>172</sup> PEDRO, Joanne Cristina; PITANO, Sandro de Castro; STECANELA, Nilda. LAS MARGARITAS: GERMINANDO UMA EXPERIÊNCIA DE MULHERES COOPERADAS ANCORADA NA EDUCAÇÃO POPULAR. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 1, p. 100-114, jan. 2022. ISSN 1982-9949. Acesso em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/16009>. DOI: 10.17058/rea.v30i1.16009.

Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong)	Inserção no “Banco de Práticas Alternativas” do projeto Novos Paradigmas: para um outro mundo possível.
--	---

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Olhar para o território da experiência e para as articulações exercitadas nele como mediação pedagógica implica na reflexão acerca das relações que as mulheres que vivem no loteamento trazem em suas falas acerca da forma como percebem o espaço, na suas vulnerabilidades (sobretudo questões de preconceito e violência) e potências (destacando-se as redes de solidariedade e a dimensão do acolhimento que permeia o espaço), como buscamos destacar no item que aborda as noções de autorreferência e coletividade.

Nessa perspectiva, cabe apontar, a valorização das aprendizagens verbalizadas pelas mulheres e observadas por todo coletivo, acerca da demarcação de um papel, que todas nós passamos a desempenhar no território, para além da configuração de trabalhadoras da saboaria e militantes de um Movimento Popular.

À medida que nossas inserções em espaços formativos para os quais fomos convidadas a compartilhar a experiência, na preparação do documentário e no exercício de sistematização da experiência retratado no livro, ou ainda, quando pessoas nos procuravam com a finalidade de desenvolver ações de voluntariado no bairro, como no caso das marmitas solidárias, podemos dizer que foram se evidenciando diversos papéis desempenhados por nós: agentes culturais, nos aperfeiçoando na dimensão do trabalho artesanal, com ervas resgatadas dos conhecimentos da popular; agentes ambientais, buscando exercitar um modo de economia conectado ao cuidado com o planeta e refletindo isso no nosso fazer diário na saboaria: separação de resíduos e reaproveitamento dos mesmos.

Nesse processo, fomos (e estamos) nos constituindo como “articuladoras do território”, com uma ação que transcende ao mesmo. Dessa forma, o nosso propósito de conceber a Saboaria como um espaço de articulações vem ganhando forma e conteúdo à medida que registramos e avaliamos as experiências, em uma dimensão de acúmulos e processualidade.

Dois momentos relevantes nesse contexto merecem destaque: a partilha e validação do livro, com falas próprias, descritas em trechos do mesmo e reconhecidas por todas as mulheres, além da gravação das entrevistas e *webséries* que compõem o documentário, no qual pudemos observar o comprometimento de todas com a história do coletivo e com os modos de fazer do mesmo. Momentos simbólicos desse processo ocorreram tanto no dia em que cada mulher recebeu uma cópia impressa do livro e na ocasião da estreia do documentário na EMEF Tancredo Neves, conforme as figuras que se seguem.

**Figura 105 - Entrega dos livros impressos**



Fonte: Acervo de Sara Eduarda de Castro (2021).

**Figura 106- Estreia do documentário “Las Margaritas, semeando”, na EMEF Tancredo Neves**



Fonte: Acervo de Claudia Velho (2021).



**Figura 107 - Detalhe da ornamentação do espaço, na estreia do documentário**



Fonte: Acervo de Claudia Velho (2021).

Em outra escola do território, a EMEF Ruben Bento Alves, organizamos, junto à direção e coordenação, sessões de exibição do documentário, junto às turmas do 6º. ao 9º. Ano e os docentes. Foi interessante observar os estudantes das escolas da região onde exibimos o documentário reconhecendo as vizinhas na tela e o espaço da Saboaria, situado na vizinhança, e compreender, a partir das falas e avanços do coletivo da SPLM, como esse processo foi transformador, em diferentes níveis, na vida de todas as mulheres implicadas: moradoras do bairro e não moradoras do bairro.

Dentro dos diálogos propostos acerca da experiência do documentário, falas sobre “ganhar segurança” ou “ser reconhecida” emergem:

(Violeta) Eu achei que ia ter vergonha de falar na frente da câmera. Achei que ia travar, que não ia conseguir me expressar do jeito certo. Mas, quando percebi eu já estava contando a nossa história, porque eu vivi ela, ajudei a escrever. Eu fiquei muito feliz podendo me ver no vídeo e os gurizinhos da escola vieram me contar que conheceram o meu trabalho, que passaram na escola e quiseram entender mais de como funciona a Saboaria.

(Íris) Agora a gente tá famosa (risos), mas na verdade só a gente sabe a luta que é para erguer um negócio desses e que as coisas não são tão fáceis que nem parece, quando

a gente posta uma foto na rede social. Eu peguei muito gosto por organizar a ação das marmitas, sinto que é uma coisa importante que a gente tá fazendo no bairro, ainda mais nesse tempo de pandemia. Eu peguei o contato de todo mundo. Criei um grupo de WhatsApp e agora a comunicação fica mais fácil.

Nesse exercício de aprendizagens, observamos que o tecimento das relações, de acordo com as prospecções do coletivo, vai dando novas formas e possibilidades ao empreendimento e a nossa identificação com ele, na sua relação com a totalidade histórica.

Ao longo do processo, vamos também identificando e avaliando a qualidade das relações construídas, em alguns momentos com contatos mais intensos e em outros com afastamentos. A exemplo disso, podemos citar a nossa relação com a Incubadora Social da Universidade de Caxias do Sul, cujos docentes nos acolheram ao ouvirem nossas demandas formativas (listamos uma série delas, que envolviam de assessoria jurídica à farmacêutica, passando por questões vinculadas à segurança do trabalho, dentre outras), no entanto, até o momento, essas relações não tiveram desdobramentos concretos que pudessem contribuir no processo de formação do coletivo, de modo que, vamos buscando outros espaços para construir essas relações (incluindo a Unisol e a incubadora social da Universidade Federal do Rio Grande Sul).

Nessa dinâmica, vamos (re)definindo as frentes de ação de Saboaria, avaliando os processos que avançaram e o que estagnaram e consolidando o papel da Saboaria em diferentes dimensões: a dimensão produtiva (dentro do horizonte de uma determinada lógica e cadeia de produção); a dimensão articuladora de relações no território e para além do mesmo (mas, é importante demarcar a ação, gestada no território periférico; a partir da organização das classes populares e das mulheres como marcas da identidade e da ação política do nosso processo), a dimensão formativa (que tem a educação popular como alicerce metodológico), a qual se desenvolve tanto internamente junto ao coletivo da Saboaria, como no diálogo com outros movimentos, coletivos e instituições educativas, e a dimensão política (pautada em um horizonte utópico, fundamentado em um coletivo que, na sua práxis, se coloca em uma relação de disputa da hegemonia, na construção de um projeto de sociedade que visa a superação da estrutura do capital).

Todas essas dimensões são educativas, visto que permeadas pela concepção ontológica do trabalho como princípio educativo, conforme é sintetizado no quadro a seguir:

### Quadro 9 - Dimensões Educativas que constituem a Saboaria Popular Las Margaritas

<b>Dimensões Educativas que constituem a Saboaria Popular Las Margaritas (atravessadas pelo Trabalho como Princípio Educativo)</b>	<b>Quais princípios compõem essa constituição?</b>
Dimensão produtiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Horizonte: uma cadeia de produção que priorize a Economia Popular e Solidária e uma produção ecológica, pautada no cuidado com o planeta.</li> <li>- Processo organizativo e administrativo que acompanhe e aprimore a produção, no cotidiano</li> </ul>
Dimensão articuladora de relações no território e para além dele	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização e luta popular.</li> <li>- Diálogo com a cultura popular e proposição de ações que a reafirmem no território e para além dele</li> <li>- Redes de cooperação e solidariedade.</li> <li>- Expansão da comercialização dos produtos.</li> </ul>
Dimensão Formativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprimorar a formação interna em relação ao processo produtivo (qualidade dos produtos, princípios ecológicos, embalagens sustentáveis).</li> <li>- Formação política interna e também de outros coletivos que se aproximam do nosso processo, além de instituições educativas</li> <li>- Educação Popular como alicerce teórico-metodológico.</li> </ul>
Dimensão Política	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A SPLM constitui-se como uma visão de mundo pautada em um projeto societário para além do capital.</li> <li>- A Mística da Saboaria ultrapassa o coletivo e alcança e afeta, em diferentes níveis, as pessoas que acompanham o processo e consomem os seus produtos.</li> <li>- Horizonte utópico: fundamentado em um coletivo de mulheres e feminista, que, na sua práxis, se coloca em uma relação de disputa da hegemonia, constituindo-se como um espaço de resistência.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As continuidades e discontinuidades dos processos disparados pelas articulações por dentro do território e para além dele, vão sendo avaliadas no cotidiano, em um processo de constante sistematização e de reflexão sobre a prática. Os princípios do trabalho associado alimentam essas mediações pedagógicas e por elas são nutridos, em uma relação potente e criadora de novas articulações. A exemplo disso, cabe citar um processo de articulação embrionário, sobre o qual o coletivo da SPLM está discutindo com outras mulheres trabalhadoras, que consiste em reunir mulheres ligadas a empreendimentos da economia criativa que expõem seus trabalhos, nas feiras da cidade, das quais também participamos, como o objetivo de criar um novo espaço coletivo, feminista, formativo, e de articulação política que

visa à organização em torno da questão do trabalho e das economias que enfrentam a hegemonia.

Dessa forma, cabe evidenciar ainda que a partir da Sistematização, as articulações territoriais e para além dele, também se constituem em formas de comunicar e disseminar a experiência, gerando acúmulos e possibilidades de expansão e aprimoramento da mesma.

## **5 O ACENO DAS RUPTURAS NO TERRITÓRIO DE EMPODERAMENTO POPULAR: O PROCESSO DE FLOR(AÇÃO) PEDAGÓGICA**

Esse capítulo, que assume o propósito de fechamento da tese, sintetiza também, a partir das formulações propostas, o recorte de realidade, para o qual me propus a analisar, implicada na ação militante de um Movimento Popular urbano, registrando, como em uma fotografia, um processo em movimento.

Nessa fotografia, identificamos tanto os conceitos fundantes da experiência, como aqueles que emergiram a partir da práxis, deixando espaço ainda, para as lacunas e os indícios de futuras análises e aprofundamentos, fazendo valer a afirmação de Konder (1981) sobre o fato de que sempre haverá algo que escapará às nossas sínteses, afinal a realidade sempre é mais rica do que o conhecimento que temos dela.

Ao longo desses quatro anos, fui compreendendo que a dinamicidade da vivência como pesquisadora militante, culminou em um processo de construção coletiva do que as pessoas envolvidas ainda não haviam vivenciado: espaços participativos no território, a partir da organização de um Movimento Popular, ações de resistência e luta popular para além do território de moradia, experiências de formação política e vivências reflexivas pautadas em exercícios de leitura da realidade, o compromisso coletivo, a partir da organização de um grupo de base do MTD no território, por onde pessoas se integraram e se afastaram, mas que manteve uma presença ativa no espaço, em diferentes formatos de atuação.

Nesse sentido, assumir o compromisso de sistematizar a prática no território, foi se revelando como um processo permeado por novas ações, que por si, mobilizam novos conceitos, pela rotatividade dos sujeitos e pelas redefinições de objetivos e planejamentos. Esse cenário foi sendo construído e assimilado, consciente das possíveis flutuações e da dinamicidade que um processo coletivo assume, assim como da necessidade de limites, ao considerar as contingências que a pesquisa, em um determinado recorte de tempo, demandava.

Faço a opção por delimitar dois momentos de análise das mediações pedagógicas, mesmo sabendo que ambos se entrecruzam e se afetam ao longo da experiência, definindo-os em duas etapas: a primeira que corresponde às mediações pedagógicas do trabalho de base e que corresponde ao período entre abril de 2017 e maio de 2020. E, a segunda, que analisa as mediações pedagógicas do trabalho associado, a partir da construção da SPLM, de maio de 2020 até março de 2021, trazendo ainda algumas movimentações relevantes ocorridas após esse período, até o fechamento desta escrita.

Essa escolha metodológica acerca da distinção dos dois momentos se dá pela reconfiguração dos sujeitos envolvidos no processo, tendo parte permanecido e parte se afastado, somada à configuração que a dinâmica assume quando a pandemia irrompe, assim como o processo organizativo em si, organizado em torno de uma pauta concreta, ou ainda, menos difusa: a organização de uma frente de trabalho no território.

Isso, de maneira nenhuma questiona a legitimidade da necessária pauta que o Movimento assume acerca da luta por direitos, no entanto, observamos de uma forma muito palpável, que a partir do momento em que reorganizamos o nosso cotidiano, evidenciando o trabalho em sua dimensão ontológica como eixo condutor, o envolvimento do coletivo no processo assumiu uma intensidade mais significativa e menos dispersa, o que demanda uma progressiva apropriação do compromisso entre as presentes para com a Saboaria e com o Movimento. Essa pauta concreta poderia estabelecer outros formatos, que não fosse o mero “fazer reunião para marcar outras reuniões”: ocupações, organização de ações culturais, por exemplo, mas, no momento, a necessidade que se evidenciou transitou em torno da dimensão da geração de trabalho e renda.

Esse processo vivo, flutuante, e ainda demarcado pelo cenário de imprevisibilidades que emerge com a pandemia, conferiu forma e conteúdo ao exercício que envolveu a construção do conhecimento científico, assim como, por ele foi conformado. Tal articulação exigiu da investigadora, dentro do método proposto, uma postura receptiva à realidade tecida no “mundo da práxis” (KOSIK, 1995), e a consequente inserção social, em uma ação engajada e comprometida, de caráter militante. Esse exercício, embora incapaz de captar a realidade como um todo, demanda um percurso investigativo juntamente do esforço para elaborar sínteses, o que favorece esse processo de desvelamento crítico e aprofundamento nas estruturas opressoras de nossa sociedade.

Nesse esforço para compreender melhor a realidade, disponibilizamo-nos a perseguir o problema de pesquisa proposto, que questiona acerca das rupturas, como potencialidades emancipatórias e como processos de resistência e enfrentamento à lógica hegemônica, que a experiência nos permitiu acumular, a partir de sua sistematização e da análise das mediações pedagógicas estabelecidas no encontro que se delineia no seio de uma ação militante, no território periférico.

Com isso, nesse capítulo que apresenta a síntese interpretativa da experiência vivida, sinalizamos o que a nossa interpretação alcança como um aceno: como fruto do acúmulo coletivo, visualizamos no horizonte de nossa travessia, o aceno das rupturas no território, que

compreendemos como um território de participação e também de empoderamento popular. Território que traz em si o germe do Poder Popular, à medida que práxis nele desenvolvida, oportuniza um campo fértil de mediações pedagógicas que fertilizam as rupturas contra hegemônicas, apresentando-se como potenciais de emancipação social e humana.

O aceno das rupturas, por dentro da experiência construída é sintetizado em um processo que nomeamos “Processo de Flor(ação) Pedagógica”. Esse processo, que se funda na dinamicidade do trabalho de base, no território periférico e que culmina na criação e no florescimento da Saboaria Popular Las Margaritas, configura-se como um processo prático e teórico, que demanda a presença ativa das envolvidas e envolvidos, sendo, portanto, político-educativo, articulador de relações, coletivo, plural, histórico e, por isso, contraditório.

Dessa forma, desenvolveremos as sínteses às quais chegamos ao longo da práxis, assim como sinalizaremos indícios de caminhos a serem construídos na continuidade da experiência. Nessa construção, articularemos os conceitos que envolvem as forças estruturantes do “Processo de Flor(ação) Pedagógica”, fertilizadas pelos nutrientes das mediações pedagógicas, organizados a partir da ilustração que apresentaremos no próximo item, tomando a relação ser-humano natureza como fundante da construção, na perspectiva ecossocialista, embasada em Löwy (2014), e como direção a ser aprofundada e incorporada no cotidiano do coletivo.

Nesse segmento, resgataremos, com a finalidade de estabelecer um diálogo reflexivo, as problematizações síntese, identificadas no capítulo 2, a partir da leitura e análise dos documentos do MTD, juntamente com os textos produzidos na esfera do campo político em que o Movimento se insere e que destacamos para a realização da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Dessa forma, tendo como parâmetro a vivência descrita e analisada no presente estudo, em suas potencialidades e limitações, objetivamos abrir novos campos para futuras semeaduras, inspiradas nas relações Trabalho-Educação, articuladas com os princípios teóricos metodológicos da Educação Popular, em uma perspectiva emancipatória que considera a organização popular, a práxis feminista e o território periférico como lócus da experiência e que se perfaz na utopia preconizada por Freire (1980) que sintetiza denúncias e anúncios, colocando-se na disputa por um projeto societário contra hegemônico que combata a desigualdade e a injustiça social, dentre outras formas de exploração.

## 5.1 UMA FLOR NASCEU NA RUA: AS FORÇAS ESTRUTURANTES DO PROCESSO

*Uma flor nasceu na rua! (..)  
Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*

*Carlos Drummond de Andrade*

Como já explicitado ao longo da tese, no recorte histórico em que a experiência se desdobra, o delineamento de um cenário adverso para ação combativa dos Movimentos Populares de massa, vai se desenhando, à medida que a conjuntura pós golpe vai se estabelecendo em um movimento de pautar, no âmbito da política institucional, as contrarreformas estruturais na economia brasileira, defendidas pelo bloco hegemônico pela burguesia financeira brasileira.

Considerando também alguns debates pontuados no segundo capítulo da tese, acerca da crítica de autores como Traspadini (2016); Queiroz (2016), desenvolvidas ao modelo neodesenvolvimentista adotado no período dos governos petistas, que, contribuiu para estagnar significativa parcela da esquerda militante brasileira, a crise institucional brasileira que culmina no golpe de 2016 e se desdobra na eleição, legitimada nas urnas, de um governo de extrema direita, que traz entre suas propostas a tendência ao aprofundamento da criminalização dos Movimentos Sociais Populares, vai reforçando progressivamente o cenário adverso para a organização e massificação dos mesmos, ao mesmo tempo em que os núcleos de resistência sobrevivem, assim como emergem novas formas de ações coletivas de enfrentamento ao poder estabelecido.

Nesse contexto, a ação do MTD, como um movimento do campo democrático popular, na cidade de Caxias do Sul, veio buscando, de acordo com o cenário estabelecido, pensar e organizar ações no território urbano, de modo que uma delas, a qual eu integrei desde a minha aproximação, é descrita nesta pesquisa. A estratégia de aproximação do território, aprofundamento das relações, leitura das forças sociais presentes no mesmo e proposição de um grupo de base, foi nos encaminhando ao cenário atual, na região de atuação, ganhando destaque a experiência organizativa da SPLM<sup>173</sup>, à medida que o período da pandemia

---

<sup>173</sup> No processo de construção da SPLM, durante algumas reuniões entre o grupo articulador municipal, não houve consenso sobre essa ser a melhor estratégia, de modo que estabelecemos diálogos acerca de críticas sobre essa frente de produção da saboaria ser uma ação estratégica focalizada em um pequeno número de pessoas, o que é uma realidade. No entanto, mediante o contexto vivenciado e as relações estabelecidas no território, o grupo que se comprometeu com a coordenação do processo em conjunto com as mulheres moradoras do bairro integradas ao processo, se dispôs a avançar na construção, para, a partir dela, definir novas estratégias organizativas no território, tanto relacionadas a questão do trabalho como no âmbito das ações culturais e de



desarticulou o grupo de base estabelecido, porém, impulsionou a organização desse coletivo de mulheres em torno da pauta do trabalho.

A concretização da Saboaria, portanto, no âmbito da experiência vivenciada, trouxe, para além de novas responsabilidades e compromissos, um alento em tempos adversos, para aquelas que encontram sentido na militância, na construção coletiva, na educação popular, no trabalho como princípio educativo, e, de uma forma mais generalizada, no apoio e na solidariedade de mulheres para com outras mulheres, mediante aos diferentes níveis de dificuldades enfrentados por todas nós: dificuldade financeira no âmbito da sobrevivência, dificuldade por falta de amparo emocional, dificuldade em lidar com o quadro de agudização da crise que vinha se desenhando com a pandemia e com o enfrentamento ao isolamento, em uma conjuntura que nossas companheiras estavam imersas em um quadro de agravamento da vulnerabilidade, assim como suas famílias.

Sendo assim, como na poesia de Drummond, que escolhi como epígrafe desse item, com o surgimento de “Las Margaritas”, podemos dizer que, em um período histórico atravessado por tantas adversidades, turbulências, individualismos, e desesperanças... uma flor nasceu na rua. E, com isso, escolhemos justamente uma flor de margarida, com suas raízes e disseminações, para representar o processo que a partir da Sistematização, sugeri que fosse chamado de “Flor(ação) Pedagógica”. Esse processo representa o nosso movimento de organização, formação e luta, além do nosso horizonte utópico.

A rua, onde a flor nasce, pode ser aquela mesma, do loteamento Vila Ipê, onde iniciamos nosso trabalho de base. Las Margaritas surgem e se forjam, como desdobramento da organização popular, inspiradas na luta de Margarida Alves, e também como sementes, que foram cultivadas, germinaram e floresceram. Na poesia, “a flor e a náusea”, Drummond diz que “é feia, mas é uma flor”. Seríamos injustas em dizer que a flor é feia, visto que ela carrega em si a potência de muitas mãos, que são as nossas mãos. Carrega também fragilidades, que são as nossas e de todas e todos que dispõem ao processo de disputa e tensionamento da hegemonia.

Ainda assim, a flor, que simboliza o processo da SPLM, fura o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio em tempos como os nossos. O dimensionamento de toda essa carga, que é histórica, de adversidades evocada por essa reflexão (e que é variável, de acordo com níveis de

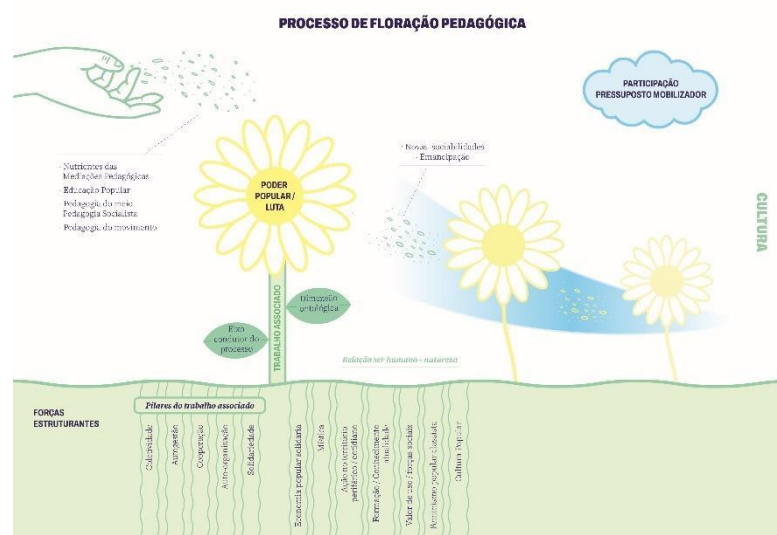
---

solidariedade. Esse tensionamento culmina na reorganização do grupo articulador, que passa a ser chamado de “operativa municipal”, contando com a participação de uma das mulheres envolvidas organicamente com o processo da Saboaria, e, não mais de três, sendo que eu era uma delas. Essa decisão também foi tomada, levando em consideração, o tempo disponível para as atividades da militância e a dedicação que a ação concreta e cotidiana no território demandava, sobretudo, na estruturação do processo.

percepção/compreensão, porém, penso que não se pode negá-la), encontra, na experiência dessa construção coletiva para além de um alento, do esperar freiriano (daquelas não esperam na espera vã), de um acolhimento, um solo fértil de mediações pedagógicas que podem assumir um potencial emancipatório e transformador de realidades, tendo como horizonte utópico, a transformação estrutural da sociedade.

Importante reafirmar que a utopia, na perspectiva de Löwy (2014), na sua relação com a transformação social, é indispensável, no entanto, é fundamental que o caminho desse horizonte utópico seja tecido e desbravado, ancorando-se nas contradições da realidade e os movimentos sociais reais. Em meio a essas contradições, o “Processo de Flor(ação) Pedagógica” se estabelece, no contexto de uma experiência real, em um tempo de quefazer (FREIRE; NOGUEIRA, 2019). Eis a sua representação (*hiperlink*):

**Figura 108 - Processo de Flor(ação) Pedagógica**



Fonte: Elaborado pela autora, com a colaboração de Andrea Wahlbrink e diagramado por Vinícius Agliardi (2021).

O sexto objetivo específico da tese corresponde a “Contribuir ativamente para a sistematização da práxis, construída coletivamente, no cotidiano do trabalho associado, que se perfaz em um processo que nomeamos ‘Flor(ação) pedagógica’”. A figura da flor, foi elaborada por mim e Andrea, em um exercício pós sistematização, conforme descrito anteriormente, como intelectuais orgânicas/educadoras populares e militantes implicadas na experiência, tendo sido validado pelo coletivo. Com isso, na sequência, trarei elementos desse processo, cuja contribuição original é a sistematização, elaborada coletivamente, no cotidiano da práxis.

O “Processo de Flor(ação) Pedagógica”, constitui-se como um processo vivo, com base prática e real, o qual demanda mulheres construtoras e cultivadoras, que se formam no movimento de luta e contradição. Cultivadoras visto que, na dimensão do cuidado, semeiam mudanças, e, assim como a ruptura da semente, favorece a germinação da flor, as pequenas rupturas/frestas que propomos na nossa práxis cotidiana, germinam possibilidades para um novo mundo. Nosso “Processo de Flor(ação) Pedagógica” considera a construção de uma práxis feminista, pautada no Materialismo Histórico Dialético, evidenciando o território urbano e periférico como:

- Um espaço potente para dar visibilidade à organização política e à cultura popular, constituindo-se como um campo de mediações pedagógicas;
- Lugar fundamental para o exercício da leitura da realidade (FREIRE, 2016a);
- O contexto da atualidade, com os seus elementos e contradições (PISTRAK, 2018), considerando a dimensão do trabalho como princípio educativo/organizativo (GRAMSCI, 1981);
- Um espaço de aprofundamento da sociabilidade humana e de racionalidades contra hegemônicas.

Nessa formulação acerca do “Processo de Flor(ação) Pedagógica”, que tem como eixo condutor o *Trabalho Associado em sua dimensão ontológica* e a *Educação Popular* como instrumento mobilizador, assim como na figura que o representa, os conceitos que se articulam na sua práxis e sobre os quais discorreremos no item 5.1.2 são:

(1) as *forças estruturantes* do processo, que representam as raízes da margarida, na figura, ou ainda os conceitos fundantes que demandam aprofundamentos crítico-reflexivos em conexão com as práticas e as contradições que emergem no percurso;

(2) o solo por onde o processo se desenvolve, representado pela relação *ser-humano natureza*, explicitada, tomando como aporte o *ecossocialismo*;

(3) os nutrientes das *mediações pedagógicas* que contribuem para a fertilização do solo do processo, de suas raízes e de sua estrutura externa, sob o aporte da *Educação Popular*, como instrumento teórico-metodológico, articulando elementos de algumas de suas correntes, constituídas como matrizes teóricas e experiências concretas (PALUDO, 2001): a *pedagogia crítica freiriana*, a *pedagogia socialista* e a *pedagogia do meio* (as duas últimas, historicizadas no contexto da revolução russa, mas incorporadas ao nosso aporte por compreendermos que trazem indícios e chaves de leitura que acrescentam elementos ao debate para a constituição da pedagogicidade desse processo), além da *pedagogia do movimento* (CALDART 2004; 2006),

evidenciando a dimensão formativa da luta social, e considerando o movimento popular como sujeito coletivo e lócus de formação humana (de modo que buscamos integrar o território periférico a essa construção);

(4) a *participação popular* é destacada na figura como pressuposto mobilizador da experiência;

(5) e, no miolo da flor, o *Poder Popular* em dimensões embrionárias que, no contexto do percurso, se alimenta na dimensão formativa da *luta*, engendrada no território periférico e nos desdobramentos das mediações pedagógicas que fomentam (6) *novas sociabilidades*, em uma *perspectiva emancipatória*.

Na proposição da construção da SPLM, de onde se desdobra a formulação do “Processo de Flor(ação) Pedagógica”, redimensionamos nosso olhar para o solo da experiência. Na etapa do trabalho de base, olhamos para o território periférico como esse solo a ser cultivado, visto que é nesse espaço que ocorrem os encontros, articulações, proposições de espaços participativos e formativos, processos organizativos e de luta popular.

Quando a concepção de trabalho associado como princípio educativo é assumida como eixo condutor, ao considerarmos a proposta da Saboaria e seus pilares, que integram, dentre outros conceitos, um modo de organização produtiva contra hegemônico e a articulação no território periférico, compreendemos que Educação não pode ser considerada humanizadora, assim como o movimento de resistência e enfrentamento à lógica do capital não possui um cunho emancipatório, se estiverem afastados de uma relação intrínseca, em seus fundamentos teóricos e nas experiências concretas, com os elementos da ecologia.

Nessa relação, avançamos na assunção como base do “Processo de Flor(ação) Pedagógica”, as relações “ser humano – natureza”, pautadas em uma alternativa civilizatória radical, tecida nos argumentos do movimento ecológico e na crítica marxista da economia política, opondo-se, portanto, ao “progresso destrutivo capitalista” (LÖWY, 2021, p.471).

A proposição de um “Processo de Flor(ação) Pedagógica” (PFP), considera, dessa forma, que na dinamicidade das relações, as concepções fundantes (forças estruturantes) e as que assumem a perspectiva de chaves utópicas, movimentam-se dialeticamente, articulam-se e reorganizam-se, de acordo com as contradições que o processo vivo, com base prática e real evidência, considerando ainda as quatro dimensões que a SPLM assume: produtiva, articuladora de relações no território e para além dele, formativa e política.

Nessa construção, o esforço por trazer a figura de uma Margarida, como representação do processo, coaduna-se com a intencionalidade pedagógica de trabalharmos e aprofundarmos

progressivamente com as mulheres implicadas na experiência, a amplitude do processo, em conjunto com as ações concretas que o coletivo vem desenvolvendo.

Importante lembrar que, na própria abordagem biologicista, a Margarida não é uma só flor. Ela se constitui como uma inflorescência, ou seja, um conjunto de diferentes flores, fator que simbolicamente trazemos no coletivo, na dimensão Mística que também é pedagógica, acerca de nossas diferenças que também são constitutivas de nossa relação, em torno de uma causa comum. Com isso, embora no exercício da coletividade nos deparemos, a todo momento, com nossos diferentes modos de ser e fazer (como fator conflitivo e como elemento potencializador), a Saboaria e todo o aporte conceitual que ela carrega e que nos desafiamos a vivenciar na prática cotidiana, em uma conjuntura adversa, nos identifica e nos constitui também como semeadoras de mudanças possíveis, do novo, do devir, de novas formas de sociabilidade.

### 5.1.1 As relações ser humano-natureza como o solo fértil do Processo de Flor(ação)

Ao iniciarmos o processo da SPLM, definimos aquilo que chamamos de “cuidado com o planeta” como um dos princípios basilares que sustentam a experiência. Ao discutirmos essa temática no coletivo, logo na primeira reunião realizada, no Centro Comunitário Vinhedos, levantamos entre as mulheres envolvidas na discussão, algumas referências que serviriam de inspiração ao debate, dentre elas a concepção do Bem Viver<sup>174</sup> como paradigma de desenvolvimento e a noção de planeta como “casa comum”, inspirada pelos princípios da Economia de Francisco e Clara<sup>175</sup>, que, por sua vez, também dialogam com a noção do Bem Viver.

Na nossa práxis cotidiana, trouxemos alguns diálogos acerca do Bem Viver, quando surge como sugestão de uma das mulheres do coletivo, o nome “Pachamama” para o perfume

---

<sup>174</sup> O conceito do Bem Viver, “Bien Vivir/Vivier Bien” é originário da região andina na América do Sul – sul da Venezuela até o norte da Argentina – e é proveniente do Quechua (Bolívia e Equador) e do Aimara (Bolívia), ambos idiomas pré-hispânicos da região andina. Há outras línguas indígenas, como os tupí-guaranis, também mencionam esse termo (Estermann, 2011). O paradigma do **Bem Viver** propõe a construção de novas realidades políticas, econômicas e sociais, defendendo o estabelecimento de um horizonte que mobilize a ruptura radical com as noções de “progresso” e “desenvolvimento”, pautadas pela acumulação de bens e capital, pela noção de crescimento infinito e pela exploração dos **recursos naturais, convidando-nos a pensar** novas formas de viver para além da concepção produtivista-consumista, que depreda a natureza, sem levar em conta que os seus recursos são finitos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579449-para-salvar-a-humanidade-do-desastre-o-bem-viver> Acesso em 04 mar. 2022.

<sup>175</sup> A encíclica “Laudato si”, assinada pelo Papa Francisco, em 2015, discorre sobre formas de mudar a economia hegemônica, pautando-se em uma economia a favor da vida e em alternativas anticapitalistas como o Bem Viver. Outros princípios que guiam o documento são a ecologia e o desenvolvimento integral, a potência das periferias vivas, a educação integral e a solidariedade entre os povos.

sólido que estávamos desenvolvendo, em fase de testes. A partir do resgate do mito, trouxemos algumas questões iniciais e introdutórias, acerca dessa discussão.

Além dessas referências, foram trazidas ao coletivo, alguns aportes de Marx e Engels<sup>176</sup> acerca da relação ser-humano natureza e, por fim, a dimensão do Ecosocialismo, inspirada pelo pensamento de Michael Löwy (2014; 2021), trazendo esse último debate como o mais avançado que conseguimos estabelecer, até o presente, em algumas oportunidades de diálogo sobre a temática, em nossos encontros formativos e reuniões deliberativas.

É importante considerar tanto as críticas do autor ao pensamento marxista, buscando desvinculá-lo de interpretações equivocadas, pautadas na lógica do produtivismo (conforme explicaremos adiante), assim como a crítica e o apontamento de limites ao pensamento löwyano, por parte de autores também estudiosos da obra de Marx, como Assunção (2017)<sup>177</sup>, acerca de uma tendência identificada nas formulações de Löwy que une elementos de uma concepção humanista abstrata com naturalismo abstrato juntamente com alguns aspectos da crítica da economia política pautada no pensamento de Marx.

Nesta contextualização acerca desse debate que o coletivo adotou, traremos elementos da construção da Saboaria que dialogam com a perspectiva de uma produção ecológica, delineando em seu horizonte o aprimoramento e aprofundamento desse aspecto em sua produção (somada ao processo de embalagens). Também é importante, no diálogo com esse aporte teórico que adotamos como disparador de práticas e reflexões, articularmos de que modo essas temáticas permeiam o cotidiano da Saboaria, assim como, é relevante mencionar que temos buscado nos reconhecer como trabalhadoras que também carregam a potencialidade de sermos reconhecidas como agentes ambientais da comunidade.

Soma-se a esse processo, o nosso alinhamento ao campo da Economia Popular Solidária, que considera em sua constituição histórica critérios éticos, políticos e a dimensão do trabalho com sustentabilidade social e ambiental. Um dos exercícios pedagógicos importantes que fomos desenvolvendo durante a nossa estruturação, foi o de identificar as

---

<sup>176</sup> Apesar de Marx e Engels não terem como foco de suas formulações teóricas, a questão da ecologia, textos como “A ideologia alemã” (MARX; ENGELS, 2007), o primeiro livro da obra “O capital” (MARX, 2017), dentre outros a compilação “História, Natureza, Trabalho e Educação – Karl Marx e Friedrich Engels” (FRIGOTTO, CIAVATTA e CALDART, 2020), trazem ideias dos pensadores, acerca do potencial destrutivo das forças produtivas (quando reduzidas ao maquinismo e ao dinheiro) em relação aos limites naturais, além da noção trabalhada por Marx, acerca da ruptura metabólica entre ser humano e natureza, que, de acordo com Foster (2005), se aprofunda pela forma capitalista de produção.

<sup>177</sup> Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32092> Acesso em: 04 abr. 2022.

contradições no processo, ao considerarmos o nosso horizonte de produção ecológica e de integração a uma cadeia produtiva sustentável e pautada na ética da cooperação.

As próprias condições em que iniciamos a SPLM, demandava ações rápidas, então, inicialmente, a nossa escolha foi por priorizar a organização do coletivo, demarcar os conceitos que perseguiríamos, e, nesse primeiro momento evidenciamos como uma força do percurso a coleta e reutilização do óleo e a incorporação de ervas naturais ao processo produtivo. Ainda assim, ainda havia muitas coisas a serem remodeladas (algumas permanecem), por exemplo: o uso de plástico filme, a compra de base glicerizada da indústria, o uso do componente químico “lauril éter sulfato de sódio<sup>178</sup>”, o extrato glicólico industrializado<sup>179</sup>, outras embalagens plásticas e o uso de essências.

Nesse processo, primeiramente estabelecemos contato com a farmacêutica voluntária que passou a nos assessorar em dúvidas acerca destas substâncias e seus impactos. Ao longo desses dois anos, algumas importantes transições foram feitas como a substituição do plástico filme por papel manteiga e, posteriormente pelo celofane biodegradável. Além dessas, realizamos a substituição do lauril por um químico menos agressivo, o cocoamido, a produção do extrato glicólico natural, que foi impulsionada por uma das mulheres do coletivo que ensinou às demais, e o curso de produção dos shampoonetes, no qual aprendemos a produzir a própria base, sendo um processo não industrializado.

Houve ainda a troca das formas de plástico (em um primeiro momento era a compra delas que cabia no nosso orçamento), por formas permanentes de silicone e de madeira para os shampoonetes, havendo também a reutilização de caixinhas de leite para produção dos sabões. A utilização de enfeites, nas embalagens, como laços de palha de milho orgânico também foi acrescentada ao processo, mantendo a coerência com a proposta e um senso estético voltado para a dimensão ecológica

Além disso, evidenciam-se aspectos como: o uso de carimbos identificadores da marca nas embalagens, como as fotos anteriores mostram, a substituição gradual de etiquetas adesivas por etiquetas de papel reciclado carimbadas com o aroma dos sabonetes, além da produção de alguns itens 100% veganos como sabonetes, shampoonetes, desodorantes, pó dental e hidratante labial. Esses movimentos também demonstram o paulatino avanço, nessa direção ecológica, que estabelecemos.

---

<sup>178</sup> Componente químico altamente espumante e desengordurante.

<sup>179</sup> Utilizado na fabricação dos sabonetes e produzidos a partir de um processo de extração utilizando uma matéria-prima natural, como folhas, frutas, flores, sementes e raízes e um solvente hidroglicólico. Deste processo são extraídos os ativos da planta, que conferem ao extrato suas propriedades.

Todos esses passos foram dados, à medida que o coletivo ia fazendo as discussões em conjunto, acerca dos aprendizados envolvidos na feitura do sabonete. Todas as mudanças e transições eram compartilhadas na nossa rede social de modo a informar o nosso público consumidor acerca dos nossos avanços. Essa compreensão e o debate acerca da origem do nosso processo, advindo da organização popular em um contexto pandêmico, envolvendo mulheres em diferentes níveis de vulnerabilidade e com diferentes níveis de conhecimento e apropriação dos aprendizados, precisa ser levado em consideração, acerca de que iniciamos a nossa proposta em condições muito longe daquelas consideradas “ideais”.

Assumimos, frente às condições concretas que nos rodeavam, o compromisso e o desafio de aprender na prática o ofício da saboaria, de modo que muitos avanços foram sendo identificados no nosso processo produtivo, e, as lacunas que permanecem, fazem parte dos nossos próximos passos de ação.

A técnica da saboaria era um assunto desconhecido, até então, para a grande maioria das mulheres do coletivo, de modo que, em diferentes articulações estabelecidas com pessoas que nos procuraram buscamos evidenciar a necessidade de um aprimoramento e qualificação das produções com uma profissional da área da química ou farmácia.

Entre as pessoas que nos procuraram para pensarmos em processos formativos em parceria, podemos destacar o Instituto Federal de Farroupilha, sendo que estabelecemos diálogos com uma professora de química sobre a possibilidade de um projeto de extensão que pudesse contemplar a fabricação de embalagens ecológicas. Além dela, também fomos procuradas por uma profissional do Centro Universitário da Serra Gaúcha, que se propôs a escrever um projeto de extensão que pudesse contemplar algumas das formações que demandávamos, no entanto, as instituições de Ensino Superior nos sinalizaram que, na atual conjuntura, o cenário para projetos de extensão não estava sendo favorável, por conta de diferentes cortes de verba para pesquisa, em alguns setores e áreas.

Além desses contatos, como já mencionado, a nossa articulação com a Incubadora Social da UCS também, até o momento, não desencadeou projetos mais concretos, na perspectiva da extensão, de modo que, pontualmente, algumas turmas chegaram a desenvolver projetos de aprendizagens na área de design de embalagens e de publicidade e propaganda. Ainda que observemos uma conjuntura não favorável para esses processos, cabe destacar que compreendemos o papel tensionador que um projeto como o nosso tem, no sentido de impulsionar a reflexão crítica acerca das relações entre Universidade e comunidade, sobretudo comunidades periféricas.



Compreendemos também que os tempos implicados para o amadurecimento da experiência são particulares e dependem de diferentes fatores como, por exemplo, políticas educacionais de incentivo a projetos para além dos muros da Universidade. Frente a isso, permanecemos em contato com as Instituições de Ensino Superior, atentas às oportunidades que possam vir a surgir. Da mesma forma, o coletivo, se mantém na busca por editais de fomentos e parcerias que possam suprir essa lacuna formativa que identificamos.

No cotidiano da experiência, junto às mulheres trabalhadoras da Saboaria, as questões acerca das relações ser humano-natureza foram abordadas no nosso cotidiano, desde a separação dos resíduos que produzimos até o reaproveitamento dos mesmos, passando pelo conhecimento acerca das propriedades das ervas, como algumas narrativas anteriormente trazidas, anunciaram.

Nossa participação e a nossa contemplação com o prêmio “Atitude Cidadã”, na “Semana Lixo Zero” iniciada no município, no ano de 2020, organizada por um coletivo que traz a pauta da sustentabilidade, também foi disparadora de diálogos entre o nós acerca da questão ambiental, do mundo em que vivemos, e sobre formas de resistir e tensionar a lógica do capital, pautadas na produção e acumulação infinita, que não leva em consideração a finitude dos recursos do planeta.

Esse debate objetivava, ir além das problemáticas, trazida pelas mulheres nos diálogos, cuja ideia síntese era a “falta de educação das pessoas”, que, ao jogarem o lixo no chão, inadequadamente ou não separarem o lixo, ocasionavam problemas desde o entupimento de bueiros até a contaminação dos aterros sanitários. As reflexões que construímos consideravam essas questões trazidas que também são reais e abordavam a importância de uma ação político educativa que pudesse conscientizar as pessoas individualmente, mas, para além disso, se fazia importante salientar que não podemos deixar de considerar o impacto ambiental ocasionado pelo crescimento acelerado de empresas, vinculado a uma lógica estrutural na sociedade, de acumulação infinita, com citado.

A ideia desse diálogo constante, corresponde à intencionalidade pedagógica de traçar um caminho do micro para o macro, desde nossas ações cotidianas que requerem consciência crítica e cuidado com o planeta, até a ação de governos e empresas capitalistas, baseada sobretudo, na produção linear, ou seja, na extração/esgotamento de recursos naturais, por dentro da ordem social metabólica do capital. Nessa ordem, qualquer ação que se interponha à finalidade de acúmulo infinito deve ser removida para a garantia que o sistema prossiga, no

entanto, Marx (2012, p.13), nos atenta para o fato de que o bem e a saúde do sistema capitalista corresponde à devastação das duas principais riquezas da Terra: a natureza e o trabalho.

O “pano de fundo” teórico que alimenta tais discussões, sobre o qual faremos algumas pontuações, é a compreensão do Ecosocialismo como uma alternativa civilizatória radical, pautada nos argumentos básicos do movimento ecológico e na crítica marxista da economia política (LÖWY, 2014).

Nesse contexto, é importante ressaltar que não existe uma visão materialista histórico-dialética que não considere os limites dos recursos naturais do planeta. Quando fizemos a opção pelo termo “ecológica” para caracterizar a nossa produção, consideramos que a mesma é sujeita às regras da natureza, a partir do princípio em que, como seres humanos, estamos integrados a ela, somos parte da natureza.

Sendo assim, ao produzirmos em um sistema econômico que está desconectado dessa concepção, e ainda promove, em sua historicidade, uma racionalidade acerca do “domínio humano sobre natureza” como é o caso do capitalismo, ocorre uma ruptura metabólica e sistêmica, além da acentuação da crise estrutural do capital, que integra política, economia e ecologia, de modo que “(...) esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado” (MÉSZÁROS, 2000, p.7).

O Ecosocialismo, nesse contexto de crise estrutural, emerge como uma proposta utópica e concreta de transformação, unindo a práxis marxista e a ecológica, integrando a luta dos movimentos dos oprimidos com as lutas dos ambientalistas. Dessa forma, de acordo com Rodrigues (2015), o ecosocialismo considera que o socialismo, sem a concepção ecológica não atende aos desafios socioambientais da atualidade, assim como a ecologia, se não for dimensionada pelos parâmetros socialistas, não acumula radicalidade para lidar com tais desafios.

Na obra de Löwy (2014; 2021), o debate acerca do Ecosocialismo se desenvolve, como uma corrente de pensamento e ação ecológica, fundamentadas em uma proposta radical que:

(...) incorpora fundamentos do pensamento marxista, ao mesmo tempo em que o liberta das escórias produtivistas. Para o ecosocialismo, a lógica da dominação do mercado e a sua busca de lucro como fim em si mesmo, inerente ao capitalismo e ao autoritarismo burocrático do finado “socialismo real”, são incompatíveis com a necessidade de preservação da capacidade do meio ambiente em suprir a vida, inclusive a da humanidade (RODRIGUES, 2015, p. 71).

O ecossocialismo, de acordo com Löwy (2005; 2014) demanda a radicalização da ruptura com a civilização material capitalista, isso inclui não somente uma nova sociedade ou o (necessário, porém insuficiente) enfrentamento à cultura do consumismo. Sendo o problema acerca da crise estrutural do capital sistêmico, é preciso que a solução seja antissistêmica, ou seja, incidir e modificar o modo de produção, constituindo-se na perspectiva anticapitalista para a construção de um novo tipo de civilização que rompe com os fundamentos da civilização ocidental/industrial moderna.

Historicamente, a práxis ecossocialista, surge na década de 1970, associando uma política ecológica radical à proposta de socialismo autogestor, inspirada pela crítica da economia política marxista, opondo-se ainda à ecologia de mercado e ao socialismo produtivista que não levam em consideração a finitude dos recursos naturais (MÜNSTER, 2013, p.139, apud RODRIGUES, 2015, p.71). Entre os seus pioneiros, estão pensadores como o inglês Raymond Williams, o espanhol Manuel Sacristán e o estadunidense, James O'Connor, além das primeiras contribuições dos pioneiros russos, entre o final do século XIX e início do século XX, como Sergio Podolinski e Vladimir Vernadsky (LÖWY, 2014).

O pensamento ecossocialista ainda contribui para desconstruir a falsa dicotomia entre ser humano e natureza, assumindo o debate acerca de uma visão ecológica da produção e reprodução da vida, refutando a ideia de que o ser humano ocuparia uma posição dominadora ou conquistadora do mundo natural. Um dos tensionamentos reflexivos que Löwy desenvolve, se dá acerca da crítica à dimensão do produtivismo<sup>180</sup> que algumas interpretações conferem aos pensadores Marx e Engels, visto que os autores, na perspectiva trazida por Löwy (2014), defendem que os seres humanos terão consciência do mundo natural de domínio (como conhecimento) de suas leis.

Engels (2004) associa o domínio da natureza, não como uma invasão predatória às terras estrangeiras, o pensador refere-se a uma relação de pertencimento, integração, de conhecimento acerca de suas leis e sabedoria na aplicação da ação sobre a natureza. Ao pensamento equivocado que prevê uma aceleração do produtivismo, a ideologia do progresso linear, como sinônimo de avanço tecnológico, o ecossocialismo contrapõe a discussão acerca da relevância da produção estar submetida à regulação racional, tendo a natureza como referência (LÖWY, 2014).

---

<sup>180</sup> Há autores que, em suas críticas, atribuem a Marx de adoção de uma base filosófica produtivista e “prometeica” – baseada no mito de Prometeu como símbolo cultural da modernidade, tomando a natureza apenas como objeto de exploração - alheia aos efeitos negativos do desenvolvimento em si, na perspectiva do progresso linear, tanto da tecnologia, como das forças produtivas.

Nesse diálogo cabem reflexões acerca do uso da tecnologia, da relação entre desenvolvimento e cultura, trabalho emancipado, lazer, as reais necessidades humanas, além do fato de que a sociedade humana não existe cindida da natureza, e sim, dentro do metabolismo dela, dentre outras.

Löwy (2012) critica a experiência soviética, enquanto socialismo não ecológico, considerando que naquele recorte histórico, não foi apresentada alternativa ambiental em relação à prática ecológica dos países capitalistas, fundamentando-se na noção de produtivismo que é alvo de questionamento crítico. Dessa forma, a associação de fatores ecológicos com sociais pauta o pensamento ecossocialista, sendo que a condição ecológica favorece a vida, inclusive humana, no planeta, contrapondo-se à lógica expansiva e devastadora do capitalismo (LÖWY, 2014).

A questão ecológica, em determinada historicidade, como a da atualidade, incorpora elementos reflexivos à renovação do pensamento marxista no século XXI:

(...) o socialismo e a ecologia – ou pelo menos algumas de suas correntes – têm objetivos comuns, que implicam questionar a autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como um objetivo em si mesmo, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens da rentabilidade e às necessidades da acumulação do capital. Ambas pedem valores qualitativos: o valor de uso, a satisfação das necessidades, a igualdade social para uns, a preservação da natureza, o equilíbrio ecológico para outros. Ambos concebem a economia como “inserida” no meio ambiente: social para uns, natural para outros (LÖWY, 2014, p.40).

Nessa perspectiva, a racionalidade ecossocialista, para Löwy (2005, p.58), funda-se em uma aposta que já era de Marx, acerca de uma sociedade sem classes, na qual o “ser” se sobrepõe ao “ter”. A realização pessoal através de diferentes atividades e relações (culturais, esportivas, de lazer, afetivas, dentre outras) ganha um sentido mais aprofundado, em contraposição ao desejo de acúmulo infinito de bens e serviços, de modo que a ideologia burguesa e a publicidade impulsionam essa lógica, no entanto, não há indicativos, por dentro da compreensão da historicidade que essa é uma “condição humana eterna).

Sustentado em dois principais argumentos: o de que o sistema capitalista se fundamenta, no aumento da desigualdade gritante entre países do Norte e do Sul, e o de que a expansão da civilização fundada na economia de mercado, ameaça diretamente, a médio prazo a própria sobrevivência da espécie humana, o ecossocialismo, como mobilizador de um imperativo humanista (LÖWY, 2014, p. 46), procura apresentar uma alternativa à esquerda tradicional, que se pauta na manutenção dos modelos de produção, em seus projetos políticos que secundarizam investimentos ambientais.

Rodrigues (2015), ao discorrer sobre a política institucional brasileira, aponta a importância de se fortalecer o debate acerca dessa temática, por dentro dos partidos e sindicatos, sinalizando a relevância de Movimentos Sociais e organizações não governamentais que apresentam pautas que dialogam com o pensamento ecossocialista, como a Rede Brasil de Justiça Ambiental, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o MST, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, dentre outros.

O ecossocialismo portanto, como proposta utópica de transformação, forjado na associação das lutas ambientalistas com os movimentos das classes oprimidas, traz em sua construção, a denúncia de que a atual crise ecológica apresenta o mesmo cerne que as demais crises sociais, no contexto de uma crise estrutural, demarcada pela subordinação do trabalho ao capital, no sistema capitalista, como um sistema antagônico.

Frequentemente, conforme Acserald (2004), na práxis dos movimentos sociais e ecológicos, emergem impasses políticos em consonância com conflitos ambientais, o que também é representativo da luta de classes, embora a grande mídia não caracterize dessa forma, a exemplo dos constantes desastres em solo brasileira, que decorrem do rompimento de barragens. Tal antagonismo, conforme caracteriza Mészáros (2000, p.11), é estrutural, reafirmando o sistema capitalista como “irreformável e incontrolável”.

Neste cenário, o fortalecimento e a união dos movimentos contra hegemônicos integram as possibilidades de avanço em relação à superação da lógica do capital:

Esse projeto não pode renunciar a nenhuma das cores do arco-íris: nem ao vermelho do movimento operário anticapitalista e igualitário, nem ao violeta das lutas para a libertação da mulher, nem ao branco dos movimentos não-violentos para a paz, nem ao anti-autoritarismo negro dos libertadores e anarquistas, e ainda menos ao verde da luta por uma humanidade justa e livre, num planeta habitável (LÖWY, 2005, p. 62)

É na perspectiva dessa convergência que a SPLM vem se posicionando como um coletivo anticapitalista, feminista, constituído por mulheres trabalhadoras, que evidenciam a reflexão acerca do cuidado com o planeta, trazendo elementos dessa reflexão para as mediações pedagógicas que permeiam o seu cotidiano, no fazimento dos produtos, na escolha pelas embalagens que os compõem e nos momentos formativos, alinhando-se à perspectiva de aprofundamento no horizonte ecossocialista, como um de seus pilares formativos.

### **5.1.2 Nutrientes das Mediações Pedagógicas: as forças estruturantes do processo como rupturas contra hegemônicas e potenciais de emancipação**

Nesse item, são propostas as sínteses interpretativas acerca da partilha do processo, delineado a muitas mãos e analisado nesta tese em um recorte que compreendeu a rearticulação da ação de um Movimento Popular em um determinado território do município de atuação (loteamento Vila Ipê), passando pelas construções da etapa que definimos como Trabalho de Base (2017 – 2020) e que culmina na concretização da Saboaria Popular Las Margaritas (maio de 2020), um local de organização produtiva, com vistas à geração de trabalho e renda, sobretudo levando em consideração os impactos do início do período pandêmico na vida das mulheres que integravam o grupo de base do MTD.

A SPLM, a partir do exercício de Sistematização da Experiência (JARA H. 2006;2018), acerca do seu processo de construção, teve a oportunidade de, ao longo da etapa que evidencia as “reflexões de fundo” sobre o processo, reafirmar e aprofundar, coletivamente, alguns de seus conceitos fundantes, nomeados “forças estruturantes”, representados na figura do “Processo de Flor(ação) Pedagógica” (PFP), assim como, reconhecer as mediações pedagógicas implicadas no processo, seguindo aos questionamentos que este estudo propõe.

As mediações pedagógicas, que se desenvolvem no escopo da Educação Popular e considera em sua construção elementos da Pedagogia do Oprimido, da Pedagogia Socialista e da Pedagogia do Movimento, são compreendidas, em sua dimensão dialética, no contexto dessa tese como potenciais fomentadoras dessas forças estruturantes, de modo que, na sua práxis, observamos, imersos nas contradições que emergem, potenciais emancipatórios e indícios de novas sociabilidades que se constroem no bojo da luta popular e que também, como possibilidades reais, gestadas em uma conjuntura adversa, trazem em sua constituição formas embrionárias de Poder Popular.

Ao longo da pesquisa-ação, dos registros realizados acerca dos passos dados e das direções (re)definidas coletivamente, percebi que a potencialidade da construção está justamente na práxis que vivenciamos e continuamos vivenciando, que nos levou a identificar e a traçar um caminho de leitura crítica acerca dos conceitos fundantes que permeiam as forças estruturantes do processo.

Sem esses acúmulos reflexivos, a partir das experiências reais (inclusive os seus limites) não conseguiríamos fundamentar e orientar o processo que chamamos “Processo de Flor(ação) Pedagógica”, o qual compreendemos como uma possível chave de análise e uma

síntese teórica, cultivada na dialogicidade e na participação, que fica como uma contribuição, a qual poderá ser um dos aportes para o trabalho de educação do MTD. A síntese que esse item propõe também considera as problematizações síntese, evidenciadas no capítulo 2, após o exercício da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) a partir da articulação do material de leitura do Movimento com as contribuições teóricas escolhidas.

Nessa perspectiva, o adensamento do aporte teórico, emerge como uma direção a ser seguida, pois compreendemos que, como fruto da pesquisa-ação, o “inacabado” é gestado nessa condição de militância orgânica, integrada à pesquisa. O movimento de aprofundamento da leitura crítica da realidade continuará mantendo a sua consonância com a construção coletiva, de modo que os próximos passos (e as próximas páginas, pós tese) irão se desenvolver, levando em conta os avanços (e recuos) do coletivo, em sua leitura e compreensão de mundo, nesse percurso de criação vivo e radical.

Dessa forma, buscando corresponder ao sexto objetivo específico que propusemos como “Contribuir ativamente para a sistematização da práxis, construída coletivamente, no cotidiano do trabalho associado, que se perfaz em um processo que nomeamos ‘Flor(ação) pedagógica’”, que resgatamos no item 5.1, a intencionalidade é propor a construção de um ambiente reflexivo que contribua para a gestação e formulação de uma pedagogia do MTD, e, antes disso, de maneira mais próxima, contribuir na formulação de um instrumento político pedagógico referente à SPLM, como experiência de auto-organização popular e política, a partir do território periférico, feminista, formativa e produtiva, no âmbito da geração de trabalho e renda.

O PFP, portanto, constitui-se como um esforço inicial e particular de construção histórica, concreta e que considera os aportes teóricos apresentados nesta tese, podendo também, ao longo das questões que virão a se evidenciar, na perspectiva da processualidade, integrar novas referências teóricas e formulações.

Seguindo essa intencionalidade de contribuição, nesta síntese, serão consideradas as elaborações que envolvem a pedagogicidade que permeia a experiência, o Materialismo Histórico Dialético como método de leitura da realidade, o território urbano periférico, os sujeitos em trânsito nesse território, além das problematizações-síntese que levantamos no capítulo 2 e que dialogam com nossa práxis, em seus limites e potências.

Compreendemos ainda que a tese não esgota os elementos para a formulação de uma pedagogia do Movimento, ao considerarmos a importância de mais registros e sistematizações das experiências, em diferentes contextos, por outros sujeitos vinculados ao MTD, como nos

traz a Entrevistada 1, que compõe a coordenação nacional, acrescentando que, atualmente, há um esforço para que isso aconteça (a exemplo da formação “Trabalho de Base é Educação Popular”, iniciada em junho/2021).

Dessa forma, a proposta é, a partir de então, resgatar elementos da tese que possam compor essa síntese conceitual que permeia o “Processo de Flor(ação) Pedagógica” e que passa a compor a construção do instrumento político pedagógico da SPLM, em processo de elaboração.

Na experiência retratada, a travessia da pesquisadora militante organicamente inserida no território de ação do MTD, compreendeu, em um primeiro momento, encontros que se desdobraram na coletivização do processo, a partir do momento em que novas pessoas foram se aproximando e se integrando ao MTD, em uma etapa na qual se definiu, entre o grupo articulador do Movimento, o seguinte “ponto de partida”: a proposição de espaços de diálogo comum no território, a iniciar pelas reuniões com os moradores e moradoras do loteamento, no Centro Comunitário Vila Ipê. Como ponto de chegada, identificamos a formação do grupo de base do Movimento, no território, a partir de junho/2019.

Esse histórico, abordado descritiva e analiticamente no capítulo 3, compreende a etapa dentro do “Processo de Flor(ação) Pedagógica” de preparo do solo para a sementeira, sendo as mediações pedagógicas fertilizantes desse processo, conforme buscamos refletir nos itens que abordam os campos que nossa sistematização, pautada no processo do trabalho de base, identificou, como lócus das mediações pedagógicas: “a proposição de espaços formativos, participativos e de luta social tendo o território como centralidade”, “A Mística como mobilizadora de uma educação sentipensante”, e “Unidade na diversidade como alicerce da ação política: reconhecimento e estranhamento da pertença a um coletivo”.

Essa dimensão do trabalho de base, que, metaforicamente, associamos à *preparação do solo*, ao *semear* e a um intenso *cultivo* fertilizado pelas mediações pedagógicas, culminou, no ano de 2020, como fruto das articulações/mobilizações que vinham sendo estimuladas no território desde 2017, somadas ao advento da pandemia, na concretização de uma ideia, que emerge como uma Frente de Trabalho: a SPLM, de modo que entendemos esse salto qualitativo para a concretização, como a etapa do “*germinar*”, no “Processo de Flor(ação) Pedagógica”.

A partir desse “*germinar*”, localizamos os elementos na figura 108 criada para representar o processo, tendo como centralidade a Saboaria Popular Las Margaritas, como lócus do trabalho associado, de modo que esse eixo passa a conduzir o processo, considerando, nessa construção, o seu solo fundante: *as relações ser humano – natureza*, conforme abordado nos



itens anteriores, e que prevê a inseparabilidade do mundo da natureza e do mundo dos seres humanos:

Um ponto central para apreender o legado de Marx para o projeto de pedagogia socialista é o de que o ser humano é um ser da natureza e que, ao tornar-se humano, distinguindo-se da natureza em geral, não elimina que ele é parte dela. Deste modo, a compreensão das leis da natureza e de como os seres humanos se constituem em sociedade e em relação à natureza obedece às especificidades, mas não há duas histórias – a da natureza e a dos homens, mas apenas a “ciência da história” (FRIGOTTO, 2017, p. 214).

Importante destacar que na etapa que tem como centralidade a concepção do Trabalho Associado, a dimensão do Trabalho de Base não desaparece, ela apenas, passa a se desenvolver a partir de um lugar concreto no território, no caso, a Saboaria, o que traz outra qualidade para a dinamicidade do processo, convidando-nos a desenvolver um diálogo reflexivo com a concepção de Trabalho Socialmente Necessário, abordada por Shulgin<sup>181</sup> (2013).

Nesse sentido também, ao elaborarmos a síntese do PFP, como ferramenta de análise que alimenta a prática e que por ela é alimentada, buscamos contemplar o problema de pesquisa estabelecido. Nesse item, portanto, olhamos a SPLM como fruto do acúmulo coletivo, que traz em seu bojo diversos elementos que tecem uma composição de resistência e de mobilização de forças contra hegemônicas.

A opção por trazer a referência da “pedagogia socialista”<sup>182</sup>, como inspiradora dos pilares que sustentam a Saboaria, sobretudo na relação com o trabalho associado como princípio educativo, emerge como uma sugestão de uma das militantes do coletivo, no que diz respeito a

<sup>181</sup> Viktor Nikolaevich Shulgin (1894-1965) foi educador e historiador, terminando seus estudos na Universidade de Moscou em 1917. Idealizador do termo “pedagogia do meio”, que se desenvolve no escopo da pedagogia socialista, sendo um dos seus pioneiros. Compreendemos a pedagogia do meio, conforme Freitas (2009, p. 90) como “uma pedagogia crítica de seu meio e que, portanto, forma sujeitos históricos. Daí o caráter dialético que assume o ser em formação e o seu meio (natural e social). Neste processo, o meio (e suas lutas) ensina e, ao mesmo tempo, é criticado como forma de desenvolver a ambos (o sujeito e seu meio), o que vale para qualquer formação social.

<sup>182</sup> Pedagogia socialista, conforme Saviani (2017, p.103), compreendida, em sentido lato, para além da proposta socialista em sentido estrito, ou seja, “todas as demais propostas pedagógicas de caráter contra hegemônico que visam se articular com a luta pela superação da sociedade capitalista”. No entanto, nesse item, estamos olhando especificamente para algumas contribuições teóricas de três educadores, conectadas às experiências históricas, no contexto da Revolução Russa (1917), dos pioneiros da educação russa, no início da construção socialista em seu período de transição. As contribuições analisadas se desenvolvem no primeiro ciclo que vai do início da revolução, em 1917, até a primeira reforma educacional, em 1931, ano em que a política educacional russa incorpora mudanças consideráveis, com a implantação da primeira reforma educacional já sob o comando de Josef Stalin e o impacto de sua revolução cultural. Nesse âmbito, os pioneiros da educação russa, dentre eles Nadezhda Krupskaya e Moisey Pistrak, passam a sofrer perseguições por parte do poder estabelecido (FREITAS, 2009). Nesse período, pós 1931, de acordo com Freitas (2017, p.257), o projeto dos pioneiros da educação russa foi substituído pela ênfase na obtenção de conhecimento escolar e na formação técnica antecipada, sendo também, a partir de 1929, adotadas e adaptadas técnicas da “escola-nova”, oriundas do ocidente, de modo que não conseguiu desenvolvê-las na educação russa, que “atropelada pelo desenvolvimento econômico, volta-se para as formas usuais da escola capitalista”.

temas a serem trabalhados com intencionalidade pedagógica, tanto no cotidiano da produção, como nos momentos de formação, que definimos, a princípio, serem mensais. A pedagogia socialista também é referência para o MST<sup>183</sup>, Movimento que o campo político integrado pelo MTD tem como referência.

A pedagogia socialista, aportada no Materialismo Histórico Dialético, é apresentada, por um de seus pensadores, Moisey Pistrak como o conjunto de esforços “de associação e teorização de práticas educativas, protagonizadas pelos trabalhadores, ao redor do mundo, e conduzidas (na teoria e na prática) desde seus objetivos de classe para a construção de novas relações sociais de caráter socialista” (PISTRAK, 2015, p.7).

Primeiramente é importante situar que ao adotarmos o referencial teórico que transita em torno da pedagogia socialista, reconhecemos, como nos apresenta Freitas (2009), a análise de alguns fundamentos que moveram os pesquisadores russos, em um contexto histórico no qual “velho e novo” conviveram em uma mesma unidade, em um processo de superação das relações sociais capitalistas e que previa o início da organização da educação, sob bases socialistas, no contexto do início da revolução russa (entre 1917 e 1931).

Desta forma, reforçando o que Caldart (2017, p. 271) aponta sobre a relação da pedagogia socialista com o MST, não vivemos o tempo histórico de uma revolução, como foi o caso dos russos em 17. Com isso, a perspectiva não é a de “copiar” os pedagogos russos, e sim de aprender com eles e buscar inspiração nas iniciativas concretas que tiveram, em suas potencialidades, considerando também as críticas que levantaram – “não se fica pressionado a aplicar sua pedagogia, nem se trata de uma filiação à corrente pedagógica. Importam mais os fundamentos e as questões que nos ligam a um mesmo projeto histórico de construção”.

Esse processo nos apresenta elementos, para que, em nosso contexto histórico, nos moldes da organização societária em que vivemos, por dentro da ação política de um movimento popular urbano, possamos buscar contextualizar e atualizar tais conceitos, e avançar em nossa realidade:

Portanto, uma proposta pedagógica no campo educacional, repitamos, deveria cumprir pelo menos com esses requisitos: ser produzida na atualidade da luta social que constrói a vida dos sujeitos; ser uma ferramenta de análise e não um arcabouço meramente prescritivo; e incorporar a experiência mundial mais avançada da classe operária e camponesa que fornece um norte estratégico, a partir das finalidades de uma educação que atenda os seus interesses históricos (FREITAS, 2017, p.235).

Consideramos ainda, os apontamentos de Frigotto (2017) sobre a construção da sociedade socialista e os processos de formação humana que “nela são constituídos e ao mesmo

---

<sup>183</sup> Para uma análise das relações entre Pedagogia do Movimento e Pedagogia Socialista, ver Caldart (2017).

tempo constituintes, não se plasmas sobre modelos”, somando-se a isso o fato de que a construção da sociedade socialista, compreendida aqui, como um projeto societário contra hegemônico, está em curso, gestando-se e desenvolvendo-se na luta de classes.

Dessa forma, trabalhando as possibilidades reais, que estão sempre “grávidas” no processo histórico, compreendemos que experiências como a SPLM, como um projeto que não é idealista (visto que se concretiza na ação prática, guiada pela práxis revolucionária), nos possibilitam pensar a utopia concreta, agindo cotidianamente nesse devir, o que nos permite transcender ao plano teórico, mas, não deixarmos de ser mediadas por este. Quando iniciamos a construção da Saboaria, frente ao contexto já descrito, um consenso entre as mulheres foi o de que não iríamos “esperar acontecer”, sem assumir o desafio de ir construindo o que ela iria ser. Isso nos afastou de condições ideais e abriu precedentes para uma série de fragilidades e contradições, as quais íamos (e seguimos) identificando no processo, e buscando superar.

Sendo assim, uma das inspirações que assumimos, contextualizadas às condições de nossa realidade, foram as experiências concretas dos pioneiros da educação russa, que trazem saltos qualitativos teóricos e práticos, desse grupo de educadores<sup>184</sup> que assume a incumbência de organizar conteúdos e formas de trabalho, no contexto da reconstrução do sistema educacional da Rússia, a partir da criação do Comissariado Nacional de Educação, em 1917, para que as formulações pudessem ser difundidas depois, na forma de políticas públicas.

Apresentar concepções da pedagogia socialista como inspiradoras da SPLM, nos remete ao que Saviani (2013), debate como contraponto entre a pedagogia que se constrói a partir do legado de Marx e da ontologia materialista, a qual toma como centralidade os indivíduos como síntese de relações sociais e a inseparabilidade da materialidade e da subjetividade, e a pedagogia tradicional (empirista e idealista) que suprime a historicidade na constituição do ser humano, tendendo a naturalizar as relações.

Os conceitos que identificamos como pertinentes ao processo de construção de Saboaria, sobre os quais discorreremos reflexões, entrelaçadas com a experiência concreta, são: auto-organização (ou autodireção), coletividade, cooperação, solidariedade, como pilares do

---

<sup>184</sup> Os autores e autora que tomamos como referência, nesse momento, são: Krupskaya (1868-1939); Pistrak (1888-1940); e Shulgín (1894-1965), sendo que os dois últimos trabalharam na Escola-comuna Experimental Demonstrativa do Comissariado do Povo para Educação em Moscou, que funcionou como uma experiência de referência para o contexto da época, inspirando as outras escolas organizadas, pautadas nos princípios básicos da escola do trabalho, nas quais, de acordo com Freitas (2009), os experientes educadores se dedicavam a criar novas formas e conteúdos sob o socialismo nascente, com a finalidade de alcançarem as escolas regulares, de massa, sendo tais conteúdos desassociados da lógica da educação tsarista, ou seja, própria do Estado autocrático tsarista, demarcada pelo não acesso por parte da população pobre.

trabalho associado, que por sua vez, vincula-se sentido de “Trabalho Socialmente Necessário”, elaborado por Shulgin (2013), categoria que optamos por incorporar, na leitura do processo.

Também consideramos a categoria pedagógica “atualidade”, a partir de Pistrak (2018), a qual compreendemos fornecer chaves de leitura que acrescentam elementos ao debate acerca da ação do Movimento, a partir da concretização da Saboaria, no território, o qual se configura, no nosso entendimento como o lócus da leitura da atualidade.

O educador russo, considerando a Educação a favor de transformações estruturais na sociedade, nos apresenta a atualidade, afirmando que a escola russa, em seu contexto histórico, deveria estudar a atualidade, familiarizar-se com ela e transformá-la ativamente, conectando, portanto, a escola com a realidade, com a vida. Atualidade, compreendida, como “tudo o que, na vida social da nossa época, está destinado a viver e se desenvolver, tudo que se agrupa em torno da revolução social vitoriosa e que serve à organização da vida nova” (PISTRAK, 2018, p.42).

Apesar de não estarmos inseridas no ambiente da educação formal, compreendemos que o território periférico, cenário da ação cotidiana da Saboaria também se perfaz como o local da leitura da atualidade e da realidade, do tecimento da cultura popular e da luta social articuladas nas fissuras abertas do hegemônico, pela ação coletiva.

Entendemos que a direção político-educativa, como instrumento de luta e criação, vivenciada na Saboaria deve desembocar na atualidade e se formar nela, de modo auto-organizado, forjando-se, então, no território periférico, lugar não só de possíveis encontros/convergências entre a ação dos movimentos populares, mas também, de ação educativa. Nesse território convergem, desde articulados com uma intencionalidade político-educativa integradora que nessa experiência, parte do Movimento Popular, as demais ações coletivas que existem no local, além da própria atuação da escola, para além de seus muros.

De acordo com Frigotto (2010), os movimentos sociais populares do campo, entre os quais se destaca o MST, representam, na atualidade, o que há de mais avançado de luta contra hegemônica no Brasil. A experiência do MST, assim como a formulação da pedagogia do movimento, engloba fundamentos da pedagogia socialista, progredindo no seu contexto de ação política, a partir das escolas do movimento, como “totalidades pedagógicas”, “no vínculo com os processos formativos que ocorrem fora dela, organizando seu trabalho educativo em interação com vida do seu entorno (natureza – trabalho – sociedade) e suas relações mais amplas (CALDART, 2007, p. 272).

Nossa questão, em torno da elaboração do instrumento de síntese conceitual nomeado “Processo de Flor(ação) Pedagógica”, considerando os acúmulos reflexivos da experiência vivida, corresponde a compreendermos as possibilidades de engendramento de processos de organização/formação/luta popular, deslocando a relação “Escola do Trabalho (no assentamento do Movimento) – contexto em que a escola está inserida” (conforme a proposta dos movimentos do campo), para “Frentes de Trabalho (nos bairros) – território periférico”, como uma proposta de atuação dos Movimentos urbanos.

Essa militância, se desenvolve a partir da organização de Frentes de Trabalho no território urbano, pautadas na concepção do trabalho associado em sua dimensão ontológica, em diálogo com a concepção de Trabalho Socialmente Necessário. Dessa forma, o horizonte do processo, se dá no sentido de buscar expandir a experiência de espaços produtivos e auto gerenciários, nos bairros, dentro dessa proposta que a Saboaria assume, acerca de suas dimensões: formativa, articuladora no território (e transcendendo ao mesmo), política, além da produtiva.

Shulgin (2013), conforme discutido por Gonçalves e Paludo (2015, p.34), discorre sobre o papel do Trabalho na reconstrução russa, principalmente o Trabalho que impactasse concretamente na vida das aldeias e comunidades, perfazendo-se como uma atividade que “conduzisse à melhoria das condições de vida da população e atendesse aos propósitos da Revolução na forma como foi projetada a partir de 1917”. Essa é a concepção de Trabalho Socialmente Necessário, um trabalho dotado de sentido coletivo, político e social, no contexto em que fosse desempenhado.

Nesse contexto, Shulgin (2013) discute o Trabalho Socialmente Necessário como prática a ser desenvolvida por todas as organizações sociais envolvidas na reconstrução do país, principalmente as vinculadas ao governo e ao partido. A escola, inseria-se nesse contexto, em uma perspectiva de centralidade. No PFP, como síntese conceitual, alinhadas a nossa práxis no território, buscamos discutir o papel do Movimento Popular, no contexto urbano, como um possível sistematizador e articulador do Trabalho Socialmente Necessário, a partir da leitura do território: as forças sociais presentes, as problemáticas que demandam mobilização auto-organizada e as que, ao nosso tempo histórico, têm o Estado (mesmo com as limitações já apontadas) e a sua função social, como interlocutor.

O Trabalho Socialmente Necessário, no PFP, é relido como o aprofundamento do trabalho de base e as ações que o integram: ações pautadas na dimensão da solidariedade política, a presença educativa da militância no território urbano, ou seja, uma chave de leitura

para o adensamento do trabalho de base no bairro alinhado à perspectiva de construção de núcleos produtivos auto-organizados e autogestionados, ou Frentes de Trabalho, ou Pontos Populares de Trabalho. Nesse contexto:

(...) a finalidade da auto-organização não guarda objetivo em si mesma, mas atende à necessidade de um trabalho que precisa ser realizado e, sobretudo, precisa ser compreendido para ser feito. Não se trata do cumprimento de tarefas previamente planejadas por educadores para que outros executassem, mas da criação de um plano de trabalho construído coletivamente, no qual se encontrariam os objetivos a serem alcançados pelo coletivo (PALUDO; GONÇALVES, 2015, p. 38).

Partindo do princípio de que o trabalho de base tem objetivos definidos de acordo com a conjuntura vivida, o contexto territorial, dentre outros aspectos, compreendemos que na sistematização de seu método há elementos potentes a serem mobilizados pela militância, que se coadunam com as ideias de Shulgin (2013, p. 151) que prevê cinco etapas para a sua realização, sendo elas: “1) o trabalho planejado, o plano. 2) propaganda entre a população. 3) Preparação para a sua realização (habilidades, conhecimentos adicionais, aquisição de equipamento, etc.). 4) o próprio ato da execução. 5) avaliação” (p. 151).

Esse exercício, inclusive no enfrentamento da ideia de que o trabalho de base é uma ação pontual, como um evento<sup>185</sup>, e não processo contínuo, demanda uma autogestão organizada, coletivos fortemente coesos, acúmulos de experiências, e a compreensão de que o trabalho social, em si, na sua dimensão prática e organizativa, deve ensinar a trabalhar de forma nítida e organizada. Shulgin (2013), como referido, pensa essa proposta para a escola.

No contexto da ação dos movimentos nos territórios, mediada pelo trabalho de base, compreendemos que a concepção de Trabalho Socialmente Necessário amplia e aprofunda a sistematização desse método, alinhada com a realidade local, como um processo educativo fundamentalmente orgânico, que condiz à tarefa histórica da militância de se buscar o acúmulo de rupturas contra hegemônicas, e que, na nossa experiência, colhe referência na Educação Popular.

Daí se reforça a importância de uma militância organicamente enraizada no território, ciente de seu papel educativo, sensível ao que emerge na localidade e cuidadosa para não subsumir a vida pulsante do território, dentro de seus calendários e pautas prontas. Atenta, ainda, à atualidade, como categoria pedagógica, na leitura do território: o que o território nos mostra como potente e como frágil para a produção de novas relações sociais? Com isso, no

---

<sup>185</sup> Essa é uma das compreensões que em alguns momentos emerge entre a militância, de acordo com a síntese, concluída em novembro de 2021, realizada, em âmbito nacional, por militantes campo do Projeto Popular para o Brasil (por meio da Executiva nacional), acerca de uma das etapas do curso “Trabalho de Base é Educação Popular”.

contexto da atualidade, de acordo com Freitas (2017) os Movimentos Populares, em sua práxis cotidiana, assumem a mediação entre a estratégia da pedagogia socialista e a sua realidade específica

Nossa realidade é o território periférico, o qual, em nossa compreensão inspirada em Pistrak (2009) situa-se como um potente centro de pesquisa sobre a realidade, como campo de lutas e contradições, ou ainda, como o lugar da vida em si, onde se constrói a prática social, formativo-educativa dos que estão inseridos em seu contexto. Compreendemos, portanto, que as mediações pedagógicas desse território que assume dimensões educativas, fertilizam a luta e o Poder Popular e para o enfrentamento da opressão/exploração e para a reconstituição de seu tecido social historicamente fragmentado.

Dessa forma, partindo da concepção do Movimento Popular como um articulador de mediações pedagógicas no território, defendemos aqui a relevância dos sujeitos coletivos que o integram, na ação militante, a partir da auto-organização de espaços produtivos, que enfrentam o modo de produção vigente, integrados ao processo de desenvolvimento do trabalho de base, na dimensão do Trabalho Socialmente Necessário. Trabalho social este, que é tecido por diferentes formas de ação, como as que esta tese apresentou: a política de solidariedade, a luta por direitos, a articulação com outras forças sociais presentes no território, como a escola ou coletivos culturais que por lá transitam, a promoção de atividades culturais, a construção de Frentes de Trabalho, dentre outras.

Essa força viva impulsionada pela ação dos Movimentos Populares (ou outras formas de ação coletiva), carrega potencialidade para o desenvolvimento de uma educação omnilateral, pautada em uma pedagogia social que contribua na formação de seres não limitados, fragmentados ou unidimensionais: uma educação implicada nos processos reais das vidas pessoas, em todas as suas dimensões.

Ampliar a articulação da educação em nível territorial, para além dos muros da escola, em territórios educativos de ação e empoderamento popular, na nossa compreensão, perfaz-se como uma chave de leitura, presente no “PFP”, para a construção de novas relações sociais em uma perspectiva emancipatória, sobretudo ao considerarmos que o modo de produção capitalista retira a escola da dimensão da vida das pessoas (embora esse processo não seja homogêneo).

Uma questão que se coloca nessa construção, no seio das contradições de nosso processo histórico é sobre como ampliar essa ação territorial, como se organiza outras frentes de trabalho, e se estrutura para a sustentabilidade das mesmas. A ação teórica e prática em torno

da experiência pontual SPLM, que se integra a uma totalidade de experiências, na busca das transformações das relações sociais capitalistas, nos dá pistas, no plano da ontologia materialista, que não espera condições ideais, ou ainda projetos pautados em como “devem ser” as ações.

Como Frigotto (2017, p. 230) nos provoca, “cabe-nos indagar em que espaços concretos o projeto da pedagogia socialista se mostra como germe em nossa sociedade, e quais os embates que o tempo presente nos demanda, para o seu desenvolvimento”. Em nosso percurso inicial, nesses dois primeiros anos da SPLM, recebemos visita e dialogamos sobre a experiência, com uma escola de outra região da cidade, cuja equipe diretiva intenciona uma proposta semelhante, acerca da formação de oficinas e possíveis frentes de trabalho que pudessem englobar as mães dos estudantes (embora nesse caso, as condições que fertilizam a construção do espaço sejam diferentes da nossa condição, como desdobramento da organização popular).

Também chegamos a dialogar com a pastoral das mulheres, de um bairro vizinho, interessada em organizar uma frente de trabalho, em torno da produção de chás e ervas naturais, no entanto, uma das religiosas que iria auxiliar na coordenação do processo, foi transferida para outro Estado, interrompendo, naquele momento as perspectivas de construção.

Além disso, como fruto da organização do MTD em outro bairro do município, em setembro de 2021, surge um grupo de mulheres em torno da costura criativa. Tais processos são paulatinos, e requerem o investimento de muitas forças, desde as coordenativas até o exercício e o constante aprendizado da autogestão, e, mesmo que embrionários, trazem anúncios acerca de possibilidades de organização em torno do trabalho associado, como enfrentamento ao desemprego estrutural, demandando diferentes níveis de condições para o seu avanço.

Nesse cenário, a reflexão acerca da ação no território periférico, como força estruturante do processo e lugar da leitura da realidade (FREIRE, 2016a) e da atualidade (PISTRAK, 2018), parte do princípio de que o território, no contexto urbano, reúne condições que se coadunam mais à ação política dos Movimentos Populares em comparação à escola de nossos tempos, para assumir a condição de centralidade como lócus do processo.

Ainda assim, as escolas, compondo o território, mesmo que organizadas estruturalmente sob os moldes da escola capitalista, pode se integrar às ações articuladas pelos sujeitos coletivos em trânsito no território, abrindo campos para práticas sociais que articulem



a comunidade escolar e a comunidade do bairro, para além de seus muros, na perspectiva de uma educação emancipatória, partindo da realidade dos estudantes.

A escola, imersa nessa rede de cooperação e articulação territorial, no seu diálogo com o Movimento Popular, pode encontrar condições para acumular (ou desenvolver) suas reflexões críticas, e ações teóricas e práticas acerca da superação da escola verbalista, livresca, dogmática, instrumental, reforçadora do individualismo e da competitividade, contraposta à afirmação de uma escola que seja parte da vida social do que acontece no seu entorno, superando a cisão entre teoria e prática.

Esse olhar para o território periférico, como lugar central da categoria pedagógica atualidade, considera que, ao contrário do período histórico da revolução russa, no qual a escola cumpre o papel de pensar um novo sistema educacional, sob a construção do socialismo, a escola capitalista, historicamente, tem seu esforço “destinado a calar a crítica, ou a realizá-la nos limites do próprio capitalismo – o que está em conformidade com os objetivos da educação capitalista de educar os alunos para a subordinação” (FREITAS, 2009, p.90-91).

Isso, de maneira nenhuma, diminui a importância ou a legitimidade da instituição escola. Essa condição, leva-nos a compreender a relevância de construirmos articulações com a escola que temos, em um processo de articulação territorial que pode ser educativo, crítico, mobilizador de pessoas, e contra hegemônico, no sentido de, a partir de ações coletivas e da integração e participação, de vários sujeitos que transitam pelo território, novas arestas são oxigenadas como possibilidade de aprendizados pautados nas ações coletivas.

O território periférico, como um campo de convívio, lutas e contradições, assume o seu potencial educativo, na ação política e educativa da militância, como o lugar concreto da leitura da realidade, e como ponto de partida para leitura crítica acerca da opressão histórica, ou ainda, como o lugar da vida em si, por onde se desdobra o cotidiano e onde se constrói a prática social, formativo-educativa dos que estão inseridos em seu contexto, sejam eles militantes, estudantes ou moradores, desde envolvidos em uma ação coletiva (seja pautada em uma ação de solidariedade, seja na organização de uma reivindicação pela pavimentação da rua, seja na organização de um projeto cultural).

Entrelaçando teoria e prática, os conceitos de atualidade e leitura de realidade, a partir da ação e articulação no território periférico, como forças estruturantes do processo alimentados pelas mediações pedagógicas do processo, podem ser exemplificados em algumas ações concretas iniciadas em 2021 que envolveram o coletivo da Saboaria e outros sujeitos do território.

Tais articulações, foram percebidas, pelas mulheres do coletivo, conforme demonstram suas narrativas e o envolvimento das mesmas, com significativo potencial de contribuição para a compreensão, de uma forma mais aprofundada e enraizada na realidade, acerca do papel militante das trabalhadoras da Saboaria, como sujeitos coletivos, agentes de articulações que, no exercício cotidiano de leitura da realidade do território, com intencionalidade pedagógica, contribuem na construção um campo de ações solidárias, mobilizadoras de participação e que proporcionam diferentes níveis de aprendizagens.

Portanto, tais ações, auxiliam que as mulheres envolvidas no processo da Saboaria, não reforcem uma visão circunscrita de seus papéis, apenas como produtoras de sabão e sabonetes, como, no início, observávamos na fala de algumas delas, sobre ficar somente na produção, porque não se enxergavam desempenhando outras funções, ao mesmo tempo em que, nas experiências concretas, conhecem e se aprofundam na totalidade das dimensões da Saboaria.

Essas ações coletivas já citadas, compreendem desde a organização das marmitas solidárias, o dia das crianças do bairro, a exibição do documentário nas escolas, a Escola Popular das Artes e os primeiros diálogos com as direções e coordenações das escolas do território, sobre possíveis conteúdos, para além de seus muros, a partir do estudo dos princípios da Saboaria, por meio do documentário e do livro. São ações no sentido de se reforçar a criação de uma cultura de articulação e participação no território. Os movimentos sociais, conforme Freitas (2009) possuem uma finalidade educativa e emancipatória, com isso, o entrelaçamento deles com a escola, são eficazes na construção de novas relações sociais: sendo a escola de nosso tempo necessária, porém insuficiente para produzir muitas das transformações sociais, sua ligação com os movimentos permite potencializar a ação de ambos.

Esse conjunto de ações, dialoga com as problematizações-síntese trazidas, acerca da política de solidariedade do MTD e da construção do trabalho de base, no escopo da educação popular. São modos de intervir no tecido social do território, historicamente fragmentado, tendo como força contra hegemônica o fortalecimento da coletividade e dos laços solidários.

Dessa forma, a crise estrutural e sistêmica do capital, demanda, dentre outros mecanismos de sobrevivência, a radicalização de suas posições liberais (MÉSZÁROS, 2011), como, por exemplo, a difusão da noção de meritocracia e o aprofundamento de uma democracia de alcance apenas aos sujeitos que estão inseridos no mercado. Diante disso, emerge a necessidade, de acordo com Freitas (2009) de evidenciarmos pensamentos que possam fazer

contrapontos e apontem para outra radicalização: a radicalização de uma democracia substantiva, contra a privatização do Estado para as elites, o que inclui a própria educação.

A democracia substantiva (MÉSZÁROS, 2011), conforme abordamos no capítulo 3, como possível rumo para entender e superar a crise estrutural do sistema capitalista, visando a um novo modo de sociabilidade radicalmente distinto, pressupõe a consolidação de processos educativos, dentre os quais, a referência da pedagogia soviética figura como uma possibilidade.

Dessa forma, evidenciar alguns conceitos fundantes da pedagogia socialista, nos auxilia em uma tarefa de verificar bases e indícios, de por onde podemos conduzir a resistência e o enfrentamento, na defesa de um projeto alternativo que dispute com o hegemônico. Nesse âmbito, uma proposta de educação, articulada pelos movimentos populares urbanos, a partir do território periférico, que leve em conta a dimensão do coletivo, da solidariedade, e que se solidifica na crítica ao modo de produção capitalista, pode se mostrar com um desses indicadores de caminhos, situando historicamente o pensamento dos pioneiros dessa pedagogia, em articulação com outros referenciais do campo da Educação Popular, como Paulo Freire na Pedagogia do Oprimido, além dos acúmulos da pedagogia do Movimento.

Nossa inspiração em relação à pedagogia do Movimento, se identifica, sobretudo com as suas duas ideias-força: a primeira é a de que “existe uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social”; e a segunda explana que “uma luta social é mais educativa, ou tem um peso formador maior, à medida que os seus sujeitos conseguem entranhá-la no movimento da história (CALDART, 2000, p. 10).

Outra dimensão da pedagogia do movimento que dialoga com nossa perspectiva, representada no PFP, passa pela construção de lutadoras/es e construtoras/es de um projeto contra-hegemônico. Dessa forma, a militância, na sua ação educativa, conforme Caldart (2017, p.281) precisa reunir condições de avançar em aspectos que possibilitem “sentir o solo sob seus pés” (KRUPSKAYA apud PISTRÁK, 2009, p.109). Ou seja, ancorar-se na realidade, e, como sugere Pistrak (2018), estudando a atualidade, penetrando-a e familiarizando-se com ela, para assim, transformá-la ativamente por meio do trabalho social. Essa construção precisa ser assumida desde a realidade de cada local, de cada território, com o protagonismo da militância e das comunidades em que se inserem.

A dimensão pedagógica que permeia o PFP considera e tem a intencionalidade de incorporar em sua práxis, a inspiração acerca da principal marca da Pedagogia do Movimento, que é a força educativa de estar em constante movimento, como o próprio nome diz, pela afirmação da humanização e pela preservação de todas as formas de vida. Dessa forma,

reafirmamos a intenção não só restrita a seguir uma pedagogia, mas também de irmos a construir uma pedagogia, mediada pelos acúmulos da práxis, que possa ser absorvida pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, ou ainda por outros coletivos organizados por mulheres trabalhadoras, no contexto urbano.

Uma pedagogia que possa dizer mais do que como as práticas devem ser e que seja forjada na realidade, como sugere Caldart (2000, p. 17), afirmando como as práticas são, porque elas são dessa forma e como elas podem ser ainda mais, avançar, sendo engendrada, pela dialogicidade e pela luta, por aquelas e aqueles que assumem as finalidades políticas do coletivo e se propõe a colocá-las em movimento.

Não se trata de centrar um projeto educativo, ou educacional, em uma única pedagogia, ou então eleger uma determinada prática social como sendo a prática educativa por excelência; menos ainda de ir alterando esta escolha ao sabor de modismos teóricos de conjuntura. Não é assim que os seres humanos se educam. Não há uma prática capaz de concentrar em si mesma, e de uma vez para sempre, todas as virtualidades pedagógicas necessárias à formação humana. É o movimento das práticas, diversas, por vezes mesmo contraditórias entre si, o que educa sujeitos, humaniza.

Sendo assim, essa perspectiva formativa do ser humano que tem uma base materialista, histórica e dialética é uma chave essencial do PFP, considerando que os sujeitos podem se educar também pelas palavras e pelas conexões estabelecidas a partir das mesmas, e isso, inclusive é essencial no processo. Porém, não são somente as ideias que carregam força suficiente para transformar um ser humano. Essa transformação, além de dotada de historicidade, ocorre mediada por experiências que influem na materialidade da vida do sujeito, especialmente naquelas em que diante de uma situação-limite, concepção desenvolvida por Freire<sup>186</sup> (2016a), pode-se alcançar, um inédito viável, como a superação daquele limite que humaniza, e não se esgota em si mesmo.

Nesse contexto do significativo papel da materialidade nesses processos formativos, integrados à crítica ao modo de produção capitalista, presente nos percursos contra hegemônicos do Movimento, o trabalho associado como princípio educativo assume papel central, de modo que, na síntese conceitual que o PFP sugere, os seus pilares (ou raízes): a coletividade, a autogestão, a auto-organização, a cooperação e a solidariedade, são considerados

---

<sup>186</sup> Conceito desenvolvido inicialmente por Álvaro Vieira Pinto (FREIRE, 2016a), situações-limites são como freios ou barreiras interpostos às vidas das pessoas, mas que podem ser superadas com vistas ao “ser mais” ou ao avanço do processo de humanização e transformação.

forças-estruturantes que perpassam todas as dimensões da Saboaria: organização produtiva, formação, articulação no território e política.

Mais do que pilares, ou forças estruturantes, a práxis tem nos mostrado que essas concepções se apresentam como horizontes a serem aprofundados, também na perspectiva do inédito viável e da história como possibilidade. Desde o início da SPLM, o coletivo assumiu o compromisso de se aprofundar em tais concepções. Quando assumimos a tarefa de mobilizar os momentos formativos internos (Andrea e eu), nos comprometemos a formular conteúdo e forma de práticas para que todas as mulheres pudessem contatar e absorver esses pilares, em processos de aprendizagem, sobretudo nas contradições vividas.

Esse exercício é tecido no cotidiano e vai desde reforçarmos as questões a serem trabalhadas no coletivo (em ações que podem parecer triviais, a exemplo de quando percebemos a tendência a quererem vir falar conosco, particularmente, para resolverem questões de interesse geral) até a organização coletiva do cronograma de produção, manutenção e limpeza do espaço, controle de estoque, logística da entrega dos produtos às/aos clientes, identificação de temas para formação, definição dos grupos de trabalho, de novos produtos a serem lançados, de novas campanhas, dentre outras ações. Dessa forma, seguimos avaliando e reavaliando os avanços e retrocessos, assim como, vamos incorporando novas práticas que possam trazer novos aprendizados.

A referência da Pedagogia do Oprimido, obra máxima de Freire, é integrada como inspiração no PFP, como síntese conceitual do processo de construção da SPLM, ao passo que ela reflete sobre princípios fundantes, caros à compreensão da emancipação humana, integrada ao caminho de libertação em relação à violência estrutural e histórica que demarca os países de capitalismo periférico, dentre eles, o Brasil.

O que interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. Desde os métodos repressivos da burocracia estatal, à sua disposição, até as formas de ação cultural por meio das quais manejam as massas populares, dando-lhes a impressão de que as ajudam. Uma das características destas formas de ação, quase nunca percebida por profissionais sérios, mas ingênuos, que se deixam envolver, é a ênfase da visão focalista dos problemas e não na visão deles como dimensões de uma totalidade. Quanto mais se pulverize a totalidade de uma área em “comunidades locais”, nos trabalhos de “desenvolvimento de comunidade”, sem que estas comunidades sejam estudadas como totalidades em si, que são parcialidades de outra totalidade (área, região, etc.) que, por sua vez, é parcialidade de uma totalidade maior (o país, como parcialidade da totalidade continental) tanto mais se intensifica a alienação. E, quanto mais alienados, mais fácil dividi-los e mantê-los divididos (FREIRE, 2016a, p.190-191).

Importante ressaltar que nessa experiência de construção da SPLM, a relação dinâmica entre parte e todo, se faz presente, visto que ao mesmo tempo em que mantemos a reflexão crítica, amparadas no MHD acerca da totalidade como síntese de múltiplas determinações sociais, como demarcamos no início da escrita, a proposta também é, conforme Lukács (1979, p.57), reconhecer o trabalho como categoria central para compreender o ser humano, em seu caráter de generalidade, de modo que o pensador sugere ser “necessário o estudo das complexas articulações entre o trabalho e a totalidade social”.

Por isso, a proposta, nesse estudo, foi trazer detalhadamente, diferentes etapas de um processo, por dentro da realidade da militância orgânica e de um processo de construção ativa, a partir da organização popular de base, de uma proposta educativa vinculada ao trabalho a qual, em diferentes níveis de consciência, no coletivo, luta por uma nova sociedade, em um horizonte emancipatório em busca da superação da lógica do capital, pautada na expropriação, exploração, violência, preconceitos, em que as pessoas possam desenvolver todas as suas potencialidades humanas e novas formas de relações sociais.

Em nosso percurso de formação social, evidenciam-se aspectos como a subalternização de culturas, sob a falsa ideia legitimadora do processo de “civilização e barbárie”, no qual seres humanos, natureza e a vida em si estariam a serviço de poucos, em que a noção de trabalho livre, próprio das comunidades, conforme Traspadini (2016), pautada na coletividade, foi substituída pela prática do trabalho escravo, e posteriormente pelo trabalho assalariado.

(...) somente na medida em que os homens criam o seu mundo, que é mundo humano, e o criam com seu trabalho transformador – se realizam. A realização dos homens, enquanto homens, está, pois, na realização deste mundo. Desta maneira, se seu estar no mundo do trabalho é um estar em dependência total, em insegurança, em ameaça permanente, enquanto seu trabalho não lhe pertence, não podem realizar-se. O trabalho não livre deixa de ser um que fazer realizador de sua pessoa, para ser um meio eficaz de sua “reificação”. Toda união dos oprimidos entre si, que já, sendo ação, aponta outras ações, implica, cedo ou tarde, em que percebendo eles o seu estado de despersonalização, descubram que, divididos, serão sempre presas fáceis do dirigismo e da dominação (FREIRE, 2016a, p.195).

Dessa forma, a Pedagogia do Oprimido em contraposição às pedagogias que se colocam a favor da manutenção do status quo, como uma pedagogia humanista, tem como horizonte a concretização da conquista da liberdade “a partir do uso de instrumentos da construção do novo, pelo oprimido, que ao tomar consciência da de sua ação transformadora, não suporta os mecanismos de submissão reais como forma de dominação instituídos sobre seus corpos, mentes, ações” (TRASPADINI, 2016, p. 86).

Nessa potencialidade da construção do novo, a partir da classe trabalhadora/oprimida, o PFP busca resgatar elementos que o permeiam, em um permanente movimento de resistência ou de tensionamento da ordem, concretizado na construção cotidiana de um espaço produtivo, em uma conjuntura adversa, que nos traz fôlego para seguirmos esperando e agindo.

Por isso, na composição desta tese, ainda que escapem alguns detalhes, optamos por uma análise descritiva e detalhada, em nenhum momento descolada da totalidade histórica, com a finalidade de retratar o fazimento do processo, por dentro do cotidiano de um território, com suas especificidades características e suas demandas relacionais, de vínculos, conflitos, de estabelecimento de relações não autoritárias, de esforço formativo do coletivo como um todo.

Nesse cenário, a definição de uma concepção de trabalho, como categoria central e como princípio educativo em seu sentido de criação, concebido como valor de uso, com vistas a uma sociedade mais justa, vem sendo perseguida e compartilhada entre as mulheres da SPLM, visando que as compreensões, entre o coletivo, se tornem cada vez mais convergentes, alimentando a reflexão, desde o cotidiano de produção até os momentos formativos, de modo que a relação das mulheres com a Saboaria venha a se ampliar gradualmente no sentido de reconhecimento de todas as dimensões que a perpassam.

Nossa opção, portanto, como militância, na experiência da SPLM é estar no cotidiano da base, produzindo (além dos sabonetes, as significações) juntamente, e não apenas em uma relação de articulação de ações para que a base execute. O horizonte da auto-organização e da autodireção, como conceitos fundantes e como prática diária, permeiam essa relação.

Na articulação do cotidiano da SPLM com os fundamentos da Pedagogia Socialista, é importante destacar a compreensão do trabalho associado como elo entre saber e fazer, na superação da cisão entre trabalho intelectual e manual, entre teoria e prática, segmentações correspondentes à dinâmica do trabalho alienado sob a forma capital. O tensionamento de nossa práxis se dá justamente no questionamento ao disciplinamento característico da produção fordista/taylorista em suas estruturas, demarcadas, sobretudo pela caracterização dos trabalhadores como executores de um trabalho estritamente operacional, como pessoas de alguma ou pouca escolaridade.

O projeto educativo preconizado pela pedagogia socialista, traz em sua raiz o rompimento com a divisão histórica e que sustenta o modo capitalista, entre trabalho manual e intelectual, ou seja, a integração do trabalho produtivo com o desenvolvimento físico e intelectual, na perspectiva da omnilateralidade, da formação de um sujeito integral. Marx (1983) aborda uma educação para a formação do ser humano que ele chama de onilateral,

contraposta à concepção ser humano unilateral, como desdobramento da divisão do trabalho demarcada pela fragmentação das atividades (MANACORDA, 2010)

A onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (MANACORDA, 2010, p.96).

Dessa forma, o coletivo se educa, preconizando a construção de um percurso formativo que integra a produção, as reuniões deliberativas, as ações no território, pautadas na solidariedade política e na valorização da cultura popular, além dos momentos de formação, planejados pelas educadoras populares que integram a Saboaria, mas que contam também com a participação de formadoras e formadores externos, que já convidamos e outas(os) que temos a intenção de trazer para o diálogo conosco. Tais ações coadunam-se com a proposta de adensamento da reflexão sobre o processo, pautando-se na dialética freiriana, ao afirmar que ensinar inexiste sem aprender e vice-versa (FREIRE, 2016b), e que nesse percurso, o diálogo crítico e libertador pressupõe ação, para a libertação em comunhão (FREIRE, 2016a).

Nesse entrecruzamento das dimensões política, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, que compõe o quefazer da Educação Popular, vamos exercitando, na dialogicidade que preconiza a escuta, na apreensão do cotidiano e da realidade, o tecimento de um processo educativo que seja orgânico aos interesses e necessidades das mulheres trabalhadoras implicadas no coletivo, e da comunidade onde estamos inseridas.

Mészáros (2008), ao discutir a construção de uma educação emancipadora que supere a lógica do capital, reafirma que esse movimento não se contempla somente na negação do capital, e sim na importância da construção de uma nova ordem social, ou ainda um novo metabolismo social, de modo que nesse processo, a educação, para o autor, tem um papel fundamental, destacando que “a nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente” (p. 76), perfazendo-se, portanto, como uma estratégia de sobrevivência humana.

Nessa transição, o autor evidencia a relevância do aprofundamento e radicalização de uma democracia que contribua substantivamente (entendida como igualdade ou democracia substantiva) para esse processo de avanço da luta de classes, que só será consolidada com a erradicação total do capital.

Na crítica à educação institucionalizada, discute-se o quanto esta serviu, ao longo dos anos, como mantenedora dos interesses dominantes, como se não houvesse possibilidades de



alternativas para a sua superação, atuando em uma perspectiva de “internalização” da lógica do capital, por parte dos indivíduos, garantindo os parâmetros reprodutivos do sistema.

Assim, o sistema do capital, não se reproduz automaticamente. Essas relações sociais são bem-sucedidas porque “indivíduos particulares ‘interiorizam’ as pressões exteriores: eles adotam as perspectivas globais da sociedade de mercadorias como se fossem limites inquestionáveis de suas próprias aspirações” (MESZÁROS, 2016, p.265-266). O mecanismo da internalização dos indivíduos perfaz-se como um instrumento importante para o capital, contribuindo para a tendência a justificar até mesmo das práticas mais perversas do capital, seja pela violência ou brutalidade com que age para garantir seus objetivos.

A superação da alienação e desse processo de internalização, para o autor, portanto, é uma tarefa educacional, e isso implica não somente a mudança política de instituições de educação formal, e sim de todas as instituições do intercâmbio social (MÉSZÁROS, 2016). Assim, a educação pró capital torna impeditivo que sujeito compreenda a real função da educação na sociedade: um processo de aprendizagem que compreenda toda a vida e que possibilite o seu desenvolvimento em todas as dimensões. Ele ainda traz como contraponto a esse mecanismo de internalização, a relevância da ação coletiva consciente que rompa com a lógica do capital na área da educação, buscando substituir “formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora, por uma alternativa concreta abrangente” (MÉSZÁROS, 2008, p.47).

Por meio da educação então, para o filósofo, sustenta que a produção de uma nova ordem social, pode em seu processo de transição, produzir novas concepções, por meio da práxis, de forma concreta, que auxilie a combater e fragmentar o círculo de reprodução do capital, forjando uma nova forma de metabolismo social, mobilizada pela criação de uma consciência social (ou contraconsciência), que enfrente o processo de internalização, e, por isso, é chamado de “contrainternalização” (MÉSZÁROS, 2008, p 61.)

Dessa forma, a proposta meszariana enfatiza a importância da educação, pautada em um plano de ação e de luta social que favorece a instrumentalização com vistas à transformação/emancipação dos sujeitos:

somente por meio do mais ativo e constante envolvimento da educação no processo de transformação social-alcancado pela sua capacidade de ativar a reciprocidade dialética e progressivamente mais consciente entre os indivíduos e sua sociedade- é possível transformar em força operativa, efetiva, historicamente progressiva e concreta o que no início podem ser apenas princípios e valores orientadores genéticos” (MESZÁROS, 2007, p.307).

Para além de uma teoria educacional pedagógica, na proposta de Mészáros (2008; 2016) encontramos uma “força operativa”, que pode contribuir concretamente no enfrentamento da sociedade capitalista, de modo, que no PFP, consideramos as contribuições do filósofo húngaro para a afirmação de uma proposta educativa que atue na “contrainternalização” de conteúdos determinantes e fatalistas, pautados na crença de que a sociedade é assim, não cabendo uma ação transformadora.

Nos diálogos formativos sobre a união (ou não) das mulheres, a estrutura de desigualdade histórica da sociedade, o fenecimento da natureza, o enfrentamento da economia que não tem centralidade na vida humana, e, além disso, na Mística sentipensante e no nosso processo de produção cotidianos, no fazer dos sabonetes e sabões, no cuidado com as embalagens, dado as características do que produzimos, encontramos um campo fértil para esse exercício assumido como uma tarefa histórica pela militância, que se propõe a avançar para além do capital, conforme Mészáros defende.

Na construção da representação do Processo de Flor(ação) Pedagógica, também evidenciamos como força estruturante o feminismo popular classista como chave teórico-prática. Esse foi um dos primeiros debates que consideramos importante trabalhar no coletivo, frente às observações cotidianas, acerca de alguns conflitos que emergiam entre as mulheres. Dialogar sobre uma práxis feminista, de uma forma não panfletária ou impositiva, acolhendo as diferentes visões de mundo manifestadas, sobretudo ouvindo as histórias de vida, percepções e visões de mundo (muitas delas com forte influência das religiões), e, portanto, pautadas nos elementos da vida real e das percepções trazidas pelas mulheres da SPLM foi o desafio que assumimos como coletivo e que seguimos construindo e fortalecendo.

As bases teóricas que nos inspiram, já mencionadas no capítulo 4, nos auxiliam a demarcar compreensões que são ponto de partida para a ação pedagógica. Saffioti (2013) pioneira no Brasil, no que tange aos estudos feministas, contribui fundamentalmente para essa discussão, ao passo que sua obra, de acordo com Silveira e Godinho (2021) busca compreender a posição das mulheres no modo de produção capitalista, explicando como a elaboração do “fator sexo<sup>187</sup>” atua de forma a colocar as mulheres em condições diferentes dos homens nessa dinâmica. É com esse foco que vai buscar os mecanismos que fazem com que fatores

---

<sup>187</sup> Saffioti (1992) discorre sobre a não utilização do conceito de gênero por parte das feministas francesas, que adotam “relações sociais de sexo”. O conceito de gênero é incorporado pelas feministas inglesas a partir dos anos 80. A autora adota o conceito “relações de gênero” em 1992, o qual, segundo a mesma, estaria “linguisticamente impregnado do social” (p.185), discutindo o conceito de gênero como relacional, categoria analítica e processo social, não se restringindo à existência de dois sexos.

considerados externos à economia ou à organização da produção, como sexo e raça, sejam absorvidos como elementos de exploração.

Saffioti (2013), na condição de pensadora do campo, tece a crítica a Marx e Engels, embora estes, em obras como *A ideologia alemã* ou *Manuscritos econômicos filosóficos*, defendam posições como a presença de mulheres no sindicato, condições igualitárias de salário, ou ainda denunciem a “coisificação” da mulher, associando a subordinação da mulher aos homens à instauração da propriedade privada, ao passo que esta, no pensamento marxiano, tem na família o seu “germe”.

No tocante à “questão da mulher”, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a condição social da mulher ganha relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens, são dois fatos simultâneos, marco inicial da luta de classes. Nesse sentido o marxismo abriu portas para o tema da opressão específica (...) (MORAES, 2000, p.89)

Importante citar que Safiotti (2013, p.135) não restringe somente à propriedade privada a fonte de opressão das mulheres, como Engels apresenta em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. A autora discute que opressão também se constitui como um desdobramento da socialização e da cultura, de modo que o pensamento estrutural acerca de inferiorização da mulher vai além do plano econômico (o que, de maneira nenhuma, representa a negação dessa esfera).

A emancipação feminina é, pois, problema complexo, cuja solução não apresenta apenas uma dimensão econômica. Mesmo a mulher economicamente independente sofre, na sua condição de mulher, o impacto de certas injunções nacionais e internacionais. Desde o desenvolvimento da indústria farmacêutica até as ideologias, tudo reflete na condição feminina. Eis por que qualquer ética socialista não pode perder de vista a condição singular em que tem lugar a existência feminina.

A autora denomina como “Mística feminina”, o conjunto de práticas sociais e o ideário presentes na sociedade, cujo intento era reafirmar a inferioridade feminina, remetendo, nas palavras da autora, a um “rígido sistema de constrangimento físico e moral do elemento feminino, criado e mantido pelo androcentrismo da família patriarcal, que marcou profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira” (p. 251).

A problemática acerca do trabalho doméstico também é abordada por Safiotti, de modo a discutir como o capitalismo incorpora o trabalho feminino pautando-se (equivocadamente) na forma de “libertação”, no entanto, as relações sociais de sexo (termo utilizado pela autora) na divisão sexual do trabalho relegam a mulher em uma posição subalterna, na condição de “exército de reserva”, reforçando a noção de que o cuidado doméstico é uma tarefa exclusivamente feminina.

A divisão sexual do trabalho, um termo cunhado pela teoria feminista na década de 70, traduz a condição precária da mulher no modo de produção capitalista, Segundo Hirata (2002, p. 280) “a divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a opressão/dominação está fortemente contida”. Sobre essa definição:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher). (KERGOAT, 2009, p. 67).

Abordar as relações desiguais de trabalho nas quais estão inseridas as mulheres demandam reflexão sobre a precarização e exploração quanto ao uso de sua força de trabalho, submetendo-se as jornadas duplas e às vezes triplas, de trabalho. Conforme afirma Medeiros (2020, p.222), sob o capital, a categoria trabalho tem seu sentido ontológico (des)construído, de modo que as transformações que afetam o mundo do trabalho contemporâneo remetem a repensar a divisão sociossexual do trabalho sob o aporte da perspectiva crítica, em busca da superação das desigualdades e dos elementos que compõem suas determinações.

Pautar a construção da SPLM a partir de uma práxis feminista, consiste também em, tendo como base, questões estruturais acerca do “ser mulher” na sociedade, identificar temáticas correlacionadas ao cotidiano do coletivo, em sua diversidade: mulheres trabalhadoras, mães, mulheres negras, mulheres idosas, jovens, mulheres pobres, mulheres que são “chefes” de família – toda uma gama de diversidade, partindo da premissa fundamental de que a classe trabalhadora é heterogênea.

Dessa forma, em um primeiro momento, temos buscado, no coletivo, fertilizar diálogos, que tragam vivências educativas no escopo da Educação Popular, acerca da própria história do capitalismo que foi fundida com a lógica de exploração do patriarcado e do racismo, de modo que procuramos apreender esses sistemas de forma consubstanciada para a análise da totalidade, visto que, nas relações sociais, essas contradições se fundam na indissociabilidade entre as determinações de sexo/gênero, étnico-raciais de classe (SAFFIOTI 1987; 2013; CISNE, 2018).

Nesse entrelaçamento entre teoria e prática o coletivo tem participado de eventos nos quais as questões acerca das opressões estruturais são tema de debate, a exemplo da Kizomba (uma ação cultural e política, realizada em alusão ao Dia da Consciência Negra) e uma atividade articulada por uma parlamentar com a participação de diferentes coletivos feministas da cidade,

durante o Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha. Tais atividades também são vivenciadas como momentos formativos.

Além disso, partimos de temas estruturais, desde a rivalidade feminina como mito impulsionado pelo patriarcado<sup>188</sup>, a relação das mulheres com o próprio corpo, e dentro disso padrões estéticos e o que eles significam na nossa sociedade, além da dimensão do machismo nos relacionamentos, a naturalização da submissão e da violência contra a mulheres (desde a psicológica até a física).

Ou seja, buscamos partir do cotidiano, desde os comentários que ouvimos, nas conversas rotineiras, sobre a vida ou a conduta de alguma mulher da mesma vizinhança, experiências da vida das mulheres compartilhadas no próprio coletivo, até as relações mais profundas acerca de como o capital, historicamente se apropria da condição feminina como estratégia mercadológica para explorar sua força de trabalho.

Dessa forma, conscientes, como anuncia Safiotti (2013) de que “o feminismo pequeno-burguês é insuficiente para proceder à desmistificação completa da consciência feminina, uma vez que consciente ou inconscientemente está comprometido com a ordem social da sociedade de classes” (p. 394), buscamos avançar em nossa práxis que se mantém resistente à ordem do capital, objetivando tecer coletivamente a nossa tarefa histórica de elaborar uma forma criativa de fazer o feminismo, desde as classes populares, a partir de um movimento urbano de mulheres trabalhadoras.

Considerando a dinamicidade do Processo de Flor(ação) Pedagógica, ainda que forjada na superação e nos recuos frente às contradições que permeiam o percurso, a Saboaria também assume como tarefa histórica, em sua organização política, feminista, formativa e em torno do trabalho associado, o seu papel ativo como semeadora do Poder Popular, ainda que de forma embrionária.

O popular aqui é assumido na perspectiva das sociedades de classes, vinculando-se à socialização dos meios de produção e à superação do Estado burguês. Paludo e Beatrici (2007) abordam o caráter de rebeldia que historicamente permeia a resistência popular, no contexto da América Latina, onde os sujeitos populares, organizados em movimentos, que por sua vez também são compreendidos como processos educativos, buscam combater, pela via do enfrentamento político, as opressões e violências às quais foram e são submetidos. O popular,

---

<sup>188</sup> Tiburi (2016, p.7) é uma das autoras contemporâneas que propõe essa reflexão acerca da rivalidade feminina como mito criado, advindo da cultura de dominação masculina que naturaliza a dinâmica de competitividade e rivalidade entre as mulheres, com vistas à manutenção do poder do patriarcado. Nesse sentido, é a união feminina é “um mal a ser evitado”.

nessa compreensão, apresenta pluralidades e complexidades, expressando dialeticamente resignação, mas também insubordinação, capacidade organizativa e de luta.

Fazzio (2019, s/p) vincula o termo Poder Popular a um embrião de mudanças e transformações, que possam vir a conformar o estado proletário. O autor ainda atribui ao que chama de “novos socialistas utópicos”, aqueles que “apostam todas suas fichas no poder local, nas pequenas experiências sem relações com a totalidade do capitalismo mundializado na atualidade”. Tece a crítica também aos “conselhos burocráticos e funcionalistas” e dos espaços que propõe a “cidadania participativa”, mas em pouco avançam em relação ao tensionamento da ordem vigente. Além disso, menciona os grupos e coletivos que, apenas no período eleitoral canalizam a revolta da população a uma ação restrita ao plano da política institucional.

Considerando essas compreensões, é significativo dizer que a nossa compreensão de Poder Popular, alinha-se a práxis revolucionária da educação pelo trabalho, cuja ação em espaços educativos informais (sem negar a escola), conforme defende Mészáros (2008), contribuí para a formação humana capaz de transformar-se, lutar pela sua libertação de mulheres e homens, pautando-se em ações/reflexões acerca da coletividade e da solidariedade.

Sendo assim, é importante reafirmar a dimensão não espontânea do Poder Popular somente como processo participativo, e sim como a possibilidade revolucionária de superação do capital, cuja construção cotidiana, tecida na relação trabalho-educação, nos espaços menores, não se desvinculam de uma leitura e de uma estratégia que considera a totalidade do capitalismo mundializado da atualidade. Nesse cenário, o debate acerca das relações de produção precisa ser considerado.

O poder do capital não pode ser superado no domínio material sob seu controle, por nenhum tipo de ação econômica espontânea, mesmo que o conhecimento econômico seja suficientemente desenvolvido e difundido na sociedade como um todo (o que está fora de questão, dada a novidade qualitativa das tarefas que devem ser empreendidas, e o fato de o conhecimento necessário a elas não poder ser legitimado pelo sistema do capital herdado e suas “personificações”). O primeiro passo vital exige uma mudança radical do modo de regular a produção e alocação do excedente econômico. Isto é possível em primeiro lugar apenas pelo processo político autônomo – e socialmente sustentável no curso da revolução que se desdobra tanto nos países subdesenvolvidos como naqueles de capitalismo mais desenvolvido. Em todos os lugares, é necessária uma verdadeira “mudança de ventos” que permita tomar a rota que conduzirá ao novo “sistema orgânico” (MÉSZÁROS, 2011, p 738).

Dessa forma, ainda que a experiência da SPLM não rompa completamente com a lógica de desenvolvimento capitalista, há uma proposta de inovação nessa associação de mulheres, que areja “frestas” na construção da contra hegemonia, na práxis do trabalho que envolve a auto-organização das trabalhadoras, a coletivização dos meios de produção, a dimensão ontocriativa do trabalho em contraposição ao trabalho assalariado, o engendramento

de processos educativos que acenam para potenciais emancipatórios e que contribuem para a construção, ainda que de forma embrionária, do Poder Popular no território em que se constrói a ação político-educativa do Movimento Popular e potencializa outras redes de cooperação.

Freire (2003) apoiando-se na etimologia da palavra educação resgata que a noção de movimento está presente na mesma, na dialética entre autoridade e liberdade, afirmando a relevância dos Movimentos Sociais para os processos de conscientização. Freire e Nogueira (2019, p.89) asseveram: “com maiúsculo, se escreve Movimento Popular” que atuam como “fermento de muitas novidades” no Brasil e em outros países da América Latina e do continente africano. Esses Movimentos, de acordo com os autores, vão inovando a educação, partejando a Educação Popular como uma grande escola da vida, através da qual, as pessoas vão aprendendo e ensinando as outras a resolverem as dificuldades da vida e transformando os contextos em que atuam.

A dimensão da articulação com território em que estamos inseridas (e para além dele) que se integra ao processo como força estruturante, nos permite avançar cotidianamente na compreensão de que nosso espaço não se restringe à produção, e que, como sujeitos em movimento e militantes de um Movimento Popular, a ação política no território a partir de uma iniciativa concreta de produção cooperada perfaz-se como uma semente do Poder Popular.

Na potencialização da ação coletiva, a demanda real e urgente que se sobressai, condiz a consolidação da SPLM como um espaço produtivo autossustentável. A relevância da organização e da mobilização das mulheres trabalhadoras da Saboaria é fundamental, de modo que neste momento, conforme mencionado, estamos enveredando pelo campo da Economia Popular e Solidária como um caminho de aglutinação e luta social, por políticas públicas emancipatórias, a partir das bases da sociedade, tensionando junto ao Estado o seu papel, mesmo que este sirva aos interesses dominantes do capital, de modo que, processualmente, nas frestas do processo, se possa fomentar uma articulação das forças sociais e políticas para a reivindicação dos interesses coletivo e fortalecimento do Poder Popular.

Em síntese, experiências que nos educam, como a da práxis em torno da construção da SPLM, embora, em definitivo, não dissipe a característica de alienação do trabalho que demarca a sociedade capitalista, nos trazem acenos de rupturas contra hegemônicas como o engendramento do trabalho associado em seu sentido ontológico, que por sua vez, fertiliza e é fertilizado pelas mediações pedagógicas no escopo da Educação Popular. Estas mediações trazem aos sujeitos implicados na experiência a possibilidade de articular saberes e fazeres que a organização capitalista do trabalho tornou restritos, fragmentados.

Santos (2017a), discute a tendência dos efeitos destrutivos da globalização como criadores de resistências, de “espaços banais”<sup>189</sup>, permeado por relações horizontais, onde se encontra a classe popular. Estes espaços, nos países da periferia do capital, entre os quais as inventividades dos territórios periféricos, como manifestações da cultura popular, baseadas no próprio território, no trabalho e no cotidiano, podem figurar como contraposições aos espaços hegemônicos verticais e excludentes dos fluxos globalizados do dinheiro e da informação. O geógrafo compreende que os efeitos da globalização podem ser reversíveis, considerando as lutas populares protagonizadas pela população pobre como um possível desencadeador dessa transição, como enfrentamento à norma homogeneizante ditada pelo neoliberalismo.

Nesse período de crise sistêmica e estrutural do capital, emergem também as questões que podem se contrapor e enfrentar o aspecto perverso dos efeitos da globalização (demarcação da desigualdade, da competitividade e do mercado como regulador de ações), e pensar em uma nova globalização possível, não excludente, com o objetivo da valorização do ser humano frente ao mundo do dinheiro. Em termos econômicos, o autor identifica uma tendência dual, quanto às formas de acumulação:

Tal sociedade e tal economia urbana dual (mas não dualista) conduzirão a duas formas imbricadas de acumulação, duas formas de divisão do trabalho e duas lógicas urbanas distintas e associadas, tendo como base de operação um mesmo lugar. O fenômeno já entrevisto de uma divisão do trabalho por cima e outra por baixo tenderá a se reforçar. A primeira prende-se ao uso obediente das técnicas da racionalidade hegemônica, enquanto a segunda é fundada na redescoberta cotidiana das combinações que permitem a vida (...). A divisão do trabalho por cima é um campo de maior velocidade. Nela, a rigidez das normas econômicas (privadas e públicas) impede a política. Por baixo há maior dinamismo intrínseco, maior movimento espontâneo, mais encontros gratuitos, maior complexidade, mais riqueza (...). Produz-se uma nova centralidade do social (...) uma nova base para a afirmação do reino da política (SANTOS, 2017a, p.146-147).

Nossa ação, portanto, transita primordialmente pela dimensão “de baixo”, a partir do território periférico como lugar potencializador de racionalidades contra- hegemônicas, nas inventividades do cotidiano, na afirmação histórica da ação política das classes populares, como resistência à centralidade ocupada pelo dinheiro, e, na gestação emancipatória do novo, mesmo enquanto o velho ainda é dominante.

O território periférico, nesta tese, portanto, é tomado como um cenário potente da construção do Poder Popular e como palco de mediações pedagógicas que podem favorecer o aprofundamento da consciência política, da organização e da luta, para o fortalecimento de um projeto de transformação da sociedade, a partir do tensionamento do modo de produção

---

<sup>189</sup> Conforme nota 94.



capitalista, considerando o debate acerca do trabalho associado, em sua dimensão ontológica, como Trabalho Socialmente Necessário, através de uma práxis viva e radical, construída no cotidiano.

A concepção do território como expressão da dimensão comunitária, favorece que as pessoas que ali convivem, se reconheçam em seus problemas, limitações e potencialidades, gerando um sentimento de alteridade, que pode figurar como mobilizador da participação. O território, como lugar concreto de enfrentamento e de aprendizagens, torna-se fundamental na construção da resistência, e, de acordo com Mauro (2007), estabelece-se “como síntese objetiva-subjetiva no processo de luta popular, desde que se possa estabelecer uma relação dialética entre ambos os fatores, e que os mesmos contribuam para a construção da consciência de classe e do Poder Popular”.

## 5.2 A EXPERIÊNCIA QUE TRANSCENDE A TESE – AS MARGARIDAS SEGUEM FLORESCENDO E DISSEMINANDO...

*Eles não sabiam que Margarida era semente...*

***Maria Soledade***

A composição desse item que fecha a tese, precedendo as considerações finais, traz como objetivo apontar breves contextualizações acerca do movimento do coletivo da Saboaria Popular Las Margaritas, na atualidade, considerando o período de finalização do texto da tese (abril de 2022).

Nesse segmento, a intenção principal é a de demarcar que, para além das vivências evidenciadas e sistematizadas neste estudo, a Saboaria, como uma experiência que emerge em decorrência da organização popular, em um território periférico e urbano, no contexto da pandemia, segue seu processo de construção coletiva, fundamentado na práxis e identificando as articulações que não foram frutíferas, os seus porquês mais evidentes e mais profundos, e, também as novas possibilidades de tecimento de uma rede de cooperação, ou ainda, do resgate de relações que foram se forjando nesse percurso.

Como iniciamos um empreendimento, com recurso financeiro limitado (duzentos reais, em um primeiro momento), sem o amparo de uma política pública, fundamentadas principalmente na força de trabalho de todas as mulheres envolvidas, nos pilares que definimos como basilares que identificam e dão forma e conteúdo ao processo, além de estratégias, dentro

de nossas reais possibilidades, para conferir visibilidade à iniciativa, podemos dizer que entre maio de 2020 e abril de 2022, conseguimos identificar significativos avanços no que diz respeito à relação coletiva entre as mulheres que permaneceram na SPLM, às formas como essas mulheres incorporaram a Saboaria em seus cotidianos e como vêm demonstrando progressivamente estarem mais apropriadas acerca da amplitude da proposta da Saboaria, para além da produção.

Aspectos como a melhoria da qualidade dos produtos, do material gráfico de divulgação nas redes sociais e do reconhecimento do empreendimento, sobretudo no cenário municipal, com algumas interlocuções significativas para além dele, nos mostram que o investimento de nossas forças nesse percurso tem evoluído positivamente, embora implicado em um cenário profundamente contraditório e algumas vezes limitante.

Ainda assim, é importante dizer que o coletivo que permanece, visualiza mais potencialidades nos processos vindouros do que razões para se desvincular do mesmo. Essa questão, em torno da permanência ou rotatividade das mulheres é dotada de nuances e complexidades que envolvem diferentes fatores das vidas das mesmas, alguns deles mais imbricados com questões acerca da própria sobrevivência, a exemplo das duas mulheres<sup>190</sup> que deixaram de ir com mais frequência na Saboaria, por terem conseguido um emprego formal, porém não se desvincularam das atividades do coletivo. Os outros fatores correspondem a organização de tempos e demandas que permeiam os afazeres das mulheres: outros compromissos profissionais ou demandas da vida pessoal que exigem uma dedicação mais exclusiva.

A Saboaria segue investindo na qualificação de sua produção e dos seus processos de organização interna e articulação externa, obtendo respostas positivas acerca de suas iniciativas, assim como apoio, estímulo e divulgação através das redes sociais, o que não anula a nossa necessidade de aprimoramento e expansão. A exemplo disso, no ano de 2021, na ocasião do Dia Internacional da Mulher, lançamos kits em alusão à data, evidenciando também o sentido político da mesma, em nossas redes. Fomos procuradas pela Ordem dos Advogados do Brasil, na cidade, para contribuirmos em uma ação, produzindo sabonetes em grande quantidade, para serem distribuídas durante uma ação, junto ao público e às advogadas associadas.

---

<sup>190</sup> Uma das mulheres, como já citado, começou a trabalhar em uma fábrica da cidade no mês de maio de 2021, estando vinculada a esse emprego até o momento. Ela participa de feiras, de reuniões deliberativas e, ocasionalmente, de momentos da produção. A outra, que também se manteve vinculada ao coletivo, no mês de dezembro de 2021 começou a trabalhar em uma empresa de limpeza, permanecendo no local até março/2022. A única moradora do bairro que se desvinculou do coletivo, teve a sua saída impulsionada por diferentes fatores, dentre eles, a dificuldade em acompanhar o cotidiano da SPLM, por conta de um problema de saúde de sua filha.

Dentre essas atividades que demandam uma produção mais ampliada, destacamos datas como: Dia das Mães, Dias das Professoras e Professores, Outubro Rosa e Novembro Azul, quando fomos procuradas por um colégio no município de São Marcos, uma das escolas municipais do território, pela agência de comunicação de um Centro Universitário da Cidade de Caxias do Sul e uma empresa do ramo siderúrgico.

Em 2022, somente na ocasião do Dia Internacional das Mulheres, fomos procuradas por seis empresas para produções em grande quantidade para ações vinculadas à data. Esse tipo de retorno, nos oferece indícios positivos acerca da identificação desses espaços com nossos produtos e com nossos princípios basilares, em diferentes níveis de aprofundamento, cabe situar. Estabelecemos parceria também com o Sindicato de Servidores Públicos do Município, com uma política de descontos para associados.

Nessas relações estabelecidas vamos expandindo a divulgação da Saboaria e, conseqüentemente a nossa rede de relações e cooperação. Na figura abaixo, através do *hiperlink* criado, pode ser acessada a última versão do catálogo da Saboaria (abril de 2022).

**Figura 109 – Catálogo de Produtos da Saboaria  
Popular Las Margaritas**



Fonte: Acervo da SPLM (2022).

Em relação aos aspectos que necessitam ser fortalecidos, os que mais se evidenciam, no nosso cotidiano, correspondem àqueles que envolvem desde a nossa formalização como cooperativa, para que possamos aprofundar a busca por recursos e fomentos, a formação que possa nos permitir avançar em nossa produção ecológica, assim como em relação ao aprimoramento da qualidade dos produtos, envolvendo ainda embalagens cada vez menos

agressivas ao meio ambiente, assim como uma infraestrutura alinhada aos parâmetros das normativas em torno da Segurança do Trabalho e da Vigilância Sanitária.

O desenvolvimento de estratégias que possam aprimorar o nosso processo de comercialização dos produtos, na direção de nossa autossustentabilidade e da garantia de uma renda digna a todas as mulheres envolvidas, também estão nesse horizonte de aprofundamentos e aprimoramentos, de modo que, nas rede de cooperação/parceria que estamos estabelecendo, visualizamos possibilidades de avançarmos em relação a essas questões, buscando sempre levantar tais possibilidades no debate para a validação coletiva.

Um grande desafio que se constrói e reconstrói no cotidiano e requer ação político-educativa permanente, diz respeito ao investimento no amadurecimento das relações no coletivo, no fortalecimento da confiança, na superação, ou ainda, minimização, da ideia de competitividade ou de padrões meritocráticos de se mensurar a produtividade e os avanços nos aprendizados das mulheres. A qualidade nas relações é o grande alicerce que permite outros avanços ao processo.

Compreendemos que o aprofundamento dos estudos e formações na perspectiva do feminismo, da formação política, da organização popular, da dimensão do autocuidado, cuidado coletivo, cuidado com o planeta e, sobretudo, o exercício da radicalidade democrática, na prática: ocupando e incentivando os espaços de fala e escuta e de decisões coletivas, no cotidiano da Saboaria, são fundamentais nessas mobilizações que articulam uma diversidade de mediações pedagógicas.

Nesse percurso, eu, como pesquisadora militante, implicada na experiência, compreendo a relevância de sinalizar algumas questões que se evidenciaram na perspectiva do aprofundamento da pesquisa e na busca de referenciais teóricos, nesse processo tão intenso, que se desenvolveu e se fortaleceu, em um solo de condições significativamente adversas, mas também muito potentes, levando em conta a força do coletivo que emergiu em maio de 2020. Em um primeiro momento, penso que é importante reafirmar que a grande força dessa pesquisa é o seu imbricamento na prática, nas condições de vida reais dos sujeitos envolvidos e na construção a várias mãos.

Nesse caminho nada linear, demarcado por indefinições, limitações materiais, relações conflitantes e as demais adversidades que permearam a trajetória, percebi que em alguns momentos, precisei me distanciar da escrita da tese e das leituras, para estar presente da forma que a concretude da vida real me demandava naquele momento. Isso me angustiou em muitos períodos, ao mesmo tempo em que fui levada a entender, levada pela própria experiência, que

a outra de suas grandes potencialidades consistiu/consiste em identificar os nossos pontos de aprofundamento (teóricos, inclusive) dos quais, pelas limitações de tempo da pesquisa, inerentes ao contexto acadêmico, eu conseguiria dar conta até uma certa medida.

Nessa perspectiva, há temas que definimos como inspiradores e nos quais temos a intenção de nos aprofundar coletivamente, através da formação continuada, destacando-se: os processos organizativos e de resistência latino-americanos, o feminismo popular classista, a economia popular solidária, a dimensão da Mística da organização popular urbana, do sujeito periférico como expressão política de si mesmo e da coletividade onde atua, do bem-viver e a do ecossocialismo, dentre outros trazidos na tese, considerando que esse aprofundamento deve ser permanente, e, que a presente pesquisa esforçou-se em demarcar bases empíricas e crítico reflexivas para que isso possa ocorrer em uma perspectiva de processualidade e sistematização, estabelecendo-se aí, portanto, o anúncio de novas escritas, nos movimentos futuros, de reflexão sobre a prática.

Essa perspectiva de aprofundamento também se dá em relação às iniciativas concretas organizadas, com a participação da SPLM, e que se encontram em fase de construção, dentre as quais, podemos citar, a articulação junto aos coletivos de cultura, representados no projeto Escola Popular das Artes, finalizado em fevereiro de 2022, de modo que estamos nos organizando para planejar perspectivas de continuidade de ações como essa no território, que envolva a juventude e que possam gerar novas ações coletivas relevantes, no âmbito da cultura popular e da ação política, assim como a organização da distribuição das “marmitas solidárias”, na perspectiva da solidariedade política e da organização popular.

Além disso, nossa recente aproximação da Unisol, advinda da nossa participação nas duas últimas edições da Feira Estadual da Economia Solidária, em Porto Alegre, também se mostra como uma potente possibilidade de articulação junto a outros empreendimentos da EPS na região da serra gaúcha, assim como do fortalecimento dessa rede, no sentido do aprofundamento do debate político acerca do projeto societário que a envolve, assim como do fortalecimento da autogestão da auto organização e da coletividade, em uma direção que possa possibilitar a ampliação do diálogo em torno da EPS, de modo que este não fique circunscrito a determinados períodos de governos, e sim que nós, associadas, possamos nos articular para fomentar essa discussão com todos os grupos que ocupem o poder.

A permanente participação popular e o horizonte da autossustentabilidade também integram essa perspectiva, no sentido de avançar, para além da relação com o Estado, que tem como dever a condução de políticas públicas que não sejam somente compensatórias, mas que

possam anunciar caminhos emancipatórios para a parcela da população historicamente demarcada pela violação dos direitos básicos.

Já nossas participações, a partir do segundo semestre de 2021, nas feiras da cidade de Caxias do Sul, no contexto da cultura (promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura, por instituições voltadas à produção cultural e ainda coletivos independentes nesse segmento) nos colocaram em contato com uma potente rede de mulheres jovens que se unem em torno desses espaços de economia criativa.

A questão que vem nos mobilizando em torno das futuras articulações políticas do coletivo que emerge com a SPLM, diz respeito à mobilização de uma rede feminista, na cidade, que destaque a organização coletiva em torno da construção de propostas e ações. Dentre elas, uma possível pauta que vem se evidenciando, relaciona-se à esfera econômica e produtiva, em diálogo com a Economia Popular Solidária, a Economia Criativa e a Economia Feminista, buscando integrar essas mulheres que produzem localmente, em diferentes segmentos (moda, artesanato, alimentação, brechós, produtos naturais, dentre outros), cujas relações estão sendo construídas nas feiras das quais também participamos, além dos coletivos feministas organizados, com os quais temos contato. Dessa forma, o objetivo é oxigenar o espaço de ação política e construção coletiva, de modo a tensionar o modelo econômico hegemônico, além de outras pautas que surgirão a partir do debate coletivo.

Ainda na esfera dos investimentos que elegemos como relevantes de serem fomentados, no cenário da atualidade, podemos citar a consolidação da SPLM como um espaço formativo, não somente direcionado ao coletivo que o integra, mas também podendo inspirar e contribuir na formação de outros coletivos interessados nas temáticas que balizam a construção da Saboaria.

Registros e materiais como o livro, o documentário, algumas formulações dessa tese, que comunicam a experiência, em sua dimensão crítica e reflexiva, já compõem o nosso instrumental político pedagógico a ser expandido, a partir da produção de mais materiais que auxiliem nessa intencionalidade. Já fomos convidadas por três diferentes coletivos, com essa proposta de disseminação da experiência em uma perspectiva formativa, e, compreendemos que esse também se destaca como um campo fértil para que o processo siga gerando novas potencialidades emancipadoras.

Dessa forma, como costumamos dizer entre as mulheres do coletivo, a partir de uma analogia com a figura política de Margarida Alves e com a própria flor da Margarida, um dos

intuitos do nosso cultivo de experiências é semear novas possibilidades de aprendizados entre as pessoas envolvidas nos processos que se vinculem à SPLM.

Nos dias finais de elaboração desta tese, recebemos a notícia de que fomos indicadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CONDIM) para sermos homenageadas em uma celebração em alusão ao dia 11 de maio, o “Dia da Mulher Caxiense”. A SPLM foi indicada para receber um diploma como destaque de economia na comunidade. Optei por acrescentar essa notícia, nesse item que aborda a nossa atualidade, no sentido de reforçar uma das intencionalidades da construção que é a de inspirar e se fortalecer como uma referência junto à comunidade, na defesa de uma outra economia possível. São singelos reconhecimentos que carregam um simbolismo importante, no fortalecimento de nossa identidade como coletivo, e que reavivam o nosso envolvimento com uma práxis socialmente comprometida.

Disseminar o “esperançar”, por meio de ações coletivas e concretas, que trazem em si, as sementes de um novo mundo possível, embasado por um projeto político de sociedade que avance para além da lógica hegemônica historicamente implicada na geração de desigualdade e exploração/opressão da maioria planetária. A seu tempo e em seu tempo particular de semeada e cultivo, aperfeiçoando, modificando e viabilizando os processos dentro de suas possibilidades reais, no contexto histórico presente e das conjunturas que virão, o coletivo “Las Margaritas” apesar das vulnerabilidades e limitações, carrega potências para seguir florescendo e disseminando.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Minha radicalidade me exige absoluta lealdade ao homem e à mulher. Uma economia que não se torna capaz de programar-se em função das necessidades do ser humano, que “convive” fria e indiferentemente com a miséria e a fome de milhões a quem tudo é negado, não merece meu respeito de educador, mas, sobretudo, meu respeito de gente. E não me digam que as coisas são assim porque não podem ser diferentes. Não podem ser de outra maneira porque se o fossem feririam os interesses inconfessáveis dos poderosos. O interesse dos poderosos não pode, porém, ser o determinante da essência da prática econômica. Em outras palavras, não posso virar fatalista para satisfazer os interesses dos poderosos. Não posso inventar uma explicação científica para encobrir uma mentira.*

**Paulo Freire**

A experiência em processo que ora envolveu mudanças de foco da investigação, encontros, travessias, e, metaforicamente, preparação de solos, cultivos e sementeiras, demanda ainda alinhavos e desalinhavos que nos possibilitam compreender a tese como um ciclo de aprendizados com começo, porém sem fim. Ainda assim, percorrendo os caminhos do presente estudo, identificamos chaves de leituras que se perfazem em sínteses da trajetória, que segue em movimento, florescendo, reverberando e disseminando conhecimentos.

A primeira consideração reafirma a pesquisa na dimensão do compromisso social com os sujeitos participantes, convertendo a investigação, a educação e a ação social em momentos metodológicos de um único processo, com vistas à transformação social (BRANDÃO, 2006). Essa perspectiva mobiliza a produção de conhecimento em conexão com o Movimento Popular, possibilitando aos sujeitos envolvidos, construir coletivamente estratégias de enfrentamento às problemáticas e à superação das problematizações que se apresentam na concretude da vida cotidiana.

Dessa forma, a tese se constitui como uma escrita imbricada na práxis, no ato de conhecer que se estabelece, acessando metodologicamente a realidade. Nessa composição, buscamos construir articulações com o campo teórico que estuda as relações entre Movimentos Sociais Populares, Trabalho e Educação, objetivando contribuir, em algum nível, nas propostas de Educação do MTD, e, de forma mais próxima, na elaboração de um instrumento político pedagógico que possa referenciar as ações da Saboaria Popular Las Margaritas. Com isso, pautamo-nos na educação no e pelo trabalho em sua dimensão ontológica e libertadora, como Trabalho Socialmente Necessário e como valor de uso.

Nessa perspectiva, resgatamos a questão formulada que esse estudo propôs: *Considerando a sistematização da experiência em processo e a análise das mediações pedagógicas construídas no encontro entre militantes do MTD e a comunidade do loteamento*



*Vila Ipê (que por sua vez passa a integrar o Movimento), quais “rupturas” acumuladas coletivamente, se apresentam como potencial de emancipação humana e social, na práxis de que se desdobra desse encontro, a partir do território periférico?*

Para responder a essa problematização, definimos seis objetivos específicos, que aqui serão retomados com o intuito de articularmos as considerações que a experiência nos mostrou e que essa tese defende, assim como identificarmos lugares pelos quais nossa travessia não deu conta de adentrar, como possibilidades de interlocuções e estudos futuros.

Ao analisarmos a cartilha nacional do MTD, sistematizada pelo Movimento, juntamente dos textos de apoio criados coletivamente por pares do mesmo campo político, a partir do exercício de Análise de Conteúdo, ancorado em Bardin (2011), identificamos quatro dimensões de ação política, as quais analisamos, evidenciando indícios do seu potencial educativo e buscando extrair problematizações que pudessem dialogar com a práxis realizada no território que se constitui como campo empírico da pesquisa.

As quatro dimensões identificadas foram: *Identidade, valores e organização político-social do movimento; Trabalho de base é Educação Popular: o contexto do território urbano periférico e a dimensão formativa da luta popular; Política de Solidariedade; Trabalho como instrumento da leitura da realidade e como princípio educativo*. Nesse exercício, a opção foi por estender o olhar para a história, estratégia, tática e referenciais do Movimento (que também são referenciais da tese), para a elaboração de sínteses as quais acreditamos que apontam caminhos de aprofundamento e que, inclusive, dialogam com a nossa práxis local.

A problematização acerca da relação entre MTD e Estado/governo, em sua relação com a estratégia que propõe como horizonte a construção do socialismo, como superação da lógica estrutural do capital é uma questão histórica e que demanda dedicação para, conforme Mauro (2007, p.108), identificar as saídas históricas, já encontradas pela classe trabalhadora em sua luta política cotidiana, como forma de contestar essa sociedade do capital e propor a sua real e possível transformação, mantendo presente a ponderação acerca do quanto “a construção de pequenas e passageiras políticas sociais de controle da classe trabalhadora como um todo”, poderá, de fato, contribuir para a superação da crise do capital e toda a desigualdade que ela desencadeia.

Nesse sentido, defendemos a relevância de tensionar a relação com o Estado burguês, no sentido de contestação das políticas compensatórias e reivindicando a participação na construção de políticas emancipatórias, no entanto, compreendemos que, como horizonte estratégico da ação dos Movimentos Populares, a construção do Poder Popular é a aposta

urgente (para uma ação efetiva, independente do partido que ocupe o poder institucional), o que se desvia do pensamento de alguns setores da esquerda acerca de uma vanguarda partidária e do foco na estratégia eleitoral, sem tanta dedicação ao como se avança para além disso e à consideração de que a construção organizativa, como instrumento político de mudanças, necessita do protagonismo da classe trabalhadora e não do partido.

Nessa dimensão organizativa dos Movimentos, em função do projeto estratégico acerca da construção do Poder Popular, a participação da classe é fundamental, afinal, de acordo com Mauro (2007) não se pode separar o projeto do sujeito:

No caso brasileiro, em muitos locais onde a esquerda governou estados e municípios, não foram construídos processos consistentes de participação e Poder Popular. Claro, houve algumas experiências de orçamento participativo, mas, mesmo onde ocorreu, a decisão sempre recaiu sobre uma parte ínfima do orçamento dos municípios, já que a grande fatia dos recursos estava previamente comprometida com o pagamento de dívidas públicas, do funcionalismo em geral, das “grandes obras de investimentos” etc. A sobra disso era o que se colocava em discussão com setores da comunidade, chegando-se ao nível de se discutir e decidir sobre as migalhas restantes entre várias comunidades. Essa é uma concepção que está profundamente arraigada na esquerda, seja ela mais revolucionária ou mais reformista, à medida que não vê o povo, as massas, como agentes das mudanças sociais, os quais precisam ser incorporados, estimulados e formados para efetivamente assumir o poder, como única possibilidade de se fazer e garantir a sustentação das mudanças e da revolução. Quando a participação popular se restringe ao apoio eleitoral, os resultados deixados pelas administrações de esquerda são pífios na perspectiva do Poder Popular ou, por vezes, até significam retrocessos que podem ser constatados quando a esquerda perde as eleições para setores da direita (MAURO, 2007, p. 115).

Dessa forma, concordamos com o autor, quando este afirma que não há equívoco no fato de se pretender eleger um presidente da República que demonstra dialogar com as propostas do campo político do Projeto Popular, “mas sim em torná-lo símbolo único da tomada do poder, sem construir as bases subjetivas e objetivas (dadas na participação e na luta de massas) para a edificação de uma nova estrutura que o oriente e sustente” (p.116).

Compreendemos, destarte, que o aprofundamento da práxis que leve a formulação de uma pedagogia do Movimento, no caso, do MTD, como um movimento de classe e urbano, é uma importante direção a ser seguida no sentido de se avançar em relação à construção do Poder Popular, de forma que, caso a esquerda saia do poder institucional, como aconteceu em 2016, as mobilizações não se estagnem ou se circunscrevam a um pequeno grupo que não se faz expressivo perante a totalidade. Estudar as experiências históricas, sem transformá-las em dogmas e integrando a esses acúmulos, as novas experiências organizativas da atualidade, são ações fundamentais na construção de uma práxis revolucionária.

Concretamente, podemos observar a importância do aprofundamento da práxis, em pelo menos duas situações próximas: a primeira diz respeito ao significativo esvaziamento da

base do Movimento, após a finalização das Frentes Emergenciais de Trabalho (por volta de 2011), em Caxias do Sul, programa amparado pelo poder público, de modo que entre 2016 e 2017 o Movimento vai buscando rearticular essa base que antes contava com uma média de 100 famílias na região norte da cidade. Há um esvaziamento significativo, tão logo, o recurso financeiro, advindo do programa, se extingue, sendo esse um dado relevante para uma autoavaliação da práxis educativa do Movimento em torno da construção do Poder Popular (conforme problematizamos anteriormente).

Outro dado, corresponde a um levantamento realizado ao final de 2021, relatado por uma integrante da coordenação nacional, que constatou cerca de 200 militantes ativamente atuantes no MTD, nos 17 estados do território nacional. Machado (2012) em um de seus trabalhos que aborda o Movimento, refere que em 2012, o MTD, ainda como Movimento de Trabalhadores Desempregados, e antes do processo de nacionalização, estava presente em 17 cidades do Rio Grande do Sul, e contava com a participação média de 1200 militantes no Estado.

Compreendemos que não existam determinantes ou soluções únicas para os fenômenos sociais complexos, assim como acompanhamos o esforço da direção nacional do Movimento em organizar os grupos de trabalhos e formações de militantes pela Escola Ana Dias, além das formações por dentro do campo político do Projeto Popular que abrange outros Movimentos.

Nesse quadro, concordamos que empoderar o popular é um dos principais fundamentos para transformar a realidade, considerando a práxis revolucionária, político-educativa, dialógica, construtora da unidade na diversidade, tendo nos sujeitos populares a possibilidade de luta pela libertação. Gadotti, Freire e Guimarães (2015, p.95-96) discorrem sobre o que chamam “reinvenção do poder”, ressaltando que nela “ou as massas populares têm uma participação ativa e crescentemente crítica no processo de aprendizagem de serem críticas, ou o poder não será reinventado”. Poder esse “histórico e de classe, não uma essência imutável”.

Uma possibilidade de contribuição que a nossa práxis acena, ainda que como uma experiência local, em contexto específico, é a elaboração do “Processo de Flor(ação) Pedagógica”, como manifestação orgânica, gestada e desenvolvida no território periférico, que nos permite delimitar algumas contingências acerca da construção de uma outra lógica de trabalho e de educação. Nesse cenário, soma-se a compreensão da sistematização do Trabalho de Base aprofundado, como Trabalho Socialmente Necessário, sobre o qual nos fala Shulgin (2013), considerando o território como o lugar da leitura da categoria pedagógica “atualidade”,

com o aporte dos conceitos epistemológicos da Pedagogia do Oprimido, Pedagogia do Movimento e de instrumentos inspirados pelo campo da Educação Popular.

A tarefa urgente, como sinaliza Martins (2021) é a da práxis. E, no exercício dessa práxis, a identificação dos férteis campos de mediações pedagógicas que o processo vivido nos mostra. A elaboração do PFP, como síntese conceitual da práxis vivenciada, nos mostra que a ação educativa a partir das classes populares abre frestas para que os sujeitos implicados no processo possam conhecer melhor o que já conhecem, a partir de suas práticas. Gadotti, Freire e Guimarães (2015) sinalizam que o intelectual revolucionário é um colaborador nesse percurso, cujas reflexões que o engendram precisam constantemente considerar: “produzir o que, para quem, contra quem e contra o quê?” (p.98).

Outro objetivo específico que propusemos consistiu na análise das mediações pedagógicas que permearam as duas etapas do processo (delimitadas, com uma finalidade organizativa do texto), que se entrecruzam e se inter-relacionam, as quais definimos como “trabalho de base” e “trabalho associado”. As mediações pedagógicas (ADAMS, 2007) aqui compreendidas como práticas sociais que possibilitam, o engendramento de sociabilidades e saberes, sobretudo quando os sujeitos implicados e envolvidos no processo assumem uma postura reflexiva acerca de suas contradições e incompletudes, foram evidenciadas ao longo dos capítulos 3 e 4, além de serem dimensionadas como fertilizadoras de acúmulos coletivos, ao longo da práxis, potencializadores de rupturas emancipatórias em relação a ordem social do capital.

As formas de participação popular no território, a partir da proposição e criação de espaços na comunidade para tal exercício, configuram-se, no escopo desta pesquisa, como possibilidades educativas e emancipatórias construídas pelos sujeitos implicados na experiência e, simultaneamente, construtora dos mesmos, favorecendo a ampliação da consciência, a dimensão da coletividade e da solidariedade política (que nos moldes dos modos de vida contemporâneos, carregam em si uma potencialidade revolucionária), e o aprofundamento da leitura crítica de realidade.

Na atualidade, para não cairmos no idealismo, o Poder Popular, enquanto forma, deverá ser o de uma “democracia popular”, uma vez que ainda experimentamos e aprendemos em meio às desigualdades. Se existem desigualdades, deve haver democracia, respeitando-se as opiniões e os direitos das minorias politicamente, e que, ao mesmo tempo, se faça um permanente exercício de construção de hegemonia da classe trabalhadora, o mais horizontal possível. Todavia, não pode ser a democracia burguesa balizada pela falsa noção de igualdade, em que as possibilidades se diferenciam pelas posses de cada um. Deverá ser um exercício da democracia solidária, de participação direta e de construção da consciência de classe. (...) Estamos num momento em que podemos exercitar a construção do Poder Popular por meio da participação ativa e consciente do povo enquanto classe. Devemos aproveitar isso ao

máximo, pois talvez no futuro, tal qual no passado recente, não possamos fazê-lo abertamente (MAURO, 2007, p.132).

O território periférico, como local de moradia, a partir do qual as pessoas se reconhecem e identificam muitas de suas pautas cotidianas como comuns, emerge como um local potente de construção, no âmbito urbano. A noção de espaço como acumulação de tempos, conforme Santos (2017b) nos apoia no entendimento desse fenômeno: historicamente, uma vez constituídas as áreas periféricas, as mesmas ou são vulnerabilizadas pelo interesse do capital (expropriação fundiária, por exemplo) ou são contornadas, gerando outros espaços de valorização, para além delas. O território de moradia, como local de participação e articulação comunitária constitui-se como um potente instrumento para a construção do Poder Popular.

Concordamos, ainda, com Mauro (2007, p.132) quando este afirma que:

Poder Popular se faz com participação popular, com a experiência do fazer e de participar. É lento e difícil, mas fundamental para um processo que pretenda ser democrático realmente, que se sustente no tempo, enriquecendo-se cada vez mais. Não será por decreto que faremos o verdadeiro Poder Popular.

Em algumas conjunturas históricas, como a que vivemos, a sistematização das práticas, conforme propusemos na tese, figura como uma possibilidade de trazer à tona experiências que ocorrem nas periferias do país, e que, por vezes, permanecem invisibilizadas. As mediações pedagógicas que se evidenciaram, desde o exercício do Trabalho de Base, contribuíram para a estruturação do PFP, destacando-se, além da proposição de espaços participativos, formativos e de luta no território, a dimensão da Mística sentipensante e da concepção da unidade na diversidade como alicerce da ação política no Movimento.

Nessa análise acerca dos potenciais emancipatórios, como indícios de rupturas contra hegemônicas, que a experiência desenha, destacam-se : a apropriação dos espaços participativos propostos pela articulação do MTD, assim como, vinculação dos sujeitos da pesquisa ao Movimento; adoção da prática da autoavaliação, na perspectiva da processualidade (sinalizando acúmulos e recuos) e da práxis transformadora; desenvolvimento/exercício da auto-organização e da coletividade, nas experiências cotidianas do Movimento; exercício da corresponsabilidade, das relações de reciprocidade, solidariedade, compromisso, nas ações cotidianas do Movimento; nível de compreensão acerca da mobilização popular e da concepção de sujeito histórico, potente para agir na mudança da realidade.

A partir do processo de idealização e construção da Saboaria Popular Las Margaritas, esta análise considera que houve um salto qualitativo na dimensão da militância orgânica no território, a partir do estabelecimento de um local concreto no loteamento, em torno de um

espaço forjado com centralidade na concepção de trabalho associado, mas que, conforme demonstramos, traz no seu bojo, para além da dimensão produtiva, a resistência, no sentido de atender necessidades básicas negadas, pautadas na opressão/exploração históricas que violentam a existência dos sujeitos. Essa resistência é expressa nas demais dimensões da SPLM: a articuladora de relações no território (e para além dele), a formativa e a política.

A concretização da Saboaria e o seu permanente processo de construção se dá no cotidiano dos sujeitos implicados na experiência, como palco da vida e lugar imediato de suas carências e necessidades mais urgentes. Não como uma interpretação, mas como o manifestar da vida, cruamente. Nesse contexto, o advento da pandemia, reforça a dinamicidade do processo, assim como algumas reverberações do Trabalho Base, rearticulado e vivenciado no território, desde 2017.

Esse percurso da SPLM que a Sistematização de Experiências, com base em Jara H. (2006;2018) buscou recuperar e analisar, coaduna-se com a compreensão de que o ponto central da concepção materialista histórica e do método científico de apreendê-la, conforme Frigotto (2017), é o de que “para entender o processo histórico real, o ponto de partida não é a política, a ciência, a arte, a religião, a educação, mas como se definem nas relações sociais a produção dos meios de vida imediatos” (p.214). A Saboaria emerge a partir de uma necessidade concreta, de sobrevivência, em um momento histórico permeado por interrogações.

Conforme Freitas (2009, p. 33), o Trabalho Socialmente Necessário “é a conexão entre a tão propalada teoria e a prática. É pelo trabalho, em sentido amplo, que esta relação se materializa”. No exercício dessa construção, pudemos nos deparar, de forma concreta com mediações pedagógicas que nos favoreceram questionamentos e aprendizagens acerca do modo de produção capitalista e as relações sociais que ele configura, a relação ser humano-natureza, e suas implicações no processo produtivo, o papel da mulher na comunidade e na sociedade, a relevância da solidariedade de classe, da auto-organização e da autogestão em processos emancipatórios e contra hegemônicos que fertilizam a construção do Poder Popular, a partir do território periférico.

O concreto aqui, assume a perspectiva marxiana, de unidade no diverso e síntese de múltiplas determinações, com isso, para o pensamento, o concreto se perfaz como um processo de síntese, de resultado, sendo também o ponto de partida da observação imediata e da representação. Assim, as primeiras determinações do objeto, abstratas, que se manifestam ao sujeito, levam à reprodução do concreto através do pensamento.

Dessa forma, as contradições que emergiram no processo, sobre as quais discorreremos ao longo da análise reafirmam a premissa marxiana sobre o fato de que “a travessia para a nova sociedade implica uma processualidade histórica, em que o novo é construído na luta concreta, teórica e prática, dentro de velhas relações” (FRIGOTTO, 2017, p. 218). É encharcado nessa premissa do “novo por dentro do velho” que se constitui o “Processo de Flor(ação) Pedagógica”.

Podemos dizer, portanto, que as rupturas acumuladas coletivamente, ao longo do período analisado, no recorte dessa pesquisa, compõem a síntese conceitual que se manifesta, na representação do “Processo de Flor(ação) Pedagógica”, traduzido como a construção da contra hegemonia no cotidiano das classes populares, engendrada pelos sujeitos sociais coletivos. Um sujeito radical que considera, a existência de uma dimensão criativa e revolucionária no território periférico, a qual aponta, na perspectiva miltoniana (SANTOS, 2017a), para futuros possíveis. Entretanto, ela não está dada, necessitando ser cultivada nesse solo fértil, ao passo que a dimensão globalizadora, face sistêmica do capital conservador de normas e de modelos, carrega o passado e tenta impor o mesmo no presente.

Fraser (2020) nos atenta para o fato de que a força político-ideológica que mais tem se beneficiado da crise sistêmica que acometeu a democracia liberal é a extrema-direita. Em diferentes países, discursos e medidas concretas pautadas no reacionarismo, têm sido interpretadas por uma significativa parcela da população, incluindo as populações que vivem nas periferias urbanas, como única alternativa possível a um sistema tido como incapaz de representar interesses e expectativas das classes populares.

No tensionamento dialético do processo histórico, essa condição abre frestas para a recuperação de um *ethos* radicalmente democrático à esquerda que considere o Poder Popular uma relação social tecida no cotidiano dos diferentes espaços de convívio/participação das classes populares. Nesse sentido, cabe ressaltar, a insuficiência das relações sociais alternativas que não sejam capazes de influenciar na organização do poder, para a transformação da sociedade. A consciência do Poder Popular, conforme Mauro (2007), “não será imposta de fora, nem de cima para baixo, mas de um processo que terá lugar a partir da práxis inovadora: lutas/reflexão, prática/consciência, erros/acertos”.

Neste movimento de alinhar as finalizações do percurso, nas delimitações da presente tese, cabe a constatação-síntese do percurso percorrido até aqui, que exponho na sequência:

*Na dinamicidade dialética da denúncia e do anúncio, e encharcada na práxis que a constitui, a tese que defendo, a partir da experiência em processo, é a de que nos interstícios do cotidiano e do movimento coletivo de auto-organização e de cooperação - tendo o trabalho associado, em sua dimensão ontológica, como eixo condutor do processo e o chão do território periférico, em suas ausências e potências como o lugar da experiência concreta – abrem-se espaços (rupturas) fertilizados por mediações pedagógicas para a criação de ações/reflexões que são potentes semeadoras da (re)invenção de construções contra hegemônicas nos campos do trabalho, da educação, da cultura popular, e, portanto, da ação política*

*Nesse contexto emergem novas formas de existências individuais e coletivas e novas sociabilidades, as quais, ao mesmo tempo, contribuem para a intervenções que visam ao revigoramento do tecido social, historicamente fragmentado, para o aprofundamento da humanização, em movimentos que, trazendo como horizonte estratégico a superação da lógica do capital, acumulam saberes (que não são neutros), aglutinam pessoas e abrem frestas para o novo, produzem cultura e reinventam o poder. Estas experiências de aprendizado acerca do poder ajudam a forjar a consciência crítica dos sujeitos implicados na experiência, ou seja, a consciência de classe, perfazendo-se como formas embrionárias de Poder Popular.*

Freire, ao dialogar sobre o conceito de *empowerment* (empoderamento) com o educador norte-americano Ira Shor traz à tona a importância de vinculá-lo à dimensão da classe social, que, como classe trabalhadora e por meio do seu processo de construção cultural e suas experiências adquirem o poder político e libertam-se da dominação. Neste cenário do empoderamento como um processo coletivo, de base, a educação é uma das frentes de luta. (SHOR; FREIRE, 1986).

Mesmo quando você se sente individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade (FREIRE, 1986, p.135).

O educador pernambucano, dessa forma, discute a concepção de empoderamento, no escopo das sociabilidades que constroem a nós, seres humanos, à medida que problematizamos a realidade e ao desvelarmos as ideologias que permeiam a estrutura de opressão/exploração histórica, adquirimos consciência que demanda ação coletiva e concreta para a transformação das relações sociais de dominação, de modo que esse poder, pode nos levar à libertação. O empoderamento, segundo Guareschi (2018), se coloca na perspectiva, portanto, do resultado de



uma práxis de reflexão e inserção crítica dos sujeitos, o que corresponde a nossa intencionalidade pedagógica na ação militante do Movimento Popular.

Nos alinhavos finais da tese, considero relevante ressaltar os potentes desalinhavos. Eles se (des)alinhavam como possibilidades de pesquisas, alargamento de referenciais, aprofundamentos e interlocuções futuras. Nesse momento de fechamentos, em que já avistamos, possibilidades de novas travessias, destaco uma reflexão que afirma a classe trabalhadora como uma formação tanto econômica quanto cultural (THOMPSON, 1981).

Conceber a classe nos desafia a olhar os seus sujeitos. No percurso da pesquisa e da ação militante, em muitos momentos fui me questionando acerca de indícios de sínteses objetivas-subjetivas que pudessem contribuir para a formações desses sujeitos sociais, populares, urbanos, periféricos e diversos, na dialética da singularidade-coletividade. As juventudes, os agrupamentos de mulheres, dentre outras formas de coletividades que emergem nesses espaços de criação do novo.

O quanto a Mística urbana, como possibilidade de uma educação sentipensante, dialoga com esses sujeitos? Como aprofundá-la no sentido de cultivar e nutrir a pertença ao coletivo? Venho compreendendo que um adensamento nessa dimensão dos sujeitos populares diversos (políticos, urbanos e periféricos), nos oferece chaves de leitura que contribuem para a composição que considera “território periférico, poder popular, cultura popular, participação, trabalho associado e educação popular” no engendramento desta tese.

A experiência que temos acumulado corresponde às mulheres trabalhadoras, carregando em seu bojo muitas potencialidades de desdobramentos, como a perspectiva de uma militância, desvinculada da lógica patriarcal e alinhavada em um método que considere o feminismo popular, classista em diálogo com outros feminismos subalternos. Caminhos que se mostram como possibilidades de interlocuções futuras, a partir dos acúmulos que a presente experiência nos traz.

O saber produzido no processo de trabalho, seja no cotidiano da Saboaria, ou nas outras dimensões que a ação militante alcança, demanda a validação do coletivo, nos contornos da experiência relatada e analisada na tese. Saberes feitos da/na experiência e a partir da necessidade que emerge no concreto e no cotidiano.

Concordamos com Fischer; Cordeiro; Tiriba (2022, p.202), sobre, de uma forma diversa, o saber cientificamente feito, ser produzido a partir de critérios e procedimentos metodológicos definidos e compartilhados por uma comunidade de pesquisadores, nas diversas áreas de conhecimento, envolvendo procedimentos como o tratamento e construção dos dados,

análises, interpretação, formulações teóricas, esforço este que, pressupõe a sua validação em âmbito acadêmico.

A experiência aqui retratada, como outras experiências que se dão no campo da Educação Popular e das metodologias participativas, forjada na práxis em movimento, em uma dada historicidade, busca aproximar “experiência vivida, experiência percebida e conceito” (p.202).

À guisa de fechamento, recupero a fala de uma das mulheres que integra o coletivo, durante o nosso primeiro encontro formativo, no qual ela respondia a problematização “Por que somos Margaridas?”:

Coloquei (que somos Margaridas porque somos) semente, porque eu acho que Margarida Alves é semente. Ela continua sendo semente, tanto que a Marcha das Margaridas<sup>191</sup>, em homenagem a ela, se multiplica cada vez mais. E aí, quando estávamos pensando no nome da Saboaria, pensamos em algo relacionado à Margarida porque ela foi a liderança feminina, do Movimento de Mulheres que mais se espalhou por aí. Mas aí, eu pensei: Qual a relação de Margarida Alves, uma agricultora com a produção de cosméticos? A partir das sementes cultivadas, a gente também pode fazer uma baita produção de ervas que usamos nos nossos sabonetes. Aí me caiu a ficha! O nome tem a ver com o nosso ideal e é o ponto de vista da nossa Mística também: a gente se espalhar por aí como sementes (Cloraci, 19 de outubro de 2020).

É nesse solo, da organização e da luta popular e nessa premissa formativa dialógica, plural, que fertiliza o estabelecimento de sentidos e de relações, a partir das vozes e experiências dos sujeitos, que esta tese se cultiva e esperança (do verbo esperarçar). Entre Margaridas, Marielles e tantas outras que ousaram, ousam e ousarão, o(s) coletivo(s) seguirá(ão) semeando...

---

<sup>191</sup> Realizada, a partir de 2000, a Marcha das Margaridas constitui-se como uma ação estratégica de mulheres do campo e da floresta. Promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Federações e Sindicatos. Consolidou-se na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e das organizações parceiras (Movimentos feministas, de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais).

## REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia (Popular) Solidária**: mediações pedagógicas no trabalho associado da Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006. 350f. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Unisinos, São Leopoldo, 2007.

\_\_\_\_\_; GASPARONI, Caroline L. A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE EMANCIPAÇÃO NA METODOLOGIA DE PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO. **Reflexão e Ação**, v. 25, n. 3, p. 359-376, 9 set. 2017.

ALENCAR, M; GRANEMANN, S. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009

AMBROSINI, T. F. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 378–391, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640058. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640058>. Acesso em: 1 fev. 2021

ANDRADE, Andrei. Olhai por nós. **Jornal Pioneiro**. Caxias do Sul, 22 abr.2017. Polícia Disponível em: <http://especiais-pio.clicrbs.com.br/olhaipornos/index.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo: 2020.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangélicos e a crise brasileira. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 38, p. 185-213, 2019.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

\_\_\_\_\_. A pulsão golpista da miséria política brasileira. In: Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum, Wilson Ramos Filho. (Org.). **A Resistência ao Golpe de 2016**. 1ed. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2016, v. 1, p. 146-157.

ARRUDA, Marcos. Sócio-economia Solidária. In: CATTANI, Antonio. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ARUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. Um Manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ASSUNÇÃO, Vania N. B. Marxismo e crise ecológica: comentários críticos ao ecossocialismo de Michael Löwy a partir da ontologia marxiana. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 188, p. 62-73, 1 jan. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Paulo N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, Paulo N. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BETTO, Frei. A esquizofrenia (neo) liberal. In: SADER, Emir; BETTO, Frei. **Contraversões: civilizações e barbárie na virada do século**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BOFF, Leonardo; PELOSO, Ranulfo; BOGO, Ademar. Mística: uma Necessidade no Trabalho Popular e Organizativo. **Caderno de Formação**. São Paulo: MST, n. 27, março, 1998.

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BOOTMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar: 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Da educação fundamental ao fundamental da Educação. **Cadernos do CEDES 1: Concepções e experiências de educação popular**, São Paulo: Cortez/Autores Associados/CEDES, ano I, n. 1, 1980.

\_\_\_\_\_. Os caminhos cruzados: formas de pensar e realizar a educação na América Latina. In: GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto (orgs). **Educação Popular: Utopia Latino-Americana**. São Paulo: Cortez; EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa Participante: O Saber da Partilha**. 2ªed. Aparecida SP: Ideias & Letras, 2006.

\_\_\_\_\_; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

\_\_\_\_\_; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular**. Revista Educação Popular, Uberlândia, v.6, p. 51-62, jan./dez. 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade** (Unicamp impresso), v. 21, p. 811-829, 2012.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, Emiliano. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v.07, no. 13, p 389-413, 2016.

BUCHEBUAN, Terezinha de O.; SIGNORI, Luiza, Construindo pontes: um lugar de vida na Zona do Cemitério. In: **XVIII Enanpur** - Encontro Nacional da ANPUR, 2019, Natal. XVIII Enanpur - TEMPOS em/de TRANSFORMAÇÃO - UTOPIAS, 2019.

CACCIAMALI, Maria C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, n.14, p. 153-174, jun, 2000.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do movimento**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. In: **Reunião Anual da ANPED**, 2000, Caxambu, 2000.

\_\_\_\_\_. Teses sobre a Pedagogia do Movimento. Educação Básica de Nível Médio nas áreas de Reforma Agrária: Textos de Estudo. **Boletim da Educação (MST)**, São Paulo, n. 11, p. 137-149, set. 2006

\_\_\_\_\_. Caminhos para transformação da escola: pedagogia do MST e pedagogia socialista russa. In: CALDART, Roseli S.; VILLAS BÔAS, Rafael L. (Orgs.). **Pedagogia Socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento: processo histórico e chave metodológica**. Disponível em: <https://mst.org.br/download/pedagogia-do-movimento-processo-historico-e-chave-metodologica/> Acesso em: 20 fev 2021. Seminário do Coletivo Político Pedagógico da Escola Nacional Paulo Freire, 2021.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Oikos** (Rio de Janeiro), v. 8, p. 71-91, 2009.

CASTRO, Amanda M; MACHADO, Rita de Cássia F. (Orgs). **Estudos Feministas – mulheres e educação popular**. 1. ed. Curitiba: CRV: 2016.

\_\_\_\_\_. **Estudos Feministas – mulheres e educação popular – 2º volume**. 1. ed. São Paulo: LiberArs: 2018.

\_\_\_\_\_. **Estudos Feministas – mulheres e educação popular – 3º volume**. 1. ed. São Paulo: Editora Liber Ars: 2020.

CAXIAS DO SUL (RS) Secretaria Municipal de Educação e Cultura; LAZZAROTTO, Valentim Angelo; VALENTIM, Joceli (Coord.). **Vilas & Bairros: a história contada pela comunidade**. Caxias do Sul, RS; SMEC, 1986. 240p.

CAXIAS DO SUL (RS) Fundação da Assistência Social; VIGANÓ, Ana Luiza; SILVA, Auro Luis; SILVA, Janaina Oliveira; TELES, Lucia. **Diagnóstico Socioterritorial de Caxias do Sul**. Caxias do Sul, RS; FAS, 2016. 319p.

CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae). **Elaboração da Estratégia do Movimento Popular**. nov, 2014.

CHAGAS, Cassiele A. **A periferização da pobreza e da degradação sócio-ambiental na Região Metropolitana de São Paulo, o caso de Francisco Morato**. 146f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1988.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Marxismo: apontamentos teóricos-políticos para enfrentamentos das desigualdades sociais**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 132, maio/ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CORAGGIO, José L. **Desenvolvimento Humano e Educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da Educação para todos**. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 1996.

\_\_\_\_\_. Economia do Trabalho. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. Territorio y economias alternativas. Trabalho apresentado no **I Seminario Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional. Visiones, desafíos y propuestas**, La Paz, 2009.

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade – a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas (SP): Unicamp, Instituto de Economia, 2006.

CRUZ, P. J. S. C.; ARAÚJO, R. S.; MÉLO, C. T.; RODRIGUES, A. F. S. **EXTENSÃO POPULAR: BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS. Reflexão e Ação**, v. 29, n. 2, p. 69-85, 26 jul. 2021.

D'ANDREA, Tiaraju P. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 309 f. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **40 Ideias de Periferia: História, conjuntura e pós-pandemia**. 1. ed. São Paulo: Dandara: 2020.

DIHEL, Diego A. Pandemia e desigualdades sociais. **INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS**, v. 7, p. 303-314, 2021.

DOLCI, Luciana N.; PEREIRA, Alexandre M.; COSTA, Leila S. da. O sentido do trabalho no contexto da crise estrutural do capital. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 6, p. 411-429, 2016.

DORNELES, Leonardo G.; PALUDO, Conceição. Do trabalho necessário ao politecnismo a partir de Viktor Shulgin: fundamentos de uma experiência educativa revolucionária. **Trabalho Necessário**, v. 21, p. 27-47, 2015.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edilson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: 5o. Colóquio Marx e Engels, 2007. **Anais do 5o. Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas, 2007. v. 1. p. 1-10.

ENGELS, Friedrich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: RICARDO, Antunes (org). **A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels**. São Paulo. Expressão Popular, 2004.

ESTERMANN, Josef. ‘Vivir bien’ como utopía política: La concepción andina del “vivir bien” (suma qamaña/allin kawsay) y su aplicación en el socialismo democrático en Bolivia. Museo de Etnografía y Folclore (org.). En: **Reunión Anual del Museo de Etnografía y Folclore: El Vivir Bien** (2010). Tomo II, 517-533. La Paz: 2011.

FALS BORDA, Orlando. **Socialismo raizal e el ordenamento territorial**. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma sociologia sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

\_\_\_\_\_. Como investigar la realidad para transformarla. In: MONCAYO, V. (org). **Orlando Fals Borda- Una Sociologia Sentipensante para a America Latina**. México, DF: Siglo XXI Ed.; Buenos Aires: Clacso, 2015, p.253-301.

\_\_\_\_\_. Democracia y participación: algunas reflexiones, **Revista Colombiana de Sociología**, v. 5, n. 1, Bogotá, 1987, p. 35-40.

FARIAS, Tarcisio F. **Dialética do Trabalho e libertação humana na teoria de Karl Marx**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015, Rio Grande do Norte, 2015.

FAUNDEZ, Antonio. Paulo Freire e sua influência na América Latina e na África. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba. v. 12, n.36, p. 593-611, maio/ago. 2012.

FAZZIO, Gabriel. **O Poder Popular: Gramsci e a dualidade de poderes no “Ocidente”**. **LavraPalavra**, 2019. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2019/12/02/o-poderpopular-gramsci-e-a-dualidade-de-poderes-no-ocidente> Acessado em: 20 fev 2021.

FELTRAN, Gabriel S. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como a mediação para o conflito social contemporâneo. **Cadernos CRH**, v. 27, p.495-512, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Sabrina. Pedagogia Crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.37, no. 135, p.481-496, abr-jun. 2016.

FERRAZ, Deise Luiza S. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal**: rediscutindo categorias. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, tensões e resistências: entre espaços de controle e controle do espaço. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Vol. XVIII, núm. 493 (55), 1 de noviembre de 2014, Universidad de Barcelona.

FIGUEIREDO, Isabel M. **A estratégia democrática e popular do Partido dos Trabalhadores (PT) e a questão da incompletude do capitalismo no Brasil**. 356f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Rio de Janeiro, 2018.

FISCHER, Maria C. B.; TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antonio D. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

FISCHER, Maria C. B. CORDEIRO, Betania. TIRIBA, Lia. **Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado**: premissas político-epistemológicas. In: ALVES, A.E.S e TIRIBA, Lia. Cios da terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia: Editora Navegando, 2022.

FONTES, Virginia. A subordinação do trabalho ao capital: contradições e desafios. In: CALDART, Roseli S.; VILLAS BÔAS, Rafael L. (Orgs.). **Pedagogia Socialista**: legado da revolução de 1917 e desafios atuais. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FOSTER, John B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes: 1980.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.



- \_\_\_\_\_. **Educação e atualidade brasileira.** 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Cartas à Guiné Bissau:** registros de uma experiência em processo. 5<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Cartas a Cristina:** reflexões sobre minha vida e minha práxis. São Paulo: Paz e Terra, 2015c.
- \_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** 38<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 53<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016b.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 22<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a.
- \_\_\_\_\_. **Política e Educação.** 3<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b.
- \_\_\_\_\_. **Educação e Mudança.** 36 ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.
- \_\_\_\_\_. **A educação na cidade.** 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_; FREIRE, Ana Maria de A. **À sombra desta mangueira.** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- \_\_\_\_\_; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta.** 8 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017a.
- \_\_\_\_\_; SHOR, Ira. **Medo e ousadia** – o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer:** teoria e prática em educação popular. 13<sup>a</sup>. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A pedagogia socialista: devolvendo a voz aos pioneiros da educação russa. In: CALDART, Roseli S.; VILLAS BÔAS, Rafael L. (Orgs.). **Pedagogia Socialista:** legado da revolução de 1917 e desafios atuais. 1<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: SHULGIN, Viktor. **Rumo ao politecnismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- \_\_\_\_\_. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: Pistrak, Moisey (org). **A escola comuna.** São Paulo: Expressão popular, 2009

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. (Orgs.). **Trabalho e Educação na Era do pós emprego: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 14. Rio de Janeiro: ANPEd, 2009.

\_\_\_\_\_. O legado de Marx para a construção do projeto da pedagogia socialista. In: CALDART, Roseli S.; VILLAS BÔAS, Rafael L. (Orgs.). **Pedagogia Socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

\_\_\_\_\_; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli S. (Orgs.). **História, natureza, trabalho e educação / Karl Marx, Friedrich Engels**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2020.

\_\_\_\_\_; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso. **Educ. Soc.**, v. 26, n. 92, Campinas, 2005.

FUINI, Lucas L. Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos. **Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research** médium, v.6, p. 253-271, 2015.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**, 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. **Universidade Popular dos Movimentos Sociais: Breve história de um sonho possível**. 2008. Disponível em:  
[http://www.universidadepopular.org/site/media/leituras\\_upms/Gadotti.pdf](http://www.universidadepopular.org/site/media/leituras_upms/Gadotti.pdf). Acesso em: 21 out. 2019.

\_\_\_\_\_; TORRES, Carlos Alberto. Poder e desejo: a Educação Popular como modelo teórico e como prática social. In M. Gadotti & C. A. Torres (Orgs.). **Educação Popular: Utopia Latinoamericana**. São Paulo: Cortez: EDUSP. Marín, 1994.

GAIGER, Luiz I. A práxis coletiva dos Sem-Terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? **Cadernos de Sociologia**, no. 6, p. 111-203. 1994.

\_\_\_\_\_; La lucha por el marco legal de la economía solidaria en Brasil: déficit republicano y ethos movimentalista. **Revista Cultura Económica**, v. 37, p. 65-88, 2019.

\_\_\_\_\_; KUYVEN, Patricia S. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 34, n. 03, p. 811–834, 2019. DOI: 10.1590/s0102-6992-201934030008. Disponível em:  
<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/24197>. Acesso em: 13 maio. 2022.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GASPAROTTO, Geovana P.; GROSSI, Patrícia K.; VIEIRA, Monique S. O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. In: **XI Seminário Internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea**,

2014, Santa Cruz do Sul. Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2014, v.1, p. 1-18.

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, maio-ago., 2011.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 4ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00305137. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00305

GUARESCHI, Pedrinho. Empoderamento. In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 4. Ed. rev amp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

\_\_\_\_\_; FREITAS, Cristiane R. Unidade na diversidade. In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 4. Ed. rev amp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

HABERMAS, Jurgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid, Taurus, Tomo I, 1987.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói: UFF/AGB, 2002.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Cortez, no. 6, jun./set.1982.

HENRIQUES, C. M. P. & VASCONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**, 34(99): 25-44, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BWWTW6DL7CsVWyrqcmQYVkB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14 out. 2020.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e para a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes: 2017.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **As metamorfoses da consciência de classe.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JARA H., Oscar. **Para sistematizar experiências.** 2 ed. Brasília: MMA, 2006.

\_\_\_\_\_. **La sistematización de experiencias:** práctica y teoría para otros mundos políticos – 1ed. Bogotá: Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano - CINDE, 2018.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo e Socialismo.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário crítico do feminismo.** Helena Hirata... [et. al.] (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, 1981.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KOWARICK, Lucio. **A Espoliação Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e marginalidade urbana na América Latina** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KRUPSKAYA, N.K. **A construção da pedagogia socialista.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista:** hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1988

LEAL, Giuliana F. Entre dificuldades e superações: pensando a luta coletiva de trabalhadores desempregados a partir da formação de um movimento social. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 6, p. 1-15, 2013.

LECHAT, N. M. P. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 2004.

LECLERC, Gesuína; MOLL, Jaqueline. **Educação integral em jornada diária ampliada:** universalidade e obrigatoriedade? Em Aberto, Brasília, v.25, n. 88, p. 17-49, jul/dez 2012.

LÉDA, Denise B.; SOUSA, Ana Paula R. POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO SUPERIOR DE 2003 A 2012: expansão, precarização e privatização. **Movimento-revista de educação**, v. 5, n. 8, p. 150-178, 26 jun. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LENIN, Vladimir I. **O Que Fazer?** Problemas candentes de nosso movimento. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2015.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço urbano e a urbanização. **Geographia** (UFF). Niterói, v.1, no. 1, p. 71-91, 1999.

LIMONAD, Ester; COSTA, Heloisa S.M. Cidades excêntricas ou novas periferias? In: Grupo de Estudos Urbanos (Org.). **CIDADES: Revista Científica**. v.12, no.21, São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2015.

LISBOA, A. M. Socioeconomia solidaria: marco conceitual latinoamericano. **Textos para discussão UFSC CNM**, 2004.

LOPES, Daniele R.; SILVA, Marcia A. Da educação não sexista à pedagogia feminista. In: CASTRO, Amanda M. C.; MACHADO, Rita de C. F. (Orgs) **Estudos Feministas – mulheres e educação popular**. 1. ed. Curitiba: CRV: 2016.

LÖWY, Michael. O que é o ecosocialismo? 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Trad. Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Ecosocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá . **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 471–482, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.45816. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45816>. Acesso em: 1 março. 2022.

\_\_\_\_\_. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. Ecosocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista. In: ABONG. **Por um outro desenvolvimento**, p. 7-15. Disponível em: [porumoutrodesenvolvimento.pdf](http://porumoutrodesenvolvimento.pdf) (abong.org.br) Acesso em: 23 fev 2021.

LOSSO, Adriana R. S. **Os sentidos da mediação na prática pedagógica da educação de jovens e adultos**. Tese (Doutorado em Educação). 369 f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 2012.

LUKÁCS, Georg. Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Maria A. **Construindo uma cidade**: história de Caxias do Sul 1875/1950. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001.

MACHADO, Rita de Cássia. **Os demitidos da vida**: quem são os trabalhadores desempregados do MTD? 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

\_\_\_\_\_. Perspectivas de trabalho-educação dos trabalhadores desempregados: indicativos de uma educação necessária. In: **I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS**: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012, Pelotas. Anais I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns. Universidade Federal de Pelota: UFPel, 2012. v. 1. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Educação Necessária para ir além**. Manaus: UEA Edições, 2015.

\_\_\_\_\_; LEAL, Giuliana F. Excluídos ou sujeitos sociais? A condição de desempregados e a luta coletiva pelo trabalho. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 6, p. 214-226, 2014.

MACCIOCCI, Maria-Antonieta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MANACORDA, Marco A. **O princípio educativo em Gramsci**: americanismo e conformismo. Tradução Willian Laços. Campinas: Alínea, 2008.

\_\_\_\_\_. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Alínea, 2010.

\_\_\_\_\_. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MANOEL, Jones. A luta de classes pela memória: raça, classe e Revolução Africana. In: MANOEL, J.; LANDI, G. (orgs.). **Revolução Africana**: uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015a.

\_\_\_\_\_. Para entender a crise urbana. **CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v.8, n. 1, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. "Dialética da dependência". In: SADER, Emir. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. “Sobre a dialética da dependência”. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINELLI, Maria L. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: matriz de análise. **Serviço Social & Saúde** (UNICAMP), v. 2, p. 155-165, 2013.

MARTINS, Suely A. E. P. Thompson e a educação: a socialização como experiência. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 59, p. 304–317, 2015. DOI: 10.20396/rho.v14i59.8640365. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640365>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MARTINS, Eliane. Trabalho de Base é Educação Popular. **Revista de Estudos do Sul Global – 100 anos de Paulo Freire: um projeto de esperança**, v.1, no. 2, São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021.

\_\_\_\_\_. **Notas para pensarmos sobre o Trabalho de Base e da Formação, Popular e Urbana**. Escola Nacional Florestan Fernandes. jun., 2019 (não publicado).

MARTINS, Caio; CORREA PRADO, Fernando; FIGUEIREDO, Isabel M.; MOTTA, Stefano; SOUZA, Victor N. A “estratégia democrática e popular” e um inventário da esquerda revolucionária. **Marx e o Marxismo**, v.2, no. 3, ago/dez 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo: 2017.

\_\_\_\_\_. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K. e ENGELS, F. **Obras escolhidas vol. 1**. Rio de Janeiro: Vitória, 1956. pp. 348-357.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: 2007.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MASSON, G. A categoria da particularidade como mediação para a produção do conhecimento: contribuições de György Lukács. **Cadernos do GPOSSHE On-line**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 29–48, 2018. DOI: 10.33241/cadernosdogposshe.v1i1.487. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/487>. Acesso em: 1 fev. 2022.

MAURO, Gilmar. A dialética das lutas socialistas: o MST e as novas formas de construção do poder popular na América Latina. **Revista em Pauta**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no. 19, 2007.

MEDEIROS, Priscilla B. Divisão Socio Sexual do Trabalho: naturalizações sociais estratégia de minimização do Estado. **Temporalis**, v. 40, p. 215-232, 2020.

MENDES, Alexandre F. A travessia de Eder Sader: da grande tarefa aos pedaços de experiência. In: MENDES, Alexandre F.; FALBO, Ricardo N.; TEIXEIRA, Michael. (Orgs.). **O fim da narrativa progressista na América do Sul: entre impasses e alternativas constituintes**. 1 ed. Juiz de Fora: Associados Ltda., v. 1, p 50-70, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. A crise estrutural do capital. (Revista Outubro.n. 2, p.7-15,2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em 20 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Teoria da Alienação em Marx**. 2. ed. São Paulo: Boitempo: 2016.

\_\_\_\_\_. Igualdade substantiva e democracia substantiva. **Revista Margem a Esquerda – Ensaios Marxistas**. São Paulo: Boitempo, 2015. v. 25.

MORAES, Maria Célia M. de; MÜLLER, Ricardo G. E. P. Thompson e a pesquisa em ciências sociais. In.: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 31, 2007, Caxambu. Anais.... Caxambu/MG: ANPOCS, 2007. p. 2-30.

MILLS, Charles W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MORAES, Maria L. Q. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**. São Paulo, n. 11, p. 95-96, 2000.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

MOREIRA, Carlos E. Emancipação. In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 4. Ed. rev amp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.



MOTA NETO, João Colares da. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: CRV, 2016.

MOTA NETO, João Colares da. Por uma pedagogia decolonial na América Latina: Convergências entre a educação popular e a investigação-ação participativa. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n.84, jul, 2018.

MOVIMENTO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS (MTD). **Estratégia do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por direitos – MTD**. 2018.

MOVIMENTO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS (MTD). **Cartilha Nacional**. 2019a.

MOVIMENTO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS (MTD). **Proposta para a construção de uma Política de Solidariedade do Campo do Projeto Popular**. 2019b.

NETO, Artur B. Dialética e ontologia em Hegel e Marx. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 10, p. 137-145, 2011.

NETTO, José P. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, no. 44, p. 26-42, 1994.

NOGUEIRA, Cláudia M. **O trabalho duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NUNES, Maria Fernanda de O.; FISCHER, Vera L.B.; ROSSI, Carolina V. Urbanização e expansão industrial em Caxias do Sul, **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, v.único, p.92-113, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p.67-85, mar. 2006.

PAIS, José Machado. **Lufa-lufa cotidiana: ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana**. 2a. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

\_\_\_\_\_. Educação Popular. In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 4. Ed. rev amp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

\_\_\_\_\_. Educação Popular e Movimentos Sociais. In: **8 Seminário Internacional de educação - Ed., cultura e trabalho: possibilidades e desafios da inclusão social**, 2005, Novo

Hamburgo. 8 Seminário Internacional de educação - Ed., cultura e trabalho: possibilidades e desafios da inclusão social. Novo Hamburgo/RS: Feevale editora, 2005. p. 61-72.

\_\_\_\_\_. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Caderno Cedes**. Campina. v. 35, n.96, p.219-235, mai-ago. 2015.

\_\_\_\_\_; BEATRICI, Rodrigo Ferronato. Sistematização de experiências de trabalho popular. Ronda Alta: FUNDEP (**Cadernos Práticas Educativas Populares, 1**), 2007.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Magda Gisela Cruz dos; TADDEI, Paulo Eduardo Dias. A Educação Popular no Levante Popular da Juventude do Rio Grande do Sul: Renovações e Permanências. **Revista E-curriculum**. São Paulo. v. 14, n. 2, p.545-571, abr./jun, 2016

\_\_\_\_\_; SANTOS, M. G. C. DOS; TADDEI, P. E. D. Atualidade brasileira: a democracia substantiva e a pedagogia do oprimido. **Educação**, v. 42, n. 3, p. 396-407, 31 dez. 2019.

PASSAPALAVRA. **Carta de saída das nossas organizações** (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. 2011.

PAULO, Fernanda Santos. **Pioneiros e pioneiras da educação popular freiriana e a universidade**. Tese (Doutorado em educação) — Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018

PEDRO, Joanne Cristina. **Territórios Educativos: mapeando e decifrando aprendizagens ‘além-muros’ – Caxias do Sul/RS**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017.

\_\_\_\_\_. “Janela da favela”: uma breve reflexão sobre os elementos político-pedagógicos da Mística no campo da Educação Popular. In: Real, Daniela Corte; PEDRO, Joanne Cristina; SILVA, Patricia Modesto (orgs). **I Seminário Internacional de Educação, Biopolítica e Formação de Professores e II Jornada Interuniversitária de pós-Graduação em Educação Brasil/Argentina** Caxias do Sul: Editora Even3, 2019. Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-i-sibforp\\_2.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-i-sibforp_2.pdf). Acesso em: 23 out. 2019.

\_\_\_\_\_; SILVA, Andrea W.P.; STECANELA, Nilda. Mediações pedagógicas no Território de Empoderamento Popular: um coletivo de mulheres em floração. **REUNIÃO CIENTÍFICA NACIONAL DA ANPED**, 40, 2021. Anais..., Belém: ANPed - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2021. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=26](http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26). Acesso em: 21 mar. 2022.

\_\_\_\_\_; SILVA, Andréa W. P. **Las Margaritas em Floração - recuperação do processo vivo**: maio de 2020 a março de 2021. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/margaritas-floracao>. Acesso em 25 jan 2022.

\_\_\_\_\_; PITANO, Sandro de C.; STECANELA, Nilda. Las Margaritas: germinando uma experiência de mulheres cooperadas ancorada na educação popular. **Reflexão e Ação**, v. 30, n. 1, p. 100-114, 21 mar. 2022.

PELOSO, Ranulfo. A retomada do trabalho de base. **Caderno de Formação**. São Paulo: MST, n. 38, março, 2009.

\_\_\_\_\_. **Trabalho de base**: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PISTRAK, Moisey M. **A escola-comuna**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2009.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da escola do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2018.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre a escola politécnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. Introdução. In: PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. (Orgs.). **Trabalho e Educação na Era do pós emprego: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

POLESE, Pablo. **As lutas autônomas frente ao modelo democrático-popular de contrarrevolução permanente**. Serviço Social & Sociedade, v. 128, p. 123-142, 2017.

PONTES, Reinaldo N. A propósito da categoria mediação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, no. 31. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Mediação e Serviço Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

QUEIROZ, Pablo P. **Neodesenvolvimentismo e contrarrevolução no Brasil (2003-2016): crítica à economia política do campo democrático-popular**. 2016. 677 f. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RANIERI, Jesus. **A Câmara Escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo. 2001.

RAZETO, Luis. **Empresas de trabajadores y economia de mercado**. Santiago: Ediciones PET, 1984.

\_\_\_\_\_. **Los caminos de la economia de solidaridad**. Buenos Aires: Lumen – Hvmánitas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Las Organizaciones Económicas Populares 1973-1990**. Santiago: Ediciones PET, 1990.

\_\_\_\_\_. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 2 ed. São Paulo: Cortez. p. 34-58, 1999.

RIBEIRO, Fabiana V. Crise urbana: a expropriação extrema dos cidadãos nas políticas de espaço. In: Grupo de Estudos Urbanos (Org.). **CIDADES**: Revista Científica. v.11, no.19, São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2014.

RIZEK, Cibele. Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza. In: **Cadernos PPG-AU**. Ano 10. Número Especial. Capes/MINC/FAU/UFBA, 2011, p. 127-142.

RODRIGUES, Arlindo M. Ecosocialismo: uma utopia concreta – estudo das correntes ecosocialistas na França e no Brasil. 2015. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Jefferson V. **A práxis educativa entre direção e base no partido revolucionário**: uma análise a partir de Gramsci. 2011, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na sociedade de classes**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2013.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**. São Paulo, PUC, p.59-79, 1997.

\_\_\_\_\_. Rearticulando Gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de O. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAVIANI, Demerval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 19ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SHULGIN, Viktor N. **Rumo ao politecnismo** (artigos e conferências). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2013.

SANTANA, Marco A. Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia. **REVISTA EM PAUTA**, v. 19, p. 70-91, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, Breno A. E.P. Thompson: o debate de classes e o sujeito na história. **Ideias**, [S. l.], v. 10, p. e019010, 2019. DOI: 10.20396/ideias.v10i0.8656040. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8656040>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n.2, p. 15-26, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 27ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017a.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017b.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAVIANI, Demerval. Panorama histórico do processo da pedagogia socialista no Brasil. In: CALDART, Roseli S.; VILLAS BÔAS, Rafael L. (Orgs.). **Pedagogia Socialista:** legado da revolução de 1917 e desafios atuais. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

\_\_\_\_\_. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica, 19ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Origens e Prospectivas do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v.25, no. 2, p.25-37, jul/dez, 1999.

SILVA, Tulio dos Reis da. **O crescimento urbano na cidade de Caxias do Sul nos anos de 1972 a 1988:** uma contribuição ao ensino da história local. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

SILVA, Silmara C. O problema da “correlação de forças”, os movimentos sociais e as lutas emancipatórias na contemporaneidade: limites e possibilidades na ordem do capital. In: **VII Seminário Internacional de Teoria Política do Socialismo**, 2017, Marília/SP. Anais Eletrônicos do VII Seminário Internacional de Teoria Política do Socialismo, 2017.

SILVA, Christiane P. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 34-51, 2019.

SILVA, Sandro P. Crise de paradigma? A política nacional de economia solidária no PPA 2016-2019. **Mercado de Trabalho.** Rio de Janeiro. v. 64, p. 163-172, 2018.

SILVEIRA, Maria L.; GODINHO, Tatau. **Diálogos sobre a obra de Heleieth Saffioti e o feminismo de esquerda.** *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2021, vol.29, n.1, e76772. Epub Jan 01, 2021.

SINGER, Paul I. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Leandro Q.; Ferreira, Mario C. Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v.06, no. 02, Florianópolis, dez. 2006. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572006000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572006000200005). Acesso em: 23 mar. 2022.

SOBOTTKA, Emil A. Pesquisa, paixão e engajamento. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla.; SOBOTTKA, Emil A. (Orgs.). **Dizer a sua palavra**: educação cidadão, pesquisa participante e orçamento público. Pelotas: Seiva, 2005, p. 41-54.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Tradução de Bruno Alexander. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano**: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida. Caxias do Sul: Educus, 2010.

STEDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M.. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

STRECK, Danilo R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 15, p. 300-310, 2010.

\_\_\_\_\_. Territórios de Resistência e Criatividade: reflexões sobre os lugares da educação popular. **Currículo sem Fronteiras**. v. 12, n.1, p.185-198, jan/abr 2012.

\_\_\_\_\_. Emoções na História da Educação Popular Latino-Americana: introdução a uma pedagogia sentipensante. In: **36ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2013, Goiânia/GO. 36ª Reunião Nacional da ANPEd, 2013. p. 01-15

\_\_\_\_\_. ADAMS, Telmo. **Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

\_\_\_\_\_. ADAMS, Telmo. Mediações pedagógicas e pesquisa: registro de práticas e construções participativas. In: ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo R.; MORETTI, Cheron Z. (Orgs.). **Pesquisa-educação**: mediações para a transformação social. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.

\_\_\_\_\_. DAUDT, Paloma de F.; LODI, Leonardo C. In: ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo R.; MORETTI, Cheron Z. (Orgs.). **Pesquisa-educação**: mediações para a transformação social. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.

TADDEI, Paulo E. D. **A prática reflexiva de Donald Schön e a reflexão sobre a prática em Paulo Freire**: aproximações e disjunções na perspectiva de uma formação omnilateral. 231f. 2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2019. Pelotas, 2019.

THIOLLENT, Michel. Pesquisa-ação e pesquisa participante: uma visão de conjunto. In: STRECK, Danilo R.; SOBOTTKA, Emil A.; EGGERT, Edla (orgs.). **Conhecer e Transformar**: Pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional. Curitiba: Editora CRV, p. 16-25, 2014.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TIBURI, Marcia. Prefácio. In: **Vamos juntas?** – O guia da sororidade para todas. Rio de Janeiro: Galeria Record, 2016.

TIRIBA, Lia; MAGALHÃES, Livia D.R. Lições do Trabalho Associado: educação, experiência e memória efetiva. **Revista HISTDEBR On-line**, Campinas, no. 70, p.87-102, dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

\_\_\_\_\_. Ciência econômica e saber popular: reivindicar “o popular” na economia e na educação. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (Org.). **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, S.P.: Idéias e Letras, 2004. p. 75-102.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Podremos vivir juntos?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

TORRES, Alfonso. A educação popular como prática política e pedagógica emancipatória. In: STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria T. **Educação popular. Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013.

TORRES CARRILLO, Alfonso. Pedagógicas emancipadoras y nuevos sentidos de comunidad en América Latina. **Revista Praxis Pedagógica** 18(22), 106-120, jan-jun. 2018.

TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, FAE, Belo Horizonte, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

VENDRAMINI, Célia R.; TIRIBA, Lia. Classe, cultura e experiência na obra de E. P. Thompson: contribuições para a pesquisa em educação. **Revista HISTDEBR On-line**, Campinas, no. 55, p.54-72, mar. 2014.

VESPA, Talyta. Em vez da idade, classe social passa a definir quem morre de covid no país. **UOL**, São Paulo, 6 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/no-brasil-covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm>. Acesso em: 26 mar. 2022.

WERNECK Guilherme L; CARVALHO Marília S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad Saúde Pública** 2020; 36:e00068820.

ZITKOSKI, Jaime J. **Educação Popular e Economia Solidária**: um diálogo possível e necessário. *Revista Diálogo*. n. 17, p. 97-106, jul/dez, 2010.

\_\_\_\_\_.; STRECK, Danilo R. Quefazer. In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 4. Ed. rev amp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.



## APÊNDICE A

### ROTEIRO USADO PARA ENTREVISTA COM INTEGRANTE DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO

#### **Pontos disparadores do diálogo:**

Dados de identificação

Forças sociais que, historicamente, formaram/ formam o MTD

Relações do MTD com o campo político

Pilares/elementos basilares do Movimento

Principais conquistas históricas do Movimento

Desafios da militância, nessa conjuntura

Disputas que permeiam o cotidiano do movimento (em termos de alianças políticas, projeto societário) / Rupturas históricas/ Processo de nacionalização

Concepções de trabalho que permeiam o movimento

Horizonte utópico/ projeto de sociedade

Sujeitos do Movimento

Dentro das especificidades de um movimento urbano periférico e qual a importância do território nesse contexto?

É possível em se falar sobre uma pedagogia do movimento? Quais elementos formam essa pedagogicidade? Há material produzido e sistematizado pelo Movimento?

Tática e estratégia - revolução brasileira

Poder Popular – como se avança?

Contexto latino-americano – implicações do MTD

Luta das mulheres – Feminismo

Atualidade do Movimento – avanços e lacunas

Outros comentários

## APÊNDICE B

### **ROTEIRO USADO PARA ENTREVISTA COM MILITANTE DO MTD SOBRE O HISTÓRICO DO MOVIMENTO NO ESTADO E EM CAXIAS DO SUL**

#### **Pontos disparadores do diálogo:**

Dados de identificação

Surgimento do MTD no RS– conjuntura da época

Primeiras lutas e conquistas

Sujeitos do Movimento

Estrutura organizativa e política

Como o MTD se organiza em Caxias do Sul

Conquistas e articulações na cidade de Caxias do Sul

Acúmulos históricos e pontos a serem fortalecidos, com base nas experiências vividas

Disputas que permeiam o cotidiano do movimento (em termos de alianças políticas, projeto societário) / Rupturas históricas/ Processo de nacionalização

Relação do MTD com o território periférico

É possível em se falar sobre uma pedagogia do movimento? Quais elementos formam essa pedagogicidade? Há material produzido e sistematizado pelo Movimento?

Atualidade do Movimento – avanços e lacunas

Outros comentários

## APÊNDICE C

### ROTEIRO USADO PARA AS ENTREVISTAS COM AS MULHERES QUE VIVEM NO TERRITÓRIO E FAZEM PARTE DA SABOARIA POPULAR LAS MARGARITAS (MTD)

#### **Eixo 1 – Dados de Identificação**

Nome completo:

Data de nascimento:

Local de nascimento:

Escolarização:

#### **Eixo 2 - A vida das mulheres**

Contexto familiar, onde nasceu, onde cresceu.

Características do local onde cresceu

Aspectos marcantes da infância/juventude

Vida comunitária (organizações, associações)

Experiências de trabalho aprendidas na família

Experiências/aprendizados escolares

Experiências de trabalho progressas à Saboaria

Mais alguma observação sobre esse assunto que gostaria de trazer

#### **Eixo 2 - A organização popular**

Outras experiências de organização popular

Compreensão acerca do MTD

Percepção acerca do MTD na história de vida da entrevistada

Como percebe as relações que se tecem entre o MTD e a Saboaria

O que te levou a se organizar com outras mulheres na saboaria? Motivações

Qual é a importância de um coletivo de mulheres na sua vida?

Que mudanças essa experiência com o MTD e com a Saboaria trouxe para a sua vida?

Aprendizados, vivências da organização popular

Mais alguma observação sobre esse assunto que gostaria de trazer

#### **Eixo 3 - O território periférico**

O que significa para você morar no território da zona norte? Quais os maiores desafios?

Gostaria de viver em outra região? Por quê?

O que é positivo no território da zona norte?

Qual a importância de um espaço como a Saboaria na zona norte?

Qual a importância da ação dos Movimentos Populares (como o MTD) e demais ações coletivas no território periférico?

Mais alguma observação sobre esse assunto que gostaria de trazer

#### **Eixo 4 - O trabalho Associado**

Como aprendeu o trabalho que faz? Quem ensinou?

De que forma são feitas as formações?

Quais os tipos de trabalho aprendido?

Como você percebe o trabalho que faz na saboaria? As tomadas de decisão? A dinâmica, divisão das tarefas? Os resultados?

Como é o ambiente de trabalho?

Quais os desafios para esse trabalho? O que precisa melhorar?

Quais os aspectos que mais te trazem preocupação em relação ao trabalho (da sua vida particular e da vida coletiva)?

Já teve vontade de sair da Saboaria?

O que te motiva a continuar? Qual é o seu nível de satisfação? (rendimento, relações, organização, aprendizados, valorização do projeto)

Quais diferenças você percebe na proposta de trabalho que a saboaria se propõe a construir e as suas experiências anteriores de trabalho?

Como você entende a proposta de trabalho cooperado, na qual a Saboaria se pauta? (compreensão acerca dos pilares)

Qual o compromisso social e político que a Saboaria propõe?

Quais os principais saberes acessados para trabalhar na saboaria?

Quais os sentidos desse trabalho para outras dimensões de sua vida?

Mais alguma observação sobre esse assunto que gostaria de trazer

#### **Eixo 5 - Leitura de mundo/ conhecimento popular**

O que significa para você, o manuseio das ervas e das argilas no seu fazer diário de trabalho?

Qual a importância de trabalhar com produtos ecológicos e medicinais?

Quando a saboaria propõe autocuidado e cuidado com o planeta, do que ela está falando, na sua percepção?

Quais são as questões que mais te preocupam em relação a sua realidade?

O que você acha da situação do nosso país e do mundo (governantes, povo)?

O que te dá forças para continuar na luta coletiva?

O que te dá esperanças no futuro?

Você acha que a forma que organizamos o trabalho na Saboaria pode inspirar mudanças na forma de se organizar o trabalho, no contexto da sociedade?

**APÊNDICE D****PLANO DE SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA – SABOARIA POPULAR LAS MARGARITAS/ NOVEMBRO DE 2020 A MARÇO DE 2021**

Período considerado: maio de 2020 a março/2021

Roteiro de base:

O que vamos sistematizar?

Para que queremos sistematizar?

Quais aspectos centrais nos interessam mais?

Que fontes e informações precisamos?

Qual procedimento concreto vamos usar e em que tempo?

Ponto de partida:

Ponto de chegada:

## APÊNDICE E

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está convidada como voluntária a participar de uma pesquisa. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo proposto, assine ao final do documento, que está em duas vias, uma delas é sua, a outra é da pesquisadora responsável. O título da pesquisa que você está convidada a participar é “MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS NO TERRITÓRIO DE EMPODERAMENTO POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA EM PROCESSO/CAXIAS DO SUL-RS”, realizada por Joanne Cristina Pedro, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul – UCS, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dra. Nilda Stecanela. O objetivo da pesquisa é investigar e analisar as mediações pedagógicas construídas no encontro entre militantes do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e a comunidade do loteamento Vila Ipê (que se integra ao movimento), de modo a sistematizar as rupturas acumuladas coletivamente como potenciais fortalecedoras de processos de emancipação humana, desde o território periférico. Os procedimentos metodológicos estão fundamentados na pesquisa-ação e na sistematização da experiência, tecendo-se a partir de entrevistas com militantes do MTD, Análise de Conteúdo, pautada em materiais produzidos pelo Movimento, assim como textos de referência produzidos por autores/autoras do campo político, observação participante nas atividades do Movimento, encontros de Sistematização e registros das experiências no campo empírico. Ressalva-se que o material coletado para esta pesquisa servirá apenas e unicamente para fins de estudo. Estou ciente que os dados coletados (depoimento, fotografias) serão utilizados com finalidade de pesquisa, respeitando todos os preceitos da ética. Os dados coletados somente serão utilizados para pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos. A acadêmica Joanne Cristina Pedro fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não. Sempre que julgar necessário, entrevistado(a) poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados por meio do e-mail: joannecristina@yahoo.com.br ou telefone (54) 991971802, bem como poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo algum.

Obs.: \_\_\_\_\_

Caxias do Sul, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Autorizo a utilização de meu nome ( )

Em caso de anonimato, eu serei identificado(a) com o nome de \_\_\_\_\_ Autorizo a utilização de minha(s) imagem(s) ( )

\_\_\_\_\_  
Nome do entrevistado(a) e assinatura

\_\_\_\_\_  
Doutoranda: Joanne Cristina Pedro